



PRECONCEITO SEXUAL: OLHARES DE ALUNOS DE PSICOLOGIA

Valdeci Gonçalves da Silva

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Psicologia
Especialidade: Psicologia Clínica

ORIENTADORA: *Prof.^a. Doutora Isabel Maria Marques Mesquita*

ÉVORA, DEZEMBRO 2015



VALDECI GONÇALVES DA SILVA

PRECONCEITO SEXUAL: OLHARES DE ALUNOS DE PSICOLOGIA

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica, pelo Instituto de Investigação e Formação Avançada da Universidade de Évora-PT.

Orientadora: Prof^a. Doutora Isabel Maria Marques Mesquita

Évora - PT
2015

Dedico este trabalho a minha mãe Maria Victor da Silva
(*in memoriam*)

“O desejo primitivo da criança é sempre o desejo pelo progenitor do mesmo sexo” (Judith Butler).

“A homofobia é um conjunto de práticas sociais e culturais que simultaneamente marca como ‘outro’ e penaliza sujeitos com preferências eróticas pelo mesmo sexo” (Patrick Larvie).

“O terapeuta é aquele que nos toca, que nos inspira a alçar voos rumo ao que somos” (Roberto Crema).

“O pesquisador pode, por meios das suas pesquisas, defender a humanidade da criança, do idoso, do drogadito e outros, ele é investigador, ele é cientista. Mas, se resolver fazer o mesmo com o homossexual, não é mais cientista, é rotulado de militante, ou seja, a ciência pode está do lado de todas as humanidades, menos daquela que diz respeito às homossexualidades. Então, não é só a religião e a cultura que condenam o homoerótismo, a ciência, nesse sentido, também dá a sua contribuição” (Valdeci G. da Silva).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que, apesar de todas as forças intrusas para travar esse meu doutoramento, sua força, como sempre, foi maior para neutralizá-las, para que eu pudesse atingir este meu objetivo;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela ajuda que foi muito importante para me manter em Portugal;

À Profa. Doutora Isabel Mesquita por aceitar essa desafiadora orientação, pela segurança que sempre me passou, pela competência, simplicidade, compreensão, descomplicação, enfim, e também pelo respeito à minha pessoa;

Aos alunos portugueses e brasileiros do curso de psicologia, sujeitos dessa pesquisa, pela disponibilidade e pela imensa boa vontade e generosidade de colaborar com este estudo;

À Ivonete Gonçalves da Silva (Leta), mana especial que, mesmo sentindo imensamente e dolorosamente minha falta, do seu jeito, na sua limitação, meu deu muita força, me perdoe pela ausência durante esse tempo, mas nunca deixei de estar com você no meu coração;

À minha mãe postiça Rita Major, de 85 anos, quando a conheci em 2011, natural de Reguengos de Monsaraz-PT, uma pessoa incrível, pelo seu apoio emocional, lucidez admirável, e a sua filha Manuela Santana, bem como ao carinho de toda sua família maravilhosa;

À brasileira Lucileide Vieira Santos, naturalizada portuguesa, e ao português João Manuel de Oliveira Antunes pelos corações enormes, pela amizade e acolhimento sempre caloroso para comigo em Lisboa-PT;

À portuguesa Carla Maria Cinzas Almeida e às brasileiras Maria do Carmo de Lima (Carminha) e Vera Lúcia dos Santos Souza pelo carinho, amizade e força.

Finalmente, há pedras em todo caminhar, e aquelas que, propositadamente, colocam no teu caminho para dificultar ainda mais a tua caminhada ou para que desistas de caminhar, porém, de algum modo devemos agradecer também a essas criaturas cheias de más intenções que cruzam nosso caminho, porque, mesmo sem querer nos ajudam, como diz Nietzsche: “aquilo que não me mata, só me fortalece”.

PRECONCEITO SEXUAL: OLHARES DE ALUNOS DE PSICOLOGIA

RESUMO

Esta pesquisa, de natureza qualitativa analítica, teve como objetivo verificar o Preconceito Sexual no universo acadêmico da psicologia de Portugal-PT e do Brasil-BR, com uma amostra de 20 estudantes. Seu referencial teórico consistiu nos conceitos de Gregory M. Herek, Michel Foucault, postulados de Sigmund Freud e outros. Foram utilizados um Questionário sociodemográfico, uma Entrevista semiestruturada e um Teste de personalidade H-T-P. Os resultados tiveram como base o método da Análise do Discurso na vertente foucaultiana. A média de idade dos alunos é de 26 anos, com estado civil, condição socioeconômica e religião, idênticos. De modo geral, não identificam discriminação nas suas faculdades, mas, sob a forma de “brincadeiras”, revelam o preconceito sutil em relação aos alunos homossexuais com “visibilidade do estigma”. Aceitam que homossexuais tenham direitos iguais a dos heterossexuais, mas alguns fazem restrições ao “casamento *gay*” e à adoção de criança por esse tipo de casal. Os brasileiros da faculdade privada se mostram mais satisfeitos com os conteúdos sobre sexualidade/homossexualidade, tanto na parte teórica quanto na prática, do que os alunos da universidade pública que gostariam de ter pesquisas, extensões e mais discussões em sala de aula. Os portugueses da faculdade pública quanto da particular se mostram insatisfeitos, a maioria tende para clínica psicológica, e se reconhece despreparada para atender a demanda LGBTs. Os estudantes brasileiros são menos tolerantes com psicólogo que tem preconceito sexual do que os portugueses, mas ambos consideram que esse profissional deve superar seu preconceito ou escondê-lo do paciente homossexual. Os alunos mais seguros do próprio gênero tendem a ser mais coerentes e tolerantes no seu discurso sobre a homossexualidade. Finalmente, os alunos, de modo geral, se mostram abertos para a aceitação da pessoa homossexual como paciente, na sua humanidade, independente da homossexualidade.

Palavras-chave: preconceito sexual, preconceito sexual moderno, aluno de psicologia, identidade sexual/discurso, LGBTs.

SEXUAL PREJUDICE: AN INSIGHT FROM PSYCHOLOGY STUDENTS

ABSTRACT

This research, based on analytical and qualitative nature, aimed to investigate the Sexual Prejudice in the academic environment of Psychology in Portugal and Brazil, by interviewing out of 20 students. Its approach was based on the concepts of Gregory M. Herek, Michel Foucault, Sigmund Freud's writings, among others. A sociodemographic questionnaire was used as an instrument for collecting data, and also a semi-structured interview and the H-T-P Personality Test. The results were analyzed by means of a method of Discourse Analysis (DA) based on Foucault's perspective. The students' age ranging around 26 years, and same marital, socioeconomic, and religion status. Generally speaking, these students do not identify discrimination in their college environment, but they reveal the subtle prejudice against gay students posed as a "visibility of stigma". Students accept that homosexuals have equal rights as heterosexual individuals, however they apply restrictions such as "the gay marriage" and the child adoption by such couples. Brazilian private colleges are comfortable with the content on sexuality/homosexuality, both in theoretical and in practice, through outreach activities, the students of public universities who would like to research, extensions and discussions in class classroom. The Portuguese public colleges as well as the ones in private institutions are unhappy; the majority of the students are prone to pursue the clinical psychology, they recognize that they are unprepared to meet the LGBTT's demand. Brazilians are less tolerant with psychologists who are homo-phobic than Portuguese students who accept as a result of their biased social context, both consider that this professional either overcome their prejudice or conceal it from their homosexual patients. The more moderate students of same sexual gender tend to be more consistent and tolerant in their speech about homosexuality. Finally, the students are open to show the acceptance of the homosexual subject as a patient, in their humanity, regardless of homosexuality.

Keywords: sexual prejudice, modern sexual bias, psychology student, sex speech, LGBTT.

ÍNDICE GERAL

	<i>Pág.</i>
Agradecimentos	vii
Resumo	ix
Abstract	xi
Índice Geral	xiii
Índice de Gráficos	xvii
Índice de Quadros	xvii
Lista de Abreviaturas	xviii
INTRODUÇÃO	1
Contextualização da pesquisa	2
Organização do trabalho	3
CAPÍTULO I – AS DOBRAS DA HOMOSSEXUALIDADE	7
1. Alguns estudos já realizados na psicologia sobre preconceito sexual	9
1.1. Pesquisas realizadas nos Estados Unidos da América	12
1.2. Pesquisas realizadas na Europa	13
1.3. Pesquisas realizadas no Brasil	14
1.4. Conceitos relacionados à temática do preconceito sexual	19
1.4.1. Homofobia	19
1.4.2. Anti-homossexual	20
1.4.3. Seximo	21
1.4.4. Heterossexismo	21
1.4.5. Heteronormatividade	22
1.4.6. Homofobia internalizada	23
1.4.7. Gênero e identidade de gênero	24
1.4.8. Identidade sexual	26
1.4.9. Orientação sexual	28
1.4.10. Heterossexualidade compulsória	29
2. A construção da identidade sexual	31
2.1. A identidade sexual na perspectiva freudiana	35
2.2. Explicação freudiana da inversão sexual	38
2.2.1. Objecto sexual dos invertidos	39
2.2.2. Desvio do alvo sexual	41
2.3. Fragmentos sobre identidade sexual na Teoria <i>Queer</i>	42
2.3.1. Identidade heterossexual compulsória	43
2.4. Crise de identidade	47

3. O homossexual nasce da diferença dos sexos	54
3.1. O Tratado das degenerescências	55
3.2. A construção do homoerótico	58
3.2.1. Quem é o homossexual?	60
4. A visão da bissexualidade na psicanálise e da homossexualidade na biologia	67
4.1. A bissexualidade a partir da questão edípica	69
4.2. A procura da homossexualidade na biologia	75
5. Preconceito sexual: religião versus ciência	81
5.1. A influência de Santo Agostinho na sexualidade	84
5.2. O preconceito sexual ao longo dos séculos	88
5.3. A homossexualidade institucionalizada	95
5.4. As faces do preconceito	100
5.5. As manobras de resistência do preconceito	101
5.6. A fragilidade da ciência e o poder da Igreja	103
6. “Ativo” e/ou “passivo”, eis a questão?	109
6.1. A sexualidade entre iguais nas culturas antigas e atuais	109
6.1.1. Inconformidade de gênero	111
6.2. Homossexualidade e rituais de masculinidade de outros povos	112
6.3. A hierarquia da conduta homossexual	114
6.3.1. A origem da dicotomia “ativo”/”passivo”	116
6.4. Resistência dos homossexuais ao preconceito	117
6.5. A “atividade” que não exclui na homossexualidade	119
6.6. O ônus da idade no universo homossexual	122
7. A visibilidade <i>gay</i> : uma atitude revolucionária?	124
7.1. Da margem para o centro: o desejo da aceitação	126
7.2. Nuances da visibilidade homossexual	131
7.3. O preconceito sexual nas “boas intenções” da Igreja	135
7.4. A heteronormatividade e o mal-estar do espelho homossexual	137
8. A conjugalidade e a parentalidade <i>gay</i>	139
8.1. Uma família diferente	140
8.2. Casamento entre iguais	143
8.3. O confronto da Igreja com os homossexuais	146
8.4. A visibilidade do homossexual e o mercado de trabalho	149
9. A suposta inclusão homossexual	150
9.1. O pecado homossexual da esterelidade	150
9.2. Questões intrigantes	153
9.3. Bissexuais e homossexuais sob o manto do casamento heterossexual	154
9.4. A família e a escola como mantenedoras do preconceito sexual	156
9.5. “Beijo <i>gay</i> ” na telinha brasileira	158
9.6. Crimes de ódio: matadores de gays	160
10. A psicologia e a homossexualidade	163
10.1. “Entre a cruz e a espada”: o preconceito no meio psicanalítico	167

10.2. A “cura gay” no Brasil	168
CAPÍTULO II – ENFOQUES TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO E DO TESTE DO DESENHO H-T-P	171
1. Fundamentação teórica da análise do discurso	173
2. Fundamentação teórica do teste do desenho H-T-P	181
2.1. Sobre a escolha do teste	182
2.2. A figura humana como mobilizadora de mais emoção	185
2.3. Alguns resultados de pesquisas com a figura humana	187
2.4. Crítica ao H-T-P	188
2.5. A significação do gênero projetado na figura	189
CAPÍTULO III – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	191
1. Linhas gerais do estudo	193
1.1. Pertinência do estudo	193
1.2. Formulação do problema de investigação	193
1.3. Objetivo geral do estudo	194
1.4. Objetivos específicos do estudo	194
2. Procedimentos	195
2.1. População e amostra	195
2.2. Instrumentos de recolha de dados	195
2.3. Procedimentos éticos e deontológicos	196
2.4. Procedimentos na recolha dos dados	196
2.5. Procedimentos no tratamento dos dados	197
CAPÍTULO IV – RESULTADOS	201
1. Resultados sociodemográficos	203
1.1. Idade dos alunos	203
1.2. Estado civil dos alunos	203
1.3. Nacionalidade dos alunos	204
1.4. Ocupação/profissão dos alunos	204
1.5. Religião dos alunos	205
1.6. Posição política dos alunos	206
1.7. Nível socioeconômico dos alunos	207
1.8. Identidade sexual dos alunos	207
1.9. Identidade de gênero dos alunos	208
2. Avaliação do H-T-P	209
2.1. Nomenclaturas	209
2.2. Definição dos termos na classificação dos tipos de discursos	210
2.3. Quadro sociodemográfico relacionado ao H-T-P	211
2.4. Enquadramento dos discursos dos sujeitos	211
3. Análise dos discursos (Blocos Temáticos)	215
Primeiro Bloco Temático: Conceituação do preconceito sexual e discriminação sexual e a possível percepção dos mesmos no espaço acadêmico da psicologia	215

Segundo Bloco Temático: Acolhimento didático da faculdade de psicologia em relação à diversidade sexual	238
Terceiro Bloco Temático: Categorização da homossexualidade:	
Normalidade ou doença/cura	249
Quarto Bloco Temático: Preconceito sexual do aluno	270
Quinto Bloco Temático: Preconceito heterossexista moderno ou sutil do aluno	289
CAPÍTULO V – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	307
CONSIDERAÇÕES FINAIS	317
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	323
APÊNDICES	355
Apêndice 1 – Ficha de caracterização sociodemográfica	357
Apêndice 2 – Roteiro de entrevista semiestruturada	358
Apêndice 3 – Termo de consentimento informado - TCI/PT	359
Apêndice 4 – Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE/BR	360
Apêndice 5 – Guião de entrevista aos alunos de psicologia	361

ÍNDICE DE GRÁFICOS

	<i>Pág.</i>
Gráfico 1. Idade dos alunos	203
Gráfico 2. Estado civil dos alunos	203
Gráfico 3. Nacionalidade dos alunos	204
Gráfico 4. Ocupação/profissão dos alunos	204
Gráfico 5. Religião dos alunos	205
Gráfico 6 e 7. Posição política dos alunos	206
Gráfico 8. Nível socioeconômico dos alunos	207
Gráfico 9. Identidade sexual dos alunos	207
Gráfico 10. Identidade de gênero dos alunos	208

ÍNDICE DE QUADROS

	<i>Pág.</i>
Quadro 1. Dados sociodemográficos relacionados ao H-T-P	211

LISTA DE ABREVIATURAS

APA - American Psychological Association
OMS - Organização Mundial da Saúde
CFP - Conselho Federal de Psicologia
ROPP - Relatório da Ordem dos Psicólogos Portugueses
LGBTs - lésbicas, *gays*, bissexuais e transgéneros
MTF (*male to female*) - Transexual (masculino) com orientação de género feminino
FTM (*female to male*) - Transexual (feminino) com orientação de género masculino
Grid - Gay Related Immunodeficie
HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana
AIDS - Acquired Immunodeficiency Syndrome
SIDA - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
PMA - Procriação Medicamente Assistida
EMAFLG - Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a *Gays*
KSOG - Grade de Orientação Sexual de Fritz Klein
HRC - Human Rights Compain
IBM - International Business Machines
a.C - Antes de Cristo
d.C - Depois de Cristo
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
PT - Portugal
BR - Brasil
PB - Paraíba
AD - Análise de Discurso
TCI - Termo de Consentimento Informado
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
DCT - Discurso Coerente - Tolerante
DOT - Discurso Oscilante - Tolerante
DOI - Discurso Oscilante - Intolerante

INTRODUÇÃO

O interesse por um tema não parece ter uma causa única ou um único motivo que nos lança em sua direção, as razões são múltiplas, e no seu conjunto desenvolve uma força de atração, agora, quase que recíproca. Deseja-se o objeto talvez na proporção que o objeto parece exercer um fascínio no olhar do desejante. Meu interesse pelo tema não só foi despertado apenas pela via literária, mas, em especial, na convivência nos grupos de pares, observando, com bastante frequência, as suas, diria, contradições. O tema homossexualidade, de alguma forma, sempre está presente nos grupos de homens, em particular, quando se trata de brasileiros. Parece existir uma repulsão quase que, na mesma intensidade que se sentem atraídos para, em geral, criticar ou condenar homossexual. Quando criança e adolescente não deixava de notar que os colegas, apesar de criticarem e excluíaam os efeminados, no entanto, o que mais faziam era tentar ou bolinar entre os mais machos, como se desejassem ao mesmo tempo pôr em cheque sua macheza e praticar sexo com esses companheiros.

Quando soldado servindo o exército, e, depois, em um curso de cabo, apesar de terem, obviamente, mais idade, era habituais as mesmas investidas libidinosas, criticavam os militares supostamente homossexuais ou que fugissem um pouco da conformidade, não necessariamente, de gênero, mas do estereótipo de macho, entretanto, também não perdiam a oportunidade de se tocarem, de terem brincadeiras de proximidade física nos espaços da caserna, inevitavelmente, aromatizados de testosterona. A vontade de conhecer esse objeto “misterioso” que não somente provoca reação de ataque, mas, por vezes, reações contraditórias bem acentuadas. Por que o homossexual despertava tanta crítica e, às vezes, até ódio, mas esses sujeitos têm comportamentos ambíguos que sugere contradizer sua imagem de macho? Na época de estudante do curso de graduação em psicologia presenciei algumas cenas de discriminação sexual. Mas, quando resolvi fazer o mestrado não me senti com estrutura psicológica para lidar com este tema, entretanto, de algum modo, fiz uma aproximação indireta porque escolhi a bissexualidade masculina, homens que tinha contato sexual com homens e com mulheres, por interesse afetivo/sexual ou intermediado pelo interesse financeiro, no caso, michês, jovens profissionais do sexo.

Assim, tive que estudar bastante a homossexualidade e lidar com sujeitos de pesquisa cuja sexualidade se dividia entre a heterossexualidade e a homossexualidade. Surpreendeu-me o facto de alguns terem parceira fixa, serem casados e pai de filhos.

Enfim, conclui com nota máxima o mestrado com a dissertação *Faca de dois gumes: Percepções da bissexualidade masculina em João Pessoa* (1999). Mas, na universidade, durante o mestrado, algumas pessoas quando sabiam do meu objeto de estudo, me procuravam e, em particular, diziam para não incluir Michel Foucault, entre os “meus teóricos”, porque ele era homossexual, e meu trabalho podia, em razão disso, não ser bem visto. Na verdade, isso me intrigou ainda mais, num ambiente de nível de pós-graduação as pessoas com essa mentalidade! Percebi que a homossexualidade, nesse imaginário, era um mal-estar maior do que supunha e, definitivamente, fiquei mais instigado ainda para conhecer profundamente as nuances desse fenômeno: o preconceito em torno da homossexualidade no contexto acadêmico da psicologia.

Contextualização da pesquisa

O recorte desse estudo sobre o preconceito sexual, na perspectiva do masculino, se deve ao facto de que em nível de mestrado, este pesquisador ter trabalhado a masculinidade em relação à bissexualidade. Freud (1920/1976a, p. 185) afirma que “o homossexualismo (sic) nas mulheres, que certamente não é menos comum que nos homens, embora muito menos manifesto, não só tem sido ignorado pela lei, mas também negligenciado pela pesquisa psicanalítica”. Talvez, isso esteja relacionado à visibilidade da homossexualidade masculina. Essa visibilidade provoca e desestabiliza a sociedade falocrática e “compulsoriamente heterossexual” (Rich, 1980). Apesar da iniciação da grande maioria dos homens se dá por meio do mesmo sexo, os homens homossexuais, mais do que as mulheres homossexuais, são habitualmente vitimizados como alvo de mais violência moral ou física. Os crimes cometidos contra *gays* são mais severos do que aqueles que são cometidos contra lésbicas (Fernandes, 2011).

Considerando o facto de que as pessoas, em geral, não falam do seu próprio preconceito sexual porque ter preconceito consiste em uma atitude politicamente incorreta, nesse sentido, obter algum dado de modo direto seria pouco provável. Afinal, como em relação à questão racial, a maioria das pessoas não admite o próprio preconceito sexual (Venturi, 2008). Uma vez que, admitir-se com preconceito não é fácil, ainda mais quando se trata de psicólogo ou *futuro psicólogo* (acréscimo e grifo nosso) que, supostamente, tem como meta ser aberto e empático à aceitação do outro (Menezes & Costa, 1992). Assim, se optou por uma abordagem indireta, por meio da qual os sujeitos de pesquisa, alunos do curso de psicologia, falariam do possível preconceito sexual no seu universo acadêmico e que assim, i.e., mais a vontade para

falar descompromissadamente do preconceito do outro, de algum modo, sem se darem conta, revelariam, de algum modo, o seu próprio preconceito sexual.

Através desses informantes, o termo *através*, nesse contexto, pode ser entendido no seu sentido literal, porque é através dos “olhares” dos alunos de psicologia, neste trabalho que se esperava ter, ou não, o perfil do preconceito sexual nos universos acadêmicos de psicologia dos dois países, Portugal e Brasil. Convém salientar que o aluno de psicologia deve ter um comportamento ético que condiz com normas que orientam a profissão, tanto de modo indireto na sua conduta diária quanto de modo mais direto, quando inserido em algum trabalho com características profissional e sob a orientação de profissionais: professor de psicologia ou psicólogo. Enfim, o aluno de psicologia também tem, desde já, compromisso com o código de ética da categoria profissional que, nos dois países, em relação à homossexualidade sexual rezam o seguinte: a) Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses (2011, p. 25): “Os/as psicólogos/as não discriminam os seus clientes em razão de qualquer tipo de fator ou condição”; b) A Resolução de nº 001/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) ressalta que os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados; não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades e não se pronunciarão, nem participarão de atos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais. Esses Códigos favorecem a consciência, compromisso e zelo ético não só dos psicólogos, mas, certamente, também dos alunos, futuros profissionais, para com a profissão.

Organização do trabalho

O **Capítulo I** - As Dobras da Homossexualidade consiste em dez textos que costuram a homossexualidade nos seus mais diversos contextos individual, social, biológico, psicológico, cultural, educacional, político e religioso; **Capítulo II** - Enfoca os aspectos teóricos da análise do discurso AD, e do Teste do Projetivo Gráfico por meio do desenho H-T-P (casa, árvore, pessoa), neste caso, somente a figura humana, por atender plenamente ao propósito do trabalho; **Capítulo III** - a metodologia da investigação; **Capítulo IV** - apresentação dos resultados dos instrumentos: Ficha sociodemográfica, Entrevista semiestrutura e do teste do desenho H-T-P; **Capítulo V** - Discussão dos resultados; **Capítulo VI** - Considerações finais.

Os textos sobre diversos aspectos que atravessam a homossexualidade estão, em suma, assim constituídos: 1. **Alguns estudos já realizados sobre preconceito sexual no campo da psicologia** - comenta alguns estudos sobre preconceito sexual realizados no campo da psicologia nos Estados Unidos, na Europa, mais especificamente em Portugal, e no Brasil; e as definições de alguns conceitos relacionados à temática do preconceito sexual; 2. **A Construção da Identidade Sexual** - versa sobre a formação da identidade sexual na perspectiva freudiana, com algumas incursões na Teoria *Queer*. A identidade se constrói socialmente tendo como base a matriz biológica do sexo. O bebê bem antes de vir ao mundo, através da ultrassomografia, tem seu gênero, antecipadamente, legitimado, todo um cenário já está montado, na cor rosa para meninas, e na cor azul para os meninos, bem como o modo de tocá-lo, acariciá-lo, em geral, mais firme, para não efeminar o varão da família. Ou seja, compulsoriamente o sujeito é levado a se acomodar nesse enquadre, em um contexto que demarca tão fortemente esses sinais, sua orientação, *a priori*, não poderia deixar de ser heterossexual. A ordem “seja homem”, isso de tão insistentemente ouvida, evidência de que a virilidade não é talvez tão natural quanto como se deseja acreditar (Badinter, 1992); 3. **O Homossexual Nasce da Diferença dos Sexos** - o conceito de instinto sexual se transforma em relações sexuais entre homens e mulheres, com finalidade reprodutiva, e se constrói como heteronormatividade. Fugir dessa finalidade seria desvio ou perversão. Restava definir os parâmetros da anormalidade, se existe a evolução, em contrapartida, existe a “involução”, que atinge a união dos sexos, perturba a função parental e provoca desvios de objetivos ou perversões. Na noção de degenerescência, o homem é símbolo da perfeição, assim, a sua variabilidade só pode significar degradação. As causas estavam reveladas: o pecado original e o desacordo entre as instituições sociais e a natureza humana levam à decadência ou degenerescência. Na sexualidade *one-sex-model* a figura da mulher é como a de um homem invertido; na *two-sex-model*, a mulher torna-se diferente desde a origem, seu aparelho reprodutor deixa de ser a réplica do homem, e promove a bissexualização do prazer sensual e a distinção, em definitivo, dos gêneros. O invertido agora é o homossexual, considerado antinatural, perverso com duplo desvio: a sensibilidade nervosa igual à das vaporosas e histéricas, e o prazer sensual feminino, era a prova de que “o sexo” da mulher podia habitar o corpo de um homem; 4. **A Visão da Bissexualidade na Psicanálise e da Homossexualidade na Biologia** - a psicanálise acredita na bissexualidade como uma predisposição inata, cuja superação se dá por meio

da elaboração do complexo de Édipo na construção da orientação sexual. Para que essa elaboração venha a calhar, ou seja, que o sujeito do sexo masculino ou feminino tenha orientação para o sexo oposto, então, a trama edípica teria sido, em tese, bem sucedida, do contrário coloria em dúvida a relação triangular pai, mãe e filho, na sua função paterna. Numa carta para uma americana mãe de um homossexual, Freud (cit. in Gay, 1989) teria dito que a homossexualidade não é uma vantagem, mas também não é nada de que alguém possa se envergonhar, não é uma doença, mas uma variação da função sexual, produzida por suspensão do desenvolvimento sexual. Como pode ser normal um desenvolvimento que, em algum momento, teve seu processo, suspenso? A psicanálise que constrói e subverte as normas vigentes, ao mesmo tempo parece que abriga um forte potencial normalizador (Loureiro, 2004). Da parte da biologia, os cientistas continuam na busca de dados da natureza para provar que a homossexualidade tem uma origem genética, hormonal e outras. Para Wright (2006), há evidências que indicam que alguns genes, mais do que outros, têm maior probabilidade de conduzir à homossexualidade. Porém, não é possível afirmar que exista um “gene *gay*”;

5. Preconceito Sexual: religião versus ciência - destaca que a ciência não consegue ser convincente a ponto de fragilizar os argumentos que sustentam os princípios e dogmas das religiões. Assim, para manter o preconceito atualizado contra homossexuais se recorre, em especial, ao Levítico 19:20 (na Bíblia Sagrada) quando afirma que se um homem se deitar com outro homem, ambos praticaram coisa abominável; serão mortos; o seu sangue cairá sobre eles. Mas os crentes não mantêm atualizados outros mandamentos bíblicos, a exemplo do qual destaca Plon (2006, p. 34), no Levítico 20:10, que diz: “o homem que adultera com a mulher do seu próximo, certamente morrerá, o adúltero e a adúltera”, essa punição, em algumas culturas, faz valer somente para a mulher, por meio do apedrejamento e outros. Para Freud (1908/1976b, p. 200), “essa moral sexual ‘dupla’ que é válida em nossa sociedade para os homens é a melhor confissão de que a própria sociedade não acredita que seus preceitos possam ser obedecidos”. Sem dúvida, ao longo da história, as religiões têm sido uma das principais fontes de estímulo à intolerância, ao preconceito, à discriminação e à violência contra homossexuais não só no Brasil, mas também em várias partes do mundo (Mello, 2005);

6. Ativo e/ou Passivo, eis a questão? - ressalta que nas culturas machistas o passivo é desqualificado, colocado aquém da mulher, “meio homem”, “homem em falta”, e o outro, o sujeito penetrador ganha mais *status* de macho, sobre ele não recai o estigma da homossexualidade. Em algumas sociedades mais evoluídas não há essa característica

tão marcadamente polarizada pelo binário passivo/ativo, surge à figura meio termo do sujeito versátil que tanto pode se permitir ativo ou passivo na relação sexual com outro homem. Ambos, ou seja, o que é somente passivo e o versátil já não são desqualificados na sua masculinidade nem necessariamente apresentam “visibilidade do estigma” (Goffman, 1988); 7. **A Visibilidade Gay: uma atitude revolucionária do homossexual masculino?** - vislumbra como uma atitude certamente revolucionária o sujeito deixar transparecer a sua singularidade, em particular, a “visibilidade do estigma” diante de um contexto social que a condena. Em termos foucaultianos, poderia se falar de um corpo indócil, não adestrado, que parece revolucionário por isso, pelo ímpeto de se legitimar sendo o que ele é, rompendo como todas as expectativas contrárias da família, do social e de gênero, reivindica, na condição de diferente da maioria, direitos como iguais. Um instaurador de dúvida que abre espaço para a diferença e se constitui num signo de contradição para a normalidade, um desejo enquanto devir como afirmação de uma identidade itinerante (Trevisan, 2002); 8. **A Conjugalidade e a Parentalidade Gay** - um breve histórico do nascimento do casamento, e como essa união e socialização da criança foram legitimadas como exclusivas para casal heterossexual, e as questões voltadas para formação das novas famílias por meio do casamento e a adoção de criança por casal de pessoas do mesmo sexo; 9. **A Suposta Inclusão Homossexual** - apesar de algumas conquistas de direitos, a exemplo do casamento e da adoção de criança, e avanços no sentido de uma maior tolerância aos homossexuais em alguns países, o facto é que o homossexual ainda sofre discriminação, se não abertamente, mas de modo velado. No Brasil onde ocorre a maior Parada *Gay* do Mundo, e também o país campeão mundial de assassinato de homossexual. Isso parece contemplar o que afirmar Badinter (1992) de que na medida em que os homossexuais se tornam “visíveis” e reivindicadores, mais se defrontam com novas formas de hostilidade; 10. **A Psicologia e a Homossexualidade** - a retirada da homossexualidade da categoria das doenças ou perturbações mentais, não eliminou o facto de que muito psicólogos ainda consideram a homossexualidade uma doença, mesmo contrariando os órgãos legisladores da profissão. Enfim, ainda acreditam na homossexualidade como doença e reproduzem isso. Como salienta Barbero (2005), a psicanálise, em geral, continua mais dogmática do que o seu criador. Poucos no meio psicanalítico assumem uma posição abertamente preconceituosa, porque seria considerada politicamente incorreta, no entanto, sob a forma de teorizações estendem-se a intolerância e o preconceito.

CAPÍTULO I
AS DOBRAS DA HOMOSSEXUALIDADE

1. Alguns estudos já realizados na psicologia sobre preconceito sexual

“Meu papel – mas este é um termo excessivamente pomposo – é o de mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam, que elas têm por verdadeiro, por evidentes, alguns temas que foram fabricados num dado momento da história, e que esta suposta evidência pode ser criticada e destruída” (Michel Foucault).

O preconceito e a discriminação, nos dias atuais, ainda persistem em relação à orientação sexual, e “dados de um inquérito sobre valores realizado periodicamente em vários países do mundo (World Values Survey, 1997, 1999) indicam uma situação preocupante no que diz respeito ao preconceito anti-homossexual, em Portugal e no Brasil” (Gato, Fontaine & Leme, 2014, p. 258). O preconceito sexual existe em todos os segmentos das sociedades, independente do seu nível econômico, social e cultural, mas ainda são poucas as pesquisas que se ocupam desse tema, como se não tivesse relevância, ou, como se a sociedade precisasse manter o *status quo* do seu desconhecimento a respeito, evitando, assim, de se debruçar sobre essa questão que, na verdade, se torna problemática ou questão, na medida em que a maioria das sociedades não aceita a diversidade sexual. Assim, o preconceito sexual, nas suas mais diversas manifestações, reais, subjetivas e simbólicas, tem consistido em um fenômeno de proporção mundial que se perpetua ao longo dos séculos.

Apesar da Associação Americana Psiquiátrica (APA), em 1973¹, ter retirado da homossexualidade da categoria dos transtornos mentais, e em 1990², a Organização Mundial da Saúde (OMS), ter seguido esse exemplo, em pleno século XXI ainda há resistência em aceitar a despatologização da homossexualidade como facto. As mudanças legais nos últimos anos, em alguns países que pretendem diminuir a discriminação, a exemplo do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, direito à adoção por casais *gays*, e a lei de identidade de gênero, contrastam com situações nas quais, continuamente, são negados às pessoas LGBTs (lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros) direitos e acesso às determinadas instituições (Clarke, cit. in Costa, Pereira, Oliveira & Nogueira, 2010). Porém, a reapropriação e a ressignificação de

¹ Bozon (2004) se refere ao ano de 1974; Nogueira e Oliveira (2010) citam o ano de 1973.

² Fleury e Torres (2010) se referem ao ano de 1985, e Teles (2011) se refere ao ano de 1990.

espaços públicos surgem como ação necessária à visibilidade, um pluralismo de vozes e singularidades que tornam a todos/as, pessoas. Assim, é indispensável o olhar de uma análise crítica que leve em conta os contextos e as explicações históricas, sociais, culturais e políticas (Costa et al., 2010).

Tendo em vista que a homossexualidade deixou de ser considerada pela APA e pela OMS uma perturbação mental, e que a mesma é uma forma natural, saudável e válida de manifestação de atração sexual e de relacionamento, é imperativo que os estudantes das diversas áreas da saúde assumam essas noções de forma clara, para que possam prestar cuidados de saúde de qualidade à população LGBTs (Oliveira, 2010). Mas, do contrário, se percebe que o preconceito sexual está, de modo geral, no universo da escola, até mesmo no espaço acadêmico do curso de psicologia, e nos ambientes profissionais destinado à ajuda psicológica às pessoas que, justamente, buscam esse tipo de serviço para atenuarem seu sofrimento psíquico decorrente do preconceito sexual e/ou da própria discriminação internalizada. Por vezes, ocorre o que McLaren (cit. in Louro, 2001) chamou de *apartheid sexual*, ou seja, uma segregação que é promovida tanto por aqueles que não querem os homossexuais por perto como pelos próprios homossexuais que se afastam. Mas não seria de se esperar que uma maioria intolerante elimine ou enfraqueça a disposição de enfrentamento da minoria que é rejeitada? Louro (2001) ressalta que:

Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse “contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade. (p. 29)

O preconceito sexual nas escolas, de modo geral, ou talvez até em nível mundial, se manifesta por meio do *bullying* contra jovens LGBT. Para Olweus (1991), o *bullying* se define pela exposição de um aluno a ações negativas repetidas, num período considerável de tempo, por parte de um ou mais alunos. Pode ser direto, sob a forma de ameaça e agressão, ou de modo indireto, por exemplo, isolamento e exclusão intencional de algumas atividades que envolvam todos os alunos. O *bullying* está também relacionado a uma desigualdade de poder, pelo facto da vítima não conseguir, por várias razões, se defender de forma adequada, como também por está isolada, ser menor ou fisicamente mais frágil, ou se sentir inferiorizada em relação aos seus perseguidores. Pesquisas realizadas no Reino Unido constataram a prevalência do

bullying por preconceito sexual na sua rede educacional. Um quarto da amostragem com professores do ensino secundário reconhecia a existência de *bullying* por preconceito sexual em suas escolas; e 82 % dos professores relataram a existência de *bullying* sexual por meio verbal, e um quarto deles apontou *bullying* por meio físico nas escolas que lecionavam (Douglas, Warwick, Whitty, Aggleton & Kemp, 1999).

Estudos também têm identificado elevados percentuais de adultos com estresse pós-traumático e depressão que foram vítimas de *bullying* frequente e prolongado sofrido na escola devido à sua orientação sexual. O reconhecimento das implicações para a saúde e bem-estar psicológico de crianças e jovens cometidos por *bullying* sexual resultou, em Portugal, na criação do Observatório de Educação LGBT (Associação de Jovens LGBT e Simpatizantes) que, em 2006 e 2008, desenvolveu dois relatórios, cujas conclusões denunciam que a escola ainda não consiste em um espaço seguro para muitos jovens homossexuais, bissexuais e transgêneros, ou, assim, percebidos (Carvalhosa, Moleiro & Sales, 2009).

O cotidiano das escolas brasileiras também mostra forte rejeição à homossexualidade em todo o Brasil. Pesquisa de Castro, Abramovay e Silva (2004) confirma que a discriminação contra homossexuais, inclusive de que é mais abertamente assumida pelos alunos do que o preconceito contra os negros. O preconceito sexual no Brasil recebe um reforço cultural na desvalorização de tudo que é feminino ou que se diz ser “coisa de mulher”. Os homens que se aproximam de um comportamento socialmente identificado como fazendo parte do feminino, são fortemente vigiados, discriminados e, inevitavelmente, sofrerão vários tipos de penalidades na escola, que envolvem, muitas vezes, violência física (Meyer & Borges, 2008; Souza, 2006).

Talvez, devido à espontaneidade e a impulsividade inata dos adolescentes, o *bullying* por preconceito sexual seja mais frequente nas escolas do que parece ocorrer nas universidades, embora, conforme as pesquisas, nesses espaços da escolaridade de nível superior, o preconceito sexual se manifeste de modo sutil, ou é ignorado como se não existisse, e não se reduz ao universo acadêmico, mas também, de algum modo, se faz presente no âmbito profissional da psicologia.

Nos escassos estudos relacionados a alunos de psicologia sobre preconceito sexual, grande parte está associada a outras disciplinas, cujos resultados variam entre aceitação, rejeição e ambivalência, como será observado a seguir, e parece se repetirem, mesmo, em contextos distintos.

1.1. Pesquisas realizadas nos Estados Unidos da América

Um estudo realizado por Herek (2009), com uma amostra de 662 lésbicas, *gays* e bissexuais, dá conta de que 13% dos informantes revelam ter sido alvo de objetos arremessados contra si, devido à sua orientação sexual; 23% revelam ter sido ameaçado com violência; e 49% de ter sofrido abusos verbais. Numa pesquisa sobre a percepção do aluno a respeito do preconceito sexual em programas de pós-graduação de psicologia, Pilkington e Cantor (1996) encontraram muitos exemplos relevantes de preconceito heterossexista em vários domínios: livros didáticos, material escrito no curso, declarações feitas por instrutores, e outras formas de preconceito ou discriminação relativo à orientação sexual incluída no currículo do curso. Diferenças geracionais entre os membros do corpo docente, diversas religiões ou princípios filosóficos com crenças pessoais sobre as origens da sexualidade e a moral da sexualidade continuam a influenciar a forma como as minorias sexuais são tratadas nos programas em nível de doutoramento em psicologia, mas não há movimento claro em direção a inclusão. Assim sendo, é preciso compreender como as instituições de ensino estão lidando com o preconceito sexual e o que pode ser feito para facilitar maiores níveis de aceitação, uma vez que, a redução do estigma e do preconceito é um passo necessário, em vista disso, deve se incluir professores e funcionários num trabalho em prol da criação de um ambiente que apoie, que proporcione a sensação de segurança aos alunos e alunas lésbicas, *gays* e bissexuais (Jayakumar, 2009; Meyer, Ouellette, Haile & McFarlane, 2011; Pilkington & Cantor, 1996).

Segundo Jayakumar (2009), predominam atitudes negativas entre os graduandos de psicologia em relação às pessoas lésbica, *gay*, bissexual (LGB). Estudos sobre estudantes LGB continuam a indicar que se sentem marginalizados e invisíveis. Talvez, a existência de um ambiente hostil para estudantes LGB seja mais perturbador, mesmo quando a população de estudante geralmente aceita as diferentes orientações sexuais. Em outras palavras, é possível que uma estrutura discriminatória crie um ambiente opressivo apesar da aceitação e da diminuição de prejuízo em nível individual. A existência de um clima negativo para estudantes LGBT pode ser entendido como mais do que um produto de atitudes individuais, mas, sim, como um reflexo de toda uma estrutura social que normatiza privilégios culturais. Na pesquisa de Massey (2009), realizada num curso de psicologia do Texas, os 269 estudantes expressaram crenças igualitárias pró-*gays*, ao mesmo tempo esqueciam a discriminação antigay no próprio curso. Mas, em geral, as pesquisas mostram um progresso significativo de melhores

atitudes em relação aos estudantes que fazem parte da minoria sexual. No entanto, alunos e professores, heterossexuais ou não, certamente, não devem ficar satisfeitos com isso, mas identificar mais medidas que irão melhorar a compreensão, apoio e inclusão das minorias sexuais (Larsen, 2007).

1.2. Pesquisas realizadas na Europa

Uma pesquisa realizada por Pereira (2009), com 136 universitários portugueses de Lisboa-PT (não cita o curso), sendo 68% do sexo feminino, a autora afirma que os sujeitos estão imunes à anti-normatividade social do preconceito quando acreditam numa explicação religiosa, ou seja, de que os homossexuais são pessoas desviantes das Leis Sagradas; e menos sensíveis a essa anti-normatividade quando acreditam numa explicação biológica acerca da natureza da homossexualidade, i.e., de que os homossexuais são indivíduos que possuem problemas hereditários, congênitos ou hormonais. Nesse sentido, Landén e Innala (2002) mostraram num estudo realizado na Suécia que a crença na natureza psicológica da homossexualidade estava associada a atitudes mais negativas, enquanto que a crença na natureza biológica da homossexualidade estava correlacionada com atitudes mais positiva em relação aos homossexuais. O trabalho de Pereira (2009) mostrou que o efeito da normatividade social do preconceito contra os homossexuais não é invariável. Assim sendo, de facto, esses resultados confirmam a hipótese de que o efeito da normatividade social do preconceito sexual depende da adesão à crença do tipo essencialista sobre a natureza da homossexualidade, nas dimensões dos campos religioso e biológico. Os sujeitos que não compartilham essas crenças, o efeito da normatividade social do preconceito contra os homossexuais evidencia a existência de uma associação forte entre a normatividade e a expressão de atitudes preconceituosas.

Num estudo realizado por Gato, Fontaine e Carneiro (2012), com 380 estudantes universitários portugueses, dos cursos de Psicologia, Fisioterapia e Engenharia Mecânica, foi realizada a validação de um instrumento de avaliação, a Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a *Gays* (EMAFGL), a qual definiu basicamente três tipos de atitudes negativas: *rejeição da proximidade* (manifestação clássica de preconceito que se relaciona a atitude de rejeição/evitamento na convivência com lésbicas e *gays* nos diversos contextos e circunstâncias sociais, com manifestação de emoções negativas direcionadas a essa população); *homopatologização* (atitude tradicional de condenação moral e patologização da homossexualidade ainda muito

presente na actualidade) e *heterossexismo moderno* (itens sutis que dizem respeito à homonegatividade moderna). Os homens nessa pesquisa reportaram valores mais elevados do que as mulheres. Talvez, isso denote a vulnerabilidade da condição heterossexual, uma vez que, a frágil masculinidade de muitos homens se constrói e se afirma publicamente em contraponto à homossexualidade e a feminilidade (Eribon, 2008; Gikovate, 1989; Lins, 2013).

Na concepção de Pereira (2009), uma força para reduzir o preconceito contra os homossexuais dependerá dos padrões de crenças sobre a homossexualidade também activadas no contexto onde a influência normativa da sexualidade está a ser processada. O efeito da norma no preconceito será moderado pelas crenças sobre a natureza da homossexualidade, ou seja, a norma antipreconceito reduzirá o preconceito apenas em contextos em que esta norma não for incompatível com as crenças dos indivíduos sobre uma suposta natureza homossexual. A pesquisa de Moita (2001) revela que, para os terapeutas portugueses, tal como se observou nos terapeutas americanos, ingleses e suíços, a homossexualidade, de modo indireto, ainda é tida como um *déficit*. Isso se revela por meio da defesa de modelos etiológicos que a consideram “uma falha no processo de identificação” ou “uma falha narcísica³”.

1.3. Pesquisas realizadas no Brasil

Segundo Pereira (2004), estudantes brasileiros de graduação em psicologia aparecem com mais frequência nos grupos dos não preconceituosos. Em um estudo com 231 estudantes (não especifica o curso) de uma universidade pública da Paraíba-PB, em relação à homofobia implícita e a geral, os homens apresentaram maior pontuação do que as mulheres, e ambos os sexos apresentaram pontuações acima do ponto médio da escala, indicando concordância com as atitudes homofóbicas (Marinho, Marques, Almeida, Menezes & Guerra, 2004). Numa pesquisa sobre adoção por parte de casal homossexual, os estudantes brasileiros de Psicologia apontaram distúrbios psicológicos como possíveis consequências para as crianças, enquanto os estudantes de Direito consideraram como problema a não aceitação da sociedade (Araújo, Oliveira & Castanha, 2007).

³ Considerando o fato de que neste trabalho os autores usam bastante grifos, revolvemos colocar a observação grifo/s nosso/s somente em caso bem específico, nos demais o/s grifo/s deve/m ficar/em subtendido/s como sendo do/s autor/es.

Numa pesquisa sobre a relação da representação da natureza da homossexualidade e o preconceito contra os homossexuais, com uma amostra de 220 estudantes de universidade da cidade de João Pessoa-PB, 31% de alunos de psicologia, 31% de alunos de engenharia civil, 24% de alunos de medicina e 14% de outros cursos. Lacerda, Pereira e Camino (2002) adotaram a tipologia do preconceito racial sutil/flagrante de Pettigrew e Meertens (1995), no seu estudo do preconceito contra homossexuais, e relacionaram as justificativas dos alunos a cinco atribuídas origens da homossexualidade: biológica, psicológica, psicossocial, religiosa e ético-moral. Os resultados ressaltaram como igualitários os alunos de psicologia (psicossociais), os alunos de medicina (biológica e psicológica) com preconceito sutil, e alunos de engenharia civil (religiosa e ético-moral) com preconceito flagrante. Esses autores chegaram à conclusão de que o preconceito flagrante contra os homossexuais está ancorado nas crenças ético-morais e religiosas, enquanto o preconceito sutil está mais relacionado com a crença na natureza biológica e psicológica, ao passo que as atitudes não preconceituosas estão ancoradas nas crenças psicossociais.

Em um estudo correlacional mais recente, realizado por Pereira, Torres, Pereira e Campos (2011), com 374 estudantes de teologia, 207 evangélicos e 167 católicos, que responderam um questionário sobre crenças e atitudes em relação aos homossexuais. Os autores obtiveram resultados idênticos: o preconceito sutil estava relacionado à crença baseada na natureza biológica e psicossocial, bem como na descrença de uma representação ético-moral da homossexualidade; e o preconceito flagrante estava relacionado à descrença tanto na natureza biológica e psicossocial quanto a uma representação ético-moral. Em termos globais, prevalece os discursos de não-aceitação e estigmatização em relação à homossexualidade em várias instituições sociais, em particular, naquelas que têm vínculo muito forte com a religião e a visão da homossexualidade como pecado (Herek, Chopp & Strohl, 2007).

Entretanto, não é somente no universo acadêmico que sugere haver escassa ou mudanças não tão significativas em relação ao preconceito sexual, no próprio espaço de exercício profissional da psicologia clínica o preconceito sexual também é identificado. Num estudo de Camino e Pereira (2000), professoras de psicologia que atuam na área clínica demonstraram não aceitação pela Resolução 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia (1999, p. 2), cujo parágrafo único do Art. 3º, diz: “Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades”, por considerarem a homossexualidade doença e que os

homossexuais devem ser curados. Assim, “sem expressar um preconceito explícito contra os homossexuais, boa parte dos psicólogos tratam a homossexualidade como um distúrbio que deve ser assumido ou, se possível, superado” (Lacerda et al., 2002, p. 167). Segundo Rios (2006), há carência de estudos no que diz respeito ao modo como os psicólogos respondem aos fenômenos da homossexualidade em seus consultórios, como as teorias e as abordagens são postas em prática.

Os citados estudos corroboram com a literatura que sugere atitudes mais negativas dos homens com relação à homossexualidade, em razão das fortes crenças acerca dos papéis sociais de gênero. Porém, nos estudos de Massey (2009), pouca diferença de gênero foi encontrada para as formas modernas ou simbólicas de preconceito sexual, apesar do sexo masculino ser mais propenso a expressar heterossexismo tradicional do que do sexo feminino. Os novos racistas acreditam que a discriminação contra grupos minoritários é inapropriada, entretanto, ao mesmo tempo, manifestam pontos de vista crítico e negativo sobre os costumes, crenças e valores destes grupos, considerando-os diferentes e inferiores aos próprios costumes e valores (Castillo et al., cit. in Marinho et al., 2004). Embora os heterossexuais, agora, possam ser menos propensos a expressar abertamente atitudes e comportamentos hostis em relação a *gays* e lésbicas, muitos continuam a demonstrar desconforto ou aversão em relação a qualquer tipo de aproximação e tentam evitar interações (Newport, cit. in Massey, 2009). Evidentes formas de preconceito sexual “à moda antiga” estão cada vez mais sendo substituídas por expressões mais sutis de preconceito (Massey, 2009). Pesquisas no mundo inteiro têm salientado o carácter mais dissimulado do preconceito sexual e a sua manutenção em sociedades nas quais as práticas discriminatórias são proibidas e onde as pessoas preconceituosas são mal vistas (Gato, Carneiro & Fontaine, 2011).

A homopatologização diz respeito a uma atitude tradicional de condenação moral e patologização da homossexualidade que ainda se observa nos dias de hoje. A Rejeição da proximidade é uma manifestação clássica de preconceito que se relaciona com a rejeição/evitamento da convivência com lésbicas e *gays* em diversas situações sociais e com a manifestação de emoções negativas relativas a essa população. O Heterossexismo moderno compreende itens que dizem respeito à homonegatividade moderna e também que são comuns a outros preconceitos contemporâneos, por exemplo, posicionamentos desfavoráveis ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, à homoparentalidade e à visibilidade das identidades lésbica e *gay* (Gato et al., 2012).

Certamente, a preocupação institucional com essa questão irá refletir nas atitudes dos alunos, seja de qual nível de escolarização for: elementar, secundário e superior, de como veem à homossexualidade e o modo de interagir com os colegas LGBTs. Aliás, não só a questão do preconceito sexual, mas todas as formas de preconceito deveriam fazer parte da grade curricular de toda escola, afinal, a proposta da educação é a formação integral do aluno cidadão consciente e crítico. Mas, muitas pessoas têm medo da homossexualidade, a ponto de acreditar que a “mera menção da homossexualidade vá encorajar práticas homossexuais e vá fazer com que os/as jovens se juntem às comunidades *gays* e *lésbicas*” (Britzman, 1996, pp. 79-80). Nessa perspectiva, a imposição de não querer saber sobre as comunidades homossexuais parece que espera que funcione como uma espécie de garantia da preferência do estudante pela heterossexualidade. Acrescenta-se a isso o facto de que uma pessoa ao falar de modo simpático sobre *gay* e *lésbica*, logo se torna suspeita de ser homossexual. Tais interpretações acabam funcionando como impeditivas às discussões sobre as questões relacionadas à homossexualidade (Louro, 2011).

Existe preconceito sexual nos universos acadêmicos da psicologia em Portugal e no Brasil? A partir do exposto foi possível fazer este questionamento, e é sobre essa questão que o presente trabalho se propôs a investigar. O preconceito sexual é um fenômeno globalizado, entendido como uma visão heterossexual negativa frente à orientação sexual do outro, pode ser só sentido ou expresso abertamente, dirigido a um indivíduo ou a grupo estigmatizado (Herek, 2000). O imaginário do senso comum tem o psicólogo na conta de louco ou de sujeito de “mente aberta”, capaz de aceitar o Outro diferente, marginalizado pelo meio social, no caso do homossexual, por ser julgado como anormal ou inferior, em vista da sua condição sexual. O psicólogo seria, para esse imaginário, o profissional que é mais empático, que sabe e tem mais habilidades e competência para lidar com as questões relacionadas com a dor psíquica, por acreditar que, em razão da escolha desse ofício de ajuda, sua pessoa já tenha de modo latente um potencial de aceitação, tolerância e respeito ao humano. Supostamente é essa característica que o leva a buscar essa profissão porque no exercício da mesma terá diante de si a oportunidade de por em ação toda essa sua humanidade. Nessa representação está a convicção de que o curso de psicologia capacita o profissional para resolver todos os problemas psicológicos e emocionais dos pacientes. Essa visão popular de poder meio mágico da psicologia, de alguma forma tem a ver com a própria ideologia da profissão, como Bock (1999) aponta: “a Psicologia, não só como

conhecimento, como ciência, mas como profissão, está afinada com a 'ideia do Barão de Münchhausen': o homem e suas ações dependem do próprio homem, de seu esforço e vontade" (p. 14).

No estudo de Silva (1994), realizado com alunos de psicologia de três regimes de faculdades: Federal, Estadual e Privada, do estado da Paraíba-PB, em resposta a pergunta sobre o Motivo da escolha do curso de psicologia, as três maiores ocorrências foram: 1) Possuir características de psicólogo; 2) Ter um diploma superior ou não aprovação no curso prioritariamente desejado e 3) Resolver os conflitos da família. No primeiro item, por características de psicólogo se entende a capacidade de escuta e humanidade no trato com as pessoas; no segundo item, necessidade ou vaidade de um diploma de nível superior, e por último os conflitos da família que também se subteme os próprios conflitos do sujeito. Em suma, segundo essa pesquisa parece existir uma humanidade no aluno de psicologia, mas não exatamente voltada para o Outro que esteja fora do seu grupo familiar ou consanguíneo, embora possa ter um potencial humano, sensibilidade e delicadeza para com o próximo.

O futuro profissional, certamente, também precisará dessa disposição para lidar o preconceito sexual, praticamente, em duas vertentes: a) do sujeito discriminado que vivencia a dor psíquica por causa da discriminação, da não aceitação e intolerância à sua orientação sexual, por exemplo, os indivíduos LGBTs. Nesse grupo também pode estar incluído os sujeitos que, mesmo sendo heterossexuais, por algum motivo apresentam inconformidade de gênero, ou seja, não se comportam e/ou se vestem de acordo com as pessoas do seu sexo biológico masculino ou feminino; b) do preconceituoso (homofóbico), caso o mesmo busque ajuda ao reconhecer que sua conduta preconceituosa é um sintoma íntimo, particular, que necessita de apoio ou assistência psicológica para elaborar/superar seu preconceito. Isso, sem dúvida, é muito raro porque a sociedade, de algum modo, legitima o preconceito, assim, o sujeito preconceituoso acha natural, normal ter preconceito, por conseguinte, não teriam motivos para se autoquestionar, do contrário, muitos até se dão a liberdade de externalizar, seja de modo sutil ou flagrante, seu preconceito.

Assistir a indivíduos marcados pelo sofrimento psíquico, por conseguinte à discriminação social à sua orientação sexual, exige do psicólogo desprendimento de preconceito sexual, para que sua ajuda seja verdadeiramente efetivada na sua intervenção psicoterapêutica.

1.4. Conceitos relacionados à temática do preconceito sexual

A seguir serão apresentados alguns conceitos que estão diretamente relacionados à temática do preconceito sexual e outros que estão sendo desconstruídos, na tentativa de atenuar a força excludente do estigma.

1.4.1. Homofobia

É conceituada como preconceito contra os homossexuais, ódio aos homossexuais, muitas vezes levando à violência física (Michaelis, 1998). Porém, a homofobia só passou a existir tomando-se por base o conceito de homossexualidade, criado em 1869, pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert⁴. A expressão homofobia foi usada pela primeira vez em 1971, por Kenneth Smith, mas, comumente o vocábulo *homophobia* é atribuído ao psicólogo clínico George Weinberg que a definiu como sendo uma espécie de medo irracional ou receio de estar em espaços fechados com homossexuais (Hegarty & Massey, cit. in Oliveira, 2010). Para Borrillo (2010, p. 17), “a homofobia é o medo de que a valorização dessa identidade seja reconhecida; ela se manifesta, entre outros aspectos, pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual”.

O conceito *homofobia* é questionado por parecer que não define bem o sujeito ao qual se apropria. Em 1976, Lehne redefiniu a *homofobia* como medo irracional ou intolerância relativa à homossexualidade. O termo tem sido alvo de críticas e tentativas de mudanças a exemplo dos termos: *homoerotofobia*, *homossexofobia*, *homossexismo*, *homonegativismo*, *anti-homossexualismo*, mas nenhum ficou isento de crítica. Dados empíricos não validam a classificação das atitudes heterossexuais contra os homossexuais como uma fobia, tal como esta é concebida em sentido clínico, sugerem que esses sujeitos hostis a *gays* e lésbicas não manifestam as reações fisiológicas que estão associadas a outras fobias. Assim, pode-se argumentar que os homofóbicos não são verdadeiros fóbicos, e por isso não são clinicamente diagnosticados nem indicados para tratamento. O preconceito é uma atitude negativa ou hostil em face de um grupo distinto de pessoas, pautado em generalizações advindas de informações incorretas ou

⁴ Há controvérsias sobre a profissão, sobrenome e nacionalidade de Benkert, para Green (2000) ele era um escritor vienense; para Mott (2003) era o jornalista e advogado Kertbeny, que usava o pseudônimo de Dr. Benkert, e para Paoliello (2013, p.33), era “o jornalista, escritor e ativista dos direitos humanos austro-húngaro Karl-Maria Kertbeny”.

incompletas. Assim, Logan (1996) propõe como alternativa a expressão *preconceito homossexual*⁵ (Moita, 2001).

A “homossexualidade”, antes do séc. XIX, não existia, mas não o/a homossexual. Compreender a história da homossexualidade, certamente, conduz a uma nova visão a respeito da heterossexualidade e da sexualidade como um todo (Weeks, 2001). O conceito de heterossexualidade era desconhecido nos Estados Unidos até 1892 (Katz, 1996), e na França surgiu em 1911, mas admitida como normal apenas o sexo para fim reprodutivo, fora dessa intenção consistia perversão (Stambolian & Marks, cit. in Katz, 1996). Nos primeiros anos do século XX, o conceito heterossexual ambíguo e experimental do século XIX foi firmado e amplamente difundido como a ortodoxia sexual dominante, por meio da ideia de uma heterossexualidade essencial, eterna e normal (Katz, 1996).

Portanto, historicamente, na sociedade ocidental, o homem branco, heterossexual, de classe média e cristã, remete a essa norma, assim, o indivíduo que não se enquadra, automaticamente, se torna “marcado” a partir dessa referência, a mulher representa o *segundo sexo*, e gays e lésbicas serão descritos como desviantes, ou seja, os diferentes passam, em geral, a viver em segredo, sob o espectro do medo, obrigados a suportarem as dores da segregação social (Foucault, 1985; Green, 2000; Louro, 2001; Silva, 2006).

1.4.2. Anti-homossexual

Entende-se por atitude a tendência ou estado psicológico que é interno à pessoa. Entre as atitudes anti-homossexuais, a que merece maior relevância é o preconceito anti-homossexual. Mas, o que significa preconceito anti-homossexual? Esse termo já foi definido como ansiedade pessoal, como culpa sexual, e mesmo como medo e recusa da tendência homossexual da própria pessoa. Enfim, são questionados os modos como este conceito é pensado e operacionalizado, mostrando que o mesmo não apresenta uma única definição, e serve para medir coisas diferentes com o mesmo nome (Hegarty & Massey, cit. in Oliveira, 2010).

⁵ Essa questão será discutida com mais profundidade em Preconceito Sexual: religião versus ciência. Desde já salientamos que, dentro do possível, será usada preferencialmente a expressão *preconceito sexual* ao invés de homofobia, entretanto, será mantido quando os autores citados fizerem uso do mesmo em contextos nos quais, a mudança do termo, possa retirar a tônica discriminativa das suas descrições ou falas.

1.4.3. Sexismo

Constrói papéis específicos para homens e mulheres, naturalizando-os e, assim, afirma a dominação do homem sobre a mulher (Borrillo, 2010). A homofobia e a hierarquização das relações entre homens e mulheres, também denominadas de sexismo, são frutos de uma sexualidade binária que cria um espaço social sexualizado, que atua como sinalizador dos possíveis lugares a serem ocupados (Pocahy, 2007). As teses sexistas determinam os papéis sociais de meninos (devem ser machos, viris e dominadores) e meninas (devem ser educadas para serem dóceis, meigas, passivas). Desse modo, os processos educativos, sejam formais ou não, estão preocupados em vigiar, controlar, construir, reconstruir, determinar os espaços sociais dos corpos de meninos e meninas, homens e mulheres (Louro, 2003). Mas, essa separação rígida, estanque, do que caracteriza ou é apropriado ao masculino ou ao feminino, por se só não é determinante na produção de um discurso de “verdade” sobre o sexo, é a relação entre poder e saber que age como dispositivo de poder em todos os níveis (Foucault, 1969).

A homossexualidade masculina é classificada nas sociedades do lado “feminino” (Bourdieu, 1998a), devido a essa associação o homossexual passa a ser sinônimo de efeminado. As relações de poder hierarquizam e inferiorizam a mulher e os homossexuais. A maioria dos sentimentos homofóbicos é direcionada aos sujeitos que apresenta essa característica identitária, traços culturalmente definidos como femininos (Souza & Pereira, 2012, 2013), ou efeminação, que Goffman (1988) denomina de “visibilidade do estigma”. Paradoxalmente, a masculinidade se constrói e se afirma publicamente por ser contra a homossexualidade sempre desenhada como efeminada, isso engendra um potencial de violência sempre prestes a se liberar, sobretudo quando os sujeitos masculinos estão em grupo (Eribon, 2008). A homofobia reforça a frágil heterossexualidade de muitos homens, um mecanismo de defesa psíquica ou estratégia para evitar o reconhecimento de uma parte inaceitável de si. Assim sendo, dirigir a própria agressividade contra os homossexuais é um modo de exteriorizar o conflito e torná-lo, de algum modo, suportável (Badinter, 1992).

1.4.4. Heterossexismo

Esse termo foi proposto por Stephen Morin, em 1977, para significar as crenças e atitudes que não atribuem o mesmo valor aos estilos de vida entre pessoas do mesmo sexo e do sexo oposto. É compreendido como um sistema ideológico de crenças e valores que nega, denigre e estigmatiza qualquer forma não heterossexual de

comportamento, identidade, relacionamento ou comunidade não heterossexual (Herek & Berrill, 1992).

Torna-se evidente pela heterossexualidade compulsória numa sociedade cuja identidade heterossexual está naturalizada, construída como pressuposto e imposta. O heterossexismo ainda é usado para caracterizar os preconceitos heterossexuais contra homossexuais, bem como os comportamentos baseados nesses preconceitos, sugere um paralelismo entre o sentimento antigay e outras formas de preconceito como racismo, antisemitismo ou sexismo. Um dos efeitos pragmáticos do heterossexismo é a necessidade de indivíduos homossexuais se passarem por heterossexuais (Herek & Capitano, 1996).

Na construção do heterossexismo inclui preconceitos individuais e institucionais anti-homossexuais que, uma vez institucionalizado, passa a ser incorporado na cultura e a se manifestar nos discursos diários, bem como no comportamento antigay por meio de atitudes violentas contra homossexuais (Smith & Ingram, 2004; Rios, 2007). O heterossexismo tem em conta de que todo mundo é heterossexual, e que a suposta superioridade da heterossexualidade e da subordinação simulada da homossexualidade, é incessantemente promovida pelas instituições e/ou indivíduos (Welzer-Lang, 2001). Smith e Ingram (2004) examinarem as relações existentes entre o heterossexismo no trabalho, e as interações sociais e o ajustamento dos trabalhadores que são lésbicas, gays ou bissexuais, e concluem que o heterossexismo no ambiente de trabalho está relacionado à depressão e aos distúrbios psicológicos.

1.4.5. Heteronormatividade

A origem do preconceito sexual tem como base a heteronormatividade, i.e., a crença na superioridade da orientação heterossexual e na conseqüente exclusão, proposital ou não, de indivíduos não-heterossexuais das políticas públicas e organizacionais, eventos ou atividades sociais (Herek, 1984). Por não ser explícita, a heteronormatividade estigmatiza qualquer manifestação cultural não-heterossexual, desde a realização de casamentos civis e religiosos até a própria demonstração de afeto em público e na mídia (Gutkoski, 2006). A heteronormatividade refere-se à manutenção da heterossexualidade como norma para pensar o comportamento de todos os indivíduos, e pode ser definida como sistema de crenças subjacentes que institucionalizaram a heterossexualidade, e que faz do homem a figura dominante, sendo este o paradigma na sociedade ocidental.

O “mito da heterossexualidade” consiste em uma história ou narrativa, transmitida oralmente e através de livros e também textos sagrados, que tentam explicar, em particular, o mundo dos desejos e dos factos, com o intuito de garantir a estabilidade “moral” e justificar uma ordem recém-estabelecida, porém já “naturalizada” e transformada em norma, ou seja, na *heteronorma* (Guasch-Andreu, 2000).

Enfim, a heteronormatividade é um conjunto de disposições, discursos, práticas, por meio dos quais a heterossexualidade hegemônica e compulsória é instituída e se torna o principal sustentáculo da heteronormatividade, por ser vivenciada como única, natural e legitimada na sua expressão, em virtude disso, são reforçadas as instituições e os valores heteronormativos, e se privilegia quem se mostra devidamente de acordo ou em conformidade com essa ordem heterossexista (Louro, 2009; Sedgwick, 2007; Warner, 1993).

1.4.6. Homofobia internalizada

Essa expressão é definida como atitudes sociais negativas para o *self* da pessoa *gay* desvalorizando-a e provocando conflitos internos que resultam numa baixa autoestima. É um fenômeno cultural que leva as pessoas a terem medo da sua própria homossexualidade. Muitos homossexuais, bem antes de se perceberem com essa orientação sexual, internalizam valores negativos face à homossexualidade (Moita, 2001), entendida como a hostilidade de *gays* e lésbicas à sua própria homossexualidade (Herek & Capitano, 1996), a internalização das ideias homofóbicas, a sensação de vergonha que um cidadão pode sentir por se reconhecer ou ser identificado como homossexual (Pereira & Leal, 2011).

Meyer (1995) desenvolveu o conceito *estresse de minorias* para explicar o estresse vivenciado por grupos estigmatizados, um estado psicológico decorrente de agentes estressores antecedentes e vivenciados sistematicamente por pertencer a um grupo minoritário marginalizado e oprimido, pode provocar uma alienação, uma internalização dos aspectos sociais negativos e uma atitude negativa relacionada à determinada orientação sexual, é operacionalizado por meio de três componentes: *homofobia internalizada*, *estigma percebido* e *atitudes preconceituosas*. Entretanto, o ódio de si, na homofobia interiorizada, não é apenas uma relação perversa consigo mesmo, que quase sempre leva à vida dupla, à obsessão de ser descoberto, mas também conduz a comportamento de ódio ou de hostilidade para com o outro, no qual se vê e se recusa a querer se vê no outro (Eribon, 2008).

Em razão disso, o indivíduo homossexual não só é estigmatizado e discriminado pelos heterossexuais, mas também pelos próprios homossexuais que demonstram forte aversão, especificamente em relação ao *gay* efeminado. De certo, há homossexuais que são heterossexistas tanto quanto alguns considerados heterossexuais, os próprios homossexuais elegem e acreditam que o normal é ser heterossexual e, tendo estabelecido esse princípio, passam a defender e a criar um mundo paralelo, no qual imitam as regras e as crenças contidas no heterossexualismo (sic) na tentativa de que, assim, sejam aceitos (Souza & Pereira, 2013).

1.4.7. Gênero e identidade de gênero

É um estado psicológico de masculinidade e feminilidade (Stoller, 1993). Sexo é a conformação particular que distingue o homem da mulher, refere-se ao estado biológico que compreende os cromossomas, genitais externos, gônadas, aparatos sexuais internos (útero, próstata), composição hormonal, características sexuais secundárias e cérebro. Nos dias de hoje, a ultrassonografia se configura como uma das tecnologias auxiliares ao discurso da medicina para reiterar os valores heteronormativos. Por conseguinte, mesmo antes do nascimento o papel social que o bebê deverá desempenhar já está claramente definido: masculino ou feminino (Lins, 2013).

O termo *gender*, traduzido, nos anos 70, por gênero, pretendia romper a equação, na qual a colagem de um determinado gênero a um sexo anatômico que lhe seria naturalmente correspondente e resultava em diferenças inatas e essenciais para argumentar que diferenças e desigualdades entre mulheres e homens não é um determinismo biológico implícito no uso do termo “sexo”, e sublinha o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades (Meyer, 2003; Scott, 1995). Os sexos opostos são construídos socialmente pela supressão das semelhanças naturais, os homens devem reprimir qualquer que seja a versão local de características “femininas”, e as mulheres, igualmente, as “masculinas” (Rubin, 2003).

Para Greenson (1966), o investimento da mãe como objeto de amor da criança não requer nenhuma masculinidade inata, e que Stoller se opõe a Freud sobre masculinidade inata, e também de uma suposta maior complexidade da posição da menina no processo de aquisição da sua feminilidade. Mas, segundo Ribeiro (2005), a des-identificação necessária na construção da masculinidade, é corroborada pelo estudo de Stoller com transexuais que reforça a ideia de uma identidade feminina primária decorrente da relação inicial da criança com a mãe, “de uma ‘protofeminilidade’ nas crianças de

ambos os sexos, não deve ser pensado como um processo identificatório realizado pelo eu, mas como um mecanismo de *imprinting* capaz de agir sobre o próprio cérebro ainda em desenvolvimento” (p. 239).

A des-identificação, para Person e Ovesey (1999), deve ocorrer tanto na menina, quanto no menino, como tarefa, visto que a mesma não se diferencia do processo de separação-indivuação. Esses autores defendem que crianças de ambos os sexos podem autodesignar-se e posicionar-se quanto gênero sem enfrentar qualquer tipo de inveja, dúvida, des-identificação ou angústia. Ribeiro (2005) assinala que, por mais problemática que seja a utilização do conceito de *imprinting* por Stoller, tem o mérito de ser compatível com a posição de radical passividade da criança perante elementos da sexualidade do adulto que lhe são implantados e cujos efeitos tornar-se-ão, *a posteriori*, o motor da pulsão.

Nesse sentido, Money, Hampson e Hampson (1957) estabelecem uma relação entre *imprinting* e papel de gênero, porque a partir do acompanhamento de crianças com a genitália ambígua, puderam constatar que na determinação da identidade de gênero há uma predominância de fatores psicológicos. As crianças tendem a fortalecer essa identidade tendo em vista as primeiras atribuições de seu sexo que lhes são feitas pelo meio ambiente. Entretanto, para Person e Ovesey (1999) a identidade feminina quanto à masculina desenvolvem-se primariamente, portanto, os bebês não são, inicialmente, nem masculinos (Freud), nem femininos (Stoller). Butler (2003) contesta essa afirmativa ao destacar que qualquer tipo de *naturalização* do gênero, remete a ideia de uma aquisição de gênero não conflitiva, assim, um menino estaria bem instalado na sua masculinidade, bem como a menina na sua feminilidade, desde o nascimento.

Com base em Lacan, Woodward (2007) diz que o pai, simbólico ou real, é representado pelo *phallus*, o primeiro significante que introduz a diferença sexual no universo simbólico da criança, o que lhe dá um poder. Um poder falso porque o *phallus* denota poder e valor em razão do peso positivo da masculinidade no binário masculino/feminino ou na disfunção binária de Ter e Ser o falo. A criança é obrigada a reconhecer a diferença como um significante do poder. Na visão de Butler (2003), o tabu contra a homossexualidade precede o tabu do incesto homossexual. Logo, a perda do objeto do prazer se resolve pela incorporação deste mesmo prazer, assim, o prazer tanto é determinado como proibido por vias dos efeitos compulsórios da lei diferenciadora dos gêneros. Assim sendo, Butler (2003) salienta que:

No caso do tabu do incesto heterossexual, mediante o qual se estabelece a identidade heterossexual, a perda é experimentada como tristeza. No caso da proibição do incesto homossexual mediante a qual se estabelece a identidade heterossexual, a perda é preservada por intermédio de uma estrutura melancólica. (pp. 105-106)

Por que a identidade pela via da interdição do incesto homossexual teria uma carga afetiva mais forte (melancólica)? Enfim, torna-se um género é um laborioso processo de torna-se *naturalizado*, o qual requer diferenciação de prazeres e de partes do corpo, com base em significados institucionalizados com características de género (Butler, 2003).

1.4.8. Identidade sexual

Se constitui, especificamente, como referência hegemônica, tem como base a construção de projetos de masculinidade hegemônica diante das outras identidades sexuais - *gays*, lésbicas, *queers*, bissexuais, transexuais, travestis -, se declara e se sustenta (Badinter, 1992; Butler, 2003; Lopes, 2012; Louro, 2001; Navarro-Swain, 2010). De certo, uma motivação psicológica implica na identidade de género, mas, embora a masculinidade combine com o que diz respeito ao ser homem e a feminilidade ao ser mulher, o género é não natural, não há, necessariamente, uma relação direta entre sexo e género (Butler, 2003; Stoller, 1993). Talvez, o construto chamado *sexo*, seja tão culturalmente construído quanto o género, assim, a rigor, é possível que sexo sempre tenha sido género, de tal forma que a distinção entre sexo e género, revele-se como absolutamente irrelevante (Butler, 2003).

Os corpos ganham sentido socialmente, e a inscrição dos géneros - feminino ou masculino - nesses corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura com as marcas que lhe são próprias. A construção das identidades de género e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, e moldadas pelas redes de poder de uma sociedade que atua por meios excludentes, de forma que o humano não é apenas produzido sobre e contra o inumano, mas também por meio de um conjunto de apagamentos radicais, os quais recusam a possibilidade de articulação cultural (Butler, 2001; Louro, 2001).

A identidade é relacional, e a diferença é estabelecida por meio de marcações simbólicas quanto por meio de formas de exclusão social (Woodward, 2005) relativas a outras identidades, ou seja, a identidade depende da diferença, e a diferença depende da identidade de modo inseparável. A diferença pode ser construída negativamente, por

meio da exclusão ou da marginalização dos sujeitos que são definidos como “outros”. A identidade e a diferença não são criaturas do mundo natural, mas ativamente produzidas, criações sociais e culturais em estreita conexão com relações de poder (Silva, 2005; Woodward, 2005).

A maioria dos sistemas de pensamento comporta um dualismo que se expressa em termos de oposição: natureza/cultura, corpo/mente, razão/coração etc. Assim, um dos termos é sempre valorizado mais do que o outro, um passa a representar a norma, e o “outro”, é visto como “desviante ou de fora” (Cixous, cit. in Woodward, 2005; Derrida, 2004). Assim, o termo *heterossexual* criou um ideal de sexo diferenciado como eroticamente correto, uma norma que afirmou a superioridade dos homens heterossexuais sobre as mulheres e sobre os homossexuais.

Embora a distinção entre os sexos, feminino e masculino, se refira a indicadores biológicos, a identidade sexual é, basicamente, social. Mas presume-se de maneira errada que as diferenças entre os sexos são evidentemente simples e inequívocas (Wittig, 1980a), como se surgisse automaticamente da biologia ou da natureza dos corpos, como se as práticas e os julgamentos do entorno não servissem de alicerce para essa distinção (Katz, 1996).

A identidade se fixa graças à reiteração das pressões das normas sociais que regulam o *sexo*, por meio de um trabalho performativo responsável por atribuir às construções sociais relacionadas ao sexo, ao gênero e ao desejo, o estatuto de ontologia. O ato de linguagem performativo direciona a subjetividade do sujeito com a identificação das ontologias sociais (Butler, 2001, 2003). A identificação é uma coação social real e simbólica. Designar repetitivamente de “menina” a pessoa, por seus atributos “biológicos”, é coagi-la a se identificar com tal ontologia/biologia, construindo, assim, de acordo com esta, o sexo/gênero/desejo da menina. Tanto o biológico quanto o cultural predefinidos do “corpo” são a repetição de uma ontologia que, sem dúvida, tenta apagar-se como ontologia, procurando dá um semblante de natural a essas construções sociais (Francisco, 2011).

Mas quando o gênero é teorizado radicalmente como independente do sexo, “o próprio gênero se torna um artifício flutuante com consequência de que *homem e masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino com um masculino, e *mulher e feminino*, tanto um corpo masculino com um feminino” (Butler, 2003, pp. 24-25), “em outras palavras, é possível ser uma fêmea ‘masculina’ ou um macho ‘feminino’” (Salih, 2012, p. 67).

1.4.9. Orientação sexual

Segundo a APA (2008), a orientação sexual compreende o envolvimento emocional durável, afetivo e/ou a tração sexual por homens, mulheres ou por ambos os sexos. Em geral, se direciona para três categorias: heterossexualidade, bissexualidade e homossexualidade. A heterossexualidade diz respeito à atração sexual e/ou envolvimento afetivo com pessoa do sexo oposto. A bissexualidade consiste na atração e/ou envolvimento afetivo por pessoas de ambos os sexos. A homossexualidade consiste na atração e/ou envolvimento afetivo por pessoas do mesmo sexo (Oliveira, 2010). A escolha do objeto sexual, segundo Quinet e Jorge (2013, p. 11), “é profundamente enraizada no inconsciente e não depende de uma escolha consciente, nem de uma ‘opção sexual’ no sentido em que essa expressão é frequentemente utilizada”. Para Quinet (2013b), parece absurdo dizer que uma pessoa homem “escolheu” ser homossexual, certamente preferiria ser heterossexual, uma vez que luta contra seus desejos, ou se recrimina e até, por vezes tenta se matar para não ter que viver sua pulsão, a qual lhe exige constante satisfação.

O termo *transexualidade* inclui os indivíduos que se identificam como sendo do gênero diferente do sexo de nascimento. Implica no desejo de viver de acordo com o que é convencional no outro gênero. No caso do sexo biológico masculino que se orienta como sendo do gênero feminino, denomina-se transexual MTF (*male to female*), e do sexo biológico feminino que se orienta como sendo do gênero masculino, denomina-se transexual FTM (*female to male*). O transexualismo surgiu no final do séc. XX. Atualmente, a APA (2009) considera que o transexualismo se estende a todas as identidades ou expressões fora da aceitação convencional das normas, por exemplo, travesti, *drag* e outras (Oliveira, 2010). A psiquiatria do começo do século XX fazia distinção entre *travestismo*⁶ (pessoa com ânsia compulsiva de se vestir com roupa do sexo oposto, mas que preserva sua masculinidade ou feminilidade psicofísica), e *transexualismo* (pessoa que odeia sua própria anatomia e quer a qualquer custo, desesperadamente mudar para uma anatomia masculina ou feminina), essas síndromes foram colocadas na categoria das perversões (Argentieri, 2009). O transexual adulto, ininterruptamente, sente em seu interior, como se fosse membro do sexo oposto, deve

⁶ Argentieri (2009) diz que há disparidade na categorização da transexualidade, alguns autores a classificam como psicose (Socarides, 1970), precursor do travestismo ou da homossexualidade (Limentani, 1979), transtorno *borderline* (Green, 1987), transtorno narcísico (Oppenheimer, 1991; Chiland, 2000, 2003). Segundo essa autora, Lacan distingue “a transexualidade psicótica das formas neuróticas ou perversas de transexualismo”(p. 168).

ser diferenciado daqueles que tem desejos transitórios conscientes de serem do sexo oposto, mas que sabem que não são e, portanto, não fazem esforços para mudarem de sexo (Stoller, 1982).

1.4.10. Heterossexualidade compulsória

Essa expressão foi criada pela americana Adrienne Rich (1980), compreende a heterossexualidade como uma instituição política, em relação a qual a mulher tem sido parte da propriedade emocional e sexual dos homens e que suas autonomia e igualdade ameaçam a família, a religião e o Estado. As mulheres são tradicionalmente controladas pelas instituições: a maternidade em contexto patriarcal, a exploração econômica, a família nuclear, a heterossexualidade compulsória, que têm sido fortalecidas por meio da legislação, pelas imagens midiáticas e outros. Nessa perspectiva, Myron e Bunch (cit. in Katz, 1996) questionam: Se a heterossexualidade fosse, de fato, inevitável como afirma a ideologia dominante, ninguém se daria ao trabalho de condicionar os filhos a serem heterossexuais, e a cultura, uma vez que, não precisaria sustentar seus tabus com relação à homossexualidade? Essas autoras enfatizam que os garotos são condicionados para a heterossexualidade tanto quanto as garotas. Afinal, na maioria das culturas, um homem e uma mulher de “verdade” são heterossexuais. Um gay é supostamente efeminado, uma lésbica supostamente masculinizada.

No entender de Navarro-Swain (2010), Rich (1980) criou duas categorias para a análise feminista contemporânea: a heterossexualidade compulsória e o *continuum* lésbico, desconstruindo a naturalização das relações sociais. Para Wittig (1980b), não há natureza, tudo é cultura, resta um núcleo de natureza cultura que resiste ao exame, uma relação que se reveste de um carácter incontornável tanto na cultura quanto na natureza que é a relação heterossexual ou relação obrigatória entre “homem” e “mulher”. Na visão dessa autora, as lésbicas não são mulheres, porque o que faz uma mulher é a sua relação social particular com um homem. Essa fala de Wittig vai ao encontro do que Lacan (1971/2009, p. 30) afirma: “o que se define o homem é sua relação com a mulher, e vice-versa”.

Na interpretação de Butler (2003, p. 164), para Wittig “não há distinção entre sexo e gênero; a própria categoria de ‘sexo’ traz marcas de gênero, é politicamente investida, naturalizada, mas não natural”. Ainda para a autora, quando Wittig afirma que “a lésbica não é um mulher”, isso é respaldado na argumentação de que a mulher só existe nos termos que estabiliza e consolida a relação binária de oposição ao homem. A lésbica

é o único conceito que transpassa as categorias de sexo mulher/homem, uma vez que o sujeito designado lésbica, não é uma mulher nem economicamente, nem politicamente, nem ideologicamente. Uma vez que, a relação social específica da mulher com um homem, tem se chamado de servidão, pois implica obrigações pessoais e físicas e também econômicas (Wittig, 2012).

Butler (2003) acredita que Wittig vê o gênero no singular, ou seja, de que há somente um gênero que é o feminino, o *masculino* não sendo gênero, não é masculino, mas o geral. A partir da afirmativa de Simone de Beauvoir (1980), de que *não se nasce mulher, torna-se mulher*, Butler (2003) acrescenta que ninguém nasce com um gênero, mas com um sexo, como um sexo, sexuado, e que ser sexuado e ser humano são condições coextensivas e simultâneas. Mas o sexo não causa o gênero, não pode ser entendido como expressão ou reflexo do sexo; e concorda com Beauvoir de que o sexo é imutavelmente um fato, mas o gênero é adquirido, e ao passo que o sexo não pode ser mudado, o gênero é a construção cultural variável do sexo.

Enfim, a fragilidade e a instabilidade da identidade de gênero fica bem explícita na conduta da travesti que “subverte inteiramente a distinção entre os espaços psíquicos interno e externo, e zomba efetivamente do modelo expressivo do gênero e da ideia de uma verdadeira identidade de gênero” (Butler, 2003, p. 195).

2. A construção da identidade sexual

A atualidade se caracteriza pela velocidade e mudanças de parâmetros, de paradigmas que ainda estão sendo definidos, redefinidos, de outros que já estão se estabilizando, e daqueles que parecem ser, por sua natureza, inacabados. Nessa perspectiva, um tipo diferente de mudança estrutural tem transformado as sociedades modernas no final do século XX, e provocado fragmentação nos segmentos culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas orientações enquanto indivíduos sociais (Hall, 2005). Assim, as velhas e estáveis identidades estão em declínio, e as novas identidades que estão surgindo são, na sua maioria, fragmentadas para um ator social, até então, inserido numa realidade unificada. Para Cyrulnik e Morin (2000), é necessário parar de ver humanidade como algo dado, fixo, mas sim como um produto que se torna sempre muito ambivalente.

A chamada “crise de identidade” faz parte de um processo mais amplo de mudanças que está deslocando as estruturas e processos centrais dessas sociedades, e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem e estabilidade social (Hall, 2005). Afinal, se precisa de um “verdadeiro sexo”, bem definido, sem ambiguidade que remeta às incertezas e, assim, não se transforme em complicações sociais (Foucault, 1993, 1994). Todavia, a construção das identidades parece que resultam de uma “fluidez” ou “liquidez”, metáfora usada por Bauman (2001), para captar a natureza da presente fase, cheia de novas maneiras, na história da modernidade, que esse autor denomina de “modernidade líquida”. Nesse sentido, ou seja, na perspectiva das identidades líquidas, Hall (2005) elaborou três concepções de identidades: a) Sujeito do Iluminismo: pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consiste em um núcleo interior, que emergia no nascimento do sujeito, se desenvolvia, e permanecia essencialmente o mesmo ao longo da sua existência. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. Essa concepção era bastante “individualista” do sujeito e de sua identidade; b) Sujeito sociológico: refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas que era formado na relação com as pessoas importantes para ele, que mediavam os valores, sentidos e símbolos do entorno. Dessa forma, a identidade se formava na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito

ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas que vai se modificando num diálogo contínuo com os mundos culturais e as identidades que tais mundos oferecem; c) Sujeito pós-moderno: caracteriza o sujeito como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente, torna-se uma “celebração móvel”, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais os sujeitos são representados ou interpelados nos sistemas culturais. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas em volta de um “eu” coerente. Mas, na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, e assim, o indivíduo é confrontado por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis com cada uma das quais poderia, ao menos temporariamente, se identificar.

A questão da identidade é importante porque existe uma crise de identidade global, local, pessoal e política. Os processos históricos que sustentavam a fixação de certas identidades estão entrando em colapso, e novas identidades estão sendo forjadas, muitas vezes por meio da luta e da contestação política (Woodward, 2005). Embora, na atualidade cada vez mais grupos com suas representações sociais reivindiquem seu direito de viver a liberdade da sua sexualidade de modo idêntico aos heterossexuais. No entanto, o indivíduo homossexual, independente da época, passa por uma crise pessoal no processo de descoberta da sua identidade sexual, quando percebe que seu desejo sexual contraria o parâmetro geral de identificação predominante de gênero, e que o social somente legitima o desejo pelo sexo oposto. Assim, um dos pontos principais sobre a questão das identidades se concentra na discussão entre o essencialismo e o não-essencialismo. Nesse sentido, Woodward (2007) diz:

O essencialismo pode fundamentar suas afirmações tanto na história quanto na biologia; por exemplo, certos movimentos políticos podem buscar alguma certeza na afirmação da identidade apelando seja à “verdade” fixa de um passado partilhado seja a “verdades” biológicas. O corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade - por exemplo, para a identidade sexual. (p. 15)

Com base nisso, emergem subsídios para se argumentar que a identidade não é inata, o indivíduo de mesmo gênero, por exemplo, do masculino, pode construir-se nas diversas identidades heterossexual, bissexual, homossexual e outras. Uma criança

pequena só distingue sua idade sexual graças à diferenciação com crianças do sexo oposto ou, pelo menos, por identificação com outras crianças do mesmo sexo que o seu (Money & Ehrhardt, cit. in Badinter, 1992). Em vista disso, Woodward (2007, p. 14) questiona se é necessário reivindicar uma base biológica para a identidade sexual, e responde que “a identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma *marcação simbólica* relativamente a outras identidades”. Para Bauman (2000, p. 68), “a modernidade é um quadro inerentemente ‘transgressor’ que rompeu muita fronteira firme e segura”. Essa ruptura, em termos de sexualidade, parece ter contemplado quase que exclusivamente à heterossexualidade, porque, no que se refere à homossexualidade, apesar de algumas conquistas legais e avanços em alguns países, é, ainda, uma sexualidade condenada ou, se legalmente permitida, mesmo assim os homossexuais não gozam de plenos direitos, e de liberdade de expressão pública da sua afetividade igual aos heterossexuais, por ainda se constituir em uma afronta ou atentado ao pudor. O preconceito sexual, certamente, é atuante na maioria das sociedades, se em algumas sociedades, por conta da ideologia do politicamente correto, a discriminação deixou de ser explícita, direta, no entanto pode ter adquirido um modo sutil de se manifestar.

Porém, em outras sociedades, ou em grande parte delas, a discriminação continua a ser flagrante e, por vezes, sua condenação resulta em perseguição e ataques violentos que fazem dos homossexuais vítimas fatais. A cultura molda a identidade ao atribuir sentido à experiência e ao tornar possível a escolha entre as várias identidades, um modo mais específico de subjetividade. Em um sistema classificatório, as identidades são fabricadas por meio de marcação da diferença que separa uma identidade da outra, a afirmação da identidade e todas as práticas de significação produzem relações de poder. A esse contexto, Derrida (1991) acrescenta a ideia de traço, no sentido de que o signo não carrega apenas o traço daquilo que substitui, mas também o traço daquilo que não é, ou seja, a diferença (*différance*). Para Silva (2005), definir a identidade e marcar a diferença não pode ser separado das relações de poder, pois envolve uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. Logo, onde existe identidade e diferença, está presente o poder que define quem deve ser incluído ou excluído (Silva, 2005; Woodward, 2005). Hall (2000) destaca que:

As identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora “sabendo”, sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do

Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas - idênticas - aos processos de sujeitos que são nelas investidos. (p. 112)

A identidade não é algo inato existente na consciência do ser humano no momento do nascimento, mas realmente formada ao longo do tempo, e de modo instável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estruturado por diversos processos de socialização que, de uma só vez, constroem os indivíduos e definem as instituições (Dubar, cit. in Bauman, 2011; Hall, 2005). A ideia de identidade sexual é ambígua, em razão disso, é necessário pensá-la não mais como uma característica acabada, unívoca, universalizante, mas como uma identificação, vazada, um processo em andamento (Adorno, 1999; Hall, 2005; Weeks, 1987). Isso porque, na sociedade amplamente falocrática, a heterossexualidade é concebida como “natural”, universal e normal (Louro, 2001). Assim, criou-se o mito de que a identidade heterossexual não tem nada a ver com a identidade homossexual, como se fossem identidades sexuais separadas e privadas (Britzman, 1996). Nessa perspectiva, Gontijo (2009) diz que:

O “mito da heterossexualidade”, formulado por médicos e psiquiatras e respaldado por juristas, criou, por sua vez, o “contramito” ou o “mito dentro do mito”: o “mito da homossexualidade”. E esse “contramito” teria se transformado em “antimito” no século XX, desmistificando o mito-*mor*, que geraria por fim uma nova ortodoxia no início do século XXI. (p. 25)

O “mito da heterossexualidade” se assegura no fator reprodutivo que enfatiza uma grande diferença e na teoria vitoriana da complementaridade natural entre o homem e a mulher. O homem viril, possuidor de força e determinação, de um lado, e a mulher possuidora de doçura e generosidade, de outro (Rohden, 2004; Tisseron, 2002). Porém, “além de sua heterossexualidade manifesta, uma medida muito considerável de homossexualismo (sic) latente ou inconsciente pode ser detectada em todas as pessoas normais” (Freud, 1920/1976a, p. 211).

Segundo Halberstam (1998), a heterossexualidade hegemônica, seja no modo como equaciona sexo e gênero, aplicando os estudos da masculinidade exclusiva a homem, vai analisar a masculinidade das mulheres a partir de uma perspectiva que se implica com a nascente da teoria *trans* e que mostra como a produção da masculinidade exclui as mulheres para manter a masculinidade como privilégio dos homens. A noção de gênero e o modo como esse conceito se constrói, por sua vez, releva uma tecnologia de sujeitos produzidos num sistema semiótico-material, no qual se constitui humanos

sexuados (Preciado, 2008). A Teoria *Queer* (será explicitada mais adiante) se liga a Teoria Trans no sentido de produzir discursos que não somente são contra a norma da heterossexualidade hegemônica, mas também contra a própria ideia do dismorfismo de gênero como única possibilidade de inteligibilidade (Butler, 2003).

Tomando por base as correções médicas sobre indivíduos intersexo, que se apoiam mais em critérios-culturais do que em produção científica. Em relação a esse propósito a *teoria trans* tem sido utilizada como ponto de partida para questionar não só critérios médicos de designação de sexo, mas o próprio discurso veiculado sobre as pessoas trans como indivíduos no “corpo errado” (Kessler; Chase; Stone; cit. in Oliveira, 2010). Na maioria das culturas, o comportamento reforçado como adequado ao masculino, sempre foi apenas residual, é constituído de manobras de temor ao feminino, que os instigam a demonstrar, comprovar e reafirmar sua virilidade para provar macheza. Supostamente a principal qualidade para serem considerados homens, uma formação secundária e frágil que é preciso defender a força de supressões, de instituições e de artifícios (Ameno, 2000; Baudrillard, 2001; Boris, 2002; Seffner, 2003). Haja vista, que “o primeiro critério de definição sobre o que é ser homem para muitos indivíduos do gênero masculino permanece sendo ainda a biologia” (Boris, 2002, p. 127).

Portanto, é preciso desconstruir o carácter permanente da oposição binária masculino-feminino, essa polaridade rígida dos gêneros que implica em observar que o pólo masculino contém de modo desviado, postergado, reprimido, negado, o feminino, e vice-versa, como também de que cada um desses pólos é internamente dividido e fragmentado, porque, afinal, não existe a mulher ou o homem, mas diferentes homens e mulheres que podem ou não, entre si, ser solidários, cúmplices ou opositores (Britzman, 1996; Hall, 2005; Louro, 2001, 2011).

2.1. A identidade sexual na perspectiva freudiana

A primeira fase infantil de organização da libido é a fase oral, cujo prazer sexual está predominantemente ligado à excitação da cavidade bucal e dos lábios; na segunda fase, a anal, também chamada de fase sádico-anal, entre dois e quatro anos, é caracterizada por uma organização da libido sob o primado da zona erógena anal. A relação de objeto está plena de significações ligadas à função de defecação, seja de expulsão ou retenção, e, por conseguinte, o valor simbólico atribuído às fezes. A fase oral é seguida pelas fases anal e fálica, essa que se caracteriza por uma unificação das pulsões parciais sob o primado dos órgãos genitais. A criança de sexo masculino ou

feminino, nessa fase, só conhece um único órgão genital que é o masculino, e a oposição dos sexos é equivalente à oposição fálico-castrado. A fase fálica corresponde ao momento do ápice e declínio do complexo de Édipo, com predominância do complexo de castração (Laplanche & Pontalis, 2004).

A estrutura dinâmica do complexo de Édipo, Freud tomou de empréstimo da mitologia grega da história do Rei Édipo, assim, na sua fase fálica o menino ama a sua mãe e rivaliza como o pai, a menina ama o pai, e ver a figura da mãe como impeditiva à manifestação desse amor. O complexo de Édipo é vivido entre os três e os cinco anos de idade, sob a forma dita positiva, o mesmo apresenta-se como na história de Édipo-Rei, i.e., marcada pelo desejo da morte do rival que é a personagem do mesmo sexo, e desejo sexual pela personagem do sexo oposto. Na versão negativa, apresenta-se de modo inverso, ou seja, amor pelo progenitor do mesmo sexo e ódio voltado para o progenitor do sexo oposto. A estrutura e os efeitos do complexo de castração são diferentes no menino e na menina. O menino teme a castração como ameaça paterna, em razão das suas imaginações sexuais que o deixa em uma intensa angústia de castração. Na menina, a ausência do pênis é sentida como um dano sofrido que ela procura negar, compensar ou reparar na vida adulta (Laplanche & Pontalis, 2004). Em relação ao Édipo, Nasio (2007) descreve:

É uma lenda que explica a origem de nossa identidade sexual de homem e mulher e, além disso, a origem de nossos sofrimentos neuróticos. Essa lenda envolve todas as crianças, vivam em uma família clássica, monoparental, recomposta ou, ainda, cresçam no seio de um casal homossexual, ou até mesmo sejam crianças abandonadas, órfãs e adotadas pela sociedade. Nenhuma criança escapa ao Édipo! Por quê? Porque nenhuma criança de quatro anos, menina ou menino, escapa à torrente das pulsões eróticas que lhe afluem e porque nenhum adulto de seu círculo imediato pode evitar ser o alvo de suas pulsões ou tentar bloqueá-las. (p. 6)

Na visão de Freud (1924/1976c), a diferença essencial é que a menina aceita a castração como facto consumado, na medida em que o menino teme essa possibilidade. Na resolução do Édipo do menino, o mesmo desiste da mãe porque tem medo de ser punido, ao passo que a menina abandona a mãe que a decepcionou, não dando-lhe o pênis, e volta-se para o pai. Esse processo resulta na formação do supereu e na identidade sexual, quando a criança abandona os pais como objetos sexuais e os mantém como objetos de identificação (Nasio, 2007). Segundo Lacan (1956-1957/

1995), Freud insiste no ponto de que o falo não tem, por uma boa razão, o mesmo valor para quem o possui, a criança masculina, e para a criança que não o possui, a criança feminina. Lacan (1956-1957/1995) teoriza que:

A criança feminina, é na medida em que não possui o falo que ela se introduz na simbólica do dom. É na medida em que ela faliciza a situação, i.e., que se trate de ter ou não ter o falo, que ela entra no complexo de Édipo. O menino, como nos sublinha Freud, não é por aí que ele entra, é por aí que ele sai. No fim do complexo de Édipo, no momento em que realiza um certo plano a simbólica do dom, é preciso que ele faça dom daquilo que tem. A menina, se entra no complexo de Édipo, é na medida em que ela não tem, ela tem que encontrá-lo no complexo de Édipo. (p. 125)

Freud, sem dúvida, operou uma ruptura teórica ou epistemológica com a sexologia, estendendo a noção de sexualidade a uma disposição psíquica universal e extirpando-a de seu funcionamento biológico, anatômico e genital para fazer dela a própria essência da atividade humana (Roudinesco & Plon, 1998). Entretanto, alguns autores fazem críticas à questão edipiana, Armony (1995, p. 94) ressalta que “o complexo de Édipo tem um carácter dicotômico e machista, compatível com a época em que foi conceituado, mas que pode levar ao engano de que a essa seria obrigatoriamente a interdição necessária à formação do campo social”. Sobre outro aspecto dessa mesma questão, Deleuze e Guattari (2010, p. 103) afirmam: “não negamos que haja uma sexualidade edipiana, uma heterossexualidade e uma homossexualidade edipianas, uma castração edipiana - e objetos completos, imagens globais, eus específicos. O que negamos é que sejam produções do inconsciente”.

Para Freud (1905/1989a), na infância se reconhecem bem as disposições masculinas e femininas, mas a atividade autoerótica é idêntica em ambos os sexos, essa conformidade suprime na infância a possibilidade de uma diferenciação sexual, e na puberdade que se estabelece a separação nítida entre os caracteres masculinos e femininos. Porém, a libido é regular e normativamente de natureza masculina, seja no homem ou na mulher. Na fábula poética exposta por Aristófanes no Banquete de Platão, o ser humano é dividido em duas metades, homem e mulher, que aspiram unir-se de novo no amor. Por isso, Freud justifica que causa surpresa tomar conhecimento de que existem homens cujo objeto sexual não é a mulher, mas outro homem, e vice-versa. Diz-se dessas pessoas que são de “sexo contrário”, ou melhor, “invertidas”, e a esse facto se chama de inversão. Os invertidos, segundo Freud (1905/1989a), podem ser: a)

Invertidos absolutos - seu objeto sexual só pode ser do mesmo sexo, uma vez que o sexo oposto para eles nunca é objeto de anseio sexual, do contrário, os deixa frios ou com aversão sexual; b) Invertidos anfígenos (hermafroditas sexuais) - seu objeto sexual tanto pode pertencer ao mesmo sexo quanto ao outro; falta a esse tipo de inversão seu carácter de exclusividade; c) Invertidos ocasionais - em certas condições externas, por exemplo, da inacessibilidade ao objeto sexual normal, eles podem encontrar satisfação com pessoa do mesmo sexo que toma como objeto sexual.

A inversão pode ser concebida como um sinal de degeneração nervosa. Assim, tornou-se costume imputar à degeneração todos os tipos de manifestação patológica que não sejam de origem diretamente traumática ou infecciosa. Freud (1905/1989a) considera que haja degeneração, apenas, quando: a) Houver uma conjugação de desvios graves em relação à norma; b) A capacidade de funcionamento e de sobrevivência parecer, em geral, gravemente prejudicada.

A partir dessa especificação, Freud (1905/1989a) retira os invertidos da categoria da degenerescência. Para o pai da psicanálise, alguns fatores indicam que, no sentido legítimo da palavra, os invertidos não são degenerados, em razão de que: a) Encontra-se a inversão em pessoas que não exibem nenhum outro desvio grave da norma; b) Encontra-se a inversão em pessoas cuja eficiência não está prejudicada e que inclusive se destacam pelo desenvolvimento intelectual e cultural elevados.

Para reforçar esse seu argumento, Freud (1905/1989a) cita os seguintes factos que impedem de que se conceba a inversão como um sinal de degeneração: a) Nos povos antigos a inversão era um fenômeno frequente, quase uma instituição dotada de importantes funções; b) Extremamente difundida em muitos povos selvagens e primitivos, ao passo que o conceito de degeneração costuma restringir-se à civilização e mesmo entre os povos civilizados da Europa, o clima e a raça exercem a mais poderosa influência sobre a disseminação e o juízo que se faz da inversão.

2.2. Explicação freudiana da inversão sexual

No entender de Freud (1905/1989a), somos impelidos à suposição de que a alternativa inato/adquirido é incompleta, uma vez que, não abraça todas as situações identificadas na inversão. Na hipótese inata, é preciso dizer o que há nela de inato, para explicar o que há de rudimentar que a pessoa traz consigo, seu carácter inato, o vínculo da pulsão sexual com determinado objeto sexual. No caso de adquirida, cabe perguntar

se as múltiplas influências acidentais explicam a aquisição da inversão, sem que algo do indivíduo vá ao seu encontro?

Com base em Chevalier, Kiernan e Lydston, Freud (1905/1989a), diz que a opinião popular admite que o ser humano seja somente homem ou mulher. Porém, a ciência conhece caso de pessoas cuja genitália combina caracteres masculinos e femininos (hermafroditismo anatômico). Às vezes, plenamente desenvolvido, porém, sendo mais frequente que ambos se encontrem atrofiados. Freud (1905/1989a) considera como sugestivo transpor a concepção do hermafroditismo para o campo psíquico e explicar a inversão, em todas as suas variedades, como a expressão de um hermafroditismo psíquico que ganharia corpo se, com a inversão do objeto sexual, também ocorressem mudanças anímicas, pulsões e traços de carácter para variantes típicas do sexo oposto. Pode-se esperar tal inversão de carácter com certa regularidade nas mulheres invertidas, pois nos homens a virilidade é compatível com a inversão. A afirmativa de que o invertido masculino é “um cérebro feminino num corpo masculino”, ignora quais seriam as características de um “cérebro feminino”. Para Freud a substituição do problema psicológico pelo anatômico é inútil quanto injustificada. Há uma disposição bissexual implicada na inversão, mas não se sabe em que consiste além do anatômico. A disposição bissexual dota o indivíduo tanto de centros cerebrais masculinos e femininos quanto de órgãos sexuais somáticos (Krafft-Ebing, cit. in Freud, 1905/1989a).

2.2.1. Objeto sexual dos invertidos

Segundo Fry (1982), o médico carioca Pires de Almeida foi um dos maiores representantes da medicalização da homossexualidade no Brasil, escreveu, em 1906, o livro intitulado “Homossexualismo: a libertinagem no Rio de Janeiro”, no qual assegurava que o homem, movido por suas paixões e instintos libidinosos, corrompia e arruinava a própria saúde, nessa perspectiva, as práticas homoeróticas seriam catalisadoras de um verdadeiro processo de autodestruição. As afirmações desse médico tiveram como base as teorias desenvolvidas por Ulrichs e Krafft-Ebing⁷ como o objetivo de ratificar suas ideias, de forma a conferir à homossexualidade masculina uma taxonomia própria, por meio de um modelo hierárquico, e assim especificado: a)

⁷ Karl-Heinrich Ulrichs nasceu na Alemanha, engajou-se na luta por uma reforma sexual a partir das suas próprias publicações que teorizavam a respeito das origens da homossexualidade. Krafft-Ebing, por outro lado, foi um psiquiatra austro-germânico que ficou conhecido por seus estudos sobre os comportamentos que considerava perversões sexuais, expostas, em 1886, na sua mais famosa obra *Psychopathia Sexualis* (Bullough, 1995).

Uranista⁸ ou invertido - o indivíduo com uma alma feminina presa em um corpo masculino, exclusivamente passivo⁹ no ato sexual; b) Pseudo-heterossexual - o homem de aparência masculina e viril, ativo no ato sexual, mas que mantém relações com outros homens; c) Pederasta - se constituía numa categoria que englobavam todas as outras, criada para designar qualquer pessoa do sexo masculino que mantivesse relações sexuais com indivíduos do mesmo sexo.

Em virtude disso, a medicalização de uma prática sexual, antes condenável na esfera religiosa e jurídica, representa a inserção da medicina no campo da moral, de modo a transformar o comportamento homossexual em uma patologia; mais especificamente, uma patologia social, um problema de saúde pública a ser combatido pelo Estado (Saggese, 2009). Segundo Freud (1905/1989a), a concepção do hermafroditismo psíquico o objeto sexual dos invertidos é o oposto do normal. Assim, como uma mulher, um homem invertido sucumbiria aos atributos masculinos do corpo e da alma. Grande parcela dos invertidos masculinos preserva o carácter psíquico da virilidade, e apresenta poucas características secundárias do sexo oposto e, certamente, buscam em seu objeto sexual traços psíquicos femininos. Para ilustrar essa sua afirmativa, Freud lembra que, na Grécia Antiga, os invertidos estavam entre os homens mais viris, o que provocava o desejo do homem não era o carácter masculino do efebo, mas a sua semelhança com a mulher, atributos femininos como a timidez, recato etc. Freud conclui que o objeto sexual do invertido não é o mesmo sexo, mas um conjunto de sinais de ambos os sexos.

Entretanto, a busca do feminino no outro não parecia ser regra, ou, pelos menos não tão costumeiro como destaca Freud. Há suspeita de que tenha havido mudança de gosto pela aparência de homens efeminado, durante o século IV a. C., e até a metade do século V a.C., com marcante aprovação da figura masculina de ombros largos, grandes músculos peitorais, cintura estreita, barriga contraída, nádegas protuberantes (Dover, 1994). Atualmente, os homens que mantêm relações sexuais com homens se dedicam a uma espécie de culto ao corpo musculoso e viril (Gontijo, 2009).

⁸ É um termo derivado da Urania, musa que, no discurso de Pausânias, no Simpósio, de Platão, representa o amor entre os homens (Costa, 1995).

⁹ Schafer (cit. in Granã, 1996) chama a atenção para o que consiste, essencialmente, num dado incontestável, a depender do ângulo de percepção, essas condutas se confundem, pois, falar em comportamento passivo ou ativo é semelhante a decidir se um copo com água até a metade está meio cheio ou meio vazio. Em razão disso, daqui em diante, quando possível, os termos ativo e passivo serão aspidados.

2.2.2. Desvio do alvo sexual

Considera-se como alvo sexual normal a união dos genitais no coito, que leva a descarga da tensão sexual e a extinção temporária da pulsão sexual. Em razão disso, mesmo numa relação normal se reconhece rudimentos daquilo que, desenvolvido, levaria as aberrações descritas como *perversões*. Assim, contatos intermediários com o objeto sexual visando o coito, tais como apalpar e contemplar, são reconhecidos como alvos sexuais preliminares. Então, as perversões são: a) transgressões anatômicas quanto às regiões do corpo destinadas à união sexual, mais especificamente, a união dos genitais; b) demoras nas relações intermediárias como o objeto sexual, que normalmente seriam os meios de se chegar com mais rapidez ao alvo sexual final (Freud, 1905/1989a).

A palavra **perversão**, segundo Ceccarelli (1998), vem do latim *perversio*, e se define como a ação de perverter, de transformar em mal, em depravação e em corrupção, que implica na perversão dos costumes e do gosto artístico. Na esfera sexual, a perversão está relacionada a determinadas práticas sexuais que se desviam da finalidade dada à sexualidade humana. Nesse sentido, Ceccarelli (1998) diz:

O que sustenta esse julgamento é a noção de uma sexualidade normal segundo a natureza - união de dois órgãos sexuais diferentes para a preservação da espécie - cujo desvio, a depravação (*pravus*) e definido como “contra a natureza”. Tal conceção, herdeira do pensamento grego, em particular de Aristóteles, apoia-se na conceção teológica de uma Natureza (*physis*), onde existiriam inclinações naturais nas coisas. Logo, todo ato sexual que desvia da finalidade primeira da sexualidade - pedofilia, necrofilia, masturbação, homossexualismo (sic) separado da procriação, homossexualismo (sic), sodomia - é perverso. (p. 62)

Provavelmente nenhum indivíduo do sexo masculino, diante do órgão genital feminino, é poupado do susto da castração. Porém, não se sabe explicar por que, alguns homens se desviam pela criação de um fetiche, a grande maioria a supera, e alguns se tornam homossexuais em consequência dessa impressão (Freud, 1927/1974). Presume-se que a heterossexualidade seja um produto normal da biologia ou da aprendizagem precoce, normalidade essa que se tornará conhecida quando for descoberto o defeito que há nos homossexuais (Gagnon, 2006). O nascimento do “homossexual” é, ao mesmo tempo, o nascimento de uma problemática e de uma intolerância que sobreviveu até os dias de hoje, e procurar identificar a *origem da homossexualidade* masculina com um cérebro *feminizado* é apenas mais um passo na busca de estigma físico especial para os

homossexuais (Badinter, 1992; Gagnon, 2006). A sexualidade, certamente, não se explica pela própria sexualidade, nem pela biologia, e sim, pela sua construção social, uma vez que, sua natureza é plástica e bissexual, e a heterossexualidade exclusiva é uma restrição à sexualidade (Bozono, 2004; Cucchiari, 1996; Giddens, 1993).

2.3. Fragmentos sobre identidade sexual na perspectiva da Teoria *Queer*

A Teoria *Queer* surgiu a partir do feminismo pós-estruturalista ancorada nos postulados de Michel Foucault, Jacques Derrida e Jacques Lacan. Na cultura popular, *queer* significa ser mais sensual e mais transgressora, uma demonstração deliberada de diferença que não quer ser assimilada ou tolerada. Por definição, é o que está em desacordo com o normal, o legítimo, o dominante, uma identidade sem essência, demarcada na posicionalidade em relação ao normativo, descreve um horizonte de possibilidades cuja extensão abrange heterogeneidade que não pode ser, de antemão, delimitada (Halperin, 1995; Spargo, 2006). A teoria *queer* é uma tecnologia subversiva das normas de gênero que visa romper com as fronteiras que uma estreita política das identidades propõe, e também contesta a ideia de uma diferença sexual como uma organização em unidade distinta (Oliveira, 2010). *Queer* (torto, estranho) é usado pejorativamente pelos americanos para se referir aos homossexuais (Barbero, 2005), algo comparado ao que, de modo vulgar, comumente se chama o homem homossexual de *paneleiro*, em Portugal, *bicha*¹⁰ ou *viado*¹¹, no Brasil, e a mulher homossexual de *fufa*, em Portugal, e *sapatão*, no Brasil. Segundo Butler (2003), o termo *queer*, no contexto da teoria, adquire todo seu poder por meio da evocação reiterada que se relaciona com acusações, patologias e insultos, e questiona a identidade a partir do binarismo heterossexual/homossexual que tem a heterossexualidade como parâmetro da normalidade.

Na teoria do ato da fala, um ato performativo consiste na prática discursiva que efetua ou produz aquilo que nomeia. Sugere que em virtude do poder do sujeito ou de sua vontade, um fenômeno é traduzido ao nomeá-lo à existência (Butler, 2001). A teoria *queer* parece desestabilizar a categorização de gênero atrelado ao binômio masculino/feminino, e tenta trazer à tona a superficialidade dessa classificação.

¹⁰ O termo “bicha”, pederasta passivo (sic), seria uma adaptação aportuguesada do francês *biche* - corça, feminino do veado (Green, 2000).

¹¹ Viado (sic), pela comparação popular com o animal veado tido como mais frágil e delicado (Parker, 1991). Porém, o Grupo *Gay* da Bahia (1996) diz que é apenas no Brasil que se faz esta associação, uma vez que, na Europa, esse cervídeo é símbolo da nacionalidade de alguns países.

Desconstruir não é negar ou descartar, mas colocar em questão, ou, o que seria mais importante, abrir mão de um termo que está sujeito à possibilidade de uma reutilização e redistribuição que, até então, não estava autorizada. A teoria rejeita não somente a noção essencialista, mas também toda perspectiva social de construção da identidade sexual, em vista de que a considera performática, nem uma identidade “natural”, ou seja, biológica, e nem determinada totalmente pela cultura, uma vez que o sujeito pode apropriar-se dos signos que até então o define de modo passivo ou o discrimina (Bourcier, 2000; Butler, 1998).

A identidade sexual, de acordo com Butler (2003), é sequência de atos, mas que não existe um ator - um *performer* -, que pratica esses atos, não existe nenhum fazedor por trás desse feito. Na *performance* - pressupõe a existência de um sujeito - e na *performatividade* - que não o faz. Entretanto, isso não significa que não há sujeito, mas que o sujeito não se encontra onde se espera encontrá-lo, i.e., atrás, ou antes, de seus feitos. A ideia *performática* de Butler parece convergir com a afirmativa de Bourdieu (1998b, p. 18), de que “a educação exerce uma ação *psicossomática* que leva à somatização da diferença sexual, ou seja, da dominação masculina”.

Assim, a performatividade deve ser compreendida não como um ato singular, mas, ao invés disso, como uma prática reiterativa e situacional, por meio da qual o discurso produz outros que essa performatividade nomeia. As normas regulatórias do sexo trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, assim, materializa a diferença sexual a serviço do imperativo heterossexual (Butler, 2003). A perspectiva *queer* propõe a proclamação da liberdade das múltiplas possibilidades do que se possa chamar de identidade. Em suma, “se quisermos evitar que a guerra politicamente correta dos e pelos gêneros se transforme numa guerra politicamente nefasta para a vida, será preciso travar simultaneamente uma guerra contra a redução das subjetividades a gêneros, a favor da vida e de suas misturas” (Rolnik, 1998, p. 67).

2.3.1. Identidade heterossexual compulsória

O conceito de gênero, na concepção de Meyer (2003), enfatiza a pluralidade e a conflitualidade dos processos pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos femininos e masculinos, e que isso se expressa pela articulação de gênero com outras marcas sociais, tais como classe, raça/etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade, e que constitui a identidade do sujeito. A ligação da sexualidade a gênero

traz uma série de consequências, uma vez que os homossexuais são estigmatizados, não apenas pelos comportamentos sexuais, mas também por ser a homossexualidade percebida como transgressão das normas de gênero; e sendo a homossexualidade associada ao desvio de algo tão “natural” (masculinidade ou feminilidade), o rótulo de anormal é assim confirmado. Muitos homossexuais, por medo de que sejam estigmatizados de anormais, evitam aparência de inconformidade de gênero. A identidade é plural e interagem com o entorno, por meio das marcas sociais acima citadas. Nesse sentido, Bauman (2005) afirma que:

As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. Há uma ampla probabilidade de desentendimento, e o resultado da negociação permanece eternamente pendente. (p. 19)

Certamente, “a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável” (Guattari & Rolnik, 1993, pp. 68-69). A expressão “identidade de gênero” se refere à mescla de masculinidade e feminilidade em um indivíduo, isso significa dizer que se encontra uma composição do masculino e do feminino em todas as pessoas, mas, no entanto em forma e graus diferentes. Sexo e gênero não estão, de maneira direta, necessariamente, relacionados (Stoller, 1993). A identidade, chamada de identidade de gênero nuclear é uma convicção de que a designação anatômica e psicológica da pessoa está de acordo com a combinação esperada (Stoller, cit. in Stoller, 1993), mas não implica em um papel ou relações objetais. Em torno de dois ou três anos de idade, observa-se a masculinidade definida nos meninos e a feminilidade nas meninas, estabelecida de modo quase inalterável (Stoller, 1993). Badinter (1992) ressalta que:

A identidade masculina está associada ao facto de possuir, tomar, penetrar, dominar e se afirmar, se necessário pela força. [...] Dentro desta óptica, a homossexualidade, que implica uma dominação do homem pelo homem, é considerada, senão uma doença mental, pelo menos uma perturbação da identidade de gênero. (p. 147)

No entanto, antes da criança ter uma noção rudimentar ou consciência do gênero ao qual pertence, isso já fora determinado sem que tenha chegada ao mundo, ainda na sua vida intrauterina, antes desse corpo nascer, adquire expectativas que irão gerar uma performance do seu gênero por meio de precisos mecanismos sociais. Dentro da barriga

da mãe, por exemplo, uma ultrassomografia, antecipadamente prescreve o destino deste corpo, seu gênero e seu desejo. Roupas azuis ou rosas, carrinhos ou bonecas, todo um movimento de gênero pré-discursivo já está sendo gerado (Preciado, 2002). A partir de então, de modo sutil ou explícito tudo que venha caracterizar o gênero masculino é estimulado, reforçado e, por vezes, até fortemente cobrado da própria criança que será balizada o tempo todo dentro desse enquadre masculino ou feminino, conforme o sexo macho ou fêmea, respectivamente. O gênero acaba por ser encarado como “um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e é um conceito relacional, compreendendo a ideia de que não é possível analisar homens e mulheres em separado” (Coulouris, 2004, p. 16). Enfim, a consciência de gênero se consolida sob essa pressão, “é resultado de uma tecnologia sofisticada que fabrica corpos sexuados” (Preciado, 2002, p. 25). Assim, “longe de serem a evidência da relação com o mundo, feminilidade e masculinidade são o objeto de uma produção permanente por um uso apropriado dos signos, de uma redefinição de si: conforme o *design* corporal, tornam-se um vasto campo de experimentação” (Le Breton, 2008, p. 32).

Na perspectiva foucaultiana, a identidade de gênero, como os demais comportamentos, passa pela disciplina que “fabrica” indivíduos, uma técnica específica de um poder que os torna ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Logo, o sucesso desse poder disciplinar “se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (Foucault, 1983, p. 153). Dentro desses parâmetros que determina, normaliza, obriga e fiscaliza o que julga ser apropriado ou natural para cada gênero, em relação ao masculino como princípio é não ser feminino. Em razão disso, entre os homens, o feminino se torna o pólo antagônico central, o inimigo interior que deve ser combatido, e assim desenvolvem discursos com a intenção de subordinar a mulher e desvalorizar a esfera do feminino (Ramirez, 1995; Welzer-Lang, 2004). Em geral, como ocorre em diversos países de cultura machista, os discursos são carregados de referências aos órgãos genitais como símbolo de poder, uma vez que a penetração adquiriu primazia, tornando o pênis o único instrumento que se apodera sexualmente, o que leva, paralelamente, a identificar o portador do sexo masculino como o sujeito e não o objeto da relação sexual (Machado, 2004; Ramirez, 1995). Para Furlani (2003, p. 71), essa “linguagem no masculino não é ‘reflexo do real’, é uma criação linguística intencionalmente política”.

A orientação sexual se refere, basicamente, ao sexo fisiológico do objeto de desejo sexual, assim, o indivíduo pode se orientar quanto a sua homossexualidade, heterossexualidade ou bissexualidade (Marshall, cit. in Fry, 1982). Porém, se forjou um modelo padrão, no qual a identidade masculina deve ser branca, heterossexual, supostamente uma identidade sólida, permanente, uma referência confiável que funciona como uma matriz que confere sentido às diferenças entre os sexos (Bento, 2004; Gagnon, 2006; Louro, 2003). Portanto, “se espera do ‘homem normal’ que seja do sexo masculino, que desempenhe o papel de gênero masculino, que seja ‘ativo’ sexualmente e que tenha uma orientação sexual heterossexual” (Fry, 1982, p. 91). Assim, está construído o modelo hermético do que se tem do homem considerado normal. Esse mito coloca a heterossexualidade no pólo positivo das dicotomias, e relega a homossexualidade ao lado doente, anormal, impróprio, nocivo, e que leva, conseqüentemente, aqueles que se identificam como homossexuais a se refugiarem no segredo e no silêncio (Louro, 2011).

Logo que a criança nasce, o sexo lhe é conferido, e os meninos aprendem desde cedo a desvalorizar tudo aquilo que não esteja diretamente referido ao seu pênis, ser homem significa não ser mulher, e ser capaz de cometer violência contra seus próprios sentimentos, a virilidade é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, uma espécie de medo do feminino (Badinter, 1992; Bourdieu, 1998a; Corneau, 1995; Nolasco, 1993). Porém, a ordem “seja homem”, tão frequentemente ouvida, implica que isso não é tão evidente e que virilidade não é, talvez, tão natural quando se pretende. Ser homem implica num esforço que não é exigido das mulheres, é por meio do seu genital e da sua atividade sexual que o homem toma consciência da sua identidade (Badinter, 1992).

A preocupação com a vulnerabilidade da masculinidade não é somente uma preocupação contemporânea, no século XV, por causa de um declínio populacional atribuído a peste negra, o adiamento do casamento por parte dos rapazes, a homossexualidade, certamente, era percebida como um problema pelas autoridades de Florença, em razão disso, os solteiros com mais de trinta anos estavam sujeito à taxaço (Trexler, cit. in Richards, 1993). Estratégia idêntica fora usada pelo rei Filipe Augusto (1180-1223), que “havia incentivado a prostituição em Paris, a fim de desencorajar a homossexualidade entre os estudantes” (Richards, 1993, p. 127).

A heterossexualidade não é concebida apenas como natural, normal, mas também como universal, assim, “supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata

para eleger como objeto de seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto” (Louro, 2001, p. 17). A construção da identidade sexual sintetiza, praticamente, dois estados emocionais: tranquilidade e aceitação para quem se enquadra nesse mito heterossexual, e inquietação e exclusão, para quem se identifica com outros modos de sexualidade que estão fora do contorno dessa suposta normalidade. Enfim, os processos de categorização e de autocategorização, i.e., de formação de identidade, podem controlar, restringir e inibir, mas, simultaneamente, também podem oferecer conforto, segurança e confiança (Plummer, cit. in Badinter, 1992).

2.4. Crise de identidade

O complexo de Édipo possui uma orientação dupla, ativa e passiva, assim sendo, de acordo com sua constituição bissexual, o menino deseja tomar o lugar de sua mãe como objeto sexual do seu pai. Em virtude disso, a maioria dos homens está muito aquém do ideal masculino e todos os indivíduos têm disposição bissexual e herança cruzada que combina em si características dos dois sexos, de maneira que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem sendo construções teóricas de conteúdo incerto (Freud, 1925/1976d). Esse pensamento de Freud é corroborado por Winnicott (1990, p. 66) quando afirma que geralmente é aceita “a ideia de que em todos os seres humanos existe uma bissexualidade, especialmente quando nos referimos à fantasia e à capacidade para a identificação”. Entretanto, todo adolescente está inserido numa estrutura social na qual não lhe é oferecida oportunidade de experimentação, há todo tipo de pressão tanto sutis quanto manifestas que o conduz compulsoriamente¹² para a heterossexualidade. McDougall (1997, p. 11) salienta que a maioria dos bebês tem dois genitores, é de se esperar que as crianças se sintam libidinalmente atraídas por ambos, dando origem ao desejo de obter o amor exclusivo de cada um deles. A obrigação de chegar a um acordo com o destino monossexual de cada um constitui uma das mais graves feridas narcísicas da infância.

Na medida em que os desejos se dirigem para práticas consideradas impróprias para seu gênero, Louro (2011) se pergunta: Como se reconhecer em algo que se aprendeu a

¹² Conceito de “heterossexualidade compulsória” diz respeito ao processo social pelo qual as pessoas são disciplinadas para serem heterossexuais, para isso, são de grande valia as punições e os castigos encontrados em passagens bíblicas como as do Levítico 18:22; 20:13 que constituem o ponto de partida para as discussões judaicas contra a homossexualidade (Rich, 1980/2010).

rejeitar e a desprezar? Nolasco (1993) afirma que não se constitui uma tarefa fácil renunciar a uma representação de si com qualidades extraordinárias e promessas grandiosas que, durante anos, lhe serviram de modelo. Embora Freud (1920/1976a, p. 211) tenha tornado público que “a psicanálise possui uma base comum com a biologia, ao pressupor uma bissexualidade original nos seres humanos (tal como nos animais)”, não atenuou o impacto provocado pela crise de identidade do sujeito que, até então, acreditava ter uma identidade “normal”, ter que reconhecer agora que havia negado sua própria identidade tida como “anormal”. Na visão de Mercer (1990, p. 4), “a identidade só se torna um problema quando está em crise, quando algo que se supõe ser fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”.

Assumir essa ruptura que, certamente, ocorreu em virtude da crença na sua suposta heterossexualidade, um devir homossexual subjetivo (sentido) ou já vivenciado, comumente não se dá sem algum tipo de drama pessoal, familiar e indisposição com o entorno. A crise se instala pela intolerância, a partir do momento que o sentimento de pertença não é mais constatado, e isso desencadeia o processo de ruptura (Vila Maior, 2003). A questão não é a homossexualidade, a questão é a sociedade que faz da homossexualidade uma sexualidade socialmente condenável. Na concepção de Derrida (2004), a relação entre dois termos de uma oposição binária, no caso aqui discutido heterossexualidade/homossexualidade, envolve um desequilíbrio necessário de poder entre eles. Assim, “a diferença pode ser construída negativamente - por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como ‘outros’ ou forasteiros” (Woodward, 2005, p. 50). Nesse sentido, Silva (2005) enfoca que:

A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. [...]. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade. [...]. É a sexualidade homossexual que é “sexualizada”, não a heterossexual. A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade. (p. 83)

O assumir-se homossexual envolve duas questões, assumir-se para si, mas manter-se socialmente escondido ou fechado (*closet*) ou “sair do armário” (*come out of the closet*), expressão que significa assumir publicamente sua condição homossexual (Spargo, 2006). O “assumir-se” (*coming out*) homossexual, segundo Tarnovski (2004, p. 385), “consiste em, antes de tudo, assumir para si um processo de resolução dos

conflitos internos também descritos como ‘aceitação’”, ou de superação do estado geral da crise (Vila Maior, 2003). O “sair do armário” ou o assumir-se, internaliza e publiciza uma identidade homossexual que se transforma em bandeiras e em palavras de ordem (Mello, 2005). Plummer (1975, 1995) especifica quatro estágios no processo de assumir-se homossexual: a) *estágio de sensibilização*: corresponde a determinadas experiências vividas pelos meninos na infância, a respeito de interesses, emoções e atividades eróticas e genitais, consideradas inadequadas ao seu papel de gênero; b) *estágio de significação e desorientação*: ocorre durante a adolescência, quando os interesses e sentimentos para com outros rapazes e homens passam a ser acentuados e avaliados em sua relevância potencial para a consciência de si, de modo a gerar ansiedade e confusão; c) *estágio de revelação e subculturalização*: ocorre no meio ou no final da adolescência, quando os rapazes começam a estabelecer contatos com outros rapazes e homens que se autodefinem “homossexuais” ou “gays”, e passam a se autodefinirem como tais; d) *Estágio de estabilização*: corresponde à maturidade, em que o indivíduo se sente tranquilo e confortável com a própria homossexualidade, a ponto de aceitá-la como modo de vida.

Na opinião de Troiden (1988), a sensibilização ocorre antes da adolescência e envolve apenas sentimentos de marginalidade associados a perceber-se diferente dos outros e “atípico” em termos de interesse de gênero. A adolescência é um período conturbado, de conscientização do estigma, mas ainda sem o conhecimento do que significa ser *gay* ou *lésbica*. Assim, diferentes estratégias podem ser empregadas para enfrentar esse período de perturbação: negar ou tentar erradicar, e até mesmo assumir atitudes preconceituosas. Pode-se definir essa fase como de angústia e inquietação temporárias, a partir da descoberta de que outros compartilham o mesmo tipo de desejo, o que poderá servir de reforço para sua autoaceitação. Aceitar-se homossexual, bem como assumir-se publicamente homossexual demanda mobilização emocional, uma vez que assumir a homossexualidade é se aceitar como um subproduto infra-humanizado.

Embasada no essencialismo psicológico, a perspectiva da infra-humanização acredita que as pessoas são dotadas de essências que as determinam como “boas”, “más” ou desviantes (Fleury & Torres, 2010). Desvio, na compreensão de Becker (2008), é qualquer coisa que difere do que é mais comum, assim sendo, os homossexuais e viciados em drogas são tipos de desviantes extremos. As causas dos desvios estão localizadas na situação social do desviante ou em fatores sociais que incitam sua ação, i.e., “*grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração*

constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders” (Becker, 2008, pp. 21-22).

As pessoas incomuns ou que não estão exatamente dentro ou um pouco fora dos parâmetros das regras são rotuladas de desviantes, nesse sentido, Becker (2008, p. 22) se pergunta: “O que é, então, que pessoas rotuladas de desviantes têm em comum?” E apresenta como resposta que: “No mínimo, elas partilham o rótulo e a experiência de serem rotuladas como desviantes”, e salienta: “Algumas pessoas podem ser rotuladas de desviantes sem ter de facto infringido uma regra”. Nesse caso, à sociedade faz atuar à “[...] consciência pública, pela vigilância que exerce sobre a conduta dos cidadãos e pelas penas especiais que tem a seu dispor, reprimindo todo ato que a ofende” (Durkheim, 1990, p. 2). As regras sociais ignoram a multiplicidade de conduta dos indivíduos, porém, quando esses escapam do seu controle, são rotulados de “desviantes” e arremessados à margem do sistema social. A este respeito, Velho (1985, pp. 23-24) diz que “os grupos sociais criam o desvio ao estabelecer as regras cuja infração constitui desvio que [...] não é a qualidade do ato que a pessoa faz, mas sim a consequência da aplicação por outrem de regras e sanções ao ‘transgressor’”. O “desvio”, seja em relação à sexualidade ou em qualquer outra especificidade, consiste apenas em um aspecto que diferencia o “desviante” dos outros. Velho (1985) acrescenta que:

O “desviante” é um indivíduo que não está fora de sua cultura, mas que faz uma “leitura” divergente. Ele poderá estar sozinho (um desviante secreto?) ou fazer parte de uma minoria organizada. Ele não será sempre desviante. Existem áreas de comportamento em que agirá como qualquer cidadão “normal”. Mas em outras áreas divergirá, com seu comportamento, dos valores dominantes. (pp. 27-28)

Dessa forma, quando o desvio é assumido ou se torna público contra a vontade do “desviante”, o sujeito é estigmatizado por não apresentar as condições socialmente desejadas ou por não obedecer às funções das regras exigidas. Em vista disso, o comportamento desviante não é uma questão de “inadaptação cultural” e sim de identidade ligada a problema político (Becker, 2008). Supostamente, a desobediência às normas social não foi por completa, havendo, portanto, certa permissividade ou tolerância. Sobre esta indagação, Velho (1985) esclarece que:

Em qualquer sociedade ou cultura, existe uma permanente margem de manobra ou áreas de significados “abertos”, onde possam surgir comportamentos divergentes e contraditórios. Isto não é “funcional”, pelo contrário, é a

permanente possibilidade de destruição de um “estilo de vida”, de uma “ordem social”, ou de um “equilíbrio cultural”. Esta margem pode estreitar-se, ampliar-se muito rapidamente ou permanecer estável por gerações. (p. 22)

Isso vem ao encontro do que Freud (1908/1976b), afirma de que a própria sociedade não acredita que seus preceitos possam ser realmente, obedecidos. No que é também corroborado por Berger e Luckmann (1997, p. 110), quando salientam que “[...] as diversas sociedades deixam maior ou menor espaço para as ações não institucionalizadas”. Na visão de Woodward (2007), a ordem social é mantida por meio da oposição binária entre locais (*insiders*) e forasteiros (*outsiders*). Por transgredirem as categorias os indivíduos são relegados ao *status* de forasteiros, de acordo com o sistema social vigente, que garante um certo controle social.

Nessa perspectiva, Bauman (1998) descreve o estranho ou estrangeiro de modo similar aos “locais” e “forasteiros”, que parece contemplar o contexto da homossexualidade. Para esse autor, “os estrangeiros são as pessoas que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo” (p. 27). Um estrangeiro é um “estranho”, um ser bizarro cujas intenções e reações podem ser bem diferentes dos comportamentos das pessoas normais (comuns, familiares). Sua simples presença causa desconforto. Portanto, “desistir completamente da busca de um modo melhor de convivência com o estranho e o estrangeiro é uma das escolhas possíveis. A ‘mixofobia’¹³ é umas delas” (Bauman, 2011, p. 191). O homossexual é um estranho ou estrangeiro, em especial, o homossexual com “visibilidade do estigma” (Goffman, 1988), para significar as atitudes que identificam a uma figura bizarra a qual o social rejeita e quer manter distância.

Nesse contexto, Bauman (2013, p. 10) descreve uma parte da população denominada de “subclasse” que “pode está ‘dentro’, mas claramente não é ‘da’ sociedade: não contribui para nada de que a sociedade necessite a fim de obter sua sobrevivência e seu bem estar; de facto, a sociedade estaria melhor sem ela”. Em relação à “subclasse”, Bauman (2013) acrescenta o seguinte:

A condição da “subclasse”, como sugere o nome que lhe foi atribuído, é a de “emigrados internos”, ou “imigrantes ilegais”, “estranhos de dentro” - destituídos dos direitos de que gozam os membros reconhecidos e aprovados da

¹³ Palavra derivada do grego *mixis* (mistura) e *phobos* (fobia, medo intenso). Refere-se ao medo incondicional da mistura e descreve a forma dominante do racismo associado ao nacionalismo (N.T.).

sociedade; em suma, um corpo estranho que não se conta entre as partes “naturais” e indispensáveis do organismo social. (p. 10)

Os homossexuais são esses “estranhos de dentro” que lutam para ter igualdade de direitos e, por conseguinte, de serem seus membros reconhecidos e aprovados pela sociedade. Estranhos que não se conta como partes “naturais” e indispensáveis ao organismo social porque não são biologicamente reprodutivos, embora possam ser produtivos e, geralmente, são, e assim se diferenciam da “subclasse”. Assumir a identidade homossexual ou, como popularmente é conhecido, “sair do armário”, é incorporar estigmas sociais e psicológicos como “desviante”, “forasteiro” ou “outsider”, “perverso”, e em contexto social sutil ou explicitamente intolerante. Portanto, não existe uma relação direta de que se aceitar homossexual e assumindo essa condição publicamente, todas as crises e rupturas estarão superadas.

Assumir-se homossexual, na compreensão de Trevisan (2002, p. 36), poderá acabar criando “uma nova forma de categorizar o desejo, justamente por outorgar-lhe uma naturalidade absoluta, que arrisca inaugurar novos parâmetros de normalidade - exatamente como faz a ordem médico-psiquiátrico, ao pretender reprimir desejos considerados desviantes da ‘norma’ heterossexual”.

Portanto, “criar conceitos fechados de homossexual (ou bissexual) acabaria servindo mais aos objetivos da normatização do que a uma real liberação da sexualidade, até mesmo por incentivar diretamente a política do gueto, do separatismo e do racismo sexual, numa discriminação às avessas” (Trevisan, 2002, p. 36). Numa pesquisa transcultural realizada em comunidades homossexuais de países tão diferentes quanto os Estados Unidos, a Guatemala, o Brasil e as Filipinas, o sociólogo Frederick Whitam (cit. in Lins, 1997) chegou a seis conclusões: 1) Homossexuais existem em todas as sociedades; 2) A percentagem de homossexuais parece ser a mesma em todas as sociedades e mantém-se estável no tempo; 3) As normas sociais não impedem nem facilitam a emergência da orientação homossexual; 4) Subculturas homossexuais aparecem em todas as sociedades que têm uma população suficientemente grande; 5) O comportamento e os interesses dos homossexuais das diferentes sociedades tendem a ser parecidos; 6) Todas as sociedades produzem um *continuum* similar de homossexuais masculinos e femininos.

No item três, Whitam deixa explícita uma posição não opressiva ou neutra em relação à orientação homossexual, então nessas comunidades não existe preconceito? Quando é sabido que as sociedades de maneira sutil ou explícita exercem a

discriminação sexual sobre a homossexualidade e sobre aqueles que, mesmo heterossexuais, se apresentam em inconformidade com o seu gênero. Para Freud (1908/1976b), umas das óbvias injustiças sociais é que todos tenham uma idêntica conduta sexual. Quando a inversão não é tida como um crime, um número nada pequeno de indivíduos expressa tais inclinações (Freud, 1915-1917/1976e). Essa suposta neutralidade da citada pesquisa também contraria o que afirma a pesquisa de Herek e Capitano (1995), realizada nos Estados Unidos, em 1992, na qual 8% dos entrevistados informaram que, apesar de sentirem atração sexual por pessoa do mesmo sexo, não haviam tido relações homossexuais. Ou seja, o estigma da homossexualidade torna as pessoas menos propensas a terem comportamentos homossexuais, mesmo que identifiquem seu desejo homossexual. Afinal, “a sociedade representa a si própria como efetivamente heterossexual, e reserva a esta orientação a maioria dos privilégios” (Seffner, 2003, p. 106).

Segundo Gagnon (2006), embora muitos homens informassem ter tido algumas experiências homossexuais no começo e no fim da adolescência, a homossexualidade continua a ser, para a vasta maioria uma questão de pecado e anormalidade. Essa necessidade social de diabolizar e patologizar a homossexualidade não existiria somente em função de salvaguardar a vulnerabilidade da conduta heterossexual? Na compreensão de Lipovetsky (2000, pp. 28-29) “as ambições mais radicais preconizam a destruição dos estereótipos de sexo, a abolição da ‘prisão do gênero’ que esmaga as individualidades por meio das definições artificiais da masculinidade e da feminidade”.

3. O homossexual nasce da diferença dos sexos¹⁴

A noção de instinto sexual vem da antiguidade greco-romana e do pensamento católico medieval. O conceito de instinto começou a fazer parte do vocabulário moderno a partir do movimento intelectual dos ideólogos e passou a ser empregado pelos médicos, psiquiatras, higienistas e médicos legistas para definir e avaliar a normalidade física e moral dos instintos sexuais.

Segundo Féré (1988), o instinto sexual era concebido como independente dos genitais, estava ligado à preservação e a subordinação hierárquica da espécie. A tentativa de desvincular o instinto da genitalidade era criticada. O termo instinto sexual ampliava sua extensão muito além do propósito genital e, assim, incluía as zonas erógenas, bem como era também o elo entre outros tipos de instintos - os individuais, ligados ao corpo, e os sociais, ligados à civilização -, um fenômeno no limite do físico e do cultural, e a família era a estrutura social que dava lugar à passagem dos interesses de preservação da espécie e dos interesses da sociedade. Ainda para esse autor, o termo *amor* era designado para esse sexo voltado para o corpo e para a sociedade, com duas faces: uma orgânica (necessidade) e outra psicológica (sentimento). Tal era a natureza do amor-sexo.

O instinto sexual era o imperativo que tornava os dois tipos de interação naturais. Portanto, a norma instintiva estava construída: restava definir os parâmetros da anormalidade. Um esquema evolucionista é, então, acionado, para dar credibilidade à doutrina. Se existe a evolução, em contrapartida existe a involução, e essa ocorre em razão da dissolução dos níveis mais elevados de organização instintiva. A dissolução podia avançar e atingir o instinto sexual dirigido à união permanente dos sexos, perturbando a função parental, provocando distúrbios na diminuição do apetite sexual, como ocorre nas idiotias, ou, então, desvios de objetivos ou perversões, como era considerado o caso da união sexual entre indivíduos do mesmo sexo. A dissolução do instinto sexual não manifestaria apenas perversões sexuais, mas também provocaria desde a diminuição das tendências sexuais até a esterilidade. Essa diminuição se

¹⁴ Este texto é uma versão retrabalhada do seu original publicado, em 2014, no Portal Algosobre (www.algosobre.com.br/psicologia/o-homossexual-nasce-da-diferenca-dos-sexos.html) e no Portal dos Psicólogos (<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0786.pdf>).

traduziria pela efeminação no homem e pela masculinização na mulher que, por sua vez, marcariam a tendência ao anulamento das diferenças sexuais (Féré, 1988).

O ideologismo do instinto sexual derivou do evolucionismo do século XIX, que postulava o ideal de um ponto máximo da evolução biológica da espécie. Essa orientação explicativa sugeria que o normal e o mais evoluído era o atual que, em vista disso, consistia na norma social da burguesia branca. Na linguagem darwiniana, a espécie mais adaptada é a que sobrevive e se reproduz - o mais provável do ponto de vista estatístico e não de uma ontologia metafísica (Bercherie, cit. in Costa, 1995). A genética não legitimaria o pressuposto de uma aceleração nos descendentes, e diríamos que um retardamento na evolução era tão provável quanto uma aceleração.

O conceito de instinto sexual vai ser o referente para a palavra sexo, uma peça de fabricação deste imaginário usada como dispositivo das relações sexuais entre homens e mulheres, porém, a fim de reprodução biológica e à manutenção da família nuclear burguesa, construtiva da normatividade natural do instinto. Fugir dessa finalidade faz com que o instinto seja definido como desvio ou perversão de uma meta natural. Foucault (1993, p. 111) destaca que na passagem do século XVIII para o século XIX ocorreram muitas transformações, “uma delas separou a medicina do sexo da medicina geral do corpo; isolou um ‘instinto’ sexual, suscetível, mesmo sem alteração orgânica, de apresentar anomalias constitutivas, desvios adquiridos, enfermidades ou processos patológicos”.

3.1. O Tratado das degenerescências

O Tratado das Degenerescências, escrito por Morel, em 1857, a partir de suas ideias provenientes dos estudos em botânica, passou a ser o mais usado no sentido humano. Essa teoria explica que os desvios do instinto sexual têm origem em ideias antievolucionistas, ou seja, que caracterizam a decadência física e moral em consequência das condições higiênicas defeituosas. Portanto, faltava apenas uma teoria que unisse o corpo ao espírito e uma antropologia que organizasse a evolução e a involução em um mesmo quadro evolutivo. Nessa perspectiva, Pinel e Esquirol por meio da sua teoria da ação das paixões sobre o físico e a moral, lançaram as bases dessa doutrina, plena de aceitação naquela época.

Quanto à visão antropológica do homem e da humanidade, Morel (1857) vai inspirar-se no Gênesis para criar sua noção de degenerescência: o homem foi criado segundo um tipo primitivo perfeito, e não por pretensa transformação da espécie. Em

aparente oposição à lei da continuidade, encontra-se a ideia de variabilidade e de degradação da espécie. A variabilidade só pode ser considerada como uma forma de degradação, pois o tipo primitivo sendo perfeito, só pode variar em um sentido, ou seja, para menos perfeito. Afinal, todo desvio é, então, forçosamente, uma degradação, uma degenerescência. No entanto, restava saber o que produzia a primeira variação e como ela continuava a reproduzir-se. Morel (1857) opta pelo sincretismo das crenças religiosas e morais de filósofos como Jean-Jacques Rousseau ou de Étienne Bonnot de Condillac, cuja concepção de degenerescência ou degeneração tinha, então: a) Uma causa fundamental, o pecado original, que torna o homem primitivo vulnerável; b) Uma série de causas acessórias a ação de circunstâncias exteriores, instituições sociais ou outras influências ocasionais.

As causas estavam reveladas: o pecado original e o desacordo entre as instituições sociais e a natureza humana levaram o homem à decadência ou degenerescência. O sujeito degenerado era descrito como intelectualmente degradado, rebaixado como ser de Razão irracional. E a irracionalidade só podia ser concebida como doença. A ideologia do Iluminismo não podia aceitar as condutas e desejos que negassem os interesses sociais considerados como os melhores para o sujeito. Assim, todos os desvios físicos, morais e sociais passaram a ser explicados como fator de degeneração dos instintos. No final do século XIX tinha-se uma proposta de classificação dos estigmas degenerativos que, certamente, iriam hierarquizar os níveis de degeneração.

Uma classe de estigmas sutis era a dos sociológicos, que traduzia o defeito de adaptação do indivíduo ao meio social. A dificuldade de adaptação sociológica constituía, assim, um critério de desequilíbrio, de enfraquecimento, de degenerescência. Seguidos na ordem dos estigmas estavam os psíquicos, sensoriais e anatômicos. Os degenerados eram os criminosos, viciados, os doentes venéreos, as prostitutas, os doentes mentais, os homicidas, os suicidas e os perversos, dentre os quais se encontrava o homossexual ou o invertido - um tipo especial de “degenerado perverso”. Em 1869, Benkert inventou o termo *homossexual* para referir-se à pederastia masculina. Em 1870, o psiquiatra alemão Karl Westphal adota a expressão *sensibilidade sexual contrária*, que deu origem à denominação *inversão sexual*, com referência à alma ou à sensibilidade feminina dos homens invertidos, que Pinel (1809) chamava de vício contra a natureza, praticado por pessoas do mesmo sexo igualmente depravadas, o que mais tarde ficou conhecida como homossexualidade.

A realidade cultural, associada à difusão das teorias da degenerescência e do instinto, nos meios médicos, faz do “vício contra a natureza”, uma perversão sexual e dos “depravados do mesmo sexo”, um tipo singular de humano: “o perverso”. De certo, “a ideia de perversão homossexual teve como matriz imaginária a situação conflitiva dos direitos dos cidadãos nas novas sociedades burguesas europeias” (Costa, 1995, p. 160). A explicação médica da conduta social do pervertido sexual, com auxílio das teorias do instinto e da degeneração, e a adoção dos valores ideológicos da sociedade burguesa definiam esse infrator sexual como doente sexual. A explicação para a inversão era a de que o invertido deixava-se, como o sujeito normal, excitar-se pela imagem de uma pessoa, mas a falha no controle cortical o excitava de maneira errada. Para Magnan (cit. in Costa, 1995), uma espécie de “daltonismo sexual”, “um cérebro de mulher no corpo de um homem”, são doentes que estão à mercê de seus impulsos e não podem ser responsabilizados por isso, são psicopatas, verdadeiros alienados que, em todos os aspectos, necessitam da assistência e da atenção médica.

O conceito de dissolução, presente na degeneração, foi substituído pelo de parada da evolução. O invertido, além de invertido em relação ao objeto - do mesmo sexo, ao invés do sexo oposto -, passou a ser também invertido no sentimento e no psiquismo. Seus pensamentos e desejos não eram produto da desagregação psíquica do homem normal, mas uma forma de organização arcaica, presente na ontogênese do sujeito e na reprodução de uma parte originária da espécie humana. O instinto sexual fundamenta-se em duas tendências básicas: “descarga ou detumescência” e “contratação ou relacionamento”. Com essa polarização, automatiza o prazer sexual, desvinculando-o da procriação e justificando-o como natural. Salienta-se que o homem, em geral, realiza o ato sexual com a mulher, não com o objetivo de procriar, de ter filho, mas para satisfação de uma necessidade fisiológica à qual não pode resistir. O uranista, na verdade, não faz outra coisa e, por conseguinte, seu ato sexual não é considerado delituoso (Moll, 1893).

O antifisicalismo de Moll (1893) era claro: a descriminalização da homossexualidade o levou a admitir que nada, moralmente, caracterizava o ato homoerótico, a não ser o facto de ser minoritário; e que o único critério para determinar a patologia do ato era não atender ao objetivo da propagação da espécie. No final do século XIX e começo do século XX, a medicina tinha criado, em definitivo, a homossexualidade e o homossexual, um homem não podia desejar ou amar outro homem, exceto se fosse “interiormente” mulher. Assim, considerando-se “as verdades

científicas”, pode-se dizer que o homossexual devia ser tratado de sua doença, i.e., levado a desejar sexualmente as mulheres.

3.2. A construção do homoerótico

A concepção científica da sexualidade do *one-sex-model* dominou por dois milênios, estendendo-se até o século XVIII. A figura da mulher era tida como um homem invertido, cujo útero era o escroto feminino, os ovários eram os testículos, a vulva um prepúcio e a vagina, um pênis (Laqueur, 1989). A distinção cultural de gênero não tinha como referência os sexos e, sim, a hierarquização de funções de um só sexo. Por meio da rediscussão de um estatuto surgiu a ideia dos dois sexos, que deu origem à formação da nova imagem da mulher no século XVIII e, sobretudo, no século XIX, resultando na diferença de gênero. Antes desse período revolucionário, acreditava-se que a mulher emitia esperma no orgasmo, momento único de ovulação, quando ejaculava o óvulo do ovário. Em 1840, descobriu-se que as cadelas ovulavam em diferentes períodos alheios ao cruzamento: concluiu-se que o mesmo podia ocorrer com a mulher. Entretanto, essa nova hipótese da ovulação sem relação sexual foi incapaz de desfazer as convicções no *one-sex-model*.

O teste experimental da ovulação sem orgasmo só foi possível em 1930, com um melhor conhecimento da função dos hormônios da ovulação. No século XIX foi descoberta a unicidade dos tecidos dos órgãos sexuais dos homens e mulheres: a embriologia apontava para a origem de um embrião de morfologia andrógina, e não mais para a intrínseca diferença. Porém, essa descoberta não revogou a crença do *two-sex-model*. No final do século XVIII, e início do século XIX se estabelece uma ordem social e política que muda a percepção da anatomia da mulher. A diferença entre mulher e homem começa a ser pensada em termos de descontinuidade e oposição, ao invés de continuidade e hierarquia. Na organização social clássica, o corpo humano correlato era de um só sexo, ao passo que no Iluminismo e na revolução burguesa será o corpo de dois sexos. Antes de ser um objetivo dos cientistas, a distinção pela particularidade do sexo foi uma preocupação de filósofos e moralistas no Iluminismo, para afastar do novo regime a velha aristocracia. Assim, “no *one-sex-model* o corpo metafísico determinava a imagem de continuidade e hierarquização das formas de um só e mesmo sexo; no *two-sex-model* o sexo político-ideológico vai ordenar a oposição e a descontinuidade sexuais dos corpos” (Costa, 1995, p. 110).

No liberalismo político o que importava era o Indivíduo, o Cidadão, e não a distinção das peculiaridades corpóreas. A divisão bipolar trouxe imposição das diferenças aos comportamentos femininos e masculinos de acordo com as exigências morais da sociedade burguesa. A diferença dos sexos instaurou a desigualdade, a descontinuidade, a oposição e a complementaridade onde havia uma controversa, bem como incômoda igualdade jurídico-política, i.e., da mulher como um homem invertido. A bissexualidade original, no sentido de existência dos dois sexos, foi uma solução para as questões ideológicas expostas pela revolução. O *Corpo* e a *Razão* do indivíduo passaram a dividir-se em corpo e razão de homens e de mulheres. Em contraste com a teoria do corpo como macho, a teoria liberal postulava um corpo indiferenciado em seus desejos e razão, portanto, sem consequência para o discurso cultural. O problema para essa teoria consistia em como transferir para o real o domínio do macho sobre a fêmea, a divisão sexual do trabalho e práticas culturais de um estado original de corpos sem gênero.

À imagem da mulher oitocentista, criada pelos fatores político-econômicos, são acrescidos os costumes morais, em decorrência do movimento reformador da Igreja Anglicana, do evangelismo, seguido pelas seitas metodistas, Independentes e Batista, especialmente na Inglaterra, que prescreve a moral familiar. De acordo com essa nova moral, mulher e homem nasciam para ocupar determinadas esferas, que eram apenas confirmadas pelos costumes e relações sociais para cada sexo. Qualquer tentativa de sair dessa esfera estaria condenada ao fracasso. É sob este contexto cultural que a política científica da sexualidade vai intervir no que a ideologia já havia estabelecido. O sexo passa a ser investido nos corpos, diversificando-os em relação aos interesses culturais.

A bissexualização vai estampar-se no corpo feminino por meio da diferença dos ossos, dos nervos e do prazer sensual. Até o final do século XVIII, as diferenças anatômicas entre homens e mulheres eram confirmadas pelo contorno do corpo e pelos órgãos reprodutores, a estrutura óssea não era sexualizada, por acreditar-se que era comum aos dois sexos. Porém, atribuiu-se à mulher uma semelhança com raças inferiores e com a anatomia infantil. Para a ciência, o homem europeu branco e burguês consistia no padrão biológico normal para a avaliação antropológica do cérebro e suas qualidades intelectuais e morais.

Com a emergência do *two-sex-model*, a mulher torna-se diferente do homem desde a origem: seu aparelho reprodutor deixa de ser uma réplica do masculino. O útero recebe a posição de víscera nobre, do qual depende a regulação da política populacional.

A histeria continua sendo uma condição de predominância feminina - só que agora atribuída a razões derivadas da sensibilidade de seus nervos, não mais aos “vapores”, ou seja, uma crise histérica, mais acentuada, produzida pela fermentação de humores seminais uterinos (Costa, 1995). A política da *idealização da perfeição* não permite mais que o útero seja responsabilizado pela doença. A *teoria das paixões* agora tinha uma explicação para as afecções vaporosas, que era a sensibilidade dos nervos e a delicadeza das fibras feminina como causa dos sintomas de vapores violentos (Trillat, 1991).

A diferenciação anatômica, fisiológica e reprodutiva da mulher promove a bissexualização do prazer sensual e a definitiva distinção dos gêneros masculino e feminino. O invertido agora é o homossexual, considerado antinatural, um perverso com duplo desvio: a sensibilidade nervosa igual à das vaporosas e histéricas, e o prazer sensual feminino. O homossexual era a prova de que “o sexo” da mulher podia habitar o corpo de um homem. Por esse motivo, seu sexo passou a ser definido como contrário à reprodução biológica e a constituir, junto à mulher histérica, uma ameaça à sociedade.

No *one-sex-model*, portanto, todos os sexos eram homoeróticos, em vista do facto de que o sexo entre homens e mulheres era compreendido como a estimulação de partes iguais, mesmo que fosse o pênis com a vagina. É oportuno lembrar que, nesse período, a mulher era tida como um homem invertido. A divisão entre sujeitos homossexuais e heterossexuais seria teoricamente impossível e socialmente inviável sem a construção da diferença sexual original (Laqueur, 1989). Enfim, esta análise sugere que a invenção da homossexualidade, considerada categoria, não seria possível antes da criação do homem e da mulher como opostos. Isso em decorrência das exigências políticas feitas pela sociedade burguesa europeia.

3.2.1. Quem é homossexual?

Em seu livro *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*, Jurandir Freire Costa (1995) faz uma leitura da sexualidade humana ao longo dos séculos, para tentar destrinchar a subjetividade na construção dos sexos, até chegar à conduta homoerótica dos dias atuais. Para esse autor, o chamado indivíduo homossexual nasceu no século XIX, por meio de um esforço conjunto da ficção médica e literária. Mestres da literatura, a exemplo de Marcel Proust e tantos outros, diziam-se homossexuais e criaram o mito com base em suas realizações e decepções afetivo-sexuais, acreditando,

assim, descrever “a natureza homossexual”. Quase tudo do que se pensa hoje a respeito desse assunto é resultado, de alguma forma, das criações proustianas.

A teoria da referência de Donald Davidson (1990) serviu de base para Costa (1992) sustentar que é incoerente a ideia de uma homossexualidade natural e trans-histórica, fundamentada no suposto imperativo biológico da diferença de sexos. Somente nos séculos XVIII e XIX tornou-se possível imaginar que os seres humanos eram “natural e originalmente divididos em dois sexos”, o que deu sentido aos termos homossexual e heterossexual: “pessoas do mesmo sexo” e “pessoas do sexo oposto”, respectivamente. Mesmo admitindo que esta diferença exista na natureza, Costa (1992) questiona sobre qual é a realidade da homossexualidade? O que leva a crer que a diferença entre homens e mulheres é igual à diferença sexual? Por que essa diferença deveria tornar todas as pessoas necessariamente homossexuais e heterossexuais? Na realidade, a diferença entre homem e mulher, tendo como base o sexo, é a mesma que obriga a que todos sejam heterossexuais e homossexuais. Isto ocorre por meio de especulações teóricas que concebem a homossexualidade como um problema moral, merecedor de investigações genéticas, psiquiátricas, psicanalíticas, antropológicas, históricas, sociológicas e outras.

A ideia de uma personalidade homossexual, com traços característicos, não é sintoma psíquico de uma realidade biológica, nem determinação genética, por si só, diz apenas que as pessoas são heterossexuais e homossexuais. A homossexualidade é uma realidade linguística, que existe enquanto descrição e pode ser alterada por uma redescricao (Costa, 1992). No Império Romano, bem como na Grécia, as pessoas não eram classificadas como heterossexuais ou homossexuais. O homem podia ter relações sexuais com mulheres, escravos, jovens ou prostitutas sem ser criticado. O que era crucial era a manutenção dos papéis e características definidas socialmente de masculinidade e feminilidade. Em vista disso, houve reprovação a imperadores como Calígula e Nero por se vestirem de mulher e assumirem o papel “passivo” nas relações homossexuais. Sob esse aspecto, Adriano desfrutou o estilo grego de um caso amoroso professor-pupilo como o jovem Antínoo, depois de sua morte, pesaroso, o imperador batizou a cidade em sua honra (Richards, 1993; Rodrigues, 2004). Sobre esse contexto, a singularidade histórica não consiste em que os gregos tinham prazeres com os rapazes, nem mesmo em que tenham aceitado esse prazer (que não era simples) como legítimo, mas que deu lugar a toda uma elaboração cultural (Foucault, 1994).

Em outras palavras, esse autor indaga que é preciso apreender não é por que os gregos tinham gosto pelos rapazes, mas sim por que tinham uma pederastia, e em torno

desse gosto, elaboraram uma prática de corte, uma reflexão moral e um ascetismo filosófico? A ética erótica dos atos para os gregos, na opinião de Costa (1998), se distingue da moral do desejo por três razões principais: 1) não pretendia aplicar-se indiscriminadamente a todos os indivíduos, era uma ética restrita aos homens livres que, por sua vez, excluía as mulheres, as crianças, os estrangeiros e os escravos. O eros, na ética pederástica, não estava sujeito à codificação ou leis às quais todos devessem obedecer. A erótica era uma prática de aperfeiçoamento de vida que tinha como pressuposto a liberdade e não a obediência à ordem legal. A excelência ética tinha como objetivo dominar os excessos para melhor governar a si, aos outros e a cidade; 2) o domínio de si não buscava controlar o desejo interior, mas os atos praticados na interação erótica; 3) na ascese antiga dos prazeres residia um embrião teórico do que poderia ser uma ética sexual desenvolvida no quadro da amizade.

Para Costa (1992), heterossexuais, homossexuais, bissexuais, perversos etc., não são factos naturais que antecedem e se distinguem da nomenclatura que dá sentido a estes termos. São figuras de discurso que têm uma mesma força performática na definição das subjetividades humanas. Por um lado, tendo-se o sujeito e a sexualidade como realidades linguísticas, pode se observar as variações históricas de suas significações sem recorrer a algo que seja fixo, imutável e indelével na subjetividade ou na sexualidade. Por outro lado, homossexual, bissexual e heterossexual não são realidades linguísticas ilusórias, mas, de facto, identidades socioculturais que condicionam maneiras de interagir com o mundo. Assim, esse autor procura compreender o que torna homossexual todos os homossexuais ou o que faz acreditar que existe uma homossexualidade comum aos homossexuais? Também procura investigar o que faz com que alguém que se identifique ou que seja identificado como homossexual venha a ser visto como uma espécie de homem à parte.

As realidades são aquilo que serve a determinados propósitos, e que a realidade não-linguística, criada pelo senso comum, também visa a acordos linguísticos ou objetivos pragmáticos. O sujeito passa a existir quando se produz sua pretensa natureza: ele é um homossexual ou um bissexual a partir do momento que assim o rotulam (Becker, 2008; Costa, 1995). Outro questionamento é suscitado por Costa (1995) com relação ao facto do homem homossexual ser percebido, julgado, bem como avaliado com base nas suas inclinações eróticas, o quê, na figura do sujeito homossexual, inquieta tanto o nosso imaginário?

O termo *homoerotismo* foi usado por Sandor Ferenczi (1970) para discutir o tema da homossexualidade, corrente no século XIX, esse termo, Costa (1992) sugere que é preferível a homossexualismo¹⁵, por várias razões: em primeiro lugar, o facto de Ferenczi ser um médico húngaro ressalta a lembrança de ter sido outro médico, Benkert, quem inventou o termo homossexual, na tentativa de combater a legislação alemã contra a homossexualidade. Entretanto, Ferenczi mostrou que o rótulo de homossexualidade era insuficiente para, com certeza, descrever a diversidade das experiências dos sujeitos homoeroticamente inclinados; em segundo lugar, o emprego do termo homoerotismo em vez de homossexualidade tem a vantagem de evocar a oposição similar, proposta por Parker (1991), entre erotismo (um constructo teórico) e sexualidade (a experiência da atração sexual e a descrição dos atos e afetos engajados nessas práticas).

A tentativa de se fazer um esboço do homossexual seguindo as concepções de Jurandir Costa (1992), é quase que nominar o inominável. Segundo esse autor, não interessa ao anticonstrutivista as questões metafísicas sobre a essência da homossexualidade, mas reconhecer elementos permanentes que permitam a identidade teórica entre os factos observados, que autorizam a denominação de homossexualidade aplicada às práticas sexuais em culturas diversas. Na antiguidade greco-romana, dividir os homens em homossexuais e heterossexuais poderia parecer tão estapafúrdio quanto tentar, nos dias atuais, separar homens fiéis de infiéis.

A questão da identidade homossexual remete, de acordo com Costa (1995), a duas teses que fundamentam a teoria sobre sua natureza. A primeira, que trata da imensurabilidade entre paradigmas ou esquemas cognitivos distintos, e a segunda, que cuida da indeterminação da tradução e da inescrutabilidade da referência dos termos empregados. O tipo-ideal construtivista alia-se as duas; o realismo essencialista nega-as. O construtivista afirma que não existe identidade trans-histórica da homossexualidade porque não se pode navegar entre universos de sentido incomensuráveis, guardando o mesmo sentido para denominar factos distintos ou afirmar que, factos denominados de maneiras diferentes, são idênticos. O fundamental no debate entre construtivistas e anticonstrutivistas é a questão da referência. No entender de Putnam (1981), os paradigmas só podem ser traduzíveis quando apresentam a mesma referência. Quando

¹⁵ A partir da retirada do homossexualismo da lista de transtornos sexuais, em 1973, pela Associação Psiquiátrica Americana (APA), o sufixo *ismo* (de homossexual**ismo**), que significa doença, foi então substituído por *ade* (de homossexual**idade**), que indica atividade, comportamento. Assim sendo, neste trabalho, sempre que possível será usado o termo *homossexualidade*.

não existem mudanças no valor semântico das expressões entre paradigmas diferentes, compreende-se o que é citado. Para que isso ocorra, é necessário que se tenha a mesma referência. É possível comparar pederastia grega e homossexualidade porque os termos possuem a mesma referência, ou, no mínimo, correferências parciais. Mas, definir a identidade homossexual constitui uma problemática.

Como reconhecer o homossexual? Por meio da “visibilidade do estigma”? E os que não o apresentam? E quando o indivíduo, apesar de sua prática homossexual, não se reconhece como tal? Os sinais que apontam para esse intento são filigranas de uma multiplicidade de condutas que se esvaem ao tentar colocá-las em uma categoria única denominada homossexualidade. A própria ideia de homossexualidade é historicamente datada. Em todas as sociedades humanas até hoje conhecidas existem não somente factos, mas também registros de comunidades e subculturas homossexuais (Costa, 1995; Sullivan, 1996).

A presença do desejo pelo mesmo sexo não retira a possibilidade de identificar-se como homossexual, porém, diante das exigências da heterossexualidade, resta ao indivíduo identificar-se com o que sobra, nos termos de Costa (1992), com “uma figura do homem *manqué*¹⁶”. No Brasil, atribui-se ao homossexual o estatuto de meio-homem, conhecido como bicha (literalmente verme) ou viado (o “e” sendo substituído por “i”) - termos dirigidos ao indivíduo sexualmente “passivo”. Os sujeitos que não conseguem corresponder ao ideal masculino são tratados de forma depreciativa na cultura brasileira, em oposição à imagem do machão e do pai, considerados verdadeiros homens (Parker, 1991). Em razão disso, Wright (2006) afirma como verdadeiras as seguintes considerações: a) Algumas pessoas nascem com uma combinação de condições genéticas e ambientais que as impele fortemente a um estilo de vida homossexual; b) Não há nenhum conflito na homossexualidade entre adultos que nela consintam e o bem-estar de outras pessoas. Esse autor conclui que: “Em termos morais (cremos) isto deveria encerrar a questão” (p. 349).

As práticas homoeróticas são muito mais amplas e diversificadas do que o termo homossexualidade oitocentista sugere, que varia desde um forte apelo por relações físicas até um desejo de companheirismo erotizado tido como amizade. As abordagens sociológicas e antropológicas partem do princípio de que não faz sentido pensar em uma essência homossexual comum a algumas pessoas que, assim rotuladas, passam a ser

¹⁶ Do francês, o que saiu errado ou não conforme o esperado, incompleto (tradução nossa).

diferenciadas daquelas consideradas heterossexuais. A ideia do homossexual típico é uma realidade tão palpável quanto à do judeu típico e outros. De facto, o que une homossexual em um mesmo conjunto perceptivo-interpretativo são as regras de identificação sexual criadas pelo imaginário social. A terminologia homossexual tem sua origem na ideologia médica, com a qual está comprometida. Não designa uma coisa que sempre foi e será idêntica a si mesma, mas certa representação gerada pela cultura, produto de um vocabulário moral da modernidade que insere e divide os indivíduos entre homossexuais, heterossexuais e bissexuais (Costa, 1995; MacRae, 1990).

A partir das concepções de Jurandir Costa (1995), é possível afirmar que a categoria homoerótica compreende os indivíduos que se comportam ora como homossexual ora como heterossexual. Oferece um leque de possibilidades de práticas sexuais entre o mesmo sexo, sem que isto interfira na identidade sócio-sexual masculina, de modo que, com exceção dos transexuais, também as travestis podem sentir-se homens. Para Corneau (1995, p. 48), “nem todos os homens são homossexuais, mas em razão da ausência do pai todos trazem consigo um desejo homoerótico”. Na cultura heterossexual dominante, em vista do preconceito sexual, muitos homossexuais comportam-se como heterossexuais sem de facto o serem. O “verdadeiro homossexual” é aquele indivíduo que, com ou sem estímulo moral da cultura, sente-se atraído por homens, que encarna o ideal do erotismo por pessoas do mesmo sexo. A simples atração sensual por homens (modalidade do desejo homoerótico), não é suficiente para caracterizar a “homossexualidade” daqueles que a experimentam. Mais decisiva é a presença da atração terna, o apaixonamento, que significa algo além do puro “tesão” (Costa, 1992).

Parece meio contraditório quando o discurso de Costa (1995) é no sentido de abolir todos e quaisquer rótulos que possam identificar um indivíduo homossexual: acaba elegendo o componente “atração terna” como uma marca identificadora do “verdadeiro homossexual”. O suposto papel “ativo” e a ausência da atração terna ou estética pelos clientes são os argumentos usados, geralmente, pelo profissional do sexo, para justificar a sua não identificação como homossexual - mesmo quando confessa sentir-se sexualmente atraído por aquele que “contrata seu serviço” (Silva, 1999).

A psicanálise, segundo Fenichel (1981), mostra que os homens homossexuais, por causa dessa condição, não deixam, certamente, de se excitarem sexualmente com mulheres, no entanto reprimem essa pulsão despertada, originalmente, pelo sexo oposto, e deslocam para os homens. A maioria dos homossexuais não consegue livrar-se com facilidade dos seus desejos biológicos normais por mulheres (continuam a atraí-los),

mas, por não poderem suportar a ideia de criaturas sem pênis, desejam mulheres, digamos assim, fáticas, hermafroditas. Esse desejo por objetos providos de pênis obriga-os a escolher rapazes, meninos, que devem ter feições femininas (Fenichel, 1981).

Esse interesse original no homossexual por mulheres, talvez explique o facto de ser tão difícil para o homossexual, em especial, para o “ativo”, assumir sua condição homossexual, em virtude da reminiscência desse interesse que, provavelmente, passa a ser identificado ou reconhecido como uma tendência heterossexual, reforçado pela “heterossexualidade compulsória” (Rich, 1980), e pela pressão do preconceito sexual manifesto, em relação à homossexualidade, na maioria das sociedades.

4. A visão da bissexualidade na psicanálise e da homossexualidade na biologia

O austríaco Sigmund Freud, criador da Psicanálise, atribuiu a E. Glay o termo bissexualidade. Porém, em 1906, Wilhelm Fliess reivindicou para si o uso desse termo. Fliess, em 1905, rompeu sua amizade com Freud, por motivo das divergências teóricas sobre a bissexualidade. Pois, a bissexualidade, para Fliess, era portadora de um outro sexo, um processo harmônico e único, para Freud, ela implicava em uma divisão irremediável, um desacordo traumático e fundamental na vida do ser humano (André, 1987). Segundo Costa (1995), o mérito de Fliess traduz-se na grande mudança de poder desvencilhar a questão da bissexualidade do domínio da biologia ligada, até então, às zonas erógenas, para o campo do psiquismo. Assim, desde a sua origem, pôde ganhar autonomia pulsional. A partir dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud, em 1905, usa o termo bissexualidade para manter a tese da libido¹⁷, e começa a direcioná-la para a oposição entre atividade e passividade, contida no complexo edipiano e para o conceito de perversão. De acordo com sua teoria, a criança tem uma sexualidade perverso-polimorfa, ou seja, a libido se encontra distribuída por todo o corpo. Mas, em alguns períodos tem sua predominância em determinados órgãos, que são as diversas fases ou estágios: oral, anal, fálica¹⁸ e genital. Diferente da genitalidade que atende ao apelo do coito, a sexualidade tem como característica a concentração libidinal com vista à sua primazia genital na vida adulta.

O processo de desenvolvimento, que transforma o infante em adulto, consiste na subordinação das pulsões parciais a favor da primazia genital, para, assim, obter a sujeição da sexualidade à função reprodutiva. Sem esse mecanismo, a vida sexual pode ser descrita como anarquia causada pela frustração na organização pré-genital, uma vez que a independência das diferentes pulsões parciais retira o prazer destinado ao órgão

¹⁷ “É sumamente instrutivo que a língua alemã, no uso da palavra ‘Lust’(‘prazer’, ‘desejo’), leve em conta o mencionado papel das excitações sexuais preparatórias, que, ao mesmo tempo, proporcionam uma cota de satisfação e contribuem para a tensão sexual. ‘Lust’ tem um duplo sentido e designa tanto a sensação de tensão sexual (‘Ich habe Lust’ = ‘eu gostaria’, ‘sinto ímpeto de’) quanto o sentimento de satisfação” (Freud, 1908/1976f, pp. 127-200).

¹⁸ O falo é o significante da falta, uma realidade não sensível, abstrata, um símbolo que é, às vezes, erroneamente confundido com o pênis, i.e., significa aquilo que se inscreve no lugar da falta (Bleichmar, 1984; Kusnetzoff, 1982).

genital (Freud, 1915-1917/1976e). Enfim, toda e qualquer fixação pré-genital na fase adulta constituirá em regressão, i.e., o indivíduo que despreza inteiramente o órgão sexual ou sua utilização normal é assim denominado de *invertido*, *perverso* ou *de sexo contrário* (Freud, 1938-1940/1975).

A identidade sexual no estágio genital resulta especificamente da crise edípica, um processo inconsciente de sentimentos ambivalentes vivenciados por toda criança na cultura ocidental. No caso específico do menino, ele deseja a mãe e teme o pai (maior e mais forte), e, finalmente, desiste da mãe porque tem medo de ser punido em sua carne, i.e., de ser castrado pelo pai (Nasio, 2007). Diante desta situação, o menino procura tornar-se o mais parecido possível com o pai (identificação com o agressor), na tentativa de assim poder conquistar sua mãe. O termo castração, em um primeiro momento, expressa literalmente o medo de perder o pênis. A associação pênis-falo/falo-significante da falta passa a ter o sentido de outro corte, i.e., aquele que separou a criança da mãe. A rigor, na visão de Kehl (1987), quem castra é a mãe, quando se recusa a manter a simbiose narcísica com o filho. De acordo com a sua constituição bissexual, o menino tem fantasias de dupla orientação ativa e passiva, pois também deseja tomar o lugar da mãe enquanto objeto sexual da figura paterna (Freud, 1925/1976d), “a idéia de um compromisso com o pai, numa linha que perpassa a homossexualidade” (Winnicott, 1990, p. 77). Porém, “a relação com o pai pessoal se dá em nível abstrato, ao contrário da concretude da relação com a mãe” (Boechat, 1997, p. 41). A fase edípica constitui-se, pois, em um facto marcante, cuja elaboração culmina com a identificação do menino com a figura paterna ou com alguém que o simbolize, “o supereu é instituído graças a um gesto psíquico surpreendente: o menino abandona os pais como objetos sexuais e os mantém como objetos de identificação” (Nasio, 2007, p. 40). Nessa perspectiva, Fenichel (1981) observa o seguinte:

O facto de, na pessoa normal, a escolha de objeto vir, mais tarde, a tornar-se mais ou menos limitada ao sexo oposto é um problema em si mesmo; problema que é menos difícil para o rapaz porque a mãe, seu primeiro objeto amoroso, é a pessoa do sexo oposto; o desenvolvimento da moça na direção da escolha normal do objeto mostra-se mais complicado pelo facto do seu primeiro objeto ter sido objeto homossexual. (pp. 307-308)

As pessoas são vistas pela criança por causa da presença ou ausência do pênis. O estágio fálico é o período da descoberta da diferença anatômica, quando a criança é capaz de diferenciar o sexo nas duas categorias masculino e feminino. Entre dois e três

anos de idade, a criança desenvolve sua identidade de gênero nuclear. Porém, na sua subjetividade, continua a existir apenas um sexo. Nesse sentido, “ao dado biológico dos dois sexos, Freud vai opor a impossibilidade de inscrever sua diferença no plano do inconsciente. À diferença dos sexos, objeta o primado do falo” (André, 1987, p. 39), uma vez que, “no inconsciente, não existe a inscrição psíquica da diferença sexual” (Ceccarelli, 2008, p. 89). O menino, prontamente, nega o sexo feminino, à medida que se recusa a aceitar a castração da menina. Em sua fantasia, ela também possui um pênis, que não cresceu ainda, e, ao constatar a ausência do pênis, a menina organiza a sua vida de forma a querer suprir essa falta. No menino há um superinvestimento em razão dessa posse do pênis, mas de qualquer forma, ambos (menino e menina) vivenciam a angústia da castração, que está vinculada inconscientemente ao medo da morte. Para enfrentar essa situação, a criança cria uma defesa (fantasia) de perpetuar-se através do filho (Kusnetzoff, 1982).

Em Lacan, a função paterna na estrutura perversa se dá por meio da intrusa figura do pai na simbiótica relação da mãe com o bebê, esboçando a passagem da dialética do “ser o falo” para a mãe (sua majestade, o bebê), e do “ter o falo” (poder ser pai). O pai aparece para a criança em um dado momento como o suposto detentor do objeto que a mãe deseja. Por isso, a mãe deve saber se significar a falta, uma vez que a criança mesmo identificada como o próprio falo não seria, de forma alguma, capaz de satisfazer a mãe em substituição ao pai, por causa da questão do incesto. A criança vai fechar-se na representação de uma falta não simbolizável que traduz o desmentido que ela vai manter a partir daí quanto à castração da mãe, quer dizer, a criança sem acesso ao desejo da mãe vai fingir que não a percebe castrada, já que o pai não poderá ser destituído do seu papel de rival fálico. A passagem do registro do Ser para o Ter só será efetuada, neste caso, num espaço psíquico marginal. A autoridade de Pai simbólico (representante da Lei) nunca será reconhecida. Por conseguinte, surgirão dois estereótipos estruturais, o desejo e a transgressão, impossíveis de serem superados e que regularão as perversões (Dor, 1991).

4.1. A bissexualidade a partir da questão edípica

A bissexualidade é explicada a partir da situação edípica que se institui como resultado da cultura veiculada pelos pais e atua sobre o aparelho psíquico da criança. Dentro desse contexto simbólico, é que se transmite a lei fundamental nas relações sociais: a proibição do incesto (Kusnetzoff, 1982). Mas, o incesto como causa de um

horror instintivo responsável pela repugnância psicológica é contestada por Lévi-Strauss (2008) por meio dos seguintes argumentos:

A proibição do incesto não é nem puramente de origem cultural nem puramente de origem natural, e também não é uma dosagem de elementos variados tomados de empréstimo parcialmente à natureza e parcialmente à cultura. Constitui o passo fundamental graças ao qual, pelo qual, mas sobretudo no qual se realiza a passagem da natureza à cultura. Em certo sentido pertence à natureza, porque é um condição geral da cultura, e por conseguinte não devemos nos espantar em vê-la conservar da natureza seu carácter formal, i.e., a universalidade. [...] A proibição do incesto é o processo pelo qual a natureza se ultrapassa a si mesma. (pp. 62-63)

As pesquisas etnográficas de Lévi-Strauss (2008) mostram a existência de uma atração universal pelo incesto. Em algumas culturas, a proibição recai sobre os primos nascidos de irmãos do mesmo sexo e noutras de filhos de irmãos de sexos diferentes. Mesmo entre povos que praticam, por tradição, a endogenia, quase inexitem efeitos aberrantes à proporção que se poderia esperar. Na compreensão de Nasio (2007, p. 26), “as verdadeiras passagens ao ato incestuosas pai/filha ou pai/filho e mais raramente mãe/filho são estupros relativamente raros e, quando acontecem, nunca proporcionam gozo algum, nem prodigioso nem banal”. Enfim, a proibição do incesto constitui a trajetória fundamental na qual se realiza a passagem da natureza à cultura, que impõe suas regras, e a família humana é uma instituição que desempenha um papel primordial na transmissão da cultura (Lacan, 2002).

A essência das perversões não está, segundo Freud (1915-1917/1976e), na substituição pré-genital ou na escolha de diferentes objetos sexuais, mas na exclusividade com que se efetuam esses desvios e no conseqüente desprezo do ato sexual como função reprodutiva. A sexualidade pervertida parece bem centrada: suas ações se dirigem, geralmente, para um único fim. Assim, um ou mais instintos assumem a predominância e submetem outros instintos aos seus propósitos. Em outras palavras, considera-se pervertida uma atividade sexual quando foi abandonado o objetivo da reprodução e busca-se somente a satisfação exclusiva do prazer.

A teoria freudiana postula que o homossexual, em nível inconsciente, busca o homem e a mulher. Isto estaria relacionado ao facto de o homem não conseguir lidar com a castração da mulher, que lhe causa angústia e nojo na sua condição de objeto sexual. A imagem genital feminina suscita a lembrança das ameaças simbólicas sofridas

na infância em ter o pênis mutilado. O que caracteriza este tipo de homossexual é a atração erótica por “uma mulher psíquica” num corpo viril e com genital masculino, ou seja, a mulher literalmente fálica. Outra tentativa de Freud explicar a homossexualidade é atribuir-lhe uma fixação da libido na zona erógena do ânus. Mas esta hipótese é por ele refutada quando se dá conta de que a predileção anal não se restringe à relação entre homens, uma vez que há um grande número de sujeitos não-perversos que não sentem repulsa por esse tipo de prática (Freud, 1908/1976f).

A construção da figura do perverso sexual é também o fenômeno de *persona*¹⁹, artefato psíquico, definido por Jung, pelo qual o indivíduo expressa para o social aqueles valores julgados como adequados, que são a expressão do que o coletivo espera do indivíduo. A dicotomia entre homossexual e heterossexual não faz parte de uma divisão natural, mas ocorre dentro de um sistema de crença que rege o pressuposto cultural e histórico na identidade sexual. Na opinião de Boechat (1997), quando Jurandir Costa (1995) considera a homossexualidade como um fenômeno datado e associado à formação da classe burguesa do século XIX, está se referindo a um fenômeno cultural arquetípico, que necessita de um contraponto, de uma figura marginal e patologizada. Nessa figura se incluiria o estereótipo homossexual, aquele de sexualidade invertida, que personificaria o que a psicologia analítica denomina de Sombra da figura do burguês adaptado e corresponderia à ideia grega antiga do *Synápodos*, aquele que anda atrás. É um arquétipo organizador do ego, pois na medida em que o ego se estrutura, ele se polariza com a Sombra. Esse facto psicológico, individual e sociológico reflete no motivo mitológico dos gêmeos, como Castor e Polux, um mortal, outro imortal, ou dos irmãos Caim e Abel (Boechat, 1997).

Os homossexuais ou invertidos estão, segundo a psicanálise, entre a diversidade de pervertidos, cuja fixação infantil a um objeto sexual preliminar impediu que fosse estabelecida a primazia da função reprodutiva. São aqueles que, de maneira ainda pouco compreendida, tiveram o seu objetivo sexual defletido do sexo oposto (“a mulher psíquica” no corpo masculino). Para Freud (1908/1976b) uma das injustiças sociais é que os padrões de civilização exigem de todos que tenham uma conduta sexual idêntica: a civilização proíbe toda atividade sexual descrita como pervertida. Assim, quando restrições de liberdade sexual são fixadas, muitos indivíduos são marginalizados como

¹⁹ “Persona é a máscara usada pelo indivíduo em resposta às solicitações da convenção e da tradição social e às suas próprias necessidades arquetípicas internas. É o papel que a sociedade lhe atribui, a parte que a sociedade espera que ele represente na vida” (Jung, 1973, p. 101).

pervertidos. Essa injustiça, no entanto, é geralmente sanada pela desobediência de alguns indivíduos às injunções morais. Além disso, aqueles que se esforçam para não serem pervertidos, embora por constituição o devesse ser, são impelidos às doenças nervosas.

Pode-se afirmar que a tarefa de administrar uma pulsão tão poderosa quanto à sexual, que não seja pela via da sua satisfação, consome todas as forças do indivíduo e, de maneira geral, não possui a constituição para enfrentar com êxito a tarefa de uma abstinência. A satisfação sexual torna-se, então, a melhor proteção contra a ameaça que as disposições inatas anormais ou os distúrbios do desenvolvimento constituem para uma vida sexual normal (Freud, 1908/1976b). Nesse sentido, Oliveira (1996, p. 135) diz que “a patologia, por vezes, não está na pessoa ou em determinado grupo de indivíduos segregados, e, sim, no macro e microsociocultural ao qual nós pertencemos e em que nos contaminamos com vírus ideológicos de alto poder destrutivo”.

Na concepção de Freud (1915-1917/1976e), os pervertidos pagam muito caro pela satisfação que obtêm a duras penas. Por mais estranhos que sejam seus objetos, via de regra, um ato de satisfação pervertida termina em orgasmo completo e emissão de produtos seminais, sem ser pelo método da união pênis/vagina. Parece que existia, por parte de Freud, uma expectativa de que, uma vez estéril no plano da reprodução, a relação homossexual também o seria em termos de orgasmo e ejaculação. A atração que os caracteres sexuais masculinos e femininos exercem entre si é a grande força que repele a inversão permanente do objeto sexual. Mas esse fator não basta para excluir a inversão. Diversos fatores auxiliam nesse processo, a exemplo do entrave autoritário da sociedade. Existe mesmo uma disposição originária e universal da pulsão sexual humana para as perversões, e, em consequência das modificações e inibições psíquicas, desenvolve-se o comportamento sexual normal (Freud, 1905/1989a). Em outras palavras, o “normal” faz parte de uma construção decorrente da repressão às perversões. Quando a inversão não é considerada um crime, um número nada pequeno de indivíduos expressa tais inclinações (Freud, 1915-1917/1976e).

Freud, embora consciente da dificuldade de controlar o instinto sexual e os efeitos nocivos de sua contenção, além de reconhecer a condição marginal imposta à conduta “desviante”, faz uso de expressões com teor pejorativo, que não parecem atenuar a discriminação, tais como: “degenerações sexuais, aberrações sexuais, perversões sexuais, e outras, para designar as práticas ou os praticantes de uma sexualidade convencionalmente atípica” (Graña, 1996, p. 148). A moral social apresenta

contradições, faz concessão à figura do masculino no sentido de uma maior liberdade para explorar a sexualidade. Afinal, a prática da bissexualidade se caracteriza como relação extraconjugal, cujo aspecto diferenciador é o objeto do mesmo sexo e não conta, a exemplo do heterossexual, com a tolerância social. Se a condição bissexual faz parte da condição humana, o que leva Freud a dizer que a maioria dos homens está longe do ideal masculino? Como seria esse ideal masculino? Em última instância, é a bissexualidade que explica a identificação com a mulher, quando da escolha do bissexual pelo objeto masculino.

O comportamento dos invertidos sexuais foi classificado por Freud (1905/ 1989a), sob três aspectos (foram especificados no capítulo A Construção da Identidade Sexual): a) invertidos absolutos; b) invertidos anfígenicos (hermafroditas psico-sexuais); c) invertidos ocasionais - seu objeto sexual pode ser uma pessoa do mesmo sexo, por conseguinte à inacessibilidade ao objeto sexual normal. Conforme a teoria freudiana pode-se falar em carácter inato da inversão apenas na primeira classe (invertidos absolutos), na qual a pessoa, em momento algum da vida, teve outra orientação do impulso sexual. As demais classes, especialmente a terceira, a dos invertidos “ocasionais”, não condiz com a ideia de condição inata da inversão sexual.

Alguns fatores permitem vê que os invertidos não são necessariamente degenerados. A inversão pode ser encontrada em pessoas que não exibem outro desvio grave da norma, o que impede que elas sejam consideradas degeneradas. Os invertidos fazem juízo variado a respeito de sua pulsão sexual. Alguns a veem como natural, e defendem igualdade de direitos da mesma forma que os “normais”. Outros sentem a sua inversão como uma compulsão patológica, sujeita, portanto, a tratamento. Esse traço de carácter pode ser identificado desde a puberdade, conservar-se por toda vida, ser temporariamente suspenso ou constituir apenas um episódio do desenvolvimento normal. Pode exteriorizar-se após um longo período de experiência sexual com o objeto normal (Freud, 1905/1989a).

Os vestígios do sexo oposto persistem em forma de órgãos rudimentares, sem função ou que se transformam em auxílio a outras funções. Tais fatores deram origem à concepção de uma predisposição bissexual no desenvolvimento humano, que se transformaria em monossexualidade com sinais atrofiados, quase imperceptíveis, do outro sexo. Para Freud, parece sugestivo transpor essa concepção somática do hermafroditismo para o campo psíquico, e explicar a inversão em consequência da expressão multifacetada de um hermafroditismo psíquico. Assim, cabe esclarecer que a

inversão e hermafroditismo somático são especificações independentes. A teoria do hermafroditismo psíquico sugere que o homem invertido, assim como a mulher, deixasse-se levar pelos atributos da alma e do corpo masculino; sentir-se-ia como mulher e buscaria o homem enquanto objeto sexual (Freud, 1905/1989a). Embora uma grande parcela dos invertidos masculinos preserve o carácter psíquico da virilidade, traz relativamente poucos caracteres secundários do sexo oposto e, com efeito, busca no seu objeto sexual traços psíquicos femininos. Para Fenichel (1981, p. 310), “é muito comum os objetos masculinos dos homossexuais mostrarem certas características da mãe ou da irmã do paciente”. Ou seja, segundo esse postulado, o perverso sempre busca algo de feminino na figura do masculino, parece não conceber a ideia de o perverso desejar tudo no outro que possa representar o masculino, seja psíquico e/ou corporal.

A expressão “hermafroditismo psíquico”, que Freud usa como sinônimo de anfígênico, deriva da expressão “hermafroditismo moral” criada por Gasper, que significa homens com sensibilidade feminina. Para Freud, anfígênico é o sujeito que se sente atraído por pessoas de ambos os sexos. Costa (1995), por sua vez, questiona o facto de Freud chamar o anfígênico de invertido ao invés de anfígênico moral. Por que na dupla orientação sexual a ênfase recai na inversão e não na característica heterossexual? Assim, o que define o homem invertido, para Freud, é o facto de atrair-se por homens, independente do facto de ele se relacionar com mulheres e cumprir o papel de reprodutor da espécie.

Em vista disso, Costa (1995) registra dois problemas na teoria freudiana da sexualidade: o primeiro refere-se ao facto de que Freud, assim como os gregos, considerava que a mulher e o adolescente tinham os mesmos atributos femininos e que podiam ser considerados semelhantes objetos sexuais; o segundo, diz respeito ao facto de o termo hermafrodita aplicar-se apenas aos homossexuais, o que demonstra indecisão quanto ao sentido do termo “mesmo sexo”. O que significaria mesmo sexo? Algo como não é o igual quanto ao sexo, mas aquele que reúne os caracteres de ambos os sexos? A primeira expressão tem o sexo biológico como referência; a segunda, o fantasma do sujeito com respeito às características do objeto sexual desejado. Então, Costa (1995) conclui que, tomando por base o conceito freudiano, pode-se afirmar que a natureza do objeto pode significar outra coisa a mais do que sugere a aparência corpórea do sujeito. Isto quer dizer que o corpo do homem tem dupla significação: o mesmo sexo e o outro sexo. Porém, Freud acaba por concordar com o senso comum da burguesia de que o sujeito é “invertido”, sendo ou não capaz de ter a mulher como objeto sexual. Assim,

um homem que se sente atraído apenas por outros homens deixa de “ser homem”. Admitir esta afirmação é ir ao encontro da ideologia oitocentista, para a qual sexo não poderia ser outra coisa a não ser apenas sexo biológico (Costa, 1995).

4.2. A procura da homossexualidade na biologia

A partir da fecundação, o ser humano, em seu desenvolvimento biológico, passa por três fases distintas de diferenciação: *in utero* durante a primeira metade da gestação, após o nascimento e por ocasião da puberdade. O ser vivente *in utero* tende biologicamente para o sexo feminino, porém a presença do cromossomo X, feminino, onde se encontra o gene regulador da diferença sexual, transforma esse ser, *a priori* feminino, em masculino. Portanto, o aspecto feminino está na essência da condição humana desde a vida intrauterina, ou seja, é como se, basicamente, todo feto fosse feminino e um arranjo da genética o tornasse, às vezes, masculino, sem esse tipo de intervenção todos os bebês seriam femininos. O estado masculino é o resultado de uma “desfeminização” mais que de uma masculinização do feto, mas a diferenciação não se limita apenas aos genitais, todo um sistema é mobilizado ainda *in utero* para intensificar a produção hormonal. A testosterona induz a diferenciações neurológicas, estruturais e funcionais entre o cérebro do homem e o da mulher, desde que os neurônios ainda estejam pouco desenvolvidos (Bourguignon, 1990).

Na ótica de Bourguignon (1990), a natureza, na excelência do cumprimento do seu papel, não permite a dúvida. Por isso, marca a nova sexualidade no psiquismo e no corpo. Para diferenciar bem a condição sexual, já encaminhada, é agora reforçada pela produção de testosterona, de modo tão intenso que se pode chamar de “crise testicular” (expressão usada pelo autor) neonatal. Uma espécie de reforço hormonal que tanto ocorre nos animais quanto no ser humano macho. Na visão do senso comum, os indivíduos nascem homem ou mulher e, por vezes, desconhece-se a função indispensável do meio social na formação do gênero. Esse autor revela essa incompletude da biologia sexual quando ressalta a importância da contribuição social no burilamento do constructo masculino. Bourguignon (1990) salienta que:

O evento principal no nascimento é a descoberta dos congêneres, a entrada em relação ativa com os parentes e principalmente com a mãe. Esse acontecimento é tão importante que, na espécie humana, as influências hormonais são amplamente moduladas pelas interações sociais dos primeiros anos. Nessas

condições, não é inverossímil que a secreção neonatal de testosterona “desfeminize” e masculinize o conjunto da vida psíquica do menino. (p. 174)

Porém, existe na biologia outra corrente que não aceita a experiência psicossocial como influenciadora da função hormonal na determinação da orientação sexual. Seus pesquisadores geram polêmica em tentar provar que a tendência sexual não é uma opção. Eles insistem em encontrar no cérebro dados físicos que possam comprovar a orientação sexual como resultante de um fator genético, nesse caso, especificamente, na questão homossexual.

No livro *Criação em separado: como a biologia nos faz homo ou hetero*, Burr (1998) comenta uma série de descobertas em relação à questão da orientação sexual, que vão além dos fatores hormonais como determinantes do comportamento sexual. Alguns pesquisadores parecem ter conseguido diferenciar a morfologia do cérebro capaz de identificar o sexo genital do sujeito. Para DeLacoste-Utamsing e Holloway (1982) a forma do esplênio do *corpus callosum* (corpo caloso) é diferente de maneira tão acentuada entre os sexos que podem verificar com facilidade se um cérebro pertence a um homem ou a uma mulher apenas em vê-lo. Nesse sentido, Allen, Hines, Shryne e Gorski (cit. in Burr, 1998, p. 44) apresentam resultado que confirma essa informação: “Os núcleos intersticiais 2 e 3 do hipotálamo anterior (NIHA) eram sexualmente dimórficos nos seres humanos, e significativamente maiores nos homens do que nas mulheres”. Sobre essa questão, o naturalista inglês Darwin (cit. in Buican, 1990, p. 58) diz que “o cérebro do homem é, falando de modo absoluto, maior que a da mulher; mas é ele maior, relativamente às dimensões mais consideráveis de seu corpo? Esse é um ponto sobre o qual não se tem, acredito, dados muito seguros”.

Alguns pesquisadores afirmam que a diferença entre os cérebros masculino e feminino é considerada em termos de forma e de tamanho. Porém, o cérebro dos homens apresenta dimorfismos entre si, ou seja, existem homens com um volume maior de massa cerebral que outros. Questiona-se até onde essa diferença tem alguma relação com a orientação sexual do sujeito. Outros autores acreditam que esta diferença, de facto, não se relaciona ao sexo anatômico, mas à orientação sexual. Entretanto, Swaab e Hofman (1990) salientam que o núcleo no cérebro denominado supraquiasmático (NSQ) era dimórfico, não em relação ao sexo, mas à orientação sexual. O núcleo era duas vezes maior nos homens homossexuais do que nos homens heterossexuais. Allen (cit. in Burr, 1998, p. 45), por sua vez, considera que “dois núcleos NIHA podem estar envolvidos na geração do comportamento típico do macho”.

Para LeVay²⁰ (1991), uma parte do cérebro que regula o impulso sexual pode ser diferente de acordo com as tendências sexuais diferentes. Os núcleos intersticiais exibem dimorfismo de tamanho em relação ao sexo, mas também em relação à orientação sexual. O NIHA 2 ou o NIHA 3 é grande nos indivíduos orientados sexualmente para ter relações com mulheres (homens heterossexuais e mulheres homossexuais) e pequeno em indivíduos orientados sexualmente para terem relações com homens (mulheres heterossexuais e homens homossexuais). Isto ocorre em seres adultos, supõe-se que em razão do facto deles já terem sido influenciados, em suas orientações, pelo meio ambiente. Estas descobertas de LeVay são contestadas por outros pesquisadores, a exemplo de Byne (cit. in Burr, 1998, p. 66), que diz: “Alguns - talvez a metade - dos sujeitos presumivelmente homossexuais de LeVay tinham atrofia testicular, degeneração dos testículos, os quais suprem a testosterona”.

A crítica a LeVay (1991), não está relacionada ao valor do estudo em si, mas às características específicas dos sujeitos utilizados e às mutações que ocorrem frequentemente no uso do corante Nissl, por ele usado. Acredita-se que este corante liga-se às células, produzindo ativamente proteínas (ribossomos) e que por isso elas são coradas fortemente pelo Nissl, na medida em que outras células, menos ativas, são “bem” coradas, i.e., não sofrem mudança. Partindo deste pressuposto, o biólogo Evan Balaban (cit. in Burr, 1998, p. 62) diz: “talvez tudo o que LeVay esteja medindo seja o efeito de uma droga anti-Aids ou a sequela do estresse”. Em relação à diferença entre os sexos que Allen observou, Bill Byne também discorda, alegando que ela não existe. Ninguém foi capaz de repetir as descobertas de DeLacoste-Utamsing e Holloway (1982), ou seja, o dimorfismo sexual do corpo caloso, que seria capaz de distinguir o cérebro do macho do cérebro da fêmea.

A geneticista Anne Fausto-Sterling (cit. in Burr, 1998, p. 64) relacionou os principais pontos de várias pesquisas realizadas em meados da década de noventa e chegou à conclusão: “não há diferenças em forma, largura ou área [...] entre os sexos”. Em cérebros de indivíduos adultos, porém, os geneticistas moleculares Hu e colaboradores (1995) identificaram um padrão genético similar em 33 pares de genes de irmãos *gays*, descoberta que sugere a hereditariedade da tendência à homossexualidade.

²⁰ O neurocientista Simon Le Vay trabalhou com tecido cerebral de 41 indivíduos. Entre eles, havia 19 homens *gays*, mortos de Sida; 16 supostamente “normais” e desses, seis morreram de Sida pelo uso de drogas injetáveis; 6 mulheres supostamente “normais”. Não havia tecido cerebral de lésbica (Burr, 1998).

O gene *gay* Xq28 desta descoberta se mostra com mais frequência na família do lado da mãe. De quarenta pares de genes de irmãos *gays* pesquisados por Hu e colaboradores (1995), 33 compartilharam a região do Xq28.

Hu e colaboradores (1995) reconhecem que sua pesquisa é passível de reavaliação, quando afirmam que não há tantas pessoas *gays* no mundo e, se existir um “gene *gay*” ele deve ser muito raro. Assim, não houve nem prova concreta nem experimentos realizados para testar isso. Os pesquisadores estão tentando rastrear o gene *gay*, cujo nome oficial é *GAY-1*. Em 1995, a equipe de Hu (1995), completou mais dois estudos sobre o Xq28 e a orientação sexual. O primeiro estudo testou um conjunto de irmãos *gays* completamente diferentes. Confirmou a descoberta original. O segundo estudo testou os irmãos heterossexuais dos irmãos *gays*. Se os resultados de Hamer et. al., fossem válidos, não deveria haver ligação entre os irmãos “normais” e o *GAY-1*. Não houve ligação.

Na compreensão de Wright (2006), há evidências que indicam que alguns genes, mais do que outros, têm maior probabilidade de conduzir à homossexualidade. Porém, em vista disso não é possível afirmar que exista um “gene *gay*”, em outras palavras, um gene que leve alguém inexoravelmente à homossexualidade, apesar do ambiente, e certamente não significa que os genes em questão foram escolhidos pela seleção natural em virtude de sua contribuição à homossexualidade. Os estudos de Bourguignon (1990) parecem não supervalorizar o biológico como condição inata para a formação do sexo: eles apontam para uma iniciação, ou seja, certa predisposição biológica que é completada no campo social que a fortalece, uma construção, digamos assim, bio-psico-social. Os pesquisadores comentados por Burr (1998), ao contrário, parecem buscar unicamente no cérebro os aspectos determinantes de identificação não somente genital, mas também de gênero.

Nessa perspectiva, Garber (1997) questiona: que vantagem haveria em ligar a sexualidade à biologia? Será que alguns *gays* não se oporiam à ideia de que foram programados para a vida por suas estruturas cerebrais? Segundo LeVay (1991), se a identidade *gay* fosse inata e não escolhida, genética e não opcional, biológica e não comportamental, as leis que restringem as oportunidades iguais para homossexuais seriam proibidas. Esse autor acrescenta que as pesquisas mostram que as pessoas são mais tolerantes aos *gays* e às lésbicas quando achavam que eles haviam nascido assim do que quando achavam que era uma escolha de vida.

No seu ensaio sobre genética e homossexualidade masculina, Hamer, Hu, Magnuson, Hu e Pattatucci (1993) fazem referência à homossexualidade como uma variação que ocorre naturalmente. Ainda para esses autores, sobre a possibilidade de um teste genético de que uma criança ainda não-nascida é *gay*, afirmam “que seria fundamentalmente antiético usar esse tipo de informação para avaliar ou alterar a orientação atual ou futura de uma pessoa - seja ela heterossexual ou homossexual - ou outros atributos normais do comportamento humano” (p. 326).

Por fim, a ciência biológica ainda tateia numa rede de provas e desfeitas, não chegando a uma resposta definitiva sobre essa questão das sexualidades. Procura-se encontrar a etiologia da homossexualidade, mas também não se tem conclusão alguma sobre a etiologia da heterossexualidade. No geral, a maioria desses últimos resultados, ora comentados, parecem buscar algo que caracterize a homossexualidade como definitivamente normal ou patológica. Nessa perspectiva, Canguilhem (1990, p. 107) diferencia que “o anormal não é patológico, mas o patológico é realmente o anormal. O homem normal é o homem normativo, o ser capaz de instituir novas normas, mesmo orgânicas”. Encontrar a etiologia de uma sexualidade é, possivelmente, chegar mais perto das condições que podem desvendar as demais. Será que os pesquisadores não teriam de fazer o caminho inverso, i.e., ao invés de se fixarem nos aspectos que diferenciam os sexos e as sexualidades, fossem em busca dos aspectos que os assemelham? As hipóteses biológicas tanto quanto as psicológicas estão em “aberto”. No momento atual, compartilham mais dúvidas e polêmicas do que alguma verdade irrefutável. A diferença morfológica no cérebro existe, ou a sua não existência é difícil de ser admitida porque, possivelmente, este facto confirmaria a pressão psicossocial no biológico dos sujeitos? Bourdieu (1998b) destaca que:

Uma área particularmente importante de aplicação desse trabalho de insinuação psicossomática é a construção corporificada de diferenças sociais entre os sexos. Ela age de acordo com diversas modalidades. A primeira consiste em ritos de instituição [...] aqueles que participam do rito - homens - e aqueles que não participam - mulheres (historicamente, os esportes desempenham esse importante papel em nossas sociedades). A segunda é a construção do corpo biológico, que é a reconstituição simbólica de diferenças anatômicas. (pp. 18-19)

Apesar de não se ter chegado a uma conclusão definitiva sobre a natureza genética da homossexualidade ou da bissexualidade, esta indefinição não impede que os estudos possam avançar no sentido de tentar compreender a construção dinâmica dos tipos e as

condições das práticas sexuais nas sociedades. Porém, parece persistir uma resistência associada a não aceitação de estudo da sexualidade divergente que não tenha o viés biológico para ser legitimado. Assim, Garber (1997) chama a atenção para o facto de que homossexual e heterossexual se definem como opostos, ainda que instrumentos da ciência social como a Escala de Alfred Kinsey e a Grade de Orientação Sexual de Fritz Klein ou KSOG, demonstraram que essa “pureza” sexual é um artifício cultural. Portanto, “qualquer teoria que generalize a homossexualidade é falsa, qualquer etiologia única que diga ‘como se faz um homossexual’ é preconceituosa e toda patologização da homossexualidade é racista” (Quinet, 2013a, p. 90). Portanto, há de se construir um conhecimento crítico com outro tipo de intervenção psicológica, que perceba a relação entre a sexualidade e a identidade de género se define tendo em vista o habitual ou recorrente, e passar a intervir sobre o modo como as sociedades, ao definirem determinadas sexualidades como mais normativas, produzem indivíduos discriminados e lesados na sua cidadania (Oliveira, 2010). Em vista disso, independente de que a homossexualidade tenha causa genética, psicológica, cultural e outras, mesmo assim, parece pertinente o que Deleuze (2004) afirma:

Contra os que pensam “eu sou isto, eu sou aquilo”, e pensam assim de uma maneira *psicanalítica* (referência à sua infância ou destino), é preciso pensar em termos incertos, improváveis: eu não sei o que sou, tantas buscas ou tentativas necessárias, não-narcísicas, não-edípianas - nenhuma homossexual jamais poderá dizer com certeza “eu sou homossexual”. (p. 21)

5. Preconceito sexual: religião versus ciência²¹

A vontade, segundo Costa (1998), está comprometida com o impulso sexual que constitui um obstáculo interno ao ideal de autodomínio do sujeito. Em termos foucaultianos, trata-se de uma espécie de introversão subjetiva da libidinização do sexo, que descreve em contrapartida cognitiva a hermenêutica de si. Ao contrário dos filósofos gregos, ao invés de olhar para o alto, o monge cristão centrou o olhar em si, para proteger a pureza da ilusão ou sedução responsável pela degradação da vontade. Essa mudança pontua a arqueologia do desejo sexual do sujeito contemporâneo. O padre Agostinho, o mais importante teólogo na formação da moralidade sexual cristã, encontra no pecado de desobediência de Adão e Eva a maneira de convencer os fiéis sobre a fraqueza da vontade. Esse crime de desobediência tornou-se uma ameaça constante, por causa da persistência e rebeldia do desejo sexual na busca do prazer. Assim, recaem sobre o homem os meios de controle da sexualidade, de um destino fustigado pelo pecado original. Enfim, o ideal de uma vontade racional divina “sem fraude nem favor” sucumbe sob a ameaça de um perigo interno que perverte o desejo e contraria a autonomia (Costa, 1998).

O sexo deixa de fazer parte de um discreto comportamento, para firmar-se em um núcleo de resistência à liberdade do sujeito, com base na visão agostiniana de sexo a partir da polêmica do bispo Juliano de Eclano, expulso da Igreja Ortodoxa por sustentar um longo debate com Agostinho, ocorrido quando da conversão de Constantino em 312-313, e do recém-implantado Cristianismo como religião oficial do Império Romano. Juliano defendia a ideia do monge Pelágio sobre a possível perfeição humana e da natureza criada para esse fim. De acordo com essa doutrina, o pecado de Adão e Eva não fragilizara em definitivo a vontade. Nada impediria os cristãos modernos de seguirem os mandamentos de Deus (Costa, 1998). A pregação de Pelágio não tentava apenas restituir o espírito de pureza do Cristianismo, como também refazia “os ideais do paganismo e do estoicismo. Suas exortações morais traduziam-se no apelo aos recursos e à autonomia do espírito humano” (Brown, cit. in Costa, 1998, p. 83).

²¹ Este texto é uma versão retrabalhada do seu original publicado, em 2013, com o título: Preconceito sexual: quando a religião atropela a ciência, no Portal Algosobre (www.algosobre.com.br/psicologia/preconceito-sexual-quando-a-religiao-atropela-a-ciencia.html) e no Portal dos Psicólogos (<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0707.pdf>).

O pelagismo resgata o bom cidadão pagão confiante na razão e na vontade em alcançar uma vida virtuosa conforme a tradição grega ou romana. Para Agostinho, os danos causados à natureza pelos primeiros humanos a tornara miserável. Então, tenta reparar esse efeito por meio da construção de um ideal fundamentado na imagem de pureza da Virgem Maria, da abstinência sexual e da contra concepção. A ideia de pecado intrínseca à sexualidade na Igreja Católica também tem sua origem nos postulados de Cristo, o Redentor da humanidade, que teve uma vida livre de pecado e de qualquer prazer sensual, pelo menos não reconhecidamente manifestos. A lenda do nascimento de Jesus diz que, antes de nascer, estabeleceu a condição virginal para Maria tornar-se sua mãe. Segundo os ensinamentos da Igreja, Jesus não teria escolhido uma jovem intemperante, cujo útero onde iria ser modelado tivesse sido maculado com o sêmen. Joviano foi excomungado por contestar a “virgindade do parto”, ao afirmar que de facto Maria concebera Jesus como virgem, mas não o gerou como tal: ao dar à luz pôs fim a virgindade do seu corpo (Ranke-Heinemann, 1996).

Por volta de 400, Jerônimo transformou os meios-irmãos de Jesus, filhos de José, até então viúvo, em primos. Para alimentar a ideia de que, para uma Maria virginal, nada mais apropriado do que um José que assim também o fosse. A dúvida em relação à virgindade de Maria foi desfeita no século II, quando no Proto-Evangelho de Tiago, uma parteira declarou que, durante o nascimento de Jesus, o hímen de Maria ficara preservado. Deve-se a Tomás de Aquino a noção do sêmen como único princípio ativo que persiste. A mulher ainda hoje continua como metade no processo de procriação. Alguns segmentos da Igreja ignoram os efeitos para a teologia da descoberta do óvulo, em 1827, por K. E. von Baer. Aceitar a existência do óvulo significa negar que Deus tenha sido a única força a efetuar a encarnação e admitir que Maria não concebeu Jesus simplesmente por obra do Espírito Santo (Ranke-Heinemann, 1996).

Jesus foi o único ser sem pecado original, pelo facto de ter vindo ao mundo através da concepção virginal, isenta do prazer sexual e de qualquer ato da conjugação carnal, portanto, sem ser “contaminado” pelo sexo. Embora essas características do nascimento de Jesus tenham reforçado a ideia do pecado relacionado à sexualidade, essa noção já existia por diferentes razões desde a Antiguidade. Pois no Cristianismo a repulsa aos prazeres do corpo atribui-se à maldição do pecado advindo de uma visão negativa da sexualidade, na Antiguidade as considerações ocorreram por questões de ordem médica. Hipócrates (século IV a.C) julgava que ao reter o sêmen o homem acumulava energia, porém, se de maneira excessiva, poderia ser levado à morte. Pitágoras (século VI a.C)

recomendava que o sexo, embora prejudicial à saúde em todas as estações, fosse satisfeito no inverno, nunca no verão, e que sua prática fosse moderada no outono e na primavera. Preferível, então, a virgindade por caracterizar um contínuo de saúde (Ranke-Heinemann, 1996).

Os católicos já encontraram as raízes do pessimismo implantadas no Antigo Testamento, especificamente no Livro de Tobias, composto por volta de 200 a.C. Na noite de núpcias com sua mulher Sara que já tivera sete maridos mortos, ao aproximar-se dela, depois de três noites de orações, Tobias diz: “Ó Senhor, não é para satisfazer minha paixão que recebo minha prima como esposa, mas unicamente como o desejo de suscitar uma prosperidade” (Ranke-Heinemann, 1996, p. 29). Essas são palavras que não procedem do judaísmo: foram forjadas por Jerônimo para afirmar o casamento como objetivo exclusivo da procriação. O fundamento bíblico do ascetismo deve-se atribuir ao padre Jerônimo que, na tradução da Bíblia para o latim (a Vulgata), alterou o texto, desviando-o para o ideal da castidade.

A visão negativa do prazer sexual prevaleceu no estoicismo que marcou os dois primeiros séculos depois de Cristo. Esse movimento, *gnôsis* (ciência), pregava a abstinência do casamento, da carne e do vinho. Para os gnósticos, o corpo era o cadáver com sentidos, o túmulo que se carrega, i.e., Cristo surgiu em um período em que se evidenciava a predisposição do pessimismo aos prazeres. O desejo e o prazer inerentes à sexualidade, e que se caracterizaram como ausentes no nascimento de Jesus passaram, a partir de então, a significar algo pecaminoso, e a busca da abstinência sexual, da pureza virginal do corpo, o caminho que mais aproximava o crente a Deus. Esse facto desencadeou a valorização da vida celibatária do sacerdócio, do casamento apenas concetivo, e da rejeição da mulher como objeto de tentação (Ranke-Heinemann, 1996).

A imagem imaculada da Virgem Maria, por tudo o que ela representa, passou a traduzir o ideal do celibato. Esse ideal abre um abismo entre a santíssima e as simples mortais, contrastando, em uma ponta a Maria virginal, única, sem o pecado do desejo, sem o prazer da carne, gratificada por Deus e Jesus com o parto sem dor e, na outra, as réplicas desprestigiadas da Maria santa: pecadoras por desejarem o prazer sexual, bem como condenadas a parir seus filhos com dor. Mais do que a função de gerar filhos, o casamento existe para extinguir o fogo da natureza. Esse é um dos princípios que norteiam as Epístolas Paulinas: cumpre ter uma esposa para fugir do pecado e libertar-se de qualquer obscenidade. Agostinho, de facto não nega o carácter paulino do casamento

como um remédio contra a concupiscência, porém condena o ato sexual sem intenção concetiva, que ele considera um pecado mortal (Ranke-Heinemann, 1996).

Os pagãos percebiam os cristãos como um povo adiantado, em virtude do controle e continência sexual. A influência judaica gnóstica propunha uma rejeição extrema ao casamento, e o Papa Sirício conduz à batalha antimatrimônio em relação aos padres. Na avaliação de Tomás isso, certamente, não se fazia necessário, pois ocorria espontaneamente pelo facto dos ordenados ao sacerdócio sentirem aversão ao sexo, porque acreditavam que o ato sexual impediria as atividades do intelecto e uma maior integridade espiritual. Entretanto, Jesus em momento algum faz referência ao celibato. Suas palavras não foram bem interpretadas quando descreveu o casamento, que, antes de qualquer conotação mística, parecia mais salientar os aspectos práticos da convivência em comunhão (Ranke-Heinemann, 1996). Na Bíblia Sagrada (1993), Mateus ressalta:

Jesus disse que o Criador, no começo, fez o homem e a mulher: Por isso, o homem deixará seu pai e sua mãe e se unirá a sua mulher; e os dois formarão uma só carne. Portanto, não separe o homem o que Deus uniu. (p. 24)

Uma espécie de simbiose que supera a união dos corpos e que prenuncia a indissolubilidade do casamento. Mais tarde, Tomás de Aquino atribuiu a indissolubilidade do casamento à dificuldade da mulher sozinha em criar seus filhos. Mas, Jesus também não fala sobre os filhos nem da união com objetivo de conceber. Sobre essa questão Ranke-Heinemann (1996) acredita que:

Jesus simplesmente corrigiu a tendenciosidade de uma sociedade polígama que desprezava as mulheres e esboçou a imagem ideal da unidade conjugal. Mas seu ensinamento foi depois reinterpretado pelos teólogos celibatários como um apelo para que se renunciasse ao casamento, enquanto suas palavras sobre formar uma só carne foram transformadas no elogio dos celibatários como os eunucos do reino dos céus. (p. 50)

5.1. A influência de Santo Agostinho na sexualidade

Santo Agostinho ajudou a construir os fundamentos contra a anticoncepção a partir do seu próprio exemplo que se referia a Adeodato (dado por Deus), como o filho carnal do seu pecado (Agostinho, 1997), fruto do seu relacionamento de doze anos com Flória

Emília que a abandonou ao se converter (Gaarder, 1997). Para os maniqueístas²², seita gnóstica da qual Agostinho fazia parte, o mundo e o corpo provinham do demônio. Isso os levava a rejeitar o Antigo Testamento por este profetizar o Deus bom com a criação do mundo. Cristãos e maniqueus acreditavam no celibato como uma forma de fé cristã superior ao casamento, e Agostinho recorreu à passagem bíblica sobre Onã (daí a origem do termo onanismo)²³ para argumentar sua campanha contracetiva, uma vez que, na sua concepção, o prazer sexual era um “mal” do qual os casais faziam bom uso quando ansiavam pelo casamento e pela procriação. O pessimismo sexual de Agostinho foi intensificado pelo pensamento do Papa Gregório Magno de que o “prazer sexual nunca ocorre sem pecado” e que dominou nos séculos VI e VII, época áurea da teologia. Mas nem todos pensavam assim: Pedro Abelardo, único teólogo casado, que veio a fazer oposição, mesmo com alguma restrição, à condenação do prazer, defendia que “nenhum prazer natural da carne pode ser declarado pecado, nem se pode imputar culpa quando alguém se delicia no prazer, onde deve necessariamente senti-lo” (Abelardo, cit. in Ranke-Heinemann, 1996, p. 183).

Magno tenta demonstrar com argumentos anatômico-fisiológicos de que a posição convencional é a única natural. Portanto, “não há pecado que Deus tenha tantas vezes punido com a morte repentina quanto o coito praticado fora do canal correto” (Institoris & Sprenger, cit. in Ranke-Heinemann, 1996, p. 244). Ou seja, admitem o prazer sexual, porém o gozo somente poderá desembocar a partir da zona erógena legalizada para esse fim. O corpo é normatizado para sentir o prazer não apenas no lugar “correto”, mas, também, na posição convencionalizada padrão. Agostinho (1997, p. 138) ressalta que “sem estes (amigos) não poderia ser feliz, por maior que fosse a afluência de prazeres carnis [..]”. Agostinho e Tomás de Aquino, os dois pilares do cristianismo católico, deixaram claro que o papel da mulher estava restrito à procriação. Em virtude disso, Ranke-Heinemann (1996, p. 342) diz: “enquanto que o conforto no isolamento ‘um homem é de melhor auxílio para outro homem’. Segundo esse pessimismo sexual, dentro de suas próprias fileiras, o catolicismo dessexualizou o homossexualismo (sic) e então passou a cultivá-lo como uma sociedade masculina misógina”.

²² “Seita gnóstica fundada pelo persa Mani, nascido ca. 216 d.C” (Ranke-Heinemann, 1996, p. 93).

²³ Ranke-Heinemann (1996) considera o uso deste termo incorreto, por está ligado à ideia de masturbação, e Onã praticara o coito interrompido. Her, primogênito de Judá, era mau aos olhos do Senhor, e foi por este ferido de morte. Seguindo a tradição do levirato, para suscitar prole para o falecido, Onã se uniu à viúva, mas sabendo que a prole não seria sua, deixava derramar o sêmen, para dar descendência ao irmão.

Agostinho plantou a semente das crenças sexuais hegemônicas no Ocidente, propiciando “o surgimento da nova moral sexual cristã não apenas como afirmação da fraqueza da vontade e da natureza pecaminosa, mas também como um elogio do amor no quadro da nova estratégia de salvação espiritual” (Costa, 1998, p. 81). A contribuição original de Agostinho, na opinião de Costa (1998), está em diferenciar dois tipos de amor: *cupiditas* e *caritas*. O amor voltado para os objetos do mundo, *cupiditas*, está sempre sob a ameaça da perda, cuja meta está fora do sujeito e a busca é ilusória, mesmo se for a Deus. O amor verdadeiro e feliz, *caritas*, o que ama e não more, a morada da liberdade, porque o objeto amado se torna inerente ao próprio ser que ama.

Agostinho não acreditava que o Homem pudesse lidar com a liberdade dessa nova realidade sócio-política do Cristianismo porque nem todas as más ações são cometidas com intenção, algumas são produtos da ignorância, da fraqueza em meio a situações diversas. Assim, assegura os novos hábitos do cristão médio e defendeu os princípios que romperam com o Mundo Antigo, inaugurando assim o *ethos* moral da Idade Média. Por conseguinte, a Igreja não condena apenas as ações anticoncepcionais, mas também os vários tipos de coitos que frustram a concepção, e. g., a homossexualidade, que “não pode alcançar a procriação e se entrega a atividade que só tem a vê com o prazer, em si mesmo indigno e pecaminoso” (Forcano, 1996, p. 373).

A Igreja classifica o onanismo entre os pecados antinaturais ou crimes contra a natureza mais graves da esfera sexual. Segundo Moita (2001), a expressão *contra natura* adquiriu esse significado ao final do Império Romano. Mais tarde, com a escolástica, a natureza passa a ter um significado teológico, identificando-a com a vontade de Deus. Alain de Lille, no seu *Liber Poenitentialis* (1199-1202), definiu o pecado contra a natureza como o ato de derramar o sêmen fora do recipiente apropriado, que inclui a masturbação, a relação oral ou anal, a bestialidade, o estupro e o adultério²⁴. Lille equipara sodomia a homicídio, considerando os crimes mais sérios dos pecados capitais. Guilherme de Auvergne (1180-1249) clarifica que na sodomia se deposita o sêmen em recipiente impróprio, o que conduz o homicídio, uma vez que há desperdício do mesmo. Isso se constitui num outro perigo, para Caesarius de Heisterbach, contemporâneo de Auvergne, os demônios colhiam o sêmen humano sistematicamente

²⁴ É curioso o facto de que o *estupro* e o *adultério* estejam nessa lista, uma vez que não se trata de práticas estéreis, mesmo em se tratando de violência sexual, o estupro não elimina a possibilidade da fecundação, ou seja, que pode resultar na reprodução, e o adultério, como uma prática também moralmente condenável não a isenta de frutos advindos desse “pecado” extraconjugal: filho/s bastardo/s.

desperdiçado para moldá-lo na forma de corpos masculinos e femininos, que usavam nas aparições para atormentar e perseguir a humanidade (Richards, 1993).

Para Tomás de Aquino, o sêmen era algo divino, e os vícios antinaturais mais pecaminosos eram a masturbação, a bestialidade, o homossexualismo (sic), os coitos interrompidos (ou reservados), oral e anal; piores do que o incesto, o estupro e o adultério. São Paulo de Tarso, organizador da Igreja inglesa, estabeleceu pena para o coito oral de sete a quinze anos. O penitencial anglo-saxônico do Pseudo-Egberto (ca. 800) estabeleceu dez anos para o sexo anal, sete a dez para o aborto e sete anos para o assassinato premeditado (Ranke-Heinemann, 1996).

Certamente, os véus remanescentes dos tabus que envolvem a sexualidade atual, têm sua origem no cristianismo que inseriu a culpa naquilo que se qualifica de carne (Catonné, 2001). Santo Agostinho foi o pensador teológico que injetou esse ódio ao sexo. Na sua ótica, o prazer sexual é o que transmite o pecado original às gerações, assim, para evitar sua transmissão a relação sexual teria, unicamente, a função reprodutiva. No começo da era Cristã, Fílon da Alexandria, contemporâneo de Jesus, filósofo greco-judeu, foi o primeiro padre a posicionar-se quanto ao casamento. Considerava também que o coito só devia ocorrer para produção da descendência, e orientava os homens a evitar mulheres estéreis de outros casamentos. Enfim, criticava a contraceção, pois os que destruíam o sêmen eram inimigos da natureza. Em virtude disso condenava a homossexualidade, comparando o homossexual ao mau agricultor que deixa a terra fértil desaproveitada. Devia-se agir sem piedade contra esse homem efeminado que falsificava o selo da natureza, buscando o prazer antinatural, e não contribuindo para o povoamento das cidades. De acordo com a prescrição da Lei, devia ser morto sem hesitação, já que envergonhava a si próprio, à sua família, à sua terra natal e a toda a raça humana (Ranke-Heinemann, 1996).

Quando os cristãos alcançaram o poder, imediatamente tentaram erradicar os homossexuais. João Gerson, da corte francesa, equiparava qualquer ato sexual que frustrasse a fertilidade ao homossexualismo (sic). Em razão disso, invocava um decreto do imperador cristão Valentiniano, do ano 390, que punia o homossexual com a queima na fogueira. O artigo 116 do “Código Penal” do Imperador Carlos V (1532) estabelecia que os homossexuais fossem condenados à morte pelo fogo (Ranke-Heinemann, 1996). Enfim, a visão que os proibicionistas modernos têm da homossexualidade não se baseia essencialmente nas Escrituras, mas se enraíza na tradição filosófica da lei natural (Sullivan, 1996). No entanto, a punição à homossexualidade vai além da questão do

desperdício do sêmen, porque nas demais situações de desperdício os sujeitos não têm como condenação a pena de morte.

5.2. O preconceito sexual ao longo dos séculos

Alguns séculos parecem, mais do que outros, marcar mais a homossexualidade em termos de repressão e intolerância. Na Europa feudal, o sistema romano de produção foi gradativamente, sendo substituído pelo servo feudal no lugar do escravo. Nesse sistema a Igreja Católica Apostólica Romana que era uma espécie de grande centro internacional do feudalismo, assim, reuniu toda a Europa feudalizada em um grande sistema político. Durante a época da Santa Inquisição (1233), a Igreja acusava os nobres e ricos, cujas terras e bens que lhe interessava, e também as práticas de homossexualidade, e as heresias religiosas. Para a Igreja Católica o ato sexual tinha como função única a procriação como moralmente aceitável, por conseguinte condenava qualquer forma de prazer sexual, entre eles a sodomia. A suposta ligação entre homossexualidade, feitiçaria e o demonismo levou a terem menos tolerância com aqueles que amavam pessoas do mesmo sexo (Teles, 2011).

A partir dos séculos XI e XII, as punições e as restrições aos homens que faziam sexo com outros homens aumentaram, e o “vício” ou o “pecado” da sodomia passou a ser visto como “pecado nefando”. Mais tarde, entre os séculos XV e XIX, os pecados sexuais foram classificados pela Igreja Católica em dois grupos: os de acordo com a natureza (fornicação, adultério, incesto, estupro e rapto), e aqueles contrários à natureza (masturbação, sodomia, homossexualidade e bestialidade). O grupo dos contrários à natureza se torna mais grave por não promover a procriação, e em virtude disso se constitui no abuso mais radical da sexualidade humana (Torres, 2006).

No início do século XVI, Lutero e Calvino perseguiram a homossexualidade com muita violência, por considerarem a sodomia um pecado, composto de cupidez e preguiça, e também não deixaram de atacar o catolicismo romano. A preocupação principal que era a moralidade sexual, a doutrina de que toda a atitude sexual fora do casamento deve ser advertida energicamente foi reforçada pelo protestantismo. Lutero declarou que a fornicação era prejudicial para a alma, corpo, família e honra. Para Calvino, a simples presença de uma prostituta destruía a vida das pessoas (Rodrigues, 2004).

Os inquisidores da Igreja Católica ao perceber que estava perdendo muito fiéis, assim, para manter a sua hegemonia universal, tomaram a atitude de enviar missionários

para as Américas e para o Oriente. Em 1541, Francisco Xavier foi o primeiro missionário a chegar ao Japão e à China. Sua comitiva estivera em um monastério Zen, e em seu relato mostra sua complexidade quando observou abomináveis vícios contra a natureza, tão populares que eram praticados sem nenhum sentimento de vergonha. Havia muitos meninos com quem cometiam más ações. Depois de descobrirem que a sodomia também era praticada entre os samurais. Nessa época, o Japão se fechava para o resto do mundo, o budismo era amplamente aceito e o hábito da homossexualidade bastante popular, sob o nome de *shudo*, uma filosofia cujo conceito era o amor por meninos, e aceita entre as classes de monges, samurais e a burguesia. Embora o *shudo* tivesse alguns princípios de moralidade e espiritualidade, a homossexualidade não tinha restrições, porque os japoneses não partilham a visão ocidental do pecado das relações sexuais que lhes sempre pareceu um fenômeno natural. O missionário italiano Mateo Ricci, foi para o Oriente em 1578, passando por Goa (Índia) e China. Visitando Pequim ele descreve que havia ruas cheias de prostitutas e que a homossexualidade era generalizada (Rodrigues, 2004).

Com o surgimento da Peste Negra (1348-1350), que dizimou praticamente um terço da população europeia, provocou o caos econômico, a inquietação social e a histeria religiosa fortaleceram a intolerância, fazendo com que os chefes de Estado, influenciados por ministros religiosos, ligassem às condutas sexuais ditas imorais ou desviantes como causadoras dessa tragédia, e os homossexuais foram punidos de modos grotescos e desumanos (Rodrigues, 2004; Teles, 2011). A posição anti-homossexual da Igreja é secular, segundo Teles (2011), isso fica explícito no código francês, de fins do século XIII, que dizia:

Se alguém é suspeito de sodomia, o magistrado deve prendê-lo e mandá-lo ao bispo e, se for condenado, deve ser queimado e todos os seus bens confiscado para o barão (...). Para o lesbianismo: a mulher que pratica a sodomia tem que ser submetida à mutilação para primeiras e segundas ofensas, na terceira condenação deve ser queimada e todos os seus bens passam a pertencer ao rei.

(p. 13)

No século XV foram promulgadas as Ordenações Afonsinas, o código de leis que considerava a sodomia o pior dos crimes e dos pecados. Reforçadas pela ordenação Manuelinas (1521), e Filipinas (1606), em 1536, a Inquisição é instalada em Portugal, e Dom João III concede uma provisão ao tribunal autorizando-o a proceder contra a sodomia. Entretanto, poucas condenações aconteceram, dado que a prática de sodomia,

na maioria das vezes, vinha dos dominantes. Dom João I e seu neto Dom João II eram conhecidos por suas preferências homoeróticas. Durante a Idade Média os religiosos praticaram com fervor, nada religioso, a *fanchonice*²⁵ em Portugal. A mais antiga coleção de cartas de amor, entre sodomitas que se conhece, é assinada pelo sacristão da Matriz de Silves, no Algarve, Francisco Correia Neto, mais conhecido como “Francisquinha”, denunciado pelo vigário, mesmo com essa alcunha, como “sodomita encoberto”.

O final do século XVIII assistia as primeiras manifestações do nascimento do capitalismo. A necessidade de dirigir a economia para lucros pessoais logo se tornaria uma obsessão, embora não se soubesse ainda como substituir a energia física dos animais e dos homens, pela energia mecânica, a vapor, do petróleo, da eletricidade e do átomo. Acreditava-se que deveria economizar toda a sua vitalidade, inibindo qualquer intimidade emocional, em particular, a aproximação sexual. A avareza era a prioridade principal, e todos só pensavam em ganhar dinheiro. Surgiu o consumismo, dirigindo toda a atenção para realizações financeiras. As gerações mais novas transformaram o casamento no maior sonho de consumo, e ficavam horrorizadas com o facto de que o amor pudesse existir entre pessoas do mesmo sexo. A homofobia se tornou dominante, e mesmo os mais ricos, habituados a seus vícios considerados como excentricidades inofensivas, ficaram na defensiva, tornando-se bem mais cautelosos (Rodrigues, 2004).

O século XVIII foi o período do Iluminismo, “Idade do Ouro”, ou “O Século das Luzes”, ainda que somente para os homens, pois a sociedade era muito machista. Nessa época, os homossexuais novamente foram obrigados a passar por bastante repressão, além de serem induzidos a tomar consciência de sua especificidade, na maioria das vezes como doença ou perversão (Rodrigues, 2004). A medicina, desde o final do século XVIII, tomou emprestada a visão clerical da homossexualidade. Essa se tornou uma enfermidade que um exame clínico podia diagnosticar. Assim, se constituía em uma espécie de etnia, ainda que suas características específicas fossem em decorrência do comportamento, mais que determinadas pelo nascimento (Ariés, 1981).

Com a transformação dos países feudais em industriais, ou seja, com o advento da revolução industrial, a histeria voltada para as relações entre pessoas do mesmo sexo que, até então, havia diminuído, e tornou o preconceito a marca integrante da sociedade.

²⁵ *Fanchonice*. s. f. (pop.) qualidade de mulher viril e airosa; qualidade de *fanchona* ou *fanchono*. *Fanchono*, s. m. (pop.) homem que procura a satisfação sexual nos indivíduos do seu próprio sexo; homossexual; sensual (Dicionário da Língua Portuguesa - TOMO I, 2006, p. 692).

A revolução burguesa na França, no fim do século XVIII, rompeu radicalmente com o passado, eliminando os resquícios do poder feudal na sociedade francesa, e o código de Napoleão providenciou a retirada da lista de ofensas os atos homossexuais, e nas décadas seguintes esse exemplo foi seguido por outras nações europeias. Embora na prática, a opressão sexual continuasse para as grandes massas. Todos os países capitalistas perpetuaram a opressão anti-homossexual. A homossexualidade entra em conflito com os interesses capitalistas que têm como parâmetro a família patriarcal, base de sustentação do sistema capitalista (Teles, 2011). As funções com as quais a homossexualidade entraria em choque poderiam ser elencadas da seguinte forma: a) A família como detentora de bens para transferência da herança na sociedade, bem como para manutenção da linhagem familiar, i.e., impondo virgindade e monogamia à mulher para certeza de legitimidade dos herdeiros; b) A família com base de reprodução para força de trabalho e soldados. A mulher tinha de se casar com o objetivo da reprodução, aquele que evita sua responsabilidade de gerar filhos é visto com suspeita diante da sociedade. Embora na sociedade livre de restrições sexuais, a homossexualidade não tenha se constituído numa ameaça à reprodução; c) A família como instrumento de imposição da ideologia correta aos filhos, para evitar a livre expressão da sexualidade (Teles, 2011).

A família patriarcal é uma instituição heterossexual que oprime todos os impulsos que contrariam suas regras. Uma camisa de força heterossexual para qualquer comportamento sexual que fuja às suas normas. Foi no século XIX que, gradativamente, deixou-se de acreditar nos dogmas religiosos voltados para homossexualidade, para se buscar uma explicação científica a respeito dessa sexualidade desviante, não devia mais ser vista como pecado contra Deus e sim como uma doença, e como doença o século XIX viu a passagem da homossexualidade de uma prática religiosa e moralmente condenável a uma conduta patológica (Teles, 2011). Em razão disso, o século XX apresenta-se com um marco para os estudos relacionados à homossexualidade. Destaca-se o relatório de Alfred Kinsey, a partir de uma pesquisa realizada em 1948, com 12 mil homens e 8 mil mulheres - embora sujeita a críticas em razão do método utilizado, baseando-se no ato sexual, e não no desejo sexual -, Kinsey classificou a sexualidade segundo a seguinte escala, que considera a frequência da prática sexual: 1) Predominantemente heterossexual, apenas incidentalmente homossexual; 2) Predominantemente heterossexual, mais do que eventualmente homossexual; 3) Igualmente heterossexual e homossexual; 4) Predominantemente homossexual, mais do

que eventualmente heterossexual; 5) Predominantemente homossexual, apenas incidentalmente heterossexual; 6) Exclusivamente homossexual (Garber, 1997).

A crescente influência da opinião médica sobre homossexualidade que a considerava uma patologia, que assim deixava de ser pecado e crime e passava para a categoria das insanidades. Agora a homossexualidade estava por transformar-se numa inadequação fisiológica, biológica ou psicológica, que hoje sabemos que não tinha nenhuma lógica, mas que isso permitiu aos médicos demonstrar poder, declarando que podiam curar uma grande variedade de indivíduos com distúrbios, entre os quais os homossexuais. As teorias médicas foram rapidamente aceitas pela elite e endossadas pelas Igrejas. O homossexual era punido pela Igreja, ameaçado pelo estado e difamado pela ciência. Prontamente, tanto a Igreja Católica quanto a Protestante concordaram com as explicações médicas, declarando que a homossexualidade era uma anomalia (Rodrigues, 2004).

No início do século XX, valores e conceitos morais começaram a passar por grandes e sensíveis transformações, em especial decorrência das duas Grandes Guerras. Durante a Primeira Guerra, dá-se o conflito entre o velho e o novo, o que era tradição e o que fluía na atualidade. Os homossexuais insistiam com seus hábitos de mostrar sua transparência, demonstrando aversão às mulheres. Seus objetivos de vida resumiam-se a uma questão de estética trivial, uma maneira de confundir o gênero e demonstrar, mesmo que timidamente, afirmação. Nesse período, as mulheres começaram a usar calças compridas e cabelos curtos, algumas até fumavam e dirigiam automóveis, comportamentos esses que consistiam numa verdadeira afronta ao modo de vida e as tradições. A sociedade não sabia o que estava acontecendo na Europa e na América, na realidade era uma explosão de igualdade. Foi o medo de uma guerra, de quem não tem nada a perder, que provocou essa reação de coragem, para que uma grande parte dos “enrustidos” se apresentasse com novos hábitos (Rodrigues, 2004). Mas essa mudança seria somente em decorrência do medo da guerra, a vida sob a eminência da ameaça da morte que fez emergir rompantes de libertação? Não parece imprudente também pensar num desejo latente que foi explicitado tendo a guerra como justificativa ou estímulo?

Mas o que estava por vir seria muito pior, mais trágico e desumano, um verdadeiro holocausto para judeus, ciganos e homossexuais. Na sucessão de Lênin por Stalin, na União Soviética, um país que logo após a Revolução fora tolerante com os homossexuais, mudara radicalmente. Na expectativa da implantação da boa família soviética, a homossexualidade passou a ser considerada como fascista, uma fraqueza

importada do Ocidente a ser punida por lei. Artistas, intelectuais e outros foram condenados a muitos anos de prisão ou exílio na Sibéria, e provocou uma onda de pânico e suicídios. Em março de 1934, com o apoio pessoal de Stalin, foi introduzida uma lei punindo homossexuais masculinos com até oito anos de prisão (Rodrigues, 2004).

Na Alemanha, em 1933, ressurgia o antigo parágrafo 175 do código penal alemão, e os homossexuais voltavam a ser perseguidos. Assim, em 1936, 5.321 homossexuais foram condenados e, em 1939, o número subiu drasticamente para 24.450. Em junho de 1934, a AS, uma tropa de soldados nazistas, em que os principais oficiais eram homossexuais, acusados de provocarem verdadeiras orgias *gays*, foi sumariamente eliminada na conhecida Noite das Longas Facas, exterminando os últimos resquícios de qualquer tolerância à homossexualidade. Logo, qualquer tentativa de reviver o hábito, prontamente era reprimida por meio da prática medieval de se afogar homossexuais em um pântano. A Alemanha nazista deu aos homossexuais o tratamento dos campos de concentração, considerando-os doentes, portadores de uma anomalia, que podia conduzi-los à depressão e ao suicídio, e também de propensão à prática de crimes. O domínio nazista ficou conhecido por sua perseguição selvagem aos homossexuais, transformando-os em verdadeiras cobaias de experiências “científicas”, realizadas pelos nazistas. Estima-se que em torno de 50.000 pessoas tenham sido condenadas por homossexualidade. Junto com judeus e ciganos, os homossexuais eram obrigados a usar triângulo com a respectiva cor, no caso, rosa para identificar os *gays* (Gordon, 2002; Rodrigues, 2004).

Em agosto de 1942, na França ainda dominada pelos nazistas, foi criado decreto para penalizar os atos de homossexualidade. Nos Estados Unidos da América o Exército e a Marinha classificaram a homossexualidade como estado psicopatológico característico. A preocupação da elite militar era banir essa sexualidade que definiam como inominável crime, alegando que poderia acabar com o espírito de combate de seus soldados²⁶ (Rodrigues, 2004). O epitáfio do soldado americano Leonard Matlovich, que

²⁶ Do contrário ocorreu no ano de 378 a.C., o líder tebano Górgidas criou uma companhia militar com 150 casais de soldados amantes, conhecida como o Exército Sagrado de Tebas (a maior, a mais rica e mais sagrada cidade do Egito). Por meio de inúmeras vitórias alcançadas, esses soldados se transformaram em verdadeiras lendas, em particular, depois de derrotarem os poderosos espartanos, provocando o fim do domínio militar na Grécia. Em Tebas (2.500 a.C.), quando um jovem se alistava na carreira militar, era o seu amante que o presenteava com o equipamento militar, a *panóplia* - armadura de cavaleiro da Idade Média -, e o treinamento incluía relação homossexual. O Batalhão de Tebas foi vencido somente após 40 anos por Felipe, rei da Macedônia, pai de Alexandre, o Grande. Alexandre, o exuberante e valente conquistador da Macedônia era adepto do Amor de belas mulheres, mas também nutria carinho por

morreu de Sida em 1991, diz: “A Força Aérea me condecorou por matar dois homens no Vietnã e me expulsou por amar um” (Lins, 1997, p. 251), deixa clara a conduta não das forças armadas, com também de toda sociedade estadunidense em relação à homossexualidade.

A repressão à homossexualidade continuou também no Brasil até o final do século XX, quando a ciência médica mundial deixou de vê a homossexualidade como uma patologia (Teles, 2011), a partir desse período passou a ter mais tolerância à homossexualidade, em vista da divulgação científica da sua não patologização. Porém, na década de 1980, por causa do surgimento da Sida ocorreram manifestações religiosas que insistiam em afirmar que o advento da mesma era uma “punição divina” por conta da degradação dos valores morais. Assim, a questão da homossexualidade ficou mais delicada, servindo de motivo para intensificar o preconceito contra os homossexuais, e a própria homossexualidade masculina se transformou em sinônimo da Sida, a tal ponto que essa doença, recém-descoberta, chegou a ser chamada nos meios científicos de *GRID - Gay Related Immunodeficiency* e de câncer *gay*, peste *gay* ou peste rosa pela imprensa e opinião pública em geral (Machado, Piccolo, Zucco & Mota, 2010a; Terto, 2002).

As igrejas, nesse momento histórico, não perderam a oportunidade de fazer a sua parte, ou seja, de incrementar o preconceito, nesse contexto, Mott (1985) destaca que campanhas com discursos homofóbicos emergiram, com destaque para algumas denominações: Testemunha de Jeová, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Batista e Assembleia de Deus. Nessa vertente cristã, prevaleceram representações da doença tais como: “epidemia de homossexuais”, “castigo divino”, “fruto de imoralidade”, contra a qual, teria como única medida preventiva, o abandono das práticas homossexuais. A homossexualidade é tratada como anomalia sexual que deve ser combatida, sujeita a aconselhamento e tratamento psicológico. O denominado “câncer *gay*” consistia em uma intervenção misericordiosa de Deus para resgatar, bem como para regenerar os homossexuais. Ainda para Mott (1985), o posicionamento dos católicos confluem em considerar a Sida como uma “resposta da natureza” contra a libertinagem dos homossexuais. Assim, líderes católicos defendiam que esse flagelo

Hefastião e Cratera, que eram dois dos seus melhores amigos e que, por ciúmes, chegaram a duelar por seu imperador (Rodrigues, 2004).

social, certamente, era um instrumento de Deus para despertar a consciência desses pecadores: os homossexuais.

Segundo Rodrigues (2004), o que se percebe nesses factos é a grande vulnerabilidade dos homossexuais perante as mudanças bruscas das ideologias, mas que a sociedade hoje está mais evoluída para aceitar a homossexualidade, uma vez que deixou de ser considerada uma doença e muito menos uma aberração. Certamente uma visão otimista do autor, há de se reconhecer que, a partir dos movimentos *gays*, em especial nos Estados Unidos, e também no Brasil, a partir dos anos 70, os homossexuais conseguiram conquistar alguns direitos iguais aos demais cidadãos, mas isso não é generalizado, ainda existem muito preconceito e discriminação em muitos países, seja de modo frontal ou sutil, e alguns radicais que, nos dias de hoje, chegam a punirem os homossexuais com a pena de morte. Ou seja, na maioria das sociedades a tolerância é bastante superficial e, por conseguinte, não alterou a opinião poderosa e arraigada de repudiar com vigor e profundo temor à homossexualidade, cuja imagem, muitas vezes põe em marcha consideráveis forças contra ela, forças essas que ninguém pode esperar como razoável e que não atuem violentamente (Tripp, cit. in Forcano, 1996).

Mas toda luta dos homossexuais para serem aceitos, terem uma vida, se não igual, pelos menos alguns direitos e liberdades dos quais vivenciam os heterossexuais, por um lado, esbarram na Igreja que, sem constrangimento, lança mão de supostas verdades, argumentos comprovados como inválidos ou infundados pela própria ciência. Nesse sentido, Davidson e Harris (cit. in Santos, 2013), consideraram os cristãos teocráticos nos Estados Unidos como uma nova forma de fascismo, pois os mesmos defendem as seguintes questões:

A imposição da pena de morte a defensores do aborto, homossexuais e a mulheres que não se adaptam aos papéis de sexo tradicionais; a legitimidade de manter não cristãos presos durante a guerra; permissão que as crianças abandonem a escola pública e regressem à escola doméstica; o uso da Bíblia como critério de verdade para a ciência. (p. 73)

5.3. A homossexualidade institucionalizada

A instituição da homossexualidade se deu com a criação do termo *Homossexual*, é a partir daí a heterossexualidade passou a se constituir como primazia em uma sexualidade-referência (Louro, 2009). Em 1957, Hooker (APA Task Force on Appropriate Therapeutic Responses to Sexual Orientation, 2009) comparou amostras

não clínicas de homossexuais e heterossexuais, e verificou por meio dos testes de Apercepção Temática, o Make-a-Picture-Teste história e do Rorschach, que os resultados dos homossexuais eram comparáveis aos seus pares heterossexuais. Mais tarde, em 1973, a APA, e a OMS, em 1990, retiraram a homossexualidade da condição psiquiátrica, ou seja, da categoria dos transtornos mentais. Contudo, a homossexualidade ainda hoje é tida como condenação moral, criminosa e doentia. Assim, cotidianamente lésbicas, *gays*, bissexuais e transgêneros (LGBTs) sofrem discriminação por conta da sua orientação sexual, e isso consiste num fenômeno de violência mundial quase que generalizado, na medida em que essa sexualidade desestabiliza as certezas que davam suporte às pessoas sobre a sua percepção do mundo e de si mesmas (Herek, 2000; Massey, 2009; Nakajima, 2003; Natividade & Oliveira, 2013; Reyk, 1994).

O termo homofobia é derivado do grego “homos”, que quer dizer “o mesmo” e “phobikos”, que significa “ter medo e/ou aversão a”, tendo sido utilizado oficialmente pela primeira vez por George Weinberg, em 1960, descrevem atitudes antigay, medo irracional face às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, inclui preconceito, discriminação, abuso verbal e atos de violência originados por esse medo e ódio, uma forma de psicopatologia individual num processo psicossociológico de subalternização, para garantir a heteronormatividade, manifestada pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual (Borrillo, 2010; Blumenfeld, 2004; Herek, 1984, 2004; Prado & Machado, 2008).

Logo, a homofobia traz a noção clínica, individual, e não de um fenômeno ideológico que oculta à funcionalidade desse preconceito para quem o manifesta. Em razão disso, é motivo de críticas, porque o sujeito hostil a *gays* e lésbicas não tem reações fisiológicas comuns às fobias. Portanto, não pode ser considerado verdadeiro fóbico (Davies, 1997; Herek, 2000; Logan, 1996). Em razão disso, é preferível a expressão **preconceito sexual** referindo-se as atitudes negativas frente a um indivíduo em vista da sua orientação sexual, um sentimento heterossexual de hostilidade, antipatia que pode ser só sentido ou expresso abertamente, dirigido a um indivíduo ou a grupo estigmatizado (Allport, 1954; Herek, 2000; Smith, 1993). O *preconceito* é uma atitude injustificável contra um grupo e seus membros individuais, e a *discriminação* se refere a uma conduta negativa contra os mesmos. A conduta discriminatória é frequentemente derivada do preconceito, mas, nem sempre, produzem atos hostis (Myers, cit. in Marinho et al., 2004). Segundo Herek (2000), a expressão preconceito sexual é usada

para caracterizar as atitudes negativas dos heterossexuais relacionadas: a) Ao comportamento homossexual; b) As pessoas com orientação homossexual ou bissexual; c) As comunidades de pessoas *gays*, lésbicas e bissexuais.

A expressão *preconceito sexual* é direcionada, especificamente, ao um grupo minoritário, e o termo *heterossexismo* é utilizado de forma mais geral como um sistema ideológico que nega e estigmatiza o comportamento, a identidade, o relacionamento e a comunidade homossexual considerada como inferior à heterossexualidade, i.e., se refere a tudo que não é heterossexualidade, uma prática discriminatória com base na crença da heterossexualidade como normal e superior (Blumenfeld, 2000; Herek, 2004; Herek, Kimmel, Amaro & Melton, 1991). Ao dirigir a atenção popular e científica em relação à hostilidade antigay, a criação desses termos marcaram um divisor de águas, pois o preconceito sexual (homofobia) é provavelmente mais largamente usado e mais frequentemente criticado. Seus críticos observam que a homofobia implicitamente sugere que as atitudes antigay são melhores entendidas como um medo irracional e que representa uma forma de psicopatologia individual, em vez de um preconceito socialmente reforçado que tem sua origem na formação do estigma sexual. Mas que se refere ao conhecimento compartilhado de que a homossexualidade é denegrida, e o heterossexismo segue a ideologia cultural que promove essa antipatia, cuja tarefa é de continuar para explicar as diferenças entre os indivíduos, mas de forma a incorporar a antipatia em suas atitudes e as representarem por meio de suas ações. Porém, a ampla aceitação da ideia de que a hostilidade contra os homossexuais é um fenômeno que merece atenção, já implica num avanço significativo para a causa de gays e lésbicas, e dos direitos humanos (Herek, 2000, 2004). Para Kimmel (1997), a homofobia contemporânea é, em última análise, o medo dos homens de outros homens, ou seja, o medo de um homem que outros homens poderão expô-los como insuficientemente masculino. Portanto, esse é um medo emergente, uma vez que nada é feito para eleborá-lo, certamente, consistirá numa predisposição que alimenta o preconceito.

Para Herek (2004), a condenação da homossexualidade pode ter pouco a ver com o medo pessoal e muito mais a ver com os seus valores religiosos. Assim, uma vez que se rotula o sujeito de homofóbico obscurece as verdadeiras fontes da sua hostilidade. Desse modo, a evolução da ideologia antigay e a incompreensão da sociedade com a homossexualidade destacam problemas inerentes à terminologia que, tomada literalmente, explica a hostilidade contra as minorias sexuais como última instância decorrente desse medo. Na conceção de Natividade e Oliveira (2013), a construção de

medos coletivos por meio de múltiplos recursos teóricos pode interpelar atores sociais na interface com o Estado, fornecendo justificações para reações que obstruem o reconhecimento e a formação da cidadania LGBTs. Ainda para esses autores, é possível esboçar uma relação “entre homofobia e heterossexualidade compulsória: o medo coletivo das manifestações da diversidade sexual é suscitado pela exposição que estas promovem de brechas e ambiguidades internas à norma heterossexual, revelando seu carácter enquanto convenção cultural e deslocando seu lugar social nesse processo” (p. 118). Em relação ao estigma, Herek (2004) destaca cinco pontos: 1) O estigma refere-se a uma condição permanente ou atributo, uma marca física ou figurativa apresentada por um indivíduo; 2) O atributo ou a marca não é inerentemente significativo, mas está ligado a significados produzidos por meio da interação social; 3) O significado atribuído à marca pelo grupo dominante ou pela sociedade envolve uma avaliação negativa. O atributo é entendido por todos para significar que seu portador é um vilão, criminoso ou merecedor do ostracismo social, infâmia, vergonha e condenação. O estigmatizado não é simplesmente diferentes dos outros, a sociedade o desacredita a partir do julgamento do seu “desvio”. Membros individuais da sociedade podem variar no modo como, pessoalmente, respondem a um estigma particular, mas todos compartilham com o conhecimento dessa marca ser reconhecida como negativa; 4) A característica do estigma é que engolfa toda a identidade da pessoa que o tem, o estigma não implica em desaprovação social de apenas um aspecto de um indivíduo, como poderia ser o caso de um hábito irritante ou uma falha menor de personalidade. Do contrário, supera todos os outros traços e qualidades. Uma vez que sabem sobre o estado estigmatizado de uma pessoa, respondem a mesma, especialmente, em virtude do estigma; 5) Os papéis do estigmatizado não são simplesmente complementares ou simétricos, diferenciam-se por pertença. Grupos estigmatizados têm menos poder e acesso a recursos do que os “normais”.

O estigma com base na orientação sexual tem sido comum ao longo do século XX (Herek, 2000), em razão disso, Goffman (1988) destaca que tanto os estigmatizados quanto os “normais” (termo usado por ele para os não-estigmatizados) são, na realidade, papéis sociais, e as expectativas associadas a ambos papéis são compreendidas por todos independente do seu próprio *status*. O estigma sexual refere-se ao conhecimento compartilhado de relação negativa da sociedade para qualquer comportamento não heterossexual, identidade, relação ou comunidade. A última consequência do estigma sexual é um diferencial de poder entre heterossexuais e não heterossexuais. O estigma

expressa e perpetua um conjunto de relações hierárquicas dentro da sociedade, em cuja hierarquia de poder e *status*, a homossexualidade é desvalorizada, considerada inferior à heterossexualidade. Os homossexuais, seus relacionamentos e suas comunidades são considerados doentes, imorais, criminosos ou, na melhor das hipóteses, abaixo do ideal em comparação com os heterossexuais (Herek, 2004). Na opinião de Herek (2004), a discriminação sexual se visibiliza sobre o lastro do heterossexismo que, de diversas formas, o fomenta: a) O heterossexismo psicológico que se manifesta nas atitudes e nas ações de um indivíduo; b) Heterossexismo cultural que se dá por meio dos costumes e das instituições sociais.

A dinâmica entre esses dois segmentos motiva o assédio antigay, no qual inclui expressões verbais e violências físicas contra LGBTs (Herek, 1991, 2000; Herek & Capitano, 1996; Reyk, 1994). O heterossexismo se caracteriza como um *display* sistêmico da homofobia nas instituições da sociedade que cria o clima para a homofobia com a suposição de que o mundo é e deve ser heterossexual e sua exibição de poder e privilégio devem ser encarrados como norma (Pharr, 1988). Para Herek (2004), há três campos gerais nos quais a hostilidade, baseada na orientação sexual, devem ser estudadas: a) Na forma de conhecimento compartilhado que se materializa em ideologias culturais e definem a sexualidade, que marca grupos sociais com base nessas ideologias e atribui valor a esses grupos e aos seus membros; b) Essas ideologias são expressas, evidentemente, por estruturas sociais, instituições e relações de poder; c) Os indivíduos internalizam essas ideologias e, por meio de suas atitudes e ações, reforçam a desafιά-las.

Em suma, a hostilidade antigay se refere a três aspectos, respectivamente, *estigma sexual*, *heterossexismo* e *preconceito sexual*. O preconceito sexual é usado para se referir a atitudes negativas de heterossexuais em relação aos comportamentos dos homossexuais, de pessoas que se envolvem em comportamento homossexual ou que se identificam como gays, lésbicas ou bissexuais e as suas comunidades (Herek, 2004). Nesse sentido, Herek (2004) destaca os seguintes aspectos: a) O preconceito é uma atitude, especificamente uma predisposição psicológica ou tendência para responder a uma entidade com uma avaliação positiva ou negativa. Uma vez formada, as atitudes podem orientar futuras ações de um indivíduo; b) A atitude é realizada em direção a um grupo social e seus membros. Os alvos do preconceito são avaliados com base na sua participação no grupo, e não nas suas qualidades individuais; c) O prejulgamento é tipicamente uma atitude negativa envolvendo, por exemplo, hostilidade ou antipatia.

O preconceito antigay se explica como um subconjunto do sexismo, por meios dos argumentos de que a homossexualidade evoca hostilidade porque é equiparada a violação das normas de género (Kite & Whitley, 1998). De facto, a orientação sexual de uma pessoa é muitas vezes inferida na medida em que está de acordo com a expectativa do seu papel de género, desse modo, o homossexual com “visibilidade do estigma” (Goffman, 1988), por essa característica já consiste em um transgressor de género.

5.4. As faces do preconceito

Certamente, a visibilidade, de modo direto ou sutil, instiga à agressividade e violência, em especial, nos países subdesenvolvidos ou de cultura machista²⁷. Os homens heterossexuais, geralmente, apresentam níveis mais elevados de preconceito sexual do que mulheres heterossexuais, e os *gays* são alvo de mais violência e de crimes mais severos do que os praticados contra lésbicas (Fernandes, 2011; Herek & Capitano, 1996; Kite & Whitley, 1998; Pereira, 2004; Yang, 1998). Poucas pesquisas tem sido dedicadas ao entendimento da dinâmica dos processos cognitivos associados com atitudes antigay e estereótipos (como os heterossexuais pensam sobre lésbicas e homens *gays*) nem intensa sistematização de inquéritos para compreender as motivações subjacentes ao preconceito sexual ou a eficácia das diferentes intervenções para reduzi-lo. Muitas pesquisas empíricas nesta área tem sido limitada por focar, implícita ou explicitamente, as atitudes heterossexuais para com os homens *gays*.

De certo, conceituar hostilidade tal como preconceito sexual, representa um passo para alcançar uma compreensão científica das suas origens, dinâmicas e funções. Talvez, o mais importante seja que esse entendimento possa ajudar a prevenir o comportamento de expressão do preconceito sexual por meio da violência, da discriminação e do assédio moral (Herek, 2000). Nesse sentido, os crimes cujos alvos são indivíduos por causa da sua orientação sexual, referidos como crimes de ódio, são agora entendidos, pelo menos nos Estados Unidos, como um problema social grave. Esse reconhecimento tem sido facilitado, em parte, pela pesquisa empírica mostrando que a vitimização por crime de ódio é frequente na população de lésbicas, *gays* e

²⁷ São abundantes na literatura as especulações dos cientistas sociais no sentido de conferir legitimidade teórica ao termo machismo que é, segundo Ramirez (1995, pp. 75-76), “concebido inicialmente como um fenômeno latino-americano, manifestando-se em sua forma mais crua entre o campesinato e a classe operária, o machismo associa-se a características ou aspectos aos quais se atribuem valoração negativa, ressaltando-se entre eles a dominação, a agressividade, o narcisismo e a sexualidade sem controle”.

bissexuais, e que são menos propensos do que outros crimes de serem comunicados às autoridades policiais (Herek, Cogan & Gillis, 2002).

Pesquisa realizada por Herek et al. (2002) dá conta de que a maioria dos agressores são adolescentes ou adultos jovens. Das 304 vítimas entrevistadas, 61% foram capazes de estimar a idade do agressor entre 13 a 25 anos. Quanto a raça, a maior parte dos perpetradores eram brancos. Das 302 vítimas entrevistadas, 69% identificaram um ou mais autores brancos, 19% relataram pelo menos um latino-americano, e 17% pelo menos um negro. A brutalidade física e psicológica dos crimes de ódio resulta numa intensificada e prolongada aflição psicológica ou trauma, após o crime.

5.5. As manobras de resistência do preconceito

A escala de Larsen, Reed e Hoffman (1980) indica algumas descobertas importantes no universo estudantil: aqueles alunos que conheciam uma pessoa *gay* relatou atitudes mais positivas em relação aos homossexuais de ambos os sexos; os homens heterossexuais eram menos propensos a ter contato com homem *gay* do que as mulheres heterossexuais com lésbica; os resultados demonstraram que os entrevistados relataram mais homofobia em relação ao mesmo sexo do que em relação ao sexo oposto. Assim, os resultados sugerem que conhecer homem *gay* ou lésbica contribui para as diferenças de gênero nas atitudes com relação a esses dois grupos-alvo (Whitley, 1990). Cabe ressaltar que, no contexto da educação, se faz necessária a capacidade de resiliência dos sujeitos LGBTs para frequentarem a escola até que se estabeleçam algum vínculo de amizade com os heterossexuais. Geralmente, muitos jovens LGBTs desistem de estudar porque nos ensinos médio e secundário são rotineiramente locais de assédio moral para os alunos que são *gays* ou desviam das normas de gênero (Smith & Smith, 1998). Em vista disso, Louro (2011) chama a atenção para a dinâmica da intolerância no âmbito da escola:

A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às “gozações” e aos “insultos” dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens *gays* e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos. (p. 72)

Nas pesquisas, traços femininos foram indentificados como dados negativos para homens *gay*²⁸. Esse antagonismo define os papéis heterossexuais masculinos, bem como

²⁸ Para alguns autores, do contrário, a visibilidade instiga a violência. A esse respeito, Badinter (1992) ressalta que, quanto mais os homossexuais se tornam “visíveis” e reivindicadores, mais se deparam com

afirma que a homofobia é o grande segredo da masculinidade americana, *quicá no mundo inteiro*, medo de outros homens (Kimmel, cit. in Massey, 2010; MacDonald & Games, 1976 - acréscimo e grifo nossos).

Há evidência de que as formas de preconceito sexual “à moda antiga” estão cada vez mais sendo substituídas por expressões mais sutis de preconceito. O termo “fora de moda” foi substituído por “tradicional” para enfatizar que a condenação de *gays* e lésbicas não está “fora de moda” (Sears, cit. in Massey, 2009), mas continua a ser uma forma de preconceito sancionada, demonstrando maior resistência à influência de desejabilidade social do que muitas outras formas de preconceito (Whitley, 1999).

Apesar desse quadro explícito de violências simbólicas e reais contra os LGBTs, os pesquisadores trabalham na perspectiva, não da extinção do preconceito, mas, da sua atenuação, por exemplo, Jayakumar (2009), Meyer et al., (2011) salientam que os pesquisadores devem compreender como as instituições de ensino superior estão lidando com o preconceito sexual e o que pode ser feito para facilitar maiores níveis de aceitação, uma vez que, a redução do estigma e do preconceito é um passo necessário no sentido de proporcionar às pessoas LGB²⁹ a sensação de segurança. Nesse caso, em relação ao grupo dos, digamos que, mais supostamente tolerável, lésbica, *gay* e bissexual, deixa implícito que os transgêneros estão fora do âmbito da escola como um grupo ainda menos tolerado. Essa perspectiva de atenuação do preconceito sexual também é verificada no fazer da psicologia, que também não manifesta o propósito de extingui-lo, mas de sustá-lo durante o atendimento, para que não interfira no processo psicoterápico, como destaca esta fala de Moita (2001):

O terapeuta deve adotar uma posição de ignorância, [...]. Não se negam os preconceitos que o terapeuta tem [...] mas espera-se que a escuta permita que essa experiência prévia não impeça o acesso ao significado que o cliente faz da sua própria experiência. (p. 165)

novas formas de hostilidade. Porém, a maioria vislumbra que, por meio da visibilidade, os homossexuais conquistem seu espaço. Pollak (1987), por exemplo, acredita que estimular a saída do “armário” (*o coming out*), compreendido como a aceitação da própria identidade homossexual, mas também da participação num movimento social que possibilita a um grande número de homossexuais fazer essa identificação de modo positivo, contribui para fazer intervenções como critério de identificação social na percepção e na definição de todo seu relacionamento social.

²⁹ Jayakumar (2009) se refere apenas a lésbica, *gay* e bissexual (LGB), e não, como é mais comum a maioria dos autores usarem LGBTs (lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros). O LGB, de facto, contempla melhor o universo acadêmico porque raramente se encontram sujeitos transgênero e transexuais na escola, portanto, ainda mais difícil é encontrá-los na universidade. Talvez, o nível de discriminação seja maior e junto à necessidade de sobrevivência, ou seja, de terem de trabalhar, os afastem da escolarização.

Na visão de Hodges (2004), há uma série de desafios para a psicologia compreender o que constitui preconceito sexual e o crime homofóbico, para o desenvolvimento de intervenções que possam contribuir para o apoio às vítimas, a reabilitação dos delinquentes e a prevenção da recorrência. O papel da investigação, tanto dentro quanto fora da psicologia, deve ser o de compreender as relações complexas entre a experiência vivida, abuso homofóbico, o social e os processos culturais, incluindo o impacto das políticas públicas e outras, que os formam e os moldam.

5.6. A fragilidade da ciência e o poder da Igreja

A homossexualidade foi retirada da categoria das doenças mentais pelos órgãos internacionais de saúde mental, então, a partir disso, não teria mais razão para não aceitá-la como normal, uma variável da sexualidade como afirmam alguns autores. Entretanto, a ciência se mostra reticente de ter ações pró-ativas, em especial a psicologia, em relação às questões LGBTs, nesse vácuo, a religião sobrepõe com seus mandamentos, por exemplo, Levítico 19:20 (Bíblia sagrada, 1993), que diz: “se também um homem se deitar com outro homem, como se fosse mulher, ambos praticaram coisa abominável; serão mortos; o seu sangue cairá sobre eles”, sem que nada nessa afirmativa tenha sido alterada. Contraditoriamente, o senso comum que tanto crédito atribui à ciência, entretanto, quando se trata da homossexualidade, a pretere, e usa sem pudor, para justificar e alimentar seu preconceito, em particular, esse argumento do abominável por causa da aura do sagrado que envolve a Bíblia.

Embora os investigadores concordem com a ideia de que a homossexualidade não seja doença, não conseguem se desvencilhar do próprio preconceito, só em parte admite que os homossexuais tenham os mesmos direitos destinados aos heterossexuais. Magnan (2001) considera que a ciência cartesiana, mecanicista, tem ligeira coloração machista, e pode servir de pretexto para comportamentos sexistas. Esse pensamento é corroborado por Berman (1997) quando a autora diz que:

Com os governos no mundo todo se apoderando febrilmente de “ciência e tecnologia” para manter sua base de poder, as mulheres, as feministas e todos os outros do lado oposto à hegemonia devem compreender especificamente, *em detalhe*, o que isso significa para nós. As cientistas feministas já aceitaram o desafio e muitas escreveram convincentemente sobre o controle elitista e os abusos da ciência contemporânea. Mas só quando reconhecermos que tanto as práticas sociais como profissionais da ciência expressam a aceitação da

ideologia da classe social dominante, seremos capazes de determinar como responder. (p. 242)

Segundo Defert (cit. in Welzer-Lang, 2004), nas ciências sociais, bem como no senso comum, a análise prevalecente é heterocentrista. Hoje, na melhor das hipóteses, depois das lutas que deram visibilidade a homossexualidade e depois da homossexualização da Sida, ver se um “heterossexismo diferencialista”, uma forma liberal de aceitar como facto de que existem seres diferentes, os homossexuais, e por isso que, para ser progressista, nada mais normal do que conceder-lhes alguns direitos. Esse heterossexualismo diferencialista, por vezes, produz a “homofobia diferencialista” quando se admite que os homossexuais ou outros grupos específicos tenham qualidades coletivas e individuais, sensibilidade, gostos etc., diferentes dos homens e mulheres “normais” (Welzer-Lang, 2004).

Na visão de Gagnon (2006), é comum a crença, mesmo entre as pessoas que não são homofóbicas, de que a homossexualidade, deve ser causada por algum feito fundamental e singular que, certamente, deve residir na configuração biológica ou nas experiências mais primitivas do indivíduo, mas passível de ser isolado por meio das pesquisas científicas. Presume-se também que heterossexualidade seja produto da biologia normal ou da aprendizagem precoce da normalidade, que se tornará conhecida quando for descoberto o defeito que há nos homossexuais. Em virtude disso, Berman (1997) acrescenta que:

O preconceito “não consciente” também afeta muitas vezes a escolha dos problemas a serem investigados como, por exemplo, o grande número de estudos sobre supostas *diferenças* comportamentais inatas entre os sexos e as raças ou a configuração de experimentos pressupondo que a condição masculina é a norma. (pp. 244-245)

Então se pergunta pela neutralidade axiológica que, se espera, sejam inerentes nas pesquisas científicas. Essa neutralidade como modo de atuação absoluta é uma utopia, mas que deve ser, certamente, perseguida. Na opinião de Weber (1992), o pesquisador dever dizer escrupulosamente à sua própria consciência, a cada instante, quais são as escalas de valor que servem para medir a realidade e aquela da qual, obviamente, derivam o julgamento de valor. Há décadas que as feministas não param de denunciar o papel das instituições religiosas na perpetuação das normas, estereótipos e atitudes sociais que legitimam a desigualdade de género (Machado, Piccolo, Alves & Barros, 2010b). Atualmente, são os parlamentares brasileiros da Bancada Evangélica que, em

nome da preservação da família cristã, tem retardado sistematicamente a aprovação de quaisquer projetos de lei apresentados por defensores dos direitos sexuais (Machado et al., 2010a).

A Igreja sempre atualiza sobre a sodomia toda uma ideologia para condenar sua prática ou reprimir o desejo homoerótico, usando como marco histórico a destruição das cidades de Sodoma e Gomorra, o argumento religioso deduz que o termo “conhecer” citado em Gn. 19:5 indica que os homens dessas cidades queriam abusar sexualmente dos visitantes recém chegados na cidade que seriam varões (anjos) enviados por Deus. É desse incidente que deriva a palavra “sodomia” e seu significado, passou a ser usado para designar homossexualidade no contexto religioso. Entende-se por sodomia a relação anal-sexual entre homens adultos, e o mesmo tipo de relação do homem com criança ou menino, pederastia. A história da destruição dessas cidades como texto dogmático contra a homossexualidade é o primeiro, por exemplo, de um mito cuja interpretação reflete os preconceitos mutantes das sociedades que se sucedem (Pereira, 2009; Rodrigues, 2004; Teles, 2011).

O pastor protestante R. R. Soares (cit. in Pereira, 2004) afirma que, de acordo com a Bíblia, Deus fez o macho e a fêmea, e não um terceiro sexo, em razão disso, o homossexual deve ser punido com a morte, e que o Velho Testamento faz referência a rapazes escandalosos que foram mortos. O religioso para ilustrar a sua convicção, cita este exemplo: Imagine um fazendeiro que compra uma fazenda com cinquenta vacas para fazer uma criação. Suponha que ele compre cinco touros para cobrir as vacas. Na hora da sua função, o touro senta no chão e não quer cobrir nenhuma vaca, essa, por sua vez, também não deixa ser montada. Assim, você acaba matando o animal porque o queria para reprodução. Deus criou o sexo para procriação, além do prazer. Os homossexuais querem o sexo só para o prazer, a Bíblia faz referência a dez grupos de pessoas que não herdarão o reino de Deus, entre os quais estão os efeminados e os sodomitas.

As respostas a essas questões não diferencia muito os posicionamentos de católicos e protestantes. Dom Eugenio Sales (cit. in Pereira, 2004), arcebispo emérito da Arquidiocese do Rio de Janeiro, apresenta um posicionamento semelhante ao do pastor Soares (2003), evocando um trecho do Velho Testamento (Levítico 18:22; 20:13), que:

O texto sagrado não admite dúvidas: “o homem que se deita com outro homem como se fosse uma mulher ambos cometeram uma abominação, deverão morrer”(…), há diversas outras citações bíblicas na mesma orientação

doutrinária. Possuir a tendência ao homossexualismo não significa algo ofensivo a Deus e aos homens. O pecado está no ato livremente praticado. A ofensa ao Senhor está em ceder a esse impulso, pois não falta auxílio do Altíssimo a quem o procura, para observar a ordem moral por Ele estabelecida. (...) as pessoas homossexuais são chamadas à castidade. (p. 81)

O arcebispo Sales (cit. in Pereira, 2004) conclui afirmando que a mensagem transmitida por ele “é o ensinamento da Igreja, em nome de Cristo, transmitido aos seus fiéis e as pessoas de boa vontade” (p. 81). Pereira (2004) questiona: Mas se a homossexualidade manifesta é condenável, o que poderia ser dito a respeito dos pensamentos e sentimentos homossexuais? Em outras palavras, o que pode ser referido sobre os indivíduos que têm fantasias e impulsos sexuais tendentes à homossexualidade, mas que são mantidos ocultos?³⁰ O que pensar sobre pessoas, inclusive cristãos, que tem suas vidas orientadas pelas leis bíblicas, cujos casamentos heterossexuais são normativamente satisfatórios, mas que se sentem incomodados por desejos homossexuais constantes que ameaçam à sua masculinidade ou feminilidade e que possam de repente “escorregarem” e tornarem-se visíveis a outros? No entender de Melman (2003), há a homossexualidade que pode se qualificar de “orgânica”, que obrigam à escolha de um parceiro portador de “órgão”, mas há também a homossexualidade que, visivelmente, é psíquica, se satisfaz com parceiros cuja virilidade é “psíquica”. Nesse segundo caso, por ser subjetiva, certamente, os sujeitos que a vivenciam não terão a necessidade de expressão ou de manifestação porque se satisfazem no campo da sublimação.

Entre as religiões que são mais flexíveis com indivíduos de identidade visivelmente homossexual, estão o Candomblé e o Espiritismo (Natividade & Oliveira, 2013). A Umbanda, religião heterodoxa brasileira, e o Candomblé, religião afro-brasileira, não têm nenhum preconceito em relação à homossexualidade, e não raro um rapaz ou uma menina que tenha dificuldade com os pais por conta de constantes acusações de maricas ou sapatão, foge de casa e procurarem abrigo nessas comunidades, sempre são aceitos, de facto, grande número de pais e mães-de-santo são homossexuais famosos e bem

³⁰ Essa pergunta, de certo modo, é respondida por Gagnon (2006) com base na pesquisa de Kinsey et. al., pois ressalta que, embora muitos homens informassem ter tido algumas experiências homossexuais no começo e no fim da adolescência, a homossexualidade continua a ser, para eles, uma questão de pecado e anormalidade.

sucedidos. No Norte e Nordeste do Brasil, os terreiros de candomblés (onde se realizam os cultos afro-brasileiros) são vistos como “lugares de *gays*”, que servem como nicho ou “santuário” de *gays* jovens que tem problema com a família em relação à descoberta da sua sexualidade (Fry, 1982; Rodrigues, 2004).

Para Birman (1995, 1997), os cultos afro-brasileiros, ao dissociar gênero de sexo biológico, abrem um campo de receptividade em torno do feminino que possibilita a expressão legítima de várias formas de homossexualidade. Os *adés* (jovens homossexuais) são prestigiados no culto em vista da estética e do caráter lúdico das suas performances femininas. O candomblé reconhece uma segmentação interna do feminino, em oposição ao masculino, rigidamente demarcado. Ainda para essa autora, a masculinidade é plenamente excluída da possessão. Dado que, a incorporação implica perda da masculinidade, e assim, se estabelece o domínio do feminino de modo mais amplo e flexível, pelo exercício desse ritual por homens, num *continuum* que abarca diferentes atores sociais. Enfim, a ideia de gênero é fundada em uma cosmologia originária da tradição africana, cujo mundo sobrenatural, universo dos orixás, é concebido como fundamentalmente feminino, em oposição ao mundo real, associado ao trabalho e às obrigações sob o domínio do masculino (Birman, 1997). O santo do seguidor das religiões afro-brasileiras é independente não só do seu sexo anatômico, mas também da sua sexualidade, i.e., da sua preferência por parceiros do mesmo sexo ou do sexo oposto. Orixás retratam a personalidade e não a sexualidade do fiel, portanto, homossexuais ou heterossexuais podem ter orixás feminino ou masculino como seu mentor espiritual (Natividade & Oliveira, 2013; Segato, 1985).

O espiritismo é outro segmento religioso que demonstra tolerância à homossexualidade, tem como referência O Livro dos Espíritos, assinado com o pseudônimo de Allan Kardec, há pouco mais de um século, cujo eixo principal é a crença na reencarnação. Os espiritualistas kardecistas consideram o espiritismo como ciência, filosofia e religião (Rodrigues, 2004). No livro *Vida e Sexo*, de Francisco Cândido Xavier (1970) - conhecido no Brasil e no mundo como o médium Chico Xavier -, ditado pelo espírito de Emmanuel, diz:

A homossexualidade [...] definindo-se no conjunto de suas características, por tendências da criatura para a comunhão afetiva com uma outra criatura do mesmo sexo, não encontra explicação fundamental nos estudos psicológicos que tratam do assunto em bases materialistas, mas é perfeitamente compreensível, à luz da reencarnação. [...]. O Espírito passa por fileira imensa de reencarnação,

[...] ora com imposição de feminilidade, ora em condições masculinidade, o que sedimenta o fenômeno da bissexualidade, mais ou menos pronunciado, em quase todas as criaturas. O homem e a mulher serão, desse modo, de maneira respectiva, acentuadamente masculino ou acentuadamente feminina, sem especificação psicológica absoluta. A face disso, a individualidade em trânsito, da experiência feminina para a masculina ou vice-versa, ao envergar o casulo físico demonstrará fatalmente os traços da feminilidade em que terá estagiado por muitos séculos, em que pese ao corpo de formação masculina que o segregue, verificando-se análogo processo com referência à mulher nas mesmas circunstâncias. (p. 41)

Embora o espiritismo trate de modo tolerante à homossexualidade, no entanto dá a entender que a homossexualidade é um estágio que resultará, depois de vários processos de reencarnação, em um indivíduo heterossexual, então estar subjacente nos seus princípios uma certa ideologia heteronormativa, uma vez que a homossexualidade é tida como um processo ou “em trânsito” para se chegar, finalmente, à heterossexualidade.

Desde a década de 1990, a mídia vem noticiando a criação de “igrejas *gays*” no país (Natividade & Oliveira, 2013). O acesso dos homossexuais se expande, atualmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro, foram identificadas nove congregações evangélicas e um grupo católico que se destacam por não conceber a homossexualidade com a ideia de pecado, e por não prescrever que fiéis homossexuais devem se tornar heterossexuais. Entre as igrejas cristãs de vertente evangélica que se denominam de inclusivas, a Igreja Universal do Reino de Deus se destaca em um conjunto maior de comunidades religiosas pelo maior “acolhimento” a homossexuais entre seus fiéis (Natividade & Oliveira, 2013). Contudo, a defesa dessa atitude não deve ser entendida como tolerância, mas da percepção de que os homossexuais são alvo de cuidado pastoral (Fernandes, 1998). Esses dados, segundo Natividade e Oliveira (2013, p. 41), “sugerem que, a despeito de uma ênfase no discurso de acolhida, permanece a ideia de que práticas divergentes da norma heterossexual são pecaminosas”.

6. “Ativo” e/ou “passivo”, eis a questão?³¹

Os espaços por onde transitam os “desviantes sexuais” consistem de guetos legalizados dos tipos: cinemas, saunas, bares e boates GLS (*gays*, lésbicas e simpatizantes) e de “territórios clandestinos”³² como banheiros públicos de rodoviárias, metrô, viadutos, além de ruas, praias e terrenos baldios. Segundo Deleuze e Guattari (1997, p. 218), “o território é feito de fragmentos descodificados de todo tipo, extraídos dos meios, mas que adquirem a partir desse momento valor de ‘propriedade’”. As saunas têm natureza comercial nebulosa, uma vez que as mesmas consistem na busca de um misto de saúde e sexo. O gueto é formado por um circuito de locais de encontro exclusivo dos homossexuais. A criação de uma cultura clandestina em resposta do homoerotismo ao social. Nesses locais, esses indivíduos gozam de uma suposta liberdade que em outros locais a discriminação não permite, porém, se trata de uma liberdade vigiada, que carrega todas as sequelas do preconceito (Costa, 1992).

O gueto é um “mercado do orgasmo” que cria estratégias que visam otimizar e maximizar o prazer, no curto espaço e no pouco tempo que a vida clandestina permite (Ariés, 1981; Pollak, 1987). Nos territórios clandestinos onde tais excluídos sexuais enfrentam riscos, somente a audácia do impulso cego permite enfrentá-los, para abrigarem o desejo, ainda em muitos contextos culturais, proibido da carne. Em suma, os guetos funcionam como pontos de “‘pegação` ou `Campo de operação dos michês`³³” (Perlongher, 1987, p.168), dispõem-se como suporte para viabilizar encontros, mas, necessariamente, como nos lugares “caretas”³⁴, não ocorre, de facto, à prática sexual.

6.1. A sexualidade entre iguais nas culturas antigas e atuais

Os gregos antigos tinham na pulsão um único desejo que era direcionado para aqueles que são *kalos* (belos), independente de ser macho ou fêmea, “não opunham como excludentes o amor pelos dois sexos. Não reconheciam duas espécies de ‘desejo’,

³¹ Este texto é uma versão retrabalhada do seu original publicado, em 2006, no Portal Portugalgay.pt, e, em 2010, no livro Nuances dos testes psicológicos e algumas inquietações pós-modernas. João Pessoa, PB: Ideia.

³² Grifo nosso. Consideramos que este termo *território* diferencia melhor esses espaços, onde, às vezes, se pratica o ato sexual propriamente dito; enquanto que os guetos como bares e boates *gays*, em geral, se destinam à paquera e ao namoro, idêntico aos bares e boates “caretas” ou “normais”.

³³ O termo *michê* vem do francês *miché*, que significa a ação de se prostituir; o preço pago à prostituta (Augras, 1995). Atualmente, este termo também usado com referência à prostituição praticada por varões (garotos de programa, em geral, de conduta moral duvidosa) que não abdicam das suas características masculinas (Perlongher, 1987).

³⁴ Gíria do universo homoerótico para se referir aos ambientes heterossexuais.

duas ‘pulsões’. O que fazia desejar homem ou mulher era o apetite natural para aqueles que são ‘belos’ de qualquer sexo” (Foucault, 1994, pp. 167-68). No entanto, caberia ao homem o domínio de si, pois aquele que não fosse dono do seu prazer era considerado “feminino” (Catonné, 2001; Foucault, 1994). O menino (*pais*³⁵ ou *paidika*) grego era iniciado pelo amante, um homem idoso (*erastes*) que tinha a função de inserir o amado, jovem (*eromenos*) livre de nascimento, nas responsabilidades de cidadão. Assim, verdade e sexo se ligavam no repasse do saber. Para Catonné (2001) parece injusto considerar esse ritual de homossexualidade, e, sim, de relação entre pessoas do mesmo sexo ou homofilia.

O ato pederástico era o ponto culminante de um processo de orientação individual cujo objetivo era transmitir a *arete*, que significa um conjunto de virtudes viris que incluía coragem, força, justiça e honestidade. A pederastia é, portanto, nesse contexto uma relação normal e, certamente, não contra a natureza (Catonné, 2001; Dover, 1994; Foucault, 1993; Friedman, 2002). Contudo, essa experiência não afastava os riscos de não restringir-se apenas a objetivos pedagógicos. Platão (1989) colocava em dúvida a eficácia desse método, pois temia que no futuro os rapazes ficassem viciados. Na esfera do privado, o homem grego tinha relação sexual com sua mulher e suas concubinas. E, na qualidade de homem público, gostava dos rapazes com os quais as esposas não concorriam (Catonné, 2001).

O adulto jovem e “ativo”, após seu casamento, seguia esse estilo de comportamento. O sujeito sexualmente “passivo” era nivelado à condição de mulher, essa que não existia na pólis como objeto sexual, mas, apenas, em razão da sua função reprodutora. Para os gregos, a conduta “ativa” tinha a conotação de controle e subjugo do outro, significava ter o prazer provocado por essa sua atuação. O homem não devia entregar-se “passivamente” ao parceiro ou parceira no seu intercuro sexual. A pederastia, na Grécia antiga, era um rito de passagem. Depois da iniciação na meninice todos os aristocratas casavam-se e constituíam família, mas a maioria conservava uma relação respeitosa com os seus antigos mentores. Porém, um homem adulto que se deixasse penetrar por outro homem, era desprezado como um *kinaidos* - homem que desempenhava o papel de mulher (Friedman, 2002).

³⁵ *Pais* = menino (plural *paides*) ou *paidika erōmenos*, este termo também é usado no sentido de *erōmenos*, particípio passivo masculino do verbo *erān* (amar ou apaixonar-se por). Enquanto *erastes* (amante), também de *erān*, é aplicado tanto ao relacionamento homossexual quanto heterossexual, é livre de ambiguidade, e adotado por parceiros mais velhos (Dover, 1994).

6.1.1. Inconformidade de gênero

De acordo com os postulados de Freud (1925/1976d), todos os indivíduos têm disposição bissexual, assim como sinalizam para elementos femininos (*anima*) na constituição do homem e, masculinos (*animus*), na mulher (Cardoso, 1997). Além disso, a sexualidade humana é de natureza plástica e de relativa independência dos ciclos temporais (Berger & Luckmann, 1997; Cucchiari, 1996). Todos esses pressupostos vêm ao encontro do que afirma McDougall (1997) sobre as mais graves feridas narcísicas, por ter que chegar a uma definição monossexual (como foi visto no capítulo A Construção da Identidade Sexual). A ética sexual da Antiguidade orienta para reprodução, sem romper com a bissexualidade. Por outro lado, é o cristianismo que opera esta ruptura, e, na tradição hebraica, São Paulo passa a condenar a homofilia como um ato “contra a natureza” (Catonné, 2001).

Em algumas culturas indígenas ou consideradas primitivas, os sujeitos não identificados com seu sexo biológico, i.e., os “invertidos” são aceitos, bem como aqueles que, na relação com outros homens, se colocam “passivos”, embora não gozem do mesmo *status* dos “ativos”, no entanto, de algum modo são tolerados. Nos Estados Unidos da América era possível encontrar em muitas tribos indígenas homens que se transformavam em mulheres, e até se casavam com outros homens. Esses indivíduos eram conhecidos como homens-mulher, do mesmo modo que mulheres de transformavam em homens e também chegavam a se casar com outras mulheres, conhecidas como mulheres-homem. Esses homens e mulheres eram chamados de *berdaches*. As mulheres que voluntariamente trocavam de papel sexual acabavam sendo melhores “homens” que os homens de verdade, valentes, corajosas e excelentes provedoras. Os homens que se transformavam em “mulheres” também desempenhavam com excepcionalidade as tarefas femininas, tornando-se exímios tecelões e ceramistas. Em geral, os *berdaches* eram bem aceitos e lhes atribuíam poderes excepcionais de cura e de profecia. Em virtude disso, os colocavam em verdadeiros pedestais como pessoas altamente respeitadas e, de certa maneira, até veneradas (Fry & MacRae, 1985).

Os índios *guaiiqui* do Paraguai, na América do Sul, não conhecem a agricultura, seu meio de subsistência vem da caça e da coleta de mel. Os homens caçam e coletam, ao passo que, as mulheres cozinham, cuidam das crianças e fabricam cestos e cordas para os arcos. Essa divisão de trabalho é rígida e simbolizada na associação dos homens como os arcos e das mulheres com os cestos. A masculinidade dos *guaiiqui* tem como aspectos fundamentais o uso do arco e o papel sexual “ativo”, sendo permitidas relações

heterossexuais e homossexuais, desde que nessas interações sexuais, se mantenham “ativos”. O homem que deseja ter relações homossexuais de modo “passivo” sofre rebaixamento de *status*, pois se transforma em *kyrypy-meno* (ânus-fazer-amor). Essa perda de *status* pode ser amenizada por meio da troca de papel sexual, ou seja, no simples expediente de se transformar em “mulher”, e até casar com outro homem. Essas pessoas são conhecidas como homens-mulher (Clastres, cit. in Fry & MacRae, 1985).

Resquícios dessa conduta, provavelmente, são remanescentes nas culturas atuais, uma vez que há alguma tolerância ou aceitação em relação ao indivíduo que, tendo comportamento homossexual, não abandona seu aspecto másculo ou viril, por vezes na tentativa de conviver no contexto social sem o estigma e a discriminação, em outras palavras, o homossexual travestido de masculinidade pode passar incólume ao olhar discriminativo da sociedade, ao que Goffman (1985) chama de “fachada”. Assim, crítica e discriminação social são direcionadas ao sujeito homossexual que apresenta a “visibilidade do estigma” (Goffman, 1988).

Na maior parte dos países o homoerotismo ainda suscita um ranço de anormalidade, em especial em relação ao “passivo”, uma vez que esse sujeito deixa explícito seu repúdio ao papel sexual e, em geral, até a conduta social prescrita à pessoas do seu sexo biológico. Apesar disso, não abandona sua identidade masculina como acredita Parker (1991), quando afirma que: “o homem é capaz de preservar sua identidade masculina, devido ao seu desempenho do papel ativo [...] assim como o viado sacrifica sua identidade masculina adotando o papel sexual passivo” (p. 88). Nem mesmo a travesti deixa de ter consciência de que é homem, porém faz de conta, da melhor maneira possível, de que é “mulher”. A identidade de gênero somente está em “desacordo” no transexual, em virtude de que, não atribui importância nenhuma ao que em si próprio significa ou representa seu sexo biológico, até seu órgão genital, seja como expressão erótica ou símbolo masculino, na verdade o tem como um incômodo. Do contrário, o homossexual seja ou não travesti não deseja, em hipótese alguma, se vê livre do seu pênis (Stoller, 1982).

6.2. Homossexualidade e rituais de masculinidade de outros povos

Os rituais de passagem, geralmente traumáticos, têm como objetivo eliminar os resíduos do sexo oposto no iniciado e testar sua resistência aos apelos homossexuais, para que atinja a “pura masculinidade”. O povo judeu, por exemplo, reconhece a androginia no campo do sagrado, mas não permite qualquer vestígio da fêmea na

imagem do homem. A circuncisão, de algum modo, significa a recusa da bissexualidade (Gilman, 1994). Entre os cerimoniais de iniciação, os mais longos (etapas que duram de cinco a quinze anos) e exigentes estão o dos Sambia, da Nova Guiné: os meninos são chicoteados com urtiga até liberar pelo nariz os “líquidos femininos”. Em vista disso, praticam a felação e copulam com jovens celibatários, i.e., que não foram contaminados pelas mulheres. Acreditam que é por meio do esperma que se transmite a identidade masculina e a competência viril (Badinter, 1992).

Por vezes, a iniciação está associada à prática homossexual propriamente dita, seja pelo prazer desse exercício ou com finalidade pedagógica, a exemplo da Grécia Antiga. Em 1894, viajando pelo Brasil central, o pesquisador alemão Karl von den Steinen observou que dentro do *baito* ou casa-dos-homens, onde só se permitia a entrada de varões, após os mesmos terem se submetidos a severas provas de iniciação, os mancebos da tribo *bororó* se relacionavam sexualmente entre si, com toda naturalidade, além de se dedicarem a trabalhos manuais, a exemplo dos arranjos das flechas, extremamente delicados (Trevisan, 2002).

Entre os índios brasileiros *mehinákus*, do Alto Xingu, a principal referência da aldeia é a “casa dos homens” (*kwaukuhe*), onde os jovens vivem juntos até casarem, e a entrada de mulheres nesse recinto é rigorosamente interdita. Há uma tolerância frente à homossexualidade, prova disso é que ninguém interfere que as meninas experimentem casos lésbicos e nem que rapazes se encontrem sexualmente com outros rapazes. As diferenças entre os sexos e os papéis sexuais são parcialmente produto da escolha e intenções dos indivíduos, portanto, mutáveis (Gregor, cit. in Trevisan, 2002).

No Estado brasileiro do Mato Grosso, entre os seus habitantes, os *nambiquara*, há relacionamento homossexual denominado de *tamindige kihandige* (amor de mentira). Com maior frequência por parte dos adolescentes que são primos cruzados, dentro da lógica tribal, cujo significado é de que um está destinado a desposar a irmã do outro. Esses amores não são apenas praticados em público, mas exibidos com eloquência que não é vista entre casais heterossexuais. Para se relacionar intimamente, dois rapazes não precisam se retirar para o mato como fazem os adultos de sexos opostos. Ficam perto da fogueira, diante dos vizinhos que, discretamente, soltam gracejos. Visto que para a tribo trata-se de relações quase infantis, que não atraem maiores atenções. Porém, não é possível assegurar o grau de envolvimento sexual a que chegam nesses encontros erótico-sentimentais (Lévi-Strauss, 2009). A respeito desse tipo de contato afetivo-sexual entre esses homens com laços consanguíneos, Lévi-Strauss (2009) acrescenta:

As relações homossexuais são permitidas entre adolescentes que se incluem na categoria de primos cruzados, ou seja, na qual um está em geral destinado a se casar com a irmã do outro, para quem, por conseguinte, o irmão serve provisoriamente de substituto. [...] “São primos (ou cunhados) que fazem amor”. Na idade adulta, os cunhados continuam a manifestar grande liberdade. Não é raro ver dois ou três homens, casados e pais de família, passeando à noite carinhosamente abraçados. (p. 296)

Também foi observada a existência de relações homossexuais entre os *ianomâmis*, que habitam o norte da Amazônia brasileira e se estendem pela Venezuela, cujo lema é *tudo que dá prazer é bom em si*. Durante o *couvade* (troca de papéis) - costume de muitas tribos brasileiras, o pai, logo após o nascimento do filho, fica de resguardo junto com a mãe -, quando não podem ter relações sexuais com suas mulheres, por causa do período da amamentação dos filhos recém-nascidos, esses homens sodomizam rapazes. As práticas homossexuais são mais comuns entre irmãos e primos-irmãos ou cunhados. Se “comer a vagina” - essa é a expressão usada pelos índios -, de uma irmã consiste num acontecimento escandaloso, no entanto, não há escândalo algum em “comer o ânus do irmão” (Lizot, cit. in Trevisan, 2002).

Nessas sociedades, as pessoas não são classificadas conforme o comportamento sexual homossexual ou heterossexual, não existe uma identidade sexual do tipo: *o homossexual*, como nas demais culturas que define o sujeito pelo seu suposto gosto por relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. O que existe nessas culturas indígenas são identidades sociais e sexuais construídas com base nas combinações do sexo biológico e papéis sexuais. Logo, uma mulher que desempenha o papel feminino, pode manter relações homossexuais e se comportar “femininamente”, é simplesmente uma mulher. Entretanto, se desempenhar o papel masculino, se torna uma mulher-homem ou berdache. Uma pessoa que é biologicamente masculina e que desempenha o papel social masculino é definida como homem. Assim, um homem pode manter relações homossexuais desde que se comporte “masculinamente”, ou permaneça “ativo” (Fry & MacRae, 1985).

6.3. A hierarquia da conduta homossexual

Em algumas culturas, a exemplo da brasileira, no papel de penetrador sexual, mesmo que direcione o desejo para o gênero masculino, esse sujeito preserva a sua dominação hierárquica, i.e., não deixa de pertencer à categoria dos machos. Sobre esse

aspecto, Fry (1982, p. 68) diz que, “com muito poucas exceções, os machos que ‘comem’³⁶ bichas não são classificados de maneira diferente dos ‘homens verdadeiros’ devido ao seu desempenho do papel ativo [...]”. Ao “passivo” se atribui o estatuto de meio-homem, conhecido como bicha. O termo *gay* que, literalmente, significa felicidade e alegria, surgiu em 1960, nos Estados Unidos e na Europa. Veio substituir a denominação médico-legal *homossexual*, que está associada à patologia e ao crime. Porém, “no Brasil, o termo ‘gay’ assumiu o mesmo valor pejorativo de ‘bicha’ e ‘viado’” (Lima, 1995, p. 68), correspondente a *paneleiro* e *rôto*, em Portugal. Os brasileiros também produziram gírias que traduzem os termos médicos de “homossexual passivo” (bicha, viado, fresco etc.), e em relação ao “homossexual ativo” (bofe, fanchão etc.), e o “bissexual” (gilete, panachê etc.).

O sexo na cultura brasileira está fortemente associado à comida, de tal modo que os termos: *receptor* e *introdutor* são também interpretados no sentido de “dar” e “comer”. Ironicamente, “quem dá” é o receptor, enquanto “quem come” é o introdutor (Humphreys, cit. in Fry, 1982). A diferença entre “comer quem” e “quem foi comido” adquire uma postura hierarquizada de dominação do “comedor” sobre o “comido” (Bourdieu, 1998a; DaMatta, 1997; Parker, 1991). As palavras usadas para se referir as relações sexuais expressam nitidamente a superioridade social do “ativo” sobre o “passivo”, “como ‘comer’ e ‘dar’, ‘ficar por cima’ e ‘abrir as pernas’. [...] Quem ‘come’ está ‘por cima’ e quem está por cima é quem controla. Quem ‘dar’ ou quem ‘abre as pernas’ é quem se rende totalmente” (Fry & MacRae, 1985, p. 48). Mas, o termo “comer” adquire esse sentido quando usado para referir-se a uma relação apenas sexual.

A sociedade heterossexista rotula o homossexual “passivo” de bicha, que no ato sexual assume o papel de “doador”, enquanto o “bofe” no papel de “comedor”. Essa ideologia incute que ser “ativo” é uma modalidade exclusiva do macho, em razão disso, esse sujeito não é considerado homoerótico. Os “homossexuais com mentalidade machista: ao desempenhar o papel ‘ativo’, acreditam não ser contaminados pela homossexualidade. Para eles, homossexuais são os outros. São preconceitos machistas dentro da sociedade que forjaram esses mitos dentro do próprio pensamento homossexual” (Mantega, cit. in Fry, 1982, p. 106).

³⁶ DaMatta (1997, p. 60) ressalta que “o facto é que as comidas se associam à sexualidade, de tal modo que o ato sexual pode ser traduzido como um ato de ‘comer’, abarcar, englobar, ingerir ou circunscrever [...] aquilo que é (ou foi) comido. [...]. Assim, a relação sexual, na concepção brasileira, coloca a diferença e a radical heterogeneidade, para logo em seguida hierarquizar-las no englobamento de um comedor e um comido”.

6.3.1. A origem da dicotomia “ativo”/“passivo”

Os papéis “ativo”/“passivo” consistem num aspecto problemático que, geralmente, angustia os homens que se aventuram nos limites que separam a homossexualidade da heterossexualidade. Afinal, “as linhas de fronteira entre heterossexualidade e homossexualidade são bem mais difusas do que à partida se poderia crer”(Aboim, 2013, p. 31). A oposição binária “ativo”/“passivo” encontrou esse modelo homólogo na natureza, a exemplo de *dentro/fora* e outros. Um esquema de dominação em cuja cópula a fêmea é “tomada” pelo macho. Esse mesmo princípio se aplica às relações sexuais intermasculinas, onde o *em cima/em baixo* é substituído por *frente/trás*. Desse modo, o insertor adquiriu a suposta superioridade sobre o insertado (Bourdieu, 1998a). A maneira depreciativa de encarar a conduta homoerótica “passiva” traspassa séculos. Dos gregos antigos aos dias atuais, se atribui poder hierárquico à dicotomia “ativo”/“passivo”, e uma suposta superioridade a quem desempenha o papel “ativo” (Bourdieu, 1998a; DaMatta, 1997; Parker, 1991; Rivers, cit. in Perlongher, 1987). Todavia, os homens ao passarem muito tempo juntos e longe de mulheres, assim como a masturbação, se servem da relação anal, sem constrangimento (Dover, 1994).

Na compreensão de Costa (1992), a simples atração sensual de um homem por outro, não o caracteriza de “verdadeiro homossexual”, mais decisivo é o vínculo espontâneo de sentimento terno. Assim sendo, o michê garante a sua “masculinidade”, alegando que faz sexo com outro homem, não por prazer, uma vez que, qualquer prazer ou “passividade” o colocaria na categoria de homoerótico, mas, sim, pela necessidade do dinheiro (Fry & MacRae, 1985).

A forte repressão heterossexista de culturas com ideologia machista parece justificar a ambivalência e a dificuldade desses atores de se aceitarem sua condição homoerótica e, em particular, quando “passivos”. Por conseguinte, é até compreensível que esses sujeitos se mantenham em sigilo, neguem para os outros e/ou até para si mesmos, porque seria doloroso tomar consciência da condição homoerótica, o que implicaria na reformulação de uma nova identidade sexual. Alguns michês atribuem ao cliente o lugar do feminino, como se fosse mulher, na medida em que impõem limites de exploração erógena do seu próprio corpo, e, assim, se sentem “diferenciados” para depreciarem o “passivo” (Silva, 1999).

6.4. Resistência dos homossexuais ao preconceito

A imposição do ideal heterossexual de conduta sexual da sociedade burguesa faz surgir movimentos de afirmação, por exemplo, a subcultura *camp*³⁷ que recorre, quase sempre, à exacerbação dos estereótipos homoeróticos. O equivalente brasileiro deste termo americano é *fechação*, ou seja, os homossexuais procuram escandalizar não somente os tipos de comportamentos dos homossexuais que são discriminados, mas também os dos heterossexuais que são valorizados. Entre si, tratam-se no feminino e reagem agressivamente a qualquer indício de pudor. Insultam de “enrustidos”³⁸ ou de “homossexuais incubados” todos aqueles que não declaram, publicamente, a sua homossexualidade. Segundo Costa (1992), na manifestação *camp* existe um código de comunicação que, como todo código, é semanticamente ambíguo. De certo modo, o contexto da zombaria exprime uma condenação do preconceito. Essa maneira de agir, entre eles, não significa uma desqualificação moral, mas, sim, uma retomada lúdica e sarcástica de tudo aquilo que possa ser usado como motivo de preconceito. Ainda para esse autor, a tentativa de romper os preconceitos, ao invés de fortalecer um modo de vida diferenciado da maioria, parece mais que denuncia o quanto essa cultura *camp* está presa aos ideais morais que fazem da homossexualidade uma “aberração”.

Embora esses movimentos tenham uma intenção positiva, porém constituem-se numa atitude inadequada de luta pela aceitação das diferenças de conduta sexuais. Com base na mesma ideologia que, nos últimos tempos, se construiu a *Barbie*, a que se refere Gontijo (2009). Tais posturas, de alguma forma, tendem a reforçar o preconceito que quer ver o homossexual como “bobo da corte”, em meio à “nobreza heterossexual”, ou seja, entre o amaneirado de antes, que fazia o papel caricatural que a sociedade criara, e o hipermacho que faz a mímica do ideal da masculinidade (Badinter, 1992; Costa, 1992). Este último questionamento parece fazer eco na figura do “entendido”³⁹, termo que surgiu na década de 60 com o mesmo objetivo do termo *gay* e, segundo Fry (1982), englobou todos os homens com orientação homossexual e se opôs à tradicional hierarquia que os dividiam entre “bofes” e bichas. A categoria denominada de “entendido” tem como marca manter as características masculinas secundárias: bigode,

³⁷ “*Camp*” é uma palavra da gíria americana para designar o comportamento exagerado, escandaloso, propositadamente efeminado de homossexuais ou de certos círculos homossexuais (Sontag, cit. in MacRAE, 1990).

³⁸ “Homossexual não assumido é o indivíduo que, na linguagem popular, é chamado de enrustido ou incubado. Acomoda-se numa dualidade existencial em que a ocultação e a clandestinidade de suas práticas homoeróticas são preocupações obsessivas” (Lima, 1983, pp. 14-15).

³⁹ Se denomina fundamentalmente quem “transa” “ativo”/“passivo” como pessoas do mesmo sexo sem que adote necessariamente trejeitos (Fry, 1982; Fry & MacRae, 1985).

barba, músculos etc. A relação com o parceiro é norteadada pela noção de igualdade. Nesse sentido, Montoya (cit. in Forcano, 1996) diz:

O homossexual não será rechaçado por sua degração ou por seu poder de sedução, mas pela ameaça que representa à classe masculina. De facto, é ela que detém o poder na sociedade e quem determina como valor e característica de todo varão, o poder. O poder é o que define e realiza o varão, o que o faz ser ativo, legislador, guerreiro, conquistador. (p. 370)

É sobre essa ameaça ao masculino que se desenvolve a defesa homofóbica, um fenómeno de dimensão mundial que se perpetua ao longo dos séculos, contra a transgressão que é a função sustentada pelos homossexuais nas mais variadas inversões de papéis (Touraine, 2007a), o facto de ser homossexual, por si só, já caracteriza uma transgressão porque contraria o contexto da heterossexualidade como parâmetro da normalidade. Na realidade, o homossexual coloca a masculinidade em questão e como insustentável (Trevisan, 2002). A homofobia é uma forma de controle social que se exerce sobre os homens, desde os primeiros passos da sua educação. Para ser valorizado, o homem precisa ser viril, mostrar-se superior, forte, competitivo, do contrário, será tratado como fraco e mulher, e assinalado aos homossexuais (Welzer-Lang, 2004). Em suma, o homossexual é alojado no território do marginal, do desvio, do estrangeiro (Paiva, 2007). Embora bissexual e homossexual se permitam à prática sexual “passiva”, no entanto, é sobre o homossexual com visibilidade que “pesa o estigma da virilidade perdida” (Trevisan, 2002, p. 468). Portanto, é “colocado em patamar inferior ao feminino da mulher” (Seffner, 2003, p. 126), ou remetido à condição de animal e objeto depreciados, por meio da qual o entorno se autoriza a insultá-lo de paneleiro, bicha, viado etc.

Na perceção de Dover (1994), para o senso comum o homossexual está associado ao comportamento sexual “passivo”, assim, todo homossexual, necessariamente, se enquadra no estereótipo persistente de um homem com traços delicados e físico frágil, e que imita as mulheres, e por isso mesmo é, apropriadamente, designado de “boneca” ou “bichinha”, ou seja, apresenta a “visibilidade do estigma” (Goffman, 1988). Mas, o suposto “passivo”, nem sempre, explicita sua conduta sexual, prova disso é que muitos até se mostram excessivamente másculos, por meio da figura da *barbie*, em consonância com a ideologia de que tem como objetivo contrariar os estereótipos, bem como de seguir a tendência atual do culto ao físico.

A relação homem/homem é estruturada de modo similar a imagem hierarquizada das relações homem/mulher (Welzer-Lang, 2004). É sobre o tipo que apresenta “visibilidade do estigma” que a intolerância social pode puni-lo por meio da violência que vai da simbólica as mais drásticas e concretas, por exemplo, nos últimos quinze anos mataram no Brasil mais de 1500 *gays* e travestis, vítimas de crimes homofóbicos (Mott, cit. in Silva, 1999). Esse número, na verdade, é apenas uma estimativa, uma vez que nem todos os casos são notificados ou sua divulgação fica circunscrita à região do homicídio.

6.5. A “atividade” que não exclui a homossexualidade

Os homens que praticam sexo com homens são definidos pelo social como “mulheres” nos corpos de homem. Esse modo de perceber os indivíduos com esse tipo de relação é comum na América Latina e em muitas regiões próximas ao mar Mediterrâneo. Nessa cultura que hoje também inclui alguns grupos norte-americanos de origem hispânica, o homem que mantém relações sexuais com mulheres é homem, bem como continua sendo homem aquele que introduz seu pênis num parceiro masculino, mas o homem receptivo é socialmente definido como mulher (Gagnon, 2006). Desse modo, o penetrador, o parceiro “ativo”, é homem, e o sujeito penetrado, o parceiro “passivo”, é tido como mulher, desvalorizado, sem poder, isso porque na sodomia, articulam-se igualmente as forças e jogos de prazer e poder da ideologia masculina (Carrier, cit. in Gagnon, 2006; Ramirez, 1995).

Na hierarquia tradicionalmente estabelecida, há uma tendência a ver o homem que prefere ser penetrado no sexo anal, ou seja, “copulado”, como efeminado e pouco másculo, que sofre maior reprovação social por transgredir de modo bem claro a ordem “natural” das coisas, tido como mulher, segundo a dualidade feminino (dominado) e masculino (dominante), em algumas culturas considera-se “*gay* de verdade” apenas aquele que se deixa penetrar, e não o que penetra, o copulador é apreciado como macho (Gagnon, 2006; Pollak, 1988). As religiões, como raras exceções, não condenam os sodomitas, a justiça e polícia processam, a maioria dos pais fica horrorizada ante o medo que um filho se mostre efeminado, e muitos homens normais, diríamos que, inseguros da sua masculinidade, dispunham a espancar gratuitamente os homossexuais (Gagnon, 2006). Em algumas culturas, por conta do machismo, não atribui ao “ativo”, em virtude dessa sua performance de “atividade”, a condição homossexual, algumas até o considera mais viril pela sua disposição de penetrador de fêmea, homossexual e

outros. O “ativo”, geralmente, não sofre nenhuma discriminação e frequentemente consegue elevar sua imagem de macho viril que tem relações sexuais com homossexuais (Fry & MacRae, 1985). Portanto, ninguém ousa zombar de quem faz o papel “ativo” (Badinter, 1992), uma vez que para esse imaginário o sujeito “passivo” é incapaz da ereção e/ou da penetração, sobretudo em relação ao sexo oposto. Nesse sentido, o estudo de Cáceres (1999) sobre masculinidades negociadas em Lima, no Peru, apresenta dois pontos de vista: a) Corresponde à perspectiva hegemônica da população em geral, desde que preservem os “papéis masculinos” adequados, ser homem não está em conflito com o fazer sexo com outros homens. Os “passivos”, os que são penetrados, e os “modernos”, os sexualmente versáteis, ou seja, aqueles que penetram e são penetrados, continuam sendo *homens* (atributo biológico), mas não varões (atributo simbólico); b) Sustentado por *fletes* com identidade *gay* e por alguns “ativos” envolvidos na cultura homossexual local, descreve o varão como um homem que nunca faz sexo com alguém do mesmo sexo. Mas considera que qualquer um pode ser homem, inclusive um homem *gay*. Os homens que, de acordo com o padrão *mostacero* (“tios” ativos) que fazem sexo com outros homens em papéis convencionados de masculinos não seriam simbolicamente varões, ainda que assim se autorrotulassem. Essa perspectiva crítica à anterior, “resiste” em reconhecer que esses homens também são homossexuais.

Na realidade, muitos *gays* procuram incrementar sua postura masculina de “hiper virilidade” (*barbie*). Os papéis sexuais também podem ser vistos claramente no campo da prostituição masculina nas figuras da “travesti” travestido como mais “feminina” do que a mulher, e do “michê” travestido de mais másculo do que o homem em geral (Fry & MacRae, 1985). Para o senso comum, segundo Cáceres (1999, p. 142), “é impossível para dois varões fazer sexo um com o outro. Necessariamente, um deles - o que cruzou os limites simbólicos para possibilitar o contato - perde seu status de varão”. Então por que apenas um dos sujeitos perde sua condição de varão? Esse que “cruzou os limites” e possibilitou o contato deixa implícito que seria o que assumiu o papel “passivo”. Então o *status* do “ativo” continuaria preservado. Por que não são os dois que perdem seu *status* de varões? Estas afirmativas reforçam a noção do poder de hierarquização do “ativo” sobre o “passivo”. Assim, parece mais coerente admitir que ambos os parceiros, para efetivarem a relação homoerótica, romperam a barreira que separa a heterossexualidade da homossexualidade. Daí, é irrelevante saber quem, nessa interação, se coloca “passivo” ou “ativo”.

Ambos são sujeitos homossexuais, afinal, a atividade bissexual não é o reflexo da bissexualidade natural, mas, certamente, a expressão da homossexualidade, uma vez que as pulsões homossexuais triunfam sobre o ecletismo bissexual (Nasio, 2003). Certamente, “a região glútea do *homo sapiens*, ao longo da história, sempre foi investida de grande repressão. A sua intactibilidade anal consistia na fidedigna tradução que atestava obediência aos princípios dessa cultura, e confirmava a representação máxima da macheza” (Silva⁴⁰, 2011, p. 66). A partir do advento da liberação *gay* e da criação das comunidades *gays* e lésbicas em diversas metrópoles, modificou-se o contexto ambiental da vida sexual de muitos homossexuais (D’Emilio, 1983; Humphreys, cit. in Gagnon, 2006).

A nova ideologia, depois da substituição do rótulo homossexual por *gay*, propaga que os *gays*, antes de tudo, são homens, e que a preferência homoerótica não reduz sua masculinidade. Na década de 1970 houve, em virtude disso, um aumento drástico do número de relações sexuais anais na comunidade *gay* e, por conseguinte, um aumento do número de doenças sexualmente transmissíveis por conta desse tipo de prática sexual. Em contraste com outras sociedades em que o sexo anal era comum, em virtude de uma clara divisão simbólica dos gêneros entre penetradores (“homens”) e penetrados (“mulheres”), a situação dos Estados Unidos era muito mais ambígua, com a masculinidade e a feminilidade relacionando-se de maneira mais frouxa, brincalhona, com a preferência de gênero nas relações eróticas (Gagnon, 2006).

Talvez, seja essa seja uma tendência atual, a partir da quebra da hierarquia rígida dos papéis “ativo” e “passivo”, na figura do versátil. Afinal, o sistema médico inclui ambos os parceiros da relação homoerótica como homossexuais, “do ponto de vista da medicina, não importa se um indivíduo adota o sexo social apropriado ao sexo fisiológico; se ele pratica ou quer praticar atos sexuais com pessoas do mesmo sexo fisiológico, ‘passiva’ ou ‘ativamente’, ele é homossexual” (Fry & MacRae, 1985, p. 36). Mas a “visibilidade” ainda continua sendo pouco tolerada. O homossexual que se expressa com gestuais mais femininos também sofre discriminação até na própria comunidade *gay* (Fischer, 2008).

⁴⁰ No artigo O poder fálico da mulher e a feminilidade do homem: no avesso das paixões da relação de gênero. Publicado in *Faces de Eva - Estudos sobre a mulher*, 25, 49-69.

6.6. O ônus da idade no universo homossexual

O preconceito leva ao ódio e a violência moral e física contra os homossexuais. Assim, autorreconhecer-se homossexual sugere ser dramático e também revolucionário assumir essa condição sexual tanto no âmbito privado quanto publicamente, uma vez que a vivência homoerótica está sob o espectro da atuação preconceituosa. Assim, a retirada da homossexualidade da categoria das doenças, quase não teve efeito prático, em pleno século XXI, caracterizado pela inclusão e pela diversidade, mantém-se o preconceito sexual e o ranço discriminativo. O fim das discriminações legais é bem menor do que as reais, sobretudo em processo de seleção para emprego e no local de trabalho, e os homossexuais jovens mais do que os outros experimentam depressões e tentativas de suicídio (Bozon, 2004). O incômodo ou mal-estar do preconceito sexual se manifesta por meio da rejeição, da perseguição e do ódio. Em sociedades que se intitulam democráticas, parece um contra senso que cidadãos ainda sejam vítimas, por causa da sua condição sexual divergente, da violência simbólica, da violência física ou até de morte.

Enfim, o sujeito com preconceito sexual sem compreender as razões que motiva seu preconceito não somente o encara como natural, mas também se autorizar, de modo perverso, abertamente ou de modo sutil, a banir do entorno o homossexual com “visibilidade do estigma”, suposto estímulo desse seu medo mórbido. Por sua vez, os próprios homossexuais, de maneira enviesada, também absorvem a discriminação e, de alguma forma, disseminam a intolerância entre seu grupo de pares, sobretudo contra os homossexuais mais afetados e idosos. Por conta do imperativo da juventude e do culto ao corpo, a idade madura e a velhice se constituem em motivo de discriminação. Assim, o homem da Modernidade combate todos os traços de sua idade, e teme envelhecer com medo de perder sua posição profissional (Le Breton, 2011). Porém, quando se trata do homossexual essa questão se torna ainda mais delicada. O sentimento de declínio para os homens homossexuais se situa na passagem dos 30, e no mais tardar em torno dos 40 anos, se por um lado essa idade que se caracteriza pela perda da atratividade sexual, por lado se adquire um estilo de vida focado no interesse sexual. Se os cabelos grisalhos e as rugas podem compor uma estética que favorece os homens heterossexuais, entretanto, nos homossexuais são indicadores repulsivos (Gagnon & Simon, 1973).

Segundo Simões (2004), a “tia velha”, acentuadamente feminina, e ao “velho tarado” capaz de atacar jovens incauto, marginalizado por conta da idade, só restaria pagar para desfrutar da companhia fugaz e arriscada de seus encontros sexuais. Esse

quadro parece como uma tendência geral para o homossexual, uma vez que também é estigmatizado em relação a sua idade. Assim, lançado a solidão, ao isolamento, a depressão e outros, um destino amargo parece sinalizado, pelo menos na maioria das culturas, para os homossexuais de meia-idade ou idosos. Todavia, Weimberg e Williams (cit. in Simões, 2004), em sua pesquisa realizada em Nova York, Copenhague e Amsterdã, observaram que os homens homossexuais mais velhos apresentavam nível de satisfação e bem-estar com suas vidas bem mais alto do que os jovens. Isso, certamente, não representa a realidade em uma dimensão mais ampla, mas uma pequena amostra de contextos sociais privilegiados e bem específicos. A constituição de si mesmo a partir de uma identidade desqualificada, recusada em relação à família e à inserção social, por vezes, pode ocasionar melancolia no luto interminável pelo “objeto heterossexual” (Paiva, 2007).

O bissexual ou homossexual “ativo”, da mesma forma que o homossexual “passivo” sem a “visibilidade do estigma”, não se tornam alvos tão evidentes da discriminação. Portanto, a questão não é exatamente a “passividade”, mas, uma vez que adote essa conduta, que não a torne visível. Do contrário, será submetido a perseguições explícitas e/ou veladas do seu meio social. Mais do que a atração sensual de um homem por outro (visto no capítulo O Homossexual Nasce da Diferença dos Sexos), Costa (1992) afirma como mais decisivo para se caracterizar de “verdadeiro homossexual”, o vínculo espontâneo de sentimento terno. Porém, a forte repressão heterossexista de culturas machistas parece justificar a ambivalência e a dificuldade desses atores sociais se aceitarem na condição mesmo que de agentes homoeróticos “ativos”. Haja vista que, segundo Freud (cit. in Gay, 1989, p. 94), “os seres humanos podem saber e não saber ao mesmo tempo, entender intelectualmente o que emocionalmente se recusam a aceitar”.

Durante milhares de anos, a homossexualidade foi vítima da falta de hospitalidade em consequência da interpretação errônea da história de Sodoma e Gomorra, no entanto, o verdadeiro crime continua se repetindo diariamente (McNeill, cit. in Forcano, 1996). Portanto, na “invisibilidade” do teatro subterrâneo em que o homoerotismo, geralmente, fortuito e clandestino se manifesta, sobretudo no Brasil, não é raro os “passivos”, com os quais os “ativos” contracenam, deixarem de existir porque as cortinas da complacência social ao crime de ódio quase sempre se fecham.

7. A visibilidade *gay*: uma atitude revolucionária?⁴¹

Na sociedade pós-moderna, segundo Lipovetsky (2005), todas as opções e níveis diferentes podem conviver sem contradição. Certamente, essa afirmativa não contempla os homossexuais. Como diz Latour (2005), a Constituição é aquilo que ela proíbe pela incompreensão da produção dos híbridos e pela eliminação dos mesmos. O homossexual é, na verdade, ainda, na pós-modernidade, o sujeito vítima da intolerância e da incompreensão, porque é um instaurador de dúvida que faz o heterossexual pensar a sua própria heterossexualidade (Bauman, 1999a; Eribon, 2008; Trevisan, 2002). A ambivalência é produto da prática moderna, que se esforça para dá ao mundo uma estrutura: manipular, limitar ou eliminar a casualidade dos eventos, assim, tudo que se autodefine ou que escapa a definição assistida pelo poder, passa a ser subversivo, em razão disso, a sexualidade humana fora de controle desfia as normas estabelecidas (Bauman, 1999a; Richards, 1993).

Cada sociedade tem seu regime de verdade, os tipos de discursos que escolhe e os fazem funcionar como verdadeiros. Cria suas regras e determinam os comportamentos e ações, o que pode e o que não é permitido. O poder produz o saber, assim, foi possível construir um saber sobre o corpo, mediante um conjunto de disciplinas, formidável instrumento de controle e de poder sobre o discurso da verdade (Foucault, 1979). A heterossexualidade é uma sexualidade que foge desse controle, é o corpo indomável que não se deixar capturar, que rompe com diversos segmentos sociais para existir, seja na invisibilidade ou para se fazer “visível”.

O *estigma* designa traço ou sinais corpóreos que o senso comum interpreta como inferioridade de carácter ou fraqueza moral, é se afasta da pessoa estigmatizada, porque não mais a percebe com outros atributos. Quando o estigma é conhecido ou, de imediato, reconhecido, o indivíduo passa a ser *descreditado*, em outras, palavras, desvalorizado, desqualificado. O homossexual com “visibilidade do estigma”(Goffman, 1988), em razão disso, não é tolerado, torna-se forasteiro (*outsider*), essa condição a que

⁴¹ Este texto é uma versão retrabalhada do seu original publicado, em 2007, na Revista Mal-Estar e Subjetividade, Universidade de Fortaleza (UNIFOR), CE, Vol. VII, n. 1 (pp. 71-88), e no Portal dos Psicólogos, (www.psicologia.pt/artigos/textos/A0370.pdf) com o título: A visibilidade do suposto passivo: uma atitude revolucionária do homossexual masculino; no Portal dos Psicólogos, (www.psicologia.pt/artigos/textos/A0370.pdf); no Portal Algosobre (www.algosobre.com.br/comportamento/a-revolucao-da-visibilidade-gay.html), com o título: A revolução da visibilidade gay, e, em 2010, com esse mesmo título, no livro Nuances dos testes psicológicos e algumas inquietações pós-modernas. João Pessoa, PB: Ideia.

é relegada todo indivíduo que transgride as normas explícitas (Woodward, 2005). Portanto, a sociedade vive o confronto com sujeitos que não desejam apagar sua diferença pela gestão do segredo ou por técnicas religiosas/psicológicas de produção da heterossexualidade, assim se torna particularmente desconfortável para grupos fundamentalistas, que consideram que os usos que fazem do corpo, no tocante à sexualidade e ao gênero, são os únicos legítimos (Natividade & Oliveira, 2013).

No Brasil para se referir ao homossexual com “visibilidade” se usa a expressão “dar bandeira”, que está associada à exposição pública, relacionada à feminilidade ou maneirismos. A figura “bandeiosa” personifica tais atitudes, em vista disso, é flexionada no feminino (Tarnovski, 2003). O sujeito visível ou “bandeioso”, por si só já atrai as atenções por se tratar do gênero masculino com uma postura feminina, por vezes, com exagerada feminilidade até pouco comum nas próprias mulheres, e assim, contraria um princípio da educação de que “o indivíduo deve ser ‘bom’ e não causar um escândalo nem uma perturbação; ele não deve atrair atenção indevida para si mesmo” (Goffman, 2010, p. 21).

Enfim, o homossexual com visibilidade é o próprio “escândalo” em pessoa, atrai para si a atenção de todos e o tempo todo, fere o primeiro dever de um homem que é, seguramente, o de não ser “mulher” (Stoller, 1993) ou desejar ser “mulher”. Nas sociedades machistas, o padrão tradicional que tipifica a “essência” masculina não admite incertezas, na melhor das hipóteses, a incerteza e desconforto; na pior, um potencial de perigo. Pois, produzir confusão e sustentar alguma dúvida significa por sob suspeita a orientação heterossexual masculina (Giffin & Cavalcanti, cit. in Seffner, 2003).

As instituições incorporam-se à experiência do indivíduo por meio de papéis que, ao interiorizá-los, torna-se subjetivamente real para o mesmo. Assim, para esse imaginário, o sujeito socializado com pleno sucesso é incapaz de funcionar com o objeto sexual “impróprio” (Berger & Luckmann, 1997). Isso remete a ideia da pureza de gênero em relação ao seu objeto determinado como correto, a complementaridade homem/mulher, como possibilidade única de relação verdadeira. A dúvida ou certeza da sexualidade divergente o coloca como “forasteiro” (*outsider*) fora ou distante dos “íntimos” ou “locais” (*insiders*) (Woodward, 2005), os que estão dentro das normas, protegidos pela legitimação, em virtude de que, conviver com o diferente (homossexual visível), nesse imaginário, corre o risco de se estranhar, ou seja, de se tornar homoerótico. Desse modo, na compreensão de Berger e Luckmann (1997), o

aniquilamento usa de mecanismo semelhante para liquidar tudo que está fora do seu círculo de domínio, e que as concepções transviadas não recebem simplesmente um *status* negativo, são atacadas teoricamente, e *de facto* (acréscimo e grifo nossos), em detalhes.

7.1. Da margem para o centro: o desejo da aceitação

As minorias, sem dúvida, têm sido notoriamente susceptíveis à estereotipagem. O estereótipo é uma forma de simplificar e agilizar a visão do mundo, no qual se carrega informações e se realiza uma “economia cognitiva” ao avaliar o outro com base em generalizações. Mas o facto de num primeiro momento os estereótipos facilitarem as reações das pessoas diante do mundo, não deixar de esconder a realidade de que, por vezes, estereotipar pode levar a realizações incorretas e indevidas, em particular quando impede de ver o indivíduo em sua totalidade, com suas idiossincrasias e traços pessoais (Assmar & Jablonski, cit. in Fleury & Torres, 2010; Rodrigues, 2004). Se por um lado parece prático, funcional estereotipar, por outro lado, geralmente, traz sofrimento psicológico, por vezes, trauma psicológico para o indivíduo que recebe o rótulo.

O preconceito é uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos, e isso induz a que se acredite saber sem saber, se preveja sem indícios seguros suficientes, se chegue a conclusões sem se ter as certezas necessárias, assim, o preconceito se torna a fase passional da intolerância, bem como, a intolerância se torna a sua fase acional, cuja função sintomática é retirar de cena as exigências pulsionais, a fim de que o desejo e a singularidade do gozo sejam colocados no limbo do esquecimento (Allport, 1954; Bobbio, 2002; Ferreira, 2013; Modesto, 2012).

A homossexualidade, na opinião de Foucault (1979, p. 268), “é uma prática sexual que, enquanto tal, é combatida, barrada, desqualificada”, e a rejeição da identidade homossexual, por exemplo, da sua “visibilidade” pelo facto do seu total deslizamento do controle e da disciplina. Enfim, a teoria cultural ressalta que confundir a suposta estabilidade e a fixação de identidade, ou seja, a hibridação, de alguma forma, afeta o poder (Silva, 2005). Assim, o homossexual não é legalmente e totalmente extirpado do tecido social, mas, também não é o “estranho” que pode contar com a complacência da sociedade, do contrário, recai sobre si, além do preconceito sutil ou velado, ações discriminativas, por exemplo, *bullying* nas escolas, ataques violentos em vias públicas e outros. Nas palavras de Foucault (1993):

O homossexual do século XIX torna-se uma personagem [...] morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo, já que é um segredo que se trai sempre [...]. (pp. 43-44)

A análise do masculino, como ressalva Welzer-Lang (2004), não pode deixar de ser questionado sobre a divisão introduzida pelos apriorismos heterossexistas e sobre o que escondem. Como explicar que em Lyon (França), e certamente em outras cidades nos quatro cantos do mundo, entre um grupo de três prostitutas tem um transexual⁴² e que seus clientes se declaram heterossexuais, portanto, normais, pais de família, e que pagam uma quantia extra para apalpar o “pênis da prostituta”. Em cultura onde desejos homossexuais, masculinos ou femininos, ainda são execrados e negados, a adoção de identidades *gays* ou *lésbicas*, certamente, se constitui em uma atitude política (Weeks, 1987), em especial, quando essa identidade se torna visível. Para Deleuze (2004) os interesses somente serão revolucionários, quando desejo e máquina se tornarem única, e se voltarem contra os chamados dados naturais da sociedade capitalista. A partir desse autor, pode se pensar até aonde a conduta homossexual assumida, com “visibilidade do estigma” (Goffman, 1988), concretiza-se como um tipo de revolução, uma vez que, esse sujeito pode negar essa condição ou passar incólume com “fachada”⁴³ de heterossexual. Então, não seria de algum modo anárquico o desnudar do desejo diante do olhar público, contrariando as vertentes biológica, sociais, culturais e outras, com todos os riscos em que isso implica?

Na opinião de Lipovetsky (2005, p. 5), “a cultura pós-moderna é a cultura do *feeling* e da emancipação individual estendida a todas as categorias de idade e de sexo”. Essa afirmativa, certamente não contempla o sujeito homoerótico, “forasteiro” (Woodward, 2005), que sugere uma ameaça ao social. Mas, um “estranho” que, no seu entender de Bauman (1999a), não é um recém-chegado, temporariamente deslocado,

⁴² Segundo Welzer-Lang (2004, p.122), “diante da labilidade das definições expressas pelos homens que se prostituem como mulher (travestis e transexuais, operados ou não), definimos como *transgenders* (chamados às vezes também de *transgéneros*) homens prostituídos que cobram pelos seus serviços apresentado-se como mulheres”.

⁴³ A “fachada”, na conceção de Goffman (1985), consiste num tipo de equipamento expressivo padronizado e intencional ou inconsciente empregado pelo indivíduo nas suas representações, i.e., ele recorre ao uso desse artifício nos ambientes e nas situações em que tenha de se fazer presente na condição de homem “normal”.

entretanto, um eterno nômade errante e sem esperança de “chegar”, que se situa entre a ordem e o caos, ente o dentro e o fora.

Para Modesto (2012), o preconceito é considerado uma paixão de malquerença relacionada, em particular, ao /crer/ e ao /saber/, e pode desenvolver outras paixões, das menos tensas até as mais tensas e, assim, impulsionar atos de intolerância de “não-benquerer” e de “malquerer” propriamente ditos, que podem levar o sujeito a cometer atos intolerantes de não-aceitação e de rejeição. O homem *gay* parece ser visto como “mais feminino” e, em razão disso, é estigmatizado numa sociedade, na qual a masculinidade hegemônica é determinante (Bourdieu, 1998a; Costa, Oliveira & Nogueira, 2010; Ramirez, 1995). A discriminação também é estendida a heterossexual que apresenta atitudes, comportamentos e vestimentas em inconformidade com o seu gênero.

Enfim, cada sociedade produz seus estranhos (Bauman, 1998). Diríamos que os mesmos se tornam estranhos porque a sociedade insiste em não reconhecê-los como parte integrante da sua paisagem ou de sua própria natureza. Embora o estranho seja excluído, há o excluído que se permite dentro, essa exclusão que está diretamente relacionada à carência material, o despossuído que, por mais remota que seja, há a possibilidade de fazer - ou voltar a fazer - parte da sociedade, a partir do momento que adquira ou resgate seus bens materiais, condição indispensável para ser automaticamente reinserido no seu contexto social.

Todavia, o tipo de excluído que remete a questão moral, por exemplo, o homossexual, que a maior parte das sociedades associa sua sexualidade a uma escolha ou opção pessoal, esse “estranho” (Bauman, 1999a) vive sob o constante embate de ser total e definitivamente colocado para fora. Estar fora, ser diferente, é não se submeter às normas homogeneizadoras, é estar excluído ou ‘empurrado’ para fora” (Santos, cit. in Véras, 2004, p. 37), em consequência da sua “visibilidade”, ou, para evitar esse impasse, manter sua identidade secreta, tentando se passar incólume como se fosse heterossexual, por meio do uso da “fachada” (Goffman, 1985).

A teoria da frustração de Dollard et al. (cit. in Jodelet, 2004), inspirada nos postulados de Freud, aponta para a existência de motivações hostis que podem ser ativadas por uma situação de frustração. Ou seja, essa motivação de ser deslocada para alvos mais acessíveis ou frágeis, levando a discriminação de grupos minoritários, por exemplo, dos negros, dos homossexuais e dos deficientes físicos (Jodelet, 2004; Verás, 1999). Esses grupos não são, obviamente, considerados minoritários em termos

quantitativos, mas o aspecto do poder de representação política. Uma vez desqualificados, coisificados ou associados a uma identidade negativa, são facilmente, sem pudor ou culpa alguma, discriminados. Quanto se trata da homossexualidade, a discriminação não somente acontece em consequência de alguma frustração específica, mas até aumenta a frustração que gera “malquerer” e “rejeição” (Modesto, 2012), e sugere um estado permanente, i.e., o preconceito sexual é, nas suas mais diversas formas, diuturnamente manifestado, talvez porque esteja relacionado a uma identidade sexual ambígua (Weeks, 1987). Para Bourdieu (1998b) a hierarquia sexual permite ao poder heteronormativo subjugar a homossexualidade e incutir naquele que é sujeito do sentimento de vergonha, assim:

O dominado tende a assumir a respeito de si mesmo o ponto de vista dominante: através, principalmente, do efeito de destino que a categorização estigmatizante produz, e em particular do insulto, real ou potencial, ele pode ser assim levado a aplicar a si mesmo e [...] a viver envergonhadamente a experiência sexual que, do ponto de vista das categorias dominantes, o define, equilibrando-se entre o medo de ser visto, desmascarado, e o desejo de ser reconhecido pelos demais homossexuais. (p. 162)

Então, como assumir uma identidade estigmatizada, e “sair do armário”⁴⁴(*come out of the closet*) diante desse contexto social? Em razão desse contexto, se autoperceber homossexual, em geral, é um processo lento de luto, com revolta, culpa e negação, bem como de tentativas para cumprir seu devir de macho viril e reprodutor, que a esse papel está condicionado. Certamente, como já destacou Nolasco (1993), não se constitui numa tarefa fácil renunciar uma representação de si com qualidades extraordinárias e promessas grandiosas. Assumir uma identidade estigmatizada, para a maioria dos homossexuais, parece exigir elevada capacidade de resiliência, i.e., habilidade para superar as adversidades, embora não signifique dizer que possa sair ileso da situação, como implica a expressão invulnerabilidade (Yang, 1998), ou seja, sempre deixa alguma marca, se não traumática, pelos menos suportável. Esse processo de descoberta

⁴⁴ Para Barbero (2005, p.33), “é uma expressão utilizada no meio GLS que significa se mostrar, abrir sua orientação sexual ao conhecimento público, parcial ou totalmente”. Esta expressão “sair do armário” de Harvey Milk, em 1977, foi o terceiro americano assumido a ocupar um cargo público, é eleito *city-county supervisor* em São Francisco - onde o bairro do Castro se tornara no primeiro bairro marcadamente LGBTs (Almeida, 2010). Milk ficou conhecido porque, em 1978, prevendo de que seria assassinado por ser homossexual, deixou gravada: “Se uma bala entrar no meu cérebro, deixem que esta bala destrua cada porta de armário” (Sant, 2008).

implica em dois momentos distintos, aceitar-se homossexual não quer dizer, necessariamente, assumir publicamente a sua homossexualidade: “sair do armário”.

Num tom mais pessoal, Yoshino (cit. in Saggese, 2009) se refere a três fases no processo para chegar até ao que ele chama de “identidade *gay*”: a) a descoberta do desejo por outros homens que fez o sujeito desejar ser heterossexual; b) a aceitação da sua homossexualidade, mas as escondidas dos outros; c) considera-se “assumido”, embora utilize estratégias para não “dar na vista”. Porém, a autoaceitação e o assumir-se publicamente, não são processos instantâneos que, por si mesmos, garantem a satisfatória integração do homossexual em termos de “aceitação: acolhimento, aprovação e valorização” (Modesto, 2012), da família e do seu entorno social. Mesmo que seja relativizado o que se denomina de homossexual ou homossexualidade, isso não elimina a demanda permanente de negociação que pessoas com práticas ou desejos homoeróticos precisam estabelecer no seu cotidiano, a fim de lidar com a violência estrutural que se manifesta por meio de muitas variáveis e engloba fenômenos de diferentes naturezas, desde a discriminação no âmbito familiar até crimes letais (Carrara & Ramos, 2006).

Para Saggese (2009), poucos homens homossexuais dizem permanecer “totalmente dentro” do armário. Esse autor afirma que a historiografia de *gays* e lésbicas, entre as décadas de 1970 e 1980, era descrita como uma “experiência de renascimento”. Assim, num primeiro momento, falar de si foi uma estratégia adotada e amplamente incentivada pelo movimento homossexual surgido nos Estados Unidos logo após os conflitos de Stonewall⁴⁵. Ao “sair do armário” e ir para as ruas, grito de guerra do então incipiente liberacionismo *gay*, esperava-se que um grau de visibilidade nunca visto antes surgisse e, com ele, a possibilidade de conquistar novos direitos. Dessa forma, a importância política do “dizer” era clara. Num segundo momento, quando a crescente epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA) ou Acquired Immunodeficiency Syndrome (AIDS) começou a ser divulgada pela mídia, o movimento homossexual, que nessa época já estava muito mais estruturado, se viu frente a uma situação inusitada.

Como os primeiros casos da doença foram registrados entre homens homossexuais, e com a epidemia de HIV(Vírus da Imunodeficiência Humana) a partir dos anos 1980

⁴⁵ O nascimento do movimento estadunidense de libertação homossexual dá-se a partir dos motins de Stonewall Inn, em Greenwich Village, Nova York, 27 de junho de 1969, após um *raid* policial aos bares *gays* e lésbicos da área, se instala a revolta entre os *gays* contra a exigência de identificação policial e pelo acesso aos direitos sociais. O Motim durou quatro dias. Stonewall ficou sendo como um símbolo da organização dos movimentos de libertação homossexual que começaram igualmente a eclodir na França e no Reino Unido (Oliveira, 2010).

(Gontijo, 2009), os homossexuais acabaram se tornando verdadeiros “bodes expiatórios”, e a estigmatização, bem como o preconceito sexual, que pareciam mostrar os primeiros sinais de enfraquecimento voltaram a ser reforçados. A Sida e a homossexualidade masculina tornaram-se, portanto, sinônimos. Não por acaso, as primeiras reações da comunidade *gay* a essa associação perversa foi de rejeição. “Sair do armário” agora implicava não só a possibilidade de rejeição por conta da orientação sexual, mas também a suspeita de ser portador de um vírus fatal e transmissível por vias ainda não totalmente esclarecidas. Para quem optava por continuar “escondido”, a manutenção do “segredo” era frágil. Nesse sentido, Eribon (2008) ressalta:

A Aids, com frequência, significou o *coming out* forçado daqueles que até aqui tinham preferido calar a homossexualidade, recebendo, como consequência, a hostilidade dos vizinhos, dos colegas, da família. Para muitas das pessoas atingidas, não era apenas a soropositividade ou a Aids que eram difíceis de “dizer”, mas também, é claro, a homossexualidade, embora a vergonha de ser homossexual fosse reforçada pela vergonha de ser doente e doente de uma doença que reforçava a vergonha de ser homossexual. (p. 58)

A epidemia de Hiv/Aids reativou o preconceito com base no discurso científico biologista, foi impactante para as novas gerações e suscitou reflexões e medo, em especial, nos homossexuais masculinos. No Brasil construiu-se uma imbricada relação ideológica entre homossexualidade, discriminação, preconceito e vulnerabilidade ao HIV (Paiva, 1994; Parker, 1991).

7.2. Nuances da visibilidade homossexual

A ligação da sexualidade a gênero traz uma série de consequências, uma vez que os homossexuais são estigmatizados, não apenas pelo comportamento sexual, mas também pela transgressão em relação às normas de gênero; e sendo a homossexualidade associada ao desvio de algo tão “natural” (masculinidade ou feminilidade), o rótulo de anormal é assim confirmado. A dúvida ou certeza sobre a sexualidade divergente do sujeito o coloca na condição de “forasteiro” (*outsider*) fora ou distante da convivência com os “íntimos” ou “locais” (*insiders*) que se refere Woodward (2007). Nessa ótica, Welzer-Lang (2004) compreende que:

Toda forma *assumida* de sexualidade que se distingue da heterossexualidade é desvalorizada e considerada diferente da opinião sobre sexo imposta como modelo único. O mesmo vale para a bissexualidade, para as sexualidades

transexuais... Estamos diante de um modelo político de gestão dos corpos e dos desejos. E os homens que querem viver sexualidades não-heterocentradas são estigmatizados como não sendo homens normais, suspeitos de ser “passivos” e ameaçados de ser assimilados e tratados como mulheres. Pois é exatamente isto: ser homem corresponde a ser ativo. (p. 120)

A literatura política que sucedeu o episódio de Stonewall sugeriu a existência de um “armário” onde muitos homossexuais ainda se escondiam a fim de evitar represálias da sociedade, e ressaltava a necessidade de sair dele “*o coming out*” como a única forma de legitimar as demandas por direitos e reconhecimento público (Seidman et al., cit. in Saggese, 2009). Estimular “*o coming out*”, compreendido como a aceitação da própria identidade homossexual, mas também da participação num movimento social que possibilita a um grande número de homossexuais fazer essa identificação de modo positivo, contribui para fazer intervenções como critério de identificação social na percepção e na definição de todo seu relacionamento social (Pollak, 1987).

Em sociedades nas quais os desejos homossexuais, masculinos ou femininos, ainda são execrados e negados, a adoção de identidades *gays* ou lésbicas, inevitavelmente, constitui uma postura política (Weeks, 1987). Ao contrário de que o ideal de exposição pública, de modo persistente e amplo, da condição sexual homossexual, resulta em uma maior aceitação social, Badinter (1992) destaca que, quanto mais os homossexuais se tornam “visíveis” e reivindicadores, mais se deparam com novas formas de hostilidade. Se uma parte dos homossexuais mudou em termos dessa exposição pública no espaço de uma década, no entanto, outros continuam a viver na clandestinidade, pois a sociedade heterossexual não evoluiu da mesma maneira, assim, conserva muito dos seus preconceitos e fantasias negativas sobre a homossexualidade. Outras imagens identitárias fazendo um contraponto com a tradicional travesti e uma reformulação identitária do *gay*, inserido num movimento de hipervirilização, por exemplo, do *boy* e da *barbie*.

Boy: jovem originário das camadas populares que pratica a musculação para vender seu corpo, seja em espetáculo, por exemplo, dos *go-go boys*, nas boates, seja se prostituindo nas ruas.

Barbie: em alusão à boneca americana criada em 1958, com o corpo feminino “perfeito” para os cânones, e vendida no mundo inteiro - para se referir aos homens que mantêm relações sexuais com homens, e que se dedicam a uma espécie de culto ao corpo musculoso e viril, que segue a moda norte-americana *clubber* (Gontijo, 2009).

Essa virilização do corpo “gay” de uma razão de ser que está intrinsecamente ligada à cultura brasileira. Em vista disso, Gontijo (2009) destaca o seguinte:

Em um país que é considerado um grande propagador do machismo, ser barbie significaria ser como todos os homens, os músculos e a moda *clubber* a mais. Ou ainda: significaria ser *mais homem que os homens!* Enquanto os boys exacerbam o machismo e, de algum modo, o “sistema hierárquico dos gêneros”, as barbies e a “cultura GLS” buscariam criar uma “nova ordem homosocial” que supere o machismo, mas que sobrepuje também o modelo do homossexual “efeminado”. (p. 36)

Nessa nova fase, parece haver uma persistência no objetivo de transformação da aparência corporal, as travestis ou as *drag Queen*⁴⁶, com sua hiperfeminilização, assim como as *barbies*, com a sua hipervirilização. Logo, a hiperfeminilização das travestis os mantém na ordem do gênero feminino de acordo com o papel social ao qual se propõe, e a hipervirilização da *barbie* parece querer criar algo de “novo” em “ultrapassar” o masculino (Gontijo, 2009). De certo, a cultura machista mostra-se tão alienante, não só porque proíbe expressões da homossexualidade, mas, sobretudo, porque mostra uma submissão absoluta aos estereótipos heterossexuais de masculinidade e feminilidade. Segundo Badinter (1992), entre o homossexual amaneirado de antes, que fazia o papel de *folle* (“louca”) e *tante* (“tia”) para entrar no mundo caricatural que a sociedade criara para a homossexualidade, e o hipermacho que faz a mímica do velho ideal masculino, não há qualquer diferença.

Nessa perspectiva, Kleinberg (cit. in Badinter, 1992, p. 236) diz que, “o efeminado, pelo menos, exprimia uma espécie de revolta contra a opressão, mas o macho nega ao mesmo tempo a revolta e a opressão...”. Ao longo da história ocidental, masturbadores, travestis, sodomitas e muitos outros, foram, e ainda são sistematicamente perseguidos e intolerados por não se enquadrarem no que foi socialmente definido como o “exercício saudável da sexualidade” (Mello, 2005). Portanto, assumir-se publicamente homossexual não oferece nenhuma garantia, para o cidadão comum em muitos países, por exemplo, o Brasil onde a cada 27 h⁴⁷ um indivíduo LGBT é violentado e morto, e o

⁴⁶ *Drag*, em inglês, quer dizer vestimenta, fantasia, costume; “*in drag*” quer dizer “travestido”; logo, *drag queen* seria a rainha do travestimento, que lembra o filme Priscila, a Rainha do Deserto, de S. Elliot. A *drag queen* parece ser a própria anulação do sexo e da sexualidade, do travestimento pelo prazer de travestir-se e não para viver plenamente o papel do gênero feminino no seu cotidiano (Gontijo, 2009).

⁴⁷ Referente ao ano de 2014, cit. in Quem a homoTransFobia matou hoje? Recuperado em <http://homofobiamata.wordpress.com/page/2/> Esse site apenas dá informações sobre vítimas fatais do preconceito sexual no Brasil.

país ostentou, em 2012, 44% de todos os casos de homofobia letal no planeta, parece problemático. Entretanto, Mello (2005) destaca que:

É cada vez maior o número de *gays* e lésbicas que decidem, de variadas formas, publicizar sua orientação sexual, numa tentativa direta de superação do preconceito e da discriminação, não omitindo de seus parentes, amigos, vizinhos e colegas de trabalho a existência de um cônjuge do mesmo sexo em suas vidas, numa atitude claramente política. (p. 21)

Independente de quaisquer reformulações identitária no corpo ou na conduta, ou possíveis definições ou nomeações eufemista, a homossexualidade é um sexualidade ainda muito marcada pelo preconceito e pela discriminação, de modo mais ostensivo ou brando, na maioria dos contextos sociais os homossexuais são discriminados, perseguidos, assassinados em razão da sua condição sexual. Nesse sentido, Gagnon (2006, p. 165) destaca que “qualquer vida de um *gay* ou uma lésbica, feliz ou infeliz, assumida ou enrustida, é uma vida que foi criada e preservada, às vezes por um preço muito alto, num mundo dominado por heterossexuais e homófobos”. Contudo, Badinter (1992) acredita que:

Sejam quais forem às dificuldades da vivência homossexual, nem todos são homens mutilados. É provável que a proporção de homossexuais equilibrados, *well-adjusted*, se compare à dos heterossexuais não mutilados... Nem “louca” nem “hipermacho”, o homossexual que se aceita permanece à parte dos estereótipos de outrora. Ele não se exhibe nem se oculta, e quer viver como todo mundo. (pp. 237-238)

Na percepção de Badinter (1992), os homens podem ser classificados, basicamente, em quatro tipos:

a) **Mutilado** - evoca o homem privado de seu órgão sexual, símbolo da virilidade, por acidente etc. Por extensão, é também aquele que tem órgão, mas não consegue, devido à impotência, se servir dele. É o homem que fracassa no desejo e na posse de uma mulher. Nessa óptica, o homossexual, por exemplo, típico de homem mutilado. Mas na verdade, homossexuais e heterossexuais estão sujeitos a duas espécies de mutilações psicológicas que podem atingi-los da mesma forma. A primeira é a amputação da feminidade, que engendra o *homem durão*, o machista que jamais se reconciliou com os valores maternos. A segunda concerne à ausência de virilidade, constatada em muitos homens educados pela mãe e órfãos de pai;

b) **Duro** - o homem duro, solitário não precisa de ninguém, impassível, viril a toda prova. Para lutar contra o permanente sentimento de insegurança, alguns acreditam ter encontrado o remédio na hipervirilidade, supervalorizam os órgãos genitais, na realidade se encontram prisioneiros de uma masculinidade obsessiva e compulsiva que nunca os deixa em paz;

c) **Mole** - sucede o homem duro como o seu contrário absoluto. Para agradar às mulheres que colocavam, nos anos 70, o macho sob acusação, alguns imaginaram que deviam desprezar a virilidade e adotar valores e comportamentos tradicionalmente mais femininos. O homem duro, de feminidade reprimida, engendrou o homem mole, de masculinidade ignorada;

d) **Reconciliado** - se tornou homem sem ferir o feminino-materno, não é educado no desprezo e no medo do feminino. Preferível o conceito “homem reconciliado” do que *gentle man*.

Sugere uma incongruência o facto de Babinter (1992) classificar o homossexual como, por exemplo, típico de homem mutilado, sob a justificativa de que esse tipo de homem “fracassa no desejo e na posse de uma mulher”. Isso é questionável: como pode consistir em fracasso aquilo que não é do desejo? O homossexual não deseja a mulher, não é seu objeto sexual. Também a ausência de virilidade por causa da educação pela mãe e a orfandade de pai, indicada nesse tipo homem, não anula, necessariamente, seu desejo pela mulher. Há homens heterossexuais delicados, cujo desejo e objeto sexual é o sexo oposto. Essas afirmativas não seriam uma forma de preconceito que estariam dentro da perspectiva do “mito da complementaridade” e da conformidade de género?

7.3. O preconceito sexual nas “boas intenções” da Igreja

A Bíblia Sagrada condena a homossexualidade, e muitos dos seus representantes das Igrejas, ignorando a ciência, sem pudor forjam argumentos que, desprovidos de qualquer humanidade, incrementam o preconceito e a discriminação contra os homossexuais. Nesse sentido, Mello (2005), destaca que a segunda seção das Reflexões, intitulada “Aplicações”, elaboradas em 1992, pela Congregação para a Doutrina da Fé, até recentemente presidida pelo Cardeal Joseph Ratzinger⁴⁸, há sete pressupostos que devem embasar o posicionamento dos católicos quanto a propostas legislativas sobre a

⁴⁸ Se tornou o Papa Beto XVI, entronizado em 24 de abril de 2005, e renunciou o pontificado em 28 de fevereiro de 2013.

não-discriminação das pessoas homossexuais, aqui destacados os itens um e cinco que dizem:

1) A “tendência sexual” não se constitui uma qualidade compatível à raça, à origem étnica etc. no que se refere à não-discriminação. Diferentemente destas, a tendência homossexual é uma desordem objetiva e requer solicitude moral.

5) A tendência sexual de uma pessoa individualmente não é, de modo geral, conhecida pelos outros, a não ser que ela se identifique em público como alguém que tem esta tendência ou com a manifestação do comportamento exterior. Geralmente, a maioria das pessoas com tendências homossexuais, que procuram viver uma vida casta, não tornam pública a sua tendência sexual. Por conseguinte, o problema da discriminação, em termos de trabalho, de habitação etc., normalmente não se apresenta.

Esse entendimento deixa implícito que, para não serem objetos de discriminação, bastaria aos homossexuais não dar vazão ao desejo afetivo-sexual. Pois como raça e origem étnica são definidas como “qualidades”, e insiste na definição da tendência homossexual como “desordem objetiva” e que deviam ter os direitos básicos assegurados apenas a aqueles que fazem a opção pelo celibato ou negam sua orientação sexual (Mello, 2005), ou seja, instiga para que o homossexual apresente a fachada heterossexual.

A Igreja com a sua proposta de legislar sobre a não-discriminação das pessoas homossexuais, na verdade está sendo extremamente discriminadora no que há de mais elementar na condição sexual desses indivíduos, que é o seu direito de ser e vivenciar, sem dissimulação ou subterfúgios, a sua homossexualidade. Assim, a Igreja quer que o homossexual anule seu desejo homoerótico, que reprima, esconda, sufoque ou sublime, que não revele publicamente essa tendência para não ser perseguido, ou seja, a Igreja quer tornar norma uma violência a pessoa do homossexual, ao invés de se pautar na perspectiva da aceitação e da tolerância. Essa proposta da Igreja vai de encontro à fala de Harvey Milk (cit. in Mello, 2005, p. 176) de que: “se você não é livre para ser você mesmo na questão mais importante de todas as atividades - a expressão do amor - então a vida, em si mesma, perde seu sentido”.

A partir dos movimentos em várias partes do mundo em defesa dos direitos dos homossexuais, iniciado nos 70, e que adquiriu visibilidade ostensiva em fins dos 80 (Gontijo, 2009; MacRae, 1990; Mello, 2005; Rodrigues, 2004), o “homossexual agora sabe que não é ele o doente a ser tratado, e sim o homófobo” (Plummer, cit. in Badinter, 1992, p. 238). Mas, para o seu bem-estar o homossexual depende enormemente da

evolução da maioria heterossexual. Assim, somente quando os *homens mutilados* deixarem espaço para os *homens reconciliados* é que os homossexuais poderão viver em paz (Badinter, 1992).

7.4. A heteronormatividade e o mal-estar do espelho homossexual

O fim do matriarcado, variando nas datas e de região para região, é situado por volta de 2000 a.C. A partir desse facto histórico, o mundo começou a pertencer aos homens, fundando-se então o patriarcado com base no machismo e na ditadura do masculinismo (Muraro & Boff, 2002). Assim, a sociedade patriarcal sacralizou o casamento ao mesmo tempo em que procurou marginalizar a homossexualidade (Dupuis, cit. in Nolasco, 1993). Mas, o machismo incorpora à visão de mundo tanto de homens quanto de mulheres, em razão disso seria perigoso pensá-lo como uma ideologia exclusiva dos homens (Nolasco, 1993).

Logo que a criança nasce, o sexo lhe é conferido, no caso do género masculino, o menino ouve insistentemente a ordem de que “seja homem”, ou seja, isso supõe que não é tão evidente e que a virilidade não é, talvez, também tão natural quanto se pretende. Assim, ser homem implica em um trabalho, um esforço que não parece ser exigido o mesmo da mulher. A virilidade não é dada, deve ser construída. Portanto, o homem é uma espécie de artefato e, em razão disso, corre sempre o risco de apresentar defeito (Badinter, 1992). Prova da fragilidade dessa construção é que, diferente da mulher, o homem carece de reforço para fortalecer a consciência da sua masculinidade, em vista disso, para elogiá-lo basta dizer lhe que ele é um homem (Bourdieu, 1998a).

O embaraço criado pelos homens em torno da homossexualidade pode ser decorrente do modelo convencional adotado para socializar o menino e que deriva de uma base andrógina estimulada pela apologia do “super-homem”, e da ambigüamente controlada por um discurso moralista contra a homossexualidade (Nolasco, 1993). Nesse contexto, “depois da dissociação da mãe (eu não sou seu bebé), da distinção radical em relação ao sexo feminino (eu não sou uma menina), o menino deve (se) provar que não é homossexual, portanto não deseja outros homens nem quer ser por eles desejado” (Badinter, 1992, pp. 147-148). O exposto parece apontar para a direção de que o preconceito sexual se sustenta em decorrência da construção insustentável da masculinidade que coloca a heterossexualidade em questão. Para Ferenczi (cit. in Badinter, 1992, p. 175), “a homofobia remete ao temor secreto dos próprios desejos homossexuais”. Certamente, ver um homem efeminado desperta enorme angústia em

muitos homens, pois projetam sensualidade e desencadeia neles uma tomada de consciência de suas próprias características femininas, como a passividade e a sensibilidade, consideradas por eles como sinal de fraqueza (Badinter, 1992; Corneau, 1995).

O preconceito sexual reforça a frágil heterossexualidade de muitos homens, é, então, um mecanismo de defesa psíquica, uma estratégia para evitar o reconhecimento de uma parte inaceitável de si. Assim, dirigir a própria agressividade contra os homossexuais, exteriorizar o conflito, é um modo de torná-lo suportável (Badinter, 1992). O preconceito sexual pode também servir de função social, na medida em que um heterossexual exprime seus preconceitos contra os *gays* para ganhar a aprovação do seu grupo de pares e assim aumentar a sua autoconfiança. Enfim, o preconceito sexual não deixa de fazer parte de uma ideologia mais geral, por exemplo, religiosa conservadora, que estabelece comportamentos estritamente definidos tanto para homens quanto para mulheres (Herek, 1986). Nesse sentido, Louro (2001) diz que:

As instituições e os indivíduos precisam desse “outro”. Precisam da identidade “subjugada” para se afirmar e para se definir, pois sua afirmação se dá na medida em que a contrariam e a rejeitam. Assim, podemos compreender por que as identidades sexuais “alternativas”, mesmo quando excluídas ou negadas, permanecem ativas (e necessárias): elas se constituem numa referência para a identidade heterossexual; diante delas e em contraposição a elas a identidade hegemônica se declara e se sustenta. (p. 13)

8. A conjugalidade e a parentalidade gay

Na sociedade ocidental, a homossexualidade atravessa o século XX ainda sendo considerada como um comportamento que deve ser evitado e tratado como perversão da natureza, tanto na concepção religiosa quanto do posto de vista médico. Os homossexuais não são devidamente reconhecidos como cidadãos, essa omissão fere a vários preceitos democráticos (Ribeiro, Almeida, Galli, Guimarães & Araújo 2006). McDougall (1997) diferencia homossexualidades das sexualidades consideradas “desviantes”, como aquelas ligadas a rituais, por exemplo, do fetichismo, autoerotismo, voyeurismo etc., que são, em geral, heterossexuais que recorrem a elas, muitas vezes, como sendo a única maneira de se conseguir a sua sobrevivência psíquica. A partir da sua compreensão do caso da “jovem homossexual”, da clínica freudiana, Ferreira Neto (1999), considera que a homossexualidade não é sinônima de perversão, por ser a jovem perversa, não em decorrência da sua condição homossexual, mas por ter desafiado seus pai e analista.

Embora não se saiba a origem da homossexualidade, há uma tendência da ciência em considerá-la como uma variável da sexualidade. Mas foi Jacques Lacan o primeiro psicanalista a aceitar a homossexualidade como uma variante da sexualidade humana (Roudinesco & Plon, 1998). Freud questiona o interesse sexual exclusivo dos homens pelas mulheres. Mas, a heterossexualidade não é questionada por se impor como norma ideal (Barbero, 2005), mesmo a homossexualidade não sendo considerada doença, os homossexuais ainda são vítimas de desqualificação social e de identidade negativa. Em virtude disso, Jodelet (2004, p. 54) lança o seguinte questionamento: “O que é que faz com que em sociedades que cultuam valores democráticos e igualitários, as pessoas sejam levadas a aceitar a injustiça, a adotar ou tolerar frente àqueles que não são seus pares ou como eles, práticas de discriminação que os excluem?”. Segundo Carvalho (1995), a cidadania só foi possível a partir do fim do século XVIII, após os eventos da Revolução Francesa e da Independência dos Estados Unidos, surge o conceito de direitos humanos. Carvalho (1995) acrescenta que cidadania:

É mais que uma coleção de direitos. [...] é também a sensação de pertencer a uma comunidade, de participar de valores comuns, de uma história comum, de experiências comuns. Sem esse sentimento de identidade coletiva - que se confere pela língua, a religião, a história - não seria possível a existência de nações democráticas modernas. (p. 11)

No entender de Santos (2013), a hegemonia dos direitos humanos como discurso de dignidade humana é, nos dias de hoje, incontestável. Porém, a grande maioria da população mundial, ao invés de sujeito desse discurso, é objeto. Deve-se então começar a perguntar se os direitos humanos de facto servem eficazmente à luta dos excluídos, dos explorados e dos discriminados ou, se pelo contrário, a torna mais ainda difícil? Nesse sentido, Barbero (2005) lembra “que atualmente há uma grande comunidade pedindo legalização e aceitação de sua forma de viver, baseada em outras organizações do erotismo que a tradicional, em muitos lugares do mundo ocidental”. Enfim, a luta dos homossexuais caracteriza-se pela construção de uma sociedade em que todos possam viver de forma digna e saudável, na qual as diferenças não sejam construídas negativamente, por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” ou forasteiros, mas que as diferenças sejam respeitadas apenas como diferenças (Almeida et. al., 2006; Woodward, 2005), e não como *discriminação* que é entendida por Bobbio (2002) como uma diferenciação injusta ou ilegítima, uma vez que, qualquer coisa a mais do que diferença ou distinção, é sempre usada com uma conotação pejorativa.

8.1. Uma família diferente

O século XII foi notável por sua discussão ampla sobre o amor, até então o casamento era acertado entre famílias e envolvia propriedade e dinheiro e mudava de mãos, era um questão comercial e política, tendo o amor na conta de extra opcional. Mas, como nas camadas sociais mais baixas não havia nada em jogo além do sexo e companheirismo, assim, raramente se davam ao trabalho de se casar, contentavam-se com um concubinato transitório. Todavia, no século XIII, a Igreja desenvolveu um conceito de casamento com base no companheirismo amoroso, e assumiu sua regulação para si (Richards, 1993). Na Europa do século XV ao XVII, desenvolveu uma nova forma de sociabilidade familiar que deu origem ao chamado “sentimento a família”. Assim, a família dita moderna tornou-se o receptáculo dessa lógica afetiva cujo modelo se impõe entre o final do XVIII e meados do XX, e em 1960, se consagra como a família contemporânea ou pós-moderna. Esse fenômeno, em princípio, restrito ao círculo da aristocracia e da burguesia, não mais concebe o casamento e a família como instituições destinadas apenas ao controle da concupiscência, à manutenção dos laços entre linhagens ou à garantia da integridade do patrimônio. Em vez disso, a família pós-moderna passa a destinar-se à socialização amorosa da criança, bem como a priorizar a

intimidade e privacidade do casal e dos seus filhos, em detrimento de amizade e de vizinho, numa ordem familiar que se sustenta em três fundamentos: *a autoridade do marido, a subordinação da mulher e a dependência dos filhos* (Ariés, 1981; Mello, 2005; Roudinesco, 2003). Simultaneamente à organização da família moderna em torno das figuras do pai, da mãe e dos filhos, iniciou-se um processo de construção social que culminou com a naturalização da divisão dos indivíduos em heterossexuais e homossexuais (Costa, J. F., 1994).

Mas foi a partir do século XII que o cristianismo passou a condenar com veemência as práticas afetivo-sexuais entre iguais biológicos, assim como todas as vivências que contrariassem os objetivos da reprodução, dentro ou fora do casamento (Moll, cit. in Costa, 1995; Mello, 2005). À medida que o cristianismo restringia cada vez mais a aceitação das práticas sexuais à esfera do casamento monogâmico e indissolúvel, aumentava a perseguição e a intolerância aos amantes do mesmo sexo, e suas cerimônias de união afetivo-sexual deixou de ser realizadas, as já consumadas passaram a ser definidas como a criação de vínculo de amizade entre dois “amigos-amantes” (Boswell, 1994).

Nesse contexto, os homens e as mulheres que escolhem seus iguais biológicos como parceiros afetivo-sexuais passam a ser definidos como portadores de uma doença denominada homossexualismo que, pela sua própria “natureza doentia”, incapacita para a constituição de núcleo familiar. Portanto, a família burguesa assume para si o monopólio de amor romântico, e restringe a possibilidade de afloramento desse sentimento à esfera da relação homem-mulher. Desse modo se associou fortemente família e infância, no que contribuiu para a exclusão dos homossexuais da esfera das representações e práticas sociais que dizem respeito à família, uma vez que a única forma socialmente legítima para a realização do amor romântico era o casamento, no qual somente o homem/pai e a mulher/mãe estariam encarregados de gerar e socializar crianças (Mello, 2005). Porém, “a família tradicional nunca foi garantia de normalidade: o argumento psicológico que defende a necessidade do par homem/mulher para saúde psíquica da criança não se sustenta” (Ceccarelli, 2008, p. 85).

Os primeiros registros sobre práticas sexuais entre sujeitos do mesmo sexo, e que ocorre como um fenômeno universal na história da humanidade, remonta à III Dinastia egípcia, cerca de 2500 anos a.C. Há estudiosos que acreditam ter encontrado no código dos hititas uma lei de 1400 a.C. que autoriza o casamento entre homens (Almeida et. al., 2006). E nos dias atuais, Mello (2005) diz que:

Como, na sociedade ocidental, o casamento não é mais intrinsecamente procriador, a diferença sexual deixaria de ser um pré-requisito necessário para sua realização. Por questionar a centralidade da diferença sexual como elemento ordenador da vivência familiar, a aceitação social dos casais homossexuais pressupõe, contudo, uma ruptura com a expectativa de complementaridade dos sexos e dos gêneros que tem caracterizado as representações e práticas sociais relativas à família. Isso porque a existência de famílias homossexuais materializaria um potencial alargamento do que significa ser homem e ser mulher, apontando para uma desnaturalização e uma dessacralização das relações conjugais. (pp. 46-47)

A homossexualidade tem funcionado, em particular, desde a segunda metade do século XX, como um laboratório pioneiro em vivências afetivo-sexuais alternativas, em meio ao conjunto de regras da conjugalidade heterossexual (Giddens, 1993), que rompe como o modelo “normal” de família nuclear constituída por casal heterossexual e seus filhos, essa forma de organização social que, na verdade é mais do que um normal instituído, terminou sendo assimilada como natural (Louro, 2011). Assim, não é permitido o casamento entre pessoas do mesmo sexo e nem a adoção de criança, em vista que prevalece à compreensão de que a conjugalidade e a parentalidade são consideradas realidades “naturais” e sagradas, fundadas na norma heterocêntrica que reconhece como familiares apenas às relações entre homem e mulher, como geradoras de prole. Portanto, é particularmente inadmissível a possibilidade de que crianças venham a ser socializadas por casais homossexuais. Com base no argumento de que não haveria uma estrutura familiar adequada ao desenvolvimento psicossocial das crianças, uma vez que, segundo esse pensamento, estariam fadadas a sofrerem preconceito e discriminação, bem como de que corriam sérios riscos de também se tornarem homossexuais, por conta da convivência com *gays* e lésbicas nas funções de pais e mães (Mello, 2005).

Sobre a parentalidade dos homossexuais formaram-se uma série de mitos, entre os mais difundidos estar essa crença de que os pais *gays* são doentes e que assim se arriscam a transmitir sua homossexualidade aos filhos. Porém, não existe qualquer prova de que os filhos de homossexuais tenham maior tendência à homossexualidade do que as outras crianças. Outro mito que persiste, é o de que *gay* tem obsessão por sexo, e que o pai homossexual tenderia a atacar os próprios filhos, ou a deixar que amigos o fizessem. Todavia, todas as pesquisas mostram que o homossexual é com muito menos

frequência culpado de atos delituosos do que o heterossexual, em 90% dos casos de crianças norte-americanas abusadas sexualmente, os abusadores eram heterossexuais. Badinter (1992) afirma que as pesquisas tendem a mostrar que as meninas aceitam melhor que os meninos a homossexualidade paterna, mas que algumas crianças manifestam distúrbios de comportamento ou de identidade, mas não muito mais do que os filhos de pais heterossexuais.

As perspectivas negativas sobre a homoparentalidade parecem ignorar o facto de que *gays* e lésbicas são socializados por meio dos valores transmitidos pelos heterossexuais, se esses pais não conseguiram fazer um filho heterossexual, em vista disso, não há razão para pensar que o homossexual consiga fazer o contrário, mesmo que assim desejasse (Miller, cit. in Badinter, 1992; Mello, 2005). Esses mitos têm uma relação com as crenças sobre as causas da homossexualidade, os sujeitos que dão explicações psicossociais para a homossexualidade tentam compreendê-la em sua totalidade, são favoráveis à adoção de crianças por homossexuais (Fleury & Torres, 2010). Enfim, toda a análise da sexualidade evidencia uma construção sócio-histórica de uma visão preconceituosa e discriminativa contra a homossexualidade modelada pela Igreja Católica que controla e direciona como os homossexuais devem ser encarados pela sociedade (Lacerda, 2001).

8.2. Casamento entre iguais

Em aproximadamente 40% dos 202 países do mundo, o comportamento homossexual é ilegal, entre eles, 53 são ex-comunistas e ex-integrantes do império britânico ou de cultura islâmica (Rodrigues, 2004). Segundo Mello (2005), desde fins dos anos 60, o reconhecimento social e jurídico das relações amorosas estáveis dos homossexuais vem ganhando espaço político no mundo ocidental, mas somente adquiriu uma visibilidade social ostensiva, como já foi mencionado acima, no fim dos anos 80, quando surgiram os primeiros resultados favoráveis às demandas de *gays* e lésbicas. Assim, as uniões homossexuais conquistaram amparo legal na Dinamarca, Noruega, Suécia, Groelândia, Islândia, Portugal, Hungria e Alemanha. Em Portugal, a homossexualidade foi discriminada apenas em 1982, quando o novo Código Penal remeteu a homossexualidade entre adultos, livremente exercida e em recato, para o domínio dos atos não puníveis. A partir de 2010, as pessoas do mesmo sexo passaram a poder se casar, com os mesmos direitos dos casais heterossexuais, exceto o direito à adoção ou procriação medicamente assistida PMA (Aboim, 2013).

Há países, por exemplo, Holanda, Bélgica, Espanha e Canadá, que o casamento entre pessoas do mesmo sexo possui o mesmo estatuto de casamento civil de heterossexual, ao passo que, nos Estados Unidos e na França, ocorrem debates acerca da mudança do entendimento legal do casamento, de forma que possa também contemplar os casais homossexuais. Na América Latina, Buenos Aires, tornou-se a primeira cidade a reconhecer o estatuto legal da união de homossexuais, embora restrinja seguro-saúde, curatela e crédito conjunto para financiamento. Até meados dos anos 90, no Brasil, a principal conquista dos grupos homossexuais organizados limita-se a proibição de discriminação por orientação sexual (Mello, 2005). Na realidade, “os homossexuais no Brasil estão totalmente desprotegidos. Mas sempre há o jeitinho brasileiro, que trabalha com brechas na lei” (Rodrigues, 2004, p. 216). Talvez, nesse “jeitinho brasileiro” esteja a possibilidade de saída dos homossexuais brasileiros se nivelarem, em termos de seus direitos, aos homossexuais de países de vanguarda ou que estão mais avançados na garantia dos direitos de igualdade à diversidade sexual.

Segundo Teles (2011), no Brasil, a partir de 2006, alguns tribunais reconheceram a possibilidade de haver União Estável entre pessoa do mesmo sexo, que configura, na realidade, uma relação entre casais como se fossem casados. Desde então, ficaram visíveis decisões nos Tribunais de Justiça sobre o reconhecimento de uniões estáveis, em particular, nos Estados do Sul e os seguintes Estados do Sudeste: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, inclusive com decisões sobre adoções de crianças para casais homossexuais, embora, com variações significativas entre as decisões. Sobre a União Estável, o Código Civil em seu art. 1723, diz que a mesma é reconhecida como entidade familiar, a união entre homem e mulher, desde que configurada em convivência pública, contínua e duradoura, tendo como objetivo a constituição de família. Em 05 de maio de 2011, Supremo Tribunal Federal reconheceu a família homoafetiva, e ampliou o direito da união estável para os casais homossexuais. Em termos de adoção de menores por casal homossexual, o Min. Luis Felipe Salomão (cit. in Oliveira, 2013) diz que é uma situação consolidada. Alguns casais homossexuais já conseguiram assinar os documentos de uma união estável, mas não do casamento. Para Teles (2011), isso implica em diferenças com relação aos direitos sucessórios, tais como:

a) Direito real de habitação - Casamento: assegurado, independente do regime de bens, sem limite de tempo. Se um dos cônjuges morrer, ao sobrevivente será assegurado o direito real de habitação de imóvel, desde que seja o único do inventário. **União estável:** não é assegurado pelo Código Civil, mas há divergência na doutrina, parte

entende que a pessoa deve continuar no imóvel e parte entende que não. Independente da resposta haverá um limite de tempo, ou seja, até quando a pessoa não constituir outra união ou se casar.

b) Bens herdados - Casamento: o cônjuge ocupa terceiro lugar na ordem hereditária, pode participar da sucessão total de bens, particulares ou comuns. **União estável:** o companheiro participa apenas da sucessão de bens adquiridos durante o tempo de convivência. Facto análogo ocorre com relação às uniões homoafetivas, em que o direito de partilha de bens se coaduna se o patrimônio tiver sido construído em conjunto.

c) Herança legítima - Casamento: o cônjuge será herdeiro necessário. **União estável:** não corre, o falecido pode, por meio de testamento, dispor da totalidade de seus bens.

Porém, há autores que fazem críticas ao casamento *gay*, para Camille Plagia (cit. in Machado et al., 2010a), o Estado que governa os direitos de propriedade deve ser separado da religião e não deve sancionar sacramentos religiosos. Os ativistas *gays* dos Estados Unidos cometeram um sério erro estratégico ao reivindicar o casamento, porque está associado à tradição religiosa e gera revolta entre os conservadores. Ao contrário, deviam se concentrar nos benefícios injustamente negados as uniões *gays*. Dentro dessa perspectiva, Miskolci (2007) diz:

A luta pela parceria civil fez com que *gays* e lésbicas apelassem ao Estado em busca da proteção que ele nega ou que só concederá através de um enquadramento significativo desses grupos. A relação com o Estado ameaça esvaziar o potencial de crítica da ordem social que caracterizava segmentos do movimento *gay* e lésbico, pois a redução da luta política ao léxico socialmente oferecido torna seus componentes reféns de formas coletivamente prescritas de comportamento. (p. 123)

Essas posições, de algum modo, sugerem resistência ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, se esse procedimento, i.e., o casamento, se não é o modelo ideal, até então existente, mas é o que garante os direitos e estabilidade aos casais heterossexuais. Portanto, uma vez que os homossexuais o reivindicam, e concretizam o atendimento a essa sua demanda, assim não teriam mais do que protestar, porque se igualam em nível de direitos aos cidadãos heterossexuais.

Embora em alguns países, como boa parte dos acima citados, os homossexuais tenham seus direitos de cidadãos assegurados, tais quais os dos cidadãos heterossexuais,

entretanto, “em países como Argélia, Senegal, Camarões, Etiópia, Líbano, Jordânia, Kwait, Porto Rico, Nicarágua e Bósnia, a homossexualidade é condenada por lei” (Fleury & Torres, 2010, p. 36). Nos casos da Nigéria, Líbia, Síria, Índia, Malásia e Jamaica a condenação por comportamento homossexual chega a ser superior a 10 anos de prisão (Tin, cit. in Fleury & Torres, 2010). Entre os países mais intolerantes ou violentos em relação à homossexualidade, segundo Rodrigues (2004), estão os seguintes:

Zimbábue: os *gays* são considerados “subanimais”; **Afeganistão:** quando acusado de sodomia, sobe o regime do talibã, os homossexuais, invariavelmente, eram mortos, jogando sobre eles uma parede, passado 30 minutos depois disso, se ainda permanecessem vivos, receberiam assistência médica e seriam entregues às famílias; **Arábia Saudita:** os atos homossexuais são punidos com a pena de morte; **Argélia:** prisão de três anos; **Irã:** prevê pena de morte. Condenados por sodomia podem sofrer várias punições, por exemplo, dos pés e das mãos amputados. O grupo ativista britânico “Outrage” informa que mais de 4.000 homossexuais já foram mortos desde 1980, todos executados pelos fundamentalistas islâmicos do país; **Iraque:** a Lei não menciona a homossexualidade, mas é um tabu punido com 15 anos de prisão; **Islã:** a homossexualidade está entre os piores pecados, as punições vão desde chicoteamento até a amputação de pés, mãos e apedrejamento; **Polônia:** em vista da forte influência da Igreja Católica, a homofobia está em toda sociedade.

Contudo, mesmo nos países nos quais a homossexualidade não é tida como crime, não implica dizer que haja uma aceitação plena do homossexual como cidadão, por vezes, a intolerância existe de forma mais aberta ou de modo mais sutil ou disfarçado em todos os países do mundo, mesmo que tenham legitimado o casamento *gay* ou contrato homoafetivo similar, e a adoção de crianças por homossexuais, embora esses países tendam a ser mais tolerantes.

8.3. O confronto da Igreja com os homossexuais

O preconceito sexual é uma prática social disseminada em inúmeros segmentos da sociedade, mas não há dúvida de que, ao longo da história, as religiões estão entre as principais fontes de estímulo à intolerância, ao preconceito, à discriminação e à violência. Em vista disso, na maior parte do mundo, o dia-a-dia dos homens e das mulheres homossexuais encontra-se marcado pelo tripé privação-opressão-discriminação, o qual se traduz em exclusão social (Mello, 2005). Sem dúvida, “a Igreja

Católica advoga a legalidade da exclusão social de *gays* e lésbicas, numa perspectiva que dificilmente seria aceita, no contexto de sociedades democráticas, para quaisquer outros grupos sociais minoritários” (Mello, 2005, p. 182). As feministas também, há décadas, denunciam o papel das instituições religiosas na perpetuação dos estereótipos e das atitudes sociais que acentuam ainda mais a desigualdade de gênero (Machado, Piccolo, Neto, Zucco, & Alves, 2010c).

Para a Igreja Católica, a discriminação por orientação sexual não pode ser reconhecida como uma violação de direitos humanos, ainda que a mesma, por exemplo, possa limitar acesso a emprego ou à moradia. À luz da moral católica, todos os direitos relativos à conjugalidade, à parentalidade e, também, à expressão pública da afetividade dos homossexuais devem ser negados (Mello, 2005). O Papa Bento XVI, com bastante veemência defende o matrimônio como único e exclusivamente para homem e mulher, e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) argumenta que a união civil por casais homossexuais coloca em risco não só a família como a própria civilização (Teles, 2011), ou seja, a CNBB ignora a ausência de efeitos danosos nos países que já legalizaram esse tipo de união. Depois, esse argumento parece implicar em exagero considerar que os casais homossexuais acabariam com a civilização, então os heterossexuais deixaria de reproduzir? Ou a população mundial seria composta de homossexuais latentes que, a partir desse evento, todos se assumiriam? D. Aloízio Lorscheider (cit. in Mello, 2005) arcebispo de Aparecida-SP, publicou no Diário de Fortaleza-CE, em 20 de dezembro de 1996, o seguinte:

A união entre homossexuais é uma grande bobagem, uma besteira e vai trazer um grande prejuízo para o Brasil. Isto é uma espécie de queda do sentido da vida e da pessoa humana. O homossexual é gente que deve ser tratada como pessoa doente. Homossexual é uma pessoa doente: ele não está dentro de sua configuração humana. (p. 170)

Esse texto do arcebispo Lorscheider, ignora a ciência, quando diz que O “Homossexual é uma pessoa doente”, e é profundamente desprezível e preconceituoso com o homossexual, além de contraditório quando afirma que “A união entre homossexuais é uma grande bobagem, uma besteira e vai trazer um grande prejuízo para o Brasil”, se é uma “grande bobagem”, “uma besteira”, como poderia ser capaz de trazer prejuízo para o país?

A partir de 1965-1970, quando os *gays* e lésbicas da costa californiana quiseram inventar uma cultura da família que, na verdade, não passava sobre muitos aspectos, da

perpetuação do modelo que haviam contestado e que a essa altura já se encontrava em plena mutação (Roudinesco, 2003). A família já vem se modificando, havia tempo, por conta das contingências econômicas pós-modernas, i.e., já não se mantinha exclusiva no modelo nuclear composto pelo marido, esposa e filhos, bem antes da família monoparental ser reivindicada pelos homossexuais. Novas construções de tipo de família deverão ocorrer no futuro, independente dos ditames morais ou religiosos. Assim, a família sofre transformações não só porque é afetada por manifestações de sexualidades diferentes da heterossexualidade, tida como um modelo sagrado da formação da família, mas também por influência econômica. Nos últimos anos, a divisão do trabalho, ente homens e mulheres e entre jovens e adultos, vem contribuindo para a alteração das relações de poder intrafamiliares, o que proporciona, sem dúvida, a criação de “novas famílias” (Jelin, cit. in Mello, 2005).

A adoção por casais homossexuais, certamente, não será maléfica para família, do contrário, casamento *gay* associado à adoção, é um arranjo que, embora com outra base, fortalece a noção de família diferente da tradicional pai, mãe, filho/s, mas que, em razão da adoção, ampara as crianças que foram geradas pela irresponsabilidade dos casais heterossexuais e que estão fadadas ao abandono, à institucionalização, praticamente condenadas a um futuro incerto ou marginal. Ao invés de destruir a família cristã, os homossexuais, por meio da adoção, reafirmam a família e ao mesmo tempo em que, potencialmente, retira a criança marginalizada de rua ou na rua⁴⁹, da situação de abandono material e afetivo, de uma vida precária e anônima em instituição pública.

Para Roudinesco (2008, p. 191), “não é mais a exclusão dos homossexuais do modelo familiar que incomoda os reacionários de todos os matizes: é, ao contrário, sua vontade de fazer parte dele”. Então, qual é a família que a Igreja quer defender dos homossexuais? Segundo Piscitelli (1998), foi somente no final dos anos 70, é que veio à tona que a família, muitas vezes, é um espaço dramático de violências, de lutas e conflitos, em virtude da predominância de estruturas e de lógicas hierárquicas em termos de sexo e geração. De certo, “à família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntima, de violências silenciosas, de lembranças recalçadas” (Roudinesco, 2003, p. 12), que, “parece tudo,

⁴⁹ No Brasil há meninos na rua, aqueles que têm domicílios, família, e vão para rua mendigar, vigiar e limpar para-brisa de carro, fazer malabarismo, vender bombons e chicletes etc., quando o semáforo fecha para os carros, e à noite voltam para suas casas. Meninos de rua, são crianças que, de facto, moram na rua, dormem debaixo de viadutos etc., e sobrevivem, geralmente, pedindo esmola e/ou delinquindo.

menos um paraíso seguro e duradouro onde se possa lançar a âncora da própria existência vulnerável e sabidamente transitória” (Bauman, 2000, p. 48). Portanto, é possível dizer sem hesitar que a família é eterna, uma vez que a mesma está em desordem, e no futuro deve ser reinventada (Derrida & Roudinesco, 2001; Roudinesco, 2003). A adoção por parte dos homossexuais parece contrariar a expectativa sobre a destruição da família, agora adquiriu novos arranjos, isso não significa dizer que deixou de ser família, do contrário, se fortalece com outros formatos.

8.4. A visibilidade do homossexual e o mercado de trabalho

No campo profissional ocorre algum avanço, o qual separa a condição sexual da vida profissional do homossexual, algumas empresas aderem a uma política de defesa dos homossexuais, quase como um regime de cota, uma determinada forma de reparação em relação à exclusão do homossexual “visível” no mercado de trabalho que, ao longo da história, havia sido excluído. Segundo Fleury e Torres (2010), um Relatório divulgado pela Human Rights Campaign (HRC), que está entre as mais respeitadas organizações ativistas dos Estados Unidos, destacou que em 2003 dobrou o número de empresas que ganharam nota máxima em relação aos direitos GLBTs. O índice de igualdade nas empresas, denominado Corporate Equality Index, agrupa as 500 maiores empresas, informa a revista Fortune, e as 200 maiores empresas de âmbito privado, conforme a revista Forbes. O índice leva em consideração a existência de: a) Política formal e não-discriminação por orientação sexual; b) Política formal e não-discriminação em relação à identidade ou expressão de gênero; c) Cobertura de seguro-saúde para parceiros do mesmo sexo dos funcionários; d) Treinamento para a diversidade; e) Diversidade; f) De grupos formais de funcionários GLBTs na empresa; g) Apresentação de campanhas publicitárias apropriadas e respeitadas para a comunidade GLBTs; h) Contribuições financeiras para as Ongs GLBTs; i) Ausência de qualquer atividade que prejudique o objetivo de igualdade de direitos para GLBTs.

Emfim, a International Business Machines (IBM), é uma das empresas que mais está à frente nesse tipo de processo. Possui um Conselho de Diversidade formado por grupos de funcionários que representam os grupos minoritários: negros, mulheres, GLBTs e portadores de necessidades especiais (Fleury & Torres, 2010).

9. A suposta inclusão homossexual⁵⁰

A modernidade, na apreciação de Bauman (2000), consiste num quadro de inerente transgressão que rompe fronteiras firmes e seguras, mesmo assim, “o estágio final da modernidade ou para a condição pós-moderna não produziu maior liberdade individual” (p. 84). No que diz respeito à homossexualidade, essa ainda é, antes de tudo, interdita, sobretudo, pelas Igrejas, pelas abordagens científicas e, como conseqüente, pelo próprio indivíduo homoerótico por meio da internalização do preconceito sexual. Não deixa de ser um contrassenso que, apesar da evolução tecnológica o homem ainda não tenha extirpado do seio das sociedades os preconceitos, entre os mais fortes e amplamente generalizados, estão o racismo e o preconceito sexual. Muito da discriminação homossexual tem sua força motivadora nas religiões (Rodrigues, 2004), com exceção do espiritismo, em princípio todas condenam a homossexualidade.

9.1. O pecado homossexual da esterilidade

O ódio à homossexualidade nos diversos fundamentos sacros atinge seu apogeu no Levítico e no Mishná (200 d. C), primeiro texto que fixa os ensinamentos hebraicos, os amantes homossexuais eram apedrejados, mas só o “ativo” é morto; ao passo que no Talmude, os dois são condenados à morte. Enfim, a cultura ocidental, sem dúvida, herdou esses princípios de tal forma que eles permanecem vivos até hoje e alimenta o preconceito sexual por todas as sociedades (Rodrigues, 2004). Na perspectiva do social, no sexo vale tudo desde que entre gêneros diferentes. Mas, a Igreja, de modo geral, permite o sexo somente em razão da causa reprodutiva, e o condena como fonte de prazer.

Para Santo Agostinho a relação sexual, em especial, o prazer sexual, é o que transmite o pecado original. Essa hostilidade ao prazer é um legado gnóstico-estóico, sobreposto ao Evangelho cristão (Ranke-Heinemann, 1996). Às Igrejas caberia, apenas, zelar pelas almas dos crentes ou fiéis, e não também para regular sua vida sexual. Richards (1993) salienta que a partir do século XIII, a Igreja passou a regular a sexualidade, fez campanha contra os homossexuais, e sacralizou o casamento. Como é

⁵⁰ Este texto é uma versão retrabalhada do seu original publicado, em 2007, no Portal Algosobre (www.algosobre.com.br/comportamento/o-discurso-da-inclusao-homossexual.ht), e, em 2010, no livro *Nuances dos testes psicológicos e algumas inquietações pós-modernas*. João Pessoa, PB: Ideia, com o título: *O discurso da inclusão homossexual*.

sabido, a Igreja Católica já usou o nome de Deus para cometer atrocidades, a exemplo da Santa Inquisição, e foi omissa aos seis milhões de assassinatos de Judeus e milhares de homossexuais⁵¹ no holocausto, as vistas do Vaticano.

Segundo Gaarder (1997), numa carta a Agostinho, Flória Emília - que o chamava de Aurel -, e com ele teve um filho, Adeodato (dado por Deus), diz: “És tu que insistes em escrever sobre ‘concupiscência’ quando o que tens em mente são as delícias do amor” (pp. 59-61). Esse autor acrescenta ainda, que a ex-mulher de Agostinho, o questiona: “Achas que algumas partes do corpo humano são menos dignas de Deus do que outras? Por exemplo, teu dedo médio é mais neutro que tua língua? Mas usavas também teu dedo!” (p. 61). E num tom meio que de lamento e frustração, Emília conclui: “Pobre Aurel! Quanta vergonha tens de ser homem, tu que eras meu pequeno garanhão” (p. 57). Foi Santo Agostinho, esse homem conturbado entre o desejo ardente da carne e o ofício religioso, que se tornou o grande mentor da ideologia cristã. Contrapor-se ao prazer sexual é ignorar essa disposição da espécie animal oferecida pela natureza ou por Deus.

O bebé sente satisfação não apenas em ser saciado, como desvendou Freud, mas também de sugar o mamilo. Aspecto relevante para o seu desenvolvimento físico, psíquico e mental. Os mamíferos chegam ao mundo, comumente, pela vagina, parte inferior do corpo, região de maior prazer erógeno e de descarga fisiológica. Talvez, esteja aí a raiz da rejeição das religiões em relação ao sexo. Para orifícios tão reles, somente o estritamente indispensável. Santo Agostinho insistia sobre a obscenidade dos órgãos e da função da reprodução: “Inter faeces et urinam nascimur”⁵² (Bataille, 2004, p. 88). Logo, o nascimento de Jesus não poderia ser por meio do parto normal ou natural, usando uma expressão de Nietzsche (2004a), isso seria “humano, demasiadamente humano”. Desse modo, “para Agostinho, só Jesus estava livre do pecado original, por ter vindo ao mundo sem qualquer ato sexual. Ou seja, através da concepção virginal” (Ranke-Heinemann, 1996, p. 91).

Se a heterossexualidade dita normal, sem a finalidade reprodutiva, é considerada pecado, a homossexualidade não teria como não ser condenada! Embora as Associações Mundiais de Saúde tenham retirado a homossexualidade da categoria dos transtornos mentais. Todavia, a maioria das sociedades tem a homossexualidade como uma aberração, uma doença contagiosa que deve ser exterminada junto com o seu portador.

⁵¹ Segundo Paoliello (2013, p. 38), “a estimativa de assassinatos de homossexuais durante o regime nazista foi além de 100 mil”.

⁵² “Nascemos entre o excremento e a urina”.

Certamente, a doença está na sociedade que não permite a expressão afetiva/sexual do homoerotismo com a liberdade que avaliza, apoia e estimula a heterossexualidade, mas insiste em considerar a conduta homossexual uma doença, ao invés de reconhecer as dificuldades dos indivíduos de se autoaceitarem homoeróticos diante da discriminação e perseguição perversa do social.

O desejo não é fragmentado, mas inteiro, pois, “no inconsciente, não existe a inscrição psíquica da diferença sexual” (Ceccarelli, 2013, p. 167). Então, se permitir ao todo ou a alguma parte da vivência homoerótica tem a ver com a negociação que cada indivíduo faz com seu superego. Uns se dão ao gozo pleno dessa sua condição, e outros se determinam à esquizoidia de gozar apenas de parte(s) dessa sexualidade, a exemplo dos homens que se permitem apenas à masturbação mútua ou que veem na sua conduta “ativa” de penetrar outro homem como um ato decorrente da sua super virilidade, mas jamais como parte inerente da sua condição homossexual ou bissexual. Assim, pode não sofrer nenhum tipo de conflito, porque se mantém no seu imaginário, se autorreconhecendo o heterossexual idealizado. Mas muitos não conseguem estabelecer um nível mínimo de negociação com as cobranças advindas do superego, assim, nas suas ações regadas de medos, receios e paranoia de serem descobertos, portanto, enganam ao mundo, mas não a si mesmos, porque são sabedores de que, por trás das suas máscaras de pais, esposos, chefes de família e profissionais respeitáveis, estão os homossexuais mais libertinos. Confirmando, assim, na sua devida proporção, uma conduta sexual que se atribuía ao imperador romano Júlio César de que “ele era o marido de todas as esposas - *durante o dia* -, e a mulher de todos os maridos - *não somente à noite*” (Polillo, s.d, p. 76 - acréscimos e grifos nossos).

As violências contra os *gays* parecem sustentar que, *a fortiori*, todo universo das academias das ciências sociais não envereda em mais estudos sobre a questão homossexual. Ao passo que as ciências médicas buscam, incessantemente, dados hormonais, orgânicos ou alguma anomalia no cérebro que possam justificar a condição homossexual como patológica, i.e., como homossexualismo. Nesse sentido, Burr (1998) informa que Hamer teria descoberto um suposto gen *gay*: *Gay-1* e *Xq28*. Entretanto, Wright (2006) ressalta que, embora vislumbrem evidências de alguns genes com maior probabilidade de conduzir à homossexualidade do que outros, mas isso não significa dizer que exista, necessariamente, um “gene *gay*”. A homossexualidade não é uma opção, mas uma condição bio-psico-social e cultural. Porém, independente da compreensão de que a homossexualidade seja uma condição (inata) e não uma opção

(escolha), em quase todas as culturas machistas o preconceito sexual é sutil e/ou abertamente manifesto. Assim como parece ter pouca ou nenhuma relevância afirmar que a homossexualidade não é doença, quando não há dado científico que comprove de modo conclusivo e em definitivo, para uma demanda cultural que exige prova, ou seja, de que a homossexualidade não é doença.

Portanto, permanece a influência moralista da Igreja que afirma de modo categórico que a homossexualidade é um vício, uma aberração, uma anomalia que deve ser combatida, além de punida (Rodrigues, 2004). Uma vez que a conduta homossexual gera tanta inquietação, medo, e é alvo de perseguição e morte aos sujeitos possuidores desse signo, possivelmente é porque se imagina que, sem essa repressão ou discriminação, a homossexualidade poderá servir de chamariz para uma tão temida debandada de sujeitos “heterossexuais” para o universo homoerótico. Apesar de que hoje se observa nos sites de relacionamentos homossexuais um surpreendente número de homens casados (jovens adultos, maduros e idosos), que se dizem heterossexuais ou bissexuais, e que têm casos (amantes), ou frequentes relações homossexuais, ainda assim, a apreensão por essa reviravolta parece totalmente infundada.

9.2. Questões intrigantes

Condenar a homossexualidade contradiz o princípio bíblico de amor ao próximo. Se Deus é amor, em qualquer relação que esse sentimento esteja presente, certamente, na perspectiva do divino, será legitimada. A sexualidade não tem relação direta com a conduta moral do sujeito, um heterossexual mau carácter é tão danoso quanto um homossexual de carácter perverso. A questão sexual não importa para Deus, seu compromisso é com o espírito, prova disto é que Jesus fez da prostituta Madalena, santa. Estranhamente a sexualidade das pessoas interessa aos homens das Igrejas, de maioria aparentemente conservadora, que vivem o conflito de às vezes não canalizar adequadamente a própria libido.

Um corpo sexualmente reprimido não pode ser o “templo” de um espírito feliz. O corpo não deixa de se elevar por causa do “gozo da carne”. Assim, as Igrejas que permitem o casamento dos seus representantes, por exemplo, os evangélicos, parecem menos dissimulados porque não tem o prazer, pelo menos da relação heterossexual, como pecado. Ser a favor da repressão é oportunizar a doença, pois um sujeito recalcado não está bem consigo, com o entorno nem com Deus. Não raro, religiosos são manchetes na mídia do mundo inteiro por causa das suas taras, entre as mais comuns, a

pedofilia homossexual. Nos Estados Unidos, por exemplo, “cerca de 5% de todos os padres abusam de meninos, isto equivale a 2 mil padres de 40 mil e das freiras, que somavam 80 mil, só dez delas eram abusadoras” (Muraro & Duarte, 2006, p. 176).

A concepção do sexo como pecado parece ter se fundido nos globos vermelhos de quase todos os povos. Na visão de Bauman (2004), nenhuma união de corpos, por mais que se tente, consegue escapar à moldura social e cortar todas as conexões e trâmites com facetas da existência social. Nesse sentido, diríamos, nem os libertinos estão livres da culpa, talvez a promiscuidade seja uma tentativa vã de expiar essa angústia tendo como meta o prazer extravagante e descompromissado. Mas, se o prazer sexual, de facto, fosse pecado, Deus teria feito do homem um incapaz para o gozo sexual. A ejaculação se daria sem o intumescimento do pênis e pico de excitação. Ou seja, a fecundação ocorreria no contato flácido do pênis com a vagina e, certamente, o indivíduo teria algum dispositivo natural que repeliria qualquer fragmento de desejo sexual ou afetivo de um indivíduo por outro do mesmo sexo.

A libido não tem direção de gênero, os Antigos gregos permitiam seu despertar pelo belo na pessoa do macho ou da fêmea. O choque da união homossexual vem do social que enquadra, instiga e direciona as mentalidades para com qual gênero, de acordo o sexo biológico, deve sentir prazer e se acasalar. Porém, parece existir uma disposição na fisiologia humana que chamaríamos de “Alternativos intrigantes”. Na mulher, o clitóris é um pequeno órgão capaz de proporcionar intenso prazer que torna quase irrelevante a penetração para atingir o orgasmo; e o discutível ponto G do homem fica por baixo da próstata. Na compreensão de Gikovate (1989, p. 140), “o orifício externo do ânus é região muito sensível a estímulos eróticos, assim como a região inicial do reto onde está a próstata. Por esta segunda razão, a penetração anal é mais agradável para os homens do que para as mulheres”.

9.3. Bissexuais e homossexuais sob o manto do casamento heterossexual

Soa como incongruente afirmar que não se é contra ao homossexual, mas à homossexualidade. Isto não muda em nada, é apenas um trocadilho para não assumir o preconceito, porque o homossexual é a sua homossexualidade, são inseparáveis. De certo, ninguém impede o outro de ser o que ele é e nem que seja diferente do que é (Bauman, 2003), mas, provavelmente, de modo direto ou sutil pode dificultar. A condenação eclesiástica é forjada no preconceito, e, assim, demonstra toda sua desumanidade, pois estimula a intolerância real e simbólica contra os homossexuais. De

modo geral, provoca mais sofrimento psicológico, não somente à homossexualidade explícita, assumida, mas também no desejo homoerótico que transforma em pesadelo o sono de muitos homens, em virtude desse medo e culpa. Freud (1905-1901/1989b) comenta nunca ter analisado nenhum homem que não tivesse uma considerável homossexualidade. De modo mais radical, Nasio (2003) afirma que, sem exceção, todos os homens, têm tendências homossexuais. Mas somente a experiência clínica com base nos atendimentos a pacientes homossexuais ou com questões voltadas para a homossexualidade, é suficiente para se fazer esse tipo de generalização?

Os estereótipos sociais são um meio de dar sentido a uma atmosfera inquietadora e desordenada, impondo ordem, definindo um modo de ser, personalizando os temores (Richards, 1993). O homossexual visível é eclipsado por sua homossexualidade. Em países de cultura machista os homossexuais são discriminados e perseguidos, e, muitas vezes, levados à morte. Mas, no próprio universo *gay* existe a discriminação internalizada. O *gay* supostamente “ativo”, para ficar a salvo da discriminação apresenta “fachada” (Goffman, 1985), é um tipo meio paranoico porque investe muita energia em manter esse artifício, e tende a hostilizar *gay* visível ou discreto. Para este imaginário o “passivo”, em razão desta conduta, não teria características do macho típico. Daí, a funcionalidade da “fachada”, muitos bissexuais ou homossexuais são casados, tem filhos (Silva, 1999). Entre outras, foram destacadas algumas falas dos sujeitos de pesquisa de Seffner (2003), que ilustram essa questão:

Não pega bem um homem casado dizer que está afim de ter relação sexual com outro homem, mesmo que ele tenha vontade de fazer isso. (p. 124)

Para a minha mulher, a realidade é que a adoro, e aí sou só hetero. Com os homens que fui, sempre servi de homo passivo, solto, entregue, obedecendo a desejos. Sei que nunca vou realizar a minha mais forte fantasia - chupar minha mulher, enquanto levo um pau (pênis) no ânus. (p. 163)

Eu não tenho vergonha em assumir que frequentemente me imagino sendo penetrado por um baita macho. E continuo gostando da minha mulher. (p. 200)

Sou casado (esposa não participa), moreno claro, simpático, honesto, muito carinhoso e de muito sigilo, e gostaria de me iniciar como passivo para outro macho, sentir prazer em meu rabo, mas minha fantasia é fazer tudo para meu parceiro e que ele seja bem-dotado, que me faça gritar e gemer na hora que está me “enrabando” (penetrando), enfim quero ser uma verdadeira puta (prostituta) para meu macho, e muito fazê-lo gozar. (p. 216)

Sou macho, não afeminado, 25 anos, bissexual, noivo, não promíscuo, higiênico, sério, responsável, mente aberta, descomplicado e decidido. Tenho 1,77, 80 kg, corpo peludo, pernas e coxas grossas, pica (pênis) de 18 cm, super gostosa, sou ativo, mas gostaria muito de ser enrabado (penetrado) por um macho gostoso e viril. (pp. 126-127)

É possível que as esposas saibam, mas finjam desconhecer a real identidade sexual dos seus maridos e, por conseguinte, raramente se dispõe a discutir essa questão porque, provavelmente, lhes provocariam uma “ferida narcísica”, uma vez que acreditavam terem se casado com reprodutivos machos heterossexuais. Esses sujeitos contrariam totalmente o que destaca Parker (1991) sobre o imaginário brasileiro, ou seja, da imagem do machão e do pai, considerados “verdadeiros homens”, em oposição ao homossexual. Para o senso comum, é inconcebível que o homem com parceira estável, tenha sexo com homem, bem como de que homossexual seja capaz de ter sexo com mulher (Silva, 2010).

Na opinião de Fenichel (1981), a maioria dos homossexuais não consegue livrar-se facilmente dos seus desejos biológicos normais por mulheres, que continuam a atraí-los, mas por não poderem suportar a imagem de criaturas sem pênis, em razão disso, desejam mulheres fálicas, hermafroditas. Nesse sentido, “a psicanálise mostra que os homens homossexuais, em geral, não deixam de excitar-se sexualmente com mulheres, mas apenas reprimem este interesse e, deslocam para os homens a excitação despertada, originalmente, por mulheres” (Fenichel, 1981, p. 310). Portanto, não consiste numa improbabilidade de que homens bissexuais ou homossexuais com “fachada” de heterossexuais se manterem casados com mulheres. No Nordeste brasileiro, ressalta Trevisan (2002, p. 56), “onde o machismo chega a criar situações trágicas, é surpreendente o número de homens casados e com vida sexual dupla”. Necessariamente, não só na condição de “ativos”, mas também “passivos”, bem como de rapazes que se dizem heterossexuais e transam (“ativos” e/ou “passivos”) com homens, geralmente de meia-idade, por desejo e/ou por alguma ajuda financeira. Ou seja, que direta ou indiretamente se prostituem.

9.4. A família e a escola como mantenedoras do preconceito sexual

As sociedades tipicamente machistas não permitem ao homossexual a expressão dos afetos em nível de igualdade, por exemplo, de que em público e dentro dos limites que são permitidos aos heterossexuais. No ano de 1999, em São Paulo (caso bastante

divulgado pela mídia do país), o adestrador de cães Edson Neris da Silva foi espancado, por *skinheads*, até a morte por causa de um simples afago no parceiro. Nas democracias que pregam a igualdade de direitos, é contraditório que somente os heterossexuais tenham a liberdade de expressão e de convivência pública. Admitir esse limite é ser conivente com o preconceito da permissão restritiva, controlada para a população LGBT.

Por causa do preconceito e da forte intolerância social à homossexualidade, perceber-se e aceitar-se homossexual, segundo a literatura e a maioria dos casos clínicos, geralmente, é um processo lento de luto, com revolta, culpa e negação, bem como de tentativas para cumprir seu devir de macho viril e reprodutor, que a esse papel condicionado à “heterossexualidade compulsória” (Rich, 1980). O preconceito existe nas sociedades porque a família é uma instância identificada como geradora das desigualdades de gênero e a escola como agente de formação de cidadãos mantém subjacente a discriminação (Oliveira, 2004). Assumir-se *gay*, na perspectiva do social, é mais do que uma “traição” à masculinidade, é uma denúncia da falha do poder gerencial da família, escola e Estado. O deslize do domínio sobre o corpo, a saída de ordem que não foi possível estancar, e que não sabem lidar com isso que não seja por meio da exclusão. Em razão disso, o preconceito é uma herança cultural, a criança aprende a discriminar.

Diante da sua insegurança o púbere e o adolescente logo aprendem a eleger seus bodes expiatórios (negro, pobre, efeminados) e a triunfar sobre eles para se sentirem poderosos. O que não será difícil reproduzir essa mesma estrutura, mais tarde, na vida adulta. A discriminação pode levar, entre outros, ao suicídio. Porém, existem vários meios de suicídio, até mesmo quando o sujeito se convence de que está vivendo plenamente a vida. No cotidiano das sociedades, a homossexualidade, por vezes, parece um mau que tem de ser extirpado porque denuncia uma suposta “falha genética” da espécie humana. Se a heterossexualidade considerada normal, aprovada e promovida é um manancial de desencontros e complicações, então, a homossexualidade que é condenada, não poderia deixar de ser, de algum modo, afetada. Tendo como dado o contexto da sua ilegalidade, alvo da repressão, discriminação e perseguição, até que não seria de se estranhar caso a homossexualidade, de facto, fosse anormalidade ou doença.

9.5. “Beijo *gay*” na telinha brasileira

Uma maior visibilidade não quer dizer, necessariamente, aceitação, ou que o homossexual deixou de ser discriminado. Caso fosse, o Brasil que tem a maior passeata *gay* do mundo, não ostentaria também o título mundial de campeão em assassinatos de homossexuais. Entre os segmentos sociais que incrementam a ideologia da degradação homossexual, audiências televisivas cuidam de arrematar o *gay* caricato, supostamente tolerado, porque passa a ser encarado não mais como “homem de verdade”, assim acentua a “diferença” entre homossexual e heterossexual. Se divertir à custa desse caricato não significa tê-lo aceito como cidadão, que ainda luta pelo essencial, ou seja, de viver sem opressão, casar, adotar filho etc.

A sociedade se autorrepresenta como efetivamente heterossexual (Seffner, 2003). Mas, se a heterossexualidade é “natural”, por que então se desprende tanta vigilância e incentivo à mesma? Mais do que o feminino, a construção do masculino parece mais vulnerável e delicada, por isso todo um trabalho da cultura, da educação, da religião e da moral, para que não se “desmorone”. A televisão mostra tórridas cenas de erotismo em horário tido como “nobre”, ou seja, o de provável maior audiência, que não tardam para ser reprisadas na sessão da tarde (no Brasil a criança estuda no turno da manhã ou da tarde, dificilmente ocupa os dois turnos na escola), o que expõe as crianças a uma intensa carga precoce de estimulação sensual. Mesmo com a explosão demográfica, e milhares de meninos (as) na rua e da rua, fazem um apoteótico culto à fecundação. No final das novelas as personagens, além de posarem com bebês nos braços ainda se mostram grávidas, legitimando, assim, a heteronormatividade.

Num país tido como liberal, contudo o “beijo *gay*” é considerado imoral, de tal modo que, embora muitas novelas tenham tentado ou insinuados, em decorrência do desfecho das histórias que envolviam personagens homossexuais, mas o beijo entre iguais nunca havia sido mostrado na “telinha”. Isto seria muito agressivo à sensibilidade do telespectador que suporta vê e sentir a violência diariamente, mas não a manifestação do amor na perspectiva da homossexualidade. A questão mais séria não é o facto de exhibir ou não esse beijo. Mas a de criar toda uma expectativa e, depois, omitir ou apenas insinuar sua existência. Assim, de modo subjacente inscreve a homossexualidade na categoria das anormalidades ou das impropriedades que, exatamente por isso, ou seja, por ser ou representar algo medonho, não foi mostrado. Para Bourdieu (1997), faz-se necessário refletir sobre o moralismo das pessoas de televisão, frequentemente cínicas

que proferem palavras de um conformismo moral absolutamente prodigioso. Entretanto, em quase todo folhetim tem um homossexual caricato.

O “beijo gay” na telinha que havia por muito tempo se mantido sob expectativa, e depois de muita polêmica que sempre antecedia a promessa de mostrar a cena, terminava sendo vetada. Porém, a curiosidade do telespectador era estimulada e isso, paradoxalmente, elevava o índice de audiência. No ano de 2014, finalmente, essa barreira foi quebrada, em uma novela no horário nobre que tratava, entre outros temas polêmicos, da homossexualidade. No final da história ocorre o tal beijo, não um beijo típico dos personagens heterossexuais, mas de uma modalidade que popularmente se conhece por “selinho”, quando os lábios apenas se tocam. Esse tipo de beijo é uma prática comum entre pais e filhos, e até mesmo entre amigos do sexo oposto.

O simbolismo desse beijo é significativo porque revela, por meio da ficção, aquilo que no contexto social é realidade ou uma amostra subjetiva desta realidade. Quando de facto esse beijo for concretizado, similar ao modelo heterossexual, isso irá sinalizar ou indicar um maior nível de tolerância de tais cenas no cotidiano. Certamente, o “selinho” provocou inquietações, debates e polêmica, proporcionando, assim, e de alguma forma, mais abertura para a tolerância da homossexualidade. Afinal, os bárbaros são aqueles que negam a plena humanidade aos outros, não significa dizer que ignoram ou esquecem, mas comportam-se como se os outros não fossem ou, de qualquer modo, não inteiramente seres humanos, as vítimas da crueldade não são rejeitadas, mas, sim, eliminadas da sua humanidade (Todorov, 2010; Touraine, 2007b), por exemplo, da privação de um simples beijo entre pessoas do mesmo sexo, porque estão identificadas com um grupo estereotipado. A esse respeito Rorty (2007) diz que:

A solidariedade humana não é descoberta pela reflexão, mas sim criada. Ela é criada pelo aumento de nossa sensibilidade aos detalhes particulares da dor e da humilhação de outros tipos não familiares de pessoas. (p. 20)

Com base em Freud, esse autor chama a atenção para a “origem narcísica da compaixão”, de que “fazemos esforços intermináveis para ajudar um amigo e somos inteiramente alheios ao sofrimento maior de outro” (p. 71). Entretanto, na concepção de Todorov (2010, p. 32), “se dispomos de um termo com conteúdo absoluto, ou seja, ‘bárbaro’, o mesmo ocorre em relação a seu oposto: em qualquer tempo e lugar, o civilizado é quem sabe reconhecer plenamente a humanidade dos outros”. Enfim, a tolerância pode ocorrer de modo espontâneo, porém, é a Lei contra a discriminação da homossexualidade que dará a garantia dessa tolerância, ocasionando a serenidade entre

as pessoas de conduta sexual diferentes. Há uma diferença entre serenidade e tolerância, na compreensão de Bobbio (2002, p. 43), “a serenidade é uma disposição em relação aos outros que não precisa ser correspondida para se revelar em toda a sua dimensão”, e difere de tolerância que, “nasce de um acordo e dura enquanto dura o acordo”, i.e., na tolerância o sujeito está à mercê das vontades ou do estado emocional dos outros.

A concessão social a “indecência” do beijo entre iguais, somente é permitida na Parada do Orgulho *Gay*. Talvez, o orgulho esteja no facto de que nesse evento, para compensar um ano inteiro de privação da expressão pública da afetividade, se festeja durante um dia o poder de beijar livremente, assim: os “normais” (os heterossexuais) assistem a eles, os “anormais” (os homossexuais), quando se abrem as comportas da repressão para “um oceano de estranhos ou exóticos” se esbaldarem em vias públicas. Como as Paradas acontecem, parece que não contribuem muito para o respeito e a conquista de direitos legais. Do contrário, sugere que acentuam ainda mais os estereótipos dos homossexuais como devassos, sedentos por sexo, ensandecidos pela exposição. Nenhuma sexualidade parece ser motivo para orgulho, porque esse sentimento supõe a conquista ou aquisição de algo ou de alguma coisa de reconhecido valor. A sexualidade é uma vivência e não uma competição ou vantagem sobre o outro, a única vitória do homossexual, decorrente da discriminação, é consigo mesmo, em relação à sua autoaceitação, portanto, não há do que se orgulhar, porque, afinal, “uns gostam de ostra e outros de escargot”⁵³, ou de ambos.

9.6. Crimes de ódio: matadores de *gays*

A homossexualidade exerce uma determinada atração, e ao mesmo tempo repulsa em alguns heterossexuais. Entre os homens, em especial brasileiros, geralmente, há constantes brincadeiras provocativas e bolinações para testar a masculinidade do outro, para provar que o outro pode se revelar *gay* ou menos macho. E todos, geralmente, sabem quais são os sujeitos mais bem dotados dos grupos. Sem dúvida, os homens têm dificuldade para saber a verdade sobre si, na maioria dos casos, essa verdade que os torna livres, porém, eles preferem não ouvir (Bauman, 2000; Wright, 2006).

⁵³ Falas do personagem Marcus Licinius Crassus (Laurence Olivier), dirigidas a Antoninus (Tony Curtis): “Você considera comer ostras moral e comer caracóis imoral? / É uma questão de gosto, não? / E gosto não é o mesmo que apetite. Portanto, a questão não é moral, certo? / Meu gosto inclui caracóis e ostras”, no filme *Spartacus*, de Stanley Kubrick (1960).

A linha que separa a heterossexualidade da homossexualidade é, por demais, tênue. Mas o homem seguro da sua heterossexualidade, não se sente ameaçado com o diferente, não odeia e/ou persegue homossexual. Por vezes, fica sem entender como um homem, um seu semelhante não tem desejo pelo sexo oposto que ele tanto aprecia, mas por outro homem como objeto sexual. O mesmo é válido para as mulheres heterossexuais em relação às lésbicas. Como diz Guattari (2005), é preciso respeitar a ecologia social, trabalhar na reconstrução das relações humanas em todos os níveis do *socius*. Quanto mais inseguro da sua masculinidade, mais o heterossexual evita contato seja formal ou de camaradagem com o homossexual, discrimina e, por vezes, o persegue.

Mas o crime de ódio ou homofóbico, em geral, é praticado por homossexual egodistônico (em conflito com sua homossexualidade) que ostenta a “fachada” (Goffman, 1985) de heterossexual, mas que vive em intenso e profundo conflito por não aceitar a sua homossexualidade. Enfim, é um sujeito homossexual egodistônico que, na maioria das vezes, está inserido na “invisibilidade” da prática homoerótica como suposto “ativo”. Para se ver livre dessa ameaça, os mais psiquicamente comprometidos dão cabo do estímulo, i.e., matam os homossexuais com o quais tiveram relações sexuais ou negociaram algum michê (pagamento). No caso de assassino com “fachada” de heterossexual, para o senso comum, funciona como uma espécie de álibi de que prestou um serviço de higienização, digamos que, moral, à sociedade.

A ação criminosa, na realidade, é a tentativa de sufocar a autoexpressão da homossexualidade. Nesse contexto, o parceiro que desempenha a função “ativa”, numa primeira instância, leva a crer que este sujeito, mesmo tendo prazer com o mesmo sexo, assuma uma posição masculina diante do outro, ou seja, numa relação entre dois homens, um se posiciona “passivo” (Mello, Naves, Azzi & Zago, 2004). Essa conclusiva é mais folclórica, por conta da valoração da penetração, do que como parte inerente da realidade. Visto que, para esse imaginário a relação homoerótica teria que, necessariamente, reproduzir o modelo heterossexual dominador/dominado, em que um dos parceiros representaria a mulher (“passiva”) e o outro o homem (“ativo”). Mas, segundo Touraine e Khosrokhavar (2004, p. 247), “a imagem clássica do casal homossexual, em que um é o homem, e o outro, a mulher; um, o dominante, e o outro, o dominado, é um estereótipo muito pobre”. A questão “passiva” é tão desprezível que nos crimes de lucro e ódio, é notável a insistência com a qual os policiais e agentes da justiça procuram determinar quem era “ativo” ou “passivo” nas relações sexuais que

dramatizam esses crimes (Carrara & Vianna, 2004). Ainda para estes autores, algumas vítimas “passivas” em relação a seus algozes são, antes de quaisquer julgamentos, vítimas do seu desejo sexual, que aparece nessas circunstâncias como “degenerescência”, “anomalia”, e, em particular, “fraqueza”.

O preconceito sexual, no raciocínio de Welzer-Lang (2004, p. 118), “é o produto, no grupo dos homens, do paradigma naturalista da superioridade masculina que deve se exprimir na virilidade”. Pelo exposto, a convivência amena com o diferente ainda está no campo da idealização. Minoria é minoria em qualquer parte do mundo, e a intolerância é comum a todos os grupos discriminados. A tolerância é uma concessão que pode ser interdita quando convier ao seu emissor. A maioria dos assassinatos de *gays* é por preconceito maquinado na intolerância social que, de modo implícito, autoriza a matança de pessoas por causa da sua “sexualidade divergente”. Certamente, um “castigo como isolamento de uma ‘perturbação’ do equilíbrio, para impedir o alastramento da ‘perturbação’” (Nietzsche, 2004b, p. 69 - grifos nossos).

10. A psicologia e a homossexualidade

Em março de 1999, a então presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Ana Bock, instituiu a resolução nº 001/99 que proíbe os psicólogos de tratar a homossexualidade como doença. Em vista disso, se um psicólogo afirmar que a homossexualidade é doença, poderá ser processado e ter seu exercício profissional suspenso. Com esta resolução o CFP não fez nada mais do que ratificar as mudanças formalizadas nos manuais descritivos da Psiquiatria (Barbero, 2005). Ou seja, se trata de uma imposição, e não da compreensão do que seja realmente a homossexualidade, o facto é que a homossexualidade ainda é motivo de preconceito até mesmo nos espaços da psicologia. Na psicanálise, por exemplo, a perversão está tão intricada nas questões homossexuais, que não é possível procurar uma sem encontrar a outra (Barbero, 2005). Assim, muitos psicólogos e psicanalistas homossexuais não assumem publicamente sua condição homossexual por receio de que possam ser colocados pela categoria às margens da profissão e também que isso o prejudique em termos de colocação no mercado de trabalho ou clientela.

Alguns seguidores de Sigmund Freud e Jacques Lacan tentam persuadir que os seus postulados, por vezes confusos em relação à homossexualidade, não contribuem para discriminar os homossexuais, mas ao invés disso, para atenuar o preconceito sexual. Com base em Freud, Roudinesco (2009) diz que o homossexual é mais trágico do que o neurótico comum, seu único recurso é tornar-se criador a fim de assumir o seu próprio drama. E que o homossexual freudiano é um sujeito civilizado do qual a civilização precisa porque encarna o sublime. Se o homossexual é mais trágico do que o neurótico, como ele pode ser sublime? E por que sublime? Se por meio da criação o homossexual se redime da sua homossexualidade, então essa sexualidade se constitui em algo errado ou em algum pecado que tem de ser reparado ou, ainda, consiste em alguma culpa em relação a qual tenha que ser redimido? Na famosa carta a uma americana mãe de um jovem homossexual, Freud (cit. in Gay, 1989) diz:

A homossexualidade certamente não é uma vantagem, mas não é nada de se envergonhar, não é um vício, não é uma degradação, não pode ser classificada como uma doença; nós a consideramos como uma variação da função sexual, produzida por determinada suspensão do desenvolvimento sexual. (p. 551)

Como pode ser encarado normal um processo em cujo desenvolvimento teve uma parada? Essa suspensão pode significar uma fixação que impede o fluxo do seu crescimento ou desenvolvimento normal ou natural. Portanto, consiste em uma estranheza ou mesmo em uma falta de coerência considerar normal ou apenas como uma variação um processo que traz inerente à sua constituição a interdição ou bloqueio. Segundo Roudinesco (2009), Lacan reintroduz a homossexualidade na categoria não das perversões, mas de uma estrutura perversa. Para Lacan, o homossexual é um perverso sublime da civilização. O termo perversão é um “*sf (lat perversione)* 1. Ato ou efeito de perverter. 2. Alteração de uma função normal. 3. Corrupção, depravação” (Michaelis, 1998, p. 1607). Portanto, Lacan insiste em atribuir ao homossexual a condição de sublime, para, certamente, amenizar a intensidade dessa perversão.

Uma estrutura perversa não tem a perversão de modo explícito, mas, sem dúvida, mantém um potencial de perversão que tem sempre a conotação de anormalidade. Se o homossexual é esse necessário sublime, por que a civilização assim não o reconhece? Sublime e perverso são termos antagônicos, como aceitá-los num mesmo contexto? Roudinesco (2009) tenta depurar o preconceito subjacente na psicanálise, na sua visão Freud e Lacan mantêm o termo “perverso” esvaziado de todo e qualquer conteúdo infamante, e faz questão de lembrar que Lacan também não é homofóbico quando faz do amor homossexual uma perversão. De facto, Lacan diz que o homossexual é perverso, bem como o heterossexual. Mas, rotular o heterossexual de perverso não tem a mesma conotação de quando se atribui ao homossexual que, em razão dessa sexualidade, já é marginalizado. Ou seja, em nada atenua o preconceito.

Para Meira (2004), a maioria dos homossexuais perversos, em período de “caça” desenfreada é movida pela compulsão irresistível a se oferecer como “buracos” a qualquer falo. Também seriam perversos os heterossexuais e os homossexuais “ativos” em situação idêntica com compulsão à penetração? Ou, por se tratar do “outro lado” (uma vez que “ativo” está associado à heterossexualidade), isso sinalizaria, apenas, numa expressão natural da macheza? Enfim, todo esse sublime de Freud e Lacan esbarra na perversão, parece um esforço inútil querer esvaziar o preconceito que está cristalizado nesse termo bastante recorrente na própria psicanálise. Na reflexão de Barbero (2005), as considerações freudianas e lacanianas relacionadas à perversão correspondem a uma estrutura clínica comparável com a neurose e a psicose, e que seria uma forma de estruturação do psiquismo baseada na clivagem do eu e da renegação. Mas essa autora salienta que há uma falta de clareza teórica sobre o que exatamente o

perverso estaria negando: as implicações simbólicas da falta do pênis, o desejo do outro, a lei, a castração? E que a psicanálise continua a confundir a perversão como uma organização subjetiva específica - em alguns casos, patológica -, com uma orientação homossexual dos desejos e com certos tipos de erotismo.

A homossexualidade, na condição de doença é, entre outros autores, referendada pelo neo-reichiano, Alexander Lowen (1988), criador da Análise Bioenergética, que diz: “apesar dos protestos de alguns homossexuais declarados, para quem a homossexualidade é uma forma ‘normal’ de vida, em média os invertidos têm consciência de que suas propensões refletem uma enfermidade emocional”(p.69). Ainda para esse autor, uma determinada composição de homossexualidade pode ser detectada em toda pessoa esquizoide ou esquizofrênica, bem como de que todos os homossexuais manifestam alguns mecanismos esquizofrênicos mesmo que não sejam diagnosticados como esquizofrênicos. Isso contradiz o que afirma Freud (1920/1976a, p. 211) de que, “além de sua heterossexualidade manifesta, uma medida muito considerável de homossexualismo latente ou inconsciente pode ser detectada em todas as pessoas normais”. Esse ponto de vista é reforçado por Fenichel (1981, p. 308) quando destaca que “certa quantidade de sentimento sexual para com o próprio sexo subsiste em todos os indivíduos como resíduo da liberdade original de escolha”. Entretanto, isso não é interpretado por Lowen como sendo patologia.

Lowen (1988) salienta que o contato de dois corpos, independente de gênero, é excitante e eroticamente agradável. Mas a heterossexualidade é a forma mais adequada e mais satisfatória de descarregar a excitação sexual. Na mentalidade desse autor, o homossexual é aquele que escolhe uma modalidade inadequada de experimentar a sexualidade por causa de sua incapacidade para funcionar no nível superior que seria a heterossexualidade. Embora reconheça algum nível de satisfação erótica entre sujeitos do mesmo sexo, mesmo assim ressalta a heterossexualidade como a única sexualidade adequada para o prazer sexual, e as demais sexualidades como inadequadas. Em suma, o homossexual escolheria - na sua concepção a homossexualidade é uma opção e não uma condição -, por não ser capaz de atingir o nível superior de satisfação da heterossexualidade, portanto, nessa perspectiva, a homossexualidade é uma sexualidade menor, inferior, fraca e insatisfatória.

Para Lowen (1988), a heteronormatividade se evidencia e se acentua na homossexualidade como uma categoria inerente de imaturidade e de anormalidade quando afirma que “o homossexual é como uma criança perdida e assustada que não

chora simplesmente porque está apavorada demais por seu sentimento de abandono e isolamento” (p.90). Em virtude da sensação de abandono, o homossexual se encontra tão fragilizado que é incapaz de expressar seus sentimentos. Lowen (1988) acredita que:

O corpo do indivíduo homossexual não consegue suportar fortes sensações heterossexuais. Luta contra elas “ficando morto”, ou seja, tornando-se amortecido e paralisado, sem sensações. O ato homossexual é uma reação a essa paralisia e falta de vitalidade; é uma tentativa de recuperar sensações genitais. (p. 91)

Desvitalizado, paralisado, o homossexual não teria como suportar a sensações heterossexuais. Mas por que o homossexual teria que suportar sensações que não são próprias da homossexualidade, e sim da heterossexualidade? Isso remete a Badinter (1992), com sua classificação de Homem Mutilado, na qual inclui o homossexual. Então, o homossexual desiste da heterossexualidade depois da tentativa de recuperar as sensações genitais do heterossexual, comprovando, assim, a sua fragilidade. O heterossexual, por si só, seria um forte, com sensações que o homossexual jamais consegue atingi-la porque seu nível de vitalidade energética é inferior. A homossexualidade não seria uma condição, mas o resultado da fragilidade daquele que tentou, mas não conseguiu ser heterossexual.

Todavia, o bissexual que não desistiu de sua esperança de uma vida heterossexual, como aconteceu com o homossexual declarado, assim, seu tratamento resulta em melhor resultado, uma vez que o “o bissexual deve ser considerado como aquela pessoa que não consegue criar um padrão heterossexual confiável de comportamento e que, no entanto, não se resignou por inteiro à ‘saída mais fácil’” (Lowen, 1988, p. 132). Se a saída pela via da homossexualidade é mais fácil, então a condição heterossexual é mais difícil. Em vista disso, pode se indagar: se a heterossexualidade é natural, por que consiste em uma sexualidade que demanda tanto esforço e dificuldade? Essa fala leva a fazer uma associação dessa dificuldade com a “heterossexualidade compulsória” (Rich, 1980), ou seja, por conta dessa imposição, só assim justificaria tal nível de dificuldade.

Sem dúvida, Lowen (1988) coloca a heterossexualidade como referência, em relação a qual o bissexual tem alguma chance, mesmo que pouco confiável, porque não desistiu de modo fácil como o homossexual assumido. A bissexualidade seria então aquela sexualidade que não escapa no seu todo, podendo assim ser assumida completamente na sua parte heterossexual deixando de ser bissexual. Mas o homossexual assumido, segundo a visão desse autor, não teria volta ou “cura”, porque

saindo pelo caminho mais fácil, escapa de ser recuperado para a heterossexualidade. Nessa perspectiva, diferente do bissexual, o homossexual está totalmente perdido para a homossexualidade, se constituindo, assim, em um tipo frágil e irrecuperável.

10.1. “Entre a cruz e a espada”: o preconceito no meio psicanalítico

Embora, apoiado por Freud, Otto Rank (cit. in Roudinesco, 2009), declara que os homossexuais, desde que a competência lhes permita, devem poder ascender normalmente à profissão de psicanalista. Portanto, “não podemos afastar essas pessoas sem outra razão válida, assim como não podemos aceitar que sejam perseguidas pela lei” (p. 50). A homossexualidade na perspectiva da doença está presente no meio psicanalítico. Ernest Jones (cit. in Roudinesco, 2009), se recusa a levar essa proposta em consideração, e declara aos olhos do mundo que a homossexualidade “é um crime repugnante: se um de nossos membros o cometesse, seríamos objeto de um grave descrédito” (p. 51). Nessa época, a homossexualidade passa a ser banida do universo freudiano por uma regra não escrita, a ponto de ser novamente considerada como uma “tara”. Enfim, Jones achava que o movimento psicanalítico deveria ser formado de clínicos “impecáveis”, que ninguém pudesse ser atacado por práticas sexuais ditas como “desviantes” (Roudinesco, 2009). Essa posição é destacada por Goldenberg (2002), como sendo bastante contraditória:

Não deixa de ser irônico, contudo, que seja justamente quem entendeu melhor as determinações da homossexualidade e que poderia introduzir as nuances de que tanto precisamos ao abordar este tema; quem melhor ajudaria a dissipar os mal-entendidos que oneram o debate dentro e fora da psicanálise, esteja condenado à sombra e ao silêncio para não ver arranhado o *semblante* de que precisa para se manter nos circuitos sociais da demanda psicanalítica. (p. 6)

Segundo Barbero (2005), Henry Abelove relata que, depois da morte de Freud, nos Estados Unidos, houve um grande revisionismo na teoria, em especial, no que diz respeito à homossexualidade. Sandro Rado teria afirmado em 1940, por exemplo, que o casal homem-mulher era saudável e que a homossexualidade seria uma doença que tinha como base o medo às mulheres, e que poderia ser curada por meio da psicanálise. Nesse sentido, Irving Bieber complementou que todas as teorias psicanalíticas assumem que a homossexualidade é uma psicopatologia. Socárides reforçou a ideologia de que a homossexualidade seria uma doença grave, acompanhada, em geral, por manifestações psicóticas ou maníaco-depressivas. Barbero (2005) ressalta que em 1970, os teóricos

conseguiram mudar essa classificação, mas a situação, ainda nos dias de hoje, está tomada por ideias, indefinições e atitudes contraditórias. Em especial no Brasil, a psicanálise, certamente, continua mais dogmática do que na visão do próprio criador. Não de assume abertamente o preconceito, porém, sob a forma de noções e teorizações variadas, manifestam-se ainda a intolerância.

Enfim, o preconceito no meio psicanalítico ainda é persistente. Porém, ninguém mais, pelo menos no International Psychoanalytical Association (IPA), ousa ou confessar publicamente seu preconceito sexual. De certo, o ódio contra a homossexualidade persiste com a mesma violência, no entanto com uma aparência diferente de outrora, enunciando-se sob a forma de uma negação, um pouco como o anti-semitismo das sociedades democráticas atuais (Derida & Roudinesco, 2001; Roudinesco & Plon, 1998).

Embora a clínica mostre diariamente que a homossexualidade não coincide com uma estrutura clínica, assim, pode haver homossexuais neurótico, psicóticos ou, eventualmente, perversos. Em suma, uma pessoa pode parecer homem e ser inconscientemente mulher, ou vice-versa. No entanto, na hora de qualificar um psicanalista, se espera que o mesmo seja heterossexual e com fantasias condizentes com seu gênero. Ao passo que, o Exército e a Igreja estão discutindo o *status* dos invertidos nos seus quadros, isso deveria envergonhar ainda mais os psicanalistas que fazem questão de ficarem em silêncio (Goldenberg, 2002), sendo, por meio dessa conduta, coniventes com o preconceito sexual.

10.2. A “cura gay” no Brasil

Na verdade, a psicologia continua agindo, em relação aos indivíduos LGBTs, de modo marcadamente ambivalente (Hodges & McManus, 2006), e contribui para ocultar a realidade social, uma vez que afirma e institui que a realidade existente é a do indivíduo, que passa a ser vista como a única que pode ajudar a compreender a realidade social (Bock, 1999). Nos poucos estudos com alunos de psicologia sobre preconceito sexual, grande parte está associada com outras disciplinas, cujos resultados variam entre aceitação, rejeição e ambivalência.

O preconceito sexual alimenta a ideia da homossexualidade como doença que ainda é, como foi visto acima, remanescente em muitos psicólogos, de tal modo que no Brasil se reivindica o direito legal de tratar ou curar homossexual. Nos anos 80, Masters e Johnson (cit. in Moita, 2001), embora não considerassem a homossexualidade doença

ou imoralidade, mas direito às suas escolhas de mudança de orientação sexual, ofereciam promessa de conversão. Tratamento para “homens homossexuais insatisfeitos”, que consistia de cerca de duas semanas de isolamento completo com um elemento do sexo oposto. Por fim, admitiram que a terapia como paradoxal, e que era prejudicial ignorar os argumentos que levavam os clientes a desejarem mudar a sua condição sexual. Mas, Freud (1920/1976a) já havia advertido de que:

Em geral, empreender a conversão de um homossexual plenamente desenvolvido em um heterossexual não oferece muito maiores perspectivas de sucesso que o inverso; exceto que, por boas e práticas razões, o último caso nunca é tentado. [...]. Via de regra, o homossexual não é capaz de abandonar o objeto que o abastece de prazer e não se pode convencê-lo de que, se fizesse a mudança, descobriria em outro objeto o prazer a que renunciou. (p. 189)

A definição da homossexualidade está longe de ser objetiva e consensual. Descrita como uma atração sexual entre, e por pessoas do mesmo sexo, essa definição, se problematizada, reveste-se numa maior complexidade quando se pensa em variações históricas ou culturais que lhe oferecem relevância ou irrelevância (Jagose, cit. in Moita, 2001). Mas, se referir à homossexualidade na perspectiva da cura é remeter a homossexualidade à condição de doença (homossexualismo), e isso consiste numa incoerência quando a proposta parte ou tem apoio de psicólogos que, desprezando os princípios Éticos da profissão, fortalecem o ideário da conversão heterossexual. Apesar dos órgãos internacionais de saúde terem retirado a homossexualidade da categoria dos transtornos mentais, e isso também tenha sido legitimado pelos órgãos nacionais de saúde (Conselhos Federais brasileiros de Psicologia, em 1999, e Medicina, em 1985), entretanto, alguns psicólogos brasileiros defendem publicamente a cura da homossexualidade e exigem legalmente seu direito de tratar homossexual, i.e., colocam, assim, a homossexualidade na condição de doença, ferindo a Resolução de nº 001/99 do Conselho Federal de Psicologia (1999, p. 2) nos seguintes Artigos:

Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades;

Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais.

Em novembro de 2012, ocorreu a Reunião de Audiência Pública, na Câmara dos Deputados em Brasília, capital do Brasil para discutir o Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, apelidado de “cura gay”, de autoria do deputado João Campos (PSDB-GO), presidente da Frente Parlamentar Evangélica que visava sustar a aplicação do Parágrafo Único do Artigo 3º e Artigo 4º (visto acima) da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº1, de 23 de março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Contou com presença dos defensores do projeto, Silas Malafaia (psicólogo, pastor líder da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo), e Marisa Lobo⁵⁴ (escritora e psicóloga com especialização em psicologia da sexualidade), e dos opositores a aprovação do projeto, Humberto Cota Verona (presidente do Conselho Federal de Psicologia) e Toni Reis (presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

Essa audiência foi seguida de outras a respeito do mesmo tema, mas esse projeto acabou sendo arquivado. Assim, essa questão está em aberto, porque o projeto não foi votado e reprovado, portanto, a qualquer momento pode ser ainda reaberto. Há de se considerar que a hipótese de tratamento ou cura do homossexual, em si, já contraria frontalmente o que fora legitimado pelos órgãos internacionais e nacionais de saúde de que a homossexualidade não é doença, portanto, não pode haver cura para o que não é categorizado como doença. Mas no Brasil, desrespeitando a autoria e a legitimidade desses órgãos, os psicólogos políticos ligados à bancada evangélica insistem em afirmar que a homossexualidade é doença, portanto, dentro dessa ótica, precisa ser curada.

⁵⁴ Em maio deste ano, o Conselho Regional de Psicologia (CRP) do Paraná decidiu cassar o registro profissional da psicóloga cristã, Marisa Lobo, pré-candidata a deputada federal pelo Partido Social Cristão. O julgamento do Conselho de Ética por suposta quebra de ética profissional.

CAPÍTULO II
ENFOQUES TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO E DO
TESTE DO DESENHO H-T-P

1. Fundamentação teórica da Análise do Discurso

Este trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica e de campo com base na metodologia qualitativa analítica que, a partir das falas dos informantes, foram observadas, no estudo piloto, as produções dos seus significados, as sutilezas discriminativas relacionadas ao preconceito sexual e o próprio preconceito sexual de modo claramente expresso. Assim, *a reflexão sobre um método que permitisse sistematizar e organizar todo material recaiu, basicamente, sobre a Análise de Discurso (AD) na vertente de Discurso teorizada por Michel Foucault, e das conceituações de subjetividade de Fernando González Rey e outros*. O poder dos discursos emanados de diversas esferas do saber, cunhou a expressão análise do discurso (Spink & Frezza, 2004). A chamada “escola francesa de análise do discurso” filia-se a uma determinada tradição intelectual europeia acostumada a unir reflexão sobre texto e sobre história. Assim, nos anos 60, sob a égide do estruturalismo, a conjuntura intelectual francesa propiciou, em torno de uma reflexão sobre a “escritura”, uma articulação entre a linguística, a psicanálise etc. A AD nasceu, portanto, tendo como base a interdisciplinaridade, uma vez que a mesma não era preocupação não só de linguistas, mas também de historiadores e de alguns psicólogos (Maingueneau, 1997). Nessa perspectiva, Orlandi (2005) ressalta:

A Análise do Discurso é a disciplina que vem ocupar o lugar dessa necessidade teórica, trabalhando a opacidade do texto e vendo nesta opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico [...]. A análise do discurso ocupa assim esse lugar em que se reconhece a impossibilidade de um acesso direto ao sentido e que tem como característica considerar a interpretação como objeto de reflexão. (p. 21)

A finalidade da AD é de compreender, explicar os processos de significação que atuam no texto e como produz sentidos por meio de seus mecanismos de funcionamento (Orlandi, 2001). Afinal, é preciso saber ler o real sob a superfície opaca, ambígua e plural do texto (Courtine, cit. in Orlandi, 2005). Um discurso supõe que seja posto em relação a outros. A interpretação exige que se coloque o interdiscurso como espaços de regularidade, do qual diversos discursos são apenas componentes, mas independentes uns dos outros, para em seguida serem postos em relação, que eles formam de maneira regulada no interior do interdiscurso. Seria a relação interdiscursiva que estrutura a

identidade. Todo discurso, bem como toda a cultura, é finito na medida em que repousa sobre partilhas iniciais, mas essas não tomariam forma sobre um espaço indiferenciado (Maingueneau, 2008).

Foucault (1969) concebe os discursos como uma dispersão formada por elementos que não estão ligados por nenhum princípio, assim, cabe a AD descrever essa dispersão, buscando o estabelecimento de regras capazes de reger a formação dos discursos. As tais regras que Foucault chama de “regras de formação” possibilitam a determinação dos elementos que compõem o discurso: os objetos que aparecem, coexistem e se transformam num “espaço comum” discursivo; os diferentes tipos de enunciados que podem permear o discurso; os conceitos em suas formas de aparecimento e transformação em um campo discursivo, relacionados a um sistema comum; os temas e teorias, ou seja, o sistema de relação entre as diversas estratégias capazes de dá conta de uma formação discursiva, permitindo ou excluindo certos temas ou teorias. Enfim, O discurso é um conjunto de enunciados na medida em que eles decorrem da mesma formação, e é constituído por um número limitado de enunciados para os quais é possível definir uma condição existente (Foucault, 1969).

O discurso para Foucault (1969) tem perspectiva de exterioridade, em sua irrupção de acontecimento, e assim define o possível lugar do sujeito, que não é, certamente, soberano do tipo: “eu disse”, nem aquele que fala e nem aquele que se esconde na sua própria fala. Ao contrário, esse autor considera que não há uma voz anônima por detrás, mas um domínio no qual alguém pode dizer o que diz, e, desse modo, imbuir-se da função de sujeito, assim, o que diz ganha determinada positividade ou efetividade. O importante é que tenha falado, de modo que não faz sentido a busca da origem fundadora. A partir do momento em que um saber específico usa o discurso de verdade, seu exercício implica em exclusão, separação, interdito, i.e., poder. Sem perder de vista, “que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 1996, pp. 8-9).

Na vertente foucaultiana, analisar o discurso não é, todavia, interpretá-lo para chegar a seu âmago, i.e., ao sentido literal do que “realmente se quis dizer”. Os discursos não possuem âmago, não formam um conjunto de significações, mas séries de acontecimentos que a ordem do saber produz e controla (Araújo, 2004). Nessa perspectiva, a análise do discurso não desvenda a universalidade de um sentido, mas,

antes de tudo, faz funcionar o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. O discurso de determinada época é com base em um determinado tipo de saber é que dada afirmação passa a ser feita sobre um objeto e sua verdade ou falsidade podem ser avaliada ou reavaliada (Foucault, 1969). Em razão disso, é que os discursos mudam. Enfim, “os discursos são práticas que constituem modos de arranjar objetos para o saber, dispor de temas e conceitos, reservar uma posição a quem pode ou deve ocupar o lugar vazio de sujeito enunciado” (Araújo, 2004, pp. 238-239), e “onde há discurso, as representações se expõem e se justapõem; as coisas se reúnem e se articulam” (Foucault, 1995, p. 327).

Ao invés de analisar o sentido que está por detrás das falas, do que o sujeito disse ou, por ventura, sem querer deixou escapar, a análise do discurso de Foucault (1969) centra somente naqueles conjuntos de significante de enunciados que puderam aparecer, pois defende o princípio de que tudo nunca é dito. Na ótica de Foucault (1969) os enunciados não são:

De uma transparência infinita, mas coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, do qual se procura apropriar-se; que as pessoas repetem, reproduzem, transformam, para os quais se traçam percursos preestabelecidos e aos quais se dá um estatuto na instituição; coisas duplicáveis não só pela cópia ou tradução, mas também pela exegese, pelo comentário, pela proliferação interna do sentido. (p. 156)

Embora se reconheça o poder regulador e controlador do discurso, mas isso, no nosso entender, não quer dizer que os sujeitos não possam provocar mudança ou até transformar, com a sua subjetividade, o discurso disciplinador e específico de cada área. Assim, não parece incompatível associar a Análise do Discurso (AD) elaborada por Michel Foucault, com as análises das subjetivações desenvolvidas por Fernando González Rey. Afinal, os sujeitos não são máquinas, mas seres vivos que sofrem influências subjetivas do seu meio e são capazes de influenciar com suas próprias subjetividades e singularidades.

As práticas discursivas podem ser definidas como linguagem em ação, i.e., as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações cotidianas, e tem como elementos constitutivos: a dinâmica, ou seja, os *enunciados* orientados por *vozes*; as formas, que são as linguagens ou *speech genres* (conceitos que focalizam o habitual gerado pelos processos de institucionalização); e os conteúdos, que são os repertórios interpretativos. Os conceitos de *enunciados* e *vozes* caminham juntos,

ambos descrevem o processo de *interanimação dialógica* que processa numa conversação, portanto, os enunciados de uma pessoa estão sempre em contato com o outro, ou endereçados a(s) pessoa(s), e esses se interanimam mutuamente, mesmo quando se trata de diálogos internos. As vozes compreendem esses interlocutores presentes ou presentificados nos diálogos (Spink & Frezza, 2004). Os enunciados como expressões sejam por meio das palavras ou sentenças, articulam-se em ações que, associadas à noção de vozes, adquirem o carácter social (Bakhtin, 1994). A Análise do Discurso, segundo Potter e Wetherell (1987), compreende três temáticas: a) **Função** - refere-se ao discurso tomado como ação, uma vez que é produtor de realidade quanto qualquer outra forma de ação concreta; b) **Construção** - diz respeito ao uso dos recursos linguísticos preexistentes dos tipos repertórios interpretativos, o que implica na seleção e na escolha; c) **Variação** - e concebida como consequência da função e da construção, ou seja, se o discurso é construído para a ação, diferentes situações implicariam na construção de diferentes discursos.

Na sociedade, o mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer lugar ou circunstância, que qualquer um, enfim, possa falar de qualquer coisa que não veja passível de alguma consequência (Foucault, 1996). Esse pensamento é reforçado por González Rey (2007) que afirma:

Toda subjetividade social possui princípios e normas que limitam a expressão das pessoas - muitas, quase sempre uma maioria, se subordinam a elas; outras, as que se tornam sujeitos de sua atividade, são capazes de produções alternativas que definem uma tensão permanente entre sua produção e o socialmente reconhecido, tensão que acontece em uma área concreta da vida humana. (p. 144)

Todavia, “o homem não possui um território interior soberano, ele está inteiramente e sempre em uma fronteira [...]” (Bakhtin, 1981, p. 148). Em vista disso, as perguntas sobre como o discurso funciona, quem o detém, de que lugar se fala, como seus efeitos são produzidos e regulados, serem as armas críticas mais eficientes para reconhecer o tipo de saber/poder cujo alvo e produto é o indivíduo moderno (Araújo, 2004).

Segundo Foucault (1996), categorizado dentro de especificidade profissional, o discurso com pretensão científica: discurso médico, psiquiátrico, sociológico e outros, têm um conjunto de práticas e de discursos prescritivos. Em outras palavras, seria o discurso formalizado com intenções, objetivos bem definidos e defendidos pelas

diversas áreas do conhecimento que, exatamente por causa dessa formalidade ou ordem, utiliza de uma linguagem própria ou típica, dentro da ideologia que as caracterizam. Mas, no nosso entendimento isso não elimina a subjetividade que está no discurso que se encontra fora do foco do que é formalizado pelo poder dominante de cada área. No caso da homossexualidade as margens ficam mais livres ainda, porque o discurso não está balizado fortemente por alguma verdade definitiva no âmbito científico. Nessa ótica, a análise de discursos nos dá acesso a um momento da realidade social implícita nos processos de subjetivação em cada realidade social concreta (González Rey, 2005a).

Para Foucault (1996), o discurso longe de ser transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, é um lugar onde exerce de modo privilegiado alguns dos mais temíveis poderes: o desejo e poder. O desejo também pode ser objeto do desejo. O discurso não é simplesmente aquilo que se traduzem as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, ou seja, o poder do qual se deseja apoderar. O facto de se apoderar do saber como forma ou meio que possa compreender as dobras dos discursos, para se ter uma noção mais próxima da realidade do objeto ou do fenômeno estudado. O objetivo da Análise do Discurso não seria exatamente o de descobrir verdades ocultas, mas de tornar mais visível aquilo que, de alguma forma, já está visível. Nesse sentido, Foucault (cit. in Artières, 2004, p. 15) diz que é “fazer aparecer o que está tão perto, o que está tão intimamente ligado a nós mesmo que exatamente por isso não percebemos. [...] fazer ver o que vemos”. Assim, “por meio do invisível, o signo indica o mais longínquo, o que está por baixo, o mais tardio” (Foucault, 2004, p. 98).

De certo, há uma disjunção entre falar e ver, bem como entre o visível e o enunciável, uma vez que, o visível esconde outro visível. Assim, é preciso rachar, abrir as palavras, as frases e as proposições para extrair delas os enunciados, esses que não são laterais nem verticais, mas transversais, e suas regras são do seu mesmo nível (Deleuze, 2006). Esse pensamento ecoa em González Rey (2003) quando afirmar que:

Os discursos como sistemas semióticos de natureza social são importantes, não como um fim em si mesmo, mas como via que nos permite a construção de dimensões ocultas do social. O discurso é uma das formas da subjetividade social, e está organizado dentro de inúmeros sentidos subjetivos, em cuja totalidade aparece todo o seu valor heurístico para a compreensão da realidade social. O emprego das palavras é uma expressão simbólica, que além de mostrar um ou vários sistemas discursivos, significa também a história única de quem

fala, o que diferencia as emoções associadas do emprego das palavras, dando lugar ao seu sentido. (p. 213)

Nessa perspectiva, a língua é feita de signos estruturados de acordo com regras supra-individuais, funciona mediante relações sincrônicas como um sistema de valores. As ideias ou o pensamento, seria uma massa amorfa, não há ideias que se possam estabelecer previamente aos signos (Araújo, 2004).

O classicismo da Lógica de Port-Royal, segundo Foucault (1995), define o signo em três variáveis: a) A origem da linguagem: um signo pode ser natural (como o reflexo num espelho designa o que ele reflete) ou de convenção (como uma palavra, para um grupo de homens, pode significar uma ideia); b) O tipo de ligação: um signo pode pertencer ao conjunto que ele designa (como a boa fisionomia que faz parte da saúde que ela manifesta) ou ser dele separado (como as figuras do Antigo Testamento são signos longínquos da Encarnação e do Resgate); c) A certeza da ligação: um signo pode ser tão constante que estamos seguros de sua fidelidade (é assim que a respiração designa a vida).

Porém, Foucault (1995) ressalta que nenhuma dessas formas de ligação implica necessariamente a similitude; o próprio signo natural não a exige, por exemplo, os gritos são os signos espontâneos, mas não análogos, do medo. Enfim, com base ainda em Port-Royal, Foucault (1995, p. 79) acrescenta: “O signo encerra duas ideias, uma da coisa que representa, outra da coisa representada”. A AD oferece subsídios para se apoderar do saber como uma forma de obter mais elementos ou condições para compreender os significados dos discursos, e assim possam revelar ou explicitar, ampliar ou estender as possibilidades de uma maior compreensão de um fenômeno, por meio dos signos ou sinais que podem ser palavras, gestos, letras (Araújo, 2004). Afinal, o mundo está inserido em signos que são precisos decifrá-los, e são estes signos que revelam semelhanças e afinidades, mas que eles próprios não passam de formas de similitude. Os discursos, certamente, são feitos de signos, mas o que fazem é mais do que utilizar esses signos para designar coisas, é esse mais que torna a língua irreduzível e ao ato da fala, é esse mais que é preciso fazer aparecer porque é preciso ser descrito (Foucault, 1995). A contradição está em potencial no discurso, é uma ilusão de uma unidade que se oculta ou que é ocultada, e que só tem seu lugar na defasagem existente entre a consciência e o inconsciente, o pensamento e o texto, a idealidade e o corpo nas suas expressões. De qualquer forma, a análise deve, sempre que possa, atenuar ou eliminar a contradição (Foucault, 1969).

Para González Rey (2005a, 2005b), a epistemologia qualitativa defende o carácter construtivo e interpretativo do conhecimento, o que de facto implica compreender o conhecimento enquanto produção e não como modo de apropriação linear que se apresenta. Uma vez que a subjetividade está constituída individualmente no sujeito tanto quanto nos diferentes espaços sociais em que vive, sendo ambos constituintes de uma mesma subjetividade. O social é compreendido como um processo cultural que é essencial para a constituição da psique, e L.S. Vygotsky e S. L. Rubinstein foram os autores pioneiros a darem os primeiros passos na superação da dicotomia entre o que é externo e interno, e entre o que é social e individual, premissas essas essenciais para o desenvolvimento do conceito de subjetividade. Nesse contexto, González Rey (2005a) esclarece:

A subjetividade individual é determinada socialmente, mas não por um determinismo linear externo, do social ao subjetivo, e sim em um processo de constituição que integra de forma simultânea as subjetividades social e individual. O indivíduo é um elemento constituinte da subjetividade social e, simultaneamente, se constitui nela. (p. 37)

A Análise do Discurso é uma forma de penetrar as estruturas simbólicas que, sem dúvida, configuram a vida cotidiana das pessoas em contextos sociais, e assim, nos dá acesso a um momento da realidade social que, de algum modo, está implícita nos processos de subjetivação da realidade social concreta. A pesquisa da subjetividade tem de responder ao desafio de estudar, de forma simultânea, em seus dois momentos constitutivos, o individual e o social, os quais, por sua vez, são constituintes e constituídos, um em relação ao outro, em suas relações recíprocas (González Rey, 2005a). Em outras palavras, não é possível diferenciar até que ponto no indivíduo está o social e até que instância o social está inserido no individual. Falar a respeito do sujeito é fazer referência ao social e vice-versa. Logo, “compreender o indivíduo é compreender, ao mesmo tempo, a relação indivíduo-sociedade (superar a dicotomia). Não há uma sociedade externa e independente dos indivíduos; não há indivíduos *a priori* ou independentes da sociedade” (Bock & Gonçalves, 2009, p. 144).

Certamente, “as sociedades humanas não podem ser explicadas apenas por suas condições objetivas de existência” (González Rey, 2003, p. 104). A subjetividade capitalística refere-se tanto a subjetividade produzida pelas máquinas em série e impessoais associadas ao consumo em massa e à produção de modelo dentro do capitalismo, e se caracteriza pela supressão dos processos de singularização (Guattari &

Rolnik, 1993). Na realidade, a sociedade resiste ao singular, à consciência do individual, ao desejo de ser individual (Touraine & Khosrokhavar, 2004). Assim sendo, González Rey (2003) salienta que:

A subjetividade individual se produz em espaços sociais constituídos historicamente; portanto, na gênese de toda a subjetividade individual estão os espaços constituídos de uma determinada subjetividade social que antecede a organização do sujeito psicológico concreto, que aparece em sua ontogenia como um momento de um cenário social constituído no curso de sua própria história. (p. 205)

Na compreensão de Guattari e Rolnik (1993), a ordem capitalística é projetada na realidade do mundo, bem como na realidade psíquica dos indivíduos, e assim incide nos esquemas de conduta, de ação, de gestos, de pensamento, e sentido, de sentimento e de afeto, ou seja, a ordem capitalística produz os modos das relações humanas até mesmo em suas representações inconscientes: os modos de como se trabalha, o jeito como se é ensinado, de amar, falar etc. A ordem fabrica a relação com a produção, com a natureza, os factos, o movimento, o corpo, a alimentação, o presente, o passado e o futuro. Em síntese, a ordem capitalística fabrica a relação do homem como o mundo e com consigo mesmo. O que caracteriza um processo de singularização é que seja autorregulado, i.e., que capte os elementos da situação, que construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, sem ficar na posição de constante dependência em relação ao poder global, em nível econômico, do saber, técnico, das segregações e dos prestígios que são difundidos. Esses autores denominaram os processos de diferenciação que oferecem resistências aos processos estandarizados de produção de uma subjetividade globalizada de revolução molecular (Guattari & Rolnik, 1993). Mas, “a subjetividade social e individual se integram e formam um sistema com várias alternativas, com implicações simultâneas para a pessoa e seus espaços de relação” (González Rey, 2007, p. 146), cuja tarefa do analista do discurso, na compreensão de Araújo (2004) é dupla:

O arqueólogo do saber localiza e descreve os discursos como práticas que dispõem as coisas para o saber (conjuntos dos enunciados formulados dotados de uma materialidade específica, disposição dos objetos em certos domínios, posições para o sujeito, referencial); e o genealogista do poder mostra a proveniência, a formação da vontade de verdade que tem produzido discursos. (p. 236)

2. Fundamentação teórica do Teste do Desenho H-T-P

Em 1887 foi realizado por Ricci, em Bolonha-Itália, o primeiro trabalho sobre desenho como fenômeno expressivo e digno de menção (Campos, 1999). O teste do desenho é mais um dos recursos ao qual o psicólogo recorre como auxiliar na sua praxe seja na empresa, indústria, clínica ou escola e, quase sempre, está presente em processos de seleção, avaliação e ajuda psicológica. O H-T-P (House = casa, Tree = árvore, Person = pessoa) é o teste projetivo mais usado em exame psicotécnico, seleção de pessoal e avaliação clínica, entre outros, estes apenas, por meio da figura humana, por exemplo, Goodenough e Machover, que estão voltados para mensuração da inteligência infantil (Harris, 1981). Uma breve descrição do H-T-P destaca que esse teste pode ser administrado à criança acima de oito anos de idade, adolescente e adulto, cuja aplicação pode ser individual ou em grupo. Seu tempo de realização é livre, mas, geralmente, não ultrapassa a média de 30 a 90 minutos (os três segmentos casa, árvore e figura humana).

O material utilizado é papel ofício A-4, esse é o tamanho ideal, não pode ser papel com pauta, porque enquadra o sujeito, o espaço livre do papel representa seu espaço existencial; lápis grafite n. 2, porque, de modo geral, esse grafite é mais apropriado para desenhar, facilita o controle do tônus muscular sobre os traços. Os desenhos são feitos à mão livre, i.e., sem régua ou objetos que sirvam a essa função. A permissão para o uso da borracha é optativa por parte do aplicador (psicólogo ou alunos de psicologia sob a orientação de um profissional), mas, quase sempre, compõe o *kit*, até porque a sua utilização, por si só, já se caracteriza como mais um item de análise. Quando se trata de criança, também se utiliza lápis colorido, o que compreende a assim chamada Bateria Cromática do H-T-P. Geralmente, se solicita ao examinando que faça os três desenhos, salvo os casos em que, por motivos inerentes à técnica, o examinando tenha que repetir os desenhos da árvore e/ou da figura humana e, em seguida, se conduz o Inquérito⁵⁵. Nessa etapa é extraído o maior número possível de informações e descrições quando o examinando discorre sobre cada uma das figuras grafadas. Cabe ressaltar que, na clínica, pode ser mais explorado, em virtude da aplicação ser, geralmente, individual, do que num exame psicotécnico, cuja aplicação é, quase sempre, em grupo. A importância do Inquérito reside no facto de que, junto ao desenho, funda as

⁵⁵ O Inquérito consiste num roteiro padronizado de perguntas que são feitas após a conclusão de cada desenho. Isto não significa dizer que o aplicador não possa explorar de maneira mais espontânea itens que não ficaram claros. No caso de o examinando ser solicitado a refazer o desenho, é sobre esse último que se realizam o inquérito e a análise.

disposições de acesso ao indivíduo na compreensão do seu Eu. Em outras palavras, é a fala do examinado, que vai dá mais sentido e legitimar ainda mais as significações dos seus desenhos. Afinal, “toda linguagem é uma linguagem exposta à emergência dos efeitos do inconsciente” (Nasio, 1993, p. 79).

2.1. Sobre a escolha do teste

A escolha H-T-P se deve ao facto de que o pesquisador ministra, à quase três décadas, a disciplina psicometria e psicodignóstico no curso de psicologia, na qual esse teste está inserido, e que o mesmo sugere atender com eficácia um dos objetivos propostos nesta pesquisa. Quase em todos os processos avaliativos, se recomenda utilizar os três seguimentos: casa, árvore e pessoa, mas neste trabalho apenas a Pessoa ou Figura humana foi solicitada por atender plenamente a demanda do estudo, assim, a aplicação do outros segmentos, a casa e a árvore, neste caso, implicaria em perda de tempo e provável fadiga mental para os sujeitos da pesquisa.

Na conceção de Buck (2003), o H-T-P tem como objetivo obter informações sobre como uma pessoa vivencia a sua individualidade em relação aos outros, e em facilitar a projeção de elementos da personalidade e de áreas de conflitos, identificados com o propósito de avaliação ou terapêutica. Ainda para esse autor, “os desenhos também estimulam o estabelecimento de interesse, conforto e confiança entre o examinador e o cliente” (p. 2). Sua técnica se respalda na noção de que os desenhos da figura humana, da casa e da árvore, “são úteis para o estudo da personalidade ou como meio de diagnóstico na avaliação clínica, e se fundamenta na psicologia da imagem de si próprio, bem como na teoria psicanalítica da projeção” (Harris, 1981, p. 57).

O desenho além de projetar a imagem corporal, usualmente compõe uma gama de projeções relacionadas ao autoconceito, à imagem ideal do eu, e às atitudes para com os outros, mesmo com o examinador na situação da testagem (Levy, cit. in Trinca, 1987). O teste do desenho pode ser uma expressão consciente, como também pode incluir símbolos disfarçados e fenômenos inconscientes. O desenho da figura humana é uma das medidas mais utilizadas pelos psicólogos brasileiros, na maioria das vezes com o intuito de avaliação emocional mais do que cognitiva. A utilização frequente dessa técnica, certamente, se deve a sua composição simples e de baixo custo financeiro (Hutz & Bandeira, cit. in Wechsler, 2003). O desenho se caracteriza como mais uma forma de linguagem por meio do qual o inconsciente também se manifesta. Segundo Campos (1999), o desenho na vez de técnica projetiva reflete uma impressão do “todo” do

indivíduo, como uma *Gestalt*⁵⁶ organizada, que aparece em toda a sua extensão, diante do “olhar” do examinador experiente na técnica da interpretação do desenho. Ainda para citada autora, tudo que está no desenho, cada linha é parte em suas relações com as outras, o aspecto da sua elaboração com um todo apresenta um efeito unificado, bem diferente do Rorschach que, além de não apresentar tal clareza de interpretação, necessita de cálculos e escores. Logo, “a projeção do Desenho é apreendida pelo clínico com uma unidade; o Rorschach deve ser tratado parte por parte” (Campos, 1999, p. 27).

Existem as figuras projetivas, por exemplo, o Teste de Aperceção Temática (TAT), composto de 31 pranchas com situações cotidianas, e para cada examinando devem ser apresentados 20 estímulos, no que redundam em 20 “estórias”. O grau de realismo é variado, sendo as 10 primeiras mais estruturadas e as demais menos estruturadas (Murray, 1996), e do Rorschach (aplicação somente individual, mediante a apresentação de 10 cartões ou lâminas), com os seus famosos borrões de tinta que se constituem de estímulos ambíguos. O indivíduo descreve verbalmente como os percebem. Feito isso, terá que destacar, com lápis de variadas cores, nas folhas de localização, uma espécie de marca d’água, os locais nos quais as imagens inspiraram suas respostas (Cunha, Freitas & Raymundo, 1993). O H-T-P é um teste projetivo, mas gráfico, isto o diferencia destes outros citados, os três desenhos casa, árvore, pessoa trabalham com a mesma deliberação, tendo em vista para a interpretação as características da personalidade, estado emocional, transtorno mental⁵⁷ e outros.

Na verdade, “o indivíduo ao atender à solicitação - ‘desenhe uma pessoa’ - lança sobre o papel a imagem corporal que possui e que se torna veículo de expressão de sua personalidade” (Kolck, 1984, p. 14). A autora acrescenta que essa imagem não é apenas consciente, mas também construída como base no corpo do outro, e que não está ligada somente à aparência, mas, em especial, à qualidade da relação. A folha de papel em branco representa o mundo externo do indivíduo que, nos desenhos livres, é ocupada por objetos diversos sem conexão entre si, ou, pelo contrário, isolados, ou mesmo

⁵⁶ Teoria da *Gestalt* afirma que não é possível ter conhecimento do todo por meio das partes, e sim das partes pelo todo, uma vez que o conjunto possui leis próprias que regem seus elementos. Só mediante a totalidade é que o cérebro pode, de facto, perceber, decodificar e assimilar uma imagem ou um conceito. Essa teoria deu origem à Psicologia da *Gestalt* que, por sua vez, enfatiza os processos que envolvem figura e fundo, e a percepção ativa do indivíduo no *aquí e agora* (Fagan & Shepherd, 1980). No entender de González Rey (2003), a *Gestalt* move-se claramente por causa de uma compreensão holística dos fenômenos psicológicos.

⁵⁷ “A expressão doença mental foi substituída por Transtorno mental” (Matos, Matos & Matos, 2005, p. 313).

vazios de conteúdos (Piccolo, 1981), por vezes, também bem distribuídos, relacionados e harmonizados.

O sistema inconsciente, estranhamente, é colocado em dúvida por Nasio (1993), ao mesmo tempo em que indica o suposto lugar do seu trânsito, ou seja, “se o inconsciente existe, ele só pode existir no interior do campo da psicanálise e, mais precisamente, no interior do campo do tratamento analítico” (Nasio, 1993, p. 49). Atribui-se ao filósofo Gottfried W. Leibniz a descoberta do inconsciente (Mueller; Hergenbahn, cit. in Gorski, 2005), muito antes de Sigmund Freud, portanto, o inconsciente não é uma descoberta do pai da psicanálise. Diríamos que o inconsciente está na vida, no cotidiano das pessoas, e em toda atuação psicológica, embora umas abordagens priorizem, outras pretiram ou o ignorem.

O desenho é uma das mais autênticas expressões do testando, porque capta, em particular, conteúdos inconscientes, obviamente sem a sua intervenção. Segundo Machover (1974), a figura desenhada se relaciona intimamente com os impulsos, ansiedades, conflitos e compensações características do indivíduo que desenha. A figura desenhada é, em certo sentido, a pessoa que desenhou a sua representação. Embora o examinando possa até intuir que algo do seu interior, do seu Eu, irá torná-lo conhecido pelo psicólogo, não consegue ter o controle sobre o que será exposto. Isso, de algum modo, pode até, como todo teste psicológico, angustiar um pouco o examinando por causa do desconhecimento do significado dos seus conteúdos projetados e sobre os quais não tem controle. Porém, a intenção não é causar-lhe nenhum desconforto. Mas esse teste se estrutura de tal modo que o examinando ou testando não consegue manipular as informações. Em razão disso, o mesmo não tem noção de quais aspectos dos desenhos serão considerados na análise do seu caso. No processo de avaliação ou psicotécnico, se destina um tempo para o *rapport* ou “quebra-gelo”, entre outras, para desmistificar os testes etc., e também para atenuar a ansiedade ou nervosismo do(s) examinando(s).

Com exceção de figuras estereotipadas, por exemplo, coqueiro, bananeira, pessoa unidimensional ou feita de “palitos”, e casa antropomórfica, que são impróprias porque oferecem insuficiência de material para serem analisados. No teste do desenho não tem resposta certa nem errada. Portanto, todos os componentes dos desenhos são analisáveis. Considerado o facto de que o examinando não tem controle sobre esse teste, espera-se que o mesmo seja cooperativo às solicitações da demanda diagnóstica ou psicométrica. Uma vez que assim proceda, estará facilitando uma melhor denotação do

seu Eu e do seu potencial. O desenho tem a função de estabelecer contato, investigação e tratamento. Na comunicação verbal o examinando poderá tentar persuadir o interlocutor com argumentos que julga crucial para favorecê-lo num processo seletivo ou avaliativo. Daí a vantagem do desenho, o indivíduo não tem a chance de exercitar esse artifício. Assim como o corpo “fala”, o desenho diz por meio do inconsciente, aquilo que, por cautela ou autocensura, o seu autor não se permite verbalizar. Para Foucault (1983), os testes e os exames combinam poder, verdade e subjetivação: eles direcionam o indivíduo para o conhecimento como objeto de uma visão hierárquica e normativa, tornando possível qualificar, classificar e “punir”. A escolha de um candidato no psicotécnico, por exemplo, se dá em relação a diversos fatores, seus traços de personalidade são identificados nos desenhos e comparados ao perfil que se exige para o cargo, para que haja uma adequação ou um ajuste entre ambos.

Assim, parece não muito exato falar em punição. Certamente, seria constrangedor indicar um indivíduo para uma colocação que está além dos seus recursos potenciais. As pessoas ao se sentirem incapazes de dá conta ou se desenvolverem no seu trabalho, entram em *burnout* ou síndrome do esgotamento profissional, uma condição de sofrimento psíquico relacionado ao trabalho (Vieira et al., 2006). Para Pines e Aronson (cit. in Silveira et al., 2005, p. 159), “a síndrome pode ser definida como um estado de exaustão emocional, física e mental causado por um envolvimento de longa duração em situações emocionalmente exigentes”.

2.2. A figura humana como mobilizadora de mais emoção

Entre os desenhos, é o da figura humana, geralmente, o mais realizado, mas, paradoxalmente, é também o mais rejeitado. Para Buck (2003), isso está associado ao nível de desajustamento do sujeito, uma vez que, comparado com a casa ou a árvore, se tornam evidentes e de modo mais direto as dificuldades das relações interpessoais e a consciência corporal. Os aspectos mais comprometedores são vistos em relação à capacidade adaptativa, junto a outros itens, e feita às devidas ponderações, dimensiona-se o potencial do examinando para superar as dificuldades e a lidar com as situações.

Em caso clínico prevalece o princípio de que, a parte mais saudável, uma vez focalizada e valorizada, favorece os segmentos menos saudáveis ou ajustáveis, o paciente, geralmente, apresenta alguma característica como ponto de partida para a sua ajuda. Porém, nem sempre é fácil desvelar áreas conflitivas, para perceber as

possibilidades em potencial. É preciso técnica, atenção, paciência, bem como persistência para encontrar e alargar as arestas que contribuam para a “cura” do paciente ou remissão do seu sintoma.

Na visão de Kolck (1984), além da projeção⁵⁸, mecanismos como identificação⁵⁹ e introjeção⁶⁰ podem se manifestar, mas certamente a expressão e a adaptação são os dois processos que ocupam lugar de importância quando o desenho é concretizado. Para a autora, a adaptação, expressão e projeção estão explícitas no ato de desenhar. Portanto, mais do que qualquer outra especificidade de produção pessoal, deve ser visto com bastante critério os aspectos: *Adaptativo* que diz respeito à adequação à tarefa solicitada, sua correspondência em relação à faixa etária, sexo e, eventual patologia; *Expressivo* que analisa o estilo característico da resposta que se mostra por meio gráfico da forma; e o *Projetivo* que verifica as situações e objetos que denotam conteúdo e a maneira de tratar o tema.

No teste do desenho, embora seu enunciado ou instrução se refira ao melhor que o examinado possa desenhar: “Agora, você, ou vocês (no caso da aplicação coletiva) vai desenhar uma pessoa. Faça da melhor maneira que puder. Pode usar o tempo que quiser” (Campos, 1999, p. 32). A estética ou beleza artística não é considerada, mas os conteúdos que estão representados. Histórias, críticas, sentimentos e emoções verbalizadas durante a aplicação e no Inquérito são dados complementares que podem até colaborar com o fechamento do Parecer de um Laudo. Tudo que o indivíduo faz, diz, escreve, desenha, é uma projeção do seu Eu, ou são fragmentos de si mesmo, por meio desses sinais, autorrepresentados. Uma vez que, “o importante não é absolutamente o desenho enquanto material figurativo; é a maneira como os fundos do desenho são feitos que revela verdadeiramente as imagens inconscientes” (Dolto & Nasio, 2008, p. 30).

Na situação de testagem, quando o examinando diz que não sabe desenhar, *a priori*, pode sugerir uma preocupação com a plástica do desenho, mas, na realidade, trata-se de

⁵⁸ Projeção é a operação pela qual o sujeito expulsa de si e localiza no outro, pessoa ou coisa, qualidades, sentimentos, desejos que ele desconhece ou recusa em si mesmo. Comum na paranoia, e na superstição dos “normais” (Laplanche & Pontalis, 2004).

⁵⁹ Identificação é o processo psicológico pelo qual se assimila aspecto, propriedade, atributo do outro e se transforma, total ou parcial, segundo esse modelo. Enfim, a personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações (*Idem, ibidem.*).

⁶⁰ Introjeção é o processo de aproximar-se da incorporação, que constitui o seu protótipo corporal, mas não implica necessariamente seu limite (introjeção do ego, do ideal do ego etc.). Está estreitamente relacionada com a identificação (*Idem, ibidem.*).

resistência, um mecanismo de defesa, receio de se projetar. Nessa perspectiva, Kolck (1984, p. 10) destaca que há “casos de rejeição em graus diferentes de intensidade, a partir da negação a desenhar até o não complemento do desenho”. De modo geral, “todas as defesas contêm aspectos adaptativos e são indispensáveis para um ajuste adequado à realidade” (Piccolo, 1981, p. 209). É a melhor solução encontrada pelo sujeito para lidar com as situações, a sua maneira de perceber e conectar-se tanto com a realidade interna quanto com a realidade externa. Em virtude disso, interessa conhecer quais os perigos fantasiados que o ego tenta evitar, e no que acredita como de mais terrível que possa ocorrer, caso relaxe essa conduta defensiva.

Assim como o corpo não mente e conta coisas sobre a história emocional e dos mais profundos sentimentos, carácter e personalidade (Kurtz & Prester, 1989), o mesmo pode-se dizer do desenho, que também funciona com uma estrutura similar à grafologia que, comparada a “um filme em que o próprio indivíduo plasma, graficamente, seu tipo de inteligência, sua sensibilidade, seus impulsos, suas tendências, suas reações etc.” (Vels, 1997, p.39), ou seja, “os procedimentos diagnósticos associados aos testes permitem que o mundo invisível e subjetivo do indivíduo seja visualizado e representado em classificações, figuras e quocientes” (Rose, 2011, p. 127).

2.3. Alguns resultados de pesquisas com a figura humana

Pelo exposto poder-se-ia indagar se o treinamento do H-T-P, por exemplo, leva à exposição de desenhos mais satisfatórios? Cabe ressaltar que não é permitido o treino de qualquer teste psicológico. Mas, na hipótese do sujeito recorrer a esse tipo de expediente, com o teste do desenho pode até implicar em alguma vantagem, mas aparente, uma vez que camufla determinados aspectos, porém, dificilmente, não deixará de transparecer as características que, de facto, são inerentes à sua personalidade. Provavelmente ficaria um desenho confuso, correndo o risco de, exatamente por isso, ser preterido, haja vista as incoerências da expressão dos desenhos. Também deve ser considerado o facto de que a avaliação não se dá somente na exclusividade de um desenho ou teste, mas no seu conjunto que subsidia a decisão do examinador.

A partir de cinco casos, de crianças entre seis e 10 anos de idade, Mentlik e Cavalini (2014), perceberam que os desenhos do teste projetivo, em especial a figura humana, mostram características ligadas à insegurança, sentimentos de inadequação e dificuldade de se colocar frente às pessoas, além de sentimentos de inferioridade e desajustamento que sugerem uma autoimagem rebaixada. Meninas que sofreram abuso

sexual, no estudo de Malgarim e Benetti (2011), mostram pontos em comuns, por exemplo, a figura humana de pernas juntas e pressionadas uma à outra, e indicativo de confusão com referência ao masculino e ao feminino, por meio de figuras estereotipadas. O H-T-P está sendo bastante usado na assistência psicológica, jurídica e em estudo com mulheres que alegam terem sido vítimas de abuso sexual e de crianças que, certamente, foram vítimas de abuso sexual - cujos desenhos tendem a apresentarem pernas pressionadas uma à outra, mãos e genitais grandes, com mais frequência do que as crianças de comparação (Buck, 2003), e também em transexuais. Num estudo realizado por Verduguez (2009), com transexuais masculinos e femininos, no qual foram aplicados os testes Szondi e H-T-P, obteve os seguintes resultados:

O teste Szondi mostrou maior acurácia (83%) na identificação no grupo masculino com transtorno específico da identidade de gênero do que o teste H-T-P (72%). No grupo feminino, o teste Szondi também mostrou maior acurácia (85%) na identificação masculina em pacientes com transtorno específico da identidade de gênero do que o teste H-T-P (73%). (pp. 134-1355)

Embora o teste H-T-P apresente uma acurácia abaixo do teste Szondi, mesmo assim, seu potencial de acuracidade é considerável. Sem dúvida, o H-T-P fornece informações que, relacionadas à entrevista e outras técnicas de avaliação, possibilitam o acesso aos traços de personalidade e aspectos conflituos. Entretanto, os sinais qualitativos do H-T-P devem ser vistos apenas como indicativos, nunca tendo significação diagnóstica invariável (Buck, 2003).

2.4. Crítica ao H-T-P

Na perspectiva de ser um psicanalista fazendo outra coisa mais apropriada para a ocasião, Winnicott (cit. in Mencarelli & Vaisberg, 2005) propunha uma espécie de jogo de traços e rabiscos no qual cada pessoa deveria finalizar apenas com um desenho esboçado pelo outro. Assim, em poucos encontros, era possível chegar ao núcleo problemático do paciente. Apesar dessa proposta de Winnicott, o desenho na condição de modalidade de teste psicológico é pouco estudado na Academia, seu uso, em termos proporcionais, ainda é bem restrito. Com exceção da ênfase infantil, e do psicotécnico, o teste do desenho não tem uma presença maciça em termo do auxílio que esse recurso pode trazer. Talvez, por consistir num instrumento de característica rudimentar - todo mundo, de uma forma ou de outra, desenha, rabisca etc., desde os seus primórdios de criança -, não tenha sido valorizado. No trabalho de Ferreira (2011), seus resultados

apontaram no desenho da figura humana, índices aceitáveis de fidedignidade e objetividade a que se propõem.

O desenho está imerso na realidade social, nas suas mais diversas matrizes de arte, seja mediante as obras clássicas, sofisticadas, estilizadas, e até mesmo nas manifestações dos anseios e protestos populares por meio das grafites de rua. Porém, o desenho na sua função de Avaliação Psicológica, não pode representar uma tarefa simplória, não se trata de se deleitar ou rejeitar conforme o conforto ou incômodo da percepção de um desenho. Mas, de ir além, traspasar para enxergar, ali, o outro representado, e bem analisado conforme as suas reais condições e possibilidades. Esse teste é passível de críticas por ser subjetivo, mas pode se indagar qual seria o teste psicológico, em especial, de personalidade, que está isento de subjetividade? Talvez, outro factor de rejeição esteja ligado ao facto de que é um teste totalmente desprovido de sofisticação, do contrário, suscita o que há de mais elementar em termos de material de aplicação, lápis e papel, bem como o que há de mais primitivo relacionado às formas de expressão humana desde os tempos da caverna: o desenho.

2.5. A significação do género projetado na figura

Segundo Kolck (1984, p. 6), “um traço gráfico isolado nada significa. Cada traço deve ser considerado em conexão com os demais e no contexto geral do desenho”, afinal, “toda interpretação, até a mais ‘ortodoxa’, é necessariamente relativa, incompleta, limitada, se comparada à riqueza do material. Na medida em que permaneçamos cômicos da relatividade de tal aproximação, podemos muito bem extrair informações valiosas do estudo dos conteúdos simbólicos”(Augras, 1980, p. 119).

Entretanto, no que diz respeito a esta pesquisa, não tem como comparar os dados com outros testes, porque, como já foi dito antes, aplicamos unicamente a figura humana, por considerá-la como um crivo suficiente, e até mesmo preciso, para obter a informação desejada, entretanto, teve como parâmetro comparativo o discurso do sujeito que incidiu sobre a análise das identidades de gênero expressa nesse teste, associada à identidade ou condição sexual indicada na Ficha sociodemográfica.

Assim, quando a figura humana desenhada pelo examinando é igual a do seu próprio sexo ou do sexo oposto, alguns autores não deixam dúvida sobre as suas significações. Nessa ótica, quando o examinando faz a figura do seu próprio sexo, Kolck (1984, p. 27) considera normal: “indício de identificação com o papel

característico do próprio sexo”. Para Hammer (1958), quando aparece primeiro o desenho de figura cujo sexo é diferente do propósito, têm-se as seguintes explicações:

- a) Inversão sexual;
- b) Confusão de identificação sexual;
- c) Forte afeto ou dependência para com o genitor do sexo oposto;
- d) Forte afeto ou dependência para com outro indivíduo do sexo oposto;
- e) Regressão ou estágio narcisístico.

Desse modo, fica explicitada a relação entre o gênero do examinando e o gênero da figura humana por ele desenhada. Esta pesquisa objetiva verificar se há uma relação dos discursos dos sujeitos, ou seja, daquilo que observam no seu entorno acadêmico, em termos de preconceito e discriminação sexual sutil ou flagrante, com a sua própria identidade sexual. Uma vez que, a escolha do gênero do desenho, por si só, já é suficiente para a análise do objetivo desta avaliação, o inquérito foi realizado de modo simplificado, apenas com estas quatro perguntas seguintes: Qual o sexo desta pessoa? Qual a idade da mesma? Quais os seus desejos e aspirações? Se o examinando gostaria de dizer algo a respeito do seu desenho ou se gostaria de acrescentar outras informações? Na primeira pergunta o examinador procura se certificar sobre o gênero do desenho explicitado pelo examinando, pode não está claro ou ambíguo; nas segunda e terceira perguntas são para verificar o nível de identificação do sujeito. Geralmente, nessa terceira pergunta o examinado, de tão identificado, quando fala dos desejos e aspirações da figura, não se dá conta de que se autodescreve, um outro pode perguntar se se trata dos desejos e aspirações da figura ou dele próprio, mas, seja numa ou noutra perspectiva, o sujeito sempre estará falando, através do mecanismo de projeção, da sua própria pessoa do examinando.

CAPÍTULO III
METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

1. Linhas gerais do estudo

1.1. Pertinência do estudo

Embora se saiba dos efeitos danosos do preconceito sexual (Herek, 1991, 2004; Herek et al., 2002), ainda são poucas as pesquisas sobre preconceito sexual no universo acadêmico da psicologia. Talvez, porque tratar a homossexualidade apenas com o olhar da despatologização implique em desconsiderar seu carácter político, não só nos grupos que pretendem re-patologizar e fornecer serviços psicoterapêuticos para “curá-la”, mas também de uma corrente da psicologia que concordou que a heterossexualidade é o único modo possível de sexualidade saudável (Oliveira, 2010). Assim, este estudo pretendeu verificar o preconceito sexual, através do olhar do aluno do curso de psicologia, no universo acadêmico dos dois países, Portugal-PT e Brasil-BR, de continentes distintos, mas ligados pela História e pela mesma língua. A tolerância à homossexualidade e, por conseguinte, à individualidade e à singularidade da pessoa homossexual, em grande parte do mundo, ainda é molestada, contraditoriamente, até mesmo na maioria das sociedades que se autointitula democrática. Assim, adentrar esta temática é trazer à tona aspectos que possam atenuar ou ajudar a extinguir indícios de discriminação sexual, isso que deve consistir num compromisso acadêmico da psicologia e das áreas afins, em especial, dos alunos e profissionais da psicologia por trabalharem com a perspectiva da qualidade de vida dos indivíduos, tendo como base a aceitação da sua condição sexual nos mais diversos matizes.

1.2. Formulação do problema de investigação

Após a revisão da literatura, aonde pode se constatar o preconceito sexual em todos os níveis de escolaridade, até mesmo nos programas de pós-graduação de doutoramento em psicologia (Pilkington & Cantor, 1996), e de que ainda não está claro como a maioria dos universitários de psicologia pode mudar, ao longo do curso, sua opinião negativa em relação às pessoas LGB (Jayakumar, 2009). Tendo em conta essa problemática, elaboraram-se os questionamentos: existiria preconceito sexual no universo acadêmico do curso de psicologia de Portugal e do Brasil, e de que maneira o preconceito se manifesta e se há similaridades nessas realidades distintas, e a partir de quais referências, i.e., se como resultante do contexto social ou da própria insegurança sexual do aluno (verificada por meio da figura humana no H-T-P e relacionada ao seu discurso)? E como os cursos de psicologia atuam, no sentido de darem subsídio para

que o aluno, futuro profissional da psicologia, possa lidar com as sexualidades divergentes a exemplo das LGBTs.?

1.3. Objetivo geral do estudo

Seguindo a linda orientadora da revisão da literatura que aponta para o preconceito sexual quase generalizado no universo acadêmico, bem como no exercício profissional da psicologia, por exemplo, para os terapeutas portugueses, americanos, ingleses e suíços, a homossexualidade, de modo indireto, ainda é tida como um *déficit*, “uma falha no processo de identificação” ou “uma falha narcísica” (Moita, 2001), e professoras brasileiras de psicologia que atuam na área clínica consideram a homossexualidade doença e que os homossexuais devem ser curados (Camino & Pereira, 2000). Portanto, sem expressar o preconceito de modo explícito, boa parte dos psicólogos trata a homossexualidade como um distúrbio que deve ser assumido ou superado (Lacerda et al., 2002). Assim, o objetivo geral dessa investigação é compreender o preconceito sexual, a partir do olhar do aluno de psicologia, sobre seu universo acadêmico em Portugal e no Brasil, e de que modo o mesmo atua.

1.4. Objetivos específicos do estudo

Complementar ao objetivo geral e tendo por base os objetivos específicos, estes se detiveram nos seguintes aspectos: **Identificar** nos discursos dos alunos do curso de psicologia, sobre seu universo acadêmico, conteúdos com conotações e denotações de preconceitos sexuais encobertos por uma suposta aceitação do outro, em virtude da vocação humanista do curso; **Verificar** se os discursos dos informantes, a respeito da tolerância ou intolerância à diversidade sexual, têm alguma relação com sua identidade sexual autorreconhecida na caracterização sociodemográfica comparada à sua identidade sexual expressa (inconscientemente) por meio do desenho da figura humana, no teste de personalidade projetivo gráfico H-T-P (House = casa, Tree = árvore, Person = pessoa); **Conhecer** as subjetividades dos informantes que fomentam sua visão do homoerotismo na perspectiva da doença (homossexualismo), anormalidade, transtorno, aberração ou de normalidade (homossexualidade), como uma variável da sexualidade; **Sublinhar** o compromisso das agências formadoras dos cursos de psicologia, no sentido de capacitar o aluno com recursos didáticos e experiência prática de assistência à população LGBT, bem como os princípios éticos que norteiam as percepções sobre a sexualidade divergente ou minoritária na sua faculdade de psicologia.

2. Procedimentos

2.1. População e amostra

A pesquisa de campo foi realizada com alunos do curso de psicologia de quatro faculdades, duas em Portugal-PT e duas no Brasil-BR, sendo uma pública e outra privada em cada país. Em Portugal teve como cenários a faculdade X (pública), numa cidade do interior do país, e na faculdade Y (privada), em Lisboa, capital de Portugal, situada na zona ocidental da Península Ibérica; No Brasil teve como cenários a faculdade X (pública), localizada na cidade de Campina Grande, interior do Estado da Paraíba-PB, e na faculdade Y (privada), em João Pessoa, capital desse Estado, localizada no ponto mais oriental das Américas.

Total de 20 sujeitos: **10 alunos em Portugal** - 1 aluno por cada ano da **Licenciatura** (3 anos) e 1 aluno por cada ano do **Mestrado** (2 anos), após o tratado de Bolonha (2000) -, e **10 alunos no Brasil** - 1 aluno por cada ano da **Licenciatura** (4 anos) e 1 aluno da **Formação de Psicólogo** (1 ano). Portanto, ambos os cursos, dentro dessa especificidade, são concluídos nos dois países num período de 5 anos.

Para garantir o anonimato, os sujeitos foram identificados pelas siglas:

AIPT (Aluno de Portugal): AIPT/1, AIPT/2, AIPT/3, AIPT/4, AIPT/5, AIPT/6, AIPT/7, AIPT/8, AIPT/9, AIPT/10;

AIBR (Aluno do Brasil): AIBR/1, AIBR/2, AIBR/3, AIBR/4, AIBR/5, AIBR/6, AIBR/7, AIBR/8, AIBR/9, AIBR/10.

2.2. Instrumentos de recolha de dados

Ficha de caracterização sociodemográfica (Apêndice 1), para coleta dos informes sociodemográficos, com o objetivo de traçar um perfil mais objetivo dos sujeitos e para auxiliar na compreensão das suas similaridades e diferenças; **Entrevista semiestruturada** (Apêndice 2), seguindo um roteiro com 15 (quinze) questões, construído com base na literatura pesquisada sobre preconceito sexual e seus vieses na psicologia, na psicanálise, na biologia, na religião, em género e outros; gravada por meio de um aparelho de áudio digital; **Teste projetivo gráfico de personalidade H-T-P** (House = casa, Tree = árvore, Person = pessoa). Neste contexto, foi aplicado somente o desenho da figura humana, uma vez que, esse segmento, atendia plenamente ao propósito deste trabalho. Todos esses instrumentos foram aplicados individualmente e em sessão única, numa média de 50 minutos.

2.3. Procedimentos éticos e deontológicos

Os procedimentos para a realização da investigação seguiu as recomendações éticas para a realização de investigação de acordo com os princípios éticos e os códigos de conduta da American Psychological Association (APA, 2003), da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Assim, antes da aplicação dos instrumentos, os sujeitos de pesquisa foram inteirados sobre o Termo de Consentimento Informado - TCI (Apêndice 3), em Portugal, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice 4), no Brasil, sobre os seguintes aspectos: a) Identificação do investigador e do curso no qual o mesmo se insere; b) Breve esclarecimento sobre os objetivos do estudo; c) Indicação dos critérios para participação; d) Informação a respeito do carácter voluntário da participação e da possibilidade do participante se retirar, caso fosse seu desejo, a qualquer momento da pesquisa; e) Esclarecimentos sobre a Ficha de caracterização sociodemográfica, da Entrevista semiestruturada e da aplicação do Teste projetivo de personalidade H-T-P, especificamente, a figura humana; f) Estimativa do tempo necessário para os instrumentos serem aplicados; g) Dar conhecimento ao participante de que o investigador assegurava a privacidade, confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos, esclarecendo que o acesso aos mesmos serão por meio de códigos; h) Esclarecimento sobre o(s) procedimento(s) em caso de dúvidas; i) Agradecimento pela contribuição.

2.4. Procedimento na recolha dos dados

As faculdades foram comunicadas informalmente sobre a intenção da pesquisa. O pesquisador contactou com antecedência os Representantes do curso, e os mesmos fizeram o recrutamento, foram nas salas de aula comunicar sobre a pesquisa, nesse momento solicitaram o contato telefônico e e-mails dos alunos interessados. Num segundo momento foi agendada, de acordo com a disponibilidade de horário do aluno, a hora da sessão individual para a aplicação dos Instrumentos. Essa cooperação dos Representantes do curso, sob a orientação do pesquisador, foi fundamental para agilizar a recolha dos dados da pesquisa de campo. Tendo o cuidado para não haver choque com os horários de aula, de tal modo que não viesse alterar ou prejudicar a rotina das atividades acadêmicas desses alunos.

As aplicações de todos os Instrumentos foram feitas pelo pesquisador, em secção individual, sem interferência externa, em ambientes de estudo ou similar, dessas faculdades, previamente reservado pelos Representantes do curso, para realização desse

trabalho de campo. As sessões foram concentradas em dias alternados para cada faculdade, porém só foi possível em turnos diferentes para acomodar a disponibilidade de horário vago dos alunos. Alunos não foram contatos como excedentes para suprirem eventuais desistências, mas, fora o atraso de 15 a 30 minutos de alguns, todos os alunos agendados compareceram e se mostraram dispostos em contribuir com a pesquisa.

Foram incluídos nessa pesquisa de campo somente aluno do curso de psicologia, de ambos os sexos, identidade de gênero (heterossexual, homossexual e outros), de qualquer idade e nacionalidade, mas que estivessem cursando um dos cinco anos do curso, e que assinasse o Termo de Consentimento Informado (TCI/PT) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE/BR), conforme o país.

Nesses espaços acadêmicos, cenários da pesquisa de campo, não foi observada a presença de todos os sujeitos que contemplam a sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros), mas apenas alunos com alguma “visibilidade” supostamente homossexual. Não parece existir nesses cenários da pesquisa alunos travesti e transexual, e os alunos, sujeitos da pesquisa, não fizeram, em momento algum, referência aos mesmos. Todos os sujeitos informantes da pesquisa apresentavam conformidade de gênero, mesmo a pessoa que se assumiu bissexual.

2.5. Procedimento no tratamento dos dados

Os dados obtidos por meio da Ficha de caracterização sociodemográfica foram agrupados nos seguintes tópicos gráficos: idade; estado civil; nacionalidade; ocupação/profissão; religião; posição política; nível socioeconômico; identidade sexual e identidade gênero.

As entrevistas foram submetidas às três fases descritas por Bardin (2001): *pré-análise*, na qual se organizou as entrevistas transcritas e se realizou a leitura flutuante das mesmas; *exploração do material* em que foi feita a análise propriamente dita, por meio do processo de categorização; e o *tratamento dos resultados obtidos e interpretação*, momento em que foram compreendidos os seus significados.

O Roteiro de Entrevista com 15 (quinze) questões deu origem ao Guião (Apêndice 5) composto por cinco Blocos Temáticos: a) Como o aluno conceitua as expressões *preconceito sexual* e *discriminação sexual*, e se percebe preconceito sexual e discriminação sexual no seu curso de psicologia; b) O acolhimento didático da faculdade de psicologia em relação à diversidade sexual; c) Como o aluno de psicologia categoriza a homossexualidade em termos normativos: normalidade ou doença/cura; d)

O aluno de psicologia e o seu próprio preconceito sexual; e) O aluno de psicologia e o seu preconceito heterossexista moderno ou sutil.

Trata-se de um estudo qualitativo analítico é transversal - devido ao facto dos instrumentos serem aplicados num único momento, não havendo lugar para uma nova recolha de dados junto à amostra (Quivy & Campenhoudt, 1995/2008) -, que abrange as psicologias, em especial, a clínica e a social e demais ciências afins que discutem a homossexualidade. Os discursos foram analisados basicamente na vertente discursiva teorizada por Michel Foucault, pelas conceituações de subjetividade de Fernando González Rey e outros autores que pesquisam nessa perspectiva. Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição, conteúdo das mensagens, indicadores qualitativos que permitiram a inferência de conhecimentos relacionados às condições de produção e receção, bem como variáveis inferidas nessas mensagens. Assim, a partir dos discursos dos informantes, foram observados e esmiuçados seus significados, as nuances discriminativas que consistem em preconceito sexual.

Salientamos que muitos discursos não contemplaram os enunciados dos cinco Blocos Temáticos, i.e., não se encaixaram, assim, diversas categorizações ou subtítulos desses Blocos foram criados para acomodar essa demanda e, assim, esgotar todos conteúdos das entrevistas.

Segundo Kelman (1958), Cialdini, Kallgren e Reno (1991), a norma não é cumprida apenas por crédito às suas determinações, mas por esperar recompensas ou para evitar punição. Porém, quando o preconceito é voltado para os homossexuais, o componente moral que compõe a representação que se tem desse grupo pode cancelar qualquer pressão percebida para o cumprimento da norma antipreconceito (Hornsey, Majkut, Terry & McKimmie, 2003). Ou seja, o preconceito do indivíduo pode ser tão forte que o mesmo não consegue segurar seu impulso de manifestá-lo, embora isso possa significar desrespeito às normas éticas que regem o exercício profissional. Confirmando os argumentos desses autores acima citados, alguns sujeitos tomaram o discurso na primeira pessoa para expressarem, de modo direto ou sutil, o próprio preconceito sexual.

A identidade de género do aluno informante, *a priori*, não tinha relevância, não fora recrutado para falar diretamente sobre as suas próprias opiniões, mas para fazer um registro da sua percepção ou impressão sobre a existência ou não do preconceito sexual no contexto acadêmico do seu curso de psicologia. Num outro momento é que esses

dados, informação da sua identidade sexual autorreconhecida (indicada na ficha sociodemográfica), foram necessários para comparar com sua identidade projetada no segmento Figura humana, do Teste de personalidade projetivo gráfico H-T-P (House = casa, Tree = árvore, Person = pessoa), e a partir da análise dessas “duas identidades”, relacioná-las ao seu discurso no enquadre das seguintes categorias discursivas:

Coerentes-Tolerantes (CT): os sujeitos manifestaram falas, frases e expressões sempre na perspectiva da tolerância do homossexual e da homossexualidade e, por vezes, de ações de aceitação da condição homossexual no seu próprio cotidiano;

Oscilantes-Tolerantes (OT): os sujeitos manifestaram falas, frases e expressões atravessadas ora pela aceitação ora pela dúvida, mas com tendência a tolerar o que diz respeito ao homossexual e a homossexualidade;

Oscilantes-Intolerantes (OI): os sujeitos manifestaram falas, frases e expressões atravessadas por aceitação e dúvidas, e com tendência a assumirem intolerância à diversidade sexual.

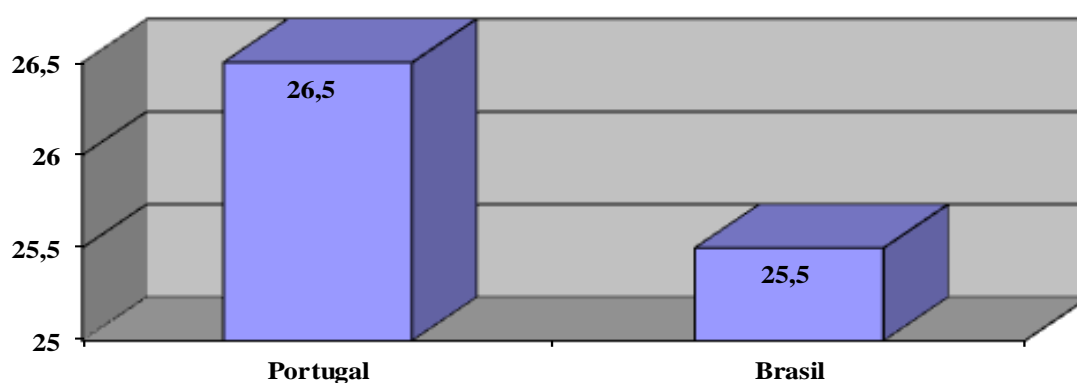
CAPÍTULO IV
RESULTADOS

1. Resultados sociodemográficos

Dados Sociodemográficos dos 20 sujeitos de pesquisa - 10 alunos de psicologia de Portugal e 10 alunos de psicologia do Brasil -, relacionados à idade, estado civil, nacionalidade, ocupação/profissão, religião, posição política, nível socioeconômico, género e identidade de género.

1.1. Idade dos alunos (Gráfico 1)

Portugal - faixa etária média de 26,5 / Brasil = faixa etária média de 25,5

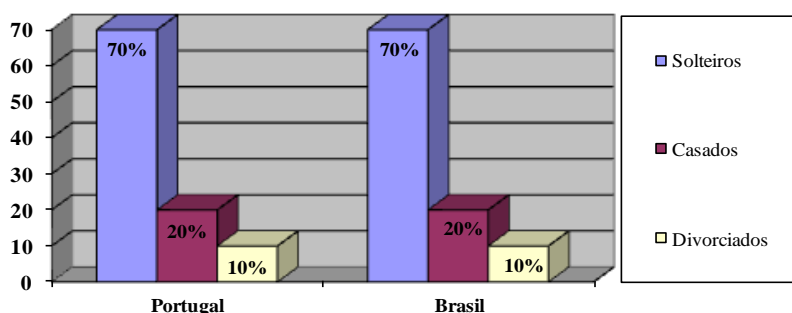


Média geral = 26 anos (os alunos portugueses de psicologia são um pouco mais velhos do que os alunos brasileiros).

1.2. Estado civil dos alunos (Gráfico 2)

Portugal: 07 solteiros (70%); 02 casados (20%); 01 divorciado (10%).

Brasil: 07 solteiros (70%); 02 casados (20%); 01 divorciado (10%).



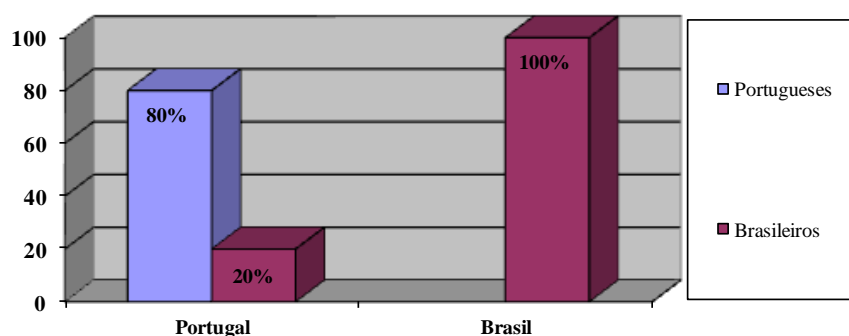
Total geral: 14 solteiros (70%); 04 casados (20%); 02 divorciados (10%).

Em relação ao Estado civil, alunos de Portugal e do Brasil se equiparam.

1.3. Nacionalidade dos alunos (Gráfico 3)

Portugal: 08 portugueses (80%); 02 brasileiros (20%).

Brasil: 10 brasileiros (100%).



Total geral: 08 portugueses (40%) e 12 brasileiros (60%). Entre os alunos portugueses haviam duas brasileiras.

1.4. Ocupação/profissão dos alunos (Gráfico 4)

Portugal: Alunos que se ocupam apenas em estudar = 06 (60%)

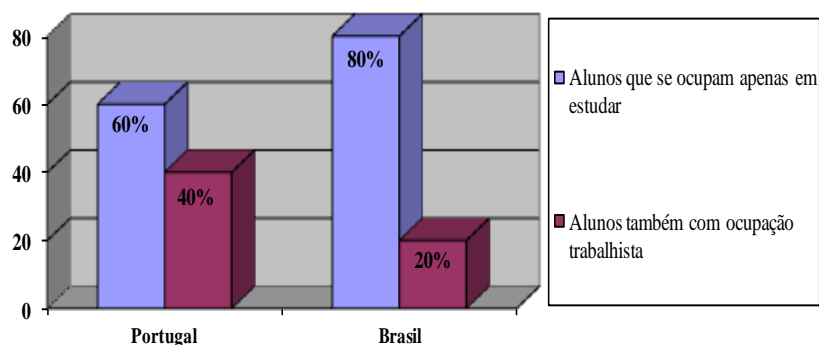
Alunos também com ocupação trabalhista = 04 (40%)

(03 - Técnicos em informática⁶¹; 01 - Auxiliar administrativo).

Brasil: Alunos que se ocupam apenas em estudar = 08 (80%)

Alunos também com ocupação trabalhista = 02 (20%)

(01 - Analista de sistema; 01 - Militar).



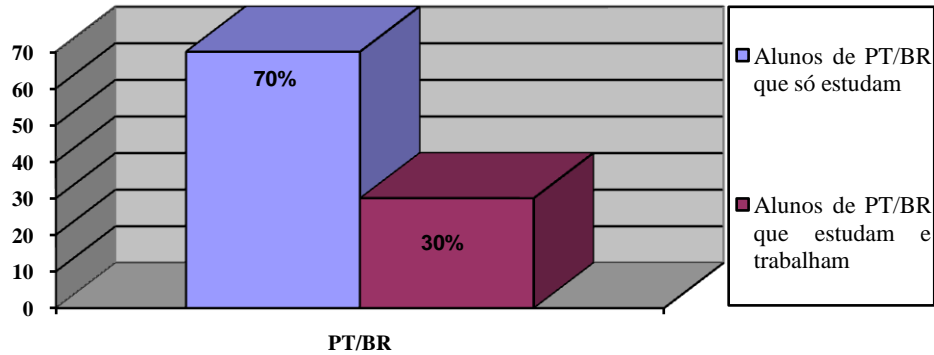
Existem alunos trabalhadores ou profissionais, mais no grupo dos alunos de psicologia de Portugal do que do Brasil. Para assegurar mais ainda o anonimato, as ocupações não são exatamente essas.

Total geral: Alunos de PT/BR que só estudam = 14 (70%);

⁶¹ Para assegurar mais ainda o anonimato, as ocupações não são exatamente essas.

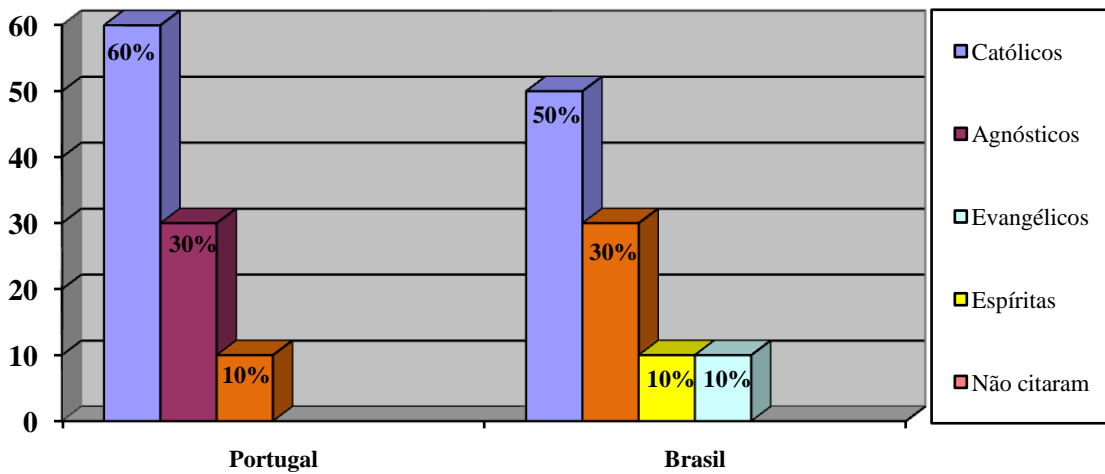
Alunos de PT/BR que estudam e trabalham = 06 (30%).

1.5. Religião dos alunos (Gráfico 5)



Portugal: 06 católicos (60%); 03 agnósticos (30%); 01 não citou (10%).

Brasil: 05 católicos (50%); 01 evangélico (10%); 01 espírita (10%); 03 não citaram (30%).



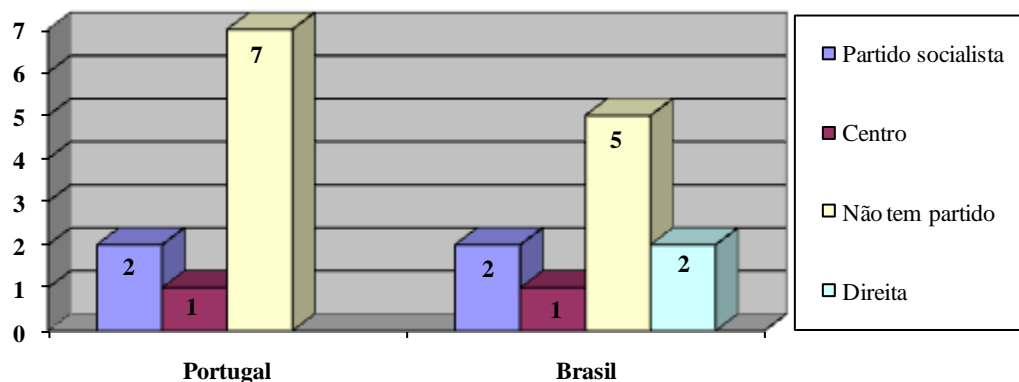
Total geral: 11 católicos (55%); 01 evangélico (05%); 01 espírita (05%); 03 agnósticos (15%) e 04 não citaram (20%).

Predomina a religião católica entre os alunos de psicologia nos dois países, porém, no Brasil há uma variação entre o espiritismo e o evangelho, ao passo que em Portugal, o número dos que são agnósticos é igual ao número daqueles brasileiros que não citam religião nenhuma.

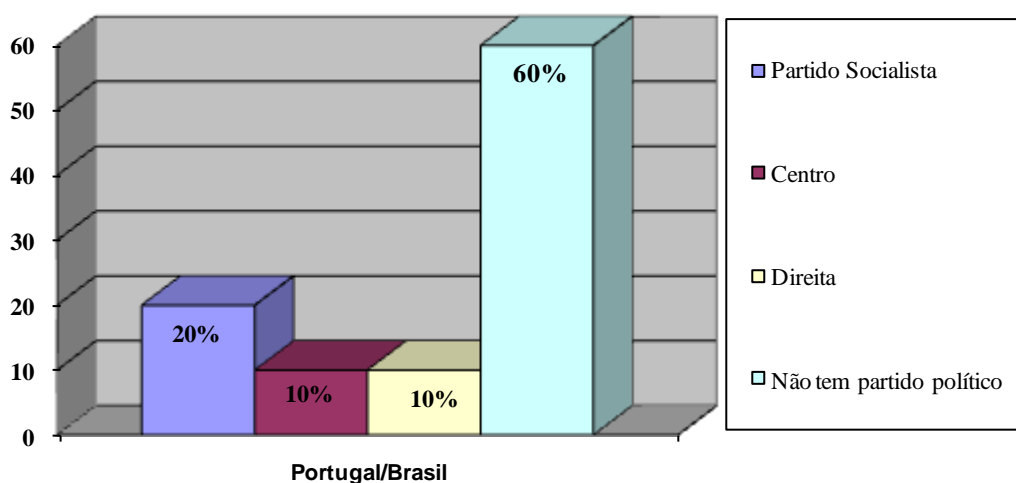
1.6. Posição política dos alunos (Gráfico 6 e 7)

Portugal: 02 partido socialista, 01 centro, 07 não têm partido.

Brasil: 02 partido socialista, 01 centro, 02 direita, 05 não tem partido.



Total geral: 04 socialistas; 02 centro; 02 direita; 12 não tem partido político.



Em relação a partido político, os estudantes dos dois países apresentam uma diversificação similar de filiação à posição política, porém, a maioria dos alunos não mostra filiação a nenhum partido político.

1.7. Nível socioeconômico dos alunos (Gráfico 8)

Portugal: 01 classe média alta (10%); 07 classe média(70%); 02 classe baixa (20%).

Brasil: 02 classe média alta (20%); 07 classe média (70%); 03 classe baixa (15%).

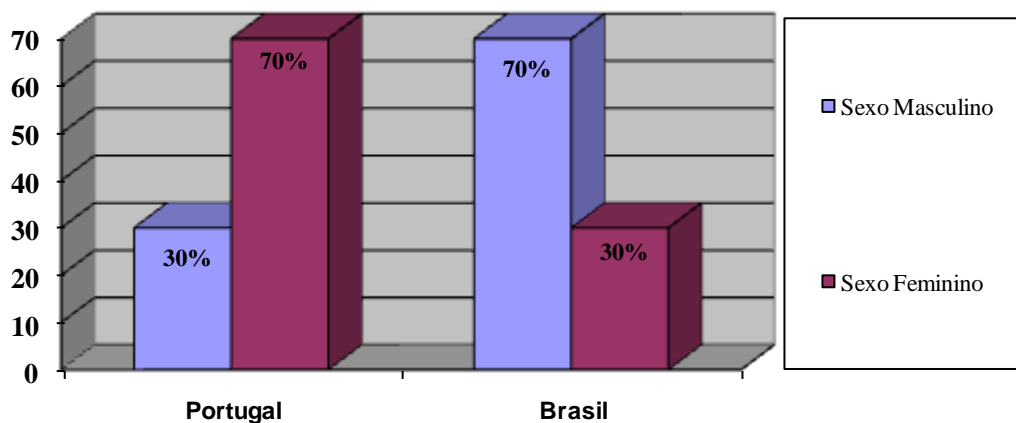
Total geral: 03 classe média alta (15%); 14 classe média (70%); 03 classe baixa (15%).

O nível sócio econômico médio dos alunos portugueses em relação aos alunos brasileiros é igual, no que diz respeito às classes alta e baixa, há uma inversão, no sentido de menos favorecidas para os portugueses, porém, não muito acentuada.

1.8. Identidade sexual dos alunos (Gráfico 9)

Portugal: 03 do sexo masculino (30%); 07 do sexo feminino (70%).

Brasil: 07 do sexo masculino (70%); 03 do sexo feminino (30%).



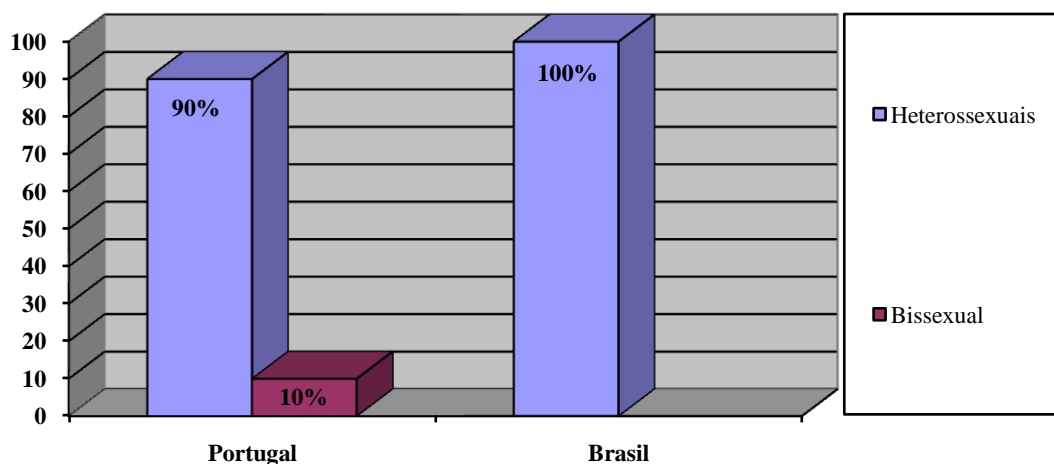
Total geral: 10 do sexo masculino (50%); 10 do sexo feminino (50%).

Quanto ao gênero, foi exatamente em números inversamente iguais, predominância no sexo feminino em Portugal e do masculino no Brasil, talvez isso deva ainda a certo ranço machista em relação à profissão de psicólogo em Portugal, na medida em que, possivelmente, no Brasil tenha sido atenuado.

1.9. Identidade de gênero dos alunos (Gráfico 10)

Portugal: 09 heterossexuais (90%); 01 bissexual (10%).

Brasil: 10 heterossexuais (100%).



Total geral: 19 heterossexuais (95%); 01 bissexual (05%).

É possível que alguns sujeitos de pesquisa, mesmo considerando o sigilo da entrevista, tenham tido receio de registrar na Ficha de caracterização sociodemográfica, sua verdadeira identidade sexual, uma vez que, alguns desenhos do H-T-P revelaram insegurança nesse sentido. Apenas uma pessoa, estudante de Portugal, assumiu ser bissexual. Entretanto, todos os sujeitos de pesquisa apresentavam conformidade de gênero.

2. Avaliação do H-T-P

O H-T-P (House = casa, Tree = árvore, Person = pessoa) objetiva obter informações a respeito de como uma pessoa vivencia sua individualidade em relação aos outros, e em facilitar a projeção de elementos da personalidade e de áreas de conflitos identificados, com o propósito de avaliação ou terapêutica (Buck, 2003). Quando o examinando faz o desenho da figura do seu próprio sexo, Kolck (1984, p.27) considera normal e como “indício de identificação com o papel característico do próprio sexo”. Do contrário, quando o primeiro desenho da figura humana é do sexo diferente do propósito, ou seja, da pessoa que o desenhou, segundo Hammer (1958), entre outras, deixa bem claro as seguintes significações que tem relação mais direta com esta avaliação: Inversão sexual (sujeito homossexual); Confusão de identificação sexual (dúvida quanto a sua identidade de gênero: mas/fem e outras); Forte afeto ou dependência para com o genitor do sexo oposto (mulheres mais masculinas e homens mais femininos por conta da forte identificação com o pai ou com a mãe respectivamente, mas que não são homossexuais). A aplicação do teste H-T-P, no caso, somente o segmento figura humana, por atender plenamente ao propósito do trabalho, e teve como objetivo verificar a relação das “duas identidades” do sujeito de pesquisa - a identidade sexual autorreconhecida (indicada na Ficha sociodemográfica) e a sua identidade sexual (expressa por meio do desenho da figura humana) -, com o seu discurso.

2.1. Nomenclaturas

a) Identificação: AIPT = Aluno de Portugal / AIBR = Aluno do Brasil.

Estado civil: Solt. = solteiro, Casd.= casado, Div.= divorciado;

b) Identidade de gênero autorreconhecida: Masculino = Masc. / Feminino = Fem.

c) Identidade expressa no H-T-P: Masc. = masculino / Fem. = feminino; “Masc.” ou “Fem.” aspados = desenho com características do sexo oposto, ou com características ambíguas. Nessa nomenclatura também foram incluídos os desenhos duplicado no mesmo verso da folha de papel, uma vez que, de acordo com as indicações técnicas do teste, se espera que o sujeito desenhe espontaneamente apenas uma figura humana (masc. ou fem.) em um dos versos do papel.

2.2. Definição dos termos na classificação dos tipos de discursos

Os discursos dos alunos relacionados ao H-T-P foram categorizados em Coerentes e Oscilantes, associados a duas características ou a teores de Tolerância e Intolerância.

Coerente: em que há coesão, ligação ou adesão recíproca; lógica (Ferreira, 2004). Neste estudo traduzimos por mostrar uma perspectiva positiva, com ausência de contradição e impressões sempre favoráveis a respeito da homossexualidade;

Oscilante: que oscila; vacilante, hesitante (Ferreira, 2004). Traduzimos por: ora mostra uma perspectiva positiva ora deixa implícito ou transparece não ter certeza das suas afirmativas;

Tolerante: que tolera; desculpa; indulgente, benigno; admite e respeita opiniões contrárias a sua (Ferreira, 2004). Traduzimos por: não apresenta ideias que, de modo sutil ou explícito, expressam preconceito e/ou discriminação;

Intolerante: qualidade de intolerante; falta de tolerância; intransigência (Ferreira, 2004). Traduzimos por: expressa implícita ou explicitamente preconceito sexual, chegando até mesmo a assumir seu preconceito sexual.

A tolerância à diversidade sexual, no contexto atual, parece ser o mais alto nível almejado de aceitação das minorias sexuais, até então, discriminadas, por parte da maioria heterossexual dominante. Porém, a tolerância, para Bobbio (2002), nasce de um acordo e dura enquanto dura esse acordo. Diferente da serenidade que “é uma disposição em relação aos outros que não precisa ser correspondida para se revelar em toda a sua dimensão” (p. 43). Convém salientar que outra possível categoria seria: Coerente-Intolerante, porém não teve esse tipo de ocorrência, talvez isso se deva ao facto da vocação humanista do curso de psicologia, nessa categoria o sujeito assumiria de modo radical seu preconceito sexual, sem nenhuma porosidade de tolerância e perspectiva de mudança das suas opiniões. Neste estudo, mesmo aqueles alunos que se reconhecem com algum indicativo de preconceito sexual, têm em mente, uma vez que a maioria tende para a área clínica, a intenção de resolvê-lo, de superá-lo. Em virtude disso, fazem críticas contundentes ao psicólogo que tenha preconceito sexual, o considera incongruente, mal resolvido, que precisa tratar primeiro sua intolerância sexual, para, depois, se dispor a atuar como psicoterapeuta.

2.3. Quadro sociodemográfico relacionado ao H-T-P (*Quadro 1*)

Aluno	Gênero	Orient. sexual	Ident. H-T-P	Discurso
AIPT/1	Masc.	Hetero	Masc.	CT
AIPT/2	Fem.	Bi	Fem.	CT
AIPT/3	Masc.	Hetero	Masc.	CT
AIPT/4	Fem.	Hetero	Fem.	CT
AIPT/5	Fem.	Hetero	“Masc.”	CT
AIPT/6	Fem.	Hetero	Fem.	CT
AIPT/7	Fem.	Hetero	Fem.	CT
AIPT/8	Masc.	Hetero	“Fem.”	OI
AIPT/9	Fem.	Hetero	“Masc.”	OI
AIPT/10	Fem.	Hetero	Fem.	OT
AIBR/1	Masc.	Hetero	Masc.	CT
AIBR/2	Masc.	Hetero	“Masc.”	OT
AIBR/3	Fem.	Hetero	“Masc.”	OT
AIBR/4	Fem.	Hetero	Fem.	OT
AIBR/5	Masc.	Hetero	Masc.	CT
AIBR/6	Masc.	Hetero	Masc.	CT
AIBR/7	Masc.	Hetero	Masc.	CT
AIBR/8	Masc.	Hetero	“Masc.”	OT
AIBR/9	Masc.	Hetero	Masc.	CT
AIBR/10	Fem.	Hetero	“Fem.”	OT

Legenda: Masc. (masculino) e Fem. (feminino) = identidade sexual no desenho igual ao gênero do propósito; “Masc.” (masculino) e “Fem.” (feminino) = desenhos do sexo oposto, ambíguo e figura duplicada.

2.4. Enquadramento dos discursos dos sujeitos

A maioria dos sujeitos apresentou no H-T-P identidade sexual em conformidade com seu gênero autorreconhecido, e junto aos demais casos, nos quais não ocorreu essa equiparação, foram relacionadas aos discursos classificados em três categorias Coerentes-Tolerantes (CT); Oscilantes-Tolerantes (OT); Oscilantes-Intolerantes (OI):

a) Coerentes-Tolerantes (CT): falas, frases e expressões sempre norteadas pela perspectiva da tolerância, atravessadas por conotações de respeito e, por vezes, de ações de aceitação da condição homossexual no seu próprio cotidiano:

No curso de psicologia, existem vários homossexuais, [...] evitam estar com eles por esse motivo. São meus amigos e costumo sair com eles, é por isso que não acho que eles sentem muito isso (a discriminação). [...]. Mas acho que (os homossexuais) deveriam ter os mesmos direitos. Tudo indica (sobre adoção) que a criança não vai se desenvolver de forma diferente por causa disso. (AIPT/1).

Preconceito sexual está intimamente ligado ao receio que as pessoas têm em relação ao desconhecido. Eu não consigo ser preconceituosa, [...] porque eu vejo como uma situação completamente normal. São pessoas. E eu tenho amigos homossexuais, [...] me dou, se calhar, melhor do que eu me dou com amigos heterossexuais [...]. (AIPT/2).

Essa (discriminação) é de facto bastante negativa para quem a sofre, por vezes, passa para além das meras palavras. Um psicólogo que tem preconceito sexual em relação aos *gays* e as lésbicas, é porque não é um bom psicólogo, porque não consegue por de lado (o preconceito), é porque não entende realmente o que é o ser humano [...]. Mas acho que não é por ter uma mãe e um pai que é mais funcional ou menos funcional, ou por ter só dois pais e duas mães. (AIPT/3).

Observo com imensa tristeza que, infelizmente, as demais manifestações sexuais são mal interpretadas e sofrem de sanções sociais e morais praticamente em nível global. [...]. Se (os psicólogos) forem preconceituosos [...] eu acho que nem sequer deviam atender pessoas que tivessem esse tipo de orientação, porque eu acho que iria prejudicá-las mais do que ajudá-las. Concordo plenamente, inclusivamente (com) a parentalidade. Eu até concordo que eles reivindicuem o seu direito ao casamento [...]. (AIPT/4).

Sem dúvida (a homossexualidade) não é problema mental. [...]. Seja com uma pessoa do mesmo sexo ou não. O bem da criança é o principal, seja com casal homossexual ou heterossexual. Para mim é normal que tenha os mesmos direitos, se vivem em união de facto, por que não há de ter? Os psicólogos não devem ter nenhum tipo de preconceito. (AIPT/5).

Eu acho que (o psicólogo que tem preconceito sexual) não deveria ser psicólogo [...]. O heterossexual não é melhor em nada do que o homossexual, o que diferencia é o parceiro. [...]. A única diferença do hetero e do homo, é que o hetero pode ter filho, pode procriar e o homo não, mas a relação, a base familiar é a mesma coisa. Eu acho que teria que ser comum (casamento entre iguais) tanto quanto a adoção. (AIPT/6).

Porque tem (os homossexuais) todo direito de serem felizes, de terem a vida que optaram, que gostam. Tenho primo *gay*, amigo do peito que é *gay*, e adoro. Adoro pela extroversão, [...] até com todos os problemas e toda desgraça a volta, tem muito senso de humor. [...]. Tem que ter equivalência, pois há espaço para toda gente. Então paga todos os impostos, são pessoas normais como somos, tão dentro da normalidade, não é?(AIPT/7).

Não apoio nenhum tipo de preconceito e darei suporte às pessoas que me procurarem como profissional, e que elas tem todo direito ao respeito, a dignidade, cidadania, tudo igualmente a qualquer outra pessoa. Nunca considerei a homossexualidade uma doença [...]. Todos nós temos preconceito sexual internalizado, isso é verdade, mas, o psicólogo ter preconceito sexual, eu acho muito estranho. [...]. Eu tenho amigo *gay* e acho absolutamente normal. (AIBR/1).

Eu acho que é normal, no meu ponto de vista, legal. Se a pessoa se sente feliz naquela condição (homossexual) e quer, que tenha. Eu acho que devia ter, devia buscar e conseguir a questão do casamento. (AIBR/5).

Eu trataria (no consultório) igual essa pessoa *gay*, hetero, uma travesti. Eu não, não sei se é para tratar diferente, eu não sei! [...]. Eu tenho um amigo *gay* e tenho três amigas lésbicas. É a mesma coisa, só que o gosto (deles) é diferente, é pelo mesmo tipo de pessoa (mesmo género). Mas eu respeito e eles me respeitam. (AIBR/6).

Só porque o casal é homossexual, é homoafetivo, a criança ao nascer num ambiente assim vai também ser? Não tem nada a ver. Acredito que o que deve haver tanto para casais homoafetivos, como para casais heterossexuais, deve haver amor, [...] em benefício da criança. Eu tenho alguns amigos que são *gays*, não vejo problema nenhum. É normal. [...]. Eu acredito que a gente vive numa sociedade em liberdade onde nós devemos saber conviver (com a diversidade). (AIBR/7).

Eu conheço e tenho grandes amigos aqui que são homossexuais [...]. Achei uma atitude louvável de tirar o homossexualismo (sic) da classificação dos transtornos. Eu não acho que o homossexual seja um doente, seja um patológico. [...]. Sou favorável (à adoção) sim, por essas qualidades, não por questão de que apenas podem dá comida a uma criança que está carente e necessitada no orfanato. (AIBR/9).

b) Oscilantes-Tolerantes (OT): falas, frases e expressões atravessadas, ora pela aceitação ora pela dúvida, mas com tendência a tolerar o que diz respeito à homossexualidade:

Mas, eu vejo a homossexualidade, não posso dizer como uma coisa natural, porque eu sou católica, e também no fundo, no fundo não é uma coisa normal, porque normal é nós vermos um homem e uma mulher, mas penso que para lá caminha essa situação da homossexualidade, homem com homem, mulher com mulher ser uma coisa cada vez mais natural, porque são escolhas que as pessoas fazem, é a felicidade da pessoa que está em jogo. Fizeram muito bem ter tirado (a homossexualidade) das perturbações mentais. (AIPT/10).

Eu diria que não tenho preconceito como as outras pessoas têm [...] A pessoa nasce com aquilo (homossexualidade). Eu sou um hetero que tenho amigos *gays*, amigas [...]. Às vezes, eu entrava em conflito, se era uma variação genética, [...], e não um transtorno, uma doença como muita gente pensa [...]. (AIBR/2).

O preconceito existe, mas não de forma forte. Você escolheu ou você nasceu com isso (homossexualidade) [...]. Pronto, não tem que tratar que nem aqui no Brasil, a “cura *gay*” é um absurdo. [...]. Talvez seja isso, a curiosidade de você saber por que você não teve experiência com o mesmo sexo. Não tenho vontade de mostrar para a sociedade que eu estou casada. Se, por exemplo, sente vontade e o outro sente vontade, casem-se e sejam felizes e saiam por aí mostrando para todo mundo que são casados. Aí, qual o problema do meu amigo que é *gay* adotar uma criança com o namorado dele, se ele tem condições de criar essa criança? (AIBR/3).

Por que a questão de querer impor (casamento entre iguais) tanto? [...]. Eu vejo desnecessário. [...]. Eu acho a coisa mais [...] natural do mundo as pessoas (homossexuais) se relacionarem e criarem uma criança bem, e a criança fazer a opção sexual dela, a partir do desejo dela. (AIBR/4).

Eu tenho preconceitozinho assim em relação a quando tem criança numa parada (paragem) de ônibus (autocarro), eles (os *gays*) ficarem se beijando. Mas, em relação a preconceito, eu não tenho não. [...]. No meu ponto de vista (psicólogo) não é para ter preconceito, é para ajudar de uma forma geral, independentemente, de ser homo, bi, hetero. (AIBR/8).

Acho que o psicólogo não deve ter preconceito, [...]. Mas, como profissional não sou contra, mas a minha postura de católica (sim). [...]. Acho que (casal homossexual) tem que ter os mesmos direitos, com certeza. Eu concordo (com o casamento homossexual), mas a igreja discorda, e sou bem católica, mas em questão da sexualidade, eu fico do lado da igreja, dos costumes desde lá da antiguidade. Eu sou a favor (da adoção), sim. [...]. Acho que para criança, no começo vai ficar um pouco confusa [...] “quem é meu pai?” e “quem é minha mãe?” Mas, nada que uma boa criação não resolva, não ajude. (AIBR/10).

c) Oscilantes-Intolerantes (OI): falas, frases e expressões atravessadas por aceitação e dúvidas, nas norteadas pela tendência a assumirem intolerância à diversidade sexual:

Tenho várias pessoas que são homossexuais que respeito, são todos exatamente iguais a mim, e temos o que nós aqui apelidamos de bichas, e essas bichas eu não consigo me relacionar [...]. Esses expansivos são os efeminados, mas em último grau. Na minha própria turma temos dois colegas homossexuais. Não posso dizer que sejam discriminados, mas, [...] na mínima oportunidade, estamos sempre na brincadeira, [...] para eles pode ser já considerado, não vou chamar *bullying* acadêmico, mas nós gostamos de mandar, assim, umas “farpazinhas” de vez em quando que pode ser indicador de algum tipo (de discriminação) [...]. Sou cem por cento contra (a adoção), se estamos a falar de coadoção de crianças, sou cem por cento a favor. Não vejo com bons olhos, não vejo com agrado um casal de homossexuais, na condição de serem

homossexuais, como se isso fosse um prêmio, porque não é. [...]. Portanto, qualquer que seja a formação, a profissão, a orientação sexual, os gostos próprios, seja de que coisa for, são (os homossexuais) insignificantes para uma coisa que se chama reprodução. Existe um ou outro tipo de direito específico que eu acho que não devem ter, por exemplo, a adoção de crianças. (AIPT/8).

Acho que foi correto retirarem do DSM [...]. É bom já não haver esse preconceito, por muito que eles ainda o tenham pessoalmente em nível geral, foi bom passar cá para fora do que deixarem considerar uma doença. Não devia ser psicólogo [...] se tem (preconceito), [...]. Não acho que seja impossível se for um profissional e se conseguir olhar para aquela pessoa com aquele problema porque, às vezes, o que choca mais é ver um casal de mãos dadas ou aos beijos [...]. É, toda gente tem preconceitos, é impossível não se ter [...]. Então, se a criança está num lar, está sem condições de vida, o que é que lhe interessa se são dois homens, duas mulheres [...]. (AIPT/9).

3. Análise dos discursos (Blocos Temáticos)

Primeiro Bloco Temático: Conceituação do preconceito sexual e discriminação sexual e a possível percepção dos mesmos no espaço acadêmico da psicologia

1.1. Qual é a sua concepção sobre preconceito sexual?

Partindo do princípio de que, para falar de um determinado tema, é preciso ter nem que seja uma noção mínima a respeito do mesmo, em razão disso, procurei verificar se os estudantes de psicologia, de facto, tinham uma compreensão exata ou aproximada das expressões *preconceito sexual* e *discriminação sexual*. A maioria dos alunos considera a homossexualidade uma opção ou escolha. Jacques Lacan foi o primeiro psicanalista a aceitar a homossexualidade como uma variante da sexualidade humana (Roudinesco & Plon, 1998), mas os autores preferem as expressões *condição sexual* ou *orientação sexual*. A maioria dos alunos, embora demonstre uma concepção nítida do conceito preconceito sexual, mas, por vezes, o confunde com discriminação sexual:

Como o próprio nome indica, preconceito é um conceito que elaboramos *a priori*, ou seja, vai levar à discriminação. Penso que podemos aqui incluir todo o tipo de discriminação feita em relação à orientação sexual. (AIPT/1).

Para mim preconceito sexual está intimamente ligado ao receio que as pessoas têm em relação ao desconhecido. Preconceito sexual é a discriminação de pessoas com orientação ou condição sexual diferente da aceita socialmente, como é o caso dos homossexuais, bissexuais e transgéneros. (AIPT/2).

Na minha ideia, o preconceito sexual, tendo em conta o século em que vivemos, é algo um bocado de pessoas retrógradas, pois, cada vez em maior número deixa de existir o tal casal tradicional com marido e mulher. Esse existe apenas para distinguir quem vai ou não seguir a norma que a sociedade em si estabelece. (AIPT/3).

Não tenho preconceito sexual e penso que quem o tem deveria olhar mais para o outro [...] Porém, a maioria das sociedades atuais é heterossexistas e concebe a heterossexualidade como a manifestação do desejo sexual “normal”. Observo com imensa tristeza que, infelizmente, as demais manifestações sexuais são mal interpretadas e sofrem de sanções sociais e morais praticamente em nível global. (AIPT/4).

Considero que o termo preconceito, tal como a palavra indica, está associado a uma ideia incompleta e por isso, muitas vezes, incorreta acerca de alguma coisa, nesse caso a homossexualidade. (AIPT/5).

São pessoas que tem um conceito sem conhecimento a cerca da vida sexual das pessoas. Acho que é só isso. (AIPT/6).

Acho que vai muito das culturas, o que é preconceito para mim, pode não ser preconceito para uma pessoa que vive numa outra sociedade, mas acho também que o preconceito, às vezes, é só da boca para fora. As pessoas, às vezes, querem, têm vontade, mas não fazem já com medo ou receio, de quem está do outro lado vai pensar, também é muito da educação, não é? Da família. Acho que o preconceito está incutido pela cultura, pela sociedade que está à volta.

Porque, às vezes, acho que as pessoas nem têm tanto preconceito quanto dizem, até tem vontade de fazer uma coisa diferente, mas tem aquele preconceito, não é? Porque já inculcaram: o que as pessoas vão pensar de mim? (AIPT/7).

O preconceito para mim está diretamente ligado à cultura de cada sujeito, as crenças religiosas de cada sujeito, e ao que a sociedade permite ser um comportamento aceitável. Existe uma grande variedade de sexualidade na nossa sociedade, [...] mas, nem todas são aceitas, muito do preconceito é derivado da nossa religião, e como tal os homossexuais, bissexuais têm que ter um comportamento menos exposto. Portanto, eles têm que se defender da própria sociedade, e o pior, do próprio núcleo familiar porque, muitas vezes, não é aceito. (AIPT/8).

Basicamente é alguém que não aceita a opção sexual de outra pessoa, e que por vezes pode ser de uma maneira natural, sem críticas, sem nada, e pode ser de uma maneira violenta, indo contra as próprias pessoas com uma sexualidade diferente da sua. (AIPT/9).

A minha concepção de preconceito sexual é um pouco relacionada à diversidade, i.e., acho que muito do preconceito é em cima das diferenças das pessoas, com escolhas sexuais que não sejam heterossexuais, penso que são um bocadinho vistas como diferentes, são muitas vezes vistas pela sociedade como aberrações. E acho que a minha concepção de preconceito sexual é mesmo isso, já são estereótipos formados de pessoas com opções diferentes dos heterossexuais. Portanto, penso que é um bocadinho isso, a aberração, o diferente. (AIPT/10).

O preconceito é uma ignorância contra qualquer coisa que seja. Então, não é bem legal, não é uma coisa bem legal. (AIPT/1).

Acho que é muito amplo isso, mas, eu diria que não tenho preconceito como as outras pessoas têm, que conheço pessoas que têm um certo repúdio, uma certa fobia, mesmo, uma recusa muito grande, eu não teria isso, não. (AIPT/2).

O preconceito sexual é uma coisa meio, sei lá, muito idiota, sabe! [...] a pessoa não para pensar no outro. Eu acho que é mais ou menos isso. (AIPT/3).

O preconceito é o mais cruel possível. [...] não acho natural ver o outro julgar, condenar, agredir, seja fisicamente, seja verbalmente outra pessoa por ter uma opção diferente, para mim é a pior coisa possível, é a mais devastadora que existe. Porque eu tenho o meu desejo, gosto de homens, sou heterossexual, mas, e daí? Se o outro não gosta, e daí? (AIPT/4).

A questão do preconceito está na intenção. Muitas vezes a gente coloca na brincadeira, não no sentido de atacar, como se fosse numa forma carinhosa de tratar. Às vezes, a gente brinca, por exemplo, eu brinco, tipo: “eita bicha má”. Isto é uma forma de brincar que eu não brincaria com qualquer outra pessoa, mas eu acho que a questão do preconceito, seria, tipo, como você passa a se utilizar dessa palavra, dessa fala para atacar a pessoa e de certa forma alguns discursos eles colocam isso, né? Se ver muito isso nas redes sociais. (AIPT/5).

O preconceito sobre qualquer aspecto, sobre qualquer coisa, eu acho uma coisa equivocada. Muitas vezes o preconceito acontece quando você não tem o conhecimento sobre aquele assunto, sobre aquela coisa, e você já julga pensando que é isso ou aquilo, por causa disso ou por causa daquilo, equivocadamente. (AIPT/6).

Eu vejo que o preconceito sexual está muito ligado as tradições, a questão mais regional de uma determinada população ou sociedade. Eu vejo que determinado grupo pode desenvolver preconceitos contra determinados grupos sociais, sendo influenciado também pelas mídias, pelos meios de comunicação. Mas, sobretudo, acredito que seja mais onde o indivíduo está inserido. (AIPT/7).

Eu tenho preconceitozinho assim em relação a quando tem criança numa parada (paragem) de ônibus (autocarro), eles (os gays) ficarem se beijando. Assim, desse tipo. Mas, em relação a preconceito, eu não tenho não. Assim, porque a pior mentira que tem é quando você mente para si mesmo a sua opção sexual, o que importa é ser feliz do jeito que é. (AIPT/8).

O preconceito está dentro de cada indivíduo, certo? Cada um tem a sua visão, a forma que ele enxerga a questão do homossexualismo. A cerca do preconceito, considero como cidadão, coisa pequena. Cada um deve respeitar as diferenças, orientações e opções de cada ser dentro do seu contexto social. Então, eu acho **uma atitude pequena, quando na verdade em vez de respeitarmos essa diversidade, atiramos pedras contra, muitas vezes, em pessoas que nem conhecemos.** Eu acho que carácter e personalidade não estão associados à questão sexual, e sim à formação do indivíduo como um todo. (AIBR/9).

O preconceito é uma coisa que a agente vê que está cada vez crescendo mais, mas tem ganhado grande força os movimentos gays. A gente vê que o preconceito ainda existe de forma bem acentuada, e que apesar de várias pessoas influentes fazerem campanha em relação (a homofobia), mas o preconceito, a violência ainda ocorre muito. Os casos de violência que têm aparecido na mídia mostram que no Brasil todo tem aumentado bastante. (AIBR/10).

1.1.1. Alunos que acreditam que o preconceito está ligado ao desconhecido ou ao que se diferencia da norma, do habitual:

Alguns alunos portugueses acreditam que o preconceito está ligado ao desconhecido ou ao que se diferencia do normal. O preconceito, para o AIPT/1, “é um conceito que elaboramos *a priori*, ou seja, vai levar à discriminação”, e pode “incluir todo o tipo de discriminação feita em relação à orientação sexual”; para a AIPT/5, o preconceito “está associado a uma ideia incompleta e por isso, muitas vezes, incorreta acerca de alguma coisa, neste caso a homossexualidade”, ou seja, como diz a AIPT/6, “tem um conceito sem conhecimento, a cerca da vida sexual das pessoas”. Mas o preconceito seria, de facto, por conta desse desconhecimento da vida sexual das pessoas ou pela não aceitação desse conhecimento? Essa segunda alternativa parece mais provável; para a AIPT/2, o “preconceito sexual está intimamente ligado ao receio que as pessoas têm em relação ao desconhecido”, e conclui que o “preconceito sexual é a discriminação de pessoas com orientação ou condição sexual diferente da aceita socialmente, como é o caso dos homossexuais, bissexuais e transgéneros”. Aqui, essa aluna usa como sinónimos os termos preconceito e discriminação, todavia, uma pessoa pode ter preconceito sem, necessariamente, discriminar. Segundo Myers (2003), *preconceito* é uma atitude baseada em julgamento prévio sobre a natureza supostamente negativa de um grupo e seus membros individuais, ao passo que, *discriminação*, se refere à conduta negativa contra os mesmos.

A AIPT/4 percebe que “a maioria das sociedades atuais é heterossexistas e concebe a heterossexualidade como a manifestação do desejo sexual ‘normal’”, por conseguinte, “as demais manifestações sexuais são mal interpretadas e sofrem de sanções sociais e morais praticamente em nível global”; para a AIPT/10, o “preconceito sexual é um

pouco relacionado à diversidade, i.e., acho que muito do preconceito é em cima das diferenças das pessoas, com escolhas sexuais que não sejam heterossexuais”, e por isso, são vistas pela sociedade “como diferentes”, ou “como aberrações”. Certamente, o preconceito sexual está relacionado à diversidade sexual, sim, mas no sentido de não aceitá-la.

1.1.2. Alunos que acreditam que o preconceito está ligado à cultura e à religião:

A AIPT/7 considera que o preconceito é relativo, varia de cultura para cultura, e diz: “o que é preconceito para mim, pode não ser preconceito para uma pessoa que vive numa outra sociedade”, e “que o preconceito está incutido pela cultura, pela sociedade que está à volta”, e que traz um desejo latente pelo objeto alvo do preconceito: “as pessoas nem têm tanto preconceito quanto dizem, até tem vontade de fazer uma coisa diferente, mas, [...] incutiram: o que as pessoas vão pensar de mim?”. Na visão do AIPT/8, “o preconceito está diretamente ligado à cultura” e “as crenças religiosas de cada sujeito e ao que a sociedade permite ser um comportamento aceitável”. Portanto, “existe uma grande variedade de sexualidade na nossa sociedade, [...] mas, nem todas são aceitas, muito do preconceito é derivado da nossa religião, e como tal os homossexuais, bissexuais têm que ter um comportamento menos exposto”. Certamente, o preconceito sexual é uma prática difundida nos mais diversos segmentos sociais, mas, “não há dúvidas de que, ao longo da história, as religiões têm sido uma das principais fontes de estímulo à intolerância, ao preconceito, à discriminação e à violência contra homossexuais, no Brasil e no mundo” (Mello, 2005, p. 188).

O AIBR/7 diz “que o preconceito sexual está muito ligado às tradições, a questão mais regional de uma determinada população ou sociedade. [...] Determinado grupo pode desenvolver preconceitos contra determinados grupos sociais, sendo influenciado também pelas mídias, pelos meios de comunicação”; para a AIBR/10, “o preconceito [...] está cada vez crescendo, mas tem ganhado grande força os movimentos *gays*. A gente vê que o preconceito ainda existe de forma bem acentuada, apesar de várias pessoas influentes fazerem campanha em relação (a homofobia), mas o preconceito, a violência ainda ocorre muito. Os casos de violência que têm aparecido na mídia mostram que no Brasil todo tem aumentado bastante”. De facto, a posição da mídia, em relação ao preconceito, por vezes, é ambígua, dependendo do interesse que está em jogo, no caso a audiência/venda.

Em razão disso, os meios de comunicação se tornaram irrelevantes as categorias que dizem respeito à verdade e à falsidade, e substituíram por noções de credibilidade ou plausibilidade e confiabilidade, para que algo seja aceito como real, para isso, basta aparecer como crível ou plausível (Chauí, 2006). Mas, as mídias têm, de forma ou de outra, tornado a homossexualidade mais visível. Contudo, Badinter (1992) afirma que quanto mais os homossexuais se tornam “visíveis” e reivindicadores, mais se defrontam com novas formas de hostilidade. Isso desmente o argumento segundo o qual uma pessoa ao se tornar mais conhecida, passa a ser mais aceita. A sociedade heterossexual ainda não evoluiu da mesma maneira, assim, conserva muito dos seus preconceitos e de suas fantasias negativas. A fala dessa aluna contempla a realidade da homossexualidade no Brasil, uma vez que é o país que dispara na estatística mundial no assassinato de homossexuais. A cada 27 h no Brasil, um indivíduo LGBT é violentado e morto.

1.1.3. Alunos que não conceituarem o preconceito, mas criticaram o próprio preconceito, e as pessoas que o reproduzem:

Para o AIPT/3, “o preconceito sexual, tendo em conta o século em que vivemos, é algo um bocado de pessoas retrógradas”, no que é reforçado pelo AI BR/1 quando diz que “o preconceito é uma ignorância”, que chega a ser, na opinião da AI BR/3, “uma coisa [...] muito idiota, [...] a pessoa não para pensar no outro”, na verdade, para a AI BR/4, “o preconceito é o mais cruel possível”, e acrescenta: “não acho natural ver o outro julgar, condenar, agredir, seja fisicamente, seja verbalmente outra pessoa por ter uma opção diferente”. A AIPT/9 entende que o preconceituoso “é alguém que não aceita a opção sexual de outra pessoa”, e acrescenta que isso “pode ser de uma maneira natural, sem críticas, sem nada”, ou seja, sutil, indireta, o que de facto caracteriza o preconceito sutil, e “pode ser de uma maneira violenta, indo contra as próprias pessoas com uma sexualidade diferente da sua”, no que consiste em discriminação. Percebe-se na maioria dos alunos a tendência em considerar a homossexualidade uma opção, ao invés de uma condição ou orientação sexual.

1.1.4. Alunos que acreditam que o preconceito está no indivíduo:

Para o AI BR/9, “o preconceito está dentro de cada indivíduo [...]. Cada um tem a sua visão, a forma que ele enxerga a questão do homossexualismo”, i.e., a homossexualidade. Certamente, sem saber, usa a palavra que contradiz o seu discurso tolerante à diversidade sexual. O sufixo “ismo”, de homossexualismo, significa doença,

foi substituído pelo sufixo “dade”, de homossexualidade, que designa modo de ser. Esse aluno conclui que, “em vez de respeitarmos essa diversidade, [...] atiramos pedras contra, muitas vezes, em pessoas que nem conhecemos”. O aluno AIBR/2 diz: “não tenho preconceito como as outras pessoas têm”, assim, deixa implícito que também tem, mas não igual ao dessas pessoas “que têm certo repúdio, certa fobia, mesmo, uma recusa muito grande”, desse tipo ele não tem; o AIBR/8, em nome de uma moral que protege a criança da “indecência dos homossexuais”, ele tenta suavizar o seu preconceito, assumindo uma forma diminutiva: “eu tenho preconceitozinho”, mas só “quando tem criança numa parada (paragem) de ônibus (autocarro), eles (os *gays*) ficarem se beijando”. Entretanto, como prova da sua tolerância ressalta: “o que importa é ser feliz do jeito que é”. A linha da influência, até mesmo inconsciente, do social sobre o individual é tênue e, por vezes, se confundem. Para González Rey (2005a), a subjetividade individual é determinada socialmente, mas não de modo linear externo, do social ao subjetivo. O indivíduo é um elemento constituinte da subjetividade social e, simultaneamente, se constitui nela.

O AIBR/5 diz que “A questão do preconceito está na intenção. Muitas vezes a gente coloca na brincadeira, não no sentido de atacar, como se fosse numa forma carinhosa de tratar. Às vezes, [...] por exemplo, eu brinco, tipo: “eita bicha má!”, no seu entendimento, bem diferente do que “se ver muito [...] nas redes sociais”, ou seja, que o objetivo é atacar, maltratar, discriminar. Mas, segundo Grave (cit. in Burn, Kadlec & Rexer, 2005), os homens heterossexuais estudantes universitários nos Estados Unidos frequentemente usam linguagem antigay, por exemplo, *bicha* e *queer*, como insultos. Além disso, atualmente é moda entre os jovens americanos heterossexuais usar a palavra *gay* como um adjetivo ao se referir a uma pessoa, lugar ou coisa, como sendo estúpido ou indesejável. A atitude preconceituosa, uma vez que é caracterizada como “brincadeira”, legitima a sua expressão. Portanto, estudantes de psicologia mesmo reproduzindo o preconceito, por meio das suas “brincadeiras”, acreditam que não tenham nenhum teor ofensivo, porque a intenção não é desqualificar o outro, o colega homossexual. Entretanto, isso não elimina o facto de que se trata de um modo dissimulado ou sutil de preconceito sexual.

1.2. Você percebe preconceito sexual na sua faculdade de psicologia?⁶²:

No secundário, por exemplo, acho que havia mais preconceito, mas agora aqui na universidade as pessoas são mais crescidas, já tem um olhar sobre o mundo que acho não tão preconceituosas, mas ainda existe algo assim. [...] Ainda acontece muito, quando se quer ofender alguém verbalmente é chamar-lhe *gay*, por exemplo, ou *paneiro* (*viado*, *bicha*) etc. Ainda acontece isso, portanto, é como valor, pejorativo. Por exemplo, não observo tanto o preconceito de homossexualidade contra o sexo feminino, é mais contra o masculino. Existem no curso de psicologia vários homossexuais, quatro ou cinco mais ou menos, e algumas pessoas evitam estar com eles por esse motivo. Quando saímos à noite e perguntamos: por que não convidamos fulano? Ah não! Ele não. A pessoa não diz que é por ele ser homossexual, mas subentende-se que é por esse motivo. Para exercer a profissão como psicólogo o preconceito não pode existir, e penso que algumas pessoas não estão conscientes disso, ainda não se aperceberam disso. (AIPT/1).

Se nós considerarmos que Portugal é uma sociedade ainda com muito preconceito e que é passado de geração em geração e que muitas das vezes, mesmo os colegas de psicologia e também de outros cursos, nós vemos que ainda existe muito preconceito em Portugal. Se calhar, na psicologia como é uma área mais ligada às pessoas, lidamos com essas situações de forma diferente, há um bocadinho menos de preconceito, mas, ainda existe. (AIPT/2).

Acho que não existe muito preconceito cá, pelo menos em termos dos meus colegas, acho que aceitamos muito bem, os homossexuais, por assim dizer. Acho que não há preconceito nenhum em relação a isso. Falando propriamente da minha turma, mais também no geral, acho que aceitam todos, não há assim grande preconceito contra se uma pessoa que é *gay* ou *lésbica*, acho que não existe preconceito nenhum. (AIPT/3).

Existe muito preconceito ainda, apesar de não ser muito falado, está meio escondido. Portanto, o preconceito está ainda muito presente, apesar de estarmos no século XXI, está muito presente ainda, tanto que não discutimos muito, não é um tema de discussão abordado no curso. (AIPT/4).

Tivemos um convidado que fazia parte de uma associação, para falar sobre os direitos, esclarecer algumas situações. [...] Mas, notava-se de uma forma geral, apesar de serem alunos de psicologia já de mestrado, que existiam dúvidas pertinentes, existia também algum preconceito que se verificava através de risos e de alguns comentários meio pejorativos em relação à própria pessoa que veio palestrar, a maneira dela falar e ao que ela estava a transmitir. (AIPT/5).

Na minha turma tem apenas dois homens e são heteros. Não, não, não tenho conhecimento de causa para falar sobre. (AIPT/6).

O preconceito sexual na faculdade de psicologia é cultural. O facto também de eu ser brasileira e conviver com colegas portugueses, há uma diferença brutal. [...] Venho de uma cultura tão liberal que posso brincar, posso falar tudo que me vem na ideia, o meu povo não vai dá tanta importância como os meus colegas, por exemplo, dão. O simples facto de falar como já tem acontecido da gente estar na brincadeira, e dizer: Ah! Dei uma queca (teve relação sexual) ontem. [...]. Para mim não tem maldade, mas, vejo que me levam a mal e veem com olhos de crítica. (AIPT/7).

Aqui na faculdade nós estamos ou tentamos ser treinados para fugir aos estereótipos, mas muitas vezes frutos de estarmos num curso, já são pessoas com uma idade mais avançada, já tem muitos anos de estereótipos em cima, é difícil fugirmos a eles. Os mais novos tem alguma facilidade em compreender como é que se cria um estereótipo, em compreender como é que se pode evitar que se cria essa imagem. Volto a reforçar aqui as crenças religiosas,

⁶² Nesta questão, o número de alunos não coincide, porque o AIBR/5 deu duas respostas que não tinha nenhuma relação com a questão, a uma mesma pergunta que lhe foi feita duas vezes.

a dificuldade de uma pessoa de 50, 60 anos que esteja a fazer um curso de psicologia mesmo para ela é um bocado difícil compreender a parte sexual ou homossexual de cada sujeito. Eu neste momento acho que estou no meio, entre trinta e os quarenta anos, pronto. **Estou naquele limiar de não apreciar particularmente a homossexualidade, mas saber conviver com ela, porque também eu faço uma distinção entre o que é a homossexualidade mais expansiva e essa eu não consigo lidar com ela. Tenho várias pessoas que são homossexuais que respeito, são todos exatamente iguais a mim, e temos o que nós aqui apelidamos de bichas, e essas bichas eu não consigo me relacionar com eles [...]. Por norma, adoto uma postura defensiva. Esses expansivos são os efeminados, mas em último grau. Que existem aqueles homossexuais que ninguém percebe, porque é uma condição muito interna deles, não me incomoda minimamente, e depois há aqueles que estão mesmo no extremo (os expansivos). Uma adoção de comportamento feminino num corpo masculino, esse tipo comigo não resulta, só se for uma pessoa normalíssima independente da sua orientação sexual. [...]** Para mim, **porque também já tenho alguma idade custa muito interpretar ou estar com alguém que tenha esses comportamentos femininos. [...]** Porque se eu estiver com uma mulher ela própria não tem esses comportamentos (efeminados). Por exemplo, eu estou a tomar um café com uma mulher, pode ter algo mais meiguinhos, mais atencioso, mas não é expansiva, é somente mulher. **E esse tipo de homossexuais não se remetem a serem mulheres, remetem a serem mulheres ao extremo. E utilizam depois um tipo de linguagem brejeira: Oh amor! Oh queridinho! Oh fofinho! Portanto, se eu enquanto colega ou amigo de uma mulher, não utilizo essa conversa, muito incomodado me sinto se eu tiver que usar com outro homem.** (AIPT/8).

Eu penso que **é um bocadinho igual a Portugal inteiro, não noto grande diferença por sermos psicólogos, acho que ainda há muito preconceito**, porque as pessoas não se veem, pelo menos na rua, enquanto no café nós não nos vemos como psicólogos, somos pessoas normais e, portanto, não deixamos o preconceito de lado, e há alunos ainda a ter em conta. Deveria haver, mas **pelo menos enquanto pessoas**, e depois dentro de um consultório não sei como cada um irá reagir, mas, enquanto pessoas, não noto grande diferença. (AIPT/9).

Acho que mesmo em faculdade de psicologia, e como estudante de psicologia acho que se nota muito o preconceito. Acho que se nota. Notamos, por exemplo, em momentos de laser, em que estão alunos de psicologia todos juntos, num bar, numa cafeteria, quando passa uma pessoa que é visível que é homossexual, há muitos comentários a cerca disso, “Olha! Lá vai, aquele é paneleiro (gay). Olha! Aquele deve ser maricas”. Portanto, há muitos, há muitos. (AIPT/10).

Aqui pelo menos, **até o presente momento não deu para notar nenhum tipo de preconceito em relação à orientação sexual, não.** Na minha sala creio que tem alguém com orientação homossexual e ele é respeitado igual a todos. Isso é notável. (AIBR/1).

Diria que do pessoal que conheço, **acho uns 30% do departamento, vamos dizer assim, é principalmente pessoas que tem uma religião muito forte, vamos dizer, eles meio que entram em conflito com as outras pessoas que defendem, ou que não sejam contra a isso (a homossexualidade), eu conheço certas pessoas aqui que tem esse certo repúdio, esse preconceito sexual e até, eu diria, excessivo.** (AIBR/2).

Eu acho que a **faculdade de Psicologia aqui é muito aberta, né? E por ser muito aberta, logo quando eu entrei na faculdade, já diziam que todos são gays.** Aí você já entra pensando: “todo mundo é gay”. Mas, aí você descobre que não é bem assim. Mas a questão do preconceito sexual, eu não sei se é por causa do curso ou se eu não vejo aqui assim forte não. **Tem algumas piadas de vez em quando, mas é uma questão de brincadeira. Não vejo que é uma coisa forte que vá machucar o sentimento da outra pessoa. O preconceito existe, mas não de forma forte.** (AIBR/3).

Não, não percebo, não vejo comentário, e me sinto tão bem com isso, por ver que **estar saindo uma galera aí de profissionais em humanas com pensamentos diferentes, acredito que vão criar seus filhos de forma diferente. Não percebo preconceito aqui.** Pelo menos eu não vejo. **Pode ser que tenha e seja tão camuflado, tão discreto que eu não vejo.** Mas, eu não vejo. (AIBR/4).

Aqui existe, ainda, muito. Agora eu acho que o preconceito existente aqui na Faculdade, se não me engano, mas seria de uma forma mais velada, a exemplo de cochichos, mas não consigo identificar, assim, como forma de ações que manifestam o preconceito. (AIBR/6).

Eu não vejo grandes problemas com o preconceito sexual aqui. Nunca me deparei com uma situação, nem com colega que houvesse sofrido algum tipo de preconceito ou de xingamento com a opção sexual de A ou B ou C. (AIBR/7).

Preconceito sexual ainda tem, de certa forma, **aquele olhar ainda torto. Mas, tem melhorado bastante em relação a isso.** (AIBR/8).

Muitas pessoas chegam aqui com essas dúvidas, com essa problemática, e a partir do momento que passa a cursar psicologia vai vendo que são questões a serem trabalhadas, desmistificando a questão do preconceito existente, antes de entrar na universidade, e passa a vê a questão do homossexualismo com a visão mais ampla, e passa a absorver isso como um conhecimento a mais e, muitas das vezes, [...] as diferenças, a questão até de exclusão, que faziam com pessoas homossexuais, essas barreiras são colocadas por terra. (AIBR/9).

Aqui ainda tem, mas, assim, os alunos se comportam mais em relação ao preconceito. Aqui na Faculdade **não demonstram muito.** Mas, **ainda se comenta: “Olha! Esse aí é viado”, “cai do banco” (é homossexual).** A gente ainda escuta esses comentários, mas, não de chegar diretamente à pessoa. (AIBR/10).

1.2.1. Alunos que identificam o preconceito sexual na sua faculdade de psicologia:

Na visão de Foucault (1979, p. 147), “como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação”. Nesse estudo, o modo do aluno tratar o homossexual e a homossexualidade, o controle se alterna nas duas posições, ora repressão ora estimulação e, por vezes, as duas formas simultaneamente. O AIPT/1 ressalta que “ainda acontece muito, quando se quer ofender alguém verbalmente é chamar-lhe *gay*, por exemplo, ou *paneleiro (gay)* etc. [...] Existem no curso de psicologia vários homossexuais, [...] algumas pessoas evitam estar com eles por esse motivo”. A repressão contida no insulto para que “não seja homossexual” ou que pelo menos, não mostre que é homossexual. E por fim, sem poder manter o controle ou discipliná-los, então os exclui para não serem tocados (sensibilizados) pela proximidade com a homossexualidade dos colegas *gays* da sua turma. Esse aluno chama a atenção para o facto de que não observa “tanto o preconceito de homossexualidade contra o sexo feminino, é mais contra o masculino”. Essa informação mais uma vez confirma que, em geral, os homens, mais do que as mulheres, têm preconceito contra *gays* que são alvos de mais violência e de crimes mais severos do que os praticados contra lésbicas (Fernandes, 2011; Pereira, 2004). De acordo com os estudos de outros autores e com os próprios, Herek (2000) diz que homens heterossexuais, geralmente, apresentam níveis

mais elevados de preconceito sexual do que mulheres heterossexuais. Seria a posição de “segundo sexo” que atenua o preconceito? A lésbica não desconstrói nenhum imperativo do tipo “seja fêmea”, a exemplo do que *gay*, em especial, quando apresenta “visibilidade do estigma” (Goffman, 1988), em relação à figura do macho. Para Foucault (1983, p. 126), “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. A visibilidade homossexual resulta de um corpo indócil, que não se submete e, assim, busca sua singularidade, resiste em se transformar em um corpo másculo, a exemplo de como se “aperfeiçoam” as *barbies*, na sua hipervirilização, descrita por Gontijo (2009).

Para a AIPT/2, “Portugal é uma sociedade ainda com muito preconceito”, assim sendo, parece não surpreender que na psicologia também tenha preconceito, mas, “como é uma área mais ligada às pessoas, lidamos com essas situações de forma diferente, há um bocadinho menos de preconceito”, do que os demais cursos, “mas, ainda existe”, afinal o preconceito “é passado de geração em geração”; a AIPT/9 diz que o preconceito no curso “é um bocadinho igual a Portugal inteiro, não noto grande diferença por sermos psicólogos, acho que ainda há muito preconceito”, de uma certa forma, na condição de pessoa, até admite o preconceito: “deveria haver, mas pelo menos enquanto pessoas”, mas, tem dúvida de como ficará o preconceito no seu exercício profissional: “dentro de um consultório não sei como cada um irá reagir”; na visão da AIPT/10: “mesmo em faculdade de psicologia, e como estudante de psicologia [...] se nota muito o preconceito”.

Isso é corroborado pela AIPT/4 quando diz: “existe muito preconceito ainda”, mas, acrescenta que, “apesar de não ser muito falado, está meio escondido”, por vezes, não tão escondido, como afirma a AIPT/10: “em momentos de lazer, em que estão alunos de psicologia todos juntos, num bar (lanchonete da faculdade), numa cafeteria, quando passa uma pessoa que é visível que é homossexual, há muitos comentários a cerca disso: “Olha! Lá vai, aquele é paneleiro (*gay*). Olha! Aquele deve ser maricas”. Foucault (1983, p. 126) diz que “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”. O corpo homossexual que anuncia sua condição homossexual - ele também poderia esconder em corpo *barby* -, vivencia esse “aperto” de ser apontado o tempo todo, de ser, por conta da sua visibilidade, limitado a determinados sítios (lugares), proibido de direitos desfrutados naturalmente pelos heterossexuais, é obrigado a reprimir, em particular no Brasil, por exemplo, a expressão pública de afeto ao parceiro.

O preconceito também se manifesta, segundo a AIPT/5, “através de risos e de alguns comentários pejorativos”, mesmo em se tratando de alunos do mestrado em psicologia, em relação a um palestrante, representante de uma associação LGBTs, convidado para dá sua contribuição sobre o tema, ao curso. Enfim, a AIPT/7 diz que o preconceito sexual na faculdade de psicologia, é cultural, não só em relação à homossexualidade, mas, sobre a sexualidade em geral, e ela sente, por ser brasileira, que “há uma diferença brutal”. Essa aluna afirma que “o simples facto de falar [...] na brincadeira, [...] dei uma queca (teve relação sexual) ontem”, vê que a levam a mal e a que olham de modo crítico.

Quase a metade do número dos alunos brasileiros, em relação aos alunos portugueses, aponta o preconceito sexual nas suas faculdades de psicologia. Para o AIBR/2, “uns 30% do departamento, [...] é principalmente pessoas que tem uma religião muito forte, [...] entram em conflito com as outras pessoas que defendem, ou que não sejam contra a isso (a homossexualidade), [...] tem esse certo repúdio, esse preconceito sexual, e até eu diria excessivo”. O ambiente acadêmico da psicologia no Brasil, em geral, é estigmatizado como próprio de homossexual. Nesse sentido, a AIBR/3 diz: “que a faculdade de Psicologia [...] é muito aberta, [...]. E por ser muito aberta, logo quando eu entrei na faculdade, já diziam que todos são gays. [...] Tem algumas piadas de vez em quando, mas é uma questão de brincadeira. Não vejo que é uma coisa forte que vá machucar o sentimento da outra pessoa. O preconceito existe, mas não de forma forte”. Pode-se afirma que existe, sim, o preconceito sutil, disfarçado de “brincadeira”, que espera não vá “machucar o sentimento” do colega homossexual. Mas, nessa faculdade pública, mais um suposto reduto *gay* da psicologia, não é tão “aberto” assim.

Os alunos BR/6 e BR/10 que são de outra faculdade, no caso, privada, e ambos, respectivamente, dizem: “aqui existe, ainda, muito” e “aqui ainda tem”. O AIBR/6 acrescenta: “o preconceito existente aqui na Faculdade, [...] seria uma forma mais velada, a exemplo de cochichos”. E a AIBR/10 diz que escuta comentários dos tipos: “Olha! esse aí é viado”, “cai do banco” (é homossexual), “mas, não de chegar diretamente à pessoa”, alvo do preconceito. Mas, esse modo de preconceito é também manifestado nas demais faculdades, ou seja, indiretamente ou disfarçado em forma de brincadeira, diante dos sujeitos alvo do preconceito, de maneira mais explícita ou frontal, já não seria preconceito, e sim discriminação. Na expressão subjetiva ou sutil do preconceito, a intenção é de que a vítima sinta as “farpas”, sinais do preconceito, e que o agressor fique em segurança, a ponto de dificultar a comprovação do seu ato como

discriminativo. Enfim, o preconceituoso se sente aliviado a partir do momento que se vinga do suposto agente provocador do seu mal-estar, geralmente um homossexual que apresenta “visibilidade do estigma”, e se certifica que, de alguma forma, esse indesejável, mesmo que sutilmente, tenha sido atingido pelo seu preconceito.

1.2.2. Alunos que identificam mudança no preconceito sexual dos seus colegas na sua faculdade de psicologia:

Somente dois alunos brasileiros apontam uma crescente tolerância no decorrer do curso. Para o AIBR/8, ainda tem preconceito sexual, “aquele olhar ainda torto”, ou seja, crítico, mas, que “tem melhorado bastante”, atenuado. O AIBR/9 identifica uma mudança nos colegas quando ele entra no curso com “visão do senso comum”, para “uma visão científica” com o decorrer do curso: “a partir do momento que vai aprofundando na questão científica da psicologia [...] vai vendo que são questões a serem trabalhadas, desmistificando a questão do preconceito existente antes de entrar na universidade, e passa a vê a questão do homossexualismo (sic) com a visão mais ampla, [...] as diferenças, a questão até de exclusão, que faziam com pessoas homossexuais, essas barreiras são colocadas por terra”.

1.2.3. Alunos que não conseguem identificar preconceito sexual na sua faculdade de psicologia:

O AIPT/3 diz: “que não existe muito preconceito cá, [...] aceitamos muito bem, os homossexuais”. Enfim, deixa implícito que tem, mesmo que pouco, mas, acaba por assumir “que não existe preconceito nenhum”. Já a AIPT/6 destaca que a maioria dos estudantes é mulher, que na sua “turma tem apenas dois homens e são heteros”. Portanto, não teria “conhecimento de causa para falar” a respeito; o AIBR/7 diz que sua faculdade não vê “grandes problemas com o preconceito sexual”, certamente, os percebe menores e, em vista disso, não dá importância ou releva. Acrescenta: “nunca me deparei com uma situação, nem com colega que houvesse sofrido algum tipo de preconceito ou de xingamento pela opção sexual de A ou B ou C”.

Estudantes da mesma faculdade pública, o AIBR/1 diz que “até o presente momento não deu para notar nenhum tipo de preconceito em relação à orientação sexual, não”, e a AIBR/4 diz: “não percebo, não vejo comentário”. O AIBR/1 parece ter a perspectiva que ainda pode, afinal, está no primeiro ano, vir a perceber, como até agora não aconteceu, ele diz: “isso é notável”, ou seja, ele esperava encontrar preconceito sexual

nesse ambiente. A AIBR/4 acrescenta: “me sinto tão bem com isso, por ver que estar saindo uma galera aí de profissionais em humanas com pensamentos diferentes, acredito que vão criar seus filhos de forma diferente”, ou seja, estar saindo uma demanda de formandos sem preconceito sexual. Todavia, a aluna considera que essa maneira de pensar diferente irá refletir, ao invés de no exercício desse novo profissional, mas, na sua vida pessoal: “acredito que vão criar seus filhos de forma diferente”. E termina colocando sua percepção em dúvida: “pode ser que tenha (preconceito) e seja tão camuflado, tão discreto que eu não vejo”. Essa aluna sugere querer convencer a si mesma que o espectro do preconceito na sua faculdade não existe, parece que opta por se “cegar” para o que já fora visto, e insiste: “Mas, eu não vejo”.

Enfim, se constatou que mais alunos portugueses indicaram preconceito sexual suas faculdades de psicologia, e menos alunos portugueses conseguem perceber sua ausência no seu espaço acadêmico, do contrário, os alunos brasileiros indicaram menos preconceito sexual nas suas faculdades de psicologia e conseguem notar mais a ausência, como se tivessem a expectativa de encontrá-lo ali ou em algum lugar específico do seu universo acadêmico.

1.2.4. Alunos que assumem seu próprio preconceito sexual:

Estou naquele limiar de não apreciar particularmente a homossexualidade, mas saber conviver com ela, porque também eu faço uma distinção entre o que é a homossexualidade mais expansiva e essa eu não consigo lidar com ela. Tenho várias pessoas que são homossexuais que respeito, são todos exatamente iguais a mim, e temos **o que nós aqui apelidamos de bichas e essas bichas eu não consigo me relacionar com eles [...]. Por norma adoto uma postura defensiva. Esses expansivos são os efeminados, mas em último grau. Existem aqueles homossexuais que ninguém percebe, porque é uma condição muito interna deles, não me incomoda minimamente,** e depois há aqueles que estão mesmo no extremo (os expansivos). (AIPT/8).

Eu tenho preconceitozinho assim em relação a **quando tem criança numa parada (paragem) de ônibus (autocarro), eles (os gays) ficarem se beijando.** (AIBR/8).

Embora a pergunta fosse direcionada para a percepção do aluno a respeito do preconceito sexual na sua faculdade, esse aluno AIBR/8 assume seu próprio preconceito sexual. Começa seu discurso dizendo que para as pessoas de mais idade é mais difícil desconstruir um estereótipo, diferente das mais novas que, segundo seu olhar, tem mais facilidade. Assim, parece forjar argumento para justificar seu preconceito, ressalta que se encontra na faixa intermediária, nem jovem e nem tão velho, e que aceita a orientação homossexual de um indivíduo desde que seja uma pessoa “normalíssima”. Certamente, um homossexual discreto, e não o homossexual que Goffman (1988)

categoriza como tendo “visibilidade do estigma”, que nos seus termos desse aluno seria o homossexual “expansivo”.

Para Foucault (1983, p. 153) “o poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’ [...] para retirar e se apropriar ainda mais e melhor”. Só com o adestramento é que AIPT/8 consegue se relacionar com esses homossexuais colegas da turma de psicologia. Não podem ser “expansivos”, nos seus corpos rebeldes, indóceis, anunciando a sua homossexualidade, tem que silenciar essa visibilidade e se comportar como se fossem heterossexuais, para poderem desfrutar como prêmio a companhia e amizade desse colega heterossexual, e esse, por sua vez, possa colher o melhor que ele possa lhe oferecer.

Segundo Eribon (2008), o homossexual faz o heterossexual pensar a sua heterossexualidade, o retira desse privilégio absoluto, por isso, indigna-se quando se sente ameaçado de perder, mesmo que seja parcialmente. Esse mecanismo também tem relação com o conceito de *différence* forjado por Derrida (2001), que faz alusão ao modo pelo qual o significado nunca está presente por si só, mas depende sempre do ausente ou remete ao ausente. Em outras palavras, cada significado deixa implícito seu binário, seu oposto. Diríamos que essa ação é mais intensa na medida em que é mais inseguro ou ameaçado o sujeito se sentir. Mas, enfim, diante disso, esse aluno “pede aos gays que voltem à ‘discrição’, i.e., que permitam que ele volte à paz de suas certezas, ao conforto de sua normalidade que repousava no silêncio dos outros” (Eribon, 2008, p. 37). Cabe salientar que nem sempre se trata educadamente de um pedido, por vezes, em especial, nas culturas machistas, isso é feito por meio das agressões verbal e física que pode levar até ao assassinato do homossexual. O heterossexual se sente ofendido e, como detentor do poder de macho, não se permite à sutileza, isso subverteria a hierarquia dos seus privilégios, um “rei destronado”.

O AIBR/8 tenta minimizar seu preconceito, colocando-o no diminutivo, como se isso atenuasse o efeito da sua intolerância, mas o preconceito, mesmo que sutil, não elimina seu teor corrosivo. Foucault (1983, p. 153) diz que “o sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame”. Diante da cena do casal homossexual se beijando, o poder do hierárquico (heterossexual considerado normal) do observador seria disciplinador do tipo: não se beija sendo homens, em especial, em lugares públicos. Mesmo na ausência de qualquer verbalização repressiva nesse sentido, “o olhar hierárquico” passaria essa mensagem.

Como hoje “sair do armário” implica também na reivindicação da expressão livre dos afetos, similar aos heterossexuais, então a tendência é que essa disciplina cada vez mais, tenha menos espaços ou oportunidades para se impor.

Assim, não resta nada a fazer do que apelar para moral, o que seria essa suposta indecência diante de uma criança? Esse cuidado para que num futuro próximo a criança não fique tão habituada a vê esse tipo de cena, e que passe a achar curioso a ponto de resolver imitar, uma vez que, para o senso a homossexualidade é opção. Portanto, sem grandes complicações pessoais interna, psicológicas, emocionais, basta querer e pronto. Para essa hipotética criança, talvez a cena não passasse de engraçada, entranha porque por já ter visto pessoas se beijando, mas, talvez não do mesmo sexo. Esse, possivelmente, seria o preocupante “choque” do qual o aluno quer poupar a criança. Nessa perspectiva, nada mais justo do que proteger essa vulnerável, e não trazer a questão para si, da inquietação que internamente a tal cena lhe provoca, então, legitima-se o preconceito.

1.3. Qual é a sua concepção sobre discriminação sexual?

De modo geral, a maioria dos alunos foi assertiva ao conceituar discriminação, diferente de quando conceituaram preconceito, dado que, por muitas vezes, chegaram a fundir com discriminação ou usaram os dois termos como sinônimos:

A discriminação pode passar pela marginalização dos indivíduos discriminados, ou seja, **devido à orientação sexual, certos indivíduos poderão ser olhados de lado, poderão ter menos oportunidades na sociedade, acesso a emprego e serviços, dificuldade em conhecer novas pessoas, em fazer amigos, poderão em casos extremos sofrer de maus-tratos físicos e, com muita frequência, maus-tratos psicológicos.** (AIPT/1).

A discriminação sexual surge do preconceito sexual [...]. (AIPT/2).

Discriminação sexual é algo que, em minha opinião, [...] não devia existir. Pode parecer uma ideia absurda, mas, de facto, **se cada um de nós tem direito a escolher em quem votar, o que vestir, o que calçar, que profissão exercer no futuro, porque não podemos escolher o nosso gosto sexual sem sermos discriminados pelas outras pessoas?** Essa é de facto bastante negativa para quem a sofre, por vezes, a discriminação passa para além das meras palavras. (AIPT/3).

Particularmente a violação dos direitos dos homossexuais acontece em várias vertentes discriminatórias: a nível social, quando a sociedade se ofende ou sente como agressão a simples demonstrações de carinho entre os homossexuais; a nível profissional, quando o despedimento ou a não contratação se norteia pela orientação sexual do indivíduo; em nível interpessoal, quando as relações de amizade simplesmente não existem, insulta ou agride psicologicamente indivíduos homossexuais; a nível religioso, quando são rejeitados; e até a nível jurídico, quando os homossexuais não são detentores dos mesmos direitos que os heterossexuais, tanto nas relações conjugais quanto na possibilidade paternal. (AIPT/4).

Considero que a discriminação é quando o preconceito passa a ser manifestado verbalmente ou através da ação, seja diretamente ou indiretamente mostrado à pessoa que é alvo de discriminação. Por exemplo, se alguém chama diretamente nomes a um *gay*, ou se critica e fala com outra pessoa acerca da sua homossexualidade. (AIPT/5).

É quando alguém é tratado de uma forma diferente, devido à sua opção sexual. (AIPT/6).

Isso está mais falado agora, nos últimos tempos, não é? Com as opções sexuais que andam aí. Eu sou suspeita porque eu sou extremamente liberal para poder estar a falar sobre o assunto, mas não sei como é que eu vou te responder essa questão. (AIPT/7).

Ah! Agora se calhar, sim. **A discriminação é deixar de parte alguém por não concordar por sua orientação sexual.** Lá está, novamente em nível de violência, por exemplo, ou por simplesmente deixar de parte já é mal suficiente para a pessoa já se deve sentir bastante excluída. (AIPT/9).

Penso que **não deveria haver discriminação sexual, porque somos todos iguais, mesmo com nossa escolha, cada um tem sua escolha, desde que não interfira na vida dos outros, que não prejudique uns aos outros, a minha concepção de discriminação sexual é que realmente, por exemplo, são negados direitos e condições a homossexuais que não deveriam ser negados, porque são pessoas na mesma (iguais aos heterossexuais).** (AIPT/10).

Eu acho absurdo, **muito absurdo qualquer tipo de discriminação, especialmente se essa pessoa tem direito de escolher o que ela quer para si e a orientação sexual que ela deve seguir.** Ela tem total direito e liberdade. (AIBR/1).

Sinceramente, **eu acho uma tolice, todo mundo é igual, independente de ser é hetero ou homo, eu acho que isso não importa, porque, cada um tem a sua subjetividade, cada um é aquilo que é, [...]** existe na sociedade que se chama padrão, seja ele padrão de beleza, padrão de sexualidade. A escolha sexual não vai influir, não define o seu carácter, não define o que a pessoa é, o que tem dentro de si é o que realmente importa, isso na minha concepção. (AIBR/2).

De você ver a pessoa como se a pessoa fosse uma pessoa deficiente, como se fosse uma pessoa que não fosse igual a você. Eu acho que é basicamente, assim, parte dessa questão do preconceito homossexual. Uma pessoa **pode ter preconceito, mas pode não discriminar,** entendeu? Sim, que é a questão do manifestar. Eu acredito muito que **o que você sente tem que expressar, só que tem que saber medir o quanto vai ferir a outra pessoa ao expressar isso.** O sujeito não pode ser tão perverso ao ponto de desprender tudo que sente. Não é assim, porque fere outros sentimentos e como vive numa sociedade que o outro faz parte, então eu acho que tem que pensar bem, ou estar agredindo uma pessoa, usando palavras que estão ferindo os sentimentos dela. Eu **acho sacanagem estar manifestando, assim, tão brutaemente, como muitas pessoas fazem.** (AIBR/3).

É querer impor que o outro seja do jeito que você é, e aí, pelo facto do outro não ser, você vai lá e o agride, vai lá e julga, vai lá e condena, vai lá e ameaça. É isso. (AIBR/4).

Eu falei, acho que no começo, **a questão do ato. Se você tem intenção, aí só é a questão de discriminar, mas quando você de certa forma, como é tratado, se for de uma forma afetuosa, que não tem intenção de magoar a pessoa, eu acho que não seria relacionada à discriminação.** (AIBR/5).

A discriminação parte da ação em si. Você manifesta diretamente através dos comportamentos. (AIBR/6).

Discriminação sexual, eu penso que é quando o indivíduo começa a xingar o outro, a ser rude, enfim, vejo que são mais quando as ações são voltadas para o teor sexual. Essa questão de xingamento, de exclusão. Seria mais nesses termos. (AIBR/7).

Não, eu não discrimino não. É normal. (AIBR/8).

Então, a cerca dessa questão sobre discriminação contra o homossexualismo (sic), eu acho que deve ser refeito alguns conceitos e essa temática tão importante deve ser abordada nas escolas conscientizando os jovens para que faça parte de sua formação como pessoa ou até mesmo porque não é bio-psico-social? [...]. Posso até afirmar isso, vai ser um ser humano crescendo sem a questão da discriminação e pelo contrário, ao invés de discriminar pessoas homossexuais como é a temática, porque não acolhê-las e entender que são pessoas assim como as heterossexuais. (AIBR/9).

A discriminação ocorre porque, como você ver na prática, eles (homossexuais) são muito discriminados lá fora. Essa classe, assim, de arranjar um emprego, de estar num local, o andar. O pessoal discrimina muito, comenta muito, fica apontando. (AIBR/10).

1.3.1. Alunos que apresentam uma concepção objetiva da discriminação sexual:

O AIPT/1 mostra-se bastante consciente, não só dos efeitos subjetivos da discriminação, a exemplo de “serem olhados de lado”, mas, também, dos efeitos danosos sobre a vida prática do sujeito que é discriminado, em vista da sua orientação sexual, assim, “poderão ter menos oportunidades na sociedade, acesso a emprego e serviços, dificuldade em conhecer novas pessoas, em fazer amigos, poderão em casos extremos sofrer de maus-tratos físicos e, com frequência, maus-tratos psicológicos”; a AIPT/2 destaca que “a discriminação sexual surge do preconceito sexual [...]”. Assim, seria impossível discriminar sem ter preconceito, uma vez que o mesmo faz parte do núcleo da discriminação; o AIPT/3 coloca o gosto sexual no mesmo contexto da liberdade de direito das outras escolhas, como “em quem votar, o que vestir, o que calçar, que profissão exercer no futuro”, e chama a atenção para o sofrimento das pessoas discriminada, em virtude de que “a discriminação passa para além das meras palavras”; a AIPT/4 descreve várias vertentes sociais em relação às quais os homossexuais são discriminados; a AIPT/5 diz: “Considero que a discriminação é quando o preconceito passa a ser manifestado verbalmente ou através da ação, seja diretamente ou indiretamente”, sobre “à pessoa que é alvo de discriminação”; a AIPT/6 diz que quando uma pessoa é tratada de modo diferente por causa da sua opção, ou melhor, condição sexual; para a AIPT/9 a discriminação é deixar uma pessoa fora de um contexto, por não aceitar a sua orientação sexual, e isso “já é mal suficiente para a pessoa” se “sentir bastante excluída”; na visão da AIPT/10 “somos todos iguais, [...] cada um tem sua escolha, desde que não interfira na vida dos outros”, não devia “haver discriminação sexual”. Enfim, a aluna conclui que “na discriminação sexual [...] são negados direitos e condições a homossexuais que não deveriam ser negados, porque são pessoas” iguais aos heterossexuais.

O protesto do AIBR/1 que considera um “absurdo qualquer tipo de discriminação”. Toda pessoa tem direito e liberdade “de escolher o que ela quer para si e a orientação

sexual que ela deve seguir”; a ALBR/3 afirma que “uma pessoa pode ter preconceito, mas pode não discriminar”, essa diferenciação assertiva é corroborada pelo ALBR/6, quando destaca que a discriminação parte da ação, comportamento manifesto diretamente aplicado à pessoa alvo da discriminação; a ALBR/3 define preconceito do tipo: ver uma pessoa como se fosse deficiente, e, em virtude disso, a trata de modo desigual, e conclui que “é basicamente, assim, parte dessa questão do preconceito homossexual”. Para expressar a discriminação, “tem que saber medir o quanto vai ferir a outra pessoa ao expressar isso”. Mas, a expressão da discriminação, por si só, independente da forma, já não consiste em uma ação ferina? A aluna considera uma “sacanagem estar manifestando, assim, tão bruta” a discriminação, “como muitas pessoas fazem”; na visão da ALBR/4, é “impor que o outro seja do jeito”, i.e., heterossexual, logo, pelo facto dele não ser uma sua cópia, é agredido, julgado, condenado e ameaçado; o ALBR/7 diz que discriminação sexual é quando o indivíduo começa a xingar o outro, a ser rude. Enfim, são mais as ações com teor sexual voltadas para a questão de xingamento, de exclusão; o ALBR/9 considera que a questão da discriminação deveria ser colocada como disciplina desde o ensino fundamental (básico), para que tenhamos cidadãos capazes de aceitar homossexual e heterossexual como iguais, ou seja, incapazes de discriminar alguém por conta da sua orientação sexual; a ALBR/10 não fala da sua concepção sobre discriminação, mas de que vê a discriminação contra os homossexuais no cotidiano, seja em relação ao seu engajamento no mercado de trabalho ou sendo apontados na rua.

Esses alunos têm uma noção nítida do que seja a discriminação, compreendem e dimensionam seus efeitos. Bauman (1999b, p. 56) diz que “tendo sido despojado de sua humanidade e redefinido como verme, o Outro não é mais objeto de avaliação moral”. Assim, fica mais fácil discriminar, excluir, eliminar. Em razão disso, podemos pensar que o inverso possa ser verdadeiro, logo, o discernimento desses alunos, de algum modo, irá disponibilizá-los para atitudes mais tolerantes para com os sujeitos alvo da discriminação, uma vez que são capazes de se colocarem empaticamente no seu lugar.

1.3.2. Alunos que apresentam uma concepção subjetiva ou pessoal da discriminação sexual:

A ALPT/7 se refere à opção ao invés de condição sexual, e diz: que as opções, ou seja, a condições sexuais “andam aí”, parece que para ela se trata de uma novidade, uma moda, se fala “agora nos últimos tempos”, porque as condições sexuais “andam aí”, se

movimentam, do contrário, não se falaria nelas “agora”, nesses “últimos tempos”, não estariam em evidência. Qual seria a relevância de saber se se falam agora das condições sexuais por que elas “andam” ou por que elas “andam” é por isso que agora se falam delas? A aluna parece um pouco incomodada com essa evidência, com essas falas dos últimos tempos. Esse provável incômodo com a evidência da homossexualidade não seria uma forma de preconceito sutil?; o AIBR/2 considera que discriminar é uma tolice, porque “todo mundo é igual, independente de ser é hetero ou homo, eu acho que isso não importa, porque, cada um tem a sua subjetividade, cada um é aquilo que é”. Valorizado como pessoa, esse aluno acrescenta que “a escolha sexual não vai influir, não define o seu carácter, não define o que a pessoa é, o que tem dentro de si é o que realmente importa”; o AIBR/5 volta a insistir que sendo um conteúdo potencialmente discriminativo, o que vai diferenciar é a intenção, certamente, essa conduta é discriminativa, mas por conta do contexto da camaradagem, perde a força de atingir moralmente o outro; o ALBR/8 evita se posicionar, e afirma que não discrimina, desde que não seja manifestação afetiva de casal homossexual diante de criança, como expôs acima no item 1.1.

A conceção subjetiva da discriminação sexual torna tênue a linha que separa a tolerância e a discriminação, de tal modo que é possível discriminar usando de argumentos para a discriminação sem que isso suscite algum constrangimento ou culpa. Lacassagne (cit. in Robert, 2007, p. 90), considera “o ambiente social como mero ativador ou inibidor da natureza criminal de certos indivíduos”. Assim, é possível pensar que a conceituação da discriminação sexual em uma perspectiva subjetiva, sugere conceitos pouco consistentes, e mais fluídos. Em vista disso, acreditamos que possa deixar o sujeito que condena a discriminação com base nessa subjetividade, pouco resistente, e mais vulnerável aos estímulos do meio ambiente que tende a ser, na maioria das sociedades, mais hostil do que tolerante para com os homossexuais.

1.3.3. Aluno que se declara agente da discriminação sexual:

Se ver um bocadinho por debaixo da mesa (a “boca pequena”, nos “bastidores” ou em “*off*”), mas, penso que sim, se eu pensar seriamente, se calhar, **até eu contribuo para ela (discriminação) a nível profissional e de formação de grupos sociais.** Portanto, **se um colega apresenta um comportamento homossexual intrusivo só para ele, não, não vai gerar as diferenças, mas se for um pouco mais expansivo ou se for insinuator perante nós homens, que poderá está atento a mais do que uma amizade, então vai ser posto de lado por mim e, por certo, eu irei influenciar os meus pares.** Portanto, **ele será um excluído desse grupo, seja**

um grupo profissional, seja numa candidatura a um emprego, seja a qualquer nível, ele será sempre (discriminado). (AIPT/8).

O AIPT/8 toma para si a pergunta e, sem pudor ou constrangimento, assume seu “direito”, em razão da sua condição de homem (heterossexual), de discriminar colegas homens (homossexuais) por se mostrar “expansivo” (com visibilidade do estigma). A orientação sexual é para esse aluno o componente mais forte que determina o sentimento de pertença ao grupo de pares heterossexual, do que aos colegas de turma. Sem nenhum critério ético, se esse aluno se sentir ameaçado pela visibilidade homossexual, não apenas se defende, mas também faz pressão para que seus amigos também excluam o homossexual *expansivo* do grupo, independente de que se trate de “um grupo profissional” ou de “candidatura a um emprego, seja a qualquer nível”, esses colegas homossexuais, sempre serão discriminados. Enfim, nessa perspectiva, aquilo que não se consegue destruir, mas apenas silenciar, ainda assim, isso o incomoda, porque suscita “barulhos” que não quer entender, então, pune esses “desagradáveis”, não perdendo a oportunidade de se vingar, discriminar e incomodá-los com suas “farpas”.

1.4. Você tem conhecimento de algum facto relacionado à discriminação sexual na sua faculdade de psicologia?⁶³

1.4.1. Alunos que têm conhecimento de algum facto relacionado à discriminação sexual na sua faculdade de psicologia:

Pronto, como eu referi, por exemplo, não convidaram a pessoa. Mas, **de resto eu acho que, pelo menos, que eu tenha assistido, nunca vi nenhuma assim.** [...]. **Eu penso que eles não sentem muito isso, porque não acontece muito, e existem muitas pessoas que não tem problema nenhum. Por exemplo, vários deles são meus amigos e costumo sair com eles, é por isso que não acho que eles sentem muito isso.** (AIPT/1).

Sim, eu estava a pensar. Assim, de repente, acho que, se calhar, **os homossexuais do sexo masculino na nossa universidade são os que mais sofrem, mas também dependem dos cursos. As raparigas (moças) passam mais despercebidas, muito pela situação que são consideradas muitas das vezes bissexuais,** então, nem há tanto preconceito nessa área [...]. (AIPT/2).

Não, diretamente. Acho que **é mais somente falado,** porque quando se vê nunca fazem nada para discriminar ninguém. **Tipo, aquele gay, aquela marica** ou uma coisa qualquer, mas não é, **não é aquela coisa de ser mesmo para prejudicar a pessoa, é na brincadeira, só, mas, é se**

⁶³ O AIBR/5 citou um caso de discriminação, mas de uma faculdade de outra cidade que não a sua.

for preciso uma brincadeira entre os dois, não é, **não é aquela coisa mesmo de prejudicar ninguém**. Sim, por trás. (AIPT/3).

Na faculdade de psicologia, não, não. Sinceramente não tenho noção, **na minha própria turma temos dois colegas homossexuais. Não posso dizer que sejam discriminados, mas, sim, há ali uma componente**, e eu sou um dos intervenientes onde, **na mínima oportunidade, estamos sempre na brincadeira que é uma brincadeira, para eles pode ser já considerado, não vou chamar *bullying* acadêmico, mas nós gostamos de mandar, assim, umas “farpazinhas” de vez em quando que pode ser indicador de algum tipo (de discriminação), mas, acho que não, acho que isso é mais brincadeira da nossa parte, na faculdade, no geral, nunca me apercebi de nada**. (AIPT/8).

Na faculdade, sim, não diria ações físicas, não verbais assim de agredir um homossexual, mas, **de modo indireto, discrimina um professor porque ela fala muito sobre o tema homossexualidade**. (AIBR/2).

Não, também porque faz pouco tempo que eu entrei, e não conheço bem o pessoal. Mas, agora, pensando, tem um cara que vem com bolsa feminina, com adereços femininos no vestuário. Dar para ver que as pessoas ficam: Olha o viado! Assim, né! Desculpe o palavreado, mas o pessoal fica rindo, apontando. (AIBR/6).

O preconceito, mais do que a discriminação, está bem mais presente no universo acadêmico da psicologia, e de diversos modos, sendo o mais frequente “falar por trás”, nas “costas” do discriminado. Talvez, em razão da conduta do politicamente correto ou por não “pegar bem” por se tratar de alunos de psicologia, ou ainda, por fazer parte dessas culturas. Entretanto, manifestar o preconceito deixaria de ser preconceito e passaria a ser discriminação, e essa, como foi visto, se manifesta de maneira disfarçada por meio de “brincadeiras”, cujos discriminadores preferem acreditar que são “brincadeiras inofensivas” e que, certamente, pela aparente suavidade da discriminação, os alvos não se sintam atingidos. A maioria dos alunos das duas nacionalidades afirma que não existe discriminação nas suas faculdades nas seguintes falas: o AIPT/3: “é mais somente falado [...]. Tipo, aquele *gay*, aquela marica, [...] não é aquela coisa de ser mesmo para prejudicar a pessoa, é na brincadeira, só”; Mais alunos portugueses do que alunos brasileiros identificam situações de discriminação. O AIPT/1 diz nunca ter visto nenhuma discriminação. Isso se deve ao facto de não ocorrer muito, e também porque tem outras pessoas, como ele próprio, que não tem problema de ser amigo de colegas *gays* da faculdade. Esse aluno, talvez para não se sentir culpado, ressalta essa compensação, eles são discriminados, sim, mas não por todos os colegas da turma. A conclusiva seria de que esses *gays* não se sentem totalmente discriminados porque tem a sua discriminação atenuada pelos colegas que, a exemplo do próprio AIPT/1, apesar da homossexualidade deles, os convidam para sair, não lhes negam a sua amizade; o AIPT/8 diz que “na faculdade de psicologia, não, não” tem discriminação. Mas que percebe ali, na sua turma, “uma componente”, i.e., algum tipo de discriminação em

relação a dois colegas que são homossexuais. Ele próprio é “um dos intervenientes onde, na mínima oportunidade”, está sempre, no que ele chama na “brincadeira”. Esses dois *gays* podem até não interpretar isso como *bullying* acadêmico, mas que “umas ‘farpazinhas` de vez em quando podem ser indicador de algum tipo” de discriminação. O aluno tenta negar esse facto, ou seja, que tais “farpazinhas” não provocam dor, talvez, para atenuar seu efeito, diz: “mas, acho que não, acho que isso é mais brincadeira da nossa parte”. E conclui que, “na faculdade, no geral, nunca me apercebi de nada”, i.e., de mais discriminação, certamente, por está absorvido com o “lançamento” das suas próprias “farpazinhas”.

A AIPT/2 diz que os homossexuais do sexo masculino, em relação aos femininos, “são os que mais sofrem, mas também depende dos cursos”. Não cita em quais cursos é mais intensa a discriminação e nem como isso ocorre. Acrescenta que “as raparigas (moças) passam mais despercebidas”, porque, muitas vezes, são consideradas bissexuais. Essa fala reforça o que, no item 1. 2, o AIPT/1 ressalta que observa mais preconceito contra o sexo masculino, do que contra o sexo feminino; o AIBR/2 diz que “de modo indireto, um professor” sofre discriminação, “porque ele fala muito sobre o tema homossexualidade”; o AIBR/6 justifica que o facto de não ter visto ao seu pouco tempo de convivência na instituição, deixa implícito que, com mais tempo de convivência com o pessoal venha tomar conhecimento de alguma discriminação. Depois, se lembra que já viu cena de discriminação de um homem sendo apontado de *viado*, e sendo motivo de gozação (risos) pela sua inconformidade de género, estava usando adereços do vestuário feminino. Embora que, de modo não intenso, a discriminação exista como simulacro no espaço académico de psicologia, com exceção do AIBR/6 que descreveu uma cena de discriminação, os alunos portugueses tentam, talvez por conta de um sentimento de culpa, atenuar a discriminação. O AIPT/1 relativizando os efeitos da discriminação praticada pelos outros, ou seja, pelos colegas heterossexuais contra os colegas *gays* em comuns da sua sala de aula; e o AIPT/8 negando o efeito da própria discriminação em conjunto com outros colegas heterossexuais que discriminam, com suas supostas “brincadeiras”, dois homossexuais colegas de turma. Contrariando um pouco o que afirmam Menezes e Costa (1992), de que é difícil para qualquer indivíduo admitir que tenha preconceitos, sendo ainda mais complicado para um clínico que tem como meta ser aberto e empático, o AIPT/8 assume que discrimina, sim, e em quais contextos exercita. Nos Estados Unidos da América, Pilkington e Cantor (1996) identificaram muitos exemplos de heterossexismo nos

alunos de pós-graduação em psicologia, e Jayakumar (2009) identificou predominantes *atitudes negativas* entre os graduandos de psicologia, em relação às pessoas LGB. Portanto, a discriminação, embora pouco frequente em Portugal e no Brasil, entretanto, está presente nos espaços acadêmicos da psicologia de países mais desenvolvidos.

1.4.2. Alunos que não têm conhecimento de nenhum facto relacionado à discriminação sexual na sua faculdade de psicologia:

Não que eu tenha conhecimento, não. Apenas sei que existe ainda algum preconceito pela forma que não abordam a questão, mas, que eu tenha tido conhecimento de algum, não. Sim, existe, existe. (AIPT/4).

Não, explicitamente, penso que não, nunca vi nada, nunca, não. Nem nunca ouvi nada. (AIPT/5).

Como eu disse, eu **não conheço homossexuais ou bissexuais na minha faculdade**, então... (AIPT/6).

Não, por acaso não. Assim, de repente sei que temos algumas pessoas homossexuais e bissexuais, como não lido com elas que não são do meu ano, não sei se há algum nível de discriminação. Sei que se comenta, mas a nível mais físico ou mais agressivo, acho que, pelo menos que eu tenha conhecimento, não. (AIPT/9).

Não, até hoje não. Ainda bem que não tive conhecimento, não. (AIBR/1).

Fora as piadinhas que eu falei, não. [...]. Os professores já estão mais resolvidos, os que são. Mas, os meninos que estão no curso parecem, eu não sei se é medo ou não sei o que é ainda que faz com que eles não se assumam, mas **sempre temos um ou outro que diz: Olha o fulaninho viadinho e tal!** Fora isso, aqui no curso eu não sei. É sempre aquela conversa que se vê que **a pessoa está a um quilômetro de distância**, e a conversa é aqui. **Mas, a questão de expor para a outra pessoa diretamente, não. (AIBR/3).**

Não, aqui não. (AIBR/4).

Não, não tenho conhecimento, não. (AIBR/7).

No âmbito da nossa faculdade de psicologia ações não, não conheço, mas já ouvi piadinhas. Por exemplo, eu conheço e tenho grandes amigos aqui que são homossexuais, tanto mulheres que gostam de mulheres, quantos homens que gostam de homens. Mas em termo de ação, propriamente dita, **a questão direta, eu nunca presenciei [...]. Mas, são pessoas pequenas que falam por trás das outras**, e eu discrimino essa questão de falar. Acho que você tem que chegar para as pessoas e falar o que pensa e acha, mas acima de tudo, respeitar a orientação de cada um. (AIBR/9).

Não, na minha faculdade, não. Durante o curso não conheço nenhum facto assim. (AIBR/10).

Os alunos expressam a ausência de discriminação nas diversas formas: A AIPT/4: “Não que eu tenha conhecimento (da discriminação), não. Apenas sei que existe ainda algum preconceito pela forma que não abordam a questão [...]”; a AIPT/5 “Não, explicitamente, [...] nunca vi nada [...]”; a AIPT/6: “não conheço homossexuais ou

bissexuais na minha faculdade”; a AIPT/9: “Não, por acaso não. Assim, de repente sei que temos algumas pessoas homossexuais e bissexuais, como não lido com elas que não são do meu ano, não sei se há algum nível de discriminação. Sei que se comenta, mas a nível mais físico ou mais agressivo, [...] que eu tenha conhecimento, não”. O AI BR/1: “Não, até hoje não. Ainda bem que não tive conhecimento, não”; a AI BR/3: “sempre temos um ou outro que diz: Olha o fulaninho, viadinho, tal. [...]”, certamente, “a pessoa está a um quilómetro de distância [...]. Mas, a questão de expor para a outra pessoa diretamente, não”; a AI BR/4: “Não, aqui não”; o AI BR/7: “Não, não tenho conhecimento, não”; o AI BR/9: “a questão direta, eu nunca presenciei [...]. Mas, [...] falam por trás [...]”; a AI BR/10: “na minha faculdade, não. [...] Não conheço nenhum facto assim”. Esses alunos confirmam que a discriminação frontal ou flagrante nesses universos não existem, mas a discriminação disfarçada ou sutil.

Segundo Bloco Temático: Acolhimento didático da faculdade de psicologia em relação à diversidade sexual

2.1. Seu curso de psicologia contribui para uma reflexão a respeito do preconceito sexual? Como?

2.1.1. Alunos que consideram que seu curso de psicologia contribui para uma reflexão a respeito do preconceito sexual:

Sim, **sim, penso que sim**. Por exemplo, tivemos há algum tempo, um professor que organizou na classe uma apresentação em que os alunos do segundo ano apresentaram vários trabalhos, e um dos trabalhos era, exatamente, sobre a homossexualidade, aí foi discutido que **antigamente a homossexualidade não era vista como uma doença**, e, pronto, acho que sim, existe essa contribuição. (AIPT/1).

Contribui, porque nós aprendemos coisas que, se calhar, lá fora não teríamos acesso e que não teríamos uma noção tão diferente. Embora, haja imensa informação, e estarmos na época da Internet, de saber tudo, e há imensos livros e há tudo, mas a verdade é que as pessoas não querem saber. E, então, nós chegamos aqui e temos uma visão diferente, porque nós vemos isso não como muita gente pensa, como uma doença, mas como **uma opção, é algo genético que está ali implícito [...]. O nosso curso dá-nos uma visão diferente de encarar o preconceito sexual e muitos de nós, se calhar, estamos cá com alguns preconceitos, mas acabamos por perceber que não fazem sentido nenhum. [...] Não é o curso em si. Eu acho que a pessoa em si quando encara, chega aquela altura que nós temos que estudar o comportamento humano, e porque as pessoas são como são, que agem como são**. Por que existe preconceito? Acho que acaba por levar a uma reflexão interna, não tem propriamente a ver com o que é dado, mas com o que nós depois fazemos, porque o curso de psicologia é um curso que para mim, necessita de muita reflexão pessoal, muito envolvimento pessoal com aquilo que é dado, porque só assim, é que podemos absorver tudo que nos é dito, para podermos mais tarde ajudar os outros e aplicar. (AIPT/2).

Sem dúvida. Eu penso que o curso de psicologia contribui não só para (desmitificar) esse preconceito, mas para todos. Portanto, para desmitificar muitos preconceitos, o curso de psicologia é isso mesmo, não ter preconceitos. **Contribuiu nessa disciplina com a professora X que é lésbica assumida**, falamos muito a cerca do tema e, como me referi, foi importante, e já deveria ter sido mais cedo na licenciatura. (AIPT/5).

Não, até mesmo porque eu acho que é um curso que explica muito, mas que na verdade não coloca ninguém em prática. **Superficialmente (contribui para uma reflexão)**, pelo menos nessa faculdade. (AIPT/7).

Não só do preconceito sexual, mas da palavra preconceito também, porque uma de nossas cadeiras, precisamente, é psicologia da sexualidade, quando pude conhecer várias vertentes do comportamento sexual não só dos outros, mas também do meu e a partir do momento que nós nos conhecemos melhor, que nos compreendemos melhor também compreendemos melhor os outros. Percebermos a diferença entre o que é ser um heterossexual, homossexual, bissexual, porque nem toda sociedade sabe as diferenças. Nós sabemos que são diferentes, não sabemos é que diferenças são essas. [...] **Todas essas novas aprendizagens fazem com que também eu consiga compreender melhor, evoluir melhor e desta forma diminuir o meu preconceito. Ou seja, se calhar, já não olho para a bicha, porque é o nome que nós damos, são as bichas, se calhar, já olho para eles com outro tipo de atenção. Atribuo cem por cento ao curso de psicologia, cem por cento.** (AIPT/8).

Com certeza alguns professores abordam isso (a homossexualidade), e a gente começa a ter esse debate, e sempre fica bem claro que, como eu tinha dito anteriormente, qualquer tipo de preconceito não é válido, é ignorância. (AIBR/1).

Eu vi muito pouco sobre a sexualidade e preconceito. Mas a questão de sexualidade eu vi bastante. Aí você acaba compreendendo melhor, não só a questão da sexualidade, porque é muito amplo, **mas você acaba abrindo o leque na sua convivência**, no seu dia-a-dia. Por exemplo, se você for lidar com uma pessoa homofóbica, dizendo piadinha, você vai dizer: Hei! Para aí, porque você está fazendo isso? Entendeu? (AIBR/3).

Sim, com certeza, porque o sujeito além da questão sexual me faz refletir sobre os desejos dele. [...] Acho que o curso me faz ver a respeito de forma mais aberta, não tão dentro de normas, não tão dentro de padrões que a sociedade patriarcal que tem aí, impõe. Quantos casos de homens que por serem ativos se consideram não homossexuais, mas que são homossexuais do mesmo jeito. Eu acredito que o sujeito possa ter relação sexual com o mesmo sexo, mas sem ser homossexual. Não sei se ficou claro? Eu percebi. **Na minha fala eu pensei: quanto estava sendo contraditória.** É porque eu me pego muito assim, a questão biológica mesmo, sobre a questão do desejo, da carne, que pode acontecer mesmo. Deixa-me ver! **Eu nunca tinha pensado isso. Pode acontecer a relação do homem que se diz hetero com outro. Isso é o jeito que o pessoal fala aí. Eu sou ativo e não sou homossexual.** (AIBR/4).

Em relação ao curso em si, **a gente teve uma reflexão deficitária**, principalmente quanto à orientação sexual e como se trabalhar, **mas estudando psicanálise, de certa forma, a gente tem um pouco isso**, que seria justamente o que eu já falei, de o próprio sujeito escolher. E eu acho isso o mais importante. **Quando o sujeito faz essa escolha** e quando ele além de fazer essa escolha, ele se responsabiliza por essa escolha, que ele começa a reconhecer isso, **aí sim, estaria essa questão da orientação.** (AIBR/5).

Contribui, porque até agora nós vimos muito o **lado humano da coisa** (homossexualidade), e até agora no pouco tempo que tenho aqui, **os professores tentam de tudo para desmistificar a coisa e tirar a visão que muita gente entra no início do curso de que a homossexualidade é doença. Ainda tem essa visão. Já está acontecendo da gente perceber que é uma orientação sexual, não tem nada a ver de doença, de genética como o povo diz, que puxou ao pai, puxou a não sei quem.** (AIBR/6).

Eu diria que **o curso de psicologia em si, ele contribui para uma reflexão em tudo, em varias áreas, em vários campos e inclusive a discriminação e o preconceito sexual.** Ele ajuda a

refletir. **Há quebra de paradigmas, há quebra de estereótipos.** Bom, já tivemos algumas aulas na disciplina de Psicologia do Desenvolvimento onde foram abordadas [...] questões como racismo, sexualidade, preconceito e aí, dentro daquelas atividades sugeridas pelos professores, **nós começamos a fazer um ciclo, uma roda de debate, de discussão sobre aquele tema.** (AIBR/7).

Sim, **contribui sim e de forma significativa,** porque vários professores quando entravam nessa temática do **homossexualismo** dentro de algumas cadeiras que pagamos aqui em algumas disciplinas [...], **por exemplo, Psicologia do Desenvolvimento I, II e III.** Sempre abordamos questões nesse sentido, homossexualismo (sic), *bullying*, entre outros. Então assim, **nós aprendemos e somos orientados pelos professores a cerca dessa temática que devemos entender o indivíduo como um todo, respeitar o espaço de cada um [...]. Homossexuais e heterossexuais devem ser vistos de forma igualitária. É isso que aprendemos aqui na instituição.** (AIBR/9).

De certa forma contribui. A gente tem visto muito que antes era só o heterossexual que entrava mais em pauta. Hoje, não. **Já dentro do curso tem disciplina de Sexualidade que já contempla (a homossexualidade), que já ver como forma a homossexualidade, já saiu do que antes era considerado um transtorno** e hoje não é mais, saiu do CID-10, se não me engano. Já é um avanço, agente já tem conhecimento disso. (AIBR/10).

Segundo o AIPT/1, o curso, sim, contribui; para a AIPT/2, o curso contribui, ajuda a diferenciar do senso comum, entretanto, a mudança vai depender da necessidade pessoal/profissional do aluno. Essa aluna salienta que a homossexualidade é “uma opção” e que “é algo genético que está ali implícito”. Uma vez que considera a homossexualidade uma opção, então, como a mesma pode ser genética? A AIPT/5 diz que contribui, mas por iniciativa de uma professora que é homossexual assumida; A AIPT/7 diz que não, mas termina por afirmar que, de algum modo, no caso, superficialmente, contribui para uma reflexão a respeito do preconceito sexual; o AIPT/8 atribui à mudança do seu olhar preconceituoso, cem por cento ao curso de psicologia. A mudança revelada aqui por esse aluno contradiz totalmente, ou melhor, cem por cento, do que manifestou nos itens anteriores.

O AIBR/1 reforça a ideia de que a proposta de trazer essa questão para sala de aula é mais da iniciativa de algum professor do que fazendo parte como componente da grade curricular; a AIBR/3 embora reconheça que o curso contribui para uma reflexão, no entanto, parece atribuir um peso maior do seu aprendizado à sua convivência com seus colegas *gays*; a AIBR/4, do quarto ano, diz que o curso a ajudou refletir, mas parece confusa nas suas reflexões, e reconhece que não havia pensado, e também reconhece a contradição do seu próprio discurso, que terminar, “nas suas conclusões”, comungando com o senso comum: “Pode acontecer à relação do homem que se diz hetero com outro. Isso é o jeito que o pessoal fala aí. Eu sou ativo e não sou homossexual”; o AIBR/5, do quinto ano, fala que teve uma reflexão deficitária, mas estudando a psicanálise parece ter encontrado mais subsídio para seus questionamentos,

todavia, considera a homossexualidade uma escolha; o AIBR/6 apesar de está no início do curso, e de, inicialmente, se referir a homossexualidade como a “coisa” (seu lado humano), se mostrou coerente, como se de facto o esforço dos professores tivesse valido à pena, uma vez que provocou uma mudança no seu “olhar” que já diferencia o senso comum da conceção científica da homossexualidade; o AIBR/7 embora não explicita sua reflexão, deixa transparecer uma coerência de como se processa a questão na sua faculdade, que é atrelada a disciplina Psicologia do Desenvolvimento que faz parte efetiva da grade curricular; o AIBR/9 do quarto ano, descreve a dinâmica de como a temática homossexualidade na instituição, que demonstra ser de modo sistemático, ou seja, como inerente à grade curricular, nas disciplinas Psicologia do Desenvolvimento I, II e III; a AIBR/10, do quinto ano, diz que agora a homossexualidade entra em pauta, pois dentro do curso tem disciplina de sexualidade, embora destaque que a homossexualidade saiu da categoria dos transtornos mentais, no entanto, usa a expressão “como forma a homossexualidade”.

2.1.2. Alunos que não consideram que seu curso de psicologia contribui para uma reflexão a respeito do preconceito sexual:

Não. Nunca pensei nisso. Em termos gerais o que **aprendemos sobre comportamento humano**, se calhar, vai contribuir para não termos preconceito sexual, agora, diretamente sobre o preconceito, não. (AIPT/3).

De forma nenhuma. Simplesmente não abordam o assunto. Logo, não podem promover em nós qualquer tipo de reflexão. E ela pura e simplesmente não existe. Nunca, desde que estou no **quarto ano**, e desde o primeiro (ano) nunca se abordou nada que fosse **a nível sexual em termos de escolhas, orientações**, etc. Nunca, nunca houve um tema abordado a esse nível. (AIPT/4).

Nesse momento eu estou no primeiro ano, ainda tenho só uma introdução do que vou ver pela frente. E esse tema ainda não, **apesar de já ter feito sexualidade (uma disciplina a respeito), mas não foi debatido muito sobre o tema**. (AIPT/6).

Sim, porque tem cadeiras (disciplinas) de sexualidade, principalmente, que fala muito desse caso aí, para refletir. **Sobre qual é a sua opção, se é hetero, se é homo, se é bi. É, não sei se de certa forma contribui mesmo. Mas, não contribui, não. Não, não contribui**. (AIBR/8).

Mais alunos portugueses consideram que seu curso de psicologia não contribui para uma reflexão a respeito do preconceito sexual. O AIPT/3 diz que não vê nada no curso específico a preconceito sexual, mas que o curso lhe dá uma visão do todo, em termos do comportamento humano; a AIPT/4, com certa revolta, afirma que está no quarto ano, mas, com referência à orientação sexual, diz que não viu nada; para a AIPT/6, embora no primeiro ano já tenha tido disciplina relacionada à sexualidade, entretanto, esse tema

não estava incluído. O AIBR/8 começa afirmando que sim, que seu curso contribui para uma reflexão a respeito do preconceito sexual, porque têm cadeiras (ou disciplinas), principalmente, sobre sexualidade. Depois, meio que despertado por um *insight* chega à conclusão do seu contrário, e repete várias vezes esta negativa: “Mas, não contribui, não. Não, não contribui”, como se desejasse convencer, antes de tudo, a si mesmo. Como já havia mencionado antes, e aqui se volta a ressaltar, a concepção da homossexualidade como opção ou escolha sexual, e não como condição ou orientação sexual, está presente nos discursos de grande parte dos alunos portugueses e brasileiros.

2.2. Como você ver o seu curso de graduação em psicologia em termos de preparação teórica e técnica do futuro profissional para atender pessoas LGBTs? Em caso negativo: como você vai fazer para adquirir essas competências?

2.2.1. Alunos que consideram que o curso de psicologia prepara teórica e tecnicamente o futuro profissional para atender pessoas LGBTs:

Ao longo da nossa licenciatura temos uma cadeira específica que é a cadeira da sexualidade, e temos outras cadeiras mais viradas para a vertente social, com uma base de combater preconceitos, primeiro detectá-los e depois conseguirmos combatê-los. E faz-se uma intrusão entre essa cadeira da sexualidade em termos específicos e, depois, as outras cadeiras que nos ajudam a perceber e a combater os preconceitos. **Tirando essa formação que temos, só em mestrados.** [...] No meu caso, quero seguir uma vertente clínica, terei que possivelmente adotar outras medidas, fazer uma pós-graduação nesta área específica, porque é uma área que realmente eu tenho este **indicado (interesse).** **Portanto, a partida já tenho algumas reservas em relação ao termo bicha. Portanto, se me aparecer uma bicha no consultório eu próprio já não darei o melhor de mim enquanto psicólogo. Portanto, eu próprio tenho que melhorar as minhas qualidades e capacidades, para lidar com essas pessoas.** (AIP/8).

A fora da academia, é a minha concepção pessoal é de que eu continuo sustentando que **não apoio nenhum tipo de preconceito e darei suporte às pessoas que me procurarem como profissional, e que elas tem todo direito ao respeito, a dignidade, cidadania, tudo igualmente a qualquer outra pessoa.** Não se distingue isso. Até agora **estou no início do curso,** ainda no 1º período, mas eu **creio que sim.** Até agora tenho visto bastante debate sobre isso, e tenho achado interessante. (AIBR/1).

Eu diria que é um pouco precário, não sei! **Porque não conheço tantos professores, tantas disciplinas que entre tanto nesse tema,** até porque estou no segundo ano, não vi tanta coisa assim, e, às vezes, em uma matéria, disciplina ou outra, surge o assunto dentro da abordagem teórica, logicamente, e a gente entra em discussão, na minha turma não há tanta **discussão com essa coisa do preconceito em si, mas sim como surgiu, de acordo com aquela teoria e tal,** sei lá! A **psicanálise fala um pouco sobre isso, e algumas pessoas concordam com a teoria, outras não,** e aí fica aquele embate, **mas nada conflituoso, contra, não há recusa, pelos menos na minha sala,** eu acho que isso poderia ser melhorado, **a agente poderia colocar mais grupo de pesquisa, de extensão,** [...] trazendo discussões em sala de aula, **relacionado com a teoria em si, e realmente “abrindo a cabeça” das pessoas, vamos dizer, para que elas reflitam, que elas vejam que realmente não é aquilo que a sociedade hoje em dia pensa, que**

é aquela repulsa, aquele repúdio, aquele nojo, vamos dizer assim, tem muito gente que tem nojo (de homossexual). (AIBR/2).

É muito pouco. Eu acho que esse curso de Psicologia da X é muito limitado. A gente só vê essas questões se for pagar a disciplina que é eletiva, que é a disciplina de Orientação Sexual. Se você for fazendo aquela disciplina você vê alguma coisa sobre isso, e se não for, é muito pouco. Pensei há uns meses por ter um irmão homossexual, e por passar preconceito, e por ver a homofobia tomando conta, de que minha monografia fosse ser direcionada por isso. [...] Tenho meu pensamento mais aberto, buscar em outras especializações, buscar fora daqui, a que eu vou encontrar. (AIBR/4).

Como já falei, [...] fizemos Extensão, onde nós fomos às escolas e falamos sobre a sexualidade, falamos sobre gravidez na adolescência, DSTs, e lá nos fizemos para os alunos apresentação de materiais falando um pouco sobre a temática. Então é mais uma questão teórica que a gente ver em sala de aula e, em seguida, a gente vai colocar em prática nos programas de Extensão que o próprio curso disponibiliza para os alunos desenvolverem. (AIBR/7).

Nessa questão, o curso de psicologia aqui na X [...] já começa a trabalhar essa temática tão importante que é o homossexualismo, tão divulgada ultimamente em redes sociais, na mídia como um todo. [...] Então, a cerca disso em nossa instituição X, eu acho que deveria ter algo mais voltado para essa questão do homossexualismo das pessoas, das orientações das opções. [...] A questão cresceu bastante e isso mostra a importância que tem para nossa sociedade, e para nós como alunos da X, como futuros psicólogos. Então, essa questão deveria ser dada uma ênfase maior, quem sabe até criar uma disciplina mais voltada para essa questão. [...] Então, eu acho uma questão muito relevante, muito pertinente, que deveriam dar um foco maior nas universidades, não que não deem, elas falam, mas eu acho que é ainda de forma muito superficial, onde deveria ser aprofundado mais, porque é um assunto muito importante para a sociedade como um todo. (AIBR/9).

Quando você chega no 8º período, no final, até então, durante o curso é só mais assim, a teoria que a gente vê e algumas práticas, mas o estágio supervisionado [...] tem o direito de escolher. São três ênfases, e cada ênfase tem vários projetos, tipos de projetos. Um desses projetos que é ligado a Teoria Cognitiva Comportamental, o TCC é na Instituição pública X que é justamente para atendimento de pessoas LGB, TT, porque agora aumentou mais um, são travestis e transexuais. Eu estou atuando lá agora, e a demanda de lá é mudança de prenome, são lésbicas, são pessoas que tem dificuldade de arranjar emprego por causa de sua opção sexual, e o trabalho é na linha do TCC, com técnicas utilizadas (nessa abordagem) e de acordo com o que eles trazem a gente vai trabalhando nas sessões. O mais específico aqui na faculdade para estas pessoas é esse estágio externo que a gente tem. (AIBR/10).

A maioria dos alunos que afirma que o curso de psicologia oferece respaldo teórico e técnico, e alguma prática profissional voltada para o atendimento de pessoas LGBTs, é de brasileiros. O AIBR/1 parece seguro de não ter preconceito, acha que a sua Faculdade prepara para lidar com essa questão, e que apesar de está no início do curso, tem visto bastantes debates sobre o tema homossexualidade; o AIBR/7 diz que vê a questão teórica em sala de aula, e em seguida coloca em prática nos programas de Extensão nas escolas, falando, de modo geral, sobre sexualidade, e pouco sobre essa temática; a AIBR/10 diz que quando chega ao final do 8º período, que corresponde ao quarto ano do curso, tem projetos, a exemplo de um ligado a Teoria Cognitiva Comportamental (TCC), e que é realizado na Instituição pública X, justamente para atendimento às pessoas LGBTT, cujas dificuldades dessa demanda são a mudança de

pré-nome do transexual e de ser inseridos no mercado de trabalho por causa de sua identidade sexual.

O AIPT/8 diz que na licenciatura tem cadeiras específicas voltadas para a sexualidade, com o objetivo de detectar preconceitos e combatê-los. Esse aluno usa termos similares aos de dedetização, detectar (“a praga”), combater (“exterminar”). Essa mesma analogia pode se usar em relação ao preconceito sexual, uma vez que se trata de um fenômeno mundial que, certamente, se alastra, e que os homossexuais estão em constante luta para vencê-lo, ou, pelo menos, atenuá-lo. Porém, no seu caso, isso parece não ter provocado grande mudança na sua pessoa, uma vez que, assume e legitima seu preconceito sexual. Como a área do seu interesse é clínica, reconhece que tem de melhorar as suas qualidades e capacidades, para lidar com homossexuais, e assim, dá o melhor de si na sua função de psicólogo; já o AIBR/7, que é de uma faculdade particular, fala que seu curso prepara o aluno para enfrentar as diversas dificuldades, que já fez atividades de Extensão nas escolas, onde falava da sexualidade, em geral, e um pouco da homossexualidade. Enfim, a questão teórica que via em sala de aula, em seguida era colocada em prática por meio desse programa de Extensão.

O AIBR/2, que é de uma faculdade pública, cobra mais atuação, diz que o pouco nas discussões que existem, geralmente, é de base psicanalítica, em relação a qual uns concordam e outros discordam, assim, considera que devia ter projeto de pesquisa, extensão, trazendo discussões para sala de aula, relacionadas com a teoria. Talvez, esse aluno tenha o desejo de eliminar a ambivalência teórica e, segundo suas palavras, “abrir a cabeça” das pessoas para que reflitam, vejam que a homossexualidade não é aquilo que a sociedade ainda hoje pensa, e que isso instiga a repulsa, ao repúdio e nojo aos homossexuais; a AIBR/4 diz que seu curso de psicologia oferece muito pouco, que para ver mais tem que pagar disciplina eletiva de Orientação Sexual que, geralmente, entram em choque de horário com as disciplinas obrigatórias, em vista disso, pretende buscar especialização em outra instituição; o AIBR/9 diz que na sua faculdade já começou a trabalhar essa temática que considera muito importante que é a homossexualidade, mas de modo muito superficial. Quando deveria dá mais ênfase, criar uma disciplina específica voltada para essa questão que é importante para a sociedade, e para os futuros psicólogos. Conscientizar os alunos que vem do senso comum, muitas vezes, cheios de estereótipos, e ao chegarem à faculdade passam a enxergar o indivíduo homossexual como um seu igual. Para esse aluno o conhecimento científico muda as pessoas, assim como mudou a ele mesmo, embora não tivesse preconceito, aprofundou seu

conhecimento a cerca da homossexualidade. Enfim, espera que esse conhecimento ajude tanto a heterossexual quanto a homossexual (aqui ele sugere o preconceito internalizado do próprio sujeito homossexual), a respeitar e valorizar o homossexual; a AIBR/10, que é de faculdade privada, diz que no 8º período, ver a teoria e a prática. São três ênfases, e cada ênfase tem vários projetos, entre os quais um de atendimento a pessoas LGBTT de uma Instituição pública X, cujo trabalho é realizado com base na Teoria Cognitiva Comportamental (TCC).

2.2.2. Alunos que não consideram que o curso de psicologia prepara teórica e tecnicamente o futuro profissional para atender pessoas LGBTs:

Pronto, eu estou no primeiro ano e **ainda não tive qualquer formação nesse sentido. Não sei dizer se futuramente eu irei ter, mas penso que sim. É, como um bom profissional, eu acho que tenho que procurar essa formação por mim próprio.** (AIPT/1).

Não é, eu **não acho que nosso curso ou que algum curso em Portugal esteja aplicado (preparado)**, ou que tenha cadeira ou disciplina, ou nem que sejam aulas apenas para falar sobre o tema. Falamos sobre o preconceito sexual, mas, nunca falamos muito é que nós havemos de lhe dar com determinadas situações. [...] A questão é, que se há discriminação nós temos que saber lhe dar com eles de maneira diferente, porque são grupos discriminados. **Se calhar (para suprir essa falta), vou tentar procurar uma formação onde se fala muito nisso. Tentar fazer uma daquelas formações de meia dúzia de horas, onde fala sobre o tema, conferências.** (AIPT/2).

Acho que para atender esse tipo de pessoa não tenho preparação teórica e prática nenhuma. Então, se um dia, **na prática me aparecer alguém assim, vou tentar ser mais imparcial possível, se não conseguir ajudar a pessoa, vou tentar me preparar melhor em casa procurando a parte teórica, prática, seja o que for necessário, ou encaminhando para alguém que sei que, se calhar, fará melhor o trabalho que eu.** (AIPT/3).

Apercebo-me que **a maior parte dos meus colegas tem essa opinião, apesar de não falarem sobre ela como eu falo.** Desde o segundo ano, estou no quarto, [...] que **o curso é noventa e oito por cento teórico [...]. Mas, pronto vá, dois por cento práticas em nível de workshops ou conferências ou algum evento científico. Não prático mesmo, porque a única prática com qual nós tomamos conhecimentos ao longo desses anos todos de curso são exemplos práticos de alguns docentes que façam da psicologia a sua profissão fora da universidade [...]** Temos, talvez, por volta de três a quatro, nem chega, se calhar, a meia dúzia [...] que façam esse enriquecimento. Não, não, nós não temos qualquer contato com a experiência. [...]. O LGBTs o quê que significa? A esse nível, é assim, por acaso **não é uma área que eu já tenha alguma vez tentado trabalhar ou imaginado trabalhar a nível profissional da psicologia.** [...] **Mas, nessa área realmente nós não temos qualquer tipo, nem de teoria e nem de prática, nessa área nada, zero.** Portanto, isso não é tocado, **é um assunto que não é, simplesmente, abordado desde início até agora.** Não abordam esse tipo de assunto. (AIPT/4).

O curso em si não prepara, quem preparou mesmo foi à docente X. Ela tem conhecimento, pelo menos está sempre a ouvir a cerca desse tema, **eu penso que seja mesmo um conhecimento dela pessoal por ser lésbica. Uma questão pessoal, sim, sim, sim, o que foi muito importante, porque se não, de outra forma não faria parte.** (AIPT/5).

Neste momento eu só tive uma matéria que fala sobre sexualidade, mas uma introdução, **não, falou sobre exatamente o que era cada um (LGBTs)**, o que era transexual, mas sobre o que é parafilia, disfunções. [...]. Eu acho o curso daqui muito diferente do curso do Brasil, muito, muito, muito mesmo. [...]. **Agora sobre essa parte da sexualidade, eu acredito que não vai**

mais haver muita coisa não. Até porque em nível de licenciatura deles é muito diferente do Brasil, porque **eles não vão a estágio**, eles não tem contato nenhum com o paciente, é muito diferente do Brasil. **E, se sabe muito**, como é que eu vou te explicar! **Muito superficialmente sobre as coisas.** [...] **Como é que você que nunca teve com um paciente, nunca fez nada, nunca teve intervenção, nunca teve orientação de um professor, como é que você vai chegar para um paciente e se disponibilizar a ajudá-lo? Isso me faz confusão.** (AIPT/6).

Olha! Até agora a única cadeira que eu tive ainda ligada à sexualidade foi psicologia do gênero e da sexualidade. Não sei se ainda vou apanhar mais algumas matérias, bem, digamos que ainda vai ter uma preparação melhor. Mas, ainda em Psicologia do Desenvolvimento, tivemos a abordar o tema que ainda andam por aí a querer provar, não é? Que a homossexualidade pode ser genética, e daí até que ponto é que isso vai ser bom ou não? Mas eu **acho que é muito mal preparado o curso, em si, para esse tema.** Devido a essa falta, procurar o quê? Uma pós-graduação mais específica, para poder lhe dar melhor com esse assunto, talvez isso, um outro curso, para poder ter um apoio. [...] **O curso de psicologia não tem essa preparação, pelo menos a licenciatura eu acho que não tem.** (AIPT/7).

Acho que não tenho preparação nem teórica, nem técnica, relativamente a esse grupo específico. Caso me aparecesse assim, algum, uma pessoa, assim, homossexual ou lésbica, por acaso **não sei como é que agir**, dependendo do problema, ela até poderia ser homossexual ou lésbica e não ser nada relacionado com a orientação sexual. Se fosse relacionado com a orientação sexual, não sei, **possivelmente ia pesquisar**, não sei se há preparação a nível, se calhar, no curso de psicologia da sexualidade que abordaria mais a esse nível, talvez por aí haja uma preparação mais teórica. É, **nunca pensei se me aparecesse um homossexual, como é que eu iria abordar esse tema. Nunca tinha pensado nisso (risos).** Até porque eu quero **trabalhar com crianças e isso é até uma coisa interessante porque pode haver ali confusões sexuais**, e uma pessoa assim não sabe o que é que há de pensar. **Eu vou pensar sobre isso.** (AIPT/9).

Eu acho que a nível teórico, [...] não, **não estamos aptos a trabalhar, porque não temos suporte teórico para trabalhar com essas pessoas, e acho que seria importante, tendo em conta que ainda estamos no século XXI e que ainda há muita discriminação em nível sexual.** Penso no século XXI, novos estudantes deveriam ter uma formação, mais cadeiras ou que não abrangesse só no curso as patologias, as psicopatologias, porque acho que há muita gente que encara a homossexualidade como sendo uma psicopatologia, e não é, não é uma doença. E acho que isso deveria ser reforçado no curso, que são opiniões, são caminhos diferentes que as pessoas seguem, mas que não estão doentes, não são doentes, não são psicopatas, não são sociopatas. Eu, se calhar, vou ter que investir mais a nível pessoal, sozinha, ler [...], porque eu **penso que a discriminação é tanta que não deve ser fácil trabalhar porque as pessoas devem trazer muito problema, que não será fácil trabalhar com eles, sem preparação teórica, então, zero.** Portanto, já que não apanhei nada de sexualidade do curso, **será por mim fazer pesquisa de investigação, para tentar perceber como trabalhar com eles (os homossexuais).** (AIPT/10).

Se eu não me engano, a gente só tem uma **cadeira de orientação sexual no 4º ano, e ela é optativa e geralmente dá choque com uma disciplina que é obrigatória.** Então, **a maioria do pessoal sai daqui sem saber, sabendo pouco ou quase nada sobre o assunto.** Pelo menos, como eu tenho interesse na questão da sexualidade, eu procuro ler bastante sobre. Não li tanto sobre preconceito, [...] mas o **curso em si não prepara.** Pronto, no meu caso, **estou me preparando para entrar em um projeto de extensão na escola de surdos, aí uma das demandas que eu encontrei na escola foi à questão da sexualidade no adolescente [...].** Então, não é só a leitura, eu estou fazendo a leitura agora, mas para trabalhar, para passar adiante. É um projeto de prática X, que está ligado à universidade, mas não foi ela que chegou para mim e me entregou, eu fui à busca [...]. (AIPT/3).

Não, como eu falei, o curso de psicologia não (prepara). A psicanálise, no caso, **a psicanálise lacaniana, ela supre essa questão.** Estou fazendo psicanálise, e eu estudo também por fora. [...] **Assim, a gente tem um arcabouço teórico, mas não é focado no sentido da orientação, de trabalhar a questão da orientação sexual [...].** (AIPT/5).

Até agora não tivemos nenhuma preparação. Acho que a gente ainda vai ter quando estiver estudando mais para frente. **Já vi pela grade que vai ter cadeira de sexualidade, até a de psicanálise de Freud, que tem muito a ver com a sexualidade, mas até onde eu sei, não orientação sobre o assunto. Não deixa preparado (curso) mesmo, não tem nada assim de preparo para trabalhar. Tem que ir atrás de estudos para poder compensar a falta,** porque tem que ir atrás desse conhecimento para poder saber como vai fazer. **Eu acho que a melhor maneira seria fazendo estudo de casos para eu adquirir esse conhecimento. Eu confesso que eu trataria (no consultório) igual essa pessoa gay, hetero, uma travesti. Eu não, não sei se é para tratar diferente, eu não sei!** (AIBR/6).

Não, prepara para o futuro, para a vida em relação à ética e à moral. É como eu disse, em relação à ética, à moral. Ajuda a refletir [...] explicando, vídeo, mostrando, passando artigo para a gente ler em relação a isso, para que veja o mundo diferente quando sair daqui. Preparando em relação a isso tudo. **Mas, em relação à homossexualidade, não.** (AIBR/8).

A grande maioria dos alunos portugueses considera que o seu curso de psicologia não prepara teórica e tecnicamente o futuro profissional para atender pessoas LGBTs. O AIPT/1 diz que ainda não teve qualquer formação nesse sentido. Espera que a tenha mais adiante. Com a pretensão de ser um bom profissional, pensa em buscar essa formação por conta própria; a AIPT/2 não considera que o curso de psicologia em Portugal, de modo geral, não esteja preparando o aluno para essa questão do preconceito, e pretende, nesse sentido, procurar uma formação, nem que seja “uma daquelas formações de meia dúzia de horas, onde fala sobre o tema”. Nesse vácuo deixado pelo curso, parece que essa aluna quer fazer valer qualquer coisa para preenchê-lo, sem se preocupar com a qualidade; o AIPT/3 diz não ter preparação nenhuma, nem teórica e nem prática para atender homossexual. Deixa claro que, caso não consiga ajudá-lo, tentará se capacitar “em casa”, ou encaminhará o paciente para outro profissional que o julgue mais capaz. Mas, se capacitar em casa? Pelo menos esse aluno tem em mente o respeito e a ética de encaminhar o paciente para outro profissional, caso não se sinta capaz de atendê-lo; a AIPT/4 critica o curso por ser predominantemente teórico, e acha que essa é também a opinião dos seus colegas, embora não a manifestem. Logo, a única “prática” que tem são de compartilhamento dos “exemplos práticos de alguns docentes”, que fazem “da psicologia a sua profissão fora da universidade”. No quarto ano, e esse “é um assunto que não é, simplesmente, abordado desde início até agora”; a AIPT/5 diz que as informações que teve foram em virtude do interesse pessoal de uma docente lésbica.

A AIPT/6 é brasileira e diz que nunca teve nenhum conteúdo da grade curricular que falasse de LGBTs, que o curso é muito diferente do Brasil, que se verem muitos conteúdos, mas de modo superficial, que não se tem prática. Faz crítica ao facto do aluno não passar pela experiência do estágio, de não ter um orientação de um professor,

e questiona como o aluno, na condição de futuro profissional, poderá ajudar o paciente?; a AIPT/7 também é brasileira, e diz que a única cadeira que teve ainda ligada à sexualidade foi psicologia do gênero e da sexualidade, e que o curso de psicologia, pelo menos a licenciatura, “é muito mal preparado”. Então, “para poder lhe dar melhor com esse assunto”, terá que fazer “uma pós-graduação mais específica” ou “um outro curso”; a AIPT/9 diz que não tem “preparação nem teórica, nem técnica”, que não saberia agir, caso lhe aparecesse um homossexual ou uma lésbica, e que “nunca tinha pensado nisso”. Mas como quer trabalhar com crianças, e as mesmas podem apresentar confusões sexuais, ela vai pensar sobre o assunto; a AIPT/10 diz que não estão aptos a trabalhar, por não ter suporte teórico para trabalhar com essas pessoas. Pensa “que a discriminação é tanta que não deve ser fácil trabalhar” com uma preparação teórica “zero”, essas pessoas que “devem trazer muito problema”. Assim, ela terá a iniciativa própria de “fazer pesquisa de investigação, para tentar perceber como trabalhar com os homossexuais”.

Esses alunos, cuja maior parte é de portugueses, se reconhecem despreparados para assistirem pessoas LGBTQs, e os que pretendem trabalhar como clínicos terão que buscar esse conhecimento por conta própria fora da universidade. Como diz a AIPT/4, “é um assunto que não é, simplesmente, abordado desde início até agora”, de tal modo que ela própria, aluna do quarto ano, pergunta: “O LGBTQs o quê que significa?”. Em número menor os alunos brasileiros, de algum modo, reconhecem o despreparo, tem acesso à disciplina sobre sexualidade, mas a mesma não se ajusta aos horários das disciplinas eletivas, que não a trata como as disciplinas obrigatórias.

A AIBR/3 no que diz respeito à questão em foco, a faculdade só oferece cadeira de orientação sexual já no final do curso, e na condição de optativa que, geralmente, se choque com disciplina obrigatória (essa questão também foi apontada pela AIBR/4, da mesma instituição pública). Está se preparando para um projeto de extensão na escola de surdos, onde vai trabalhar a sexualidade no adolescente. Embora seja um projeto ligado à Universidade, não lhe foi entregue nas “mãos”, teve que ir buscar. Do contrário, sairia como “a maioria do pessoal sai [...] sem saber, sabendo pouco ou quase nada sobre o assunto”; o AIBR/5 acha que o curso de psicologia não prepara. Porém, sua formação em psicanálise lacaniana, de algum modo, supre essa questão. Também estuda extrafaculdade, por meio do qual “tem um arcabouço teórico, mas não é focado no sentido da orientação, de trabalhar a questão da orientação sexual”. O aluno dá a impressão que, apesar da sua supervisão, que faz parte da formação para o término do

curso e desse estudo extra, ambos na abordagem psicanalítica, não parecem suficientes; o AIBR/6 diz que “até agora não houve nenhuma preparação”, acredita, porque já viu na grade curricular, que terá mais adiante psicanálise de Freud, que tem a ver com a sexualidade, mas até onde sabe, “não orientação sobre o assunto”. Afirma que o curso não deixa preparado para trabalhar. Assim, tem que ir atrás de estudos fora da faculdade para compensar essa falta, que estudo de casos seria a melhor maneira para adquirirem esse conhecimento. Ressalta que trataria no consultório igualmente *gay*, heterossexual, travesti, e exclama se seria para tratá-los diferente! Ou seja, para discriminá-los. Esse aluno parece não ter consciência que sua conduta é ética ou politicamente correta; o AIBR/8 afirma ter recebido em termos de preparação ética, moral, mas não relacionada à homossexualidade.

Em suma, de modo geral, os alunos dos dois países se mostram motivados para o estudo da homossexualidade, assim, deixa evidente que o preconceito é da parte das instituições de ensino que não colocam a sexualidade na grade curricular, ou quando fazem, em especial, em relação à homossexualidade, não atribuem o mesmo valor das demais disciplinas, portanto, esse tema é facilmente negligenciado. Por vezes, o conteúdo homossexualidade é inserido entre as demais disciplinas, por conta do interesse particular de algum docente que, geralmente, é homossexual. Não há na maioria dos cursos disciplina específica que prepare o futuro profissional para o atendimento as pessoas LGBTs. Nesse sentido, tudo que é visto, como alguns alunos expuseram, é de modo superficial, deficitário, precário, insuficiente e limitado. Porém, mesmo que de modo precário, os alunos brasileiros, mais do os alunos portugueses parecem ter mais acesso ao que diz respeito à sexualidade, embora, não necessariamente a homossexualidade. Resta saber o que seria menos danoso, ter esse conteúdo de modo precário ou não ter nenhum conteúdo?

Terceiro Bloco Temático: Categorização da homossexualidade: normalidade ou doença/cura.

3.1. Os órgãos internacionais, a exemplo da Associação America de Psiquiatria (APA), em 1973, e a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1990, retiraram a homossexualidade da categoria dos transtornos mentais, e os Códigos de Ética dos psicólogos de Portugal e do Brasil acataram. Independente desse facto, como você considera a homossexualidade?

3.1.1. Alunos que veem a homossexualidade como uma sexualidade normal:

Não considero como uma perturbação nem como uma doença, como agora eu referi, é no Brasil que encontraram a cura (ironia). Acho o mais absurdo possível. **É tão normal quanto à heterossexualidade. Já antigamente, tipo, antes ou na altura de Jesus Cristo, havia orgias em que se via homens com homens e mulheres com mulheres**, e passamos por um período da história em que havia imensas orgias, e **não faz sentido chegarmos a uma altura com um preconceito tão grande em relação a qualquer uma das situações, sejam os homossexuais, sejam os bissexuais, sejam aos gays, sejam as lésbicas, não faz sentido.** (AIPT/2).

Considero como algo normal. Acho que não há de ter um significado pejorativo, acho que **considero como algo normal que acontece, tal como a pessoa ser hetero, eu acho que ser homossexual é uma coisa normal. Acho que se ver muito por aqui, acho que sempre existiu, só a partir de agora é que as pessoas que são homossexuais é que começaram a surgir, não é surgir, é a saírem por trás das gaiolas (“saíram do armário”), vá.** Porque realmente, [...] como disse aí das datas da psiquiatria e não sei quê, **da Organização Mundial, se calhar, a partir daí sentiram algum apoio e realmente viram que agora, que já podiam ser ou se declararem, não é declararem, mas, pronto, ou se assumirem gays, lésbicas, se calhar, não iam mais ser vistos como doentes ou como pessoas fora do normal.** Se calhar, é mais por aí, acho que é uma coisa normal. (AIPT/3).

Desde miúda (criança) que eu aceito a homossexualidade com muita naturalidade. E eu sempre fui educada numa religião cristã, mas desde cedo [...] comecei muito ir pelas minhas orientações, pelas minhas ideias, pela minha postura, por aquilo que eu achava que era correto, a homossexualidade, o aborto, [...] tudo isso são questões que me tocam muito e são questões que eu tenho opiniões muito minhas. Cada um é dono de si próprio, [...] tem que se orientar da forma que achar que o faz mais feliz, ponto. Portanto, **por que discriminar as pessoas que tem uma orientação sexual diferente da nossa? Isso é o mesmo que discriminar as pessoas que tem uma religião diferente da nossa [...].** (AIPT/4).

Sem dúvida não é problema mental. E talvez, por isso, já, já, desde 73 como referiu que realmente não é, **porque o que estava aí era o preconceito.** Portanto, **não considero que seja um problema mental, claro que não.** (AIPT/5).

Tirando o DSM V, **do DSM foi no quarto já que tiraram como transtorno a homossexualidade.** Eu acho que isso é muito bom, **isso (a homossexualidade) não é um transtorno, não é que um psicólogo vai tratar a pessoa para deixar de ser homossexual.** Mas, mesmo assim, **ainda tem um projeto de lei no Brasil falando alguma coisa em relação a isso (tratamento), não? O que eu acho que isso não é a política que tem que intervir em relação a um transtorno mental, eles não tem conhecimento de causa para decidir o que é ou o que não é doença.** (AIPT/6).

Ainda bem que fizeram (retirar a homossexualidade da categoria dos transtornos mentais) com que cada vez as pessoas vão sair da casca (“do armário”), vão sair do medo da discriminação, acho que isso é o motivo ainda maior, **não é? Porque tem (os homossexuais) todo direito de serem felizes, de terem a vida que optaram, que gostam.** (AIPT/7).

Considero que a homossexualidade não é nenhuma perturbação, portanto, se fosse uma perturbação já teríamos inventado um químico onde se dava química a pessoa e se dizia: Olha! Daqui para frente não és mais homossexual. Porque a homossexualidade não é a mesma coisa que se doer a cabeça. [...] tomo umas pinguinhas (remédio) e a dor passa. [...] Portanto, **eu acho que tem mesmo uma forte componente genética onde é mais forte do que a própria vontade do próprio, sendo que a vontade do próprio também é verdade, e Vygotsky nos diz mesmo isso, que o homem é não só sua evolução genética, mas também emparelhada com sua evolução social, portanto, iria uma coisa influenciar a outra e no fim tudo isso pode dar essa coisa a qual chamamos homossexualidade.** (AIPT/8).

Lá está, **como não considero como uma doença, e acho que foi correto retirarem do DSM, por exemplo, e de todos os livros aonde isso vinha cotado como uma doença.** Lá está, como

para mim é uma coisa natural, que tenho aquela ideia romântica do amor entre duas pessoas que são do mesmo sexo, penso que foi uma decisão correta, ainda que haja muita gente a achar que ainda a homossexualidade é uma doença, acho que dá um bocadinho essa conceção, mas, é bom partir da parte das pessoas reconhecidas mundialmente, em nível da comunidade científica, é bom já não haver esse preconceito, por muito que eles ainda o tenham pessoalmente em nível geral, foi bom passar cá para fora do que deixarem considerar uma doença. (AIP/9).

Nunca considere a homossexualidade uma doença ou desvio de personalidade ou qualquer coisa desse tipo. Considerei sempre como uma opção mesmo, uma questão subjetiva de gosto mesmo, de desejo. É mais ou menos isso. Jamais considere a hipótese de doença ou qualquer coisa desse tipo. **Para mim sim, para mim é só gostar, dessa escolha, um desejo. Acho que tem a ver com desejo sexual. Não sei exatamente responder.** O que eu tenho que falar é isso, é sobre esse gosto. (AIBR/1).

Antes era como se fosse doente. Você gostar de outra pessoa do mesmo sexo era estar doente. Por quê? **Qual a anomalia? Eu não sei. Se um dia aí, um cientista muito louco descobrir que a homossexualidade é uma anomalia e o cromossomo tal é o responsável, aí que digo “tudo bem, então vamos trabalhar isso”.** Mas não, não é. **Você escolheu ou você nasceu com isso, tem várias teorias para isso. Pronto, não tem que tratar que nem aqui no Brasil, a “cura gay” é um absurdo.** (AIBR/3).

Algo natural (a homossexualidade). Algo intrínseco ao sujeito. Algo que não é de todo sujeito ou talvez seja e não queira assumir. A questão é essa: **acho que como eu disse, nascemos aí, aptos a se relacionar com quem quiser. Depende do que lhe dar mais desejo, satisfação maior, sabe?** (AIBR/4).

A homossexualidade é uma forma de ser, é uma posição do sujeito, é uma posição onde o sujeito se coloca, em outras palavras, quer dizer que eu acho correto. Se ele deseja, não tem porque criticar a sua pessoa. O desejo é uma coisa complicada de se falar, porque desejo é de certa forma, algo que guia no mundo. Esse desejo está ligado à questão fantasmagórica infantil da gente. **Eu acho que (o desejo) está dentro e está fora ao mesmo tempo. É algo que é do inconsciente, porque está no inconsciente. Ele não está na cabeça, ele está no corpo e naquilo que marca o corpo.** (AIBR/5).

Uma orientação sexual (a homossexualidade). Eu nunca considere doença, até mesmo antes de vir para o curso de Psicologia. Antes, eu já fiz administração na X, lá o pessoal não está nem tanto aí, como é aqui na Y. Lá é mais tranquilo. Você vê mesmo casal homossexual de mãos dadas, se abraçando e tal. **Mas, como eu nunca tive preconceito em si, eu acho assim, me respeitando, tranquilo. [...] Então, se eu já cheguei faltando com o respeito, invadindo o seu espaço, a sua privacidade, porque você teria que me respeitar?** (AIBR/6).

Eu penso que já respondi um pouquinho isso. **Respeito à escolha (sexual, no caso, homossexual), a opção de cada indivíduo.** (AIBR/7).

Eu acho que (homossexualidade) não é um transtorno mental não. Isso (a sexualidade) aí vem de cada um para cada um. Tem gente que gosta de sexo oposto e tem gente que gosta do mesmo sexo. Bom mesmo é o amor. (AIBR/8).

Achei uma atitude louvável de tirar o homossexualismo da classificação dos transtornos. Eu não acho que seja um transtorno. Você pode ver mesmo que o CID e a APA, o DSMI, consideravam como patologias no caso. **Eu não acho que o homossexual seja um doente, seja um patológico.** Então, eu acho assim, ainda bem que Portugal e o Brasil retiraram a questão do homossexualismo (sic) como um transtorno psicológico. **E acerca do meu ponto de vista, como eu observo e enxergo o homossexualismo (sic) é, como eu falei anteriormente, uma orientação sexual, uma opção mesmo, uma escolha daquela pessoa, daquele indivíduo a cerca de sua identidade sexual.** Ele vai tentar buscar pessoas que lhe complete, ou seja, que lhe faça feliz, que lhe dê um bem estar, que lhe ame como ele é e que seja amado por ele da mesma forma. **Então, eu considero mesmo como uma questão de orientação sexual, por parte do indivíduo.** (AIBR/9).

Nesse aspecto **não considero um transtorno**, não, **mas uma escolha**, que o sujeito faz para sua vida e que vai levar adiante. É mais uma questão de escolha, de sua própria escolha. **Sou a favor também dessa retirada, porque, realmente, não é um transtorno.** (AIBR/10).

Mais alunos portugueses do que brasileiros veem a homossexualidade como uma sexualidade normal. A maioria dos alunos não vê a homossexualidade como transtorno mental, se refere à homossexualidade como escolha ou opção. A AIPT/2 não considero a homossexualidade uma perturbação, nem uma doença, e que a mesma é tão normal quanto à heterossexualidade. E justifica o motivo para não haver, nos dias de hoje, um preconceito tão grande contra os homossexuais, bissexuais e lésbicas, o facto de que na época de Jesus Cristo havia orgias entre pessoas do mesmo sexo. Deixa implícita a crença numa certa evolução, do tipo, se naquela época santa existiam orgias, depravações, então, nada mais natural que os “depravados” de hoje sejam aceites como normais iguais aos heterossexuais; o AIPT/3 considera o homossexual como algo normal tanto quanto o heterossexual, e que o mesmo sempre existiu, só a partir de agora é que as pessoas que são homossexuais estão “saindo do armário”. Que a partir da ação da Organização Mundial da Saúde, sentiram algum apoio, viram que agora já podiam ser ou se declararem, ou seja, se assumirem *gays*, lésbicas, porque não iam ser mais vistos como pessoas doentes, fora do normal; a AIPT/4 diz que desde miúda (criança) que aceita a homossexualidade com muita naturalidade. Achava a homossexualidade e o aborto corretos. Sua conclusiva é de que discriminar as pessoas por sua orientação sexual diferente e o mesmo que discriminá-la por seguir outra religião.

Mas, a sexualidade e a religião não podem ser igualadas, porque a sexualidade, no caso a homossexualidade, é uma orientação ou condição sexual, e não uma opção ou escolha como, certamente, é o caso da religião; a AIPT/5 não considera um problema mental, uma vez que considerar a homossexualidade como transtorno mental, é fruto do preconceito; a AIPT/6 diz que a homossexualidade não é um transtorno, portanto, o psicólogo não vai tratar a pessoa para deixar de ser homossexual. Considera que não é a política que tem que intervir em relação a um transtorno mental, por não ter conhecimento de causa para decidir o que é ou não doença; a AIPT/7 ressalta a retirada da homossexualidade da categoria dos transtornos mentais, e isso tem ajudado para que cada vez mais os homossexuais “saíam do armário”, e que tem todo direito de serem felizes, pois essa é sua opção de vida, e que gostam; o AIPT/8 considera que a homossexualidade não é nenhuma perturbação, porque se fosse já teríamos inventado um química para o sujeito deixar de ser. Acredita que a homossexualidade tenha um

forte componente genético, mais forte do que a própria vontade do indivíduo, mas também emparelhada com sua evolução social, um componente influencia o outro, e no fim de tudo resulta nessa coisa que se chama homossexualidade; a AIPT/9 não vê a homossexualidade com doença, e considera correta a sua retirada de todos os manuais que a tinha categorizado como doença, porque para ela, “é uma coisa natural”.

O AIBR/1 diz que nunca considerou a homossexualidade doença ou desvio de personalidade ou qualquer coisa desse tipo, a coloca não no lugar da condição, mas da opção, do gosto, do desejo. Embora não saiba responder exatamente por que, mas acha que a homossexualidade tem a vê com desejo sexual; a AIBR/3 diz que antes gostar de outra pessoa do mesmo sexo era como se fosse doente. Pergunta-se qual seria a anomalia? Se um cientista muito louco descobrisse que a homossexualidade é uma anomalia, iria trabalhar isso. Como seria esse trabalhar, ela não explica, mas reafirma que não é anomalia, portanto, “não tem que tratar que nem aqui no Brasil, pois a ‘cura gay’ é um absurdo”. Mas, no Brasil, oficialmente, não tem esse tratamento popularmente apelidado de “cura gay”, a Bancada Evangélica é que tem um projeto para ser revogado os artigos 3º e 4º (como foi visto no capítulo A Psicologia e a Homossexualidade) do Conselho Federal de Psicologia, entretanto, o mesmo não foi aprovado.

A AIBR/4 considera a homossexualidade natural, intrínseca ao sujeito, e de que nascemos aptos a se relacionar com quem quiser, depende do que lhe der mais desejo e maior satisfação; o AIBR/5 diz que a homossexualidade é uma forma de ser, é uma posição na qual o sujeito se coloca, e que considera correto, e não tem porque ser criticado. O desejo é do inconsciente, não está na cabeça, mas no corpo e naquilo que marca o corpo; o AIBR/6 afirma que a homossexualidade é uma orientação sexual, e que mesmo antes de curso Psicologia nunca considerou doença, nunca teve preconceito, desde que o respeite, que não invada sua privacidade, o aceita tranquilamente; o AIBR/7 respeita à sexualidade, no caso, a homossexualidade, de cada indivíduo, considera não uma condição, mas uma escolha ou opção. Esse aluno inverte a condição que é algo da natureza do sujeito, pela escolha ou opção, que é da ordem da aquisição; o AIBR/8 não considera a homossexualidade um transtorno mental, que bom mesmo é o amor, independente de ser do mesmo sexo ou do sexo oposto; o AIBR/9 ainda não compreende que terminação a *ismo* significa doença, assim, considera uma atitude positiva ter retirado a homossexualidade da classificação dos transtornos. Mas não julga que a homossexualidade seja um transtorno mental e, por conseguinte, que o

homossexual não seja doente, que sofra de alguma patologia. Enfim, mistura tudo, diz que homossexualidade é uma orientação sexual, uma opção mesmo, uma escolha do indivíduo. O que é uma orientação, certamente, não pode ser escolha ou opção; a AIBR/10 também não considera um transtorno, mas uma escolha, e é a favor da retirada da homossexualidade da categoria dos transtornos mentais, “porque realmente não é um transtorno”.

Freud (1920/1976a, p. 211) questiona a plenitude da heterossexualidade, quando afirma que “além de sua heterossexualidade manifesta, uma medida muito considerável de homossexualismo latente ou inconsciente pode ser detectada em todas as pessoas normais”, e salienta ainda que o interesse sexual restrito dos homens pelas mulheres exige, de alguma forma, esclarecimento (Freud, 1905/1989a). A tese mais aceita atualmente é a de que a orientação sexual é resultado de influências biológicas, psicológicas e socioculturais, sem peso maior para um ou outra, ou uma variante da sexualidade humana. Embora muitos sujeitos, alunos do curso de psicologia, afirmem a homossexualidade como escolha ou opção, ao invés de condição ou orientação, entretanto, de modo consciente ou não, ou mesmo seguindo a linha do politicamente correto, ou ainda que sob alguma pressão implícita, na perspectiva de futuros psicólogos de que tenham a “mente aberta”, que aceitem a diversidade sexual, o facto é que a maioria desses estudantes corrobora com a flexibilidade da orientação sexual apontada pelos postulados freudianos e outros.

3.1.2. Alunos que tem dúvida quanto à normalidade da homossexualidade:

Acho que não tem estudos para, por exemplo, afirmar a origem da homossexualidade se é uma doença ou se não. Pelo pouco que entendo, em princípio, ou pelo menos antes considerava que os casais, as pessoas homossexuais tivessem um distúrbio hormonal que causa, e que as levam a gostar do mesmo sexo etc. Atualmente já li tantas coisas que não sei muito bem o que. **Uns dizem que é uma coisa, outros estudos apontam que é outra coisa.** Uns estudos apontam que as pessoas homossexuais têm uma estrutura cerebral diferente, outros dizem que isso não é verdade. **Fico um pouco confuso, e, pronto.** E, estou a tentar toda nova informação, mas fico sempre cético, **a nova informação é sempre muito contraditória, e por isso ainda não tenho uma opinião formada. Espero formar agora, enquanto este curso.** Por vezes, a situações que me leva a pensar que ser homossexual ou não, é uma escolha consciente, mas por outro lado, por exemplo, se eu vir uma mulher nua, vou sentir, como é que se diz? Em termos físicos vai me causar ereção. Se eu vir um homem nu, isso não me acontece, e isso também me leva a pensar que talvez não seja uma escolha tão assim consciente. [...] Por isso é que eu também não tenho uma opinião, cem por cento, formada. **Mas por outro lado, por exemplo, já assisti várias vezes quando sai à noite com pessoas homossexuais que quando estão brigadas, e, de repente, já gostam de mulheres, por exemplo. Por isso, é que fico sempre um pouco cético. Acho que a pessoa, se calhar, não é homossexual, mas é bissexual.** Por exemplo, não sei. **São esses tipos de acontecimentos que ainda não me deixam formar uma opinião concreta em relação a isso.** (AIPT/1).

Lá está, foi o que eu disse no início, **eu acho que a homossexualidade não tem que ser considerada um transtorno mental**, não tem que ser porque transtorno, perturbações mentais, podemos falar da bipolaridade, da esquizofrenia, tudo bem. **Uma pessoa não tem que está com uma perturbação mental para ser homossexual**. Portanto, eu vejo como a homossexualidade como sendo uma coisa que está a tentar ser integrada na sociedade, mas que ainda não é integrada, e ainda vai dá muita luta para ser integrada. Mas, **eu vejo a homossexualidade, não posso dizer como uma coisa natural, porque eu sou católica**, e também no fundo, **no fundo não é uma coisa normal, porque normal é nós vermos um homem e uma mulher, mas penso que para lá caminha essa situação da homossexualidade, homem com homem, mulher com mulher ser uma coisa cada vez mais natural, porque são escolhas que as pessoas fazem, é a felicidade da pessoa que está em jogo**. Portanto, eu penso que fizeram muito bem ter tirado da categoria das perturbações mentais. (AIPT/10).

É uma pergunta muito difícil, eu falei que era biológico, né! **Se for biológico cabe aí a origem, se é genético ou não, se é uma variância ou não é, se é um transtorno ou não, independentemente disso, é, como eu posso dizer, eu não tenho um posicionamento aqui, agora (sorri)**. Eu **diria que é uma classe, vamos dizer, seria meio que um conjunto do biológico com o social, é em convívio com o ambiente que a pessoa vive também, de maneira que é todo um conjunto, é disso, que vai propiciar, vai fazer com essa pessoa tenha tendência para essa classe de sexualidade, vamos dizer assim, já que é diferente do hetero**, diria que é basicamente isso. (AI BR/2).

A AIPT/10 considera que a homossexualidade não tem que ser considerada um transtorno mental, “uma pessoa não tem que está com uma perturbação mental para ser homossexual”, mas, “no fundo não é uma coisa normal, porque normal é nós vermos um homem e uma mulher”. Ser homossexual para essa aluna, ao invés de uma condição ou orientação, é uma opção, é a felicidade dessa pessoa que está em jogo. Nesse sentido, é importante ressaltar que o ambiente familiar de um filho homossexual, em geral, e o mesmo do filho heterossexual. O que os cientistas procuram entender é como o mesmo suposto ambiente produz essa diferença; o AIPT/1 diz que não tem estudos que afirmem a origem da homossexualidade, se é ou não uma doença. Em princípio, o aluno considerava que as pessoas homossexuais tivessem um distúrbio hormonal que as levassem a gostar do mesmo sexo. Porém, uns estudos apontam ou dizem uma coisa, outros, dizem outra, e isso o deixa um pouco confuso. Assim, salienta que “a nova informação é sempre muito contraditória”. Em virtude disso, ainda não tem uma opinião formada, mas quer formar agora neste curso. Enfim, esse aluno fica confuso não só em relação às teorias ou informações, como ele ressalta, são desencontradas, mas, também, por observar o comportamento de amigos, *a priori*, homossexuais que, por conta de conflito conjugal, se voltam para o sexo oposto, e isso o confunde ainda mais, instala uma nova dúvida: esses indivíduos são homossexuais ou bissexuais?; o AI BR/2 fica em dúvida se a origem da homossexualidade é biológica, e ao mesmo tempo diz que seria um conjunto do biológico com o social, é do convívio com o ambiente, “já que é diferente do hetero”.

Esses alunos que tem dúvida quanto à origem da homossexualidade, demonstra uma confusão emblemática que também se dá no campo teórico, por causa de estudos e informações que se contradizem ou que parecem se contradisser, e que, certamente, se choca com um olhar cético de quem busca resposta fechada, exata, com cem por cento de fidedignidade. Se a questão tem a ver com a condição inata ou adquirida. E essa dúvida se acentua a partir do momento que se observa a plasticidade sexual no comportamento, como AIPT/1 observou nos seus colegas. Nesse sentido, para Cucchiari (1996) a sexualidade humana é essencialmente de natureza plástica e bissexual, logo, a heterossexualidade exclusiva consiste numa restrição sobre a sexualidade. Esse autor, de alguma forma, reforça à afirmativa de Freud (1905/1989a) de que o interesse sexual dos homens restrito pelas mulheres exige esclarecimento. Isso também é endossado por Berger e Luckmann (1997), quando ressaltam que a sexualidade humana não é apenas flexível em relação à sua relativa independência dos ciclos temporais, mas também no que diz respeito à escolha dos objetos e às suas formas de expressão.

3.2. Alguns psicólogos acreditam na reorientação sexual, ou seja, de que é possível transformar homossexual em heterossexual. O que você pensa a respeito?

3.2.1. Alunos que não acreditam na reorientação sexual, ou seja, de que não é possível transformar homossexual em heterossexual:

Acho que é absurdo. Acho que **não se consegue mudar uma pessoa, [...] não acho que seja só uma escolha da pessoa, a pessoa não opta, até porque essas pessoas são discriminadas, sofrem discriminações em todos os sítios (os lugares), eles, se pudessem escolher, iriam querer ser o mais comum (heterossexual).** Acho eu. Porque eles sofrem tanto, que não iriam procurar isso? Não, não, aquele caminho não é uma escolha. Acho que **é absurdo tentar reorientar, deve sim tentar fazer com essa pessoa se sinta bem com aquilo que ela é, e perceba que o problema não é dela, é da sociedade em que está. Porque a sociedade é preconceituosa e criou um preconceito em relação a algo que não faz sentido [...].** (AIPT/2).

Acho que é uma estupidez **uma pessoa ser, ter uma orientação homossexual e querer mudar isso. Porque acho que não é uma coisa: tipo uma doença que se tenha. Acho que são malucos, os próprios psicólogos é que são malucos. Acho que isso não tem cabimento.** (AIPT/3).

Eu acho que não. Eu acho que há casos e casos, e poderá haver casos em que a pessoa tenha algumas dúvidas, ou seja, durante algum período da sua vida, porque **há casos em que se é heterossexual, e depois se começa então a identificar com sua identidade homossexual, e que exista um período, uma fase de algumas dúvidas da própria pessoa assumir isso, e porque a sociedade ainda não está aqui em X, Y é diferente, dependendo do sítio (lugar), se é mais interior, se é mais rural a sociedade não aceita.** E, portanto, **penso que uma pessoa tem dificuldades em aceitar-se. Mas, não é uma questão de mudar, ou seja, de transformar a pessoa homossexual para heterossexual, a pessoa tem que se encontrar em si mesmo. [...].**

Não é questão do psicólogo, ah! Agora vou mudar essa pessoa que é homossexual para ser heterossexual, jamais, isso é um processo interior. (AIPT/5).

Não é possível transformar, a pessoa pode optar por ser [...] tanto que nada obriga ela ser homo ou hetero. Como tantos heteros viram homos depois dos quarenta. Isso eu acho que é uma opção da pessoa. **Eu acho que (a homossexualidade) não é um transtorno, não é, não é o psicólogo que vai te convencer (o paciente), acho que isso não é o papel do psicólogo, ele não tem que te convencer que a homossexualidade é uma doença, e que a heterossexualidade é que é o certo. Não existe certo, não existe errado.** (AIPT/6).

Espero que isso não aconteça na realidade do mercado de trabalho, porque **a condição sexual de cada sujeito não pode ser requalificada.** Eu não posso ensinar alguém que seja homossexual a deixar de ser. Alguém que tem prazer quando é masturbado no ânus, porque tem prazer nesse ato, em concreto não o deixa de ter, só pelo facto de está com uma mulher. O que eu posso ou **o que um psicólogo pode,** é ensiná-lo, se calhar, a recalcar esse prazer. Não sei até que ponto isso será aceito, não concordo, acho que é exatamente o sentido oposto, **é ajudar o paciente a aceitar a sua homossexualidade, é aceitar a perceber, é isso que eu gosto, é isso que me faz sentido, é com isso que eu me sinto bem. Ajudá-lo a perceber que esse comportamento ainda não é aceito por toda a sociedade, portanto, vamos ajudar também a sociedade conhecer essa vertente: a homossexualidade.** Não somos animais, não somos nenhuma bestas quadradas, simplesmente **a nossa orientação sexual é diferente.** Portanto, se eu não ultrapassar o limite, a barreira do próximo, então ninguém tem que me julgar dentro da minha casa, se tenho relações anais, se tenho relações de qualquer outro tipo, porque isso só a mim diz respeito, e aceito isso, e aceito isso. (AIPT/8).

Eu não acredito nisso. Eu não consigo acreditar que eu posso fazer uma terapia e tornar o meu amigo hetero. Não, não. Fugiria. Eu até nem veria meu amigo com uma menina, mas eu acho que não. Seu eu **disser que dar para tratar, eu estaria dizendo que está errado o Código de Ética do Psicólogo de tirar a homossexualidade da categoria dos transtornos.** (AIBR/3).

Um absurdo!**Isso não existe,** pelo menos na minha concepção como estudante de psicologia que não estuda a homossexualidade. Não é assim, não é por essa ordem, tá? Até porque **a gente (psicólogo) não vai chegar lá e mudar, até porque isso a gente não faz com demanda nenhuma que vier.** Não é só com a homossexualidade, como qualquer demanda que aparecer no nosso consultório e que a gente vá mudar. **Eu só acho assim, que o psicólogo está ali para ter coragem de dizer: você é homossexual, se assuma, encare o mundo. Não que a gente vá fazer isso. Mas você deve fazer com que o sujeito pense nisso, que se ame, que se queira, se assuma e vá em frente.** (AIBR/4).

Isto aí eu até critico. Que a pessoa querer transformar o outro! Querer tirar uma coisa e transformar em outra. Acho que o papel do psicólogo não é esse, e inclusive saiu uma reportagem aqui no Brasil criticando esse tipo de comportamento. A questão do ato médico falava que um dos papéis do psicólogo era vê esse tratamento, onde o Conselho Regional de Psicologia criticou piamente essa questão. **O psicólogo não tem que fazer tratamento, até porque isso não é doença. Como é que vai tratar um negócio que não é doença?** Então, isso para mim, eu critico piamente. (AIBR/7).

Acho que não, porque, geralmente, quando a gente recebe essa demanda na clínica, em grupo, ou alguma coisa assim, **a pessoa já vem com isso em mente desde criança, já tem sua sexualidade formada,** e acho que **o trabalho do psicólogo não é de reorientar, e sim de assisti-los na angústia que eles trazem, de como se declarar, se mostrar na sociedade, se colocar, principalmente os valores familiares, da cultura, como é que eles vão ser aceitos.** Acho que uma reorientação de tornar um homossexual em heterossexual não tem como, [...] essa questão é mais de angústia no trabalho, de querer [...], **de ser quem realmente é, porque, até então, eles fazem o papel de heterossexual, mas que não é aquilo, que não está bem, não é?** (AIBR/10).

A maioria dos alunos não acredita na reorientação sexual, de que seja possível transformar homossexual em heterossexual. Embora sem nenhuma base científica que

fundamente seus argumentos, eles a condenam veementemente. Parecem desconhecer que o Código de Ética do Psicólogo proíbe qualquer atendimento que tenha como objetivo a reorientação sexual, mesmo que seja uma solicitação explícita do paciente. A AIBR/3 cita equivocadamente o Código de Ética do Psicólogo como responsável pela retirada da homossexualidade da categoria dos transtornos mentais, apenas o AIBR/7 faz referência ao Conselho Regional de Psicologia de ter criticado piamente a reorientação sexual, segundo ele, a partir da questão do ato médico que falava que um dos papéis do psicólogo era vê o tratamento da homossexualidade.

Para a AIPT/2, não se consegue mudar uma pessoa porque não se trata de uma escolha, ela não opta, até porque essas pessoas sofrem discriminações em todos os lugares, logo, se pudessem escolher, iriam querer ser o mais comum, no caso, ser heterossexuais. É absurdo tentar reorientar, deve sim, fazer com essa pessoa se sinta bem com aquilo que ela é, e perceba que o problema não é seu, e sim, da sociedade porque é preconceituosa; o AIPT/3 considera que é uma estupidez uma pessoa ter uma orientação homossexual e querer mudar, porque não é doença; a AIPT/5 não acredita que seja possível a reorientação sexual, porém, há caso de heterossexual que passa a se identificar com homossexual, num período de dúvida até a pessoa se assumir, porque a sociedade, em especial no interior e na zona rural, a ainda não aceitam. Mas, não se trata de mudar a orientação, de transformar a pessoa homossexual em heterossexual, mas de se encontrar em si mesma; a AIPT/6 considera a homossexualidade, ao invés de uma condição sexual, um opção sexual, e que não é possível transformar uma pessoa, é ela mesma que faz sua opção, pois nada a obriga ser homossexual ou heterossexual. Acredita que a homossexualidade não é um transtorno, e que não é o psicólogo que vai convencer que a homossexualidade é uma doença, e a heterossexualidade é o certo, não é esse o seu papel, até porque, nessa questão, não existe certo ou errado.

A AIBR/3 não acredita na reorientação sexual, e dizer que é possível, logo, seria confirmar que a APA e a OMS - o Código de Ética do Psicólogo apenas contemplou essa retirada -, erraram em retirar a homossexualidade da categoria dos transtornos mentais; a AIBR/4 diz que a reorientação sexual não existe, e que o psicólogo não muda não somente o homossexual, como também nenhuma outra demanda, mas, que está ali para dizer, de modo indireto, ao indivíduo que ele é homossexual e que se assuma, que pense nisso, que se ame, encare o mundo e siga sua vida; o AIBR/7 critica a reorientação sexual, uma pessoa querer tirar uma coisa (homossexual) e transformar em outra (heterossexual). O papel do psicólogo não é esse, não tem que fazer tratamento,

como é que vai tratar um negocio (homossexualidade), se isso não é doença?; a AIBR/10 diz que a pessoa da demanda clínica já vem com isso em mente, com sua orientação sexual, desde criança, tem sua sexualidade formada. O trabalho do psicólogo não é de reorientar, e sim de assisti-los na angústia que eles trazem, de como se declarar, se mostrar na sociedade, se colocar, principalmente os valores familiares, da cultura, como é que eles vão ser aceitos. Enfim, de ser quem realmente é, porque, até então, eles fazem o papel de heterossexual, mas que não é aquilo, que não está bem.

Segundo a AIPT/6, nada obriga uma pessoa ser homossexual ou heterossexual. Parece que os indivíduos não são tão livres assim para aceitarem o que identificam como mais forte ou mais marcante na sua pessoa, quando esse componente não corresponde a um padrão ou não está de acordo com as normas de um maioria dominante. Para Rich (1980), a heterossexualidade é compulsória, e diz respeito ao processo social pelo qual as pessoas são disciplinadas para serem heterossexuais, para isso, são de grande valia as punições e os castigos encontrados em passagens bíblicas. Para Wittig (cit. in Butler, 2003), somente com a derrubada da heterossexualidade compulsória é que se irá inaugurar um verdadeiro humanismo entre as pessoas, ou seja, quando estiverem livres do apego à concepção do sexo.

O AIPT/8 que demonstrou ter preconceito e a dificuldade de desconstruí-lo, e colocando determinadas precondições para conviver com sujeito homossexual e até pressiona os amigos heterossexuais para terem a mesma conduta, no entanto chama a atenção para um aspecto que parece relevante, que talvez seja em razão disso o predomínio do preconceito sexual na maioria das sociedades, esse aluno destaca que o papel do psicólogo não é somente de ajudar o homossexual aperceber que esse comportamento ainda não é aceito por toda a sociedade, mas também de ajudar a sociedade a conhecer também essa vertente da sexualidade humana que é a homossexualidade. Nesse sentido, Oliveira (1996, p. 135) diz que “a patologia, por vezes, não está na pessoa ou em determinado grupo de indivíduos segregados, e, sim, no macro e microssociocultural ao qual nós pertencemos e em que nos contaminamos com vírus ideológicos de alto poder destrutivo”. As teorias socioculturais postulam que os processos de socialização e heterossexismo masculino convergem para promover a violência antigay. A força fundamental dessas teorias “em nível macro” é a sua capacidade de explicar o contexto social mais amplo em que a violência antigay ocorre e, por sua vez, informar a política social que vise reduzir os crimes de ódio antigay (Parrott, 2008). Enfim, esses alunos têm a plena consciência do papel do psicólogo que,

ao invés de reorientar o paciente, é o de ajudá-lo a reconhecer e aceitar, caso seja a homossexualidade à sua legítima condição sexual.

3.2.2. Alunos que tem dúvida sobre a reorientação sexual, i.e., de que é possível transformar homossexual em heterossexual:

Se a homossexualidade for uma coisa inata, e tivesse, por exemplo, uma diferença física na estrutura cerebral ou um distúrbio hormonal etc., penso que não se poderia alterar isso. Agora, se a pessoa não estiver segura da sua sexualidade, penso que talvez possa se fazer alguma coisa. Agora se a pessoa já tiver a sua sexualidade definida, penso que não. O caso de uma pessoa não ter a certeza se gosta do sexo feminino ou do sexo masculino, acho que, pronto, por exemplo, em termos de entrevistas inteiras, na psicologia clínica, as conversas poderiam levar a pessoa a entender, o que realmente pensa em relação a isso. Sim, se tiver dúvida uma pessoa pode ser sempre influenciada. Agora se essa influência não corresponder à realidade e essa pessoa, mais tarde, não vir a descobrir o que é afinal ou não, isso já não sei responder. (AIPT/1).

Acho que não, eu não acredito, eu acho que há que respeitar, acho que não tem que fazer trabalho algum, a não ser que a pessoa esteja em conflito com ela própria, com a identidade. Será que é isso mesmo? Daí a orientação vocacional, digamos um exemplo. Agora que tem que tratar?! A homossexualidade não é doença. Não é? (AIPT/7).

Eu acho isso uma besteira, totalmente, assim como esse negócio dessa “cura gay”, que é basicamente isso, digamos que fosse possível, que é possível, não sei se é, mas, pra quê? Para quem? O que é vai influir? Fico revoltado com essas coisas, você estar fazendo um esforço para você transformar um homossexual em heterossexual, mas para que quê? Só porque a sociedade impõe isso, a sociedade manda você, a sociedade diz que a gente é livre, mas na verdade a gente não é livre de jeito nenhum, a gente estar sempre preso aquele padrão que ela impõe, aí quer dizer que vou gastar meu tempo, eu como psicólogo, tentando orientar uma pessoa que é homossexual, para transformar, entre aspas, vamos dizer assim, em hetero, [...] e muitas vezes contra a vontade do paciente, às vezes ele pensa que quer ser hetero, [...] você tem que deixar as pessoas ser aquilo que elas querem ser, independente do que as outras pessoas acham, acho que sua felicidade tem que depender só de você e não das outras pessoas, então, se eu sou homossexual e meus pais não gostam disso, infelizmente eles vão ter que me aceitar assim, ou vai cada um para seu lado, não sei, acho que é uma perda de tempo. (AIBR/2).

Não, nunca ouvi falar a respeito disso. Não sei se daria certo, porque se a pessoa gosta daquilo (do mesmo sexo), como é que uma pessoa irá convencer a outra pessoa a não gostar mais? Não sei. (AIBR/6).

Eu penso que não transforma não. Quando você nasce e gosta daquilo mesmo (sexo com igual). Mudar em relação a isso, eu acho que não tem como não. Mas um casal homossexual que cria uma criança poderia mudar. É, mas aí é uma criança. [...] Mas, eu não estou afirmando mesmo de ser, poderia. (AIBR/8).

Quase que se equipara o número de alunos portugueses que tem dúvida sobre a reorientação sexual com os alunos brasileiros cujo número é um pouquinho maior. O AIPT/1 acredita que se a homossexualidade for inata, não pode ser alterada. Mas a pessoa insegura da sua sexualidade, talvez possa ser alterada, ou seja, no caso de não ter certeza se gosta do sexo feminino ou do sexo masculino, assim, as entrevistas psicológicas poderiam levar essa pessoa a entender o que realmente sente. Se tiver

dúvida, uma pessoa pode ser sempre influenciada, mas o aluno se pergunta, e se essa influência não corresponder à realidade, e essa pessoa não vir a descobrir o que é afinal ou não, isso ele não saberia responder. Parece que o aluno vislumbra a possibilidade da dúvida permanecer ou o sujeito se perceber homossexual depois de ter investido na reorientação heterossexual; a AIPT/7 não acredita em reorientação sexual, diz que tem de se respeitar a condição homossexual da pessoa, a não ser que ela esteja em conflito com sua identidade, e põe em dúvida se é isso mesmo. Essa aluna confunde a orientação vocacional, que tem relação com escolha profissional, com reorientação sexual. Enfim, afirma de que a homossexualidade não é doença, mas parece esperar uma confirmação disso.

O AIBR/2 parece confuso quando diz que não sabe se é possível a “cura *gay*”, entretanto se pergunta: fazer um esforço para transformar um homossexual em heterossexual, mas para quê? Parece que esse esforço é uma perda de tempo, porque ao invés de atender a necessidade íntima do indivíduo - que não tem certeza, pois pensa que quer ser heterossexual -, para atender ao padrão que a sociedade impõe a cidadãos supostamente livres. O aluno percebe a reorientação como uma incongruência, assim sendo, considera uma perda de tempo procurar atender ao imperativo social, i.e., a “heterossexualidade compulsória” (Rich, 1980); o AIBR/6 diz que nunca ouviu falar a respeito da reorientação sexual, e questiona se isso daria certo, se a pessoa gosta de ser homossexual, como irá convencê-la a não mais gostar? O aluno parece desconhecer de que qualquer procedimento do psicólogo fora da habitual entrevista ou escuta, mesmo que dentro da legalidade, tem que ter o consentimento do paciente ou do seu responsável quando se trata de paciente vulnerável, a exemplo da criança e adultos incapacitados; o AIBR/8 diz que não transforma, quando a pessoa nasce e gosta do mesmo sexo, porém, deixa seu preconceito escapar quando destaca que essa mudança poderia ocorrer em criança criada por casal homossexual.

O AIPT/1 considera que não seja possível a reorientação sexual caso a homossexualidade seja inata, mas caso o sujeito tenha dúvida da sua idade sexual, considera que a reorientação seja possível. Entretanto, no caso do paciente com dúvida sobre sua identidade não significa reorientação, mas de que o paciente, por meio da psicoterapia, fortaleça seu ego a ponto dele aceitar sua latência homossexual. O AIBR/2 usa a expressão “contra a vontade do paciente” e o AIBR/6 se interroga: “como é que uma pessoa irá convencer a outra pessoa a não gostar mais?”. Qualquer atitude ou conduta imposta consiste numa falta de respeito ao paciente e quebra da ética

profissional, portanto, qualquer intervenção do psicólogo será autorizada a partir do desejo do paciente - desde que não se trate de reorientação sexual, porque, nesse caso, seguindo o regulamento da profissão de psicólogo, não poderá ser atendido -, nunca a revelia de sua vontade ou por força da persuasão. Finalmente, o AIBR/8 mesmo ressaltando que não está afirmando, lança um olhar preconceituoso na possibilidade de que uma criança criada por um casal homossexual poderia mudar sua condição sexual. Esse aluno esquece que a maioria dos homossexuais é gerada e socializada por casais heterossexuais.

3.3. Qual é a sua opinião a respeito do psicólogo que tem preconceito sexual?

3.3.1. Alunos de psicologia que não admitem que o psicólogo tenha preconceito sexual:

Acho que é um mau profissional, porque psicólogo não pode ter preconceitos. Por exemplo, se for atender um cliente, e se tiver preconceito em relação à pessoa [...] **vai custar um serviço de qualidade inferior e acho que isso não deveria acontecer.** Não. Pronto, **espero que futuramente no meu curso eu tenha alguma formação em relação a esse tema porque é um tema que cada vez é mais falado.** Por exemplo, **antigamente eu não sei se era, eu que estava pouco atento ou se, parecia-me existir menos homossexuais, pelo menos agora, eu conheço mais homossexuais do que conhecia, por exemplo, quando andava no secundário.** Não sei se isso se deve ao facto da mentalidade das pessoas estarem mudadas e não existir já tanto preconceito em relação às pessoas homossexuais e por isso elas assumirem. Porque a homossexualidade existe desde sempre, já desde os romanos até os gregos antigos [...]. Por isso, penso que, pronto, a formação nesse sentido será importante. (AIPT/1).

Eu acho que **um psicólogo que discrimina homossexual, antes de discriminá-lo enquanto psicólogo tem que o discriminar enquanto pessoa, não é?** Enquanto ser humano que é, e **transportam isso para sua profissão, não consegue distinguir os contextos, não conseguem distanciar-se o suficiente para que os seus preconceitos enquanto ser humano, enquanto pessoa não influencie sua prática profissional.** [...]. **Se forem preconceituosos em nível da homossexualidade enquanto indivíduos, eu acho que nem sequer deviam atender pessoas que tivessem esse tipo de orientação, porque eu acho que iria prejudicá-las mais do que ajudá-las.** Porque eu acho que **não iriam ter o distanciamento suficiente para poderem não colocar as crenças deles e os seus valores nas consultas, no apoio ao indivíduo, não é?** Eu acho que **os psicólogos que tratassem desses assuntos teriam que eles próprios, enquanto indivíduo, não serem preconceituosos a esse nível.** (AIPT/4).

Bom, eu acho que **os psicólogos não devem ter nenhum tipo de preconceito. E, então, se eu tenho preconceito homossexual é porque ainda “não estar bem feito seu trabalho de casa”.** Eu acho que **para sermos psicólogos temos que ter uma capacidade muito grande, também interior, nos conhecermos a nós mesmos, estarmos bem conosco mesmo para poder também aceitar, ouvir os outros e ajudar os outros.** Portanto, **esse psicólogo ele não tem o trabalho dele resolvido, portanto, ainda não é um psicólogo a cem por cento.** Penso eu. (AIPT/5).

Eu acho que **(o psicólogo que tem preconceito sexual) não deveria ser psicólogo, porque se você estar ali, você pode estar exposto a tudo isso. Não é uma questão de escolha (homossexualidade). Você não sabe quem vai entrar no seu gabinete (consultório), você não**

sabe com quem vai estar lhe dando. Você tem que ter uma estrutura para conseguir interpretar isso como normalidade, mesmo sendo uma parte patológica da pessoa. Mesmo que a pessoa tenha um transtorno qualquer, como uma parafilia, não associada à homossexualidade, mas associada à parte sexual. **E pode ser um homossexual que venha ao meu escritório com uma parafilia, mas é homossexual, isso não compete a mim, eu não estou ali para julgar, eu estou ali para ajudar.** Eu não tenho que intervir na parte homossexual, eu tenho que intervir na parte que meu paciente acha que está a incomodar, a parte que está a fazer mal para ele. (AIPT/6).

Eu acho que **um psicólogo não deveria ter preconceito sexual, mas, para aqueles que têm é preciso fazer terapia, não?** Enquanto psicólogo não, não cai bem, não encaixa, enquanto psicólogo, **agora como uma pessoa fora do trabalho, isso vai da cabeça de cada um.** Mas enquanto profissional...! (AIPT/7).

Todos nós temos preconceito sexual internalizado, isso é verdade, mas, o psicólogo ter preconceito sexual, eu acho muito estranho. Não cabe a um profissional de psicologia ter, fazer qualquer tipo de distinção ou discriminação, não. (AIBR/1).

Eu não conheço psicólogo com preconceito sexual. [...] Isso é uma besteira ao quadrado. **Porque acho que o psicólogo, como já falei, teria que ampliar a visão das pessoas para esse tema, ele teria que ampliar a visão dele mesmo, teria que saber, não totalmente, porque acho que ninguém sabe das coisas totalmente, mas, pensar, falar, refletir o que realmente é, o que as pessoas acham sobre isso.** (AIBR/2).

Vá se tratar, vá ver o que está nele (dentro de si), aí que está mal colocado, que ele não se assume, que ele vá se vê. Acho que fui clara! (AIBR/4).

Como psicólogo tem que enxergar o sujeito, de certa forma, individual, tem que ver a pessoa como a pessoa se ver no mundo. Não sou eu como psicólogo, mas a pessoa que vem a mim se vê como esse sujeito, se enxerga no mundo, é fazer com que ele veja isso. **E quando a pessoa não faz isso, tipo, quer impor uma condição ao sujeito, eu acho que de certa forma ele está sendo antiético, porque está querendo impor um desejo seu em cima do outro, e não uma questão do sujeito.** (AIBR/5).

No meu ponto de vista não é para ter preconceito, é para ajudar de uma forma geral, independentemente, de ser homo, bi, hetero. (AIBR/8).

Eu acho que esse psicólogo está na profissão errada, eu acho que a psicologia não é isso, a psicologia é para entender a mente e o comportamento humano, e não é para apedrejar, para condenar, não é para pré-julgar, nem criticar, nem tão pouco ter preconceito ou discriminar o indivíduo, o cidadão, porque ele é homossexual. Não, pelo contrário, eu acho que ele deve abraçar o homossexual, assim como abraça o heterossexual. Não no sentido físico, mas no sentido da aceitação, respeito como indivíduo, como ser humano, como uma pessoa que tem direito e deveres da mesma forma. Então, eu acho que esse psicólogo que tem preconceito, eu particularmente aqui não conheço nenhum. Mas se foi perguntado é porque já existiram casos. **Esse psicólogo tem que rever seu conceito, sua formação e passar a entender que todos nós somos importantes, e o homossexual não pode ser discriminado ou ter preconceito a cerca dele porque ele é um indivíduo comum como um indivíduo heterossexual, ou seja, iguais em todos os sentidos, em todos os direitos e deveres.** (AIBR/9).

Acho que o psicólogo não deve ter preconceito, mas você vem com certo preconceito, como é que você vai trabalhar, né? Também é muito difícil na cultura em que a gente vive você vir (para o atendimento) sem preconceito nenhum. Você já vem com aquela imagem traçada. [...] Eu nesse estágio (numa instituição pública Y de atendimento as pessoas LGBTT) foi bem assim. **Quando eu vi o tema achei super interessante, mas eu disse, será que eu estou preparada para isso?** [...]. Mas, eu estou gostando muito. Você tem que se livrar de todo preconceito para poder começar. **Quando você vai para o atendimento, e quando você ver o título assim, já vai assim com certa rotulação.** Acho que foi mais uma coisa minha, pela cultura, porque eu não sou daqui de X, sou do sertão e lá isso é bem mais acentuado (preconceito). Aí eu disse,

não, é hora de me livrar totalmente disso. Até porque a pessoa já vem com um rótulo, mas quando você chega à prática, é totalmente diferente. (AIBR/10).

Mais alunos brasileiros do que alunos portugueses não admitem que o psicólogo tenha preconceitos. O AIPT/1 acredita que psicólogo não pode ter preconceitos, porque vai interferir na sua atuação, ou seja, na qualidade da prestação do seu serviço. Espera que futuramente seu curso ofereça uma formação em relação a esse tema homossexualidade, porque o mesmo está cada vez mais sendo discutido. Hoje, conhece mais homossexual, atribui a essa visibilidade, a uma possível mudança de mentalidade, i.e., de que não existe mais tanto preconceito e, em razão disso, as pessoas assumem sua homossexualidade; a AIPT/4 acredita que o psicólogo que discrimina homossexual, antes de tudo discrimina a pessoa, não consegue distinguir os contextos, se distanciar o suficiente para que os seus preconceitos não influenciem na sua prática profissional. Assim, iria prejudicá-lo mais do que ajudá-lo, colocando suas próprias crenças e seus valores na sua atuação. Enfim, psicólogos que tratam desse assunto não deviam ser preconceituosos a esse nível; a AIPT/5 afirma que os psicólogos não devem ter nenhum tipo de preconceito, tem que ter uma capacidade interior muito grande para se conhecer, está bem consigo para poder também aceitar, ouvir e ajudar os outros. Logo, o psicólogo que deixou de fazer esse trabalho consigo, certamente, não está resolvido, foi negligente com o seu compromisso profissional. Portanto, ainda não é cem por cento um psicólogo, porque não fez o “dever de casa” bem feito; a AIPT/6 defende que o psicólogo que tem preconceito sexual não deveria ser psicólogo. Estando no seu consultório, pode estar exposto a tudo, não sabe com quem vai estar lhe dando. Assim, tem que ter uma estrutura para conseguir interpretar a parte, mesmo que patológica, do paciente, como normalidade. Pode ser um homossexual com uma parafilia, mas, isso não compete, na condição de psicólogo, julgar, pois estar ali para ajudar, não tem que intervir no que diz respeito à homossexualidade, mas naquilo que incomoda, que faz mal ao seu paciente; a AIPT/7 considera que um psicólogo não deveria ter preconceito sexual, mas, caso o tenha, é preciso fazer psicoterapia, uma vez que, para o psicólogo “não cai bem, não encaixa” ter preconceito sexual, fora desse contexto, “isso vai da cabeça de cada um”.

O AIBR/1 considera que o psicólogo não que tem qualquer tipo de preconceito sexual, embora tenhamos internalizado. Portanto, deixa implícito que tenha de fazer algum trabalho consigo nesse sentido. Uma vez que “não cabe a um profissional de psicologia ter, fazer qualquer tipo de distinção ou discriminação”; o AIBR/2 diz que não

conhece psicólogo com preconceito sexual, neste contexto, é uma besteira ao quadrado. O psicólogo teria que ampliar a visão das pessoas e a sua própria sobre esse tema, não teria que saber totalmente de tudo, porque ninguém sabe, mas, de pensar, de falar, de refletir o que realmente é, o que as pessoas pensam a respeito; a AIBR/4 diz: o psicólogo que tem preconceito sexual deve se tratar, se autoconhecer, para que se assuma, ou seja, a aluna deixa implícito que ele tem preconceito por não ter sua homossexualidade assumida; o AIBR/5 acredita que como psicólogo tem que enxergar o sujeito, ver como esse se enxerga no mundo, é fazer com que veja isso, do contrário, estará impondo a esse indivíduo uma condição. Considera antiética essa atitude de impor seu desejo ao outro, e não uma questão do próprio sujeito; o AIBR/8 defende que o psicólogo não é para ter preconceito, que sua função é ajudar o sujeito independentemente da sua condição sexual; o AIBR/9 diz que o psicólogo que tem preconceito sexual está na profissão errada, porque a psicologia é para entender a mente e o comportamento humano, e não para ter preconceito ou discriminar, deve aceitar o indivíduo na sua condição de ser humano. O psicólogo preconceituoso tem que rever seu conceito, sua formação, e passar a entender que todos são importantes e iguais em todos os sentidos; a AIBR/10 diz que o psicólogo não deve ter preconceito, mas é muito difícil na cultura não ter preconceito nenhum, e o profissional termina levando para o seu atendimento os rótulos, mas se decide que é hora de se livrar do preconceito, o próprio exercício profissional ajuda a superar, o psicólogo termina, diante dessa realidade, percebendo que é totalmente diferente, ou seja, desconstrói seu preconceito.

O atendimento clínico, em consultório particular, é a atuação profissional mais desejada pelos alunos que iniciam o curso de Psicologia, bem como pelos profissionais psicólogos que buscam uma nova área de atuação (Magalhães, Stralio, Keller & Gomes, 2001). No estado de São Paulo, independente do ano do término do curso, a área de atividade principal mais citada também era a clínica, média de 57,1%, seguida por organizacional, 21,6%; escolar, 11,8%, e ensino da Psicologia, 7,1% (Meira & Nunes, 2005). Esses sujeitos de pesquisa parecem confirmar essa tendência, a maioria deixa claro seu olhar voltado para a clínica. Entretanto, embora se faça necessário o autoconhecimento por meio da psicoterapia, i.e., se espera que o aluno se conscientize de que, para poder atuar profissionalmente, embora não haja obrigatoriedade para isso, é relevante se psicoterapeutizar. Assim, os estudantes de Psicologia são incentivados a se submeterem ao tratamento psicológico como condição desejável e que suplementa a sua formação (Meira & Nunes, 2005). Porém, há resistência para se submeter a um processo

psicoterápico, ou seja, mesmo que sabedores da sua relevância para a qualidade do seu futuro exercício profissional. Isso consiste numa contradição, uma vez que o mesmo vai psicoterapeutizar, então porque resiste em se submeter ao processo psicoterápico, se essa será a atividade básica da sua praxe profissional? O estudante que se trata, ou seja, que vivência o processo psicoterápico ou de análise na condição de paciente, pode ser visto como conhecedor dos problemas principais que cerceiam sua personalidade e irá compreender como os mesmos foram elaborados, também terá uma percepção de que o seu *self* verdadeiro foi libertado para um estabelecimento e uma articulação adicionais (Bollas, 1992). Certamente, em razão dessa experiência terá, em tese, uma maior capacidade empática e habilidades subjetivas para lidar com o contexto do seu atendimento. Porém, não há nenhuma norma em Portugal e no Brasil que obrigue o aluno a fazer terapia, apenas os supervisores orientam, aconselham seus alunos estagiários para que se submetam ao processo psicoterápico.

A maioria dos alunos, mesmo não admitindo que o psicólogo tenha preconceito sexual, no entanto, não recomenda esse processo como um meio de elaborar ou superar seu preconceito. Apenas a AIPT/7 recomenda que “é preciso fazer psicoterapia”, no entanto, parece acreditar que seja possível a divisão no mesmo sujeito de ser psicólogo sem ter preconceito sexual, mas na condição de cidadão se permite a tê-lo, mas, até aonde essa incisão consegue separar aspectos tão fortemente antagônicos numa mesma pessoa? A AIBR/4 diz que o psicólogo que tem preconceito sexual que “vá se tratar”, mas não especifica como, e o AIBR/9 ressalta que “esse psicólogo tem que rever seu conceito, sua formação”. Finalmente, a AIBR/10, a partir do seu estágio numa instituição pública de atendimento às pessoas LGBTT, dá um testemunho da superação do seu próprio preconceito sexual: “Aí eu disse, não, é hora de me livrar totalmente disso. Até porque a pessoa já vem com um rótulo, mas quando você chega à prática, é totalmente diferente”.

3.3.2. Alunos de psicologia que admitem que psicólogo tenha preconceito sexual:

É assim, nós psicólogos, embora tenhamos um código de ética, e quando entramos num consultório temos que ser só psicólogos. Mas, somos pessoas, e se as pessoas cá fora têm um preconceito, vai levá-lo lá para dentro (do consultório), se ache correto ou não ache. Mas é a realidade, é o mundo em que vivemos, é a sociedade em que vivemos, as pessoas são preconceituosas incluídas os psicólogos, não somos diferentes, somos pessoas. (AIPT/2).

Esse psicólogo chama-se X (cita o próprio nome), que é o meu caso, que sou eu próprio (risos). Na condição do psicólogo há uma coisa essencial para todos os psicólogos que, sinceramente, não sei se muitos poderão, que é perceber os seus limites, e eu espero tornar-me um psicólogo maravilhoso, mas sempre consciente de uma coisa, eu só posso ser maravilhoso no que eu estou à vontade para ser. [...] Mas se eu próprio tenho dificuldades internas nesse tema, seria mais ético, seria mais vantajoso, e o que importa é o paciente, e não a figura do psicólogo encaminhá-lo para alguém que eu acredito. O que é que pode acontecer e será mais uma vez algo que tenha que sair de mim próprio na minha condição de humano, um bocadinho a figura do que fez Descartes que matou Deus e depois foi recuperá-lo, mas já foi recuperá-lo com outra visão, com outros olhos. Eu próprio tento fazer isso todos os dias, cada vez um pouco mais, este tema em particular é um tema que pode me incomodar, então eu vou tentar excluir o tema de mim próprio e agora vou recuperá-lo com outros olhos, com outra aceitação com outro, empenho também porque, geralmente, quando um tema não nos é muito favorável nós tendemos a fugir dele. Então, eu tenho que cada vez mais tentar compreender, perceber, às vezes, não é simples que afete por nada se estamos a ver um homossexual, tentar perceber esse comportamento dele, e porque que eu não percebo esse comportamento porque, eu me sinto incomodado por esse comportamento, é muito interessante! (AIPT/8).

Eu falo, se calhar, por mim, por colegas meus que **estamos agora a terminar o curso que é não temos uma formação com mais envolvimento das questões da sexualidade**, e daí a pessoa acaba muito por, como se costuma dizer, emprenhado pelos ouvidos que é, assimila muito e guarda muito aquilo que ouve. E como nós não temos muitas cadeiras em nível de formação, por exemplo, **como não temos muita formação, vamos dar ouvidos a muita coisa não tão científica, que vem por aí por fora, que desde notícia de jornais, televisão que tem aquele carácter muitas vezes não científico**, e penso que nós como não temos uma formação, acabamos indo muito atrás do rebanho e mesmo com profissão e academia de psicologia acabamos por nos deixar influenciar um bocadinho pela opinião que temos, que ouvimos dos outros. (AIPT/10).

Eu **acho muito errado, né? Porque certo é que não é fácil, tipo, se você tem o preconceito, você não deixa para lá da noite para o dia. Porque agora eu sou psicólogo, eu não tenho preconceito! Até porque o psicólogo não é o ser perfeito, não é livre de preconceito. Tem-se, tem, mas o psicólogo deve trabalhar esse lado porque ele vai atender, vai lidar com isso. O psicólogo tem que trabalhar ele mesmo para se livrar de preconceito**, de certas impressões que ele tem de certas pessoas e de certas coisas. (AI BR/6).

Eu **não tenho preconceito, mas também se um indivíduo tiver, é a opinião dele**. Eu não estou nem aí também querendo fazer com que ele mude de opinião. Se ele tem essa opinião, ele tem as justificativas dele, tem a criação dele. Bom, eu não tenho nada contra. Eu tenho as minhas convicções [...]. Eu **não vou também estar querendo entrar numa briga porque um outro indivíduo que tem preconceito ou discrimina**. Aí, eu também estaria me tornando tão pior quanto ele, porque eu estaria querendo impor as minhas convicções perante as dele. Aqui no Brasil tem aquela coisa, cada um no seu quadrado. **Então eu tenho as minhas convicções e aquele psicólogo, se porventura, vir a ter preconceito, eu vou achar uma pena, mas eu não faria nada. São as opiniões dele, são as crenças dele, infelizmente. Cada um tem o livre arbítrio de seguir**. (AI BR/7).

Esses alunos aceitam que o psicólogo tenha preconceito sexual, uma vez que, num contexto social marcado de preconceito, seria praticamente inevitável não tê-lo. Enfim, sugere como natural de que se tenha, porque a sua condição de humano não é diferente das demais pessoas. A AIPT/2 salienta que, embora os psicólogos tenham um código de ética que regula a profissão, psicólogos são pessoas, e se têm preconceito fora do consultório, certamente, achando ou não isso correto, levará o preconceito para a sua

atuação; o AIPT/8 se vê como um futuro psicólogo com preconceito sexual tem dificuldades internas a respeito desse tema, bem como se imagina com uma conduta ética de encaminhar um paciente homossexual para um outro psicólogo, caso se reconheça sem competência para ajudá-lo em vista dessa questão. Tem o compromisso consigo da superação do próprio preconceito, e já faz um exercício diário nesse sentido, porque deseja ser um bom psicólogo; a AIPT/10 diz que fala, e talvez pelos colegas que estão terminando o curso junto com ela, porque não tem uma formação mais envolvida com a questão da sexualidade. Assim, acredita que terminam legitimando o que não é científico, que é passado pela mídia, se deixando influenciar, a exemplo do preconceito. O AIBR/6 considera errado o psicólogo ter preconceito sexual, mas admite que o tenha porque na sua condição de humano não está livre disso. Mas tem que se trabalhar para se livrar do preconceito, porque no atendimento, ou seja, na sua atuação o psicólogo vai lidar com isso; o AIBR/7 diz não ter preconceito, mas também não entra em embate por conta do preconceito e da discriminação. Uma vez que tem as suas convicções, se por ventura um colega psicólogo tiver preconceito, vai lamentar, mas também não vai fazer nada, são suas crenças e opiniões, cada um tem o livre arbítrio de segui-los.

Esses alunos parecem aceitar o facto de que o psicólogo tenha preconceito sexual, no caso do AIPT/8 ele se reconhece com preconceito, mas, tem o propósito de resolvê-lo, demonstra por meio do seu discurso que, nesse sentido, está empenhado, em especial, porque visa uma melhor preparação para a sua atuação profissional. Com exceção do AIBR/6 que considera que o psicólogo deva “se trabalhar”, i.e., elaborar, superar seu preconceito, mas não diz por qual meio isso seria efetivado, se por si mesmo, se com a ajuda profissional da psicoterapia ou da análise. Esses alunos demonstram certa resistência em si psicoterapeutizar, paradoxalmente, eles que estarão, em breve, no mercado de trabalho, psicoterapeutizando. Ou esses alunos consideram que apenas seu conhecimento teórico, desprovido da sua vivência de paciente de um processo terapêutico, será suficiente? O AIBR/7 se fecha na sua convicção de que não tem preconceito, sem se importar com as consequências do preconceito sexual para as pessoas LGBT vítimas do mesmo. Enfim, uma posição bem individualista de que estando bem, nada do entorno deve lhe incomodar.

3.3.3. Alunos de psicologia que admitem que psicólogo, caso tenha preconceito sexual, que procure esconder:

Acho que isso é um bocadinho mau, porque o próprio psicólogo deve entender o comportamento e a parte emocional da pessoa, então como tal não deve (ter preconceito). Mas, claro que existe em toda gente os preconceitos. Mas, acho que um psicólogo deve tentar manter-se o mais fora disso possível, e quando a frente de um *gay* ou uma lésbica, [...] acho que deve manter-se o mais imparcial possível, embora tenha seus preconceitos, claro. [...]. Um psicólogo que tem preconceito sexual em relação aos *gays* e as lésbicas, é porque não é um bom psicólogo, porque não consegue por de lado (o preconceito), é porque não entende realmente o que é o ser humano, acho que é por aí! (AIPT/3).

Não devia ser psicólogo para começar, ou então, se tem enquanto pessoa, deveria deixar do consultório para fora. Eu acho que é muito complicado. Não acho que seja impossível se for um profissional e se conseguir olhar para aquela pessoa com aquele problema porque, às vezes, o que choca mais é ver um casal de mãos dadas ou aos beijos, se o psicólogo tiver um ligamento com aquela pessoa ali sem ser com o casal, se calhar, consegue-se se obstruir um bocadinho dele [...]. Acho que se não conseguir obstruir todos seus preconceitos, pode ser um ótimo psicólogo, mas, se calhar, passa o caso a outra pessoa qualquer e, pronto, eu tenho realmente esse preconceito, eu não consigo trabalhar com essas pessoas. [...] É, toda gente tem preconceitos, é impossível não se ter, eu tenho os meus [...]. (AIPT/9).

Saia da profissão, saia. Eu não tenho preconceito com quem é budista, evangélico, você faça o que você quiser, quem é hetero, quem é homo, tal. [...] Se você tem preconceito contra homossexual ou se você é isso ou é aquilo, na porta de fora de seu consultório, dentro esqueça que você tem isso. Eu queria que existisse essa separação, mas não existe. Mas eu vejo que cada vez você tem que botar na sua cabecinha que você é um psicólogo. Você não é juiz para decidir o que é certo ou errado para uma pessoa, não. (AIBR/3).

O AIPT/3 classifica como mau o facto do psicólogo ter preconceito, porque o psicólogo deve entender o comportamento e o emocional das pessoas. Reconhece que o preconceito existe em todas as pessoas, mas que um psicólogo deve tentar manter-se fora disso, ou seja, “embora tenha seus preconceitos”, “deve manter-se o mais imparcial possível”, ou seja, fingir que não tem preconceito. A aluna conclui que um psicólogo que tem preconceito sexual em relação aos *gays* e as lésbicas, é porque não é um bom psicólogo, “é porque não entende realmente o que é o ser humano”; a AIPT/9, *a priori*, diz que psicólogo não devia ter preconceito sexual, mas vê como sendo possível um profissional atender um homossexual, desde que consiga obstruir todos seus preconceitos, porque o que choca mais do que ter um *gay* diante de si, “é ver um casal (homossexual) de mãos dadas ou aos beijos”. Para ela o choca mais é expressão do afeto entre iguais. Assim, caso não consiga obstruir seu preconceito, essa aluna do quarto ano faz um arranjo, sugere que esse “ótimo psicólogo” (segundo ela, não deixa de ser por conta disso) passe o caso para outro profissional. Afinal, “toda gente tem preconceitos, é impossível não se ter”.

A AIBR/3 usa o imperativo: “saia da profissão”. Mas, depois relativiza um pouco, que o psicólogo deixe seu preconceito “na porta de fora de seu consultório, dentro

esqueça que você tem isso”. Entretanto, reconhece que essa separação não existe, então sugere que esse sujeito coloque na cabeça que é um psicólogo, ou seja, que atenda, mas esqueça que tem preconceito, e lembre que “não é juiz para decidir o que é certo ou errado para uma pessoa”. Esses alunos também não despertam para o facto de que o psicólogo deveria elaborar ou superar seu preconceito, do contrário, deixam implícito que esse psicólogo deve fingir para seu paciente homossexual que ele não tem preconceito. Mesmo sugerindo esse disfarce, o AIPT/3 diz que “um psicólogo que tem preconceito sexual em relação aos gays e as lésbicas, é porque não é um bom psicólogo”, ao passo que a AIPT/9 termina legitimando o preconceito, se “toda gente tem preconceitos, é impossível não se ter”, assim, nessa perspectiva, é natural que o psicólogo, mesmo sendo ótimo profissional, também o tenha, e passe o paciente homossexual para outro profissional caso não consiga obstruir o fluxo do seu próprio preconceito.

A AIPT/3 não tem perspectiva de que o psicólogo possa ficar livre do seu preconceito, parece se render diante da dificuldade do que seria deixar o preconceito do “lado de fora do consultório”, agora apela para que psicólogo não atue feito um juiz que decide o que é certo ou errado na vida das pessoas. Para quem inicialmente exigia o abandono da profissão: “Saia da profissão, saia”, agora parece ter se contentado com a ideia de que o psicólogo não seja, feito um juiz, autoritário.

Quarto Bloco Temático: Preconceito sexual do aluno

4.1. Na sua concepção qual é a origem da homossexualidade?

4.1.1. Alunos que acreditam que a origem da homossexualidade tem uma base genética e social:

Eu considero que a metade genética, se calhar, a metade não, um bocadinho menos, e muita parte tem a ver com o social, mas é a ligação das duas, só assim é que funciona, só assim é que faz sentido, [...] há realmente estudos que provam que há uma mudança no cérebro que leva à homossexualidade. Portanto, não é propriamente força do ambiente, ou o fator ambiental [...]. Acho que é só a pessoa é constituída pelo genético e pelo que vai aprendendo. É construção, tudo, ligação, tudo é que leva a determinada coisa. É o mesmo que ser heterossexual está lá, mas há pessoas que são mais do que outras. Ou, há pessoas, por exemplo, mulheres que são mais masculinas, no entanto, são heterossexuais. Tem muito a ver com o ambiente, onde foram inseridos, onde foram crescendo, da forma como foram estimulados. (AIPT/2).

Boa pergunta. Eu penso que tem uma **origem traumática** e uma **origem biológica**, penso que sim. Portanto, penso que é **também uma escolha**. Esta fica um pouquinho... (risos). (AIPT/5).

A sexualidade já nos acompanha há muitos anos, desde a antiga Grécia. Várias teorias são formuladas de forma diferente. Falei um bocado na composição genética, o que me faz algum sentido, uma vez que nós temos três genes XX para só um Y. Portanto, os nossos genes femininos estão sempre em vantagem. **Do ponto de vista evolutivo a homossexualidade não faz sentido, porque se a nossa função é a promoção da espécie, a homossexualidade não promove nada. A verdade que se existem homossexuais há tantos anos e se a nossa espécie não está a diminuir, pelo contrário, está a aumentar, quer dizer que a homossexualidade não é uma variável para nossa existência enquanto seres humanos.** Portanto, eu talvez atribua um X de percentagem a uma parte genética, outro X de percentagem aos fatores sociais e culturais. Da mesma forma que uma criança na escola começa a fumar porque veem os outros a fumar, e acham que a homossexualidade muitos casos acontecem assim, alguém que está ligado a um grupo de homossexualidade ou que lida de perto e também fica curioso em experimentar esse comportamento, e se essa experiência for positiva, se calhar, descobre novos prazeres, novas sensações que lhe agradem e então (se torna homossexual). (AIPT/8).

Essa é uma pergunta complicada, já pensei várias vezes sobre isso, nunca cheguei a uma questão concreta, vamos dizer, **eu diria que a pessoa nasce com aquilo (homossexualidade)**, é tanto, que tem pesquisas já no campo mais biológico que estão tentando provar, [...] e também há pesquisas é, de convívio de gêmeos, alguma coisa assim, que relaciona a convivência, porque tem gente que afirma que é da convivência, é tem pesquisas que acham, pronto, pais homossexuais que adotam filhos e eles não são homossexuais, tem muita gente que pensa porque os pais são homossexuais, o filho necessariamente vai ser homossexual, [...] e eu diria que é uma coisa, talvez genética, não sei, **mas eu diria que é uma coisa mais biológica, não que o meio não influencie, eu diria que influencia, com certeza, influencia, e muito.** (AlBR/2).

Mais alunos portugueses do que brasileiros ficam divididos entre a genética ou a biologia e o social, como condição predisponente à homossexualidade. A AIPT/2 considera que origem da homossexualidade em menos da metade é genética, e a outra parte tem a ver com o social. Salaria que estudos “provam que há uma mudança no cérebro que leva à homossexualidade”. Ao mesmo tempo, diz que tudo está ligado, que tanto a homossexualidade quando a heterossexualidade são construções; a AIPT/5 atribui a origem da homossexualidade ao resultado de uma trauma, bem como de um formação biológica, mas também acredita que seja uma escolha. Então, teria um das três causas: traumática, biológica e escolha; o AIPT/8 ressalta que, do ponto de vista evolutivo, a homossexualidade não faz sentido porque a nossa função é a promoção da espécie, a homossexualidade não promove nada, portanto não é uma variável para nossa existência. Atribui um X de percentagem a uma parte genética, outro X de percentagem aos fatores sociais e culturais. Considera que muitos casos de homossexualidade acontecem tal qual uma criança na escola começa a fumar porque vê os outros fumarem, ou seja, pela imitação ou estímulo; o AlBR/2 diz que a pessoa nasce com a homossexualidade, que é mais biológica, mas enfatiza a influência do meio.

Porém, mesmo reconhecendo uma “metade genética” na composição da homossexualidade, a AIPT/2 faz referência à sexualidade como uma construção social, seja em relação tanto à homossexualidade quanto à heterossexualidade. Nesse sentido, McIntosh (cit. in Aboim, 2013) salienta que parece ser inútil discutir o carácter inato ou adquirido da homossexualidade, uma vez que a principal questão que deve ser consideradas são os mecanismos sociais que classificam um comportamento como “desviante” em comparação com um comportamento heterossexual considerado normal, mas que, na realidade, é tão construído como a própria homossexualidade. O AIPT/8 também reconhece a composição genética da homossexualidade, mas supervaloriza a influência do meio social de modo tão simplista que chega a afirmar que a homossexualidade pode resultar da influência e da imitação, tal qual uma criança na escola faz em relação ao tabaco, que passa a fumar porque vê seus colegas fumando. Convém salientar que, em especial, para sujeitos em pleno desenvolvimento e formação, que é o caso das crianças e adolescentes, a influência maior talvez não ocorra pela exposição a um modelo fumante, mais pela disposição orgânica de fumante passivo. Poderíamos dizer que na convivência com fumantes a criança é afetada, e isso a predispõe ao hábito. A homossexualidade é, ainda, na maioria das sociedades, uma sexualidade rejeitada, marginalizada, condenada. Portanto, pode se pensar que somente estímulos externos parecem insuficientes para iniciá-la, certamente, algo que seja mais forte e latente no indivíduo, do que a simples imitação de um modelo poderá ser o factor que revela sua homossexualidade, minoritária, socialmente depreciada, e que afronta o social por ser contrária à maioria heterossexual dominante. Nesse sentido, Seffner (2003, p.107) questiona: “a heterossexualidade é tida como normal porque é majoritária, ou, visto por outro ângulo, a heterossexualidade é majoritária porque é considerada normal?”.

4.1.2. Alunos que acreditam que a origem da homossexualidade tem uma base pessoal e/ou social:

Há **muita gente que diz que é de origem genética. Eu discordo.** Poderá eventualmente haver alguma influência, mas, **não concordo muito com isso.** Concordo, nesse aspecto em termo físico, né? Em termos físicos, uma pessoa que tem uma aparência mais feminina, mas não quer dizer que altera [...] a orientação sexual [...] Porque pode ter uma aparência feminina e em termos de sexo ser homem e ter uma orientação hetero, e não homossexual. [...] Poderá ter alguma influência na orientação que a pessoa toma, mas **a meu ver é uma orientação que é desenvolvida de acordo com a própria pessoa, com sua identidade, com as suas vivências, com aquilo que a própria pessoa aprende a gostar ou a não gostar.** Eu penso que está mais

relacionado com a identidade da própria pessoa em termos pessoais, não digo socioculturais porque aí é muito tabu, acho que a nível mundial ainda, apesar de já existir uma grande alteração a esse nível, e hoje em dia vemos no noticiário. [...] **Mas, a questão a meu ver não é genética, e sim, mais da pessoa, da vivência, da experiência da personalidade da pessoa.** (AIPT/4).

Eu acho que isso é meio... **não vou dizer que é do gene,** mas eu acho que isso **é da formação de cada um,** isso não é a psicologia que vai intervir, não é psicológico, não é uma patologia, **isso é uma opção,** isso, eu acho que cada um é o que é. (AIPT/6).

Depois, **nós ouvimos muito que é as pessoas dizerem que é genético, que é hereditário.** Eu penso que não, eu **penso que será uma questão muitas vezes cultural, muitas vezes de origem pessoal,** por vezes, **as pessoas presumem que seja, não se identificam, muitas das vezes, com o corpo que têm, com o sexo que têm.** Eu acho que a origem é mais de carácter pessoal. (AIPT/10).

A questão é não uma origem em si, mas uma inscrição. É uma inscrição, porque a gente é falado antes de nascer, e de certa forma também **acaba sendo uma própria escolha, porque você pode ter essa inscrição, você pode ir contra e pode ir a favor.** Entendeu? **Eu acho que é uma questão de escolha, não é uma questão de origem biológica ou de influência social,** entendeu? Não sei se tem esse fator, mas eu acredito que seja de uma inscrição no sentido da inserção da linguagem, dele, e de acordo com essa inscrição, ele vai ter a liberdade de escolha no futuro, não é? (AIBR/5).

Eu acho que seria mais gosto pessoal, não sei! Eu sei que não tem nada a ver com genética, com doença. Acho que seria mesmo o caso de orientação, o fulaninho gosta de fulaninho, de cicrano, por algum motivo. **Confesso que nunca estudei sobre o assunto.** (AIBR/6).

A gente estuda que não existe uma origem genética, hereditária. Vejo que é muito do indivíduo, muito do ambiente. É algo que se encontra na humanidade desde os primórdios. Então, confesso que é até difícil, não há algo genético, em minha opinião. Não há algo hereditário. Eu não saberia dizer, conceituar como surge. (AIBR/7).

Não sei não. **Acho que vem muito também da criação.** Não sei. **Da criação dos pais, da infância.** Eu já vi exemplo, já li artigo que diz assim, uma mãe que era doída para ter uma menina, é teve um menino. Tem certas coisas que ela compra, tipo roupa, e veste a criança masculina como se fosse feminina. (AIBR/8).

Essa aí já é uma questão mais polêmica, inclusive eu já participei de um debate há um mês, onde tinha psiquiatras que defendem mais a questão da genética, [...] hereditariedade mesmo, e psicólogos que defendiam mais uma questão de orientação sexual, de uma identificação sexual. Quer dizer, onde o indivíduo procura a felicidade. [...] Ele mesmo tendo uma formação biológica homem, mas a cabeça dele é voltada, é masculina, é voltada para uma relação homoafetiva, quando a genética diz que o homem é para a mulher e a mulher é para o homem. Mas o indivíduo, ele busca a felicidade, ele busca uma identidade sexual. Então, essa questão, é uma questão polêmica e todo mundo sabe disso. **Mas, na minha conceção como acadêmico de psicologia do 7º período, é que é uma questão mais voltada para a liberdade de escolha, onde o indivíduo opta por uma opção (sic) que lhe faz bem, que traz seu bem estar bio-psico e social.** (AIBR/9).

Os alunos brasileiros de psicologia, mais do que os portugueses, acreditam que a origem da homossexualidade tem uma base pessoal e/ou social. De modo geral, sejam portugueses ou brasileiros, esses alunos, na maioria dos seus discursos, faz referência à homossexualidade como uma opção e não como uma condição ou orientação sexual. A AIPT/4 não concorda muito que a origem da homossexualidade seja genética. Mas que

uma orientação que é desenvolvida de acordo com a própria pessoa. Está mais relacionado com a identidade da própria pessoa em termos pessoais, não em termos socioculturais, porque isso ainda é tabu. A questão não é genética, e sim, mais da pessoa, da vivência, da experiência em relação aquilo que aprendeu ou a não gostar; a AIPT/6 não considera que a origem da homossexualidade é genética, mas da formação de cada um, uma opção; a AIPT/10 pensa que é uma questão muitas vezes cultural, de origem pessoal, por vezes, as pessoas não se identificam nem com o corpo e nem com o sexo que têm. Enfim, diz: “acho que a origem é mais de carácter pessoal”.

Para o AIBR/5 a questão não é uma origem, mas uma inscrição acaba sendo uma própria escolha, porque o sujeito pode ir contra ou favor dessa inscrição. É uma questão de escolha, não é uma questão de origem biológica ou de influência social; o AIBR/6 não sabe se a homossexualidade é gosto pessoal, mas tem certeza que não tem nada a ver com genética ou doença; o AIBR/7 diz que estudou que não existe uma origem genética, hereditária da homossexualidade. Confessa que é difícil conceituar a origem da homossexualidade, mas termina afirmando que é muito do indivíduo e do ambiente; o AIBR/8 mesmo dizendo não saber a origem da homossexualidade, termina por afirmar que resulta da infância e da criação dos pais, e cita um exemplo de uma mãe que veste seu bebê masculino como se fosse feminino. Por conta disso, o senso comum parece querer validar o dito popular de que “o hábito faz o monge”. A sexualidade, de modo geral, é complexa, e não é uma vestimenta incompatível com o género que, por si só, vai ser determinante da orientação homossexual; o AIBR/9 salienta que essa questão da origem da homossexualidade é polêmica, diz que psiquiatras a defendem mais como genética e hereditariedade, e psicólogos como uma questão de orientação sexual, de identificação sexual. Mas, pessoalmente, acredita que é mais uma questão de escolha, do indivíduo optar pela homossexualidade, porque lhe faz um bem estar bio-psico e social. É questionável o bem estar social? Como é possível esse bem estar social do homossexual quando o mesmo, geralmente, está inserido em contextos sociais hostis, preconceituosos e discriminativos?

Esses alunos acreditam que a homossexualidade se dá por meio da experiência, da opção, da escolha e da criação. Mas o sujeito escolheria ou se deixaria levar para uma sexualidade dita como desviante, discriminada? Como esse sujeito consegue romper o imperativo da “heterossexualidade compulsória” (Rich, 1980), para assumir seu desejo homoerótico? Uma mera escolha, influência ou criação sem nenhum respaldo genético ou biológico, e disposição psíquica e emocional seria motivação suficiente para a

construção de uma identidade o homossexual? Segundo Gagnon (2006), muitos homens norte-americanos embora possam informar de terem tido algumas experiências homossexuais no começo e no fim da adolescência, entretanto, para a grande maioria a homossexualidade continua a ser uma questão de pecado e anormalidade. Isso denota que a experiência sexual com o mesmo sexo é não determinante para a condição homossexual. A partir desses dados é possível refletir sobre a força subjetiva da repressão social que, certamente, faz com que alguns indivíduos recalquem, sem grandes consequências, sua homossexualidade, então esse sujeito poderia, assim, se dizer, a título de exemplificação, que tem uma composição homossexual fraca? Partindo do princípio de que o ser humano tem uma condição bissexual inata, então, o homossexual de facto ou “verdadeiro”, seria aquele sujeito para quem de tão forte a sua composição homossexual, é capaz de assumir seu desejo homoerótico, mesmo em contextos sociais desfavoráveis ou hostis a esse tipo de sexualidade? Na ótica de Fenichel (1981, p. 308), “certa quantidade de sentimento sexual para com o seu próprio sexo subsiste em todos os indivíduos como resíduo da liberdade original de escolha”.

Há evidências que alguns genes, mais do que outros, têm maior probabilidade de conduzir à homossexualidade. Mas isso não autoriza afirmar que exista um “gene *gay*”, que leva o indivíduo inexoravelmente à homossexualidade, como já destacou Wright (2006). Parece que a condição da bissexualidade inata é um campo de possibilidades que na interação do sujeito consigo e com o meio social estabelece o diferencial ou a linha limite que o faz, sem grande desconforto ou inquietação, reprimir sua homossexualidade, na proporção inversa de que isso leva outro sujeito a assumir sua homossexualidade - para si mesmo e não, necessariamente, “sair do armário” -, porque reprimir seria insuportável. Para Freud (1908/1976b) quando restrições de liberdade sexual são fixadas, muitos indivíduos são marginalizados como pervertidos. Mas essa injustiça, geralmente, é sanada pela desobediência de alguns indivíduos às injunções morais. Além disso, aqueles que se esforçam para não serem pervertidos, embora por constituição o deveriam ser, são impelidos às doenças nervosas.

A intenção de identificar a origem da “homossexualidade”, segundo Gagnon (2006), é apenas mais um passo na busca de um estigma físico especial para enquadrar os “homossexuais”. Tal busca das origens biológicas está tão enraizada em nossa cultura que nenhuma quantidade de provas negativas será capaz de impedir a continuação das pesquisas das origens alquímicas do desejo erótico pelo mesmo gênero. Porém, a relevância das pesquisas deve estar em reconhecer a complexidade do gênero e

do desejo, e não na tentativa de descobrir “a causa” de uma essência singular, rotulada de “o homossexual” ou “o heterossexual”. O foco da questão acima apresentada, não está exatamente em descobrir a origem da homossexualidade, mas de perceber para qual perspectiva a maioria dos alunos comungam. Nesse sentido, a maioria dos alunos portugueses acredita que a origem da homossexualidade tem uma base genética e/ou social, e a maioria dos alunos brasileiros acredita que a origem da homossexualidade tem uma base pessoal e/ou social.

4.1.3. Alunos que não sabem a origem da homossexualidade:

Não sei, nunca, nunca pensei nessa questão, a origem. Não sei, mas, **não sei responder essa questão.** Não sei, não sei. (AIPT/1).

Não sei, acho que não, **não há que se definir, tipo, uma origem** assim de outro mundo, porque, se calhar, **seria a mesma que perguntar que existe uma origem para os heterossexuais,** penso eu, acho que **não há aquela coisa de ser [...] uma espécie diferente,** acho que não, não, **acho que não há como definir a origem do aparecimento das lésbicas dos gays, acho que não é por aí.** Se calhar, já existia, já existe há milhares de anos, só que agora é que, sempre colocado encoberto, **acho as coisas começaram a sair de trás do véu.** Acho que não existe assim uma origem que se possa dizer àquela data que começou a surgir. [...] **Acho que para isso, para se definir a origem das lésbicas e dos gays, também vai ter que se definir a origem dos heteros,** porque acho que não é uma coisa de outro mundo (risos). Não é nada alienígena. (AIPT/3).

A origem!Acho que a origem segundo...(risos), não faço ideia. Eu tenho amigo e familiar que são homossexuais, e quando eu os ouço me dizendo que: “eu não, não é minha opção, eu nasci assim”. [...] **Aí é aquela coisa! É genético? Será que a origem é aí? É defeito em algum gene? Ou não. [...] Para mim só seria um defeito se eu não aceitasse.** É estranho, é! Um defeito é um defeito. Seria estranho se eu olhasse e pensasse: é um defeito genético. Entendeu? Daí, **mas para mim, por mais que fosse ou uma falha, ou uma mutação ou uma alteração, para mim tava tudo bem, porque são pessoas, são humanos, e toda gente é diferente.** [...] Eu acho que é só isso, estar tudo na cabeça. (AIPT/7).

Não sei, não sei por acaso, **eu não sei.** É, **não considero que seja uma doença,** não sei desde quando é que houve o primeiro caso da homossexualidade, mas como acho que é uma coisa muito natural, eu acho que essas pessoas só se apaixonam por pessoas do mesmo sexo. Portanto, **pode ter surgido alguém que se apaixonou sem qualquer tipo de outra coisa por trás, a exemplo de alguma doença, como sempre foi associado.** É, penso que foi uma coisa natural, acho eu, não sei. É, em nível de perturbação psicológica, o DSM até tinha isso como patologia, e, portanto, desde sempre, **e nos inícios da história da homossexualidade, mas sempre descrito como uma doença que poderia ser curada,** e que há maneiras, eu **não acredito nisso.** Eu acho que é o humor, sei lá, uma coisa assim mais romântica, mas é por aí, não acredito que seja qualquer tipo de patologia como sempre foi associado. (AIPT/9).

Não faço muita ideia, não. Mas varias culturas cultivavam isso e acho que era normal. Para os gregos, por exemplo, era normal, para os romanos também era normal entre eles ter relação sexual com homens soldados. Então isso vem de muito, muito tempo atrás. **Eu acho difícil responder isso precisamente.** (AIBR/1).

Acho que **nunca busquei saber de onde veio.** Acho que **desde sempre existiu.** (AIBR/3).

A origem da homossexualidade vem desde a antiguidade, bem de antigamente, muito tempo atrás mesmo. **Só não sei e nem lembro a história, inclusive já fui até monitora de**

sexualidade aqui, um ano. **Desde a antiguidade que isso era rejeitado, não era tão abertamente.** Então, acho que vem da antiguidade. (AIBR/10).

Um número corresponde de alunos de psicologia portugueses e brasileiros não sabem a origem da homossexualidade, e alguns dizem nunca terem pensado no assunto. O AIPT/1 surpreso, diz que nunca pensou nessa questão: a origem da homossexualidade. Que não sabe responder; o AIPT/3 diz que não sabe a origem da homossexualidade, que existem milhares de anos, sempre colocado encoberto, só que agora as homossexualidades “começaram a sair de trás do véu”. Numa perspectiva bem presente nos questionamentos científico, esse aluno ressalta: “definir a origem das lésbicas e dos *gays*, também vai ter que se definir a origem dos heterossexuais”; a AIPT/7 meio confusa, se pergunta se a origem da homossexualidade é genética, no caso um defeito em algum gene? Porém, mesmo que fosse uma falha, uma mutação ou uma alteração, mas, para ela só seria um defeito se ela não aceitasse. Sua aceitação, portanto, tem um poder mágico de transformar, até então, pessoas com “defeitos”, em apenas, como todo mundo, diferentes; a AIPT/9 diz que não sabe a origem da homossexualidade, mas não a considera como doença ou patologia como sempre foi associada, também não sabe “desde quando é que houve o primeiro caso da homossexualidade”. Essa fala lembra doença, surto, do tipo: quando surgiu o primeiro caso de SIDA em Portugal? Uma perturbação psicológica, o DSM a tinha como patologia, reconhece que sua existência data de há muito tempo, mas sempre descrita “como uma doença que poderia ser curada”.

O AIBR/1 não faz ideia da origem da homossexualidade, acha difícil responder isso precisamente, embora saliente que em várias culturas, a exemplos da grega e romana que cultivavam e era normal a relação sexual entre homens; a AIBR/3 embora considere que a homossexualidade existe desde os primórdios e diz: “nunca busquei saber de onde veio”. Essa frase remete ao imaginário de que a homossexualidade vem de algum lugar longínquo e tenebroso, se instala no sujeito e o torna homossexual, tipo uma peste ou contágio; a AIBR/10 diz que a origem da homossexualidade vem da antiguidade, e desde esse tempo que é rejeitada, mas não tão abertamente. Mesmo reconhecendo que entre os gregos antigos e romanos a relação sexual com o mesmo sexo era tida como normal, o AIBR/1 não consegue formar uma ideia da origem, bem como a AIBR/10, embora tenha sido monitora da disciplina sexualidade, diz que a homossexualidade vem desde a antiguidade, e que era abertamente rejeitada.

Na Grécia Antiga a sexualidade entre homens, que não era tida como homossexualidade, uma vez que o termo *homossexualidade* não existia, portanto, a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo, não tinha a concepção de homossexualidade que se tem hoje. Em razão disso, não parece muito exato falar em rejeição, mas, talvez, em restrições. O jovem grego (*eromenos*) era iniciado por um homem idoso (*erastes*) que tinha a função de inseri-lo nas responsabilidades de cidadão. Assim, verdade e sexo se ligavam no repasse do saber. O ato pederástico era o ponto culminante de um processo de orientação individual cujo objetivo era transmitir a *arete* (conjunto de virtudes que incluía coragem, força, justiça e honestidade). Portanto, a pederastia, nesse contexto era uma relação normal e, certamente, não contra a natureza. Porém, o contato sexual entre homens adultos não estava isento de críticas e chacotas (Catonné, 2001; Dover, 1994; Foucault, 1993; Friedman, 2002).

4.2. Qual é a sua opinião a respeito das pessoas heterossexuais que tem amigo homossexual?

4.2.1. Alunos que veem como normal a amizade entre pessoas homossexual e homossexual:

Acho que é perfeitamente normal. Acho que é muito bom. Acho que não devemos discriminar ninguém. São pessoas. As pessoas precisam de lhe dar com um bocadinho de tudo. Não estou a ser preconceituosa, **apenas acho que é uma pessoa como outra qualquer, tem uma opção sexual diferente da nossa que somos heterossexuais. Existe muita gente que tem essa questão, e quando descobre que tem amigos homossexuais se afasta e fica com receio, ah! Ele ainda vai se apaixonar por mim.** Eu não vejo as coisas assim. E eu tenho amigos homossexuais, **tenho amigos muito próximos com quem eu me dou, se calhar, melhor do que eu me dou com amigos heterossexuais,** e não tem qualquer problema de me comunicar com eles, nem de lhe dar com eles. (AIPT/2).

Como já lhe disse, **tenho amigos gays, tenho amigas lésbicas** e não tenho nada contra eles, [...] **a minha opinião é que são amigos como os outros.** Não, acho que **não muda nada,** não é por um rapaz que ter um amigo rapaz que gosta de rapazes, vou deixar de me dar com ele, ou por ter uma amiga rapariga (moça) que gosta de rapariga (moça) vou deixar de me dar com ela. **Acho que são iguais aos outros, não tem nenhuma doença.** (AIPT/3).

Eu não posso olhar para meu exemplo. Porque, lá está, não sendo preconceituosa em relação ao assunto, eu acho que até **a maioria das pessoas que são heterossexuais e tem amigos gays, de certa forma, não tem preconceito em relação a isso,** não é? Porque se tivessem não considerariam essas pessoas como amigas. Digo eu que talvez coincida e talvez evitassem o relacionamento com esse tipo de pessoas [...]. (AIPT/4).

Eu tenho amigo gay e acho absolutamente normal. Não tem diferença, não tem. **É apenas uma opção.** Ele é autónomo. Não se poderia dizer isso, mas, **ele é autónomo em gostar de homens,** no caso que é homem. **Isso não faz dele diferente de mim, não. É uma pessoa**

comum. Não tem nenhuma questão a ser discutida porque para mim é normal, é uma coisa normal, entende? (AIBR/1).

Uma coisa normal, eu acho que é **uma forma normal de comportamento**, é uma amizade, **uma amizade não está relativa a uma questão de orientação sexual. A orientação sexual é uma coisa de cada um, uma coisa particular.** (AIBR/5).

Não vejo problema nenhum. Eu tenho alguns amigos que são *gays*, não vejo problema nenhum. (AIBR/7).

Normal também, tranquilo. O problema que vejo nesse caso é o sujeito ser feliz. Sendo feliz, porque a medida pior que tem, é quando o sujeito mente para si mesmo. Eu vejo assim, se é aquilo que ele quer, não importa a opinião de ninguém, tem que seguir em frente da forma que acha melhor para si mesmo. (AIBR/8).

Esses alunos acreditam que não tem diferença, que é normal, e que não há problema nenhum do heterossexual ter amigo *gay*. A AIPT/2 diz é possível até se dá melhor com os amigos *gays* do que com os amigos heterossexuais, certamente por conta da não atração sexual que poderia ocorrer na amizade com o heterossexual, também porque com o *gay* pode compartilhar ideias comuns ao universo feminino, a exemplo de moda, e até mesmo o desejo pelo mesmo tipo de objeto sexual; a AIPT/5 nivela as identidades heterossexual e homossexual num mesmo patamar, quando afirma que uma pessoa heterossexual não é melhor ou pior, por ter amigo *gay*. Todavia, a AIPT/2 chama a atenção para o facto que parece corriqueiro e que justifica boa parte do preconceito, de que muita gente se afasta quando descobre que tem amigo homossexual com receio de que ele se apaixone. Caberia questionar, por que somente o *gay* se apaixonaria? Por que o heterossexual estaria imune a paixão em relação ao *gay*? Até aonde não seria o medo do heterossexual de que possa emergir a sua própria homossexualidade, até então, latente?

4.2.2. Alunos que veem alguma característica especial na pessoa heterossexual que tem amizade com homossexual:

Penso que essa pessoa é uma **pessoa esclarecida, porque se tem um amigo *gay* é porque não tem preconceito, não tendo preconceito é uma pessoa esclarecida.** Acho que isso é **um ponto a favor dessas pessoas (heterossexuais).** (AIPT/1).

Eu acho que **são pessoas abertas para o mundo. A minha mãe tem 60 anos, e tem amigos *gays***, e convive com eles e conhece o namorado do outro, e se dá super bem. Pelo menos eu venho de uma família muito bem estruturada para isso. **Não é normal uma pessoa com 60 anos ter esse tipo de abertura.** (AIPT/6).

Acho louvável, digno de aplauso (as pessoas heterossexuais que tem amigo *gay*). São pessoas que tem **visão de futuro, uma visão moderna, uma mente aberta, uma mente consciente.** Quer dizer, são pessoas que se relacionam como amigos, com pessoas homossexuais. [...] **essa amizade, esse vínculo entre homo e heterossexual é o que tem que**

ser massificado na sociedade. São pessoas normais (os homossexuais), certo? **Não são melhores, nem piores do que as heterossexuais. São pessoas (esses heterossexuais) que mostram não ter preconceito nem discriminação contra os homossexuais.** Isto com certeza é **uma atitude muito bonita de se ver.** (AIBR/9).

Para esses alunos quem tem amigos *gays* é porque não tem preconceito, e isso conta a seu favor, ou seja, de que são pessoas esclarecidas, têm visão de futuro, modernas, “mentes abertas” e conscientes. Enfim, o AIBR/9 diz: “é uma atitude muito bonita”. Os alunos veem essas pessoas, pelo facto de não terem preconceito, como especiais, e possível que assim, muitas delas se sintam, por que inseridas em culturas preconceituosas, ter amigo *gay* parece um atitude de rebeldia, de quebra de paradigmas, e se considerar como igual o sujeito que a sociedade discrimina, marginaliza, patologiza; o AIBR/9 considera que a amizade, esse vínculo entre homossexual e heterossexual deveria está mais presente na sociedade, de modo massificado, ou seja, mais intenso, mas isso somente é possível com a derrubada do preconceito, quando for extinta a heterossexualidade como parâmetro da normalidade, uma vez que, como Louro (2009) ressalta, se constituiu como primazia em sexualidade-referência. Afinal, as atitudes antigay, medo irracional face às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, inclui preconceito, discriminação, abuso verbal e atos de violência originados por esse medo e ódio, uma forma de psicopatologia individual num processo psicossociológico de subalternização, para garantir a heteronormatividade, manifestada pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual (Blumenfeld, 2004; Borrillo, 2010; Herek, 1984, 2004; Prado & Machado, 2008).

4.2.3. Alunos heterossexuais que impõem determinadas precondições para ter amizade com colegas homossexuais da sua turma:

Sou heterossexual, tenho muitos amigos homossexuais, são pessoas maravilhosas, tem a parte sensorial muito mais apurada que a minha, acho que isso é uma das coisas que me fascina na homossexualidade, eles conseguem ser muito mais ternorentos, conseguem ser muito mais preocupados, atenciosos, e eu no meu dia-a-dia nem tempo tenho para isso. E ao não ter tempo fez com que minha personalidade se manifestasse dessa forma, eu sou muito prático, às vezes, mais agressivo ao falar. [...] Desde que não ultrapasse, e que não seja expansivo, e que não seja violador do meu espaço. Já trabalhei muito perto com homossexual e ele gostava muito de sentar no meu colo e conversar um bocadinho. Eu achava isso delicioso, um comportamento perfeitamente correto. Se não houvesse mais lugares, eu dizia senta aqui um bocadinho. Sentar mesmo no meu colo, literalmente, estávamos a conversar. Sem nenhum tipo de comportamento ou de proximidade de violação ou de carácter, qualquer que fosse, porque se houvesse então eu já ficaria desconfortado. Já não seria saudável para mim. Portanto, eu lido muito com a homossexualidade, desde que a homossexualidade seja mantida onde ela deve está que é no interior de cada um. [...] Portanto, esse tipo de contato para mim é perfeitamente aceitável ou suportável, sem nenhum tipo de preconceito. Nem tão pouco penso se quem estiver a observar se pode

observar como um comportamento homossexual, porque nem penso nisso, nem penso nisso. É tudo feito em alianças e acordos que a vida é feita disso, e que a noção que a liberdade e o respeito acabam quando começa do próximo. E temos que ter sempre muito bem definida essas leis. Seja sentar, como esse exemplo, ou mesmo, e nesse caso acontecia, cumprimentava com dois beijos, eu cumprimento os meus familiares homens com beijos, está na minha cultura, não tem problema, eu tenho prazer em dar dois beijos a uma mulher como dois beijos a um homem, [...] eu estou a beijar o outro ser humano, o outro ser humano que está a ser **acarinhado naquele segundo, porque eu cheguei ou porque ele chegou, então, dessa forma, não me faz confusão nenhuma saber que ele é homossexual, desde que os limites estejam bem estabelecidos. Estamos a falar de relacionamento humano, estamos a falar sobre amor ao próximo, amor enquanto ser humano, indivíduo [...]. Se for daí para frente, já não tenho essa facilidade.** (AIPT/8).

Eu sou um hetero que tenho amigos *gays*, amigas, enfim, é, eu sei me colocar nessa relação, eu sei me portar. **Eu tiro muita brincadeira com amigos *gays* meus, tiro brincadeira, mesmo, muita brincadeira. Mas na medida em que eles saibam me respeitar, [...] sabem o meu posicionamento sexual, assim como eu sei o deles, eu respeito eles e eles me respeitam, e a gente se entende.** (AIBR/2).

Eu tenho **um amigo *gay* e tenho três amigas lésbicas.** Eles são todos de fora, da cidade X. Mas **eu respeito e eles me respeitam.** Sabem que eu sou hetero, e o respeito é tudo. (AIBR/6).

Para que o *gay* entre no círculo de amizade desses alunos, parece que tem que dispor de um “passaporte”, alguma qualidade específica. O AIPT/8 reafirma que é heterossexual, e que tem muitos amigos homossexuais, e que são pessoas maravilhosas. Faz um contra ponto entre ele e esses amigos, os colocando quase que polarizados no extremo oposto, ressalta que a sensibilidade dos mesmos é muito mais apurada do que a sua, e isso o fascina, bem como, a capacidade deles de serem mais afetuosos, preocupados e atenciosos, ao passo que ele, no meu dia-a-dia, por falta de tempo, tem uma personalidade mais prática, às vezes, mais agressiva ao falar. Assim, teria que ser, ou seja, os lugares bem demarcados de *gay* e de heterossexual, porque do contrário, esses *gays* não seriam seus amigos. Embora, tenham contatos físicos até pouco habitual entre grupo de pares exclusivamente *gays*, a exemplo de sentar no colo. Mas o contrato parece que não deixa escapar nada, o aluno acrescenta: “eu lido muito com a homossexualidade, desde que a homossexualidade seja mantida onde ela deve está que é no interior de cada um”. Parece uma precondição, somente aceita o amigo *gay* desde que esteja asséptico, que guarde a sua homossexualidade num lugar bem seguro: seu “interior”, para não importuná-lo quando estiver consigo. Essa exigência não consiste em nenhum constrangimento, porque isso é feito em comum acordo, i.e., estabelece os limites territoriais que, por sua vez, delimita também o espaço do afetivo. Sentar no colo, bem como trocar beijinhos são manifestações afetivas que estão dentro desse campo de segurança, com base não apenas em uma lei, mas nas “leis” que controlam ou não deixam escapar nada do seu controle. O aluno acrescenta: “É tudo feito em alianças

e acordos, que a vida é feita disto, e que a noção que a liberdade e o respeito acabam quando começa do próximo. E temos que ter sempre muito bem definida essas leis”. Essa relação parece que se estrutura na dinâmica binária senhor e escravo, dominador e dominado, travestida de respeito, sensibilidade e fascinação.

O AIPT/8 acrescenta: “esse tipo de contato para mim é perfeitamente aceitável ou suportável, sem nenhum tipo de preconceito”. Na realidade, isso é o próprio preconceito sob controle, desde que seu bem estar, que está em primeiro lugar, se mantenha preservado, na vigilância que é reforçada nestas falas: “Sem nenhum tipo [...] de proximidade de violação ou de carácter, [...] porque se houvesse então eu já ficaria desconfortado. Já não seria saudável para mim”; “então, dessa forma, não me faz confusão nenhuma saber que ele é homossexual, desde que os limites estejam bem estabelecidos”.

Na visão de Foucault (1983), graças às técnicas de vigilância, o poder, o domínio sobre o corpo se efetua segundo as leis da ótica e da mecânica, em um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelos menos em princípio, da força, da violência. Esse aluno tem o domínio sobre o corpo do outro, a violência poderá vir à tona, caso ultrapasse essas “linhas demarcadoras”, quando o AIPT/8 afirma: “Se for daí para frente já não tenho essa facilidade”. Mas a violência simbólica, certamente, poderá atuar nesse contexto: “se um colega apresenta um comportamento homossexual [...] um pouco mais expansivo ou se for insinuador perante nós homens, [...] a mais do que uma amizade, então vai ser posto de lado por mim e, por certo, eu irei influenciar os meus pares”. Esse aluno não se preocupa que essa aproximação seja interpretada como homossexualidade, diz: “Nem tão pouco penso se quem estiver a observar, se pode observar como um comportamento homossexual, porque nem penso nisso”. De facto, parece pouco provável que assim se perceba, porque nessa cena os lugares estão bem delimitados, assim, evidenciam um *gay* destituído de erotização, e de um macho pleno em sua virilidade que, de tão “seguro”, fica confortável, como ele mesmo diz: com uma bicha sentada no seu colo. Mas, não uma “bicha expansiva”, esse lhe provoca desconforto, certamente desconstruiria a “harmonia” dessa cena revelando, possivelmente, elementos indesejáveis.

O “respeito” funciona como um escudo, um delimitador de lugar homossexual e heterossexual, é essa linha que separa e a mesma que viabiliza a amizade, pois torna a relação “imune ao contágio”. Ou o respeito parece que tem “o poder disciplinar e com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior

‘adestrar’[...]’ (Foucault, 1983, p. 153). Por meio do respeito, o aluno heterossexual adentra o outro, o colega homossexual, para ficar imune a possível investida ou “contaminação homossexual”, para que, assim, possa “brincar” com a sua homossexualidade.

O AIBR/6 diz: “tenho um amigo *gay* e tenho três amigas lésbicas. [...] Mas eu respeito e eles me respeitam. Sabem que eu sou hetero, e o respeito é tudo”, e o AIBR/2 afirma: “tenho amigos *gays* [...] sei me colocar nessa relação [...] Mas na medida em que [...] eu respeito eles e eles me respeitam, e a gente se entende”. Estabelecida esses lugares, então, o AIBR/2 diz: “Eu tiro muita brincadeira [...] tiro brincadeira, mesmo, muita brincadeira”. Essas brincadeiras tidas como inofensivas versam sobre a condição sexual desses sujeitos *gays*. Há um poder de poder brincar que, na linguagem popular brasileira, seria “zoar” (zombar, debochar e caçoar), tirar “sarro” (ri à custa, debochar etc.). Isso, feito por outrem não legitimado amigo, seria ofensivo. O “pagamento” pela amizade do heterossexual autoriza a esse “brinde”, ou seja, de “brincar” de qualquer forma ou de todas as formas com a sexualidade do amigo *gay*, haja vista que, na perspectiva desse amigo heterossexual, isso não se constitui no menor desrespeito.

O AIPT/8 diz que o amigo *gay*, não somente deve respeitar os limites, no sentido de fazer qualquer investida, mas também se conter, não ser “expansivo”, não ter trejeitos, ou seja, não apresentar a “visibilidade do estigma” (Goffman, 1988). Diferente do preconceituoso que, em razão da sua insegurança, evita, rejeita contato ou qualquer tipo de aproximação com o *gay*. O aluno de psicologia, pressionado direta ou indiretamente pelo imperativo da aceitação do outro, baliza com as demarcações de “respeito” esse território da sua amizade com os colegas homossexuais, os espaços permitidos e proibidos para o trânsito da amizade. Bem diferente das “brincadeiras” que parecem não ter limite para sua expressão.

A partir da pesquisa de Kinsey et. al., Gagnon (2006) lembra que, embora muitos homens informassem ter tido algumas experiências homossexuais no começo e no fim da adolescência, a homossexualidade continua a ser, para eles uma questão de pecado e anormalidade. Seria o receio de uma investida sexual do amigo *gay* para não reviver o “pecado” ou o medo em potencial de que o próprio desejo seja despertado e, em razão disso, se estabelece normas rígidas, previamente colocadas como amarras do “respeito”, assim, nessa interação, a sua heterossexualidade estará salvaguardada.

4.2.4. Alunos que veem a amizade entre heterossexual e homossexual intermediada por alguma condição específica:

Adoro! Eu adoro, por exemplo, tenho, **tenho primo gay, amigo do peito que é gay, e adoro. Adoro pela extroversão, não há aqui tempo ruim, não há momento ruim, até com todos os problemas e toda desgraça a volta, tem muito senso de humor.** [...] Adoro estar ali naquele momento de descontração de ouvir, de rir. E ainda tem **um amigo que é hetero que fala que com gay nunca se pode discutir que você sempre perde** (risos). (AIP7/7).

Os homossexuais não são mais preocupados, por muito irritadiço que estejam conseguem sempre ter uma palavra de alento, de coragem, de força [...]. (AIP7/8).

Acredito que tem **dois tipos de heterossexuais na relação de amizade com os amigos gays.** Um que **brinca, que respeita e é respeitado pelos amigos gays, porque eles sabem do seu posicionamento sexual,** o outro que não são tão amigos, **conhece porque é o jeito, por obrigação ou porque tem alguma por trás, sabedores de que gays tem maior proximidade com as mulheres, os usam como um meio de manter contato com as meninas, os “amigos” gays arrumam namoradas para eles para eles.** (AIBR/2).

Normal. Eu tenho vários amigos gays, acho que eles têm bom gosto. (AIBR/3).

Pessoas inteligentes, pessoas sóbrias, pessoas que veem o sujeito como sujeito. Se tiver a opção sexual de se relacionar com menino, com menina, independe. É o sujeito. **Recebo do meu amigo, do meu colega que está comigo o que ele tem para me dá, além da opção sexual dele.** (AIBR/4).

Até comentam que amigo gay é o mais fiel que a gente tem. Eu não sei, porque eu não tenho. (AIBR/10).

Esses alunos ressaltam o lado alegre ou o quase permanente estado de humor dos amigos *gays*, parece ser a característica mais relevante que justifica e sustenta a amizade. São adorados pela extroversão, pela capacidade de se manterem, mesmo em situações adversas, difíceis, o senso de humor, tem sempre uma palavra para elevar a moral do outro, acolhe o outro independente da sua condição sexual; além do bom gosto, e de seres pessoas (defensivamente) inteligentes e sóbrias. Essa característica alegre do homossexual seria natural ou mecanismo de defesa? Pois parece meio contraditório que um grupo específico de pessoas, estigmatizado, marginalizado, na maioria das sociedades, e até assassinado por conta da sua condição homossexual seja, paradoxalmente, identificado justamente pela sua característica de ser alegre (*gay*)?

Até aonde o *gay* não faz para sociedade, bem como no âmbito privado das amizades, um papel que mistura “bobo da corte” e mentor espiritual, para serem aceitos? Do contrário do que geralmente se pensa, segundo Falbel (2005), os bobos da corte não eram nada bobos, possuíam várias habilidades: versevavam, faziam malabarismos e mímica. Eram, em especial, gente com talento, sabedoria e sensibilidade para divertir os outros.

Mas o *gay* pode ser aceito como amigo por outra característica, essa parece bem própria do contexto brasileiro, a exemplo da qual o AIBR/2 descreve: tem dois tipos de heterossexuais que são os amigos dos *gays*. Um que brinca, respeita e é respeitado pelos seus amigos *gays*, o outro que não é tão amigo, se conhecem pelas circunstâncias, tipo: na sala de aula, mas têm algum interessante subjacente, sabedores de que os *gays* têm maior proximidade com as mulheres, os usam como um meio de manter contato com as meninas (raparigas). Esses *gays* arrumam namoradas para os colegas heterossexuais de sua sala de aula. Ou seja, os *gays* têm também essa função utilitária para esses alunos heterossexuais. A AIBR/10 destaca a fidelidade fácil que os *gays* dispensam às amigadas. Será que para ter amizade entre heterossexuais essas qualidades terão também de ser evidenciadas ou ressaltadas? Parece que para ter amizade com sujeitos *gays* suas qualidades devem estar bem evidenciadas para justificar o laço de amizade, parece haver uma necessidade de deixar claro que, apesar de se tratar de pessoas estigmatizadas, as mesmas não são seres imprestáveis.

4.3. No seu entendimento pode-se considerar a homossexualidade como uma sexualidade equivalente a heterossexualidade? Por quê?

4.3.1. Alunos que não consideram a homossexualidade como uma sexualidade equivalente a heterossexualidade:

Em termos de direitos, em termos de discriminação, é claro que não podemos discriminar essas pessoas, mas, por exemplo, se olharmos as coisas em termos de evolutivos, é certo que não podemos comparar uma coisa com a outra. Em evolução da espécie, etc. Se, se toda a gente fosse homossexual a nossa espécie extinguiu-se. Portanto, acho que, **em termo evolutivo não podemos colocar as duas coisas no mesmo patamar, porque, pronto, sexo entre os heterossexuais no fundo é, servem para reprodução, enquanto nos homossexuais isso não acontece,** mas, em termos de sociais, é, acho que não deveria existir qualquer tipo de preconceito ou essas pessoas terem menos direitos por isso. (AIPT/1).

Não, não, não podemos, porque acima de tudo, vai contra uma das principais leis da natureza que é a promoção da espécie humana, então eu enquanto homem tenho funções superiores que é a reprodução, e como tal eu tenho que o fazer para o bem estar da humanidade, para que ela continue a se desenvolver. Então, do ponto de vista emocional possivelmente será equivalente. Portanto, uma relação entre dois homens, entre duas mulheres, ou entre um homem e uma mulher, acho que todos podem amar, todos podem promover o bem estar um do outro, mas, **no caso da homossexualidade vai sempre faltar essa peça que para mim é a peça chave.** Portanto, **qualquer que seja a formação, a profissão, a orientação sexual, os gostos próprios, seja de que coisa for, são insignificantes para uma coisa que se chama reprodução.** A reprodução é tudo aquilo que vai garantir que daqui a mil anos existam outros alunos de psicologia para continuar a fazer estudos, se calhar, não sobre a homossexualidade, mas sobre outro tema qualquer. (AIPT/8).

Somente esses alunos portugueses consideram que homossexuais tem todo direitos, que não devem ser discriminado, mas em termos evolutivos não podem ser comparados e nem colocados no mesmo patamar do heterossexual, porque não pode procriar, não pode ter filho, mas a relação e a base familiar é a mesma coisa. Para o AIPT/8, homossexual e heterossexual não podem ser equivalente, porque acima de tudo a homossexualidade vai contra a uma das principais leis da natureza que é a promoção da espécie humana, na condição de homem heterossexual, esse aluno reconhece como tendo uma função superior que é a reprodução, para que a humanidade continue a se desenvolver. Possivelmente homossexual e heterossexual se equivalem, apenas, no ponto de vista emocional.

Esse aluno se sente superior na condição de macho reprodutor, e considera que os homossexuais quaisquer que sejam sua formação, profissão, os gostos próprios, sejam de que maneira for, vai sempre faltar essa peça chave que é a reprodução. Para esse aluno, é como se não fosse possível elaborá-la, sublimá-la ou compensá-la por meio da adoção. Na sua concepção, a não reprodução biológica seria o grande pecado da homossexualidade, isso que vem ao encontro da ideologia da Igreja que, por sua vez, comunga com a perversão descrita pela psicanálise de que o abandono do objetivo da reprodução e a permanência na obtenção do prazer como um desejo independente, é o aspecto comum de todas as perversões (Freud, 1917/1976g). Nesse caso, um casal heterossexual pode ser pervertido por não querer reproduzir temporariamente (porque que é reversível), ou em definitivo, quando opta pela laqueadura de tubas uterinas (trompas de Falópio) ou pela vasectomia, e assim se assemelha ao eterno perverso casal homossexual.

4.3.2. Alunos que consideram a homossexualidade como uma sexualidade equivalente a heterossexualidade:

Pode, como eu já referi somos iguais. Eu não consigo ser preconceituosa, ou se for, é de forma inconsciente, e é porque é aquela questão de ser incluído pela sociedade, porque eu **vejo como uma situação completamente normal**. (AIPT/2).

Acho **que sim, porque [...] não existe, se calhar, uma marca para o início da heterossexualidade**, nem para *gays* e para lésbicas, mas, se calhar, **sempre existia os dois. Só que antigamente eram muito mais prejudicados se fosse *gays* ou lésbicas**, se calhar, tentava não fugir tanto (do “normal”), **porque antigamente as mentalidades eram muito mais retrógradas**. Então, acho que agora, **para mim é igual tanto uma coisa como outra**, acho que já não me faz diferença, se calhar, **se ver dois *gays* na rua ou duas lésbicas já não faz diferença**. (AIPT/3).

No meu entendimento, sim. É um relacionamento entre duas pessoas apenas, independentemente da forma como praticam o sexo. [...] Mas, eu penso que em termos de relacionamento amoroso [...] tem os seus atritos e tem os seus bons momentos e tem suas felicidades e tristezas como um casal heterossexual, para mim é tudo igual. (AIPT/4).

Sim, sem dúvida. Por que não havia de ser? Né? [...] É claro, tem suas diferenças. O que interessa é que as pessoas se sintam bem como estão. Seja com uma pessoa do mesmo sexo ou não. (AIPT/5).

Não, talvez sim, porque o heterossexual não é melhor em nada do que o homossexual, o que diferencia é o parceiro. O sentimento, a relação é tudo a mesma. A única diferença do hetero e do homo, é que o hetero pode ter filho, pode procriar e o homo não, mas a relação, a base familiar é a mesma coisa. (AIPT/6).

Ah! Agora, tu me apanhaste! Porque eu nunca tinha parado para pensar nisso. Eu acho que tem equivalência sim, a heterossexualidade em relação à homossexualidade. São dois humanos, são pessoas também. Acho que cada um é livre para viver da sua forma, desde que respeite uns aos outros. (AIPT/7).

É uma opção sexual, assim não vejo porque diferenciar tanto a heterossexualidade da homossexualidade. É apenas uma, digamos, questão de gosto. É isso. É uma questão de gosto. É uma questão de se eu gosto de tal coisa, outra pessoa vai gostar de outra e assim sucessivamente. Eu acho isso normal também. (AIBR/1).

Pode. Porque se para ser hetero eu tenho que ter este desejo que me move, e para o meu amigo gay, ele tem que ter esse desejo que move ele. Então, tanto faz ele ser hetero ou ele ser homo, ou ele ser transexual. É o desejo que move. Então é a mesma coisa. O problema é de onde surge o desejo, porque o meu desejo eu sei de onde surge. Eu queria entender, por exemplo, eu não tive ainda nenhuma experiência com meninas para saber como é estar com meninas. Talvez seja isso, a curiosidade de você saber por que você não teve experiência com o mesmo sexo. Então você não sabe de onde parte. Assim, meu amigo que é gay e nunca teve experiência com menina, ele não sabe de onde parte meu desejo, mas, sabe que um desejo move. (AIBR/3).

Sim, são noções. É questão do desejo mesmo. É questão de se relacionar com o sujeito que o desperte interesse. Ponto. (AIBR/4).

Não, eu acho que são coisas diferentes porque de certa forma até no próprio homossexual, ele tem duas posições. Existe uma posição “passiva” e uma posição “ativa”. Uma posição passiva no sentido de como a pessoa se posiciona enquanto a relação, tipo, a pessoa, ela é aquela pessoa que propõe as coisas, que vai buscar, tal, e têm outros que não, que necessitam da posição. Assim como na posição que é hetero também. É muito dinâmico, eu vejo de uma forma muito dinâmica, algo que é dinâmico, que não é igual, não, é dinâmico. [...] No caso do “ativo”, ele é o ator da ação, entendeu? Ele é quem vai praticar a ação. Assim, no caso do “ativo”, por exemplo, no caso de uma mulher, o “ativo” vai ser aquela pessoa que de certa forma vai conduzir a situação. Deixa de se colocar para conduzir. E o “passivo” seria aquele que se deixa conduzir. E no caso do homossexual, tem o que se deixa conduzir e também tem aquele que conduz. Assim como pode também ocorrer de um homem ser conduzido por uma mulher. Não, isso aí já é outra questão, é uma questão relativa ao coito (aspas nossa). (AIBR/5).

É, eu penso que é a mesma coisa, só que o gosto é diferente, é pelo mesmo tipo de pessoa. Não vejo tanta diferença, não. (AIBR/6).

Penso que sim. É normal. Vejo que da mesma forma que existe a atração heterossexual, quando o homem convive com a esposa, a mulher, o homossexual também pode viver. Não vejo nenhum problema dele conviver com uma pessoa também do mesmo sexo. Não vejo problema nenhum. (AIBR/7).

Sim, e creio que é equivalente [...]. O homossexual e o heterossexual, na minha concepção, eles são iguais no sentido biológico, psicológico e social. As doenças que um homo tem o hetero também pode ter, e vice-versa, os problemas psicológicos que um tem, o outro também pode ter, **e as questões sociais que beneficiam ou assolam heterossexuais também pode atingir os homossexuais**. Então, por isso é que eu acho que se equivale. Não só essas três questões que eu enfatizei, mas, como uma questão como um todo, ambos são importantes para todo o contexto social, por isso homossexuais e heterossexuais se equivalem dentro de uma sociedade. (AIBR/9).

Os alunos brasileiros, mais do que os alunos portugueses, ignoram a não reprodução biológica da homossexualidade como um diferencial, assim, consideram uma sexualidade equivalente à heterossexualidade. Para ressaltarem essa equivalência usam expressões como: “completamente normal”; “igual tanto uma coisa como outra”; “é um relacionamento entre duas pessoas apenas, independentemente da forma como praticam o sexo”; “Porque não havia de ser (equivalente)?”; “o heterossexual não é melhor em nada do que o homossexual”; “tem equivalência sim, a heterossexualidade em relação à homossexualidade, são dois humanos, são pessoas também”; “é uma opção sexual, assim não vejo porque diferenciar tanto a heterossexualidade da homossexualidade”; “é questão de se relacionar com o sujeito que o desperte interesse”. “é a mesma coisa, só que o gosto é diferente, é pelo mesmo tipo de pessoa”; “é normal”; “sim, e creio que é equivalente”.

O AIBR/5 pensa essa equivalência no sentido “ativo”/“passivo”, seja na relação heterossexual ou homossexual. O “ativo” que seria o protagonista da ação, e o “passivo” que seria aquele que se deixa conduzir, uma forma muito dinâmica, que também pode ocorrer na relação heterossexual, um homem ser conduzido por uma mulher; o AIBR/9 acrescenta que “as questões sociais que beneficiam ou assolam heterossexuais também pode atingir os homossexuais”. Na verdade, as questões que afetam os homossexuais raramente atingem os heterossexuais, essa sexualidade foi normatizada, ou seja, é considera, em virtude da reprodução, como a única sexualidade normal, ao qual se destinam todos os benefício e privilégios da legalidade.

Na maioria dos países os homossexuais ainda lutam para ter acesso às condições com as quais os heterossexuais, em razão dessa identidade, são contemplados sem grande ou nenhum esforço, a exemplo, do casamento, da adoção de criança, morada, emprego e outros. Foi somente a partir de 1990 que a OMS, retirou a homossexualidade da categoria das doenças mentais. O homossexual ainda é considerado como desviante, e que são poucos os países que autorizam o casamento e a adoção de criança por casal homossexual, e ainda têm países nos quais cidadãos homossexuais são punidos por conta da sua condição sexual e, às vezes, até condenados à morte.

4.3.3. Alunos que não sabem ou tem dúvida de que a homossexualidade e a heterossexualidade sejam sexualidades equivalentes:

Às vezes, eu entrava em conflito, se era uma variação genética, se era uma variação em si, e não um transtorno, uma doença como muita gente pensa, e **uma nova classe, que está aí surgindo, está em ascensão**, vamos dizer, **está cada vez crescendo mais, também tem essa parte da aceitação, tem a própria aceitação deles e a própria aceitação da sociedade, em proporções diferentes**, às vezes, eu diria que é uma diferenciada. (AIBR/2).

Não sei. (AIBR/8).

Tem sido bastante debatido, porque agora (homossexual) pode casar. Em várias capitais, já eu acho que no Brasil já foi aceito a lei. Eu nunca presenciei sobre ninguém do meu ciclo de amizade que casou, **mas para minha religião, o religioso se quer casar pode casar, a minha religião não concorda. Mas, como profissional não sou contra**, mas a minha postura de católica... Eu nunca adentrei, nunca recebi essa demanda, nunca nem parei para pensar, [...] mas, o casamento já entrou em vigor, pode casar? [...] Não pode desviar essa pessoa, o que ele quer a gente vai apoiar, não pode desfazer uma coisa, mas assim, como pessoa, pela religião, até porque o católico não casa, né? **O católico não casa pessoas do mesmo sexo.** (AIBR/10).

Esses alunos, no caso, todos brasileiros parecem confusos, como exceção do AIBR/8 que diz não saber, e não arisca a formar uma opinião; o AIBR/2 diz que questionava se a homossexualidade era uma variação genética, um transtorno, uma doença como muita gente pensa. Termina concluindo que é uma nova classe que esta surgindo, e que está em ascensão. Então, de acordo com a sua colocação, a homossexualidade não existe desde que o homem existe na fase da terra, mas é um fenômeno que esta surgindo ou “nascendo” agora. Parece que ele confunde “nascimento” como “visibilidade”, quando atribui esse crescimento a uma maior aceitação da sociedade e a aceitação dos próprios homossexuais. Portanto, a “diferenciada” seria da homossexualidade com ela mesma, no sentido de que, nos dias atuais, está mais visível.

Quinto Bloco Temático: Preconceito heterossexista moderno ou sutil do aluno

5.1. Em sua opinião um casal homossexual deve ter os mesmos direitos de um casal heterossexual?⁶⁴ Por quê?

5.1.1. Alunos que defendem que o casal homossexual deve ter os mesmos direitos de um casal heterossexual:

Sim, penso que deveria ter os mesmos direitos. Não estive muito atento às notícias, não percebi, **não percebi muito bem se em Portugal a adoção de crianças por parte de casais homossexuais foi permitida ou não**, mas, por exemplo, isso é um fator que ainda **em muitos**

⁶⁴ Três alunos deram respostas totalmente fora do contexto desta questão.

países é proibido, e penso que não tem, não faz muito sentido. [...] Acho que os casais homossexuais deveriam ter os mesmos direitos que os heterossexuais. (AIPT/1).

Devem ter os mesmos direitos que um casal heterossexual [...] enquanto casal e enquanto possível família. (AIPT/2).

O que me interessa, se calhar, seria está feliz com alguém e nem tanto assinar um papel. Mas, eu concordo plenamente que eles defendam os seus direitos. (AIPT/4).

Claro que sim, que deve, porque é um casal, se a pessoa escolhe, ou se, pronto, se tem preferência por ser, por está com a pessoa do mesmo sexo. Pronto. Como é que hei de explicar? **Para mim é normal que tenha os mesmos direitos, se vivem em união de facto, por que não há de ter? Não faz sentido não ter, né?** (AIPT/5).

Sim, isso sim. É como eu falei, eu acho que está muito vincada a história do homossexual. Quer dizer, aqui, ainda no Brasil também. **A parte de começarem o casamento só legal, mas verdade é que o casamento gay já existe há muito tempo só não é oficializado.** Mas eu acho que a parte de adoção era uma parte que devia ser muito mais abrangente para eles, porque geralmente eles têm condições financeiras expostas para ter uma família bem estruturada. (AIPT/6).

Sim, porque o facto de terem uma pessoa do sexo igual, como parceiro de vida, não muda nada, não deixam de ser seres humanos, não deixam de poder ter filho, não deixam de poder fazer as coisas normais, e, **portanto, os direitos poderiam contar como uma pessoa em si, não como um casal,** cada pessoa é uma pessoa, e cada pessoa tem os direitos. **É que toda gente deve ter, não é?** (AIPT/9).

Eu acho que sim, eu acho que sim, e que tanto, que saiu a lei do casamento entre homossexuais, eu votei que sim, porque eu acho que **são os mesmos direitos que nós,** lá está, porque a base também é a mesma. **O que é que interessa ser um homem com outro homem, desde que haja respeito amor,** portanto, ele tem tudo para ter a mesma relação que um homem e uma mulher têm, e **acho que tem que ter os mesmos direitos independentemente, por exemplo, de poderem ter filhos, acho que devem ter direitos à adoção.** (AIPT/10).

Creio que sim. Se você quer tratá-los com igualdade, não tem porque privá-lo de nenhum direito de outras instituições familiares. Não tem porque privar. (AIBR/1).

Sim, porque, como já disse cada um é cada um. Cada subjetividade é cada subjetividade, **independente de ser homem ou mulher, se é homo ou hetero,** se é baixo, gordo, magro, branco, eu diria que todos somos iguais em termos de direitos, eu diria isso, **e acho que todos deveriam ter os mesmos direitos iguais, assim, seja ele homem, mulher, gay, enfim, é o direito que nós todos temos, o direito de ter o direito.** (AIBR/2).

Porque não? Não é cidadão? Acho que sim, e a resposta é porque ele é um cidadão. (AIBR/3).

Eu creio que sim, porque, de certa forma, como pessoa, **como sujeito, ele faz parte do mundo também como qualquer outro sujeito.** Se você for generalizar também para o caso do próprio hetero não pode fazer determinadas coisas, e **quando você barra** de certa forma também, **você proíbe demais as coisas, isso pode implicar sofrimento do sujeito. E quando o sujeito fica numa posição de sofrimento, isso é ruim. Eu acho que a pessoa tem que ser feliz no mundo.** (AIBR/5).

Deve. Eu não vejo diferença. É gente do mesmo jeito, tem direito as mesmas coisas. Tem deveres das mesmas coisas, do mesmo jeito. Não é porque você é homossexual que vai deixar de cumprir seus deveres como pai, como cidadão. Eu sinceramente não sei porque tem tanta diferença e porque o povo quer tanto diferenciar quem é assim, do tipo, você é homossexual, você é hetero, entende? [...] Não consigo entender, não, o por quê? (AIBR/6).

Deve haver, sim, os mesmos direitos. Para que haver diferenciação? Não existe diferenciação, né? Eu acho que **são coisas impostas pela nossa sociedade, vem muito da influência religiosa que impõe certos dogmas, certas crenças, e penso que temos que começar a desmistificar isso, a mudar.** As pessoas têm que ser felizes, eu acho que tem que viver, ser feliz, e se cada um vivesse pensando, digamos, com menos preconceito e menos discriminação, talvez as coisas não estariam tão desorganizadas como nós vemos hoje aqui no nosso Brasil. (AIBR/7).

Todos somos iguais perante a lei. Então, tanto na questão do direito como dos deveres, se um heterossexual, por exemplo, comete um crime ele tem que pagar por esse crime. Se um homossexual comete um crime, vai pagar da mesma forma. Então, assim a própria legislação mostra que ambos são iguais. Então, não tem para que discriminar um e absorver o outro, e vice-versa. O certo é certo, e **a lei serve para todos, seja hetero ou homossexual.** (AIBR/9).

A maioria dos alunos portugueses e brasileiros defende que o casal homossexual deve ter os mesmos direitos de um casal heterossexual, e alguns, já neste momento, estendem a questão desse direito para a adoção, para isso usam expressões tais como: “acho que os casais homossexuais deveriam ter os mesmos direitos que os heterossexuais”; “devem ter os mesmos direitos que um casal heterossexual [...] enquanto casal e enquanto possível família”; “concordo plenamente que eles defendam os seus direitos”; “é normal que tenha os mesmos direitos, se vivem em união de facto, por que não há de ter? Não faz sentido não ter”; “o facto de terem uma pessoa do sexo igual, como parceiro de vida, não muda nada, não deixam de serem seres humanos”; “acho que tem que ter os mesmos direitos independentemente, por exemplo, de não poderem ter filhos, acho que devem ter direitos à adoção”; “não tem porque privá-lo de nenhum direito de outras instituições familiares”; “todos deveríamos ter os mesmos direitos iguais, assim, seja ele homem, mulher, *gay*”; “sim, [...] porque ele é um cidadão”; “sim, [...] como sujeito, ele faz parte do mundo, também como qualquer outro sujeito”; “é gente do mesmo jeito, tem direito às mesmas coisas”.

A AIPT/6 diz: uma vez que, no caso de Portugal, legalizou o casamento *gay*, mas, havia tempo o mesmo já existia de modo não oficializado, questão da adoção devia ser muito mais abrangente, porque, geralmente, o casal *gay* tem condições financeiras para ter uma família bem estruturada; o AIBR/7 diz que “deve haver, sim, os mesmos direitos. Para que haver diferenciação? [...] são coisas impostas pela nossa sociedade, vem muito da influência religiosa que impõe certos dogmas, certas crenças e penso que temos que começar a desmistificar isso, a mudar”. Certamente, o preconceito sexual é uma prática difundida nos mais diversos segmentos sociais, e como diz Mello (2005), as religiões têm sido uma das principais fontes de estímulo à intolerância, ao preconceito, à discriminação e à violência contra homossexuais em todo o mundo.

O AIBR/9 destaca que “todos somos iguais perante a lei. Então, tanto na questão do direito como dos deveres, [...] a lei serve para todos, seja hetero ou homossexual”. Isso que o aluno afirma com tanta veemência, certamente, está no campo do ideal, do desejo. No Brasil, bem como na maior parte do mundo os homossexuais ainda reivindicam como concessões especiais, as condições e os direitos que estão naturalmente integrados no cotidiano dos heterossexuais. Os alunos portugueses são praticamente unânimes a favor do casamento entre pessoas do mesmo, talvez como reflexo da própria legalização do casamento entre géneros iguais no país.

5.1.2. Alunos que defendem que o casal homossexual deve ter os mesmos direitos de um casal heterossexual, como exceção do casamento e/ou a adoção de criança:

Depende de que direitos estamos a falar. A pergunta colocada dessa forma. Acho que deve ter alguns direitos. **Existe um ou outro tipo de direito específico que eu acho que não devem ter, por exemplo, a adoção de crianças.** (AIPT/8).

Aí fica só a questão de adoção de crianças. Eu não sei como é que vai ser o crescimento daquela criança naquele meio. Acho que deve prejudicar futuramente a criança. Tipo assim, deve influenciar no desenvolvimento da criança. Assim, ela é uma criança hetero, aí vem aquele crescimento normal: infância, puberdade, adolescência, aí vai vendo aquilo (pode se tornar homossexual). (AIBR/8).

Sim, porque a questão da adoção que é um grande passo que eles já conseguiram, está conseguindo da justiça. Acho que tem que ter os mesmos direitos, com certeza. Esse direito teria sim, mas a questão ao casamento, para minha religião, eles não podem se casar, mas se eles forem para outra religião, mas, civilmente, eles casam, aí, eu acho que, pela cultura, todo mundo vai começar a aceitar sim, eu aceitaria, mas hoje, pela minha religião, não. **É mais questão de cultura, eu sou muito cultural.** Eu concordo, mas a igreja discorda, e sou bem católica, mas em questão da sexualidade, eu fico do lado da igreja, dos costumes desde lá da antiguidade. Eu fico exercendo duas posturas. Acho que é mais ou menos isso. Mas em relação ao profissional porque agente tem que levar (em conta) o profissional. **A minha questão não é em relação ao casamento, mas eu sou a favor da adoção, de outras coisas, de ter os mesmos direitos.** (AIBR/10).

Embora, neste momento, não estivesse em foco a questão da adoção, e sim, o direito dos homossexuais ao casamento, esses alunos, estenderam seus discursos para a questão da adoção. O AIPT/8 é radicalmente contra a adoção de criança por casal homossexual, considera que os homossexuais devem “ter alguns direitos, existe um ou outro tipo de direito específico”, mas não, por exemplo, o direito de adoção de criança; o AIBR/8) é contra, e diz: “não sei como é que vai ser o crescimento daquela criança naquele meio. Acho que deve prejudicar futuramente a criança. Tipo assim, deve influenciar no desenvolvimento da criança”, ou seja, que criança heterossexual no meio de pais

adotivos gays, pode se tornar homossexual; a AIBR/10 fica dividida entre a religião e a profissão, e diz: “tem que ter os mesmos direitos, com certeza. [...] Mas a questão ao casamento, para minha religião, eles não podem se casar”. Entretanto, “se eles forem para outra religião, mas, civilmente, eles casam, todo mundo vai começar a aceitar sim”, inclusive ela: “eu aceitaria”, mas, certamente, no futuro, “mas hoje, pela minha religião, não”.

Enfim, nessa luta entre a religião e a profissão, a aluna acaba por assumir uma posição: “é mais questão de cultura, eu sou muito cultural. Eu concordo (com o casamento gay), mas a igreja discorda, e sou bem católica, mas em questão da sexualidade, eu fico do lado da igreja, dos costumes”. Esses alunos confirmam o que Foucault (1995, p. 146) diz: “[...] um controle, uma vigilância, um objetivação da sexualidade com uma perseguição dos corpos”, ou seja, o corpo homossexual é privado daquilo que é naturalizado ao corpo heterossexual, o casamento e a paternidade adotiva. Um corpo homossexual que, dentro dessa subjetividade, possivelmente imprimirá sua marca homossexual no corpo jovem que está na sua tutela. Essa associação não é feita em relação ao casal heterossexual que, na verdade, é quem produz uma marca inversa, ou seja, o homossexual geralmente descende de um casal de exemplares heterossexual.

5.2. Qual o seu ponto vista sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo?

5.2.1. Alunos que aceitam o casamento entre pessoas do mesmo sexo:

Acho que amor é amor. Se as pessoas se amam e se querem partilhar a vida com alguém, devem poder fazê-lo. Não devemos restringir ninguém de fazer o que querem e o que acham o que é correto para si. (AIPT/2).

Acho que sim, **acho que deve ser para além de ser legalizado**, acho que meu ponto de vista é que sim, que aceito. **Se as pessoas se gostam, gostam uma da outra qual o problema de casarem?** Acho que não, **não vejo mal nenhum nisso**. Acho que meu ponto de vista é positivo. (AIPT/3).

Concordo plenamente, inclusivamente a parentalidade. [...]. Dou mais importância, se calhar, a duas pessoas estarem a viver juntas do que propriamente a assinatura de um papel [...]. E, **os homossexuais, eu penso que a luta deles para o casamento é mais para se imporem e se firmarem socialmente, e eu acho que estão no seu direito**, uma vez que são discriminados enquanto casais, e uma vez que não são contemplados enquanto casais, [...]. Portanto, eu até concordo que eles reivindiquem o seu direito ao casamento socialmente, pronto, ok? (AIPT/4).

Claro que concordo. Por que não? Acho que sim. (AIPT/5).

Eu acho que teria que ser comum tanto quanto a adoção. [...] **E não isso ser privado por causa do preconceito. Eu acho que não faz sentido.** (AIPT/6).

Deveria ser aceito em todo o mundo. Lá está, **direitos iguais para todos [...]**. Por que não hão de ser tão respeitadas como uma pessoa heterossexual que queira casar? Os católicos têm mais a idealização do casamento. Uma pessoa que não seja católica, não, não tem tanta vontade de casar. Penso eu, pelo menos, é uma ideia que tenho. (AIP/9).

Bom, **eu acho também comum, só que aí, não é uma coisa tão aceitável diante da sociedade no momento atual.** Eu acho. Mas, para mim, **eu acho aceitável.** Acho que todo mundo tem direito de fazer aquilo que quer, e acho que não está ferindo nada e não está ferindo a sociedade em nada, não. Para mim, se dependesse de mim, tudo bem. (AIBR/1).

Também já pensei sobre isso, **meu posicionamento é quase que indiferente, eu nem vou para rua protestar contra e nem a favor,** porque para mim não vai influenciar em nada, porém, **eu teria uma tendência a favor. Embora pareça absurdo para os padrões, para a sociedade, para religião também, para muita gente pareceria absurdo.** (AIBR/2).

Não tenho nada contra não. Se quiser estar junto, **se quer mostrar uma união estável para a sociedade, que tenha essa união.** Eu, por exemplo, tanto faz como tanto fez, porque eu não tenho vontade de mostrar para a sociedade que eu estou casada. **Se, por exemplo, sente vontade e o outro sente vontade, casem-se e sejam felizes e saiam por aí mostrando para todo mundo que são casados.** (AIBR/3).

Eu acho que é normal, no meu ponto de vista legal. Se a pessoa se sente feliz naquela condição e quer, que tenha. Eu acho que **devia ter, devia buscar e conseguir a questão do casamento.** (AIBR/5).

Sou a favor. Sejam felizes. Se forem felizes não tenho nada contra não. (AIBR/6).

Ao meu entender, também, não há problema. Eu acredito que a gente vive numa sociedade em liberdade onde nós devemos saber conviver. Eu posso dizer, e até dizem, e olha que aqui na nossa cultura nordestina, é uma cultura ainda machista, e que existe ainda enraizado essa questão do preconceito e da discriminação com as pessoas homossexuais. Mas, **a gente vê que casais heterossexuais que tem filhos que criam e que dão educação, e esses filhos quando crescem podem sair bandidos, podem sair delinquentes.** Porque não vejo dificuldade nenhuma em um casal homossexual também ter esse relacionamento. **Acho que é mais o convívio, a cumplicidade. Não vejo problema nenhum.** (AIBR/7).

Normal, quando existe amor não importa qual é o sexo. (AIBR/8).

Eu pessoalmente, eu sou a favor, [...] a Constituição Federal, ela trata todos os brasileiros como é nossa nação, de forma igualitária, quer dizer, não pode haver questão de discriminação, de preconceito. Isso é crime. **Então, se o heterossexual tem esse direito de constituir uma família, seja no cunho da lei com o casamento em cartório, seja no cunho religioso, então por que os homossexuais não teriam esse direito? Eu acho um direito legítimo, para ambos, e acho totalmente importante que a sociedade tire essa questão do estereótipo, que o heterossexual pode casar e o homossexual não pode. Se a própria lei diz que todos somos iguais perante ela, então, eu sou a favor, sim, de um casamento homoafetivo.** (AIBR/9).

Certamente, “à luz da moral católica, deveriam ser negados aos homossexuais todos os direitos relativos à conjugalidade, à parentalidade e à expressão pública da afetividade” (Mello, 2005, p. 183), porém, mesmo que ainda persista algum resíduo desse poder ideológico da Igreja, a maioria dos alunos de psicologia se mostra aberta à sua aceitação. Um número maior de alunos brasileiros do que os alunos portugueses aceitam o casamento entre pessoas do mesmo sexo, para que essa aliança seja legalizada, muitos ressaltam o afeto tipo: “se as pessoas se gostam”, “amor é amor”,

“quando existe amor”, “se a pessoa se sente feliz naquela condição e quer”, ou seja, uma vez que o sentimento amoroso está presente, deve ser legitimado, ou oficializado esse laço afetivo, independente do(s) género(s) formadores do casal. Outros ressaltam a igualdade de direitos, assim como os heterossexuais, os homossexuais deverão ter as mesmas oportunidades, “direitos iguais para todos”, até para “a parentalidade”, o casamento entre iguais deveria “ser comum tanto quanto a adoção”. Então, casamento gay? “Por que não?”. Se não tem “problema nenhum”, afinal, “ser privado por causa do preconceito [...] não faz sentido”.

O AIBR/1 aceita o casamento entre pessoas do mesmo sexo, embora reconheça que “não é uma coisa tão aceitável diante da sociedade”, e o AIBR/2 tende a ser a favor desse tipo de casamento, mesmo considerando que “pareça absurdo para os padrões, para a sociedade, para religião também, para muita gente”; a AIBR/3 diz que não tem “nada contra”, mas não acha o casamento necessário, mas se o casal tem essa vontade e também de mostrar para a sociedade, ela ironiza um pouco, então: “casem-se e sejam felizes e saiam por aí mostrando para todo mundo que são casados”.

O AIBR/9 diz que “a Constituição Federal, ela trata todos os brasileiros como é nossa nação, de forma igualitária”, se essa afirmativa fosse verdadeira, o casamento entre pessoas do mesmo género seria uma realidade no contexto brasileiro. Nesse sentido, Portugal teve um avanço na medida em que legalizou esse tipo de casamento, e, no final do ano de 2015, a adoção de criança por casal homossexual, já o Brasil nesse aspecto da adoção teve um avanço, uma vez que a adoção de criança, por homossexual, é autorizada no país que, continua com um pé no passado porque o casamento *gay* não é reconhecido no seu território como um todo, mas apenas em algumas regiões. Esse aluno afirma que não pode haver discriminação porque é crime, atualmente no Brasil, ainda não.

5.2.2. Alunos que aceitam o casamento entre pessoas do mesmo sexo, mas, com alguma restrição:

Em Portugal, por exemplo, foi, há pouco tempo, aprovado pelo parlamento que pessoas do mesmo sexo poderiam se casar, é não tenho nada contra, se as pessoas já estavam juntas, o facto de casarem parece uma coisa simbólica não vai alterar em nada. É, pronto, acho que não há problema. Sim, o casamento é algo simbólico. Certo? Mas, **em Portugal foi permitido o casamento, mas já existia a união de facto, que é exatamente a mesma coisa que o casamento.** (AIPT/1).

Para mim o único problema, pelo menos nessa altura, é depois os filhos. Será que a sociedade está preparada para depois enquadrar os filhos? Acho que essa criança em relação

ao casamento é só isso. Claro, que no casamento vão querer ter filhos, e **acho que tem casais gays e lésbicas que cuidam muito melhor que muitos casais heteros que andam por aí a maltratar, a violar as crianças. Mas, acho que o casamento (gay) só deveria ter algum cuidado depois com a criação, com a formação dessa criança.** (AIPT/7).

Sou cem por cento a favor, cem por cento a favor. Na condição de seres humanos, tem toda a liberdade da minha parte, tem todo o meu apoio [...]. **Se existem dois seres humanos que consideram que a felicidade deles passa por partilharem um matrimônio, então, eu acho muito bem que o façam. Desde que também tenha em atenção algum tipo de comportamento.** Esses comportamentos estão muito ligados a nossa sociedade, portanto, **se é normal para nós vermos um casal de namorado, o rapaz a beijar a rapariga (moça), também deveria ser normal ver um homem beijar outro homem, mas a sociedade ainda não está preparada para isso, e considera isso como um ato agressivo. Então, desde que tenham esse tipo de atenção pública, eu sou cem por cento a favor. Sempre que eu vejo um rapaz beijar uma rapariga (moça) eu identifico-me, eu sei as emoções que aquele rapaz está a ter, porque eu também as tenho quando eu vejo uma rapariga (moça), sei o bem estar que aquilo me provoca, sei as excitações que aquilo me levanta, e quando um rapaz beijar outro rapaz, é um desconhecido, eu não sei se as emoções serão iguais, eu não sei se o prazer será igual, ou seja, o que eu não sei, não consigo controlar, não consigo ter uma medida de comparação, então fica reduzido a isso. Como não sei, não aceito. Admito que se eles gostam, se eles dizem que isso é bom para eles, muito bem, mas, eu não consigo compreender, talvez um dia, mas, por agora, ainda não. Na prática sim, na prática é mesmo isso, uma mulher a beijar um homem ou um homem beijar outro homem, mas entre esse caminho existe uma coisa que se chama preconceito, e eu tenho.** (AIPT/8).

Esses alunos embora aprovem o casamento entre pessoas do mesmo sexo, entretanto, apresentam restrições explícitas e implícitas, que pode se caracterizar como preconceito moderno ou sutil. O heterossexismo moderno compreende itens que dizem respeito à homonegatividade moderna e, geralmente, também estão presentes em outros preconceitos contemporâneos dos tipos: posicionamentos desfavoráveis ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, à homoparentalidade e à visibilidade/expressão das identidades lésbica e gay (Gato et al., 2012). O AIPT/1 diz: “em Portugal foi permitido o casamento, mas já existia a união de facto, que é exatamente a mesma coisa que o casamento”. O casamento, segundo Tales (2011), assegura condições, a exemplo do direito real de habitação; bens herdados e herança legítima, que são alheias na união estável, ou seja, garantem esses direitos que outras denominações de união, certamente, não garantem.

A AIPT/7 reconhece “que tem casais gays e lésbicas que cuidam muito melhor que muitos casais heteros que andam por aí, a maltratar, a violar as crianças”, mas chama a atenção para o seguinte facto: “Mas, acho que o casamento (gay) só deveria ter algum cuidado depois com a criação, com a formação dessa criança”. A qual cuidado ela se refere? Deixa implícito o cuidado de que a criança tenha, ao invés de uma formação, uma “deformação”, se torne homossexual igual aos seus pais adotivos. Segundo Mello (2005), a família burguesa assume para si o monopólio de amor romântico, e restringe a

possibilidade desse sentimento à relação homem-mulher. E também associou fortemente família e infância, no que contribuiu para a exclusão dos homossexuais das representações e práticas sociais que dizem respeito à família, cuja única forma socialmente legítima para a realização do amor romântico era o casamento, donde somente o homem/pai e a mulher/mãe estariam encarregados de gerar e socializar crianças. A criança vai compreender que vive com dois pais ou duas mães, e não terá danos em seu desenvolvimento psicológico por está inserida em um arranjo familiar diferente do tradicional, uma vez que o desenvolvimento saudável tem a ver com a qualidade das relações e não com a configuração dessas relações (Farias & Maia, 2009).

O AIPT/8 diz que é “cem por cento a favor” do casamento entre pessoas do mesmo sexo, “desde que também tenha em atenção algum tipo de comportamento”. A que comportamento ele se refere? A sua aceitação “cem por cento” está atrelada ao ato de que o casal homossexual não expresse sua afetividade em público como fazem os heterossexuais, porque, segundo esse aluno, “a sociedade ainda não está preparada para isso, e considera isso como um ato agressivo”. AIPT/8 diz: “quando um rapaz beijar outro rapaz, [...] eu não sei se as emoções serão iguais, eu não sei se o prazer será igual, ou seja, o que eu não sei, não consigo controlar, [...] ter uma medida de comparação, [...] não aceito”. O aluno não consegue ser empático, mesmo diante da afirmativa dos sujeitos homossexuais: “Admito que se eles gostam, se eles dizem que isso é bom para eles, muito bem, mas, eu não consigo compreender, talvez um dia, mas, por agora, ainda não”. O AIPT/8 ainda destaca que, entre o caminho da prática de “uma mulher a beijar um homem ou um homem beijar outro homem”, certamente, “existe uma coisa que se chama preconceito”. E ele concluiu dizendo: “e eu tenho”.

No entender de Bauman (1999b), a intolerância, sem dúvida, é a inclinação natural da prática moderna, construção da ordem que coloca limite à incorporação e à admissão, exige a negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado, e que culmina com a deslegitimação do outro. Esses alunos que aceitam o casamento entre pessoas do mesmo sexo, mas fazem restrições à adoção de criança (s), coincidentemente, são todos portugueses, cuja adoção por esse tipo de casal, em Portugal, ainda não foi legalizada⁶⁵. Em relação a esse país, certamente, a lei legitima aos homossexuais vários direitos fiscais, de proteção social em caso de morte do

⁶⁵ A pesquisa de campo deste trabalho, em Portugal, foi realizada nos meses de junho e julho de 2013, portanto, ainda não tinha sido legalizada.

parceiro, de proteção da morada (residência), mas também algumas limitações, entre as quais a proibição da adoção por casais de *gays* ou lésbicas (Aboim, 2013).

5.2.3. Alunos que não aceitam o casamento entre pessoas do mesmo sexo:

É nessa que eu me pego. Por que a questão de querer impor tanto? Tem tanto casamento hetero hoje que não está ficando mais com esse rótulo de casal! Conviver juntos, por que o casamento não é dito que é o correto, o certo pela sociedade? **Eu vejo desnecessário. Não, não é diferente.** Eu posso não ser casada e ter meus direitos, posso? Aí é outra questão. São pensamentos diferentes. Questão de se igualar na questão dos direitos. Casamento é um direito? **O que é isso que a sociedade colocou que o casamento é um direito, [...] muita coisa da questão do capital, o que é meu e o que é seu. Não vejo o casamento como algo do direito.** Casamento é um acordo entre pessoas que se relacionam. (AIBR/4).

Sim, porque a questão da adoção que é um grande passo que eles já conseguiram, está conseguindo da justiça. Acho que tem que ter os mesmos direitos, com certeza. Esse direito teria sim, mas a questão ao casamento, para minha religião, eles não podem se casar, mas se eles forem para outra religião, mas, civilmente, eles casam, aí, eu acho que, pela cultura, todo mundo vai começar a aceitar, sim, eu aceitaria, mas hoje, pela minha religião, não. **É mais questão de cultura, eu sou muito cultural. Eu concordo, mas a igreja discorda, e sou bem católica, mas em questão da sexualidade, eu fico do lado da igreja, dos costumes** desde lá da antiguidade. Eu fico exercendo duas posturas. Acho que é mais ou menos isso. Mas em relação ao profissional porque a gente tem que levar (em conta) o profissional. **A minha questão não é em relação ao casamento, mas eu sou a favor da adoção, de outras coisas, de ter os mesmos direitos.** (AIBR/10).

Somente essas duas alunas brasileiras, por razões diferentes, são não aceitam o casamento entre pessoas do mesmo sexo. A AIBR/4 que até então se mostrou tolerante, agora sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo, questiona: “por que a questão de querer impor tanto? [...] Eu vejo desnecessário”. A aluna que sofria na escola por vê o irmão homossexual sofrer discriminação, termina assumindo seu preconceito em relação ao casamento homossexual. Para ela a sociedade colocou que o casamento é um direito, e que assim, as pessoas passaram a vê-lo como uma questão do capital: “o que é meu e o que é seu”. O casamento seja heterossexual ou homossexual, tem como base o romantismo, os afetos, mas precisa dessa legalidade para assegurar benéficos e patrimônio do casal e da prole; a AIBR/10 diz: “é mais questão de cultura, eu sou muito cultural. Eu concordo (com o casamento *gay*), mas a igreja discorda, e sou bem católica, mas em questão da sexualidade, eu fico do lado da igreja, dos costumes”. Para González Rey (2005b, pp. 28-29), “a subjetividade não é um produto da cultura, é ela mesma constitutiva da cultura, não pode ser considerada resultado subjetivo de processos objetivos externos a ela, mas expressão de uma realidade subjetivada”. Essa aluna trava uma luta consigo mesma, representada pela Igreja/cultura e a ciência. Assim, a religião

fortemente introjetada, com a sua afirmativa: “eu sou muito cultural”, ganharam da ciência, no seu caso, o preconceito venceu.

5.3. Como você analisa a adoção de bebês e crianças por casal homossexual?

5.3.1. Alunos que aceitam de modo irrestrito a adoção de bebês e crianças por casal homossexual:

Sim. Porque há imensas crianças. [...] **não percebo qual é que é o problema, não se poder dar para doação uma criança que vá para um casal homossexual?** Não faz sentido, porque o que interessa e o que faz crescer as pessoas e serem boas pessoas que é o amor e a atenção despendida [...]. (AIPT/2).

Se eles tiveram direito a casar, ser felizes, por que não terem direito de ter uma criança? Se calhar, essas pessoas vão casar, tem direito a ser feliz, a ter um filho, a criar, a constituir uma família. **Claro que existe sempre aquela ideia de que a criança só vai ser feliz se tiver um pai e uma mãe, vá, para ser funcional,** para ser uma pessoa, uma criança, como deve para crescer ali dentro, ‘vá da linha para não se estragar’, digamos assim. **Mas acho que não é por ter uma mãe e um pai que é mais funcional ou menos funcional, ou por ter só dois pais e duas mães. Desde que as suas necessidades básicas (forem atendidas) e dê carinho, amor, etc., sejam sempre continuamente.** Acho que **não é por aí que se vai dizer, não, não pode ser adotada.** Desde que, claro, cuide bem das crianças. Até porque **existem casais heterossexuais que não cuidam bem das crianças.** (AIPT/3).

É igual, portanto, concordo. Não vou por ser homossexual ou por não ser, vou pelo cuidado da criança, né? Porque se a criança tiver cuidada, tiver amor, se tiver isso, é o principal. Há muitas famílias, há muitos casais heterossexuais, que não asseguram nem os cuidados básicos a uma criança. **Portanto, a medida é igual, se o casal heterossexual ou homossexual tratar mal a criança, então, ela não está bem em nenhum dos meios. O bem da criança é o principal, seja com casal homossexual ou heterossexual.** (AIPT/5).

Eu acho que isso já deveria ter acontecido há muito tempo. (AIPT/6).

Claro que sim. Então paga todos os impostos, são pessoas normais como somos, tão dentro da normalidade, não é?(AIPT/7).

Acho que deveria ser legalizada, e não vejo motivos para não se poder adotar uma criança, porque no fundo **o que vem de um pai e de uma mãe é o amor, carinho e o afeto que a criança precisa.** Eu penso que tenho essa opinião muito bem fincada, **é muito melhor ter dois pais ou duas mães do que passar a vida em lares de acolhimento** ou com famílias destruídas, ou, quer dizer se dois homens podem dá condições perfeitas a uma criança para ela crescer de modo saudável com boa educação, com bons princípios, porque que nós **já temos casais homens/mulheres que não educam bem as crianças, que batem que não sei que,** por que pessoas que querem não podem, por que não é uma coisa natural? Às vezes, há gravidez que acontecem acidentalmente, e disso varia as más condições de vida, os maus tratos e tudo mais. Eles (os homossexuais) não, eles estão predispostos a adotar, como não podem ter filho um com outro, já aí um ato de amor para com alguém. **Então, se a criança está num lar, está sem condições de vida, o que é que lhe interessa se são dois homens, duas mulheres ou um casal (heterossexual), nesse aspecto?** (AIPT/9).

Eu acho que não, que não vejo qualquer problema nisso, não vejo. (AIPT/10).

É, eu sou a favor disso, eu concordo, e acho isso bem bacana, porque o casal homossexual está tirando uma criança do abandono, um casal homossexual que tenha condição de ter um

filho ele está é abraçando a causa da adoção. E talvez, eu diria com certeza, **casais homossexuais tratam melhor os seus filhos, melhor do que muitos heteros**, eu diria que sim, e como **já tem pesquisas que mostram que o filho, necessariamente, não vai ser homossexual, ele pode ou não ser, independente dos pais.** (AIBR/2).

Logo que surgiu a história de adoção por homossexual, [...]. Eu sempre ficava me perguntando, um casal homossexual, como seria essa questão de representação [...]. É a mesma coisa [...]. Então porque não pode ser dois pais? Duas pessoas, se uma vai representar, os dois vão representar o pai, ou um representa o pai e o outro a mãe no mesmo momento. O mais complicado para mim é uma criança para adoção. Uma criança adotada por família. Por que quantas estão aí para se adotar? **Quantas crianças não vivem em orfanato? Entendeu? Aí, qual o problema do meu amigo que é gay adotar uma criança com o namorado dele se ele tem condições de criar essa criança? Eu não vejo problema nenhum dele adotar, dele pegar uma criança e cuidar como pai dessa criança. O problema é deixar uma criança viver em orfanato.** (AIBR/3).

O mais normal possível. Esses dias eu escutei um discurso de um homofóbico que dizia que o menino que for criado por dois homens vai ser homossexual. **E porque os meus pais eram heterossexuais e o meu irmão é homossexual? Foram os pais que fizeram as crianças assim? Eu acho a coisa mais natural possível, mais natural do mundo as pessoas se relacionarem e criarem uma criança bem, e a criança fazer a opção sexual dela, a partir do desejo dela.** (AIBR/4).

Eu não vejo problema nenhum, desde que tenha carinho, amor, saiba cuidar. Até porque já existem pesquisas que desmistificam tudo isso. Só porque o casal é homossexual, é homoafetivo, a criança ao nascer num ambiente assim vai também ser? Não tem nada a ver. Então, isso é tudo é crendice. Acredito que o que deve haver tanto para casais homossexuais, homoafetivos, como para casais heterossexuais, deve haver amor, deve haver entrega, deve fazer aquilo com paixão, mesmo, em benefício da criança. (AIBR/7).

Acho altamente relevante e importante (essa pergunta), e aí eu vou fazer uma critica a uma resposta de um deputado em Brasília, [...] a questão temática era essa: a adoção de crianças, a cerca de casais homossexuais [...]. Ele disse, não, se é da criança estar jogada na vida, pelo menos, vai ter alguém que lhe dê comida. Bem, eu reprovo essa declaração. Acho muito pequena, muito medíocre, muito militada. **Eu acho que sou a favor sim, porque da mesma forma que um casal heterossexual, ele (casal homossexual) consegue criar seus filhos pequenos, orientando como deve ser. [...] Os casais homossexuais também têm essa mesma capacidade, porque eles são capazes de criar essas pequenas crianças adotadas, certo?** Dando-lhe boa educação, lhe dando respeito, mostrando que ela é importante e que ela pode ser amada sim, por dois homens ou por duas mulheres, independentemente da questão sexual. Então, assim, eu vejo esta questão muito pertinente, muito relevante, sou a favor da adoção de crianças por casais homossexuais sim, porque tudo que um casal hetero pode dar com aprendizagem, conhecimento para formar um cidadão do bem, o casal homossexual pode fazer da mesma forma. Então, a minha opinião é essa a cerca da adoção, sou a favor e **sou favorável sim, por essas qualidades, não por questão de que apenas podem dá comida a uma criança que está carente e necessitada no orfanato.** (AIBR/9).

Alguns alunos destacam também como motivo para adoção de bebês e crianças por casal homossexual, a educação e cuidados para com seu(s) filho(s), que é igual ou até mesmo mais disponível e mais capaz do que o casal heterossexual que, por vezes, como um contraponto para essa justificativa, o coloca como negligente e agressivo. O AIPT/3 diz que “existem casais heterossexuais que não cuidam bem das crianças”, e a AIPT/9 considera “que deveria ser legalizada” e acrescenta: “temos casais homens/mulheres que não educam bem as crianças, que batem”. Pode ser destacado que os homossexuais são

capazes de ser bons pais, não porque tem maus pais heterossexuais, mas porque eles também têm esse mesmo potencial. Baseada nas evidências científicas, segundo o Relatório da Ordem dos Psicólogos Portugueses (2013, p. 11), “Os pais e mães homossexuais apresentam resultados iguais aos pais e mães heterossexuais no que diz respeito às competências parentais, desenvolvendo com as crianças relações de qualidade e proporcionando-lhe um contexto familiar seguro e favorável ao seu desenvolvimento”.

O preconceito sutil é manifestado pelos alunos quando justificam os motivos para a adoção de bebés e crianças por casal homossexual, comparando a situação anterior da criança de abandono ou como residente de instituição pública, em virtude disso, ressaltam das condições favoráveis em que implica a adoção pelo casal homossexual, apesar do risco de que essas crianças de tornem homossexuais. Em suma, entre o abandono e as condições desfavoráveis de sobrevivência em instituições públicas, preferível o amparo das condições favoráveis mesmo que, segundo esse imaginário, venha correr risco sobre a influência na sua identidade sexual ou orientação sexual. Nesse sentido, a AIPT/2 se pergunta: “Qual é que é o problema não se poder dar para doação uma criança que vá para um casal homossexual?”, e responde: “Não faz sentido, porque o que interessa e o que faz crescer as pessoas e serem boas pessoas que é o amor e a atenção despendida”.

De facto, as pesquisas deixam claro que as crianças filhas de homossexuais, não se tornarão elas próprias homossexuais, não mais do que crianças de outros tipos de configurações familiares. A orientação sexual dos filhos não depende somente da orientação sexual parental (Relatório da Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2013). A AIPT/5 contempla essa questão da adoção de criança por casal homossexual sem levar em conta essa identidade, para esse aluno: “É igual, portanto, concordo. Não vou por ser homossexual ou por não ser, vou pelo cuidado da criança, né? Porque se a criança tiver cuidada, tiver amor, se tiver isso, é o principal. [...]. Portanto, a medida é igual, se o casal heterossexual ou homossexual tratar mal a criança, então, ela não está bem em nenhum dos meios. O bem da criança é o principal, seja com casal homossexual ou heterossexual”, isso é reforçado pelo AIBR/9 quando diz que é altamente relevante e importante essa pergunta, “[...] porque da mesma forma que um casal heterossexual, ele (casal homossexual) consegue criar seus filhos pequenos, orientando como deve ser. [...] Os casais homossexuais também têm essa mesma capacidade, porque eles são capazes de criar essas pequenas crianças adotadas, certo?”. Esse aluno conclui: “sou favorável,

sim, por essas qualidades, não por questão de que apenas pode dá comida a uma criança que está carente e necessitada no orfanato”.

5.3.2. Alunos que aceitam a adoção de bebês e crianças por casal homossexual, porém, deixam explícitas algumas restrições em relação à identidade sexual das mesmas e a discriminação que, em decorrência desse tipo de adoção, possam vir a sofrer:

E, tal como os casais heterossexuais existem maus pais, isso também deve acontecer em casais homossexuais, por isso, acho que os critérios de seleção deviam ser os mesmos. É inicialmente o que vai muito acontecer, por exemplo, ser negado à adoção a um casal homossexual por esse casal não ter condições ou pelo seu perfil etc. E esse casal vai alegar que é discriminação etc. Mas acho que deveriam ter os mesmos direitos. **Tudo indica que a criança não se vai desenvolver de forma diferente por causa disso. A única coisa que pode acontecer é quando na idade escolar a criança for um pouco discriminada ou for insultada de ter dois pais ou duas mães**, e a criança certamente se perguntará. Onde é que estão meus pais verdadeiros? [...] A mentalidade de uma sociedade não se muda num ano para outro, ou em dez anos, são precisos muitos anos, e se não fizermos nada agora isso nunca vai se alterar. (AIPT/1).

Pois é, [...] **não sou contra de forma alguma**, antes pelo contrário, só acho que tanto o casal como a criança tem que ter um apoio, **para a criança depois está integrada na sociedade**, como é que ela pode lhe dá depois com na escola quando começarem o *bullying*, não é? Tem que ter um apoio, acho que mais especial do que para qualquer outro caso. (AIPT/7).

Bom, há quem diga que **a formação da criança, a personalidade da criança poderia ser, digamos que ela poderia ser influenciada por aquele exemplo que ela está tendo diante dela**. [...] Mas eu acho que não vá alterar, influenciar tanto, não. Alteraria um pouco, em minha opinião, mas eu acho que não havia prejuízo, acho que a questão é essa. **Bom, pelos exemplos familiares que temos, a maioria de nós nascemos numa casa com mãe, pai, irmão. A gente está acostumado com aquela estrutura familiar. Essa pessoa que vai nascer ou crescer com uma família de homossexual, acho que ela vai vê o mundo de forma diferente, com certeza, por exemplo, de quem nasce numa família hetero. Mas, é como eu disse, é apenas diferente, não quer dizer que vai trazer prejuízo. É uma questão para ser vista. Não tenho essa bagagem para responder com tanta clareza.** (AIBR/1).

Eu sou a favor porque eu acho melhor a criança estar em um lar que tem um carinho de um pai, uma mãe, mesmo que seja do tipo um homem e um homem, uma mulher e uma mulher. Mas eu tenho minhas dúvidas quanto ao tipo de ambiente que a criança vai está, porque vai ter muitas coisas envolvidas, tipo, idade da criança como ela vai reagir [...]. **Se for como aquele homem que eu tinha lhe dito, chocante (com visibilidade) como muito homossexual, e aquela promiscuidade eu acho que nesse aspecto, nesse caso, seria ruim par a criança.** [...] Uma criança pequena vivendo num ambiente de putaria (devassidão, libertinagem), tanto o homossexual quanto o heterossexual. Se for mesmo um hetero, uma criança que vive num ambiente de putaria, eu acho que seria ruim porque teria aquele tipo de estímulo, para aquelas coisas que ela está vendo. Ela pode internalizar de maneira errada. (AIBR/6).

Eu sou a favor, sim. Tem-se o parecer favorável, se está apto a receber aquela criança, aquele bebê. Acho que para criança, **no começo vai ficar um pouco confusa, vai surgir um pouco de dificuldade**. A criança vai ficar perguntando “quem é meu pai?” e “quem é minha mãe?” Acho que vai surgir. Mas, nada que uma boa criação não resolva, não ajude. Mas, eu sou a favor da adoção se você estiver preparado, se o casal estiver preparado, se é isso que os dois querem, para não trazer dano psicológico para a criança. (AIBR/10).

Comumente as pessoas que se posicionam contrárias à adoção por casais homoafetivos, tendo em vista que a inserção da criança nesta família alega que isso poderá ocasionar “risco” na orientação sexual e identitária da criança (Figueirêdo, 2003). Porém, percebe-se na literatura científica que a inserção de crianças em famílias chefiadas por pares homoafetivos não provoca nenhum distúrbio nos seus aspectos psicossociais, afetivos e cognitivos quando comparados às crianças que possuem pais de orientação heterossexual (Bailey, Dobrow, Wolfe & Mikack; Golombok & Tasker; cit. in ROPP, 2013). O AIPT/1, embora aceite a adoção de bebês e crianças por casal homossexual, tem um preocupação com a discriminação que a criança pode sofrer na escola, assim se manifesta: “A única coisa que pode acontecer é quando na idade escolar a criança for um pouco discriminada ou for insultada”. Apesar dos receios de as crianças de famílias homoparentais venham a ser mais provocadas ou que se tornem mais vítimas de *bullying* do que os seus pares. Um estudo recente realizado a partir de uma amostra alargada e nacional de adolescentes dos Estados Unidos revelou que os adolescentes de famílias homoparentais não tinham sido sujeitos a mais vitimização física do que os adolescentes de famílias heteroparentais (Wainright & Patterson, cit. in ROPP, 2013). Nos países de cultura machista ou economicamente pouco desenvolvidos, certamente, há possibilidade de que a criança adotada por casal homossexual seja também discriminada, no entanto, o mundo caminha para uma maior abertura na aceitação das diversidades sexuais, contando com essa perspectiva, e possível que essas crianças, como já apontam as pesquisas, não venham a ser discriminadas, ou, pelo menos, tão discriminadas.

Alguns alunos receiam ou temem pela influência do meio, embora não assumam esse receio. O AIBR/1 diz: “há quem diga que a formação da criança, a personalidade da criança poderia ser, digamos que ela poderia ser influenciada por aquele exemplo que ela está tendo diante dela”, e o AIBR/6 diz: “tenho minhas dúvidas quanto ao tipo de ambiente que a criança vai está, porque vai ter muitas coisas envolvidas”. Tentando relativizar o próprio preconceito, o AIBR/1 acrescenta: “essa pessoa que vai nascer ou crescer com uma família de homossexual, acho que ela vai ver o mundo de forma diferente, com certeza, por exemplo, de quem nasce numa família hetero. Mas, é como eu disse, é apenas diferente, não quer dizer que vai trazer prejuízo”. Enfim, nessa perspectiva, resultaria um ser diferente, menos mal, porque ver alguém como diferente “é uma questão para ser vista”. O AIBR/6 também tenta relativizar o próprio preconceito, do mesmo modo que procura atribuir aspectos negativos a criança tanto na

influência da convivência com casal homossexual tanto quanto heterossexual. Esse aluno acrescenta que: “uma criança pequena vivendo num ambiente de putaria (devassidão, libertinagem), tanto o homossexual quanto o heterossexual. Se for mesmo um hetero, uma criança que vive num ambiente de putaria, eu acho que seria ruim porque teria aquele tipo de estímulo, para aquelas coisas que ela está vendo. Ela pode internalizar de maneira errada”.

A AIBR/10 diz: “sou a favor sim” da adoção de criança por casal homossexual, se o mesmo tiver um “parecer favorável” de que “está apto a receber aquela criança, aquele bebê”, e acrescenta: “se é isso que os dois querem”, portanto, tem provar que estão aptos, dá a garantia de que não serão ofensivos à criança, só assim aluna é a favor: “se o casal estiver preparado, [...] para não trazer dano psicológico para a criança”. Mas essa aluna também termina relativizando, quando afirma que: “Mas, nada que uma boa criação não resolva, não ajude”. Enfim, ela acredita que o próprio casal homossexual tem o antídoto para a cura dos possíveis males que sua condição homossexual trará para a criança. Esse modo dos estudantes brasileiros de psicologia encarar a adoção, em relação a casal homossexual, também já apareceu em outros trabalhos, numa pesquisa realizada por Araújo et al. (2007), apontaram distúrbios psicológicos como possíveis consequências para as crianças, e os estudantes de Direito consideraram como problema a não aceitação da sociedade. Nessa pesquisa, os alunos portugueses e brasileiros demonstraram preocupação em relação aos dois aspectos: a influência do casal homossexual sobre a identidade e orientação sexual do filho adotivo, no sentido de torná-lo homossexual, e a discriminação do entorno social pelo facto da criança ser filho de casal homoafetivo.

De acordo com Patterson e Patterson (2006), os resultados das investigações sugerem que a orientação sexual parental é menos importante do que a qualidade das relações familiares. Mais importante para as crianças do que o género dos pais é a qualidade das interações diárias e a força das relações entre os pais. No que diz respeito à diferença entre géneros, a criança poderá construir uma noção desta diferença entre os sexos por meio das suas relações sociais alargadas, uma vez que os modelos de feminino e masculino não se restringem apenas às figuras físicas de pai e de mãe. No sentido dos efeitos negativos na criação e educação da criança adotada, advindos da influência do meio e da convivência com pais adotivos homossexuais, os alunos brasileiros se mostram mais “preocupados” com isso, ou seja, são mais preconceituosos, embora aceitem que crianças sejam adotadas por homossexuais.

5.3.3. Alunos que não aceitam a adoção de bebês e crianças por casal homossexual:

Separar, se estamos a falar de adoção, sou cem por cento contra, se estamos a falar de coadoção de crianças, sou cem por cento a favor, portanto, temos que ter noção do que dizemos. [...] Não vejo com bons olhos, não vejo com agrado um casal de homossexuais, na condição de serem homossexuais, como se isso fosse um prêmio, porque não é. Se eu sou heterossexual e não é prêmio nenhum, não é o facto de ser homossexual que tenho que ter algum prêmio poder adotar uma criança. A coadoção hoje está muita em voga aqui em Portugal, é quando um homossexual tem um filho ou está a criar uma criança e, entretanto, se junta com um parceiro e esse pai morre. Então acho muito bem que o outro que o acompanhou ao longo dos anos continue a educar essa criança. Acho que se não fosse dessa forma era desestruturante para a criança. [...] Metemos um pouco no ponto de vista da criança, como é que ela vai ultrapassar isso numa fase na escola, como é que esta criança vai ser ensinada [...]. E num caso desses, se ela perguntar: “Oh pai! Posso ir para rua brincar um bocadinho?” O que é que o pai vai responder? “Olha! Não sei, vai perguntar a teu pai”. **Ou seja, esse tipo de coisa carece de uma reflexão muito profunda, muito estudada, cada caso é um caso, por isso casal homossexual adotar, não sou a favor.** (AIPT/8).

Eu acho que prejudica. De certa forma eu já respondi. (AIBR/8).

Em relação a essa questão, para muitos, o casal e a família homossexuais ainda são vistos com um pavor fóbico, fundado em preconceitos e resistências fantasmáticas a uma suposta amplitude da homossexualização na sociedade (Mello, 2005). O AIPT/8, quanto à adoção de bebês e crianças por casal homossexual, diz: “sou cem por cento contra, [...]. temos que ter noção do que dizemos. [...] Não vejo com bons olhos, não vejo com agrado um casal de homossexuais [...]. Se eu sou heterossexual e não é prêmio nenhum, não é o facto de ser homossexual que tenho que ter algum prêmio poder adotar uma criança”. Mas se for coadoção que, segundo ele, “hoje está muita em voga [...] em Portugal”, é “cem por cento a favor”. Porque, se o parceiro que é o pai, morre, diz: “Então acho muito bem que o outro que o acompanhou ao longo dos anos continue a educar essa criança”. Por se tratar de adoção por homossexuais, esse aluno somente considera como válida a coadoção, porque se não for dessa forma afirma que é “desestruturante para a criança”. Mas, “cada caso é um caso, por isso casal homossexual adotar, não sou a favor”. O AIBR/8 se reserva a dizer: “Eu acho que prejudica”, porque, ao longo do seu discurso, já devia ter deixado isso, de alguma maneira, implícito.

O preconceito contra a adoção de bebês e crianças por casal homossexual é igual entre alunos de psicologia dos dois países, porém o aluno português, mesmo no seu discurso contra a esse tipo de adoção, não se fecha para toda a possibilidade de adoção de criança por casal homossexual, quando afirma ser cem por cento a favor da coadoção, por considerar que essa é a única modalidade de adoção por homossexuais que não desestrutura a criança. De modo geral, esse aluno não condena a adoção por

casal homossexual, mas legitima a adoção, cuja criança tem nesse vínculo laço consanguíneo, i.e., um dos cônjuges é o pai biológico da criança. Seria esse o dado de segurança da não desestruturação? Daí a sua permissiva. Em quanto que nenhum dos cônjuges sendo o pai biológico da criança, a mesma ficaria mais vulnerável a abusos e risco de identidade? Fazendo valer o princípio de que um dos pais biológico nessa relação seria, *a priori*, incapaz de prejudicar ou “desviar” o próprio filho para a homossexualidade. O aluno brasileiro corta qualquer possibilidade de discussão, acha que prejudica, e pronto.

CAPÍTULO V
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No H-T-P (House = casa, Tree = árvore, Person = pessoa) a identidade autorreconhecida dos sujeitos na caracterização sociodemográfica foram analisadas com as identidades dos mesmos, expressas por meio do desenho da figura humana, e relacionados aos tipos de discursos: CT (coerente-tolerante) = 12 alunos; OT (oscilante-tolerante) = 06 alunos e OI (oscilante-intolerante) = 02 alunos. A partir dessa análise, é possível afirmar que a maioria dos alunos de psicologia, 12 alunos, expressa discurso Coerente-Tolerante (CT), no caso, mais portugueses (07), do que brasileiros (05), são seguros da sua identidade sexual; 06 alunos expressam discursos Oscilantes-Tolerantes (OT), o que denota algum tipo de insegurança na sua identidade sexual, nesse caso, mais brasileiros (05) e apenas um (01) português; e 02 alunos portugueses expressam discursos Oscilantes-Intolerantes (OI), denotam insegurança ou até mesmo dúvida sobre a sua identidade sexual.

Embora as questões estivessem voltadas para a população LGBT, os informantes focaram suas respostas na homossexualidade na perspectiva do masculino. Apenas dois alunos fizeram referência a alunas lésbicas identificando-as como menos discriminadas do que os homens homossexuais, e justificando que, certamente, isso se deve ao facto de que as mesmas são confundidas como sendo bissexuais.

A maioria dos alunos considera a homossexualidade normal, apenas dois alunos portugueses e um brasileiro manifestam dúvida sobre essa normalidade, com base no que afirma a Bíblia, segundo eles, de que normal é apenas a relação homem/mulher. Certamente, legitimada em virtude da reprodução, em quanto que a relação entre iguais por ser estéril, se desvia do princípio bíblico do sexo com objetivo de reprodução. Então, a homossexualidade se reduz ao prazer sensual da fornicção, e passa a consistir em um pecado ou em uma aberração sempre, veementemente, condenada pelas Igrejas. A dúvida também é suscitada pelo comportamento sexual flexível ou eclético de casal homossexual (masculino) que, em situação de conflito, os parceiros, em vista disso, por vezes, têm sexo com mulher. Esse comportamento suscita questionamento: afinal esses indivíduos são homossexuais ou bissexuais? Essa confusão é emblemática, uma vez que, no imaginário do senso comum, o sujeito homossexual é incapaz da ereção e/ou da penetração em relação ao sexo oposto. Isso de facto ocorre, mas quando se trata de homossexual heterofóbico (Costa, R. P., 1994). Como afirma Fenichel (1981), a maioria dos homossexuais não consegue livrar-se com facilidade dos seus desejos biológicos normais por mulheres, essas continuam a atraí-los, mas, por não poderem suportar a ideia de criaturas sem pênis, desejam mulheres fálicas, “hermafroditas”.

Os alunos, de modo geral, não acreditam na *reorientação sexual*, ou seja, de que é possível transformar, por meio de técnicas psicológicas, indivíduo homossexual em heterossexual. Porém, alguns consideram que isso seja possível quando se trata de criança ou de adulto confuso com sua identidade ou orientação sexual. Assim, se faz necessário diferenciar reorientação, que seria, em tese, mudança da orientação sexual, e a dúvida do sujeito sobre sua identidade ou orientação sexual, nesse caso, trata-se de ajudar o indivíduo a se aceitar, pois, na realidade, já se reconhece como homossexual ou com tendência homossexual. Freud (1920/1976a, p.189) salienta que, “em geral, empreender a conversão de um homossexual plenamente desenvolvido em um heterossexual não oferece muito maiores perspectivas de sucesso [...]”. Nos anos 80, Masters e Johnson (cit. in Moita, 2001) ofereciam conversão sexual, mas chegaram à conclusão que esse tratamento era controverso, sob a alegação de que seria prejudicial ignorar os argumentos que leva o indivíduo a desejar a mudança da sua preferência sexual.

Os alunos brasileiros, mais do que os alunos portugueses, não admitem que psicólogo tenha preconceito sexual. Os alunos portugueses são mais tolerantes por considerarem que o contexto social da realidade portuguesa é muito preconceituoso, como se não fosse possível se desvencilhar do mesmo. Alguns alunos das duas nacionalidades sugerem que o psicólogo, no seu atendimento a homossexual, deve deixar o preconceito “fora do consultório”, ou seja, que deve fingir para esse paciente que não tem preconceito sexual. A maioria dos alunos considera que o psicólogo deve superar seu preconceito, mas não diz como. Uma vez que, a tendência maior dos alunos é para clínica psicológica, cuja atividade mais habitual que, praticamente, define esse exercício profissional é o atendimento psicoterápico. Então, sabedores das potenciais vantagens e mudanças que essa vivência implica, no entanto, paradoxalmente, a maioria dos alunos não associa a superação do preconceito por meio desse tipo de intervenção profissional. Em razão disso, fica a constatação da resistência do próprio aluno em se submeter a um processo psicoterápico (terapia) - mesmo tendo em vista essa atividade como cotidiana no seu futuro exercício profissional -, e o seguinte questionamento: será que o aluno se dá por satisfeito ou como suficiente para superação do preconceito o conhecimento teórico desprovido de sua análise ou da sua psicoterapia pessoal? Os alunos parecem legitimar a divisão na mesma pessoa, o cidadão com preconceito sexual e profissional psicólogo que deve suspender esse preconceito sexual deixando-o num “cabide” do lado de fora da porta do consultório. Enfim, esse modo de pensar vem ao

encontro do que recomenda Moita (2001), que o terapeuta deve adotar uma postura de ignorância, não negar seu preconceito, mas que a escuta permita que essa experiência prévia não impeça o acesso ao significado que o cliente faz da sua própria vivência.

Os alunos, de modo geral, confundiram a expressão *preconceito sexual* com *discriminação sexual*, por vezes as usaram com sinônimas. Os alunos portugueses, mais do que os alunos brasileiros consideram que o preconceito sexual está ligado ao desconhecido, ao que é diferente da norma ou do habitual, bem como de que está fortemente influenciado pela religião e pela cultura local, assim, nas regiões interioranas o preconceito é mais forte que nos centros urbanos mais desenvolvidos. Alunos portugueses e brasileiros criticam o preconceito como sinal de ignorância etc., porém, os brasileiros acham que o preconceito, para reproduzi-lo, tem mais a ver com o próprio indivíduo, como se o mesmo não fosse instigado pela religião e pela cultura. Isso, certamente, é improvável porque todo indivíduo em níveis diferentes sofre a influência do social. Ou seja, na visão desses alunos o preconceito nasce no indivíduo sem nenhuma vinculação ou motivação do social. Assim, a cultura e a Igreja estariam totalmente inocentadas como promotoras e instigadoras do preconceito sexual. Nesse sentido, González Rey (2005a) diz que a subjetividade individual é determinada socialmente, não de modo linear externo do social ao subjetivo, mas num processo de constituição que integra simultaneamente a subjetividade social e a individual.

Poucos alunos identificam o preconceito sexual nas suas faculdades psicologia, porém, duas vezes mais alunos portugueses, em relação aos brasileiros, o percebem no seu espaço acadêmico. De algum modo, atribuem a esse dado, o facto de que o país ainda é muito preconceituoso. Mas as faculdades brasileiras não estão isentas de preconceito, os alunos heterossexuais manifestam preconceito sexual em relação aos colegas homossexuais de suas turmas, que pode ser caracterizado como preconceito sutil, manifesto por meio de “brincadeiras” aparentemente inofensivas. Sob a justificativa de que o preconceito está na intenção, e não na ação. Uma vez que, essa atitude preconceituosa é caracterizada como “brincadeira”, legítima que o preconceito tenha, sem pudor ou culpa, à sua livre expressão.

Diferente do preconceito sexual que, em relação ao mesmo, muitos alunos confundiram e misturaram com discriminação, de modo geral, na conceituação da discriminação, foram mais assertivos, i.e., tem uma conceção bem clara do que seja discriminação. A maioria sabe que a discriminação é a manifestação frontal ou flagrante do preconceito ou próprio preconceito sutil. Os alunos tenderam a apontar as

consequências da discriminação como dificuldade de acesso a emprego, maus-tratos psicológicos e físicos e outros.

Os alunos das duas nacionalidades ressaltam a quase ausência de discriminação sexual no seu espaço acadêmico, apenas um aluno de uma faculdade particular no Brasil, descreve uma cena de discriminação em relação à inconformidade de gênero. No entanto, em todos os contextos dessas faculdades, os alunos acusam que é comum os alunos homossexuais serem criticados pelas “costas”, “falam por trás”, a revelia do sujeito alvo da discriminação. Esse hábito faz parte dos universos acadêmicos dessas duas culturas. Assim, se referem aos homossexuais com expressões depreciativas tal qual o senso comum cotidianamente exercita, a exemplo de paneleiro (em Portugal), bicha, viado (no Brasil). Essa discriminação exercida abertamente, mas por trás, numa espécie de jogo de aparente oposição ausência/presença. Ausência porque o alvo da discriminação não está tão próximo, e presença porque não está suficiente distante que possa perder o contato auditivo e visual. Essa distância garante que o alvo - aluno homossexual com “visibilidade do estigma” (Goffman, 1988) -, de algum modo, seja atingido, ouvindo os insultos e/ou percebendo os sinais discriminativos.

Os alunos heterossexuais, certamente, não atingem diretamente os sujeitos discriminados, mas de modo sutil, sim, porque evitam que façam parte de seus grupos extrafaculdade, não os convidam para saírem juntos. Nesses contextos, há uma aparente tolerância, mas, “por trás”, “nas costas”, manifestam um teor discriminativo idêntico aos demais segmentos sociais. Talvez, por que “não pega” bem, não é politicamente correto ou sob a pressão implícita de que isso seria incompatível com a imagem de futuro psicólogo que deve ter a “mente aberta”, capaz de acolher o diferente ao invés de excluí-lo. Enfim, o preconceituoso realiza sua catarse a partir do momento que atinge e se vinga, mesmo que sutilmente, do suposto agente promotor do seu mal-estar, geralmente o homossexual que apresenta “visibilidade do estigma” (Goffman, 1988).

Mais do que os alunos brasileiros, os alunos portugueses acreditam que a origem da homossexualidade é biológica, e os brasileiros, na sua maioria, atribui mais as causas pessoal e social, mas com a influência do ambiente. Em igual número, alunos portugueses e brasileiros dizem não saber a origem da homossexualidade. Para Gagnon (2006), o apoio dos cientistas deve consistir no reconhecimento, em suas pesquisas, da complexidade do gênero e do desejo, e não na tentativa de descobrir “a causa” de uma essência rotulada de “homossexual”. Neste estudo, a sondagem sobre a origem da homossexualidade procurou verificar para qual campo das ciências os alunos

apontavam, a maioria deles deixou bem claro que atribui significações às questões pessoais e sociais, e isso denota certo desprendimento do modelo médico ou biológico, de um olhar mais voltado para o social e o cultural na compreensão da homossexualidade.

Os alunos portugueses, mais do que os brasileiros, consideram como normal a amizade entre heterossexual e homossexual, mas para que essa amizade se mantenha, é preciso que o homossexual apresente alguma condição específica, a exemplo do bom humor, e também é sempre ressaltado, por parte dos homens, o respeito, ou seja, que o homossexual aceite os limites implícitos e/ou explícitos imposto pelo colega de turma heterossexual, como condição determinante para sustentar o vínculo da amizade.

O aluno heterossexual é o disciplinador do corpo homossexual do colega, o torna dócil, quase sem “visibilidade” ou pouco *expansivo* (termo usado pelo AIPT/8), destituído de erotização que denomina de “respeito”. Porém, da parte do heterossexual, esses limites não ficam bem estabelecidos, parece gozar de toda liberdade de expressão, a ponto de fazer qualquer tipo de “brincadeira”, e nessas supostas interações lúdicas manifestarem seu preconceito e realizar suas catarses preconceituosas, fazendo desse colega meio que “bobo da corte”, e assim exorcizam o medo da própria homossexualidade. Entre os alunos brasileiros há um tipo de amizade que parece bem característico do seu contexto cultural, o homossexual também tem a *função utilitária*, se aproveitando da conhecida facilidade de interação dos homossexuais com as mulheres, o colega heterossexual o usa para ter acesso às moças (raparigas). Enfim, os alunos homossexuais brasileiros do curso de psicologia fazem a “ponte”, tipo “cupidos”, entre as colegas e os colegas heterossexuais de sua turma.

Os alunos das duas nacionalidades consideram que a homossexualidade é uma sexualidade equivalente a heterossexualidade. Em igual número, alunos de Portugal e do Brasil têm dúvida, bem como não a consideram normal por conta da sua impossibilidade de procriação. Como se não existisse meios de sublimar essa falta, ou de satisfazê-la pela adoção. A esterilidade que ocasiona o desperdício do sêmen culmina com a condenação por parte da Igreja que, e em razão disso, caracteriza a homossexualidade como perversão. Freud (1917/1976g, p. 369), diz que “o abandono da função reprodutiva é o aspecto comum de todas as perversões [...]”. Porém, o teor que remete o termo perversão terminar marcando a homossexualidade como “ferro em brasa”, e nas outras sexualidades, usando uma expressão de Lacan, não “cola”. Soa como pouco consistente, ou até mesmo sem cabimento, afirmar que um casal

heterossexual é perverso porque, se negando totalmente a gerar filho, centra sua sexualidade na busca da satisfação plena da sua libido.

A maioria dos alunos aceita o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Porém, duas alunas brasileiras, por razões diferentes, não aceitam esse tipo de casamento, uma por conta da sua religião e a outra - cujo estado civil é casada, tem um irmão homossexual que, por empatia, sofreu junto com ele os efeitos do *bullying* na escola - por considerar que o casamento é uma intervenção social que não condiz com o romantismo da relação afetiva. Os alunos também consideram que o casal homossexual deve ter os mesmos direitos dos casais heterossexuais, inclusive de adoção de criança(s). Todavia, alguns poucos alunos fazem restrições em relação à adoção. Os portugueses consideram possíveis discriminações que a criança possa vir a sofrer na escola e na sociedade, como um todo, na qual está inserida, por ter pais homossexuais; e os brasileiros fazem restrições a própria adoção por receio da influência dos pais na identidade e orientação sexual da criança, i.e., que essa criança se torne homossexual. Um aluno português, por hipótese alguma, aceita a adoção por casal homossexual, do contrário, em relação à coadoção, é cem por cento favorável. Talvez, na tentativa de fazer valer o princípio de que com um dos pais biológico, parceiro desse casamento, a criança esteja mais segura. Todos esses receios e medos têm como base o preconceito heterossexista moderno ou sutil, pesquisas têm mostrado que essas crianças não estarão mais vulneráveis a algum tipo de abuso, do que as crianças socializadas por pais heterossexuais.

Mais alunos brasileiros consideram que as faculdades contribuem para uma reflexão a respeito do preconceito sexual. Embora reconheçam que poderia oferecer bem mais trazendo para sala de aula mais discussões, debates, inserindo os alunos em programas de pesquisas e extensões. Porém, tudo que veem no espaço acadêmico da psicologia e que diz respeito à homossexualidade, é por iniciativa pessoal de algum professor que, não coincidentemente, é homossexual. Essa falta de acesso ao tema homossexualidade se reflete no desconhecimento de uma aluna portuguesa do quarto ano de não saber o significado da sigla LGBTs, e do aluno brasileiro, também do quarto ano, de usar a expressão homossexualismo, mesmo sem a intenção de conotá-la como doença.

A maioria dos alunos se refere à homossexualidade como sendo constituída pelo desejo, uma escolha ou opção. Talvez denotando a ausência de um saber científico, porque é assim que o senso comum, geralmente, também a considera. O pensar construído sobre a origem da homossexualidade vai determinar a atitude do cidadão na

sua interação com sujeito reconhecidamente homossexual. As pesquisas de Larsen et al. (1980), indicam que no universo estudantil aqueles alunos que conheciam pessoa *gay* relataram atitudes mais positivas em relação aos homossexuais de ambos os sexos, bem como os resultados de Whitley (1990) sugerem que conhecer homem *gay* ou lésbica contribui para as diferenças de género nas atitudes com relação a esses dois grupos-alvo.

No que se refere à preparação teórica e técnica oferecida pelas faculdades para o futuro profissional para atender pessoas LGBTs, os alunos portugueses consideram que carecem dessa preparação, se dizem desabilitados, e se mostram perplexo diante da possibilidade de atender esse tipo de demanda. Apenas uma aluna brasileira faz um trabalho de extensão com a população LGBTs, e outra brasileira está se engajando num projeto de extensão da universidade, onde vislumbrava trabalhar com esse segmento numa escola pública da periferia. Para suprir essa falta, os alunos, em especial os portugueses, consideram que tenham que estudar, buscar uma formação após o término do curso. Os alunos brasileiros da faculdade privada parecem mais satisfeitos com os conteúdos, a respeito da sexualidade, incluindo a homossexualidade, que são ministrados na sua faculdade, tanto em termos teóricos quanto na perspectiva da prática, por meio de atividades de extensão, do que os alunos da universidade pública brasileira que gostariam de ter pesquisas, extensão e mais discussões sobre o tema homossexualidade. No caso dos alunos portugueses, tanto os da faculdade pública quanto os da particular, em relação a esse saber ministrado na sua faculdade de psicologia, se mostraram, de modo geral, mais insatisfeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A média de idade dos alunos portugueses e brasileiros é de 26 anos, no que diz respeito ao estado civil e condição socioeconômica são relativamente idênticos. Mais alunos portugueses do que brasileiros, concomitantemente, estudam e trabalham. Não há diferença entre os alunos, em decorrência do semestre (algumas faculdades brasileiras funcionam nesse sistema) ou ano letivo, por exemplo, um aluno do primeiro ano pode ter um discurso muito parecido com do quinto ano e vice-versa. Quanto à religião, de modo geral, não houve diferença, apenas se observou que os discursos de dois alunos de uma mesma faculdade privada do Brasil, um aluno do quarto ano, evangélico se mostrou sem preconceito, tolerante, e a aluna católica, do último ano do curso, bastante conservadora. Também não se percebeu diferença entre as faculdades particulares e públicas, das cidades do interior e dos centros urbanos.

A identidade de gênero predominante foi heterossexual, apenas uma pessoa se declarou com orientação bissexual. A identidade sexual autorreconhecida não tinha, *a priori*, relevância. Num segundo momento é que a identidade sexual autorreconhecida foi analisada conjuntamente com a identidade sexual expressada no H-T-P (figura humana), é que foram relacionadas aos discursos nos enquadres: Coerente-Tolerante (CT), Oscilante-Tolerante (OT) e Oscilante-Intolerante (OI). Em relação à identidade sexual, é possível afirmar, por meio deste estudo, que há uma relação entre a identidade sexual do sujeito e o seu discurso em relação à homossexualidade. Os indivíduos mais seguros da sua identidade sexual tendem - neste caso a maioria dos alunos de psicologia dos dois países -, ao discurso Coerente-Tolerante (CT), enquanto que os menos seguros tendem ao discurso Oscilante-Tolerante (OT), e os em dúvida - necessariamente não tem consciência disso -, com sua identidade sexual tendem a um discurso Oscilante-Intolerante (OI), abertamente preconceituoso.

A maioria dos alunos considera a homossexualidade normal, embora alguns tenham dúvida ou não acreditem nessa normalidade, tendo como referência a religião e a impossibilidade de reprodução homoerótica. Embora tenham uma noção clara dos seus efeitos negativos da discriminação na vida dos homossexuais, os alunos confundem *preconceito sexual* com *discriminação sexual* e, às vezes, usam essas expressões como sinônimas. Não identificam discriminação nos seus espaços acadêmicos. Porém, a discriminação a revela, ou seja, nas “costas” do sujeito alvo da discriminação, é uma

prática habitual em todas as Faculdades de Psicologia cenários da pesquisa. Existem manifestações do preconceito sutil, por meio de “brincadeiras” aparentemente inofensivas, contra os colegas homossexuais da turma, como se à amizade legitimasse esse tipo de ação depreciativa sobre da condição sexual diferente do outro. Assim, se permitem a isso sem culpa, pois acreditam que, por não terem a intenção de ofender, não causam nenhuma dor psicológica, julgam que o colega homossexual não deve se sentir moralmente atingido. Mas isso não elimina o facto de que se trata de preconceito sexual sutil. Nessas “brincadeiras” esses alunos exorcizam o medo da própria homossexualidade, em vista disso, realizam suas catarses preconceituosas. As alunas lésbicas não sofrem preconceito porque, segundo alguns alunos, são vistas como bissexuais. Esses alunos heterossexuais não “brincam” com elas, certamente a identidade real ou atribuída que lhes são atribuídas, não consiste em ameaça à masculinidade dos seus colegas, ou se tornam “invisíveis” na condição de “segundo sexo”. Enfim, o preconceito sexual sutil está presente nos universos acadêmicos dos cursos de psicologia nos dois países, sendo um pouco mais acentuado no Brasil.

A maioria dos alunos aceita que o homossexual tenha todos os direitos do heterossexual, inclusive de casar e adotar filho(s). Porém, alguns alunos, pautados nos princípios bíblicos e na esterilidade homoerótica, fazem restrição ao “casamento *gay*”. Quanto à adoção, alguns alunos portugueses receiam que a criança possa vir a sofrer algum tipo de discriminação na escola e/ou do entorno por ter pais homossexuais, i.e., não consideram um possível avanço da tolerância social, e na capacidade de resiliência da criança somada ao apoio dos seus pais; e os alunos brasileiros parecem incomodados com a influência da homossexualidade desses pais na identidade e orientação sexual da criança adotada, ou seja, que a mesma se torne, por conta dessa convivência, também homossexual. Todavia, pesquisas têm demonstrado que essas crianças não correm risco maior do que as demais de serem “desviadas” por conta da influência da condição homossexual dos pais. Além disso, cabe lembrar que a maioria dos homossexuais foi socializada por pais heterossexuais. Enfim, o receio e o medo desses poucos alunos parecem infundados, portanto, confirmam seu preconceito heterossexista pós-moderno ou sutil.

Apenas um aluno lusitano assumiu abertamente seu preconceito sexual, i.e., sem meios termos ou subterfúgios, como também de que discrimina colegas homossexuais da sua turma, mas tenta relativizar dizendo que as vítimas podem até interpretar seu comportamento como *bullying*, mas que ele gosta de mandar umas “farpazinhas”. De

certo, esse aluno vivencia uma angústia, bem mais acentuada, diante do que representam os colegas homossexuais, do que aqueles outros que apenas “brincam”. Diríamos que há um cinismo⁶⁶ na atitude do preconceituoso, que desqualificação o sentimento do outro, o conteúdo ofensivo dos seus ataques é colocado no diminutivo: “farpazinhas”, como se isso atenuasse seu poder corrosivo. Esse aluno não aceita de maneira alguma o tipo de homossexual que chama de “expansivo”, cuja descrição corresponde ao que Goffman (1988) denomina de “visibilidade do estigma”, i.e., o sujeito homossexual que apresenta trejeitos, efeminado, indicando sua conduta sexual, geralmente, “passiva”. Esse aluno explicita sua intolerância à “visibilidade”, essa intolerância que é banalizada no social e também, de algum modo, no espaço acadêmico da psicologia.

Os alunos brasileiros, mais do que os alunos portugueses, são intolerantes com psicólogo que tem preconceito sexual, mas ambos sugerem que é possível separar o cidadão do profissional, e atender homossexual, ou seja, que o psicólogo deve esconder do seu paciente que tem preconceito. Uma vez que, a maioria dos alunos se direciona para clínica psicológica, se esperaria como sugestão para superação desse preconceito a psicoterapia. Essa omissão parece confirmar a resistência do próprio aluno se submeter ao processo analítico ou psicoterápico, não existe nos dois países dispositivos legais que condicione a isso, mas apenas tentativas por parte de professores e supervisores, para o aluno se conscientize de sua importância. Pois é sabido da relevância da vivência do processo psicoterápico no sentido de favorecer as habilidades para esse ofício, porém, paradoxalmente, o aluno resiste. Talvez acredite que o conteúdo teórico do curso seja suficiente para adquirir essa competência.

Os alunos portugueses, mais do que os alunos brasileiros, se veem despreparados para o atendimento à demanda LGBTs. O aluno da rede pública brasileira considera que, em relação a essa temática, os conteúdos são poucos, precários e reconhece a necessidade de mais debates em sala de aula, pesquisa e extensão. Queixam-se de que a disciplina sobre sexualidade é eletiva e, geralmente, entra em choque com as disciplinas obrigatórias. Ou seja, há o interesse do aluno sobre esse tema. No Brasil, esse interesse poderia ser atribuído ao estímulo da mídia, porque nos últimos quatro anos a homossexualidade tem sido o foco da polêmica por conta do projeto parlamentar da

⁶⁶ Na perspectiva do uso do saber cínico que descreve Bourdieu, ou seja, que se permite utilizar as regras para tirar o máximo de vantagem e que, de alguma maneira, vai ao encontro do poder disciplinar discutido por Foucault (1983), cuja função é adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor.

“cura *gay*”, mas, em Portugal não houve nenhum evento que trouxesse a homossexualidade para as discussões, no entanto, também existe esse interesse por parte dos alunos portugueses. A partir do exposto, é possível deduzir que as agências formadoras do ensino superior da psicologia negligenciam, privam o aluno desse saber. Somente os alunos da faculdade privada do Brasil parecem ter mais acesso a teoria e a alguma prática por meios dos projetos de extensão, mas também sugere uma posição secundária. Portanto, a academia e a ciência reproduzem o preconceito sexual sendo conivente com a heteronormatividade instigada pela sociedade, pela Igreja e pelo Estado. Mas, a ignorância sobre a homossexualidade é, seguramente, uma ignorância também sobre a heterossexualidade. O pensamento errôneo de que a sexualidade é uma questão, apenas, do âmbito do privado, sem nenhuma consequência para a ordem pública (Louro, 2011).

Na percepção de Freud (1927/1974) nenhum indivíduo do sexo masculino é poupado o susto da castração à vista de um órgão genital feminino, porém por que alguns, em consequência disso, se tornam homossexuais, e a grande maioria a supera, segundo Freud, francamente, não somos capazes de explicar. Apesar das informações desencontradas, de não ter nada em definitivo que comprove, por meio científico, a origem da homossexualidade, entretanto, independente de que seja considerada genética ou bio-psíquica-sócio-cultural, normalidade ou doença, o facto é que existe, na maioria dos alunos de psicologia uma disposição, como diz o AlBR/9, para “abraçar” este Outro (homossexual), no que se traduz em atos de aceitação = acolhimento, aprovação e valorização (Modesto, 2012).

As limitações deste trabalho dizem respeito à falta de reteste do H-T-P devido à sua acentuada subjetividade; a falta de dados mais consistentes para a comprovação dos discursos correlacionados às identidades autorreconhecidas e projetadas pelos sujeitos no desenho; e da pesquisa ser direcionado a uma mostra apenas de discentes, sem incluir docentes e profissionais no exercício da psicologia clínica, e ainda por não ter sido possível investigar a origem da disposição para a aceitação da diversidade sexual, i.e., identificar a(s) fonte(s) que subsidia(m) a tendência da maioria dos alunos do curso de psicologia a tolerar a diversidade sexual, sobretudo, a homossexualidade. Haja vista, que as faculdades, enquanto instituições de ensino superior, não têm incluído a sexualidade LGBT nas suas grades curriculares, e o conteúdo a respeito da sexualidade que se tem acesso, segundo grande parte dos docentes, é como disciplina optativa, precária e voltada para a heterossexualidade, i.e., as agências formadoras do curso de

psicologia se pautam na reprodução da ideologia hegemônica da heterossexualidade. Os cursos carecem de projetos de pesquisa, discussões e extensão que contemplem os alunos com um arcabouço teórico e com alguma experiência prática, por meio de estágio, direcionada a assistência à população LGBT. O pouco que o aluno tem de informação sobre a sexualidade LGBT advêm, de acordo com algumas falas dos informantes, do esforço pessoal de professores assumidamente homossexuais, para que os alunos não concluam o curso sem nenhuma noção dessa temática.

Ainda que, em decorrência da defasagem, ou negligência didática das faculdades com esse tema, alguns alunos façam usos equivocados ou como sinônimos termos diferentes ou antagônicos, por exemplo, *preconceito* e *discriminação*, *homossexualidade* e *homossexualismo*; cabe se perguntar como o aluno desconstrói seu próprio preconceito e desenvolve uma disposição de tolerância em relação à homossexualidade? Seria um efeito imperativo e indireto do Código Deontológico dos Portugueses (2011, p. 25), “os/as psicólogos/as não discriminam os seus clientes em razão de qualquer tipo de factor ou condição”; e do Código de ética Profissional do Psicólogo (2005, p. 7), “o psicólogo [...] contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”? Mas esses códigos, pelo que se tem ciência, não se discutem em sala de aula, de facto, só passam a ter relevância quando do exercício profissional, do compromisso ético do psicólogo em honrá-lo. Ou a tendência desses alunos a tolerar a diversidade sexual seria em decorrência da ideologia do politicamente coreto? No Brasil tem havido intensas discussões sobre a denominada “cura gay”, por parte da bancada evangélica no Congresso Nacional. O Conselho Federal de Psicologia, por meio da Resolução nº 001/99, proíbe que se trate a homossexualidade como doença, portanto, condena a perspectiva de cura da homossexualidade. Mas os alunos brasileiros não foram estimulados a reforçar o que reza a Resolução acima citada, no entanto, a maioria condena a “cura gay”, considera a reorientação sexual um absurdo. Em Portugal, o aluno pode até ter alguma influência da tolerância sexual, haja vista a Legislação que condena a discriminação sexual, e que apesar de ainda não permitir a adoção de criança por homossexual (idem nota de rodapé n. 65, na pág. 298) ou casal homossexual, tem legalizado o casamento entre iguais. No entanto, a maioria dos alunos portugueses é também favorável à adoção de criança por homossexual. Certamente, “o antagonismo relativamente ao estabelecimento *mainstream* disciplinar da psicologia é urgente, de forma a respeitar a pluralidade humana” (Oliveira, Costa & Carneiro, 2014, p. 69). Mas,

nos universos acadêmicos da psicologia em Portugal e no Brasil, o homossexual ainda é “forasteiro” (*outsider*) ou “estrangeiro” (Woodward, 2005), ou melhor, é o “estranho” que, segundo Bauman (1999a), não é um recém-chegado, temporariamente deslocado, mas um eterno nômade errante, sem esperança de “chegar”. Porém, diferente do que afirma esse autor, o “estranho”, homossexual aluno e cliente da psicologia têm esperança de “chegar”, de ser aceito com a sua “visibilidade” ou “expansão” sem, necessariamente, ter que tornar seu corpo dócil (Foucault, 1983), para ser, nos termos de Woodward (2007), incluído como “íntimo” ou “local” (*insider*).

Embora as faculdades, segundo os discursos dos alunos, tenham oferecido pouco ou quase nada, no sentido de compreender e de lidar melhor com a homossexualidade, o futuro psicólogo denota um potencial de respeito ao humano da singularidade do indivíduo homoerótico. Esse estudo revelou que, atualmente, predomina nos alunos de psicologia dos dois países Portugal e Brasil, ligados pela História e pela mesma língua, mas de cultura e de continentes tão diferentes, uma “abertura de mentalidade” que, em relação à figura do homossexual, se amplia em aceitação e acolhimento a esse “estrangeiro” ou “estranho”(homossexual). Como destaca Foucault (1983), esse momento em que as ciências do homem se tornaram possíveis, é aquele em que foram postas em funcionamento uma nova tecnologia do poder, bem como outra anatomia política do corpo. Esse novo corpo profissional é um corpo que aceita esse diferente condenado e apedrejado pela Igreja e pelo social ao longo dos séculos. Consegue identificar que o sintoma da doença ou da patologia não está no homossexual ou na homossexualidade. Finalmente, reconhecendo seu preconceito sexual, o AIPT/8 deixa implícito que o preconceito resulta do desconhecimento do social, quando diz: “esse comportamento ainda não é aceito por toda a sociedade, portanto, vamos ajudar também a sociedade conhecer essa vertente: a homossexualidade”. Novos “olhares” estão, certamente, lançados como ressalta a AI BR/4: “estar saindo uma galera aí de profissionais em humanas com pensamentos diferentes, acredito que vão criar seus filhos de forma diferente”. Talvez, não somente seus filhos, mas também fazer *renascer* gente, pacientes LGBTs, para uma nova realidade, com base na sua ajuda psicológica. Afinal, fazer pedagogia - por que não também psicologia? - é procurar acolher o outro como outro, estrangeiro como estrangeiro, só assim é possível conservar a afirmação que lhe é própria (Blanchot, 1969).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aboim, S. (2013). *A sexualidade dos portugueses*. Lisboa, PT: FFMS.
- Adorno, R. C. F. (1999). Identidade e exclusão. In R. M. Barbosa, & R. Parker (Orgs.). *Sexualidades pelo avesso: Direitos, identidades e poder* (pp. 89-97). São Paulo, SP: Editora 34 / Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- Agostinho, S. (1997). *Confissões* (12^a ed.; J. O. Santos., & A. A. de Pina, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley.
- Almeida, V. M. (2010). O contexto LGBT em Portugal. In C. Nogueira, & J. M. Oliveira (Orgs.). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 45-92). Lisboa, PT: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Ameno, A. (2000). *A função social dos amantes na preservação do casamento monogâmico* (3^a ed.). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- American Psychological Association [APA]. (2002). *Ethical principles of psychologists and code of conduct*. Washington, DC: American Psychological Association Publications. Retrieved from <http://www.apa.org/ethics/code/principles.pdf>
- André, S. (1987). *O que quer uma mulher?* (D. D. Estrada, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- APA Task Force on Appropriate Therapeutic Responses to Sexual Orientation. (2009). *Report of the task force on appropriate therapeutic responses to sexual orientation*. Washington, DC: American Psychological Association. Retrieved from <https://www.apa.org/pi/lgbt/resources/therapeutic-response.pdf>
- Araújo, I. L. (2004). *Do signo ao discurso: Introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo, SP: Parábola.
- Araújo, L. F., Oliveira, J., S, V., & Castanha, A. (2007). Adoção de crianças por casais homoafetivos: Um estudo comparativo entre universitários de Direito e de Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 95-102. doi: 10.1590/S0102-71822007000200013
- Argentieri, S. (2009). Travestismo, transexualismo, transgêneros: Identificação e imitação. *Jornal de Psicanálise*, 42(77), 167-185. Recuperado em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-5835&lng=pt&nrm=i

- Ariés, P. (1981). *História social da criança e da família* (D. Flaksman, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Guanabara.
- Armony, N. (1995). Van Gogh: Anunciador de uma nova masculinidade. In S. Nolasco (Org.). *A desconstrução do masculino* (pp. 83-95). Rio de Janeiro, RJ: Rocco.
- Artières, P. (2004). Dizer a atualidade: O trabalho de diagnóstico em Michel Foucault (M. Marcionilo, Trad.). In F. Gros (Ed.), *Foucault: A coragem da verdade* (pp. 15-37). São Paulo, SP: Parábola.
- Augras, M. (1980). *A dimensão simbólica: O simbolismo nos testes psicológicos* (4ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Augras, M. (1995). *Alteridade e dominação no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Nau.
- Badinter, E. (1992). *XY de l'identité masculine*. Paris: Odile Jacob.
- Bakhtin, M. (1981). *Le principe dialogique*. Paris: Seuil.
- Bakhtin, M. (1994). The problem of speech genres. In C. Emerson, & M. Holquist (Eds.), *Speech Genres and other late essays* (pp. 60-101). Texas, TX: University of Texas Press.
- Barbero, H. (2005). *Homossexualidade e perversão na psicanálise*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Bardin, L. (2001). *L'analyse de contenu* (10ª éd.). Paris: Presses Universitaires de France.
- Bataille, G. (2004). *O erotismo* (C. Fares, Trad.). São Paulo, SP: Arx.
- Baudrillard, J. (2001). *Da sedução* (4ª ed.; T. Pellegrini, Trad.). Campinas, SP: Papirus.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade* (M. Gama., & C. M. Gama, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bauman, Z. (1999a). *Modernidade e ambivalência* (M. Penchel, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bauman, Z. (1999b). *Modernidade e holocausto* (M. Penchel, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bauman, Z. (2000). *Em busca da política* (M. Penchel, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos* (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade* (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bauman, Z. (2011). *A ética é possível num mundo de consumidores?* (A. Werneck, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bauman, Z. (2013). *Danos colaterais: Desigualdades sociais numa era global* (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Beauvoir, S. (1980). *O segundo sexo – Fatos e mitos* (Vol. 1, 12ª ed.; S. Milliet, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Becker, H. S. (2008). *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio* (M. L. X. Borges, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bento, B. A. M. (2004). Da transexualidade oficial às transexualidades. In P. Piscitelli, M. F. Gregori, & S. Carrara (Orgs.) *Sexualidades e saberes: Convenções e fronteiras* (pp. 143-172). Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1997). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento* (14ª ed.; F. S. Fernandes, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Berman, R. (1997). Do dualismo de Aristóteles à dialética materialista: A transformação feminista da ciência e da sociedade (B. L. de Freitas, Trad.). In A. M. Jaggar, & S. R. Bordo (Eds.) *Gênero, corpo, conhecimento* (pp. 241-275). Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos.
- Birman, P. (1995). *Fazer estilo criando gênero: Possessão e diferenças de gênero em terreiros de umbanda e candomblé no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.
- Birman, P. (1997). Futilidades levadas a sério: O candomblé como uma linguagem religiosa do sexo e do exótico. In H. Vianna (Ed.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais* (pp. 227-245). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ.
- Blanchot, M. (1969). *L'entretien infini*. Paris: Gallinard.
- Bleichmar, H. (1984). *Introdução ao estudo das perversões: Teoria do Édipo em Freud e Lacan* (E. O. Diehl, Trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Blumenfeld, W. J. (2000). Heterosexism: Chapter introduction. In M. Adams, W. Blumenfeld, R. Casteñeda, H. W. Packman, M. L. Peters, & X. Z. Úñiga (Eds.). *Readings for diversity and social justice: An anthology on racism, anti-Semitism,*

- sexism, heterosexism, ableism, and classism* (pp. 15-21). New York; NY: Routledge.
- Blumenfeld, W. J. (2004). *Conceitos de homofobia e heterossexismo*. Recuperado em <http://homofobia.com.sapo.pt/definicoes.html>
- Bobbio, N. (2002). *Elogio da serenidade e outros escritos morais* (M. A. Nogueira, Trad.). São Paulo, SP: UNESP.
- Bock, A. M. B. (1999). *Aventuras do Barão de Münchhausen na psicologia*. São Paulo, SP: Cortez.
- Bock, A. M. B., & Gonçalves, M. G. M. (2009). A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In A. M. B. Bock, & M. G. M. Gonçalves (Orgs.). *A dimensão subjetiva da realidade: Uma leitura sócio-histórica* (pp. 116-157). São Paulo, SP: Cortez.
- Boechat, V. (1997). *O masculino em questão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bollas, C. (1992). *A sombra do objeto: Psicanálise do conhecido não-pensado*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Boris, G. (2002). *Falas de homens: A construção da subjetividade masculina*. São Paulo, SP: Annablume.
- Borrillo, D. (2010). *Homofobia: História e crítica de um preconceito* (G. J. F. Teixeira, Trad.). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Boswell, J. (1994). *Same-sex unions in pre-modern Europe*. New York, NY: Villard Books.
- Bourcier, M. H. (2000). *Queer zone, politiques des identités sexuelles, des représentations et des savoirs*. Paris: Balland.
- Bourdieu, P. (1997). Sobre a televisão (M. L. Machado, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bourdieu, P. (1998a). *La domination masculine*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (1998b). Conferência do prêmio Goffman: A dominação masculina revisitada. In D. Lins (Ed.), *A dominação masculina revisitada* (pp. 11-27). Campinas, SP: Papyrus.
- Bourguignon, A. (1990). *História natural do homem - O homem imprevisto* (Vol. 1; M. L. X. A. Borges, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bozon, M. (2004). *Sociologia da sexualidade* (M. L. Menezes, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.
- Britzman, D. (1996). O que é essa coisa chamada amor - Identidade homossexual, educação e currículo. *Educação e Realidade*, 12(1), 71-96.

- Buck, J. N. (2003). *H-T-P: casa-árvore-pessoa, técnica projetiva de desenho: Manual e guia de interpretação*. (R. C. Tardivo, Trad.). São Paulo, SP: Vetor.
- Buican, D. (1990). *Darwin e o darwinismo* (L. Magalhães, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bullough, V. (1995). *Science in the bedroom: A history of sex research*. New York, NY: Basic Books.
- Burn, S. M., Kadlec, K., & Rexer, R. (2005). Effects of subtle heterosexism on gays, lesbians, and bisexuals. *Journal of Homosexuality*, 49(2), 23-38. doi: 10.1300/J082v49n02_02
- Burr, C. (1998). *Criação em separado: Como a biologia nos faz homo ou hetero* (A. Quintella, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Butler, J. (1998). Fundamentos contingentes: O feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, 11, 11-42.
- Butler, J. (2001). Corpos que pensam: Sobre os limites discursivos do “sexo” (T. T. Silva, Trad.). In G. L. Louro (Ed.), *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (2ª ed., pp. 151-172). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Cáceres, C. (1999). Masculinidades negociadas: Identidades e espaço de possibilidades sexual em um grupo de michês em Lima (S. Afram, Trad.). In M. R. Barbosa, & R. G. Parker (Eds.). *Sexualidades pelo avesso: Direitos, identidades e poder* (pp. 137-152). Rio de Janeiro, RJ: IMS/UERJ; São Paulo, SP: Ed. 34.
- Câmara dos Deputados. (2012). *Pauta de reunião ordinária, audiência pública dia 27/11/2012*. Recuperado em <http://www.camara.gov.br/internet/ordemdodia/integras/1037938.htm>
- Camino, L., & Pereira, C. (2000). O papel da psicologia na construção dos direitos humanos: Análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação ao homossexualismo. *Perfil*, 13, 49-69.
- Campos, D. M. (1999). *O teste do desenho como instrumento de diagnóstico da personalidade: validade, técnica de aplicação e normas de interpretação* (31ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Canguilhem, G. (1990). *O normal e o patológico* (3ª ed.; M. T. R. Carvalho & L. O. F. B. Leite, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.

- Cardoso, H. (1997). O homem: Sua alma, sua “anima”. In W. Boechat (Org.), *O masculino em questão* (pp. 21-70). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Carrara, S., & Ramos, S. (2006). A constituição da problemática da violência contra homossexuais: A articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 16, 185-205. doi: 10.1590/S0103-73312006000200004
- Carrara, S., & Vianna, A. R. B. (2004). “As vítimas do desejo”: Os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980. In P. Piscitelli, M. F. Gregori, & S. Carrara (Eds.), *Sexualidades e saberes: Convenções e fronteiras* (pp. 365-383). Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Carvalho, J. M. (1995). *El desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Carvalhosa, S. F., Moleiro, C., & Sales, C. (2009). A situação do *bullying* nas escolas portuguesas. *Interações*, 13, 125-146. Recuperado em <http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/index>
- Castro, M. G., Abramovay, M., & Silva, M. (2004). *Juventudes e sexualidade*. Brasília, DF: UNESCO.
- Catonné, J-P. (2001). *A sexualidade, ontem e hoje* (2ª ed.; M. I. Koralek, Trad.). São Paulo, SP: Cortez.
- Ceccarelli, P. R. (1998). Neo-sexualidade e sobrevivência psíquica. *Psychê*, 2(2), 61-69.
- Ceccarelli, P. R. (2008). A invenção da homossexualidade. *Bagoas - Estudos gays: gênero e sexualidades*, 2(2), 71-93. Recuperado em <http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/index>
- Chauí, M. S. (2006). *Simulacro e poder: Uma análise da mídia*. São Paulo, SP: F. P. Abrano.
- Cialdini, R. B., Kallgren, C. A., & Reno, R. R. (1991). A focus theory of normative conduct: A theoretical refinement and reevaluation of the role of norms in human behavior. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 24, pp. 201-234). San Diego, CA: Academic Press.
- Conselho Federal de Psicologia. (1999). *Resolução CFP N° 001/99 de 22 de março de 1999*. Brasília. Recuperado em http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de ética profissional*. Brasília.

- Corneau, G. (1995). Paternidade e masculinidade (I. Bottino, Trad.). In S. Nolasco (Ed.). *A desconstrução do masculino* (pp. 43-52). Rio de Janeiro, RJ: Rocco.
- Costa, C. G., Oliveira, J. M., & Nogueira, C. (2010). Os discursos das pessoas LGBT. In C. Nogueira, & J. M. Oliveira (Eds.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero* (pp. 211-242). Lisboa, PT: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Costa, C. G., Pereira, M., Oliveira, J. M., & Nogueira, C. (2010). Imagens sociais das pessoas LGBT. In C. Nogueira, & J. M. Oliveira (Eds.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero* (pp. 149-210). Lisboa, PT: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Costa, J. F. (1992). *A inocência e o vício: Estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro, RJ: Relume & Dumará.
- Costa, J. F. (1994). *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco.
- Costa, J. F. (1995). *A face e o verso: Estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo, SP: Escuta.
- Costa, J. F. (1998). *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco.
- Costa, R. P. (1994). *Os onze sexos: As múltiplas faces da sexualidade humana* (2ª ed.). São Paulo, SP: Editora Gente.
- Coulouris, D. G. (2004). Gênero e discurso jurídico: possibilidades para uma análise sociológica. In M. J. S. Carvalho, & C. M. F. Rocha (Orgs.). *Produzindo gênero*. Porto Alegre, RS: Sulina.
- Cucchiari, S. (1996). La revolución de género y la transición de la horda bisexual a banda patrilocal: Los orígenes de la jerarquía de género. In M. Lamas (Comp.). *El género: La construcción cultural de la diferencia sexual* (pp. 181-264). México: UNAM.
- Cunha, J. A., Freitas, N. K., & Raymundo, M. G. B. (1993). *Psicodiagnóstico - R* (4ª ed.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Cyrułnik, B., & Morin, E. (2000). *Dialogue sur la nature humaine* (2ª ed.). Paris: Éditions de l'Aube.
- D'Emilio, J. (1983). *Sexual politics, sexual communities: The making of a homosexual minority in the United States, 1940-1970*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- DaMatta, R. (1997). *O que faz o Brasil, Brasil?* (8ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Rocco.

- Davies, D. (1997). Homophobia and heterosexism. In D. Davies, & C. Neal (Eds.). *Pinktherapy: A guide for counselors and therapists working with lesbian, gay and bisexual clients* (pp.41-65). Buckingham: Open University Press.
- DeLacoste-Utamsing, C., & Holloway, R. (1982). Sexual dimorphism in the human corpus callosum. *Science*, 216, 1431-2. doi: 10.1126/science.7089533
- Deleuze, G. (2004). *Conversações* (P. P. Pelbart, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34.
- Deleuze, G. (2006). *Foucault* (C. S. Martins, Trad.). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1997). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 5; A. L. Oliveira, Trad.). São Paulo, SP: Ed. 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2010). *O anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia*. (L. B. L. Orlandi, Trad.). São Paulo, SP: Ed. 34.
- Derrida, J. (1991). *Limited Inc.* (C. M. César, Trad.). Campinas, SP: Papirus.
- Derrida, J. (2004). *Gramatologia* (2ª ed.; M. Chnaiderman & R. J. Ribeiro, Trad.). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Derrida, J., & Roudinesco, E. (2001). *De quoi demain...* Paris: Champs Flammarion.
- Dicionário da Língua Portuguesa - Tomo I.* (2006). Lisboa, PT: Textos Editores.
- Dolto, F., & Nasio, J.-D. (2008). *A criança no espelho* (A. Telles, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Dor, J. (1991). *O pai e sua função em psicanálise* (D. D. Estrada, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Douglas, N., Warwick, I., Whitty, G., Aggleton, P., & Kemp, S. (1999). Homophobic bullying in secondary schools in England and Wales - Teachers' experiences. *Health Education*, 99, 53-60. doi: 10.1108/09654289910256914
- Dover, K. J. (1994). *A homossexualidade na Grécia antiga* (L. S. Krausz, Trad.). São Paulo, SP: Nova Alexandria.
- Durkheim, É. (1990). *As regras do método sociológico* (14ª ed.; M. I. P. Queiroz, Trad.). São Paulo, SP: Nacional.
- Eribon, D. (2008). *Reflexões sobre a questão gay* (P. Abreu, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.
- Fagan, J., & Shepherd, I. L. (1980). *Gestalt-terapia: Teoria, técnicas e aplicações* (4ª ed.; Á. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Falbel, N. (2005). *Heresias medievais*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Farias, M. O., & Maia, A. C. B. (2009). *Adoção por homossexuais: A família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica*. Curitiba, PR: Juruá.

- Fenichel, O. (1981). *Teoria psicanalítica das neuroses* (S. P. Reis, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Atheneu.
- Féré, C. (1988). *L'instinct sexuel: Évolution et dissolution*. Paris: Félix Alcan.
- Fernandes, R. C. (Ed.). (1998). *Novo nascimento: Os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad.
- Fernandes, S. C. (2011). *Homofobia: Percepção dos discursos sociais e experiência de vitimação de homossexuais* (Dissertação de mestrado, Departamento de Psicologia da Universidade do Minho, Portugal). Recuperado em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/15862>
- Ferreira, A. B. H. (2004). *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa* (3ª ed.). Curitiba, PR: Positiva.
- Ferreira, G. V. (2011). *Teste projetivo do desenho da figura humana: Estudo da fidedignidade entre avaliadores* (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS). Recuperado em <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/4860>
- Ferreira, N. P. (2013). O desejo é o destino. In A. Quinet, & M. A. C. Jorge (Orgs.), *As homossexualidades na psicanálise: na história de sua despatologização* (pp. 191-202). São Paulo, SP: Segmento Farma.
- Ferreira Neto, G. A. (1999). *Perversão e perversões*. *Estilos da Clínica*, 4(6), 156-164. doi: 10.11606/issn.1981-1624.v4i6p156-164
- Figueirêdo, L. C. B. (2003). *Adoção para homossexuais*. Curitiba, PR: Juruá.
- Fischer, A. (2008). *Como o mundo virou gay? - Crônicas sobre a nova ordem sexual*. São Paulo, SP: Ediouro.
- Fleury, A. R. D., & Torres, A. R. R. (2010). *Homossexualidade e preconceito: O que pensam os futuros gestores de pessoas*. Curitiba, PR: Juruá.
- Forcano, B. (1996). *Nova ética sexual* (N. Canabarro, Trad.). São Paulo, SP: Musa Editora.
- Foucault, M. (1969). *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder* (11ª ed.; R. Machado, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Foucault, M. (1983). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (2ª ed.; L. M. P. Vassallo, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (1985). *História da sexualidade 3: O cuidado de si* (M. T. C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Graal.

- Foucault, M. (1993). *História da sexualidade 1: A vontade de saber* (11ª ed.; M. T. C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Foucault, M. (1994). *História da sexualidade 2: Uso dos prazeres* (7ª ed.; M. T. C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Foucault, M. (1995). *As palavras e as coisas* (6ª ed.; S. T. Muchail, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso* (3ª ed.; L. F. A. Sampaio, Trad.). São Paulo, SP: Loyola.
- Foucault, M. (2004). *O nascimento da clínica* (6ª ed.). (R. Machado, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Francisco, A. C. (2011). A importância da pulsão para a análise do corpo nas homossexualidades. *Bagoas - Estudos gays: gênero e sexualidades*, 5(6), 117-144. Recuperado em <http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/index>
- Freud, S. (1974). *Fetichismo* (J. O. A. Abreu, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada 1927)
- Freud, S. (1975). *O desenvolvimento da função sexual* (J. O. A. Abreu, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada 1938 - 1940)
- Freud, S. (1976a). *A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher* (C. M. Oiticica, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada 1920)
- Freud, S. (1976b). *Moral sexual "civilizada" e doença nervosa moderna* (M. A. M. Rego, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada 1908b)
- Freud, S. (1976c). *A dissolução do complexo de Édipo* (J. O. A. Abreu, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada 1924)
- Freud, S. (1976d). *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* (J. O. A. Abreu, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada 1925)
- Freud, S. (1976e). *O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais* (J. L. Meurer, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada 1915-1917)
- Freud, S. (1976f). *Sobre as teorias sexuais das crianças* (M. A. M. Rego, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada 1908a)
- Freud, S. (1976g). *Teoria geral das neuroses: A vida sexual dos seres humanos* (J. L. Meurer, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada 1917)
- Freud, S. (1989a). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (2ª ed.; V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada 1905)

- Freud, S. (1989b). *Fragmento da análise de um caso de histeria* (2ª ed.; V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada 1905/1901)
- Friedman, D. M. (2002). *Uma mente própria: A história cultural do pênis* (A. L. D. Borges, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.
- Fry, P. (1982). *Para inglês ver: Identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Fry, P., & MacRae, E. (1985). *O que é homossexualidade*. São Paulo, SP: Abril Cultural/Brasiliense.
- Furlani, J. (2003). Educação sexual: Possibilidades didáticas. In G. L. Louro, J. F. Neckel, & S. V. Goellner (Eds.), *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação* (pp. 66-81). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gaarder, J. (1997). *Vita brevis: A carta de Flória Emília para Aurélio Agostinho* (P. M. Soares, Trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Gagnon, J. H. (2006). *Uma interpretação do desejo: Ensaio sobre o estudo da sexualidade* (L. R. Silva, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Gagnon, J. H., & Simon, W. (1973). *Sexual conduct: The social source of human sexuality*. Chicago, IL: Aldine.
- Garber, M. (1997). *Vice-versa: Bissexualidade e o erotismo na vida cotidiana* (I. Calado, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Gato, J., Carneiro, N. S., & Fontaine, A. M. (2011). Contributo para uma revisão histórica e crítica do preconceito contra as pessoas não heterossexuais. *Crítica e Sociedade*, 1(1), 139-167. Recuperado em <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/index>
- Gato, J., Fontaine, A. M., Carneiro, N. S. (2012). Escala multidimensional de atitudes face a lésbicas e a gays: Construção e validação preliminar. *Paidéia*, 22, 11-20. doi: 10.1590/S0103-863X2012000100003
- Gato, J., Fontaine, A. M., & Leme, V. B. R. (2014). Validação e adaptação transcultural da Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a Gays. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27, 257-271. doi: 10.1590/1678-7153.201427206
- Gay, P. (1989). *Freud: Uma vida para o nosso tempo* (5ª ed.; D. Bottmann, Trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* (M. Lopes, Trad.). São Paulo, SP: Edusp.
- Gikovate, F. (1989). *Homem: O sexo frágil* (5ª ed.). São Paulo, SP: MG.

- Gilman, S. L. (1994). *Freud, raça e sexos* (J. C. Guimarães, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Goffman, E. (1985). *A representação do eu na vida cotidiana* (3ª ed.; M. C. S. Raposo, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4ª ed.; M. B. M. L. Nunes, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan.
- Goffman, E. (2010). *Comportamento em lugares públicos: Notas sobre a organização social dos ajustamentos* (F. R. R. Silva, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Goldenberg, R. (2002). Reflexão concisa sobre o preconceito concernente à homossexualidade que viceja na instituição psicanalítica *lato sensu*, e sobre o discurso racionalizante e redutor com que é encoberta. *Pulsional - Revista de Psicanálise*, 15(161), 40-63.
- Gontijo, F. (2009). *O rei momo e o arco-íris: Carnaval e homossexualidade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- González Rey, F. (2003). *Sujeito e subjetividade: Uma aproximação histórico-cultural* (R. S. L. Guzzo, Trad.). São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. (2005a). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: Os processos de construção da informação* (M. A. F. Silva, Trad.). São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. (2005b). *Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios* (M. A. F. Silva, Trad.). São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. (2007). *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: Uma aproximação histórico-cultural* (G. M. Gumucio, Trad.). São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning.
- Gordon, R. (2002). *A assustadora história do sexo* (2ª ed.; L. Alves & A. Rebello, Trad.). São Paulo, SP: Ediouro.
- Gorski, F. T. (2005). Freud, Lacan e o conto da Ilha Desconhecida - Reflexões psicanalíticas acerca de um conto de Saramago. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25, 30-45. doi: 10.1590/S1414-98932005000100004
- Granã, R. B. (1996). *Além do desvio sexual: Teoria, clínica, cultura*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Green, J. N. (2000). *Além do carnaval: A homossexualidade no Brasil do século XX* (C. Fino & C. A. Leite, Trad.). São Paulo, SP: Editora UNESP.

- Greenson, R. R. (1966). A transvestite boy and a hypothesis. *The International Journal of Psychoanalysis*, 47, 396-403.
- Grupo Gay da Bahia. (1996). *Cartilha ABC dos gays* (2ª ed.). Salvador, BA: Autor.
- Guasch-Andreu, O. (2000). *La crisis de la heterosexualidad*. Barcelona: Laertes.
- Guattari, F. (2005). *As três ecologias* (16ª ed.; M. C. F. Bittencourt, Trad.). Campinas, SP: Papirus.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1993). *Micropolítica: Cartografia do desejo* (3ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gutkoski, C. (2006). Entre tapas e beijos, a novela das oito pauta o debate. *Arquipélago*, 1(7), 19-21.
- Halberstam, J. (1998). *Female masculinities*. Durham: Duke University Press.
- Hall, S. (2000). Quem precisa da identidade? (T. T. Silva, Trad.). In T. T. Silva (Ed.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais* (4ª ed., pp. 103-133). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hall, S. (2005). *A identidade cultural na pós-modernidade* (10ª ed.; T. T. Silva & G. L. Louro, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: DP&A.
- Halperin, D. (1995). *Saint Foucault: Toward gay hagiography*. New York, NY: Oxford University Press.
- Hamer, D. H., Hu, S., Magnuson, V., Hu, N., & Pattatucci, A. M. L. (1993). A linkage between DNA markers on the X chromosome and male sexual orientation. *Science*, 261, 321-327. doi: 10.1126/science.8332896
- Hammer, E. F. (1958). *The clinical application of projective drawings* (6th ed.). Springfield, IL: Charles C. Thomas.
- Harris, D. B. (1981). *El test de Goodenough: Revision, ampliacion y actualizacion*. Barcelona: Paidós.
- Herek, G. M. (1984). Beyond "homophobia": A social psychological perspective on attitudes toward lesbians and gay men. *Journal of Homosexuality*, 10(1/2), 1-21. doi: 10.1300/J082v10n01_01
- Herek, G. M. (1986). On heterosexual masculinity: Some psychical consequences of the social construction of gender and sexuality. *American Behavioral Scientist*, 29, 563-577. doi: 0.1177/000276486029005005
- Herek, G. M. (1991). Stigma, prejudice, and violence against lesbians and gay men. In J. C. Gonsiorek., & Weinrich, J. D. (Eds.). *Homosexuality: Research implications for public policy* (pp.60-80). Newbury Park, CA: Sage.

- Herek, G. M. (2000). The psychology of sexual prejudice. *Current Directions in Psychological Science*, 9, 19-22. doi: 10.1111/1467-8721.00051
- Herek, G. M. (2004). Beyond "Homophobia": Thinking about sexual prejudice and stigma in the twenty-first century. *Sexuality Research and Social Policy*, 1(2), 6-24. doi: 10.1525/srsp.2004.1.2.6
- Herek, G. M. (2009). Sexual stigma and sexual prejudice in the United States: A conceptual framework. In D. A. Hope (Ed.), *Contemporary perspectives on lesbian, gay & bisexual identities - Nebraska Symposium on Motivation* (Vol. 54, pp. 65-111). doi: 10.1007/978-0-387-09556-1_4
- Herek, G. M. (2011). Anti-equality marriage amendments and sexual stigma. *Journal of Social Issues*, 67, 413-426. doi: 10.1111/j.1540-4560.2011.01705.x
- Herek, G. M., & Berrill, K. T. (Eds.). (1992). *Hate crimes: Confronting violence against lesbians and gay men*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Herek, G. M., & Capitanio, J. P. (1995). Black heterosexuals' attitudes toward lesbians and gay men in the United States. *The Journal of Sex Research*, 32, 95-105. doi: 10.1080/00224499509551780
- Herek, G. M., & Capitanio, J. P. (1996). "Some of my best friends": Intergroup contact, concealable stigma, and heterosexuals' attitudes toward gay men and lesbians. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22, 412-424. doi: 1177/0146167296224007
- Herek, G. M., Chopp, R., & Strohl, D. (2007). *Sexual stigma: Putting sexual minority health issues in context*. In I. Meyer, & M. Northridge (Eds.). *The health of sexual minorities: Public health perspectives on lesbian, gay, bisexual, and transgender populations* (pp 171-208). New York, NY: Springer.
- Herek, G. M., Cogan, J. C., & Gillis, J. R. (2002). Victim experiences in hate crimes based on sexual orientation. *Journal of Social Issues*, 58, 319-339. doi: 10.1111/1540-4560.00263
- Herek, G. M., Kimmel, D. C., Amaro, H., & Melton, G. B. (1991). *Avoiding heterosexist bias in psychological research*. *American Psychology*, 46, 957-963. doi: 10.1037/0003-066X.46.9.957
- Hodges, I. (2004). Homophobia, disgust and the body: Towards a psycho-social approach to sexual prejudice. *Lesbian and Gay Psychology Review*, 5, 82-88.
- Hodges, I., & McManus, J. (2006). Psychology at the crossroads. *The Psychologist*, 19(1), 24-26.

- Hornsey, M. J., Majkut, L., Terry, D. J., & McKimmie, B. M. (2003). On being loud and proud: Non-conformity and counter-conformity to group norms. *British Journal of Social Psychology*, *42*, 319-335. doi: 10.1348/014466603322438189
- Hu, S., Pattatucci, A. M. L., Patterson, C., Li, L., Fulker, D. W., Cherny, S. S., Hamer, D. H. (1995). Linkage between sexual orientation and chromosome Xq28 in males but not in females. *Nature Genetics*, *11*, 248-256. doi: 10.1038/ng1195-248
- Jayakumar, U. M. (2009). The invisible rainbow in diversity: Factors influencing sexual prejudice among college students. *Journal of Homosexuality*, *56*, 675-700. doi: 10.1080/00918360903054095
- Jodelet, D. (2004). Os processos psicossociais da exclusão. In B. Sawaia (Ed.), *As artimanhas da exclusão* (5ª ed., pp. 53-66). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Jung, C. (1973). Teoria analítica de Jung (L. Bretones, Trad.). In C. S. Hall, & G. Lindzey (Eds.), *Teorias da personalidade*. São Paulo, SP: EPU.
- Katz, J. N. (1996). *A invenção da homossexualidade* (C. Fernandes, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Ediouro.
- Kehl, M. R. (1987). A psicanálise e o domínio das paixões. In A. Novaes (Org.), *Os sentidos da paixão* (pp. 537-570). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Kelman, H. C. (1958). Compliance, identification, and internalization: Three processes of attitude change. *Journal of Conflict Resolution*, *2*, 51-60. doi: 10.1177/002200275800200106
- Kimmel, M. S. (1997). Masculinity as homophobia: Fear, shame and silence in the construction of gender identity. In M. M. Gergen, & S. N. Davis (Eds.), *Toward a new psychology of gender* (pp.223-242). New York, NY: Routledge.
- Kite, M. E., & Whitley, B. E., Jr. (1998). Do heterosexual women and men differ in their attitudes toward homosexuality? A conceptual and methodological analysis. In G. M. Herek (Ed.), *Stigma and sexual orientation: Understanding prejudice against lesbians, gay men, and bisexuals* (pp. 39-61). Newbury Park, CA: Sage.
- Kolck, O. L. (1984). *Testes projetivos no diagnóstico psicológico*. São Paulo, SP: EPU.
- Kubrick, S. (1960). *Spartacus* [Movie]. Universal Pictures, USA.
- Kurtz, R., & H, Presteria. (1989). *O corpo revela: Um guia para a leitura corporal* (M. A. B. Libânio, Trad.). São Paulo, SP: Summus.
- Kusnetzoff, J. C. (1982). *Introdução à psicopatologia psicanalítica* (8ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.

- Lacan, J. (1995). *Seminário: A relação de objeto* (livro 4; D. D. Estrada, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Obra original publicada 1956 - 1957).
- Lacan, J. (2002). *Os complexos familiares na formação do indivíduo: Ensaio de análise de uma função em psicologia* (M. A. C. Jorge., & P. M. Silveira Júnior, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Lacan, J. (2009). *Seminário: De um discurso que não fosse semblante* (livro 18; V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Obra original publicada 1971)
- Lacerda, M. (2001). *A representação social da homossexualidade: O que pensam os estudantes universitários?* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB.
- Lacerda, M., Pereira, C., & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15, 165-178. doi: 10.1590/S0102-79722002000100018
- Landén, M., & Innala, S. (2002). The effect of a biological explanation on attitudes towards homosexual persons. A Swedish national sample study. *Nordic Journal of Psychiatry*, 56, 181-186. doi: 10.1080/080394802317607156
- Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (2004). *Vocabulário da psicanálise* (P. Tamen, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Laqueur, T. (1989). Amor veneris, vel dulcedo appelletur. In R. Naddeff, & N. Tazi (Eds.), *Fragments for a history of the human being* (Part 3, pp 91-131). New York, NY: Michel Feher.
- Larsen, B. W. (2007). *Student perceptions of heterosexual bias in doctoral level psychology programs* (Master's thesis). Retrieved from <http://commons.pacificu.edu/spp/34/>
- Larsen, K. S., Reed, M., & Hoffman, S. (1980). Attitudes of heterosexuals toward homosexuality: A Likert-type scale and constructive validity. *The Journal of Sex Research*, 16, 245-257. doi: 10.1080/00224498009551081
- Latour, B. (2005). *Jamais fomos modernos* (C. I. Costa, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34.
- Le Breton, D. (2008). *Adeus ao corpo: Antropologia e sociedade* (3ª ed.; M. Appenzeller, Trad.). Campinas, SP: Papirus.
- Le Breton, D. (2011). *Antropologia do corpo e modernidade* (F. S. Creder, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.

- LeVay, S. (1991). A difference in hypothalamic structure between heterosexual and homosexual men. *Science*, 253, 1034-1037. doi: 10.1126/science.1887219
- Lévi-Strauss, C. (2008). *As estruturas elementares do parentesco* (8ª ed.; M. Ferreira, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lévi-Strauss, C. (2009). *Tristes trópicos* (R. F. D'Aguiar, Trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Lima, D. M. (1983). *Os homoeróticos*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves.
- Lima, S. R. (1995). *Uma pedra na calçada: Homossexualidade e AIDS na Paraíba* (Dissertação de mestrado não-publicada). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB.
- Lins, R. N. (1997). *A cama na varanda: Arejando nossas idéias a respeito de amor e sexo*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Lins, R. N. (2013). *O livro do amor - Da Pré-História à Renascença* (Vol. 1, 4ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: BestSeller.
- Lipovetsky, G. (2000). *A terceira mulher: Permanência e revolução do feminino* (M. L. Machado, Trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Lipovetsky, G. (2005). *A era do vazio: Ensaio sobre o individualismo contemporâneo* (T. M. Deutsch, Trad.). Barueri, SP: Manole.
- Logan, C. (1996). Homophobia? No, homophobia. *Journal of homosexuality*, 31(3), 31-53. doi: 10.1300/J082v31n03_03
- Lopes, L. P. M. (2002). *Identidades fragmentadas: A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Loureiro, I. (2004). Psicanálise e sexualidade: Crítica e normalização. In P. Piscitelli, M. F. Gregori, & S. Carrara (Eds.), *Sexualidades e saberes: Convenções e fronteiras* (pp. 81-94). Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Louro, G. L. (2000). Corpo, escola e identidade. *Educação e Realidade*, 25(2), 59-75. Recuperado em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/index>
- Louro, G. L. (2001). Pedagogias da sexualidade. In G. L. Louro (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (2ª ed., pp. 7-34.). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Louro, G. L. (2003). Currículo, gênero e sexualidade - o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In G. L. Louro, J. F. Neckel, & S. V. Goellner (Eds.), *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação* (pp. 41-52). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Louro, G. L. (2009). Heteronormatividade e homofobia. In R. D. Junqueira (Ed.), *Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 85-93). Brasília, DF: Ministério da Educação / UNESCO.
- Louro, G. L. (2011). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista* (13ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lowen, A. (1988). Amor e orgasmo: Guia revolucionário para a plena realização sexual (M. S. M. Netto, Trad.). São Paulo, SP: Summus.
- MacDonald, A. P., & Games, R. G. (1976). Some characteristics of those who hold positive and negative attitudes toward homosexuals. *Journal of Homosexuality, 1*, 9-27. doi: 10.1300/J082v01n01_02
- Machado, L. Z. (2004). Masculinidades e violências: Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In M. R. Schpun (Ed.), *Masculinidades* (pp. 35-78). São Paulo, SP: Boitempo.
- Machado, M. D. C., Piccolo, F. D., Alves, A. M., & Barros, M. M. L. (2010a). *Introdução*. In M. D. C. Machado, & F. D. Piccolo (Eds.), *Religiões e homossexualidades*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.
- Machado, M. D. C., Piccolo, F. D., Zucco, L. P., & Mota, M. P. (2010b). Homofobia, movimentos sociais e a epidemia de AIDS na percepção das lideranças religiosas. In M. D. C. Machado, & F. D. Piccolo (Eds.), *Religiões e homossexualidades*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.
- Machado, M. D. C., Piccolo, F. D., Neto, J. P. S., Zucco, L. P., & Alves, A. M. (2010c). As lideranças mediúnicas e o debate sobre as homossexualidades. In M. D. C. Machado, & F. D. Piccolo (Eds.), *Religiões e homossexualidades*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.
- Machover, K. (1974). *Proyección de la personalidad en el dibujo de la figura humana*. Bogotá: Ediciones Cultural.
- MacRae, E. (1990). *A construção da igualdade: Identidade sexual e política no Brasil da "abertura"*. Campinas, SP: UNICAMP.
- Magnan, C. (2001). A ciência é falocrata? Mecanismos igual machismo (E. A. Carvalho & M. P. Bosco, Trad.). In G. Pessis-Pasternak (Ed.), *A ciência: Deus ou diabo?*. São Paulo, SP: UNESP.
- Maingueneau, D. (1997). *Novas tendências em análise do discurso* (3ª ed.; F. Indursky, Trad.). Campinas, SP: Pontes.

- Maingueneau, D. (2008). *Gênese dos discursos* (S. Possenti, Trad.). São Paulo, SP: Parábola.
- Malgarim, B. G., & Benetti, S. P. C. (2011). O abuso sexual: estudos de casos em cenas incestuosas. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 28, 511-519. doi: 10.1590/S0103-166X2011000400011
- Marinho, C. A., Marques, E. F. M., Almeida, D. R., Menezes, A. R. B., & Guerra, V. M. (2004). Adaptação da escala de homofobia implícita e explícita ao contexto brasileiro. *Paidéia*, 14, 371-379. doi: 10.1590/S0103-863X2004000300012
- Massey, S. G. (2009). Polymorphous prejudice: Liberating the measurement of heterosexuals' attitudes toward lesbians and gay men. *Journal of Homosexuality*, 56, 147-172. doi: 10.1080/00918360802623131
- Massey, S. G. (2010). Valued differences or benevolent stereotypes? Exploring the influence of positive beliefs on anti-gay and anti-lesbian attitudes. *Psychology & Sexuality*, 1, 115-130. doi: 10.1080/19419899.2010.484593
- Matos, E. G., Matos, T. M. G., & Matos, G. M. G. (2005). A importância e as limitações do uso do DSM-IV na prática clínica. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 27, 312-318. doi: 10.1590/S0101-81082005000300010
- McDougall, J. (1997). *As múltiplas faces de Eros: Uma exploração psicanalítica da sexualidade humana* (P. H. B. Rondon, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Meira, C. H. M., & Nunes, M. L. T. (2005). Psicologia clínica, psicoterapia e o estudante de psicologia. *Paidéia*, 15, 339-343. doi: 10.1590/S0103-863X2005000300003
- Meira, Y. M. (2004). A homossexualidade na perversão. In A. M. Portugal, A. A. P. Rodrigues, G. V. Bahia, & T. Gontijo (Eds.), *Destinos da sexualidade*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Mello, A. B., Naves, F. D., Azzi, I. C., & Zago, L. (2004). A homossexualidade a partir da lógica da sexuação. In A. M. Portugal, A. A. P. Rodrigues, G. V. Bahia, & T. Gontijo (Eds.), *Destinos da sexualidade*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Mello, L. (2005). *Novas famílias: Conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Melman, C. (2003). *O homem sem gravidade: Gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.

- Mencarelli, V. L., & Vaisberg, T. M. J. A. (2005). Iluminando o *self*: uma experiência clínica psicanalítica não convencional. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 22, 415-423. doi: 10.1590/S0103-166X2005000400009.
- Menezes, I., & Costa, M. E. (1992). Amor entre iguais: A psicoterapia da diferença. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 8, 79-84.
- Mentlik, L. R., & Cavalini, S. F. S. (2014). *Autoimagem em crianças com dificuldades escolares pelo teste projetivo HTP*. Trabalho apresentado na VI Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso do CCBS, Universidade Presbiteriana Machenzie, São Paulo - SP, Brasil.
- Mercer, K. (1990). Welcome to the jungle: Identity and diversity in postmodern politics. In J. Rutherford (Ed.), *Identity: Community, culture, difference* (pp. 43-71). London: Lawrence and Wishart.
- Meyer, D. E. (2003). Gênero e educação: teoria e política. In G. L. Louro, J. F. Neckel, & S. V. Goellner (Eds.), *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação* (pp. 9-27). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Meyer, I. H. (1995). Minority stress and mental health in gay men. *Journal of Health Sciences and Social Behavior*, 36, 38-56. doi: 10.2307/2137286
- Meyer, I. H., Ouellette, S. C., Haile, R., & McFarlane, T, A. (2011). “We’d be free”: Narratives of life without homophobia, racism, or sexism. *Sexuality Research and Social Policy*, 8, 204-214. doi: 10.1007/s13178-011-0063-0
- Meyer, Z. M., & Borges, D. E. (2008). Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 16, 59-76. doi: 10.1590/S0104-40362008000100005
- Michaelis. (1998). *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo, SP: Melhoramento.
- Miskolci, R. (2007). Pânicos morais e controle social: Reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, 28, 101-128. doi: 10.1590/S0104-83332007000100006
- Modesto, E. (2012). Preconceito e intolerância: considerações sobre a obstinação e a obsessão. *Estudos semióticos*, 8(1), 11-24. doi: 10.11606/issn.1980-4016.esse.2012.49316
- Moita, M. G. M. N. (2001). *Discursos sobre a homossexualidade no contexto clínico: A homossexualidade de dois lados do espelho* (Tese de doutoramento, Instituto de

- Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto, Portugal). Recuperado em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/64568>
- Moll, A. (1893). *Les perversions de l'instinct genital: Étude sur l'inversion sexuelle basée sur des documents officiels*. Paris: George Carré.
- Money, J., Hampson, J. G., & Hampson, J. L. (1957). Imprinting and the establishment of gender role. *Archives of Neurology & Psychiatry*, 77, 333-336. doi: 10.1001/archneurpsyc.1957.02330330119019
- Morel, B.-A. (1857). *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et les causes qui produisent ces variétés malades*. Paris: Baillière.
- Mott, L. (1993). Minorias: Os deveres da sociedade. In F. Guattari, & S. Rolnik (Eds.), *Micropolítica: Cartografia do desejo* (3ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mott, L. (1985). AIDS: Reflexões sobre a sodomia. *Comunicações do ISER*, 4(17), 32-41.
- Mott, L. (2003). *Crônicas de um gay assumido*. Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Muraro, R. M., & Boff, L. (Eds.). (2002). *Feminino e masculino: Uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro, RJ: Sextante.
- Muraro, R. M., & Duarte, A. (2006). *O que as mulheres não dizem aos homens*. Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Murray, H. A. (1996). *TAT-CAT-A, CAT-H y SAT - Técnicas proyectivas* (Manual). Madrid: TEA Ediciones.
- Nakajima, G. A. (2003). The emergence of an international lesbian, gay, and bisexual psychiatric movement. *Journal of Gay & Lesbian Psychotherapy*, 7(1-2), 165-88. doi: 10.1300/J236v07n01_10
- Nasio, J.-D. (1993). *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Nasio, J.-D. (2003). *Um psicanalista no divã* (A. Telles, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Nasio, J.-D. (2007). *Édipo: O complexo do qual nenhuma criança escapa* (A. Telles, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Natividade, M., & Oliveira, L. (2013). *As novas guerras sexuais: Diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.

- Navarro-Swain, T. (2010). Desfazendo o “natural”: A heterossexualidade compulsória e o continuum lesbiano. *Bagoas - Estudos gays: gênero e sexualidades*, 4(5), pp. 45-55. Recuperado em <http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/index>
- Nietzsche, F. W. (2004a). *Humano, demasiado humano: Um livro para espíritos livres* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Nietzsche, F. W. (2004b). *Genealogia da moral: Uma polêmica* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Nogueira, C., & Oliveira J. M. (2010). Um olhar da psicologia feminista crítica sobre os direitos humanos de pessoas LGBT. In C. Nogueira, & J. M. Oliveira (Eds.). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero* (pp. 9-18). Lisboa, PT: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Nolasco, S. (1993). *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco.
- Olavarría, J. (1999). Desejo, prazer e poder; questões em torno da masculinidade heterossexual (S. Afram, Trad.). In M. R. Barbosa, & R. G. Parker (Eds.). *Sexualidades pelo avesso: Direitos, identidades e poder* (pp. 153-174). Rio de Janeiro, RJ: IMS/UERJ.
- Oliveira, J. M. (2010). Orientação sexual e identidade de gênero na psicologia: Notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. In C. Nogueira, & J. M. Oliveira (Eds.). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero* (pp. 19-44). Lisboa, PT: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Oliveira, J. M., Costa, C. G., & Carneiro, N. S. (2014). Problematizando a humanidade: Para uma psicologia crítica feminista queer. *Annual Review of Critical Psychology*, 11, 59-77. Recuperado em <http://www.discourseunit.com/annual-review/>
- Oliveira, R. M. R. (2013). *Direitos sexuais de LGBT no Brasil: Jurisprudência, propostas legislativas e normatização federal*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, Secretaria da Reforma do Judiciário.
- Oliveira, S. C. (1996). *Sexo sexualidade e sociedade*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural.
- Oliveira, Z. L. C. (2004). Índice cultural de gênero: O caso de Porto Alegre. In M. J. S. Carvalho, & C. M. F. Rocha (Eds.), *Produzindo gênero*. Porto Alegre, RS: Sulina.
- Olweus, D. (1991). Bully/victim problems among school children: Some basic facts and effects of a schoolbased intervention program. In D. Pepler, & K. Rubin (Eds.), *The*

- development and treatment of childhood aggression* (pp. 411-438). Hillsdale, NJ: Earlbaum.
- Ordem dos Psicólogos Portugueses [OPP]. (2013). *Relatório de evidência científica psicológica sobre relações familiares e desenvolvimento infantil nas famílias homoparentais*. Lisboa, PT: Autor.
- Orlandi, E. P. (2001). *Discurso fundador* (2ª ed.). Campinas, SP: Pontes.
- Orlandi, E. P. (2005). *Discurso e texto: Formulação e circulação dos sentidos* (2ª ed.). Campinas, SP: Pontes.
- Paiva, A. C. S. (2007). *Reservados e invisíveis: O ethos íntimo das parcerias homoeróticas*. Campinas, SP: Pontes.
- Paiva, V. (1994). Sexualidade e gênero num trabalho com adolescente para prevenção do HIV/Aids. In R. Parker, C. Bastos, J. Galvão, & J. S. Pedrosa (Eds.). *A AIDS no Brasil (1982-1992)* (pp. 231-250). Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará.
- Paoliello, G. (2013). A despatologização da homossexualidade. In A. Quinet, & M. A. C. Jorge (Eds.). *As homossexualidades na psicanálise: Na história de sua despatologização* (pp. 29-46). São Paulo, SP: Segmento Farma.
- Parker, R. G. (1991). *Corpos, prazeres e paixões: A cultura sexual no Brasil contemporâneo* (2ª ed.; M. T. M. Cavallari, Trad.). São Paulo, SP: Best Seller.
- Parrott, D. J. (2008). A theoretical framework for antigay aggression: Review of established and hypothesized effects within the context of the general aggression model. *Clinical Psychology Review*, 28, 933-951. doi: 10.1016/j.cpr.2008.02.001
- Pereira, A. S. L. S. (2004). *Representações sociais do homossexualismo e preconceito contra homossexuais* (Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Goiás/GO, Brasil). Recuperado em http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_arquivos/11/TDE-2006-11-23T133435Z-236/Publico/Annyse%20dos%20Santos%20Lira%20Soares%20Pereira.pdf
- Pereira, A. S. L. S. (2009). *Normas sociais, crenças sobre a natureza da homossexualidade e preconceito contra os homossexuais* (Tese de doutoramento, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, PT). Recuperado em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2784>
- Pereira, C. R., Torres, A. R. R., Pereira, A., & Campos, L. (2011). Preconceito contra homossexuais e representações sociais da homossexualidade em seminaristas católicos e evangélicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27, 73-82. doi: 10.1590/S0102-37722011000100010

- Pereira, H. M., & Leal, I. P. (2011). *A identidade (homo)sexual e os seus determinantes: implicações para a saúde*. *Análise Psicológica*, 23, 315-322. Recuperado em <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap>
- Perlongher, N. (1987). *O negócio do michê: A prostituição viril* (2ª ed.). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Person, E., & Ovesey, L. (1999). Teorias psicanalíticas da identidade de gênero. In P. Ceccarelli (Ed.), *Diferenças sexuais* (pp.121-150). São Paulo, SP: Escuta.
- Pharr, S. (1988). *Homophobia: A weapon of sexism*. Inverness, CA: Chardon Press.
- Piccolo, E. G. (1981). Defesas nos testes gráficos (M. Felzenszwalb, Trad.). In M. L. S. Ocampo, M. E. G. Arzeno, & E. G. Piccolo (Orgs.), *O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas* (pp. 205-311). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Pilkington, N. W., & Cantor, J. M. (1996). Perceptions of heterosexual bias in professional psychology programs: A survey of graduate students. *Professional Psychology: Research and Practice*, 27, 604-612. doi: 10.1037/0735-7028.27.6.604
- Pinel, P. (1809). *Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale*. Paris: Chez J. Ant. Brosson.
- Pino, N. P. A. (2007). *Teoria queer e os intersex: Experiências invisíveis de corpos desfeitos*. *Cadernos Pagu*, 28, 149-74. doi: 10.1590/S0104-83332007000100008
- Piscitelli, A. (1998). Nas fronteiras do natural: Gênero e parentesco. *Estudos Feministas*, 6, 305-323. Recuperado em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/index>
- Platão. (1989). *O banquete* (5ª ed.; J. C. Souza, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Plon, L. D. (2006). *Por que elas são (in)fiéis: Histórias verdadeiras e mulheres e seus conflitos com a fidelidade*. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro.
- Plummer, K. (1975). *Sexual stigma: An interactionist account*. London: Routledge.
- Plummer, K. (1995). *Telling sexual stories: Power, change and social worlds*. London: Routledge.
- Pocahy, F. (2007). *Rompendo o silêncio: Homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea*. Porto Alegre, RS: Nuances.
- Polillo, R. (s.d.). *Didática da educação sexual* (3ª ed.). São Paulo, SP: Rideel / Focus.
- Pollak, M. (1987). A homossexualidade masculina, ou: a felicidade do gueto? In P. Ariés, & A. Béjin (Eds.), *Sexualidades ocidentais: Contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade* (pp. 54-76). São Paulo, SP: Brasiliense.

- Pollak, M. (1988). *Les homosexuels et le sida: Sociologie d'une épidémie*. Paris: Métailié.
- Potter, J., & Wetherell, M. (1987). *Discourse and social psychology: Beyond attitudes and behaviour*. London: Sage.
- Prado, M. A. M., & Machado, F. V. (2008). *Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade*. São Paulo, SP: Cortez.
- Preciado, B. (2002). *Manifiesto contra-sexual: Prácticas subversivas de identidad sexual*. Madrid: Pensamiento Opera Prima.
- Preciado, B. (2008). *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa.
- Putnam, H. (1981). *Raison, vérité et histoire*. Paris: Minuit.
- Quinet, A. (2013a). Homossexualidades em Freud. In A. Quinet, & M. A. C. Jorge (Eds.), *As homossexualidades na psicanálise: Na história de sua despatologização*. São Paulo, SP: Segmento Farma.
- Quinet, A. (2013b). A escolha do sexo com Freud e Lacan. In A. Quinet, & M. A. C. Jorge (Eds.), *As homossexualidades na psicanálise: Na história de sua despatologização*. São Paulo, SP: Segmento Farma.
- Quinet, A., & Jorge, M. A. C. (2013). Apresentação. In A. Quinet, & M. A. C. Jorge (Eds.), *As homossexualidades na psicanálise: Na história de sua despatologização*. São Paulo, SP: Segmento Farma.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais* (5ª ed., J. M. Marques, M. A. Mendes, & M. Carvalho, Trad.). Lisboa, PT: Gradiva. (Obra original publicada em 1995)
- Ramirez, R. L. (1995). Ideologias masculinas: Sexualidade e poder (V. Nobre, Trad.). In S. Nolasco (Org.), *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco.
- Ranke-Heinemann, U. (1996). *Eunucos pelo reino de Deus* (3ª ed.; P. Fróes, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos.
- Regulamento nº 258/2011 de 20 de Abril. *Diário da República nº 78 - 2ª Série*. Ordem dos Psicólogos Portugueses. Lisboa.
- Reyk, P. (1996). *Homophobia, hate and violence against lesbians and gays in NSW: An overview of some studies*. In C. Sumner, M. Israel, M. O'Connell, & R. Sarre (Eds.), *International victimology: Selected papers from the 8th international symposium* (pp. 101-105). Canberra : Australian Institute of Criminology.
- Ribeiro, A. S. M., Almeida, A. M. O., Galli, A. C., Guimarães, A. P., & Araújo, I. P. (2006). A homossexualidade masculina: Vivência e significados. In A. M. O.

- Almeida, M. F. S. Santos, G. R. S. Diniz, & Z. A. Trindade (Orgs.). *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: Estudos em representações sociais* (pp. 261-299). Brasília, DF: UNB.
- Ribeiro, P. C. (2005). Gênero e identificação feminina primária. *Psicologia em Revista*, 11, 238-256. doi: 10.5752/234
- Rich, A. (1980). Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 5, 631-660.
- Richards, J. (1993). *Sexo e danação: as minorias na Idade Média* (M. A. E. Rocha & R. Aguiar, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Rios, F. (2006). *Articulando gênero e geração aos estudos de saúde e sexualidade*. In C. S. Wolff, M. Fáveri, & T. R. O. Ramos (Coords.), *Anais do VII Seminário Internacional Fazendo Gênero*. Florianópolis, SC: Ed. Mulheres.
- Rios, R. R. (2007). O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In F. Pocahy (Ed.), *Rompendo o silêncio: Homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea* (pp. 27-48). Porto Alegre, RS: Nuances.
- Robert, P. (2007). *Sociologia do crime* (L. A. S. Peretti, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rodrigues, H. (2004). *O amor entre iguais*. São Paulo, SP: Editora Mythos.
- Rohden, F. (2004). *A obsessão da medicina com a questão da diferença entre os sexos*. In P. Piscitelli, P., M. F. Gregori, & S. Carrara (Eds.), *Sexualidades e saberes: Convenções e fronteiras* (pp. 183-196). Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Rolnik, S. (1998). Tristes gêneros. In D. Lins (Ed.), *A dominação masculina revisitada* (pp. 63-73) Campinas, SP: Papirus.
- Rolnik, S. (2007). *Cartografia sentimental: Transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre, RS: Sulinas.
- Rorty, R. (2007). *Contingência, ironia e solidariedade* (V. Ribeiro, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Rose, N. (2011). *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade* (A. A. L. Ferreira, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem* (A. Telles, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Roudinesco, E. (2008). *A parte obscura de nós mesmos: Uma história dos perversos* (A. Telles, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

- Roudinesco, E. (2009). *Em defesa da psicanálise: Ensaio e entrevistas* (A. Telles, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise* (V. Ribeiro., & L. Magalhães, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Rubin, G. (2003). Tráfico sexual - Entrevista (com Judith Butler). *Cadernos Pagu*, 21, 157-209. doi: 10.1590/S0104-83332003000200008
- Saggese, G. S. R. (2009). *Quando o armário é aberto: Visibilidade e estratégias de manipulação no coming out de homens homossexuais* (Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ). Recuperado em <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=523595&indexSearch=ID>
- Salih, S. (2012). *Judith Butler e a teoria queer* (G. L. Louro, Trad.). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Sant, G. (2008). *MILK - A voz da igualdade* [Filme]. Universal Pictures, USA.
- Santos, B. S. (2013). *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez.
- Saussure, F. (2001). *Curso de linguística geral* (30ª ed.; A. Chelini., J. P. Paes & I. Blikstein, Trad.). São Paulo, SP: Cultrix.
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99.
- Sedgwick, E. K. (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, 28, 19-54. doi: 10.1590/S0104-83332007000100003
- Seffner, F. (2003). *Derivas da masculinidade: Representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual* (Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil). Recuperado em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4340>
- Segato, R. L. (1985). Inventando a natureza: Família, sexo e gênero no Xangô de Recife. *Anuário antropológico*, 85, 11-54.
- Silva, A. S. (2006). *Marchando pelo arco-íris da política: A parada orgulho LGBT na construção da consciência coletiva dos movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal* (Tese de doutoramento não-publicada). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil.

- Silva, T. T. (2005). A produção social da identidade e da diferença. In T. T. Silva (Ed.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais* (4ª ed., pp. 73-102). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Silva, V. G. (1994). *A representação social da escolha do aluno pelo curso de psicologia no Estado da Paraíba* (Monografia de especialização não-publicada). Universidade de João Pessoa - UNIPÊ, João Pessoa - PB, Brasil.
- Silva, V. G. (1999). *Faca de dois gumes: Percepções da bissexualidade masculina em João Pessoa* (Dissertação de mestrado não-publicada). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB.
- Silva, V. G. (2010). *Nuances dos testes psicológicos e algumas inquietações pós-modernas*. João Pessoa: Ideia.
- Silva, V. G. (2011). O poder fálico da mulher e a feminilidade do homem: No avesso das paixões da relação de gênero. *Faces de Eva - Estudos sobre a mulher*, 25, 49-69.
- Silveira, N. M., Vasconcellos, S. J., Cruz, L. P., Kiles, R. F., Silva, T. P., Castilhos, D. G., & Gauer, G. J. (2005). Avaliação de burnout em amostra de policiais civis. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 27, 159-163. doi: 10.1590/S0101-81082005000200006
- Simões, J. A. (2004). Homossexualidade masculina e curso da vida: Pensando idades e identidades sexuais. In P. Piscitelli, M. F. Gregori, & S. Carrara (Eds.), *Sexualidades e saberes: Convenções e fronteiras* (pp. 415-447). Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Smith, E. R. (1993). Social identity and social emotions: Toward new conceptions of prejudice. In D. M. Mackie, & D. L. Hamilton (Eds.), *Affect, cognition and stereotyping: Interactive processes in group perception* (pp.297-315). San Diego, CA: Academic Press.
- Smith, G. W., & Smith, D. E. (1998). The ideology of “fag”: The school experience of gay students. *The Sociological Quarterly*, 39, 309-335. doi: 10.1111/j.1533-8525.1998.tb00506.x
- Smith, N. G., & Ingram, K. M. (2004). Workplace heterosexism and adjustment among lesbians, gay, and bisexual individuals: The role of unsupportive social interactions. *Journal of Counseling Psychology*, 51, 57-67. doi: 10.1037/0022-0167.51.1.57

- Souza, E. M., & Pereira, S. J. N. (2012). *Azul para os meninos, rosa para as meninas: Heterossexismo, consumo e gênero*. Trabalho apresentado no V Encontro de Marketing da ANPAD, Curitiba - PR, Brasil.
- Souza, E. M., & Pereira, S. J. N. (2013). (Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. *Revista de Administração Mackenzie*, 14(4), 76-105. Recuperado em <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/index>
- Souza, J. F. (2006). Homofobia e construção das masculinidades na infância. *Arquipélago*, 1(7), 36-38.
- Spargo, T. (2006). *Foucault e a teoria queer* (V. Freire, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Pazulin.
- Spink, M. J. P., & Frezza, R. M. (2004). Práticas discursivas e produção de sentidos: A perspectiva da psicologia social. In M. J. P. Spink (Ed.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (3ª ed., pp. 41-61). São Paulo: Cortez.
- Stoller, R. J. (1982). *A experiência transexual*. Rio de Janeiro: Imago.
- Stoller, R. J. (1993). *Masculinidade e feminilidade* (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Sullivan, A. (1996). *Praticamente normal: uma discussão sobre o homossexualismo* (I. M. Lando, Trad.). São Paulo, SP: Companhia da Letras.
- Swaab, D. F., & Hofman, M. A. (1990). An enlarged suprachiasmatic nucleus in homosexual men. *Brain Research*, 537, 141-148. doi: 10.1016/0006-8993(90)90350-K
- Tarnovski, F. L. (2004). “Pai é tudo igual?”: Significados da paternidade para homens que se autodefinem como homossexuais. In P. Piscitelli, M. F. Gregori, & S. Carrara (Eds.), *Sexualidades e saberes: Convenções e fronteiras* (pp. 385-414). Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Teles, P. (2011). *Universo da família homossexual e a união de afetos*. São Paulo, SP: SRS Editora.
- Terto, V. (2002). Homossexualidade e saúde: Desafios para a terceira década de epidemia HIV/AIDS. *Horizontes Antropológicos*, 8(17), 147-158. doi: 10.1590/S0104-71832002000100008

- Tisseron, S. (2002). Rivalidades e cumplicidades entre os sexos. A rivalidade, por quê? (D. S. Jr, Trad.). *Psicanálise e homossexualidade: reflexões sobre o desejo perverso, a injúria e a função paterna. Pulsional - Revista de Psicanálise*, 15(161), 40-63.
- Todorov, T. (2010). *O medo dos bárbaros: Para além do choque das civilizações* (G. J. F. Teixeira, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Torres, M. A. (2006). *Os significados da homossexualidade no discurso moral-religioso da Igreja Católica em condições históricas e contextuais específicas. REVER – Revista de Estudos da Religião*, 1, 142-152. Recuperado em <http://www.pucsp.br/rever/>
- Touraine, A. (2007a). *O mundo das mulheres* (F. Morás, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Vozes.
- Touraine, A. (2007b). *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje* (3ª ed.; G. A. Tilton, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Touraine, A., & Khosrokhavar, F. (2004). *A busca de si: diálogo sobre o sujeito* (C. Meira, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Trevisan, J. S. (2002). *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (5ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Trillat, E. (1991). *História da histeria* (P. Porchat, Trad.). São Paulo, SP: Escuta.
- Trinca, W. (1987). *Investigação clínica da personalidade: O desenho livre como estímulo da apercepção temática*. São Paulo, SP: EPU.
- Troiden, R. (1988). A model of homosexual identity formation. In P. Nardi, & B. Schneider (Eds.), *Social perspectives in lesbian and gay studies: A reader* (pp. 261-278). London: Routledge.
- Velho, G. (1985). *Desvio e divergência: Uma crítica da patologia social* (6ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Velho, G. (1986). *Subjetividade e sociedade: Uma experiência de geração* (2ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Vels, A. (1997). *Dicionário de grafologia e termos psicológicos afins* (J. C. A. Cunha, Trad.). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Venturi, G. (2008). Diversidade sexual e homofobia no Brasil - Intolerância e respeito às diferenças sexuais. *Teoria e Debate*, 78. Recuperado em <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antteriores/intolerancia-diversidade-sexual>

- Verás, M. P. B. (1999). Exclusão social – Um problema de 500 anos. In B. Sawaia (Ed.). *As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (5ª ed., pp. 27-49). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Verduguez, E. R. U. (2009). *Aspectos da psicosexualidade e da personalidade de pacientes autodenominados transexuais masculinos e femininos avaliados pelo teste projetivo de Szondi* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - SP). Recuperado em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5135/tde-06112009-171407/pt-br.php>
- Vieira, I., Ramos, A., Martins, D., Bucasio, E., Benevides-Pereira, A. M., Figueira, I., Jardim, S. (2006). Burnout na clínica psiquiátrica: Relato de um caso. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 28, 352-356. doi: 10.1590/S0101-81082006000300015
- Vila Maior, D. (2003). *O sujeito modernista – Fernando Pessoa, Mário de Sá Carneiro, Almada Negreiros e António Ferro: Crise e superação do sujeito*. Lisboa, PT: Universidade Aberta.
- Villela, W. V. (1999). Prevenção do HIV/AIDS, Gênero e sexualidade: Um desafio para os serviços de saúde. In M. R. Barbosa, & R. G. Parker (Eds.). *Sexualidades pelo avesso: Direitos, identidades e poder* (pp. 199-213). Rio de Janeiro, RJ: IMS/UERJ.
- Warner, M. (Ed.). (1993). *Fear of a queer planet*. Minneapolis, MN: University of Minnesota.
- Weber, M. (1992). *Essais sur la théorie de la science*. Paris: Pochert.
- Wechsler, S. M. (2003). *DFH-III: O Desenho da Figura Humana. Avaliação do desenvolvimento cognitivo de crianças brasileiras* (3ª ed.). Campinas, SP: Imprensa Digital do Brasil.
- Weeks, J. (1987). Questions of identity. In P. Caplan (Ed.), *The cultural construction of sexuality* (pp. 32-51). London: Routledge.
- Weeks, J. (2001). O corpo e a sexualidade (T. T. Silva, Trad.). In G. L. Louro (Ed.), *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (2ª ed., pp. 37-82). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: Dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, 9, 460-482. doi: 10.1590/S0104-026X2001000200008

- Welzer-Lang, D. (2004). Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo (M. C. G. Cupertino, Trad.). In M. R. Schpun (Org.). *Masculinidades* (pp. 107-128). São Paulo: Boitempo.
- Whitley, B. E., Jr. (1990). The relationship of heterosexuals' attributions for causes of homosexuality to attitudes toward lesbians and gay men. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 16, 369-377. doi: 10.1177/0146167290162016
- Whitley, B. E., Jr. (1999). Right-wing authoritarianism, social dominance orientation, and prejudice. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 126-34. doi: 10.1037/0022-3514.77.1.126
- Winnicott, D. W. (1990). *Natureza humana* (D. L. Bogomoletz, Trad.). Rio de Janeiro: Imago.
- Wittig, M. (1980a). La pensée straight. *Questions Féministes*, 7, 45-53.
- Wittig, M. (1980b). On ne naît pas femme. *Questions Féministes*, 8, 75-84.
- Wittig, M. (2012). *Não se nasce mulher*. Recuperado em <http://casadadiferencams.blogspot.com.br/2012/05/nao-se-nasce-mulher-texto-de-monique.html>
- Woodward, K. (2005). Identidade e diferença. Uma introdução teórica e conceitual. In T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Wright, R.. (2006). *O animal moral: Por que somos como somos. A nova ciência da psicologia evolucionista* (L. Wyler, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Elsevier.
- Xavier, F. C. (1970). *Vida e sexo*. Brasil: Federação Espírita Brasileira.
- Yang, A. (1998). *From wrongs to rights: Public opinion on gay and lesbian Americans moves toward equality*. Washington, DC: National Gay and Lesbian Task Force Policy Institute.
- Zimmerman, M. A., & Arunkumar, R. (1994). Resiliency research: Implications for schools and policy. *Society for Research in Child Development: Social Policy Report*, 8, 1-19.

APÊNDICES

Apêndice 1

Ficha de Caracterização Sociodemográfica

1. Sigla:
2. Idade:
3. Estado civil:
4. Nacionalidade:
5. N° de Filho (s):
6. Ano que cursa psicologia:
7. Profissão:
8. Religião:
9. Posição política:
10. Nível socioeconômico:
11. Sexo: Masculino () Feminino () outros ()
12. Qual é a sua condição sexual: Heterossexual () Homossexual () Bissexual () outros ().

Apêndice 2

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

- 1) Qual é a sua concepção sobre preconceito sexual?
- 2) Você percebe preconceito sexual na sua faculdade de psicologia?
- 3) Qual é a sua concepção sobre discriminação sexual?
- 4) Você tem conhecimento de algum facto relacionado à discriminação sexual na sua faculdade de psicologia?
- 5) Seu curso de psicologia contribui para uma reflexão a respeito do preconceito sexual? Como?
- 6) Como você vê o seu curso de graduação em psicologia em termos de preparação teórica e técnica do futuro profissional para atender pessoas LGBTs? Em caso negativo: como você vai fazer para adquirir essas competências?
- 7) Na sua concepção qual é a origem da homossexualidade?
- 8) Qual é a sua opinião a respeito das pessoas heterossexuais que tem amigo *gay*?
- 9) No seu entendimento pode-se considerar a homossexualidade como uma sexualidade equivalente a heterossexualidade? Por quê?
- 10) Em sua opinião um casal homossexual deve ter os mesmos direitos de um casal heterossexual? Por quê?
- 11) Qual o seu ponto vista sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo?
- 12) Como você analisa a adoção de bebês e crianças por casal homossexual?
- 13) Os órgãos internacionais, a exemplo da Associação Americana de Psiquiatria (APA), em 1973, e a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1990, retiraram a homossexualidade da categoria dos transtornos mentais, e os Códigos de Ética dos psicólogos de Portugal e do Brasil acataram. Independente desse facto, como você considera a homossexualidade?
- 14) Alguns psicólogos acreditam na reorientação sexual, ou seja, de que é possível transformar homossexual em heterossexual. O que você pensa a esse respeito?
- 15) Qual é a sua opinião a respeito do psicólogo que tem preconceito sexual?

Apêndice 3

Termo de Consentimento Informado - TCI

(Portugal - PT)

Pelo presente Termo de Consentimento Informado eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa “**Preconceito Sexual: Olhares de Alunos de Psicologia**”.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

- O trabalho “**Preconceito Sexual: Olhares de Alunos de Psicologia**” terá como objetivo geral compreender o preconceito sexual explícito, sutil e internalizado no curso de psicologia.
- Ao voluntário só caberá à autorização para a Entrevista semiestruturada e da aplicação do teste H-T-P (unicamente a figura humana), não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.
- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em carácter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contactar no número 93 536 xxxx com Valdeci Gonçalves da Silva ou e-mail: valdecipsi@hotmail.com.
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.
- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento esclarecido.

Assinatura do Participante

Assinatura do pesquisador responsável

...../...../.....

Apêndice 4

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

(Brasil - BR)

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____,

em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa “**Preconceito Sexual: Olhares de Alunos de Psicologia**”.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

- O trabalho “**Preconceito Sexual: Olhares de Alunos de Psicologia**” terá como objetivo geral compreender o preconceito sexual explícito, sutil e internalizado no curso de psicologia.
- Ao voluntário só caberá à autorização para a Entrevista semiestruturada e da aplicação do teste H-T-P (unicamente a figura humana), não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.
- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em carácter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar no número 9922 xxxx com Valdeci Gonçalves da Silva ou e-mail: valdecipsi@hotmail.com.
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.
- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do Participante

Assinatura do pesquisador responsável

...../...../.....

Apêndice 5

Guião dos Blocos Temáticos

Pesquisa: Preconceito Sexual: Olhares de Alunos de Psicologia

Bloco 1:

1) Como o aluno conceitua as expressões *preconceito sexual* e *discriminação sexual*, e se percebe o preconceito sexual e a discriminação sexual no seu curso de psicologia.

1.1. Qual é a sua conceção sobre preconceito sexual?

1.2. Você percebe preconceito sexual na sua faculdade de psicologia?

1.3. Qual é a sua conceção sobre discriminação sexual?

1.4. Você tem conhecimento de algum facto relacionado à discriminação sexual na sua faculdade de psicologia?

Bloco 2:

2) O acolhimento didático da faculdade de psicologia em relação à diversidade sexual

2.1. Seu curso de psicologia contribui para uma reflexão a respeito do preconceito sexual? Como?

2.2. Como você ver o seu curso de graduação em psicologia em termos de preparação teórica e técnica do futuro profissional para atender pessoas LGBTs? Em caso negativo: como você vai fazer para adquirir essas competências?

Bloco 3:

3) Como o aluno de psicologia categoriza a homossexualidade em termos normativos: normalidade ou doença/cura.

3.1. Os órgãos internacionais, a exemplo da Associação America de Psiquiatria (APA), em 1973, e a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1990, retiraram a homossexualidade da categoria dos transtornos mentais, e os Códigos de Ética dos psicólogos de Portugal e do Brasil acataram. Independente desse facto, como você considera a homossexualidade?

3.2. Alguns psicólogos acreditam na reorientação sexual, ou seja, de que é possível transformar homossexual em heterossexual. O que você pensa a respeito?

3.3. Qual é a sua opinião a respeito do psicólogo que tem preconceito

Bloco 4:

4) O aluno de psicologia e o seu próprio preconceito sexual

4.1. Na sua conceção qual é a origem da homossexualidade?

4.2. Qual é a sua opinião a respeito das pessoas heterossexuais que tem amigo homossexual?

4.3. No seu entendimento pode-se considerar a homossexualidade como uma sexualidade equivalente a heterossexualidade? Por quê?

Bloco 5:

5) O aluno de psicologia e o seu preconceito heterossexista moderno ou sutil

5.1. Em sua opinião um casal homossexual deve ter os mesmos direitos de um casal heterossexual? Por quê?

5.2. Qual o seu ponto vista sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo?

5.3. Como você analisa a adoção de bebés e crianças por casal homossexual?.